LIBRARY OF PRINCETON
SEP 2 1993
THEOLOGICAL SEMINARY

BX 1751.2 .B82 1959
Buarque Lyra, Jorge.
Catholicismo Romano a luz a
B´iblia

Digitized by the Internet Archive
in 2014

https://archive.org/details/catolicismoroman00buar

Jorge Buarque Lira

MINISTRO DO EVANGELHO
(Da Academia de Letras de São Paulo e do Cenáculo Fluminense de História e Letras)

CATOLICISMO ROMANO

à Luz da Bíblia, da História e da Razão

(Veemente réplica ao livro "AOS IRMÃOS SEPARADOS" do Prof. Eurípedes Cardoso de Meneses e ao Jesuíta Leonel Franca. Breve resposta ao escritor católico Lúcio Navarro, quanto à 1.ª parte de seu livro **"Legítima Interpretação da Bíblia"**. Rebate enérgico dos carunchentos dogmas em que se fundamenta o Catolicismo Romano).

"Saí dela, povo meu, para não serdes participantes dos seus delitos e para não serdes compreendidos nas suas pragas!"
(Apoc. 18:4)

VOL. II
(Da série bíblica)

OBRA XLIV
Niterói — 1959

OBRAS IMPORTANTES PARA TODOS

Pedidos ao Prof. Rev. JORGE LYRA (Autor e Editor)
Rua Gen. Andrade Neves, 51 — NITERÓI — E. Rio — Fone 2-7637

DE INTERÊSSE RELIGIOSO:

1 — HISTÓRIA GERAL DA BÍBLIA (1.º vol.) em broch e luxo
2 — 100 MENSAGENS DA PALAVRA DE DEUS, em broch. e luxo
3 — A DIVINDADE DE CRISTO — Broch., cart. e luxo
4 — EXCELÊNCIAS DO CRISTIANISMO — Cart. e luxo
5 — VERDADES SOLENES — Cart. e luxo
6 — O ROMANISMO À BARRA DO EVANGELHO — Broch, cart. e luxo
7 — O REDENTOR DA HUMANIDADE — (Poema) — Broch., cart. e luxo
8 — A MULHER DO PASTOR — (folheto) — Broch., cart. e luxo
9 — FÁTIMA (anti-clerical) — Cart. e luxo
10 — UM CAPÍTULO DAS EXCELÊNCIAS DO CRISTIANISMO — só brochura
11 — ATOS DOS APÓSTOLOS (Comentários do Rev. Mário Neves)
12 — A MESA BATISTA — Broch., cart. e luxo
13 — CATOLICISMO ROMANO, à luz da Bíblia, da História e da Razão — Obra n.º 44 — Broch., e luxo

DE INTERÊSSE HISTÓRICO-MAÇÔNICO:

1 — A MAÇONARIA E O CRISTIANISMO — 3.ª ed., Broch, cart. e luxo
2 — A MAÇONARIA E A POLÍTICA NO BRASIL (panfleto) — Broch., cart. e luxo
3 — OS TEMPLÁRIOS — Origem do Jesuitismo — Cart. e luxo
4 — NOS BASTIDORES DO MISTÉRIO — A Carbonária — Cart. e luxo
5 — QUE É MAÇONARIA — Cart. e luxo
6 — SOCIEDADES SECRETAS — Cart. e luxo
7 — O PAPA NEGRO — Cart. e luxo
8 — A IGREJA CATÓLICA E A MAÇONARIA — Réplica ao livro "A Maçonaria no Brasil" do Monsenhor Boaventura — Cart. e luxo
9 — HISTÓRICOS MAÇÔNICOS E HORRORES DA INQUISIÇÃO — Cart. e luxo
10 — A MAÇONARIA E A GRANDEZA DO BRASIL — 1.º vol. — Cart. e luxo
11 — MAÇONARIA E RELIGIÃO — Broch., cart. e luxo
12-13 — ENCICLOPÉDIA MAÇÔNICA, em 2 volumes — Cart. e luxo
14 — SÍNTESE HISTÓRICA DA MAÇONARIA UNIVERSAL
15 — JOAQUIM NABUCO — O Homem e a Ação — Broch. cart. e luxo
16 — NOS PÓRTICOS DA IMORTALIDADE — Broch., cart. e luxo
17 — RUI, O APÓSTOLO DO DIREITO — Broch., cart. e luxo
18 — MAURÍCIO DE ABREU — Pioneiro da Democracia — Cart. e luxo
19 — COSMORAMA — Vol. 1.º — Biografias célebres — Cart. e luxo
20 — VIDA DE GUERRA JUNQUEIRO — Cart. e luxo
21 — HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO — Cart. e luxo
22 — RUI — O SOL DA NACIONALIDADE — Cart. e luxo
23 — CELESTE MORADA — Oratória sôbre Joaquim Nabuco — Cart. e luxo

CATOLICISMO ROMANO

QUADRAGÉSIMA QUARTA OBRA

VOLUME II

da

SÉRIE BÍBLICA

ILUSTRAÇÃO

de

"O ROMANISMO À BARRA DO EVANGELHO"

Niterói, 1959

JORGE BUARQUE LYRA
Ministro do Evangelho
(Do "Cenáculo Fluminense de História e Letras" e
da Academia de Letras de São Paulo)

CATOLICISMO ROMANO

À LUZ DA BÍBLIA, DA HISTÓRIA E DA RAZÃO

Veemente réplica ao livro do Prof. Eurípedes Cardoso de Meneses "Aos Irmãos Separados", ao jesuita Leonel Franca e a Lúcio Navarro. Rebate enérgico dos carunchentos dogmas em que se fundamenta o catocilismo romano

PREFÁCIO DO REV. GALDINO MOREIRA

LIBRARY OF PRINCETON
JUL 30 1993
THEOLOGICAL SEMINARY

Niterói - 1959

PLANO DA OBRA

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O TÍTULO, O AUTOR E A OBRA.

CAPÍTULO II

IMAGENS SAGRADAS — *Desculpas romanistas — Opinião de autoridades da Igreja — Pareceres de vários concílios.*

CAPÍTULO III

A TRANSUBSTANCIAÇÃO — *I, Cientìficamente — II, Bìblicamente — III, Històricamente.*

CAPÍTULO IV

A COMUNHÃO SOB UMA SÓ ESPÉCIE.

CAPÍTULO V

O UNIGÊNITO DE MARIA — *Virgindade perpétua de Maria.*

CAPÍTULO VI

ORAÇÃO PELOS MORTOS. PURGATÓRIO — *Suas origens — Lendas grosseiras — Textos básicos dos romanistas — Testemunho de doutôres da Igreja — Razões bíblicas contra o purgatório.*

CAPÍTULO VII

ONDE ESTÁ ISSO NA BÍBLIA? — *A suficiência da Bíblia em matéria de fé — A leitura da Bíblia — Interrogações sibilinas — Inspiração e suficiência da Bíblia — O título "Filho de Deus".*

CAPÍTULO VIII

O GRANDE PODER OUTORGADO AOS HOMENS — *Deus não deu a ninguém o poder de perdoar pecados — O poder de perdoar é apenas declarativo, e outorgado também aos discípulos — A tarefa santificadora de Cristo.*

CAPÍTULO IX

CONFISSÃO AURICULAR E ABSOLVIÇÃO SACERDOTAL — *O "Confiteor" é sacrílego — A Bíblia nega a confissão auricular — Inconvenientes psicológicos e morais — Lassidão de consciência — Nulidade da confissão sacerdotal.*

CAPÍTULO X

COSTUMES BÍBLICOS — *Abstinência — Jejuns — Adoração de santos e anjos — Culto de relíquias — Lugares sagrados — Água benta — Paramentos, luzes, incenso, cinzas, cilício — Extrema-unção.*

CAPÍTULO XI

UM SÓ MEDIADOR — *Por que é Cristo o único mediador? — Desnecessidade de medianeiros subalternos — "Teia de aranha" papal.*

CAPÍTULO XII

O PRIMADO DE PEDRO — *Leonel Franca e Eduardo Carlos Pereira — O texto capital — Pedro é a pedra — A metáfora das chaves — Pedro: nem vigário nem apóstolo de Cristo — Suposto episcopado — Hierarquia na Igreja Romana — Testamento de Pedro — Credenciais dos apóstolos — Malefícios do papado — Infalibilidade papal.*

CAPÍTULO XIII

A SALVAÇÃO PELA FÉ — *Princípios da Reforma — As boas obras dos salvos pela fé — A certeza da salvação.*

PREFÁCIO

". . . Se me fôsse dado o privilégio de fazer, executar e realizar só o que a experiência do tempo me tem ensinado, no vasto solo da literatura de todo tipo que por aí há, e cada vez mais cresce, declaro para todos os efeitos, sincera, franca e positivamente, que havia de descobrir jeito ou modo de acabar, de liquidar mesmo, com esta liturgia tradicional do chamado "Prefácio", nas obras escritas pelos homens.

Prefácio?

Prefácio, por quê?

Prefácio, para quê?

Pensando bem, é uma soleníssima inutilidade, que começa não valendo nada, no próprio sentido que traz: "Prefácio", "o que se diz, ou se fala, ou se escreve com antecipação, prèviamente". Introdução. Preâmbulo. Prólogo. Que falsidade! Pois, de fato, prefácios só se fazem no fim da obra, acabada e completa. "Antecipadamente", cousa nenhuma. Prefácio! Se o livro presta, para que êsse enchimento, e logo na entrada? Se não presta, para que a prefação inócua? . . ."

Foi esta, mais ou menos, a terrível tentação que me assediou, e me irritou, quando o meu nobre irmão, amigo ilustre, colega operoso e estimado ex-aluno de tempos já idos, o Revmo. Prof. Jorge Buarque Lyra, me pediu o prefácio para esta magnífica e erudita obra de controvérsia religiosa, que os dignos leitores compulsam.

Estive para desistir da honra, sem dúvida, gentilíssima e muito cordial. Ia mesmo declinar do elegante convite.

E por muitos motivos.

Um, o de ter sido eu o prefaciador, faz poucas semanas, do livrinho de outro grande irmão, amigo e colega distinguido, o Rev. Dr. Laudelino de Oliveira Lima Filho, em que êste lidador evangélico versa exata, justa e precisamente a mesma obra que aqui o Prof. Lyra debate, o livro do Deputado católico, ex-protestante e ex-pastor luterano, líder leigo da ala romanista nacional, de capa e espadão, o Sr. Eurípides Cardoso de Meneses.

Outro motivo é o de que considero desnecessário qualquer paraninfado a mais para uma obra do já conhecido polígrafo evangélico, Rev. Prof. Jorge Lyra. Baste-nos atentar ao que sôbre êsse dinâmico Autor diz e escreve um dos maiores juízes, no setor árduo da crítica literária, no Brasil, e mesmo fora dêle, Agripino Grieco. Olhem os leitores a capa dêste volume, cá do lado direito e de fora. Depois desta opinião, para que mais conversa?

E além do mais, o escritor que já chegou, no mercado das letras, e no sítio difícil do pensamento, ao número de quase meio cento de publicações, muitas, de fato, alentadas e custosas, não precisa mesmo de prefácios e de prefaciadores!

Todavia, com surprêsa para mim mesmo, acabei desistindo de desistir. E peguei no convite, e aceitei a "prebenda".

Outras razões operaram.

Creio que a maior delas é o fato de que por índole, gôsto e temperamento aprecio sobremodo um campo bem visível de qualquer polêmica ou controvérsia decente, elucidativa, alta; é comigo e é pra mim! Ora, êste volume do Rev. Lyra é todo êle, inteiro e sem sobras, polêmica e controvérsia, e ambas fortes e vibrantes.

Por outro lado, vi que as duas obras, a do Dr. Laudelino e a do Lyra, respondendo ao Sr. Eurípides, se completam. Uma, é a síntese, é a leveza da luta, é o diplomata em ação. Outra, esta que os leitores estão vendo e talvez lendo, é a análise, é a luta corpo a corpo, dura e terrível, é o guerreiro em atividade febril. Ora, se prefaciei uma,

devia introduzir a outra à meditação dos entendidos nesses assuntos.

Finalmente, fiquei com a incumbência, e fiquei na liça, e já aqui estou contando coisas, penso, por outra razão maior entre as maiores. Os impulsos do coração. Não pude negar ao meu ex-discípulo e hoje respeitado escritor evangélico a minha modesta contribuição.

Assim, ao "Prefácio"!

Desejo em boa consciência, logo de entrada, fazer um aviso justo e necessário aos leitores dêste volume. Esta obra só deve, só pode e só convém lida depois de lida e relida e meditada bem a "Introdução" do A., antes de tudo. Estou certo que, com isto, os que compulsarem êste erudito trabalho vão ter a impressão, aliás certa e justa, de estarem frente a um homem de bem, homem de fortes convicções e lutador franco, destemido, duro e implacável, que, como diz, não tolera, não suporta e não admite o que julga ser êrro, falsidade ou ilogismo. Combate a êstes com veemência desusada, com energia às vêzes contundente, quase sempre nua e crua, sem lhe cansar a mão ou enfraquecer o braço. Não olha, nisto, cortesias, nem rendilhados. Nem conveniências ou oportunismos tão comuns. Contra os erros não admite nada, senão ataque frontal, bombardeio certeiro, derrubada mortal.

Mas, o A. dêste volume explica, e explica com sinceridade respeitável, que, combatendo com ardor o êrro, ama, todavia, aquêle que erra. Segue a escola de Agostinho: "Odeia-se o pecado, mas o pecador, ama-se." O digno A. é assim, de fato. Usa a lealdade da correção, a ironia esportiva, a veemência da Verdade, mas, quer o bem e a salvação do seu adversário ou adversários.

Dirige-se ao Prof. Eurípides em têrmos pessoais de amigo, de "irmão separado", de velho conhecimento. Diz-lhe "você" para aqui, e "você" para ali.

É assim que esta obra deve ser lida e meditada. Sem esta liturgia de início, estou certo, a indignação espocará por aí e a raiva de muitos fará doentes e doenças terríveis.

* * *

O presente volume do polígrafo evangélico é uma obra de defesa. Defesa da fé apostólica e das verdades neotestamentárias puras, cristalinas, sem baldrames nem muletas. Contraria erros violentos de dogmas antibíblicos da crença romanista. O lado simpático, lindo mesmo, dêste volume é ser defesa.

Quem primeiro começou o "barulho" não fomos nós, evangélicos. Foi o famoso líder nacional católico romano, leigo e sagaz, ex-protestante, ex-pastor luterano, Sr. Prof. Eurípides Cardoso de Meneses, que jogou na cara e na casa dos "crentes", dos evangélicos, enfim, um livro de melifluidade fementida, mas de ferina pancadaria em regra, com o esquisito nome ou título — "Aos Irmãos Separados".

Se a essa cartilha ou "missal" de insinuações e de rebates à fé evangélica o povo protestante não deu maior atenção, em geral foi já por conhecerem bem o A., apóstata várias vêzes de suas fileiras, já por serem os assuntos da obra do líder católico mero e simples relógio atrasado e envelhecido de repetição de cousas muito batidas, reviradas e cacêtes.

Mas, o Prof. Rev. Jorge Lyra, como é do seu feitio nato, e que Deus lhe deu, não gostou da "brincadeira", nem da falta de respeito aos outros, vinda do ex-protestante ingratalhão, e pegou o "bicho" em plena corrida e procurou, desde logo, empatar-lhe as ousadias menos nobres que estava a fazer. Resolveu espatifar o ídolo.

E espatifou mesmo.

São 12 capítulos alentados, capazes, fortes e interessantes. Perseguem os temas e teses do livro do Prof. Eurípides C. de Meneses.

Os assuntos são êstes:

"Imagens sagradas".
"A Transubstanciação".
"Comunhão sob uma só espécie".
"O Unigênito de Maria".

"Oração pelos mortos".
"O Purgatório".
"A absolvição sacerdotal e respectiva confissão".
"Um só Mediador".
"O Primado de Pedro".
"O grande poder outorgado aos homens".
"Costumes bíblicos".
"Onde está isso na Bíblia?"

Como se verifica, são todos êstes assuntos de controvérsia e polêmica seculares entre romanistas e protestantes.

Lendo-se o livro, encontram-se nêle e nas respostas do A. de cá (o protestante) ao A. de lá (o romanista) algumas características bem nítidas.

São respostas completas.

O A. evangélico não foge a um só dos argumentos, das razões e das críticas do líder católico.

Escarafuncha tudo.

Vai às raízes de cada tema, e esbagaça ponto por ponto, no esquema do adversário, que só larga e deixa quando o percebe desalentado, sem munição de qualquer tipo, e exausto. Querem ter provas? Por simples exemplo, vejam os capítulos II, III, VII, VIII e IX. O resto, é da mesma estirpe magnífica.

Também são respostas enérgicas, fortes e às vêzes, mesmo, contundentes e cruéis. A culpa não é do A. de cá, e sim do de lá, que, na sua obra, machuca devagarinho, mas terrìvelmente, os mais caros ensinos da Palavra de Deus, as mais sagradas convicções dos evangélicos. É claro que quando a brasa dói, a gente grita e joga fora o fogo!

Finalmente, as respostas e discussões do Prof. Jorge Lyra, neste volume sério, são eminentemente bíblicas, lógicas e muito claras, que as inteligências, mesmo medíocres, podem apreender e compreender. Os capítulos referentes ao Mediador, ao Unigênito de Maria, ao Primado petrino, às Imagens, e tudo o mais, são assim. A argumentação é cristalina e mesmo brilhante.

Gosto desta obra, porque, além de tudo, o objetivo que tem em vista é o mais digno — esclarecer, corrigir, servir, salvar.

É alvo sem dúvida nobre, merecedor de respeito e de carinho.

Haverá quem o negue?

Não acredito.

* * *

Estou certo de que êste volume de polêmica e de defesa do sadio cristianismo de Cristo vai ficar e permanecer nos costumes e nos arraiais evangélicos e dos estudiosos honestos, que buscam a verdade, onde estiver; vai ser pábulo para meditação em tôrno da Palavra divina, escrita e inspirada, tanto nos campos rasos da controvérsia romanista, quanto nas searas do trigal protestante. Será compêndio para aulas em Escolas Dominicais, Colégios, Universidades, Institutos Bíblicos, Igrejas. Compêndio de consulta. Livro de obrigação e de boa consciência.

Abençoe grandemente o Senhor êste volume corajoso, firme, fiel e bíblico, e, com êle, o seu operoso, consagrado e diligentíssimo A., legítimo guerreiro da fé e reconhecido servo de N. Senhor Jesus Cristo.

Rio, março, 1959.

GALDINO MOREIRA

INTRODUÇÃO

*Faz alguns meses, recebemos a visita de um dos mais brilhantes vultos do ministério evangélico nacional, que, sabedor dos nossos pendores para a polêmica, e, sendo, como somos, escritor profissional, pediu-nos, com vivo empenho, que respondêssemos ao livro "*AOS IRMÃOS SEPARADOS*", do ex-pastor luterano e um dos atuais líderes católicos do Brasil — Prof. Eurípides Cardoso de Meneses.*

Até então não tínhamos conhecimento da publicação de tal livro, razão por que ainda não lhe havíamos dado qualquer resposta e lastimamos até que outros colegas, muitos dêles mais capacitados que nós, se tenham mantido em silêncio com referência ao mesmo, que agora saiu em 2.ª edição, por intermédio da Editôra Agir.

Atribuímos o silêncio de nossos confrades de crença ao fato de não julgarem êles digno da menor resposta tal volume, em face de suas inúmeras parvoíces e infantilidades. Entretanto, precisamente por tais circunstâncias foi que julgamos de grande necessidade dar a resposta que de fato merece semelhante livro, a fim de que o autor não continue ludibriando, ilaqueando a boa-fé dos incautos e desprevenidos, ou dos pobres de raciocínio, como os há por aí.

Ao lermos o volume, já em edição melhorada e aumentada, supúnhamos, inicialmente — porque é seu autor figura muito acatada nos círculos cultos do catolicismo do Brasil e, até, professor de uma Universidade — que houvesse algo de sério e importante no mencionado livro, escrito, ao que nos parece, com a finalidade de converter ao

Catolicismo Romano os a quem êle, Eurípides, chama de "irmãos separados", ou seja, os protestantes.

Atiramo-nos, então, resolutamente, ao trabalho de refutação as múltiplas incoerencias doutrinárias da aludida obra; penetramos fundo, bem fundo, em outras facêtas do credo romanista, que o autor não menciona, algumas das quais procura até mesmo ocultar, tão falhas se afiguraram elas ao seu espírito . . . Isto se percebe, por exemplo, quando trata do assunto das "imagens sagradas" e das "santas relíquias", onde se nota, a cada passo, que êle evita o têrmo "adoração", substituindo-o por "veneração", como se "veneração" não significasse também "adoração", no que ainda se revela ingênuo e infantil, digno de pena.

Sôbre o "primado de Pedro", que êle mesmo afirma ser da máxima importância (e para o papado é mesmo), a respeito do qual deveria argumentar com tôda a fôrça do seu engenho e sabedoria, foi, exatamente, no em que mais débil, mais impotente se manifestou, tendo-se limitado, como aliás o fêz em quase todos os capítulos do seu livro, apenas a citar, e mal, os supostos argumentos do seu mestre Leonel Franca, já fragorosamente derrotado pela pena brilhante de alguns escritores evangélicos.

Escrevendo êste livro, em que usamos das mais sarcásticas e ferinas expressões, não só contra as parvoíces e infantilidades euripidinas e as dos seus mestres (abatinados ou não), não o fizemos, entretanto, com ódio a pessoas, principalmente à pessoa de Eurípides, a quem, particularmente, dispensamos especial afeição. Assim é que, se nos vimos forçado a usar de veemente linguagem e têrmos de algum modo contundentes, foi, só e só contra os seus clamorosos erros, disparates, e, sobretudo, contra a sua patente ingenuidade.

Não poderíamos, pois, tratá-los senão com a mesma linguagem causticante e tremendamente condenatória com que o nosso Divino Mestre verberou os escribas e fariseus do Seu tempo, chamando-lhes de "escribas e fariseus hipócritas", "raças de víboras", "sepulcros branqueados" e outras expressões semelhantes; e contra os quais, certa

feita, teve de usar um azorrague, expulsando-os do Templo, porque estavam êles transformando a "Casa de Deus" em "covil de ladrões"!

Como ministro de Deus e difusor das suas verdades eternas, nossa linguagem não deveria ser diferente. Todavia, nossa alma, cheia de amor pela salvação dos errados, embora intransigente no corrigir os erros, está tranqüila, certa de que aproveitou-se bem daquele sábio e piedoso conselho de Santo Agostinho, quando ensinou: odiemos o pecado, mas amemos o pecador!

Devemos ainda esclarecer que, com usar dos têrmos cáusticos que, de fato, usamos, não quisemos manifestar, de forma alguma, ódio ou malquerença aos próceres romanistas, a quem profundamente lamentamos, pela triste figura que fazem, diante da fragilidade de suas asserções, ao procurarem defender uma causa impossível de defesa, com os argumentos quase abstratos que possuem.

A mãe, quando zangada com o filho, incidente em faltas, exproba-lhe o procedimento e chega até a dizer-lhe impropérios. Isso, no entanto, não significa, de modo algum, que a êle dedique pouco amor. Pelo contrário, são o excesso de amor e o receio de ver o filho mal conceituado, que a fazem castigá-lo e dirigir-lhe, por vêzes, amargas censuras. Tal acontece conosco em relação à linguagem que empregamos, ao atacar os erros e infantilidades dos nossos adversários.

Assim é, Eurípides, que aqui, agora, não está o polemista a verberar-lhe os erros e a ferir-lhe a consciência; está o simples Jorge Lira, franco, leal, sincero, que Você conhece, e a quem já abraçou fraternalmente; está aquêle seu "irmão separado", que, pessoalmente, nada tem contra Você, e até lhe vota especial afeição, como membro que é da grande família humana. Mas, lembre-se bem, Eurípides: no terreno doutrinário, estaremos em flagrante oposição, enquanto Você mantiver os conceitos que advoga em seu livro, embora nutramos a esperança de que Você, qual Saulo de Tarso, ainda encontre a sua estrada de Damasco e volte a comungar conosco na cornucópia azul do

sacrossanto espírito cristão-evangélico, em cuja esplendente fé "dormiu no Senhor" o seu venerando pai, de saudosa memória, de quem se podia dizer, parodiando alguém: foi uma criança no espírito, um gigante na erudição e um santo na piedade, e cujo nome pronunciamos com respeito, porque foi um varão de Deus, um verdadeiro santo, o Rev. Américo Cardoso de Meneses! E tanto isto é verdade que, representante de entidade eclesiástica de relêvo, assistindo-lhe aos últimos momentos de vida, comovido com tamanha fé e resignação, exclamou: "Homem dêsse porte, se fôsse na minha Igreja, seria canonizado como santo!"

Praza aos céus, Eurípides, que Você ainda venha, por intermédio dêste nosso livro ou, muito especialmente, pelas influências do Espírito Santo, redescobrir a verdade que tem empanado com inúmeras superstições e inúmeros formalismos religiosos do "Cristianismo romanizado" que, na frase de Rui, "tornou-se um elemento deletério, cuja fermentação gasta e decompõe a Sociedade".

Oxalá não tenha sido em vão o nosso esfôrço. Que Deus o abençoe!

Cumpre justificar, agora, algumas repetições que fizemos, em vários passos de nossa argumentação, especialmente nos capítulos sôbre o "Único Mediador", "A Confissão Auricular e a Absolvição Sacerdotal" e o "Primado de Pedro". Tais repetições, nós as fizemos de propósito, a fim de focalizar bem as verdades e esclarecer, com novas luzes e novos têrmos, os nossos argumentos, tendo em vista que nem sempre são todos os nossos leitores dotados da devida capacidade intelectual, apta a compreender algumas subtilezas jesuíticas, de que os seus profitentes se armam, procurando fugir aos golpes certeiros e esmagadores dos verdadeiros apóstolos da Verdade.

Não tivemos, outrossim, a preocupação de beleza na forma literária, em face da exiguidade de tempo para a elaboração dêste livro.

Desafiamos, no entanto, nossos adversários, a que nos apontem uma inverdade em tudo o que afirmamos! Desafiamos e revidaremos à altura, custe o que custar, sem

o menor receio de derrota, a quem se atrever a contestar qualquer dos nossos argumentos. Sairemos a campo e rechassá-lo-emos com os certeiros e fulminantes golpes da verdade, porque nossas armas não são as da falibilidade humana (como as dos romanistas), mas a da infalível Palavra de Deus!

Daí, por que estão, até hoje, sem resposta nossas obras de polêmica, como sejam: "A Maçonaria e o Cristianismo", "O Romanismo à Barra do Evangelho" e "A Liberdade de Consciência e o Ultramontanismo". Alguns tentaram fazê-lo, mas, coitados, saíram varados por todos os lados: esmagados e vencidos, limitaram-se a sofismar, como até hoje o fazem os corifeus papistas, porque lhes faltam as necessárias fôrças para a argumentação, em qualquer terreno em que procuram firmar-se.

* * *

O significado do simbolismo da capa dêste livro ressalta evidente. O padre, orgulhoso, risca a Palavra de Deus e a substitui pelas tradições e pelos preceitos humanos.

Daí, a advertência de Cristo: "Com a vossa tradição, desdizeis o que Deus disse. E praticais ainda muitas outras coisas dêsse gênero" (S. Mat. 7:13; 15:3).

A árvore, estéril, desfolhada, sem flôres e sem frutos — tal é o que produz a chaga cancerosa do pseudocristianismo, que se chama Igreja Católica Apostólica *Romana!*

Cristo disse: "Conhece-se a árvore pelo seu fruto peculiar; assim também não se colhem figos dos abrolhos, nem se vindimam uvas dos espinheiros" (S. Lucas 6:44).

A grande maioria dos homens que se perde no mundanal do vício e do pecado — pertence a essa igreja, ou a ela se liga pelo tradicionalismo hereditário.

E o grande mal decorre, naturalmente, do seu sistema antibíblico de absolver *pecados mediante confissões e penitências. Isto se tem tornado, nessa igreja (como exuberantemente provaremos), incentivo para o pecado, pois o pecador, via de regra, em sua boa-fé, crê, piamente, que,*

praticando o que a igreja lhe ordena, quanto à confissão, está perdoado.

Outrossim, a invencionice do Purgatório concorre ainda mais para que o pecador nutra a esperança de ver alguns resquícios de pecados ser expungidos, na outra vida, mediante missas de efeito intercessório — o que, sem dúvida, o leva a dar menos importância à gravidade da falta e às suas conseqüências, donde resulta, pois, sua prática mais habitual, e com menos receio e remorso.

De tudo é evidente, conclui-se, que a igreja romana perdeu o verdadeiro senso da espiritualidade, e se reduz, via de regra, a simples fórmulas litúrgicas e, mais, a uma organização político-hierárquica[1] *e, por fim, a um comércio altamente rendoso.*

O eminente Dr. Huberto Rohden, ex-padre, no prefácio do seu livro "Cosmorama do Cristianismo", assim se exprimiu com esplendente verdade: "Há dois fatôres primordiais que desvirtuam as relações do homem com Deus e o desviam do caminho do seu destino supremo: o materialismo e o formalismo.

"O materialismo nega a existência de um mundo espiritual. Ora, se não há Deus eterno e alma imortal, exploremos, o mais possível, a vida presente, conquistemos bens de fortuna, glórias, prazeres, na maior abundância, e desprezemos todos os elementos espirituais como utopias e quimeras".

"O formalismo admite a existência de um mundo espiritual e julga pautar por êsse credo o seu decálogo. Mas, engana-se a si mesmo. O que êle chama de religião não passa, geralmente, de estéreis fórmulas e cerimônias litúrgicas. Repetir mecânicamente certas palavras, executar determinados gestos, desfiar certos números de rezas — é o que êle denomina piedade, religião, vida espiritual".

---

[1] Como bem disse Rui Barbosa: "O Romanismo não é uma religião, mas uma política, e a mais viciosa, a mais sem escrúpulos, a mais funesta de tôdas as políticas" ("O Papa e o Concílio", pág. 13. Ed. Saraiva, S. Paulo, 1930).

"Se o materialismo é campo raso, o formalismo é terreno coberto de ruínas".

Pois bem, o Catolicismo Romano não é outra coisa senão essa caricatura do Cristianismo, e caricatura muito deformada.

O pobre infeliz, acorrentado a essa árvore estéril (que simboliza a Igreja Romana), é todo pecador vazio de verdadeira espiritualidade, escravo do domínio papal, longe, portanto, de Cristo!

Tal não acontece, entretanto, ao que se prende a Cristo Jesus: "Permanecei em mim, e eu permanecerei em vós. Do mesmo modo que o sarmento não pode produzir fruto por si mesmo, se não ficar na videira, assim nem vós, se não ficardes em mim. Eu sou a videira, vós sois os sarmentos. Quem fica em mim e no qual eu fico, produz muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer" (S. João 15:4-5).

Abre, pois, a Palavra de Deus, ó pecador, porquanto conhecê-la a fundo é o melhor preventivo contra o materialismo destruidor, o melhor corretivo do formalismo corruptor!

Adaptando a figura da árvore estéril à Igreja, cumpre-nos esclarecer, para sermos justo em tal simbolismo, que ela já deu frutos opimos e sazonados, antes de se romanizar, quando era a puríssima Igreja de Cristo; mas, com romanizar-se, seu fruto corrompeu-se e apodreceu! É que seu fruto, da macieira do Bem que era, arruinou-se, e quem o comesse ficaria intoxicado. Ela é, pois, a maçã podre!

A Igreja Romana era, assim, o fruto podre, mas que conservava a semente boa, sã, embora em meio de excrescências e podridões; deu-se um corte nessa "maçã" (com a Reforma) e a semente boa, sã, extraída de seu seio e lançada sôbre a terra, vem produzindo nas igrejas reformadas e florescentes, genuinamente cristãs, as frondosas árvores, a que chamamos macieiras do Bem e da Verdade, da Vida e da Imortalidade com Cristo! E, assim, se cumpre a promessa do Divino Mestre, a respeito da indestru-

tibilidade de Sua Igreja: "as portas do Inferno não prevalecerão contra ela!"

Eis por que, quando os nossos adversários alegam que o Protestantismo é uma "Nova Seita" ou religião fundada por Lutero, não exprimem a realidade histórica do que foi a Reforma do século XVI. Nada de religião nova ou "nova seita", pois os princípios preconizados pelo grande reformador em nada alteraram os fundamentos da primitiva doutrina, pregada por Cristo e Seus santos apóstolos, exarados nas páginas refulgentes das Santas Escrituras, e com os quais se harmonizam inteiramente.

É que a Igreja Católica Romana, com as suas invenções e adulterações dos textos sagrados, desviara-se radicalmente da doutrina do Divino Mestre, a ponto de deformar completamente o Cristianismo e acrescentar-lhe, outrossim, vários outros preceitos meramente humanos. Louvando-se nas tradições, não era possível deixar de sofrer a intervenção cirúrgica em seu organismo, a fim de se lhe retirar o elemento puro e são, representado pela semente divina da Verdade (a que já nos referimos), e que ela misturara, no correr dos séculos, com as prevaricações e erros humanos.

A Reforma, pois, como explicamos, foi um corte necessário na "maçã" do Bem que se deteriorara, e de onde se fêz a extração das sementes das genuínas verdades evangélicas que, semeadas sôbre o solo dos corações humanos, vem produzindo, como já vimos, a árvore puríssima do Cristianismo, cujos frutos são os oriundos daquela Igreja Cristã primitiva, da qual tanto se afastou a Igreja Católica Romana, que hoje, de cristã, nem o nome possui.

Cremos, pois, prestar relevante serviço à Causa do Evangelho — representada pelas Igrejas Reformadas, onde vicejam as sementes divinas da Graça e do Amor de Deus, revelado em Cristo — com o lançamento dêste livro, pedindo que Deus o abençoe, servindo-se dêle para conversão de pecadores e para honra e glória do Seu Santo Nome.

Ao concluir esta obra, damos graças ao Altíssimo, que nos deu fôrças para tanto, e nos inspirou, em cada

página, de sorte que, da primeira à última, podemos afirmar, em sã consciência, que não só tivemos o auxílio do Divino Espírito Santo, como prevaleceu, de nossa parte, um só pensamento, aquêle mesmo que inspirara o profeta João Batista, quando disse, referindo-se a Cristo: "é necessário que Êle cresça e que eu diminua" (S. João 3:30).

Daí por que o encerramos com a sentença:

FORA DO PAPISMO, DENTRO DO CRISTIANISMO; FORA DE ROMA, DENTRO DO EVANGELHO ! [1]

Niterói, maio de 1958.

Jorge Buarque Lira

[1] Do livro de Eurípides deixamos de refutar algumas afirmações: umas, por envolverem assunto sem relevância; outras, por lhas têrmos respondido indiretamente.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O TÍTULO, O AUTOR E A OBRA

O título

O verdadeiro Cristianismo não conhece "irmãos separados". Também a idéia não nasceu de evangélicos. No Evangelho há sòmente irmãos (At. 15:23). No Evangelho só temos dois tipos de pessoas, designadas como *crentes* e *descrentes,* salvas e não salvas. E . . . salvo uma vez, salvo para sempre. Salvo não se separa de salvo (S. João 3:36 e Mt. 25:46). Judas não se separou dos seus companheiros de apostolado, por ser *irmão*. Separou-se por ser *Judas*. Pedro negou a Jesus, mas continuou irmão. Arrependeu-se e foi reabilitado.

Dizer "irmãos separados", em soteriologia (doutrina da salvação), é desconhecer o plano divino da salvação, da reabilitação do homem. A salvação do crente é certa e eterna. Disse o Salvador: "Daqueles que o Pai me deu, nenhum se perdeu" (João 17:12).

O irmão filosófico pode separar-se. O evangélico, não. O elo da graça não se parte . . .

Não temos "irmãos separados". Irmãos verdadeiros são todos os que estão unidos com Cristo, pela fé.

Agradecemos a *generosidade* do Autor, chamando-nos "irmãos separados", mas, corrigimo-lo, para que saiba que irmandade alguma temos com as trevas, com a idolatria. Oxalá fôssemos todos irmãos em Cristo, como

o Mestre e os apóstolos apregoaram, bem assim nosso grande reformador Lutero, quando teve de romper os liames com Roma, por se haver esta divorciado da Verdade.

A Igreja Romana, na realidade, foi quem se separou da doutrina do Cristo. Foi ela que, com as suas inovações contraproducentes, algumas delas em clamorosa e berrante contradição com os ensinos da Palavra de Deus, se desviou do legítimo caminho. A ela, pois, cabe a culpa da separação, afastando-se doutrinàriamente dos verdadeiros evangélicos. E o fêz tanto, que a distância que separa, hoje, a Igreja Católica do Protestantismo é imensurável, e não é possível, por isso, haver mais comunhão de idéias entre os postulados dêste, cristãos, e os aceitos pelos teólogos e doutrinadores daquela. Assim, pois, uma barreira intransponível nos separa. Que comunhão pode haver "entre Cristo e Belial", entre "a luz e as trevas"?

Daí, não sermos nós, "irmãos separados"; ideològicamente, foram os católicos romanos que se desviaram dos cristãos evangélicos, visto que, separados ou divergindo radicalmente, em muitos pontos capitais, da doutrina básica comum, o rompimento seria inevitável, como de fato foi. O que Lutero quis não foi separar-se da Igreja, mas, reformá-la, isto é, reconduzi-la aos dias gloriosos da Igreja Primitiva, levá-la inteiramente aos pés de Jesus, e submetê-la exclusivamente aos ditames do Divino Mestre. Não podendo fazê-lo, porque a controvérsia doutrinária era enorme, naturalmente, com o afastamento de Cristo das hostes católicas, muitos irmãos sinceros não puderam mais comungar nessa Igreja. Portanto, não fomos nós, os evangélicos, que deixamos Cristo, e sim, os inovadores ultramontanos.

Dir-se-á que os evangélicos (os protestantes) não existiam antes de Lutero. Sim, e não. Não, històricamente, mas, sim, doutrinàriamente, pois êsses cristãos (os que protestaram) lá estavam, no seio da Igreja. Lutero, como sabem todos, era monge de Wintenberg. Estavam lá, porém, com os espíritos em revolta, prontos para o grande movimento separatista. E, para não se contaminarem,

romperam. É como se perguntássemos: onde estava o seu rosto antes de ser lavado?

O autor

Muito poderíamos discorrer sôbre o Autor de "Aos Irmãos Separados". Entretanto, limitar-nos-emos apenas, aqui, a dizer que duvidamos da sinceridade de suas convicções doutrinárias, porque ninguém que tenha sido alcançado pela Graça de Jesus poderá converter-se ao catolicismo romano, com espírito sincero. Ninguém que conheça os esplendores do Evangelho poderá ficar fascinado pela pirotecnia da religião "dominante", tal o acervo de dogmas, cada qual mais vulnerável e incongruente, de que está repleto êsse sistema doutrinário.

O dogma em que se ergue o "lindo" edifício do romanismo — a transubstanciação — é palha . . . que esvoaça ao primeiro sôpro da argumentação. Por isso é que afirmam os teólogos romanistas: *"Praestet fides supplementum sensuum defectui"* (sirva a fé de suplemento ao que a vista não pode alcançar). É uma confissão tácita, em língua morta, de que o dogma se firma em alicerce inconsistente. Na "hóstia" *está* Cristo, dizem; mas, se isto não fôr uma realidade, apela-se para a fé. Fé ou visão? . . .

A obra

Seu Autor, inicialmente, na pág. 20, afirma: "Quando conheci por dentro esta Igreja Bendita, que agradável sensação eu tive de novidade! . . ."

Respondemos simplesmente ao ilustre apologista católico, ex-ex-protestante, que quase todos os católicos só conhecem a *"igreja por dentro"*, onde tudo é esplendor. Quem a conhece *de fora*, com seu manancial de perseguições, da Idade Média aos nossos dias, sabe que ela queimou Joana D'Arc (Igreja por fora) e depois a canonizou (Igreja por dentro).

CAPÍTULO II

IMAGENS SAGRADAS

"Como os venenosos reptis que, no fermento da podridão e imundícies, se desenvolvem e pululam, a *impiedade cética* de nossas eras nasceu do enxovedo das prevaricações da hierarquia romana" (Garrett, *Port. Obr. Compl.*, pág. 536).

No tocante à apologia das imagens, a desculpa do Autor é infantilíssima e tem reprovação fulminante nas suas próprias palavras, pois confirma êle que, no texto do 2.º Mandamento da Lei de Deus, realmente foi condenada a *adoração* de imagens, mas que isto não implica a proibição de fazê-las.

Incrível, partir semelhante raciocínio de um môço lido como Eurípides! É de estarrecer! Então, se houve, de fato, como confessa, a proibição, por parte de Deus, de *adorar-se* imagem, não é isto que realmente a Escritura ensina e o protestantismo apregoa? Mas, o absurdo inqualificável da afirmativa do Autor foi dizer que Deus não proibiu *fazerem-se* imagens. Mas, não foi, precisamente, com esta proibição que começou o Mandamento — *"Não farás para ti . . ."*?

Assim reza o 2.º preceito, conforme tradução da Vulgata pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, aprovada pelo Arcebispo da Bahia e pela Rainha D. Maria II, em 1842, com a consulta do Patriarca Arcebispo de Lisboa: *"Não farás para ti imagens de escultura, nem figura alguma de tudo que há em cima no céu, e do que há em*

baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás e nem lhes darás culto" . . . (Êxodo 20:4; Lev. 26:1; Deut. 7:25; Deut. 27:15; Is. 2:20; 42:8; 42:17, 19 e Apoc. 21:8).

Outros apologistas católicos foram mais objetivos em seus argumentos, apesar de se terem mostrado ainda fracos na defesa da tese.

Um dêles, por exemplo, afirmou que o mandamento proíbe imagens de deuses falsos, pagãos, e não dos santos. Ora, o mandamento é claro: *"De tudo o que há no céu, na terra e debaixo da terra"*. Logo, a divindade e os santos também estão incluídos.

É tão importante êste assunto, que o Grande Legislador, recomendando ao povo os deveres e obrigações para com Deus, assim se expressou: *"Guardai, pois, com diligência, as vossas almas: pois, semelhança alguma vistes no dia em que o Senhor nosso Deus, em Horeb, falou convosco do meio do fogo, para que não vos corrompêsseis e façais alguma escultura, semelhança de imagem, figura de macho ou de fêmea, figura de algum animal que haja na terra, figura de ave ligeira que voa pelos céus, figura de algum animal que anda de rastros sôbre a terra; figura de algum peixe que anda nas águas debaixo da terra; que não levanteis os vossos olhos aos céus e vejais o Sol, a Lua e as estrêlas, todo o Exército dos céus e sejais impelidos a que vos inclineis perante êles, e sirvais àqueles que o Senhor Nosso Deus repartiu a todos os povos debaixo de todos os céus"*.

Diz S. S., à pág. 22 do seu livro, que, diante dos têrmos categóricos da Escritura Sagrada, foi condenado o "tirar retratos" etc. Seria interessante perguntar, aqui, ao ilustre (!) Autor, o que entende por "tirar retratos". Se, por tal, entender *fotografias,* é profundamente lamentável o êrro de anacronismo em que caiu, pois, nos tempos do A. T., não passava pela cabeça de ninguém que se viriam a usar máquinas fotográficas, que só nos tempos modernos foram inventadas.

A proibição é tão veemente, que o Senhor chega mesmo a amaldiçoar aquêles que *fazem* tais coisas (Deut. 27:15). Note bem, Eurípides, o verbo *fazem.*

Vejamos outros passos bíblicos que condenam tanto o *fazer* como o *adorar* imagens:

1) Escreve o Vidente de Patmos: "Aos idólatras está reservado o fogo que arde com fogo e enxôfre, o que é a segunda morte" (Apoc. 21:8). "Em tua casa não meterás coisa alguma que seja de ídolo, para não vires a ser anátema como êle (ídolo) também o é. Detestá-lo-ás como as coisas mais hediondas e sórdidas, porque é um *Anátema*".

2) "Maldito o homem que *fizer* imagem de escultura ou de fundição, abominação do Senhor, obra da mão do artífice" (Deut. 27:15). Note, mais uma vez, Eurípides, a terminante proibição de *fazer.*

3) "Eu sou o Senhor; isto é, o meu nome; a minha glória não darei, nem o meu louvor às imagens de escultura" (Is. 42:8).

4) "Nada sabem os que trazem em procissão as suas imagens de escultura, feitas de madeira, e rogam a um deus que não os pode salvar" (Is. 2:20). Êste texto do vidente Isaías bem se amolda às *procissões romanistas* dos nossos dias, em que se carregam imagens de madeira pelas ruas! Pudera! Êle falava divinamente inspirado!

5) "Não fareis para vós ídolos, nem *levantareis* imagens (como fazem os católicos) de escultura, nem estátua; nem poreis pedra figurada na nossa terra, para inclinar-vos a ela: porque eu sou o Senhor vosso Deus" (Lev. 26:1). "Naquele dia o homem lançará às toupeiras e aos morcegos os seus ídolos de prata; e os seus ídolos de ouro, que fizeram para se prostrarem diante dêle" (Is. 2:20). E o simples fato de se proibir a *adoração* de imagem, já em si contém a proibição de fazê-la, pois não se deve fazer o que é objeto de culto idolátrico e condenável! . . .

E assim inúmeros outros textos sagrados.

Opinião de autoridades da Igreja

Prosseguindo na réplica sôbre o culto das imagens, vejamos a opinião das autoridades da Igreja, através dos séculos, autoridades diante das quais o Eurípides não é digno de desatar-lhes as correias das sandálias.

Primeiramente, saibam todos os católicos que os Pais da Igreja muito lutaram contra a tendência dos pagãos convertidos, que queriam introduzir na Igreja as imagens dos santos.

LACTÂNCIO dizia: "Onde há imagem, não há religião"; ORÍGENES, célebre doutor da Igreja, dizia: "Pessoa sensata não se rirá de um homem que olha para as imagens *e lhes dirige oração* ou, contemplando-as, se dirige ao ser contemplado em sua mente?" ERASMO, sábio sacerdote do século 15, escreveu: "Até ao tempo de S. Jerônimo (A. D. 400), aquêles que professavam a verdadeira religião não consentiam imagens nas igrejas, nem pinturas, nem mesmo a pintura de Cristo. É um fato de superstição prostrar-nos diante de uma imagem, falar-lhe, beijá-la e olhar para ela intencionalmente. Mas, não sòmente isso, como orar diante dela" (Erasmo, Tomo V, pág. 1,187); HENRIQUE CORNÉLIO AGRIPA, sacerdote católico romano, de grandes e variados conhecimentos, diz: "Os costumes corrompidos e a falsa religião dos gentios corromperam também a nossa religião, *introduzindo, na Igreja, imagens e pinturas, com muitas cerimônias de uma pompa externa, sendo que nada disso se via entre os primeiros e verdadeiros cristãos*" (cap. 57, pág. 105); o ARCEBISPO AGOBARDO, de Lião, diz: "Os padres ortodoxos (da religião verdadeira) tomaram providências para que pintura alguma fôsse colocada nas igrejas, para evitar que se adorasse o que estava pintado nas paredes . . . E continua: "Não há exemplo, em tôda a Escritura, ou nos Padres, da adoração das imagens; elas podem ser empregadas como adôrno, para agradar a vista; nunca, porém, para instruir

o povo" (Agobardo, seu livro, pág. 266); BERGIER, grande autoridade católica, em seu dicionário francês, edição de 1852, livro III, pág. 243, no artigo sôbre *"Imagens"*, declara: *"Proíbe qualquer culto"*.

Desculpas dos romanistas

Roma procura fugir aos argumentos, como qualquer apologista romano e apresenta as seguintes desculpas:

1.ª "Que esta lei foi revogada". Ora, a Igreja declara que o Decálogo foi abolido? Jamais. Logo, não tem razão.

2.ª Alega, ainda, que apenas tem os retratos dos santos, como temos os dos nossos pais, dos nossos irmãos, etc. Êste foi o argumento do nosso célebre Eurípides. Respondemos que ainda assim, mesmo que isto valesse alguma coisa, carece provar que êsses retratos são verdadeiros. Cristo não deixou retratos, nem os santos . . . Por exemplo, a Verônica, segundo Roma, foi uma mulher muito piedosa, em cujo lenço, ao enxugar as lágrimas de Jesus, ficou gravada a imagem (retrato) do Mestre. Neste lenço, diz, se acha a efígie de Jesus até o dia de hoje! Já ouviram contar história semelhante? Não é de pasmar a duração dêste lenço, quase 20 séculos? . . . Entretanto, a grande autoridade católica, que é Bergier, diz que esta tal de Verônica nunca existiu! . . . E afirma que o Jesus Cristo da Itália é parecido com um italiano e a imagem de Cristo, na África, é preta!

3.ª Outra desculpa de romanistas: devemos pedir aos santos, que êstes peçam por nós a Deus. Ora, os santos não são oniscientes. Logo, é uma grande tolice tal prece.

4.ª Dizem, ainda, que a imagem é apenas uma lembrança, um estímulo. É verdadeiramente psicológico! Êste argumento é especìficamente euripidino, mas, é, também, muito perigoso, porque confunde símbolo com realidade.

O crucifixo, por exemplo, é muito bonito, mas não nos mostra a realidade de Jesus Cristo. Outra objeção levantamos contra esta prática: Cristo está com os braços na cruz dos romanistas — quando, na realidade, hoje, Êle não está mais em cruz alguma; leva-nos ao Calvário — todavia, há dois mil anos, Êle, da Cruz, desceu ao túmulo e de lá ressuscitou! Logo, ainda que quiséssemos admitir o símbolo do morto, estaríamos errados. Além disso, é absurda a teoria, porque, se algo pudéssemos fazer para nos ajudar em tal crença (qual seja o símbolo), certamente êsse poder já indicaria que seríamos, nós mesmos, maiores e mais poderosos que a cousa criada. Portanto, "adoraremos a Deus em espírito, como Êle quer que O adorem, os que O adoram".

Pareceres de vários concílios

1 — O CONCÍLIO DE ELVIRA, em 305 A.D., proibiu terminantemente a prática da idolatria.

2 — O CONCÍLIO DE CONSTANTINOPLA, em 754 A.D., a que assistiram 438 bispos, decidiu que: a) todo o culto prestado às imagens era contrário às Escrituras Sagradas e à doutrina da Igreja, nos séculos de mais pureza; b) o culto das imagens era idolatria; c) o uso das imagens na Igreja era costume tomado dos pagãos; d) tal costume era de tendência perigosa, e, portanto, devia ser abolido, como mandava que o fôsse.

3 — O CONCÍLIO DE FRANCFORTE (cidade da Prússia), convocado por Carlos Magno e composto de 300 bispos, proibiu o culto das imagens.

4 — O CONCÍLIO DE CONSTANTINOPLA, em 816 A.D., condenou também o culto das imagens.

5 — O CONCÍLIO DE PARIS, de 825 A.D., declarou ser gravíssimo êrro dizer-se que, pelas imagens, se poderiam obter certos graus de santidade.

6 — O CONCÍLIO DE TRENTO (cidade da Itália — século 16), concílio ecumênico, para reprimir, sem dúvida,

os abusos que se praticavam em tôrno do culto das imagens, decretou o seguinte: "Tôda a superstição, pois, na invocação dos santos, veneração das relíquias e sagrado uso das imagens "SEJA EXTINTO" (Sessão 25, pág. 355).

Conclusão

Inúmeras são as referências contrárias ao culto das imagens: pelas Escrituras, por católicos eminentes, por vários Concílios da Igreja, nos livros dos Pais da Igreja etc., etc. . .

Fica, pois, compreendido que nem na Igreja Judaica, nem na Igreja Cristã Primitiva, os fiéis adoravam imagens ou lhes prestavam qualquer culto. "Porque Deus é espírito, e em espírito e em verdade é que devem adorá-LO, os que O adoram".

E Eurípides confessa mesmo que não é para adorar outros!

Jesus Cristo confirmou o ensino da Lei, quando disse à mulher samaritana: "Mulher, a hora vem, e agora é, isto é, está chegada, em que os verdadeiros adoradores adorarão ao Pai, em Espírito e em Verdade, porque o Pai quer que assim O adorem, os que O adoram. Deus é Espírito, e importa que os que O adoram, O adorem em espírito e em verdade".

Monsenhor Davine, em seu livro, explicando o catolicismo, à pág. 60, declara que a invocação dos santos, dos anjos e seu culto *absolutamente nada serve para a salvação* (o grifo é nosso). Então, se para nada serve, para que fazer isto??? Não é grossíssima inutilidade de Roma? . . .

Pelo culto espiritual, o homem se eleva da terra ao céu, se dignifica, se enobrece, se santifica e se aperfeiçoa, porque se põe em comunhão com Aquêle Espírito de Luz e Vida, de Sabedoria e Amor, e assim, o nosso espírito se identifica com Deus, pela comunhão do pensamento e do coração.

Consoante o que escreveu Rui Barbosa no "O Papa e o Concílio", "esta é a religião do homem novo, nascido sob a Cruz; do espírito, que vivifica e não da letra, que mata; da comunicação interior entre o coração e Deus; da caridade e brandura para com todos os homens; religião de luz e que na luz se desenvolve; religião, cujo Pontífice é o Cristo; religião de igualdade, fraternidade, justiça e paz; religião, em cujas entranhas se firmou a civilização moderna, em cujos seios sugou o leite de suas instituições e a cuja sombra, amadurecerá e frutificará a sua virilidade".

Amigo Eurípides, amigo católico, tua alma está enfêrma, está em perigo. Em nome de Jesus Cristo, atira fora os ídolos, antes que se cumpra, contra ti, a profecia de Isaías 2:20; antes de chegares ao dia em que "o homem lançará às toupeiras e aos morcegos os seus ídolos de prata e os seus ídolos de ouro, que fêz para se prostrar diante dêles".

Atira-te nos braços de Cristo, do Cristo Vivo, d'Aquêle Cristo que disse: "Eu estarei convosco até à consumação dos séculos".

CAPÍTULO III

A TRANSUBSTANCIAÇÃO

> "Como os venenosos reptis que no fermento da podridão e imundícies se desenvolvem e pululam, a *impiedade cética* de nossas eras nasceu do enxovedo das prevaricações da hierarquia romana."
> (Garrett, Port. — Obr. completa, pág. 536).

Antes de entrarmos no assunto, cumpre-nos desafiar o ilustre apologista católico para revelar o nome daquele protestante anônimo, a que se refere em seu livro (páginas 41 e 42) e que, como afirma, estava em "torturantes dúvidas" sôbre o tema da transubstanciação e lhe escrevera para pedir orientação espiritual.

Citar um protestante para tentar, com isto, defender tão absurda tese, mesmo que lhe desse a identidade, em nada abalaria a crença do protestantismo, quanto mais em se tratando de uma citação anônima.

Passemos à refutação da doutrina mais inconsistente, estapafúrdia e insensata do romanismo: *a transubstanciação.*

Refutá-la-emos científica, bíblica e històricamente, e, por fim, apresentaremos o seu verdadeiro significado espiritual.

I — Cientificamente

Afirma Eurípides que "repugna também aos católicos a idéia cafarnaítica da manducação de ossos e músculos

na recepção do Santíssimo Sacramento. Não é isto, porém, que a Igreja ensina. O que nós cremos é que o Santíssimo Corpo de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo está presente no Sacramento do Altar em forma de *substância*".

Muito bem. Segundo a filosofia aristotélica, adotada por Tomás de Aquino, cada coisa se compõe de *substância* e *acidentes*. E por *substância* entende-se a íntima essência de uma coisa e por acidentes, a manifestação visível dessa coisa ou substância.

Ora, ensina a teologia católica que, na hora da consagração dos elementos, pão e vinho, quando o sacerdote profere as palavras de Cristo — "isto é o meu corpo", "isto é o meu sangue" — imediatamente êsses elementos se transformam na substância da carne e do sangue de N. S. Jesus Cristo, enquanto seus acidentes externos — côr, forma, gôsto, cheiro etc. — continuam a persistir.

Entretanto, tal "transubstanciação" não se dá nos domínios da realidade. Começaremos a refutação, primeiro, cientìficamente, pois os mais ferrenhos adversários dessa doutrina romanista são os cientistas. Tenham a palavra, portanto, Oppenheimer, Bohr, Fermi, Einstein, corifeus da ciência moderna.

Química e electrônicamente já se tem analisado hoje a substância do pão e do vinho devidamente "transubstanciados", e o resultado é farinha de trigo e vinho de uva. Nada mais.

Ora, é evidente que a substância da carne não é a mesma da do pão; bem assim, a substância do vinho não é a mesma da do sangue. Pois tal é o resultado a que tem chegado a ciência, desmoronando, destarte, o monumento *granítico* do catolicismo romano.

Por outro lado, ingerindo-se certa quantidade de hóstias consagradas, verificar-se-ia, no exame químico dessa substância ingerida, a existência da substância de carne, se, de fato, tais hóstias fôssem a própria carne do Senhor.

Mas, a realidade científica denota, sim, a substância de pão, e nunca a de carne. Logo, cientìficamente, não

houve nenhuma mudança de substância, ou seja, a decantada transubstanciação.

Por igual, ingerindo-se certa quantidade de vinho consagrado, a análise química deveria acusar a existência da substância de sangue. Ora, cientìficamente tal fato nunca se deu, nem se dará. Pela ciência, pois, a transubstanciação é o maior absurdo que se pode imaginar.

Se quisermos mais uma prova científica evidente da irrealidade dessa inconsistente doutrina romanista, beba-se, por exemplo, um litro de vinho consagrado, e veremos se êle perdeu, realmente, a propriedade inerente ao vinho, qual seja a de embriagar. A resposta a tal argumento é óbvia para tôda gente que tem um pouco de visão. Desnecessário será fazer-se tal prova, porque, *a priori*, todos concluem que o vinho, mesmo consagrado, jamais deixou de embriagar. Portanto, a substância do vinho não desapareceu de forma alguma.

Poderá duvidar alguém, com um pouco de visão, inclusive o senhor Eurípides, de que, cientìficamente, a transubstanciação não é mais que evidente absurdo?

Em face de tudo isso, que cérebro algum jamais conseguirá destruir, deixe de sofismas e subtilezas, meu caro Eurípides!

Lembre-se que *in rebus scientiae, quod est, est.*

Êstes são os fatos, e contra fatos não há argumentos.

Como vimos, não são os protestantes os maiores inimigos da transubstanciação, mas, sim, a própria Ciência, baseada ainda no grande princípio elementar da essência das coisas: *esse et non esse, non potest esse.*

Assim, se o vinho consagrado não perdeu as propriedades inerentes à substância de vinho, como cientìficamente se demonstra, não pode admitir-se que êle seja vinho e sangue de Cristo, ao mesmo tempo.

O mesmo se dá com a hóstia: se, mesmo consagrada, conserva as propriedades da substância do pão, não pode, portanto, ser ao mesmo tempo a substância do corpo de Cristo.

Por outro lado, tome bem nota disto, que é de capital importância, ilustrado (!) Eurípides: na última Ceia, quando Cristo deu o pão aos Seus discípulos, não podia, contra tôdas as leis naturais, de que o próprio Deus é Autor, dar-lhes a comer o Seu corpo e continuar intacto, como ficou, de verdade. Nem vale, aqui, o subterfúgio do argumento de que a Deus nada é impossível.

Em verdade, sabe muito bem que há muita coisa que é impossível a Deus, dentro da melhor ortodoxia. Desafio o ilustre (!) autor que me conteste esta afirmativa.

Será possível a Deus cometer pecado? Será possível a Deus, que é a Suma Justiça, tornar-se injusto? Será possível a Deus, que é a Suma Verdade, fazer-se mentiroso?

E quantas mais perguntas desta natureza poderíamos aqui formular!

É que Deus pode fazer tudo, sim, contanto que não repugne à Sua própria essência, ou seja, fazer absurdos ou coisas contraditórias.

Mesmo nos mistérios relacionados com a Divindade, nota-se esta mesma concepção.

Assim é que podemos não compreender os mistérios, precisamente porque são mistérios. Entretanto, nêles não podem existir contradição ou absurdo.

Logo, se a teologia ensinasse que Deus era UM e TRÊS ao mesmo tempo, seria um absurdo; mas, a teologia jamais defendeu tal cousa. Ela ensina que Deus é UM, quanto à essência; e é TRINO, quanto às pessoas divinas. Repare bem nisto, amigo Eurípides: se a teologia ensinasse que Deus era UMA pessoa e TRÊS pessoas ao mesmo tempo, isto é que seria absurdo, porque as próprias idéias se neutralizavam.

Chegamos, assim, à conclusão de que é de valor nulo o subterfúgio do argumento de que a Deus nada é impossível, como Você alega.

E se quiser agora mais uma lição, completaremos o seu raciocínio, que Você deixou suspenso, dizendo-lhe: a Deus nada é impossível em tudo aquilo que está dentro da

órbita do Seu Infinito Poder, ou seja, tudo, menos o que repugna à Sua própria essência, conforme vimos.

Julgamos desnecessário qualquer outro argumento para fazer ruir o castelo de cartas de que o ilustrado (!) Eurípides faz consistir o baluarte da defesa dos seus fracos argumentos.

Todavia, ainda mais algumas considerações científicas.

Deus não nos poderia dar ensinamentos absurdos.

Por exemplo, Roma ensina que os acidentes dos elementos — pão e vinho — são conservados, no ato da bênção sacramental dos elementos, e só a substância é que muda.

Ora, reflitam os srs. romanistas: como é possível a substância de uma coisa deixar de ter as propriedades dessa coisa? Não é isto absolutamente anticientífico?

Ainda mais alguns esclarecimentos.

Não foi impossível a Cristo, como Deus que era, dar a vida a um morto, na pessoa de Lázaro. Isto não encerra absurdo nenhum, mas, apenas revela o Poder Divino de que Cristo era dotado, até sôbre a morte. Mas, se as Sagradas Escrituras nos ensinassem que Cristo ressuscitou a Lázaro e ao mesmo tempo o cadáver de Lázaro continuasse na sepultura, isto já envolveria um absurdo. Não é semelhante a isto a incongruência romanista que afirma estar todo o corpo de Cristo na hóstia consagrada e, ao mesmo tempo, no céu? E isto, sem ocupar espaço?! *Hoc opus hic labor est!* . . .

Nem venha o "mestre" Eurípides para cá com a história de que o corpo de Cristo está em forma de *substância,* na aludida hóstia. Já reparou, "sábio" escritor, que a substância de uma coisa não pode, de forma alguma, estar separada da mesma coisa? Não vê que isso é subtileza demasiado infantil, que não cabe na cabeça de ninguém que tenha miolo?

Para que pretende, então, fugir à dificuldade, usando de subtileza?

II — Bìblicamente

Após da argumentação científica contra a transubstanciaçao, que se harmoniza perfeitamente com a Bíblia, passemos a tratar da matéria diretamente nos textos bíblicos.

Se ao menos ensinassem que a tal transubstanciação se dava nos domínios subjetivos da fé do comungante, seria menos absurda a doutrina. Tal não ensinam, porém; ao contrário, interpretam literalmente as palavras de Jesus: "isto é o meu corpo, isto é o meu sangue" ou estoutras: "a minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue, verdadeiramente bebida".

Esquecem-se os teólogos católicos de que Jesus Cristo estava ali, presente, em pessoa, quando pronunciou tais palavras, e que, portanto, não poderia, absolutamente, distribuir Sua própria carne e Seu próprio sangue! Absurdo!

E o absurdo se torna ainda maior, quando verificamos que, na instituição da Eucaristia, Cristo não só distribuiu os elementos, como participou dêles; donde se conclui, à luz da doutrina romana, que Cristo comeu a própria carne e bebeu o próprio sangue. Absurdo dos absurdos! Não se vê, por aí, lògicamente, que só se deve admitir a interpretação figurativa?

Por outro lado, tanto não deveriam ser tomadas literalmente as Suas palavras, que Êle esclareceu seu significado em outros textos:

1 — "Eu vos digo que, desde agora, não beberei mais dêste *fruto da vide* (notai bem: "fruto da vide", e não "Seu sangue") até aquêle dia em que o beba, novo, convosco, no Reino de meu Pai" (S. Mat. 26:29). Tais palavras, Jesus as proferiu logo após da instituição eucarística, e, possìvelmente, com o cálice na mão, depois da comunhão dos apóstolos. Pois bem, elas afirmam categórica, insofismàvelmente, que o vinho não foi transubstanciado porque êle é chamado *"fruto da vide"*. Logo, Jesus não ensinou a transubstanciação.

Chamamos a atenção do leitor para a tradução, que fizemos diretamente do original grego, *"que o beba, novo, convosco"*, pois, na comunhão celestial não será usado mais o "fruto da vide", mas, sim, um novo néctar, que só o Senhor sabe qual seja, mesmo porque lá não haverá mais necessidade da recordação ou da memória do suplício da Cruz, visto como o Divino Mestre estará para sempre, pessoalmente, com os Seus discípulos fiéis.

2 — "Fazei isto em memória de mim, porque, tôdas as vêzes que comerdes dêste pão e beberdes dêste cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Êle venha" (1.ª Cor. 11:26).

Ora, se é "em memória" e se, ao "comerdes dêste pão e beberdes dêste cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Êle venha", é forçoso admitirmos que o Cristo *está ausente* e, pois, *não está presente* no pão e no vinho.

E mais: Sempre que na Bíblia se fala da Eucaristia, o pão é chamado *"pão"* e o vinho, *"vinho"*. Chama-se, outrossim, ao rito — *"o partir do pão"*.

3 — O próprio S. Pedro, que Roma considera o seu primeiro Papa, (o que refutaremos mais adiante), manifesta-se contra a presença real de Cristo na hóstia, quando afirma: "O qual (Jesus) é necessário que o céu receba até ao tempo da restauração de tôdas as coisas" (At. 3:21). Ora, isto importa dizer que o Senhor é acolhido no céu até o fim do mundo. Mas o padre, pela Missa, pretende fazê-LO descer à terra, quantas vêzes queira!

4 — "Os pobres sempre os tendes convosco, mas nem sempre me tendes a mim" (S. Mat. 26:2). Ora, se Jesus estivesse na Eucaristia em tôda a Sua plenitude, teria mentido.

5 — "Pedirei ao Pai, e Êle vos dará outro Consolador, que estará para sempre convosco" (S. João 14:16). Ora, se Jesus estivesse verdadeiramente na hóstia, teria dito aos Seus discípulos que permaneceria com êles sob as espécies do pão e do vinho. Mas tal não disse Jesus!

O texto básico dos adversários

"A minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue é verdadeiramente bebida" (João, 6:55). Eis o texto básico dos nossos adversários, o em que mais se estribam êles, para defender a transubstanciação. Insiste o Autor, à luz dêste texto, que "nada há mais claro", e ainda diz que os discípulos tanto O interpretaram literalmente, que exclamaram: "Duro é êste discurso, quem o pode ouvir?"

Sim, Eurípides, o fato de os discípulos se escandalizarem com a afirmativa do Mestre é mais uma prova do absurdo da doutrina, porquanto êles estavam acostumados sempre a ouvir os ensinos de Jesus em têrmos espirituais (isto é, no sentido espiritual), e assim é que Êle lhes falou, no texto em aprêço, conforme demonstraremos irretorquìvelmente, e não em sentido literal, como Você, erradamente, julga.

Citemos o texto na Vulgata: *"Caro mea vere est cibus et sanguis meus vere est potus"* (João 6:55).

Através da argumentação do Autor que vimos refutando, nota-se perfeitamente a influência que nêle exerce o modo de ver da teologia dogmática católica. Em verdade, todos os autores de teologia dogmática católica fazem do advérbio VERE o seu cavalo de batalha. Entre êsses teólogos citaremos os nomes de Hurter, Pesch, Tanquerey. E ainda há muitos outros.

Supondo que tal vocábulo (VERE) é de valor absoluto, nós ousamos perguntar: Como interpretam, então, a frase de Cristo, em que Êle diz, conforme se lê na mesma Vulgata: "EGO SUM VITIS VERA"?

Para os leitores que não saibam latim, traduzimos a frase: *"Eu sou a Vide verdadeira"* (João 15:1). Se tomamos à letra o têrmo "VERA", que significa "VERDADEIRA", somos forçados a admitir que Cristo é uma planta.

é a própria videira! Que dizem a isto as inteligências romanistas?!

Como vêem, não forçamos, aqui, têrmo algum; apenas usamos do mesmo argumento dos nossos adversários.

Dizem êles que Cristo disse: "O meu corpo é *verdadeiramente* comida e o meu sangue é *verdadeiramente* bebida". Logo, se Cristo disse *verdadeiramente*, não podemos admitir, dizem os teólogos em aprêço, que Êle falasse em sentido figurado.

A pari, argumentamos nós: Cristo disse "Eu sou a Vide *verdadeira*". Logo, também não se pode admitir que Êle não seja videira (planta) de verdade.

Então, perguntamos mais uma vez: Poderá Cristo ser uma planta?!

Pobre Eurípides! Terá imaginado, alguma vez, despautério tão grande, como êste, no pensamento de Cristo? Já vê, portanto, que o seu argumento nada vale, é nulo.

O raciocínio é êste, meu caro: Tanto num passo bíblico, como no outro, Cristo falou apenas em sentido figurado, e nada mais.

Se pretende fugir à nossa conclusão, que é, além de lógica e esmagadora, de valor axiológico, terá, fatalmente, de admitir o absurdo de que Cristo disse ser uma planta real, pois disse ser *"vide verdadeira"*.

Estará certo ou não?

A interpretação das Escrituras Santas, segundo a hermenêutica universal, dar-se-á sempre pelas próprias Escrituras, isto é, pelos contextos ou por outras explanações doutrinárias que vêm esclarecer o pensamento do Mestre, dos seus profetas e apóstolos. Mas, no caso do texto em aprêço, nem a tal expediente precisamos recorrer, pois Cristo esclareceu imediatamente a dúvida que não só foi suscitada na mente daqueles discípulos, como profèticamente a que tem agitado as gerações dos inovadores romanistas.

Apesar de, como acima afirmamos, não ser necessário recorrer a outros textos, para deixar bem claro o pen-

samento de Jesus, no texto em litígio, vamos apresentar, todavia, alguns textos correlatos e exibir-lhes a verdadeira significação.

Vejamos, pois, à luz da lógica, da razão, do bom-senso, e, sobretudo, das Escrituras (textos e contextos), em que sentido devemos interpretar esta veemente declaração do Mestre.

1.º — Considerando-se que o Mestre nunca deu importância à matéria, a não ser no que tangia a relações ou símbolos de realidades espirituais, é claro que em todos os Seus ensinos, e, pois, no presente, o que Lhe interessava eram as energias invisíveis, espirituais.

2.º — Êle afirmou, em seguida, confirmando o sentido espiritual do texto, conforme a Vulgata: "*Spiritus est qui vivificat; caro prodest quidquam*" (o espírito é que vivifica; a carne para nada tem proveito"). E mais, em relação com o seu ensino sôbre o texto: "Se o grão de trigo não morrer, ficará estéril; mas, se morrer, produzirá muito fruto"; "Não foi a carne e o sangue que to revelou, mas sim meu Pai, que está nos céus"; "carne e sangue não podem herdar o Reino de Deus"; "Deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus aos que não nasceram do desejo da carne ou do desejo do varão, mas de Deus".

Êsses textos são mais que suficientes para provarem que Jesus, sempre que se referia às doutrinas da vida eterna, o fazia em sentido espiritual, e, neste sentido é que se devem entender as palavras: "a minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue, verdadeiramente bebida".

Mas, o Eurípides é impagável! Responde a tôdas essas evidências com o sofisma tradicional jesuítico: "Sim, de fato. Nosso Senhor declarou que a carne nada vale. Mas, como observa muito bem o pastor luterano Dr. Rodolfo Hasse, não disse isso a respeito da *Sua* carne" (Ob. cit., pág. 47).

Isto, Eurípides, é o maior sofisma da filosofia do inferno! Pois, o Senhor Jesus não acabara, no texto, de se referir à *Sua,* quando afirmou: "Minha carne é verdadeira comida"? Acaso, os discípulos que se escandalizaram com

a afirmativa, não necessitavam de uma explicação clara, meridiana, sôbre a carne de Jesus? E Êle, então, *ilógica* e *descabidamente* lhes respondeu que a carne dêles (discípulos) ou de outrem é que nada valia? Que tinha uma coisa com a outra? O tempora, o mores!

Você, meu caro, sentiu arrepios em sustentar, por si mesmo, que não tratava Jesus da *Sua* carne, e foi buscar apoio na afirmativa estulta e sofística de um pastor luterano! Pobres criaturas! É sempre assim: quando se quer ensinar doutrina contrária à Palavra de Deus, a mente e o raciocínio de tais prevaricadores ficam como que embotados, ao ponto de se comprometerem com afirmativas que os fazem cair no ridículo! É que satanás lhes cega o entendimento.

De resto, meu caro Eurípides, nunca se viu sofisma tão infantil como êste, pois Cristo se referia à carne humana, em geral, incluindo, portanto, a *Sua* própria carne, que era igual à de qualquer ser humano, visto ser Êle "homem perfeito", da geração de Davi, e não ser etéreo, imaginário — doutrina esta em que não há controvérsia entre os teólogos cristãos.

E, tanto assim é, que, se um católico, por exemplo, comer muitas vêzes a Eucaristia (como sucede com a comunhão freqüente), estando em pecado mortal, segundo a própria teologia católica, de nada lhe vale a comunhão; o que lhe valeria, sim, era a Graça de Deus, porque só essa é que poderá salvar.

Portanto, perguntamos: De que valeu, então, no caso dêsse católico, o haver comido a *carne* do Senhor? Valeu-lhe isso de alguma coisa? Não poderíamos, porém, fazer tal pergunta, se a virtude da Graça estivesse apenas contida na recepção da Eucaristia. Mas, não está, como vimos. Logo, *per se*, como se diria em praxe escolástica, o que salva não é a Eucaristia, mas sim a Graça de Deus, mesmo sem a Eucaristia, porque esta não constitui, pela própria teologia católica, sacramento absolutamente necessário para a salvação.

Não, meu caro Eurípides, o que vale é o espírito, é a Graça, é a harmonia da alma do comungante com a vontade santíssima do Senhor.

3.º — Vejamos outros textos que reforçam as considerações anteriores: "Não sabeis ainda que *tudo* o que entra pela bôca vai ao ventre, e depois é lançado fora, num lugar escuso?" (S. Mat. 15:17). (Medite bem neste passo da Sagrada Escritura, Eurípides, e verá como se desfaz o seu fraco argumento!)

E o que é que faz o padre? De uma hóstia faz o Cristo, toma-o, parte-o e, finalmente, o come, para, sem dúvida, acontecer o que disse Jesus no texto: "vai ao ventre e é lançado fora". Parece que êste passo bíblico foi escrito especialmente para os senhores deicidas, engolidores de hóstias, como a advertir-lhes, através dos séculos, que o que pregam e fazem redunda, fatalmente, nesse sacrilégio: *Deus* é digerido no estômago, vai para o ventre, e, finalmente, é lançado fora!

Estúpida, ignominiosa, absurda e altamente sacrílega doutrina!

Só no romanismo é que se vê semelhante bobagem! Isto é, em síntese, expor Jesus a coisas que revoltam a consciência!

Que pecado, meu Deus, que irreverência afirmar que é de Ti, a pura essência, um pedaço de massa fabricada por mãos ímpias, por mãos de pecador! E o recebem na bôca imunda e suja, certos de que lhes vem ao coração a viva e real presença do Senhor! . . . (Cit. do livro "O Romanismo à Barra do Evangelho", do mesmo autor).

Prosseguindo, nas citações bíblicas que confirmam o sentido espiritual indiscutível de textos similares ao de S. João 6:55, vamos comentar mais os seguintes:

"Eu sou o pão da vida; quem vem a mim não terá fome, e quem crê em mim jamais terá sêde" (S. João 6:35). Estas expressões foram ditas às multidões que, cientes de que Deus lhes dava *"o pão que vem do céu e dá vida ao mundo"*, pediram-lho, dizendo: "Senhor, dai-nos sempre *dêste pão"*. E a resposta foi que quem vai a Jesus

come Jesus, e quem n'Êle crê jamais terá sêde. Se se tratasse de comer Jesus, materialmente, na hóstia, Êle teria de aconselhá-los a que recorressem ao sacrifício da Missa, que esperassem a instituição da Eucaristia, que, então, êles comeriam da Sua carne e beberiam do Seu sangue . . . Mas, Cristo, Eurípides, não era romanista, para ensinar tal doutrina! . . .

Reitere-se, finalmente, o texto: *"O espírito é que vivifica; a carne para nada aproveita; as palavras que eu vos digo são espírito e vida"* (S. João 6,63). Já nos referimos a êste texto e o interpretamos, à luz do bom-senso, da lógica, da razão, e de outros passos sagrados. Mas como o mesmo foi muito repisado pelo nosso adversário, como o mais forte argumento para a doutrina da transubstanciação, ainda precisamos esclarecer o seu verdadeiro sentido.

Diz o Autor que os discípulos entenderam literalmente as palavras de Jesus, e tanto isto é verdade, que exclamaram: "Duro é êste discurso, quem o pode ouvir?"

Muito bem. Admitamos que realmente os discípulos tivessem entendido as palavras de Cristo literalmente; mas não desfez Cristo, imediatamente, tal concepção? Não replicou Êle: "Em verdade, em verdade vos digo: Quem crê em mim tem a vida eterna"? E, quando assim lhes falou, não diziam as turbas, entre si, "Duro é êste discurso, quem o pode ouvir"? — Então, Jesus, de novo, explicou a sua doutrina: *"A carne para nada presta"*, isto é, para nada aproveita, pois a salvação está em crer, e quem crê, come a Jesus. *"As minhas palavras são espírito e são vida"*.

Portanto, erra grosseira e ilògicamente o romanismo, quando pretende defender a transubstanciação, recorrendo a êsse texto.

Pobre romanismo!

"Isto é o meu corpo" —
Seu real significado

Alega o Autor que, ainda o que o leva a interpretar literalmente estas palavras — "isto é o meu corpo" — é

que, na linguagem siríaca, em que o Mestre falava, "há mais de 40 verbos para exprimir a idéia de representar! E Nosso Senhor desprezou êsses 40 verbos, para usar o verbo SER!"

Respondemos, ao *brilhante* polemista e *filólogo* (!), que é simplesmente deplorável a sua dialética lingüística, no caso em aprêço! Então, o verbo SER não tem o sentido de representar? Então, só porque na língua siríaca há mais de 40 verbos para exprimir a idéia de representar, não pode o verbo SER exprimir a mesma idéia, por tê-lo usado Jesus? Pelo contrário, sempre teve tal sentido, não só nesta, como em outras afirmativas de Jesus, em que, absolutamente, não é possível nem sequer se cogitar em sentido material, como, por exemplo, quando Êle disse: "Eu sou a videira verdadeira e meu Pai é o viticultor", advertência que já fizemos anteriormente; "Eu sou o caminho, a verdade e a vida"; "Eu sou a porta das ovelhas"; "Eu sou a luz do mundo"; "Eu sou o semeador" etc., etc. Tente o *mestre* Eurípides dar significação diferente da de *representar* ao verbo SER nesses textos, e verá o disparate em que há-de cair!

Assim é que, quando Cristo afirma: "isto é o meu corpo, isto é o meu sangue", trata-se de figura espiritual, como quando Êle diz: "Eu sou a videira verdadeira", "Eu sou o semeador", "Eu sou a porta" etc. É, pois, linguagem simbólica. Cristo é o simbolizado e não o símbolo.

Escreveu sôbre o assunto o notabilíssimo escritor, reconhecido primeiro na Igreja Católica como o maior escritor católico brasileiro, hoje ex-padre, Dr. Humberto Hohden: "...Não quis Jesus dizer que Seu corpo fôsse idêntico àquele pão, nem que Seu sangue fôsse idêntico àquele vinho. Isto seria interpretação materialista, que Êle tanto profligava. Quando os judeus ouviram dizer que lhes daria Sua carne para comer, entendendo com isto o corpo real, corrigiu-lhes Jesus êsse êrro dizendo que *"a carne nada valia"*, mas era o espírito, a compreensão espiritual, que dava vida; e frisou com grande ênfase: *"as palavras que vos digo são espírito e vida"*. E continua:

"Mesmo no alimento material, não é a matéria que nos dá vida, mas invisíveis energias solares nela contidas. Não é o Jesus físico que deve ser assimilado por nós, mas sim o Cristo espiritual".

Cristo sempre falava em linguagem espiritual, externando Seus grandes ensinamentos, como Êle, por exemplo doutrinou: "Em verdade, em verdade vos digo que, se não nascerdes de novo, não entrareis no reino de Deus". E, quando Nicodemos quis interpretar literalmente esta expressão de Cristo, Êle lhe advertiu: "És mestre em Israel, e não sabes isto?" E explicou-lhe tratar-se do renascimento do espírito, da regeneração e não de retôrno ao ventre da mãe. Eis a resposta do Mestre: "Na verdade, na verdade, te digo que aquêle que não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus". "O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é Espírito" (S. João 3:5,6).

Como muito sàbiamente respondeu ao jesuíta Leonel Franca o Dr. Ernesto Luís de Oliveira:

"Ensina a Igreja de Roma que nosso Salvador, por Sua encarnação, tornou-se verdadeiro homem; assumiu um corpo humano, tão humano como o nosso, e uma alma, tão alma como a nossa, e isso, a despeito da sua divindade; ensina ainda que as propriedades das naturezas humana e divina, conquanto unidas em uma só pessoa, se conservaram distintas, sem mistura ou confusão".

"Como, então, sucedeu que, no ato da instituição eucarística estivesse Nosso Senhor sentado à mesa e com o próprio corpo levantado pelas próprias mãos? Eram dois Cristos ou um só? É possível que um corpo humano ocupe dez, mil e mais lugares ao mesmíssimo tempo? Se tu me disseres que, sendo Jesus verdadeiro Deus, o seu corpo humano pode estar inteiro em tôda a parte ao mesmo tempo, eu te respondo que estás caindo nas malhas da heresia condenada pela Igreja, a de confundir as duas naturezas na pessoa de Cristo; estás atribuindo à natureza humana propriedades que só à natureza divina pertencem!"

"Entre o êrro e a heresia, escolham os romanistas!"

E outro absurdo é que, se Cristo, na hóstia, está inteiro, quer no vinho, quer no pão, quer no todo da hóstia, quer numa de suas partes, segue-se que Êle, ao tomar os elementos, sendo homem como qualquer ser humano (embora sem pecado), colocou-se inteiro dentro da própria bôca e do próprio estômago!

E qual foi a saída do "Doutor Angélico" para tão evidente absurdo? Foi esta: "Não, Cristo sentado à mesa estava localmente, e dentro da própria bôca e do estômago, sacramentalmente".

Respondeu-lhe, então, E. de Oliveira:

"O sofisma se desvanece, quando consideramos que a bôca é também um local onde o Cristo estava inteiro ao mesmo tempo que localmente inteiro sentado à mesa. Não há, portanto, réplica possível! Neste caso, o todo coube numa das suas menores partes! É absurdo!"

Por oportuno, transcrevemos, aqui, do nosso livro "O Romanismo à Barra do Evangelho":

"Isto é meu corpo" — ensina o bom Jesus,
como ensinou também — "eu sou a porta"
ou "vide verdadeira",
ou quando os Seus discípulos exorta
a produzirem frutos verdadeiros,
quais ramos da Videira!
Como Êle também disse — "eu sou a luz",
"sou Caminho, sou Vida e sou Verdade,
sou Mestre e sou Senhor"!
E assim foi que falou à Humanidade:
"Isto é meu sangue" — para redimir
o pobre pecador!
Na linguagem simbólica tão clara,
basta o bom-senso para interpretar
o que Cristo ensinou!
A todos Êle quis foi revelar
a vontade de Deus a obedecer,
e como Êle a imitou!

Vide, finalmente, textos das Santas Escrituras, além dos citados que impugnam, de modo absoluto, o dogma da transubstanciação, a doutrinação mais irracional do Romanismo: Rom. 6:9,10; Hebr. 10:10,12,14,48; 7:28,27; 1.ª Pedro 3:18; Mat. 26:28; Hebr. 9:22; João 6:35 comparado com o cap. 6:54,63; At. 3:21, comp. com Col. 3:1; 1.ª Cor. 4:1; Efés. 2:18; Apoc. 1:5,6; Mat. 26:27; Marc. 14:23; 1.ª Cor. 11:25,28 etc.

Desfazendo outro argumento

Pretende o Autor, páginas 46 e 47, estabelecer a relação entre o *"maná"* que alimentou os filhos de Israel no deserto, e o novo *"maná"* da Eucaristia, para dizer, repetindo as palavras de Cristo: "vossos pais comeram o maná e morreram; quem come êste pão (a Eucaristia) viverá eternamente".

De harmonia com o pensamento do Autor, seguir-se-ia que ninguém que tivesse comido a carne do Senhor (a Eucaristia) morreria eternamente, ou seja, nunca poderia ser condenado eternamente.

Ora, segundo a doutrina corrente na mesma Igreja Católica — coisa que o Autor não poderá contestar — se uma pessoa receber a Eucaristia em pecado mortal, fica sujeita à condenação eterna, supondo que morra imediatamente, sem tempo de se arrepender.

Somos forçados a concluir, nós e o nosso próprio adversário, que não está na comunhão da Eucaristia a salvação, mas sim na Graça que nos vem do próprio Deus. Ora, meu caro Eurípides, é precisamente a esta Graça — alimento divino, de que Cristo é a fonte suprema, por excelência — que Êle próprio se refere, quando afirma que quem comer a Sua carne e beber o Seu sangue, isto é, aquêle que se alimentar de Sua Graça, êsse, sim, é que tem a vida eterna, ou seja, a salvação.

Não é, portanto, no fato de comer a Eucaristia que consiste a salvação, mas, sim, em receber o dom da Graça do Senhor, que é o próprio Cristo dado pelo Pai, para que tenhamos a vida, e vida em abundância, *pro tempore et aeternitate.*

No mesmo sentido disse Jesus: "Eu sou o pão vivo que desci do céu". Para quê? — Para alimento das nossas almas. Ora, as nossas almas não se alimentam do pão material, mas, da Graça do Cristo.

Concorda, amigo Eurípides? Se não, destrua nossos argumentos, se é capaz.

Mais um argumento

Corroborando a argumentação que vimos apresentando, é preciso não esquecer o que S. Paulo, o "doutor das gentes", afirmou, diante dos atenienses mais cultos daquela época, membros do Areópago: "O Deus que fêz o mundo e tudo o que nêle há, sendo Senhor do céu e da terra, *não habita em templos feitos pela mão do homem*" (Atos 17:24).

Como poderia o grande apóstolo fazer tal afirmação, se Cristo, o Verbo Eterno, pelo qual foram feitas tôdas as coisas, visíveis e invisíveis, *habitasse* nos sacrários dos templos católicos?!

E, para terminarmos êste capítulo, fazemos-lhe ainda mais uma observação.

Segundo Você afirma, à pág. 43 do seu livro, Jesus Cristo estaria presente na Eucaristia *"em forma de substância"*.

Também aqui temos de reconhecer que Você, ou para fugir à dificuldade, (fraqueza que não recomenda nenhum argumentador), ou porque é ignaro da teologia católica, cujos preceitos pretende defender, não se expressou conforme a própria ortodoxia romana.

Em verdade, a fórmula com que a Igreja Católica se refere a êste assunto contém mais dois têrmos de capital importância, a que Você não faz a mínima referência.

Quando Você diz que Cristo está no Sacramento do Altar "em forma de substância", apenas faz menção ao têrmo latino *"substantialiter"*, mas, comete falta lamentável, porque omite os mais importantes, que são, como se lê nos compêndios de Teologia Dogmática Católica, *"realiter* (realmente, na realidade) e *"totaliter"* (totalmente). Por fôrça do significado dêstes têrmos, fica reduzido a zero o seu paupérrimo argumento. Se parece, em certo sentido, haver menos dificuldade no admitir a presença de Cristo "em forma de substância" na hóstia, como Você diz, a dificuldade torna-se pavorosa, quando se ensina às gentes admitirem que Cristo está "realmente" e "totalmente" na mesma hóstia. Nada de sofismas, nem subterfúgios, meu caro Eurípides!

Não se pode deixar de ter presente o grande princípio da essência das coisas: SER *ou* NÃO SER. Por isso, devemos pôr aqui a questão em têrmos mais fáceis, sem lugar, portanto, para ambigüidades, que só espíritos malévolos procuram explorar.

Sendo assim, tôda a discussão do assunto se deve resumir nisto: Cristo ou está presente na hóstia, ou não.

Você diz que está, porém desvirtua a eficácia da afirmação, dizendo que está *"substantialiter"*, quando deveria afirmar, em consonância com a teologia católica, que está *"substantialiter"*, *"realiter" ac "totaliter"*.

Por que não fêz a afirmação, com a clareza dêstes têrmos, mas apenas empregou "em forma de substância"?

Qualquer pessoa menos compreensiva poderá ficar na dúvida sôbre o que Você quer dizer. Se Você fizesse a afirmação honestamente, na íntegra da teologia de sua Igreja, não seria possível qualquer incompreensão sôbre a matéria em litígio: todos, fatalmente, ficavam sabendo a dura realidade do ensino real da Igreja.

E por que não foi Você fiel à exposição doutrinária da sua própria Igreja?

Ah! Eurípides, bem sabemos da sua luta íntima, da sua tremenda dificuldade em sustentar tão absurda, inconsistente e paupérrima tese!

Tão impotente Você se sentiu em fazer a apologia da transubstanciação, que se escorou na autoridade do insigne orador francês Monsabré, citando-lhe um sermão sôbre a Divina Eucaristia.

Se vivo êle fôra, meu caro, poderia ficar, como outras inúmeras autoridades católicas, com tôda a pomposa eloqüência, sem poder articular um argumento sequer, em favor dêsse absurdo doutrinário, bastando que o interrogássemos: *Venerando mestre,* diga-me: Onde está a substância, está ou não a coisa? Tal pergunta tem sido feita aos maiores luminares do catolicismo, e êles, muito naturalmente, ficam sem poder responder, porque a resposta afirmativa, única que é, lógica e cientìficamente, cabível no caso, os condena.

Ou julga Você, "mestre" Eurípides, que nos é desconhecida a alicantina encerrada em tôda a prosa escrita pelos escolásticos, à volta do conceito de *"substância"*? Espremendo tôda essa *habilidosa* prosa, ficamos sempre triunfantes, sem permitir ambigüidades e subtilezas, que os seus filósofos e teólogos dela pretendem extrair.

Portanto, já vê que é impossível estar a substância do corpo de Cristo na hóstia, sem que lá esteja êsse mesmo corpo.

III — Històricamente

Diz Eurípides que "em tôda idade patrística não houve quem pusesse em dúvida a presença Real de Jesus Cristo na Eucaristia" (Ob. cit., pág. 53). E fica muito satisfeito como se tivesse descoberto a pólvora em pleno século XX!

Oiça, agora, Eurípides:

Não é verdade que, durante muitos séculos, antes e depois de Cristo, "ninguém pusesse em dúvida" que era o sol que girava, e não a terra?

Tudo isto por quê? Porque todos interpretaram *à letra* aquela passagem do livro de Josué em que se faz menção da batalha de Jericó.

Afinal, passaram-se séculos e séculos, e aparece um sábio que se chamou Galileu e ensina teoria diferente, afirmando, em nome da Ciência, que era a terra que girava e não o sol!

Se Você sabe um pouco de História, deve recordar-se muito bem de que o grande sábio italiano, por defender tal teoria, aliás com base sólida na Ciência, foi logo proclamado herege pela "Santa Madre Igreja" (Madre para Você, claro!), que lhe moveu perseguição de morte, por intermédio da "Santa Inquisição" — obra infernal, amaldiçoada por todos os espíritos nobres, através dos séculos! E só não foi queimado vivo, porque se retratou. Mas, quando prestes a morrer, voltou a afirmar, "E pur se muove!", que era a terra que se movia!

Responda, agora, Eurípides: Quem tem razão? São os muitos milhares de pensadores e cientistas dos séculos passados, antes de Galileu, ou o grande sábio italiano?

Já vê, portanto, que o seu argumento, de que "em tôda a idade patrística não houve quem pusesse em dúvida a Presença Real de Cristo na Eucaristia" é argumento meramente fictício e destituído totalmente de valor probatório.

Quer ainda outro argumento da mesma espécie? Aí vai.

Durante muitos séculos, no seio da sua própria Igreja, ninguém sustentou a doutrina do dogma da imaculada conceição de Maria.

Deve saber que o magno doutor católico, Tomás de Aquino (assim como outros doutôres de sua Igreja), nunca encontrou nada em que se pudesse basear para sustentar tal dogma. Afinal, no século XIX, aparece o Papa Pio IX e decreta "Urbi et Orbi" que a Virgem Maria foi imaculada em sua conceição!

Perguntamos, mais uma vez: Quem estará certo? A opinião do "Doutor Angélico" e de outras grandes figuras do catolicismo, desde 19 séculos atrás, ou o Papa Pio IX e seus teólogos?

Dentro do seu parecer doutrinário, que é o de sua Igreja, nem sequer lhe é lícito duvidar de que o Papa Pio IX é que tem razão, em face de sua *infalibilidade*.

Durante quase 20 séculos, não houve um papa que tivesse coragem de sustentar o dogma da assunção de Maria; no entanto, em pleno século XX, apareceu um Pio XII, que a decretou "Urbi et Orbi". Em que situação ficaram seus antecessores? Quem andou certo? Não afirmam serem todos infalíveis?

Então, Eurípides, se nesses pontos doutrinários, como em outros semelhantes, os que vieram mais tarde é que tiveram mais visão, deitando por terra as teorias que durante tantos séculos tinham prevalecido como certas, por que é que a teoria, admitida como certa, acêrca da presença real de Cristo na Eucaristia, entre os primeiros doutôres da Igreja, por Você citados, não poderá estar errada? Por quê?

Portanto, estêve Você a perder tempo, quando escreveu no seu livro: "De capital importância é o testemunho dêsses campeões da Verdade que professavam a mesmíssima doutrina que os católicos de hoje . . ."

Já lhe demonstramos, com os argumentos acima, cuja fôrça lógica nem Você, com tôda argúcia e subtileza, nem ninguém jamais poderá destruir, que êsse raciocínio de "*capital importância*" fica reduzido a zero.

Por outro lado, nos primeiros séculos da Igreja, não aparece um único autor que nos prove a existência, nela, de sacrários, o que prova que, a êsse tempo, não existia o culto da Eucaristia, consoante se faz hoje, nos templos católicos.

O fato de o Autor mencionar, nos séculos em aprêço, em defesa do seu parecer, grandes doutôres da Igreja (Sto. Irineu, Sto. Inácio, Sto. Agostinho etc.) não prova a existência de sacrários, visto que o dogma, cujo progenitor fôra o eclesiástico Pascácio Radberto (no século IX), só encontrou quem o tornasse artigo de fé na pessoa do Papa Inocêncio III, já no século 13, precisamente em 1215 (A.D.).

E tão grande foi a reação da Igreja, mesmo no século IX, quando o sacerdote Radberto teve a tensa oposição do bispo Urbano, que só 4 séculos depois foi a mesma consubstanciada em dogma (1215).

Vale isto dizer que tal dogma é uma das muitas inovações romanistas e das mais graves, e sem o menor apoio, nem na Bíblia, nem nos primeiros séculos da Igreja.

E o "mestre" Eurípides nem sequer teve a possibilidade de nos apontar, nos tempos apostólicos, um único testemunho que milite a favor do seu raciocínio.

Pretende o Autor fazer ver que é argumento de muito valor, e o considera mesmo de *"capital importância"*, o testemunho de alguns padres e doutôres da Igreja acima referidos. Mas não tem isso, de forma alguma, a importância que lhe quer emprestar o Autor, pois nada mais prova do que o modo de pensar dêsses doutôres da Igreja. Interessante seria, e de valor real, que êles provassem, com argumentos indestrutíveis, que, de fato, Cristo está *substantialiter"*, *"realiter"* ac *"totaliter"* na Eucaristia.

Com referência à Eucaristia, é bem evidente, houve divergência entre os protestantes: uns criam na interpretação espiritual; outros, na interpretação real, da presença (consubstanciação, no caso de Lutero), etc. Mas não nos esqueçamos de que também as mesmíssimas divergências, através dos séculos, dividiram os maiores espíritos, que a Igreja Romana honra entre seus santos, mas de cujos ensinos se esqueceu lamentàvelmente. No entanto, é quem tem tão diversas opiniões, entre seus santos, que tem a ousadia de sustentar a infalibilidade de sua Igreja, através dos séculos!

Pobre infalibilidade! . . .

A verdadeira significação
da
Eucaristia

Alega Eurípides: "A interpretação figurativa das palavras de Nosso Senhor implicará, necessàriamente, na

negação da Sua onipotência, da Sua onisciência e da Sua misericórdia" (Ob. cit., pág. 50).

Nunca vimos tantas sandices, em tão poucas palavras!

Absolutamente! Acaso, a interpretação figurativa das palavras do Mestre deixa de ter o mais alto significado? Acaso, considerar-se Cristo o pão da vida espiritual, o alimento das almas consiste em negar-se onipotência, onisciência e misericórdia ao Filho de Deus? Acaso, não são Suas doutrinas eminentemente e supremamente espirituais? Quem desconhece que é, de fato, neste caráter, supremamente espiritual, que reside todo o valor incomparável de Sua doutrinação? Quem desconhece que a supremacia do Cristo sôbre todos os doutrinadores, sôbre todos os santos, sôbre todos os filósofos, de tôdas as eras, consiste precisamente em se ter Êle sobreposto a tudo e a todos, pelo esplendor de Suas doutrinas espiritualistas, ao extremo? Finalmente, qual foi o mais alto significado da morte física de Jesus? Não foi, precisamente, ter sido Seu corpo carnal martirizado, pisado, torturado, esmagado, para que, "pelas Suas pisaduras, fôssemos nós sarados"? E tudo isto foi "o castigo que nos deveria trazer a paz, que caiu sôbre Êle", segundo a visão do magnífico profeta messiânico, Isaías, 700 anos antes do nascimento do Cristo? Se Cristo não tivesse morrido fìsicamente, se Sua carne não padecesse, para que depois Seu Espírito sobrevivesse e, destarte, Êle pudesse vencer a morte (como, de fato, venceu, ressurgindo), seríamos nós as mais infelizes criaturas, sem esperança alguma de redenção; ou, como escreveu S. Paulo: "se Cristo não tivesse morrido e ressuscitado, seria vã a nossa fé e a nossa pregação". Daí, a necessidade da morte física de Jesus, para que seus elementos físicos se transformassem em símbolos das grandes realidades espirituais.

E esta esplendorosa crença nas realidades do Além, que Cristo nos revelou pelo suplício de Sua carne, vale ou não vale, meu caro Eurípides? Vale ou não como o mais

eloqüente testemunho de sua Onipotência, Onisciência e Misericórdia?

E tanto é isto uma gloriosa verdade espiritual, que Cristo prometeu aos Seus discípulos que, após da Sua morte e ressurreição, lhes viria o Espírito Santo, a que Êle chamou de Consolador, e lhes lembraria tudo o que lhes ensinara.

Daí, a estupenda transformação espiritual operada nos discípulos, com a vinda d'Êsse Celeste Mensageiro de Jesus.

Onde está, pois, o demérito da onipotência, da onisciência e da misericórdia de Cristo, se Êle exercia, exerce e ainda continua exercendo o Seu império nas almas que Lhe são fiéis, e nos assegura plena e absoluta assistência através do Seu Santo Espírito, *per saecula saeculorum*?! E não é pelo domínio do Espírito que Cristo exerce, realmente, o Seu Santo Ministério Celestial sôbre as almas?

O Cristo verdadeiro, portanto, não é recebido por meios materiais; não é pela bôca, nem pelo estômago, mas pelo espírito, pela fé, pelo coração, pelo amor.

Assim é que, também, se devem entender as Suas palavras: "Onde dois ou três estiverem congregados em meu nome, aí eu estarei no meio dêles". Esta Sua presença não é, pois, por meio de elementos materiais, mas, pelo coração, pelo amor e pela fé, espiritualmente.

Que dizem os romanistas sôbre a presença de Cristo no texto acima mencionado? Não prometeu Êle estar presente, sem auxílio de qualquer meio material? Não é o próprio Cristo quem está dando valor, e valor infinito, em todos os tempos e em tôdas as circunstâncias, à Sua presença espiritual entre os que, 2 ou 3 que sejam, em Seu nome, estejam reunidos? Acaso está Êle diminuindo Sua Onipotência, Sua Onisciência e Sua Misericórdia, por se expressar, não material, mas espiritualmente?

Outrossim, quando o Mestre ordenou que fôssemos pregar o Evangelho, que Êle estaria conosco até à consumação dos séculos, não disse que Sua presença seria no Santíssimo Sacramento da Hóstia. No entanto, não havia

ocasião mais propícia do que essa, para prestar tal esclarecimento.

No livro em aprêço, o Autor chega a afirmar, na pág. 52, que, "admitindo a interpretação zuingliana, estaríamos considerando *desastrada* (!!!) a obra de Cristo e por culpa do próprio Cristo, que se não explicou claramente quando podia e quando mais do que nunca o deveria fazer".

Lamentamos, profundamente caro Eurípides, sermos forçados a dizer-lhe que Você, neste passo, mais do que em outro qualquer, nos deixa a impressão de que desconhece, por completo, as leis que regem a Dialética. De outra forma, Você saberia muito bem que nunca podemos tirar qualquer conclusão que não esteja baseada nas premissas. Em que se baseou, então, para afirmar, lamentàvelmente, como fêz, que a obra de Cristo seria *"desastrada"*, se admitíssemos "a interpretação zuingliana"? Porventura, terá Cristo algum grau de culpabilidade com qualquer interpretação ou tolice que os homens, sempre passíveis de errar, possam dar à Sua santa doutrina?

Sua conclusão, Eurípides, é apenas o reflexo do seu modo de pensar pessoal, que aqui se manifestou sem qualquer luminosidade ou lucidez.

Eurípides! Nem hipotèticamente lhe seria lícito admitir que a obra admirável de Cristo seja *desastrada*, como Você escreveu! Certamente não reparou na gravidade do seu raciocínio. Queremos fazer-lhe a justiça de pensarmos que, se tivesse refletido, não o teria escrito. Estaremos certos, ou não?

Quer mais outra prova da sua falta de reflexão, Eurípides? Repare bem: Pergunta Você, na pág. 52 do seu livro: "Então, desrespeitar o retrato do Presidente é o mesmo que assassiná-lo?" Mais uma vez se mostra Você ignorante das leis da lógica. Que premissas lhe serviram de base para tal conclusão? Quem falou em assassinar alguém?

Quando S. Paulo diz: "Portanto, qualquer que comer êste pão ou beber o cálice do Senhor indignamente,

será culpado do corpo e do sangue do Senhor", não quer dizer, necessàriamente, que o crime daquele que receber "indignamente" o sacramento, seja igual ao assassinato do mesmo Cristo, mas sim, que a ofensa é tão real, como se fôsse feita ao próprio Cristo em pessoa, isto é, em corpo e alma. Esta é que será a conclusão lógica a tirar, e nunca a de um assassínio. [1] Estamos convencidos de que Você não mediu bem o alcance das suas palavras; aliás, nunca estabeleceria paralelismo entre a ofensa a Cristo, feita por comungante indigno, e o assassínio do mesmo Cristo.

Note-se: Paulo fala, no texto focado, em "discernir". E como se pode discernir, senão espiritualmente?

Em conclusão, só podemos admitir tal doutrina no sentido espiritual. Pretendermos sair dêsse rumo será cairmos num abismo, de onde não sairemos ilesos.

A misericórdia de Cristo
em face da
doutrina eucarística.

Depreende-se dos comentários do Sr. Eurípides, a páginas 44 a 48 do seu livro, que Jesus não teria sido misericordioso para com os Seus discípulos, escandalizados com Suas afirmativas, deixando não só de explicar-lhes claramente que lhes falava em sentido figurado, e até permitindo que êles se retirassem na ignorância dos Seus ensinos, indagando mais, aos que ficaram, se não queriam também retirar-se . . .

Primeiramente, não é verdade que Êle não houvesse explicado claramente o sentido de Suas palavras, pois, já vimos, anteriormente, que Êle as explicou: *"As minhas palavras são espírito e vida"*. Quer coisa mais clara?

Em segundo lugar, Cristo não tem culpa alguma da ignorância de quem quer que seja, acêrca de sua doutrina, tampouco jamais forçou a quem quer que fôsse a per-

[1] Por isso o texto diz expressamente "culpado (ou réu) do corpo e do sangue do Senhor". Ou será, acaso, concebível que alguém assassine o sangue de outrem?

manecer com Êle. Sempre deu a mais ampla liberdade. Se Cristo, pela Sua doutrina, forçasse os homens a segui-LO, custasse o que custasse, teria de tirar-nos o livre arbítrio, o que nos tornaria simples máquinas, e não sêres conscientes de sua responsabilidade.

É o caso de perguntarmos: Por que tem Êle permitido tanta divisão dos homens em tôrno de Suas doutrinas?

Não culpemos a Cristo pela ignorância dos seus *seguidores,* através dos séculos! Nada mais claro, na Bíblia, do que o combate ao pecado e a tudo o que a êle induz; no entanto, nada mais desprezado pelos homens! Será que êles desconhecem a gravidade do pecado, por culpa de Cristo, de Deus ou da Bíblia? Será por falta de clareza do seu perigo, de suas tristes conseqüências? A dolorosa realidade é que a grande maioria, maioria esta que faz parte de sua Igreja, de pecado nada entende, não quer entender e tem raiva de quem entende! . . . E de quem é a culpa? Exclusivamente dos que "têm olhos para ver, e não vêem; têm ouvidos para ouvir, e não ouvem".

Por outro lado, a onipotência, onisciência e misericórdia de Jesus não O devem forçar a ensinar coisas contraditórias, ilógicas, irracionais, para satisfação dos caprichos e das tolices humanas . . . Êle jamais agiu violando as leis da lógica e do bom-senso. Cristo não poderia ensinar um absurdo, como os padres, quando, por exemplo, afirmam que Cristo está na hóstia, invisível, impalpável, sem forma, sem figura, sem ocupar lugar, e, todavia, *"totaliter"* e corporalmente.

Ao contrário, para dissipar as trevas da incredulidade, fêz-se Êle palpável, concreto, real, como quando censurou a incredulidade de alguns dos Seus discípulos, após da Sua ressurreição, nas palavras: "Vêde as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo; apalpai-me e vêde, porque um espírito não tem carne, nem ossos, como vêdes que eu tenho; e dizendo isto, mostrou-lhes as mãos e os pés" (Luc. 24:39 e 40). "Depois disse a Tomé: Põe aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos, e chega a tua mão, e

mete-a no meu lado; e não sejas incrédulo, mas crente" (S. João 20:27).

Portanto, só entende errôneamente as palavras de Cristo quem quer; isto é, quem está obsecado e com cegueira mental, ou mesmo por interêsse econômico ou má-fé, como demonstraremos mais adiante.

A presença material
ou
espiritual do Mestre

Como prova de que não é a presença material do Mestre que vale, é que, mesmo quando Jesus estava materialmente, pessoalmente, entre os Seus discípulos, muito maior era a incompreensão dos seus deveres espirituais; e, tanto é isto verdade, que viviam brigando entre si, ambicionando os primeiros lugares, pedindo fogo do céu para destruir seus inimigos, negando o Mestre e traindo-o miseràvelmente, como nos casos de Pedro e Judas. Só depois do derramamento do Espírito, é que se verificou, em Pentecostes, sua grande, estupenda e extraordinária transformação. É que êles não poderiam obter santificação espiritual, senão através do poder do Espírito Santo, como ainda hoje se dá entre os que verdadeiramente desejam crescer em santidade de vida. Não alcançarão vitórias espirituais por meios materiais, mas pelo Santo Espírito.

Finalizando, cumpre-nos advertir que o leitor compreensivo e desapaixonado entende perfeitamente que o que realmente vale é o espírito em verdadeira comunhão com Cristo; portanto, basta que a alma se identifique com Cristo, na prática dos Seus santos ensinamentos, que viva em santidade de vida.

Entretanto, por que assim não o entendem os padres?

Há razões que podemos apresentar bem plausíveis. A primeira delas é de ordem econômico-financeira: o Catolicismo romano tornou-se um balcão comercial. O suposto poder do sacerdote romano (e só dêle) de transformar um pedaço de pão em *Deus* (que blasfêmia!), dá-lhe

rica fonte de proventos materiais; o suposto sacrifício incruento de Cristo na Missa constitui o segrêdo de sua prosperidade material: por êste meio consegue a sua fabulosa renda, com obter dinheiro dos pecadores (ignorantes, já se vê), para lhes perdoar os pecados no tempo e na eternidade. Na eternidade, também, porquanto, a fim de ampliarem a sua fonte de renda, criaram o Purgatório, no Além, lugar, dizem, para onde vão os que morrem com pecados veniais, e para cuja purificação, mister se faz que se rezem missas e mais missas, pagas e bem pagas, de conformidade com a bôlsa da vítima, para que as almas possam alcançar o céu. Por isso, a Religião Católica Romana se transformou em balcão comercial, dissemos atrás. A esperança de salvação do Purgatório está baseada na doutrina da Missa. Logo, o sacerdote, por necessidade, defende com unhas e dentes a veracidade de tal doutrina, porque seu estômago reclama, sua bôlsa o exige! Verdadeira necessidade, sim! Destrua-se esta crendice do povo, e desaparecerá totalmente o prestígio econômico-político do Clero. Por esta razão é que a leitura da Bíblia tem sido proibida ao povo; quem, de fato, examina cuidadosamente a Palavra de Deus, não pode rezar, de forma alguma, com o romanismo, a menos que tenha interêsses subalternos, ou, por má fé ou hipocrisia, obscureça a verdade, para ser agradável aos senhores padres e auferir posições. Nesta classe estão quase todos os políticos venais, sem consciência, que se vendem, se deixam subornar em troca do apoio dos abatinados . . . Outros há que se curvam, e fingem aceitar as doutrinas romanas, pelo interêsse de um emprêgo, de uma posição social de relêvo, e assim por diante . . .

A indispensabilidade do sacerdote, na missa
e
uma conseqüência doutrinária perigosa

A falta de não observarem, mormente os romanistas, pela sua doutrina da Missa, a alta espiritualidade dos ensinos de Cristo, faz com que o ensinamento do Mestre

passe a ter valor relativo e limitado, o que será até uma irreverência pensarmos, mesmo em hipótese. Se não, vejamos.

A doutrina da presença de Cristo na Missa, coisa que, segundo o romanismo, só poderá realizar-se com a presença de sacerdote católico, não pode, absolutamente, ter aprovação divina. Se Deus a ensinasse, estaria a pregar doutrina, cujos benefícios não alcançariam tôdas as Suas criaturas, em qualquer parte e em tôdas as ocasiões e circunstâncias, pois que, em inúmeros lugares e ocasiões, onde não houvesse sacerdote, ou, havendo, não estivesse ainda em verdadeira comunhão com Deus, para fazer o milagre do Santíssimo Sacramento, os pobres pecadores (que no caso, são milhões) deixariam de ser beneficiados pela Graça de Deus! Perguntamos, então: não seria injusta, descaridosa e anticristã tal doutrina? Que descaridade e falta de misericórdia teria Jesus, se ensinasse ao mundo tal meio de graça, que, por ser impraticável pela grande maioria, seria contrária à essência da Divindade misericordiosa! Dever-se-ia, acaso, considerar misericordioso semelhante Deus?! E como poderia Êle, com justiça, julgar os que não tivessem podido pôr em prática a Sua doutrina? Não se vê, pois, claramente, que essa doutrina não poderia merecer a aprovação divina, como, de fato, não merece? A doutrina de Cristo, srs. romanistas, foi, é e sempre será para ser praticada por todos, em todos os lugares, ocasiões e circunstâncias. E lembre-se de que Cristo, na entrevista com a mulher samaritana, mostrou, exuberantemente, que o culto a Deus não tem limites nem fronteiras, não depende de circunstâncias nem de altares, nem de hóstias ou sacerdotes! . . .

Coitado do pobre pecador, diante de semelhante *Deus* e diante de semelhante *Igreja,* que chega, até, por suas doutrinas incongruentes, a afirmar que, fora dela, não há salvação!

Dissemos atrás que há três razões, pelo menos, bem plausíveis por que o Clero mantém o absurdo de tais ensinamentos. Da primeira já falamos: o interêsse econômi-

co-financeiro. A segunda, que ora vamos expor e comentar, é a obsessão, a cegueira mental e espiritual. Mercê dela, os maiores absurdos são admissíveis, e, como os cegos, que nada vêem, há os que, espiritualmente, mesmo diante das maiores evidências, não se convencem dos seus erros! É uma lástima!

E a terceira razão? É a ingenuidade, ou espécie de embrutecimento espiritual pelo pecado, a ponto de se não sentir o menor arrepio por usar a falsidade, a farsa, a dissimulação, não dando a isto a menor importância. Puro ceticismo espiritual!

Grande maioria dos católicos que aceitam tais doutrinas pertence a esta última classe. Podemos dizer que é a grande maioria de clérigos e leigos! E, por isso, talvez haja mais céticos religiosos dentro da Igreja Romana do que fora dela! . . .

Dura veritas, sed veritas! . . .

Para que
a verdadeira
doutrina do Cristo?

A verdadeira doutrina do Cristo, do verdadeiro Cristo dos Evangelhos, é para ser posta em prática universalmente, em todos os lugares e em tôdas as ocasiões e circunstâncias, e por tôdas as Suas criaturas, porque, ao contrário, seria Cristo culpado pela não observância dos Seus ensinas, donde resultaria a perda de milhões de almas, e Êle deixaria de ser o Sumo Pastor das almas, o infinitamente misericordioso Senhor do céu e da terra, que veio para trazer, na Sua vida, morte e ressurreição, a vida e a ressurreição para a raça decaída!

Sua presença divina não fica a depender, portanto, de elementos materiais, mesmo porque, o que vale no homem é o espírito, e êste, para se ligar a Deus, a Quem Lhe é semelhante, não depende senão da fé, da oração e da penitência (arrependimento) — virtudes estas supinamente

divinas, ensinadas reiteradamente pelos profetas, pelos apóstolos e, sobretudo, pelo Cristo, especialmente quando disse, sempre salientando a fôrça do espírito sôbre a matéria: *"Vigiai e orai, porque o espírito, na verdade, é forte, mas a carne é fraca!"*

Ponhamos a última pá de cal no assunto.

Comemoração
e
união espiritual com Cristo

Comemoração e união espiritual com Cristo — eis, em síntese, o que significa a Eucaristia, traduzida nas palavras: "Tôdas as vêzes que comerdes dêste pão e beberdes dêste cálice, *anunciais* a morte do Senhor, *até que Êle venha*" (1.ª Cor. 11:26).

Se é comemoração, é porque se trata de alguém ausente; se é "ATÉ QUE ÊLE VENHA", muito mais claramente quer o santo apóstolo, divinamente inspirado, dizer que Êle não está presente, senão espiritualmente, *tôdas as vêzes* que se celebra tal sacramento.

E o objetivo dessa cerimônia é o de levar as almas aos pés de Cristo, fazendo-lhes sentir a sua grande responsabilidade pela morte do Mestre, induzindo-as à fé e ao arrependimento, condição *sine qua non* para que alcancem os benefícios dessa morte vicária e redentora!

E tanto é isto verdade, que, em outro passo sagrado, o mesmo apóstolo exorta os comungantes a que procedam a rigoroso exame no estado de suas almas, antes da comunhão eucarística, para que não venham a receber condenação, ao invés de bênção, e participem indignamente dos elementos sagrados. Textualmente, afirmou S. Paulo: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma dêsse pão e beba dêsse cálice, porque o que come e bebe indignamente, come e bebe para si condenação, não discernindo o corpo do Senhor" (1.ª Cor. 11:26-29).

O que vale, pois, na santa comunhão, é o propósito de uma vida santa, agradável a Deus, disposta a sacrificar

o "homem velho" do pecado, para se unir ao "homem novo" em Cristo, por fé e amor.

Eis o significado real da Eucaristia, nas almas.

* * *

Amigo católico, se as demonstrações evidentes do significado real da Eucaristia, que aí ficam, ainda te não convenceram, lança os teus olhos para os apelos reiterados da Palavra de Deus, pois em cada página santa verás como Deus, em tôda a Sua Divina Revelação, te faz sentir que és pecador, e que sòmente pelo arrependimento sincero e pela fé é que poderás obter a graça do perdão e da salvação conseqüente. E, se isto não observares, de nada te valerá a comunhão, seja ela na forma da "missa" católica ou da comunhão simbólica espiritual protestante. Pelo contrário, como vimos do comentário de S. Paulo, se não estiveres em verdadeira contrição espiritual diante de Deus, tua comunhão só pode aumentar a tua condenação.

Em última análise, o que Deus requer de ti e de todos nós, já no-lo respondeu o profeta Miquéias: "Êle (Deus) te declarou, ó homem, *o que é bom; e que é que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça, ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus?!*" (Miq. 6:8).

Isto importa morreres para o pecado, a fim de que possas viver para Cristo e teus irmãos.

"Se o grão de trigo caindo na terra não morrer, ficará estéril; mas, se morrer, produzirá muito fruto", disse o Divino Mestre, referindo-se à Sua morte vicária, para redimir a Humanidade, e de que os elementos eucarísticos Êle nos deixou como lembretes divinos, para que não nos esqueçamos de que Êle foi morto pelos nossos pecados; de que "o castigo que nos deveria trazer a paz estava sôbre Êle e de que pelas suas pisaduras fomos nós sarados".

Assim sendo, para que real e suficientemente nos apropriemos do Cristo, mister se faz que morramos para o pecado. Repita-se: só desta maneira é que nossa comunhão com Êle produzirá frutos da vida eterna.

Esta espécie de comunhão, tu a poderás realizar diàriamente, em tua própria casa, no silêncio de teus aposentos, como o Cristo recomendou que orássemos, sem auxílio de qualquer sacerdote ou mediador. E, dêste colóquio íntimo, fruirá para tu'alma a Graça do Jesus imortal, do Cristo Vivo, d'Aquêle que disse aos Seus discípulos: "EU ESTAREI CONVOSCO ATÉ A CONSUMAÇÃO DOS SÉCULOS".

E lembra-te que tal promessa só se cumprirá, em qualquer parte e lugar, sempre que estiveres em comunhão íntima com Cristo.

CAPÍTULO IV

A COMUNHÃO SOB UMA SÓ ESPÉCIE

Advoga Eurípides, ainda, a comunhão sob uma só espécie, com a mesma fragilidade com que defende as demais doutrinas da Igreja. É mais uma das inovações do Romanismo.

Foi no século V (A.D.) que teve lugar êste costume da Igreja. Apesar de reconhecer, bìblicamente, que a comunhão deveria ser sob as duas espécies, como Cristo a ensinou, alterou, por argumentos vulgaríssimos (com os quais não perderemos nosso tempo, de tão pueris que são), a instituição do Senhor, sob o falsíssimo pretexto de que fôra tal instituição uma das coisas que Jesus facultara à *Santa Madre Igreja* modificar!

Os papas Gelásio e Leão protestaram, porém.

Até o século 15 (A.D.), a Igreja comungava nas duas espécies (Gel. in Corpus Juris, Canon, dis. II, Cap. XII, Col. 1168. Ludg. — S. Marcos 16:22 a 26; S. Luc. 22:19-20; S. João 6:54 e 55;. 1.ª Cor. 11:23-24).

Um Concílio em Constança alterou a fórmula do santíssimo sacramento: nega o vinho ao povo e satisfaz, destarte, os caprichos e preconceitos dos maniqueus, que eram favoráveis à meia comunhão. Então, o referido Concílio decretou a comunhão sob uma só espécie, para os leigos, reservando o vinho só para os sacerdotes (1414 A.D.).

No entanto, o clero confessou, no célebre Concílio, em aprêço, que, realmente, Cristo ordenou a comunhão sob as duas espécies, mas, à revelia de Sua vontade, decretou a espécie única.

Daí a razão por que exclamamos, em nosso livro "O Romanismo à Barra do Evangelho":

É ridículo o clero confessar
no célebre Concílio de Constança,
como Cristo ordenara comungar,
e, no entanto, fêz êle essa mudança,
sem de Cristo a vontade respeitar! . . .
Por isso decretou, sem mais tardança,
que o cálice fôsse ao povo recusado
e que só pão lhe fôsse apresentado! . . .

O Concílio de Trento, começado em 1545 A.D., decretou, finalmente, esta heresia.

E exclamamos, ainda, em nosso livro citado:

O Concílio de Trento sancionou
com máxima franqueza esta heresia:
não dar ao povo o vinho, e transformou
todo o cerimonial da Eucaristia!
A Palavra de Deus êle alterou,
apesar de saber que não devia
alterar uma lei do próprio Cristo!
E o Romanismo sempre só faz isto!
O *"bebei dêle todos"* de Jesus,
instituindo a Santa Eucaristia,
vem sendo desprezado . . .
Tal doutrina um castigo lhe traria:
o receber de Deus reprovação —
por mais êste pecado!

Por aí se vê que, històricamente, só no século XVI, afinal, é que se consumou, oficial e definitivamente, mais uma violação da doutrina do Cristo, mais uma inovação romanista!

Vejamos o que diz claramente a Palavra de Deus, citando-lhe alguns passos e comentando-os.

1 — "Então, enquanto comiam, tendo Jesus tomado o pão, e tendo dado graças, o partiu e o deu aos discípulos, dizendo: tomai e comei; isto é o meu corpo. Depois, tomou o cálice, e tendo-o abençoado, deu-o a êles, dizendo: *"Bebei dêle todos"* (S. Mat. 26:26-27).

É evidente que o Divino Mestre, como que antevendo que a igreja apóstata iria, no correr dos séculos futuros, adulterar-lhe a instituição eucarística, frisou, ao distribuir o cálice, *"bebei dêle todos"*.

A evasiva euripidina, que quer ser mais realista que o rei, foi esta: "Tais palavras, entretanto, não foram dirigidas ao povo em geral, mas aos apóstolos sòmente, como também a ordem: *"fazei isto em memória de mim"*.

Perguntamos-lhe, Eurípides: Quando Cristo instituiu o sacramento da Eucaristia, não o fêz igual para tôdas as almas o receberem? Acaso o Mestre estava apresentando uma ordenança exclusiva dos Seus apóstolos?

Contra o seu argumento, não temos a praxe, seguida pelos apóstolos, que davam o pão e o vinho aos crentes, em geral?

E não sabe o amigo Eurípides que Cristo, já depois de ressuscitado, deu os mesmos elementos aos discípulos de Emaús, e só nesse momento foi que êles abriram os olhos e conheceram quem era o "forasteiro" misterioso que se aproximara?

Por outro lado, a expressão "fazei isto em memória de mim", acaso só se aplica, no seu entender, aos apóstolos e não aos discípulos e irmãos em geral?

Ah! pobre Eurípides, como é infantilíssima e fragilíssima a sua saída, a sua evasiva! Pois, nem Você, nem ninguém pode negar, à luz da Bíblia, que a ordenança de Cristo foi para todos os seus fiéis: apóstolos de todos os tempos e discípulos, em geral; mesmo porque a comemoração de Sua morte vicária não era de exclusivo dever de sua classe apostólica ou sacerdotal.

Dividindo o sacramento, sob a suposição errônea de que Cristo tanto está inteiro no pão como no vinho, na base do êrro doutrinário da transubstanciação, entende Roma que, dando o pão, nêle também está o sangue do Cristo, e, portanto, é dispensável a distribuição do vinho...

Ora, isto é simplesmente adulteração da verdade eucarística: o pão é símbolo do Corpo de Jesus, e o vinho do Seu sangue.

Se Roma ensina que está na hóstia o Cristo inteiro, com todo o sangue, e, portanto, não ser necessário que se dê aos leigos o cálice a beber, perguntamos: Se assim é, por que o sacerdote é obrigado a consagrar ambos os elementos?

Se no pão ou hóstia está o Cristo inteiro com Seu sangue, por que se consagra o vinho?

2 — "Porventura, o cálice de bênção, que benzemos, não é a comunhão do sangue de Cristo? E o pão que partimos não é a comunhão do Corpo de Cristo?" (1.ª Cor. 10:16). Eis aí o trecho paulino, que foi endereçado não aos padres, mas a todos os irmãos da Igreja de Corinto. E a êles S. Paulo ordenava a comunhão do pão e do vinho.

3 — Finalmente, o texto capital da instituição não admite qualquer evasiva: "Tôdas as vêzes que comerdes dêste pão e beberdes dêste cálice, anunciais a morte do Senhor, até que venha".

Assim, comer o pão e beber o cálice são a essência da Santa Ceia; deixar de dar aos leigos o cálice é alterar o sacramento que recorda o corpo de Jesus na Cruz, e o Seu sangue derramado para redimir a Humanidade, bem entendido, os que O receberem pela Fé.

CAPÍTULO V

O UNIGÊNITO DE MARIA

Ignorante, maldosa ou cìnicamente deu Eurípides, no 4.º capítulo de seu livro, o título de "UNIGÊNITO DE MARIA" a Jesus, para tentar provar que Maria não teve outro filho, além de Jesus. Pois bem, tal título está errado, porquanto o mesmo não se encontra na Bíblia, pois aí, Êle é chamado *"o primogênito de Maria"*, enquanto, como Filho de Deus, é chamado "UNIGÊNITO DE DEUS" (São João 1:14,18; 3:16,18; 1.ª João 4:9).

Que significa isto? Que Jesus é o ÚNICO Filho de Deus, e que é o PRIMEIRO filho de Maria, no que está implícita a possibilidade de ela ter tido outro filho, conclusão a que Eurípides procurou fugir, e, daí, seu ardil ultra-alicantinado de engendrar maliciosamente ao extremo, já se vê, o título de "UNIGÊNITO DE MARIA", quando na Bíblia tal não existe, e sim, "PRIMOGÊNITO DE MARIA".

É por uma dessas, Eurípides, que os protestantes estão sempre a exigir "onde está isto na Bíblia?" Aliás, êste é mesmo um capítulo de seu livro, que na oportunidade refutaremos esmagadoramente. É o caso: Aponte-nos isto na Bíblia!

Então, Eurípides, se o têrmo "PRIMOGÊNITO", por não ser de *exclusão*, admite a possibilidade de Maria ter tido mais de um filho, nem Você, nem ninguém pode demonstrar, à evidência, que a Bendita Mãe de Jesus não tivesse outro filho, além d'Êle.

Certamente Você não reparou na mesma conclusão que se pode tirar, lògicamente, daquilo que S. Jerônimo afirma, e por Você citado, à página 86 do seu livro.

Preste bem tôda a sua atenção e aplique bem ao caso a sua inteligência.

Para lhe facilitar o raciocínio, vamos repetir o que Você escreveu, citando S. Jerônimo:

"PRIMOGÊNITO" é não sòmente aquêle *depois do qual vem outro filho,* mas aquêle antes do qual não houve nenhum" (S. Jerônimo).

Permita-nos, agora, Eurípides, que exponhamos, fielmente, o parecer de S. Jerônimo, de harmonia com os têrmos da cita.

Segundo esta, *"o primogênito"* encerra duas idéias: a primeira, a de que antes dêle não houve nenhum, e todos estamos concordes com isto; a segunda, a de que, depois dêle ("o primogênito"), vem mais algum.

Vê, portanto, que o argumento por Você empregado (e ao qual parece atribuir muito valor, para defender seu modo de ver), torna-se, ao contrário, mais uma arma contra Você. É o caso de dizer-se, pelo rifão popular: o tiro saiu pela culatra!

Para não ficar Você com dúvida, insistimos no argumento.

S. Jerônimo diz: "PRIMOGÊNITO" (o versalete é nosso) é aquêle *depois do qual vem outro filho",* segundo as palavras por Você mesmo citadas em seu livro, como já vimos. Ora, Jesus é chamado "O PRIMOGÊNITO *de Maria*"; logo, depois d'Êle vem outro filho.

Chegamos à conclusão, finalmente, que Você não viu com inteligência a afirmativa de S. Jerônimo. Aliás, não a teria citado, visto que ela mais corrobora nossa assertiva. Mas, como Você parece entender tanto de Lógica como um lixeiro entende de medicina, não é para estranhar mais êste seu disparate.

Quanto à afirmativa de S. Mateus, 1:25, onde se lê: "*. . . non cognoscebat eam donec . . .*" (isto é, "não coabitou com ela, não a conhecia, até que deu à luz . . ."),

estas palavras implicam uma resolução, da parte de José, de caráter apenas temporário, excluindo por isso a idéia de uma resolução permanente.

Então, pelo menos, êste passo bíblico afirma duas coisas: 1.ª — até o nascimento de Jesus, Maria conservou-se virgem; 2.ª — daí por diante, conforme Você mesmo afirma, à página 87 do seu livro, "faz abstração do futuro". Neste ponto estamos de acôrdo; mas, quem lhe disse que "fazer abstração do futuro" é o mesmo que negar pudesse Maria vir a ter mais algum filho?

Como vê, Eurípides, estamos sempre a apontar-lhe o caminho das leis da lógica, que Você tanto mostra desconhecer.

Repare, pois: "fazer abstração" de uma coisa é uma questão; negar a mesma coisa, já é questão diferente. Ora, foi isto que Você não soube distinguir. Abra os lhos e veja o que escreveu: "Nega o passado, diz S. Jerônimo, *sem afirmar o futuro*. Sôbre o futuro, portanto, *nada* afirma (os grifos são nossos).

Portanto, procurando demonstrar Você a fôrça probatória do "*donec*" ("até aqui"), apenas está certo no referente ao tempo anterior ao nascimento de Jesus. "Sôbre o futuro", se "nada afirma", só uma conclusão se tira, Eurípides: não diz sim, nem diz não.

Não acha, portanto, muito mais perfeito o nosso argumento?

E, se ficou com alguma dúvida, voltamos a explicar-lhe mais. Dizendo o Evangelista: "Não a conhecia até que deu à luz o seu filho *primogênito*", fica demonstrado que Maria foi Virgem até o nascimento de Jesus. Depois disto não afirma no texto em aprêço que teve mais filho algum, porque, se o afirmasse, não haveria lugar para dúvida. Mas . . . (*hoc opus hic labor est!*) — TAMBÉM NÃO NEGA QUE TIVESSE TIDO MAIS ALGUM; apenas, para nos servirmos da sua própria expressão, "faz abstração do futuro".

Sendo assim (e Você não pode negar que é assim mesmo), em que premissa se baseou para afirmar que Maria não teve mais filho, depois de Jesus?

Precisa de aprender mais um pouco de dialética, Eurípides!

Certamente, nem a inteligência euripidina, nem a dos padres da sua religião, devem ter observado o dislate de sua lógica, a que melhor chamaríamos de falta de lógica.

A virgindade perpétua de Maria

Depois da lição de lógica que acabamos de lhe dar, Eurípides, somos forçados a aplicar-lhe umas palmatoadas, como dantes os mestres-escola faziam aos meninos...

E note, desde já, Eurípides, que não é sem razão, e bem forte, que o fazemos. Se não, veja bem. Abra os olhos, que parece não serem dotados de grande capacidade visual. Queira abrir o seu livro. Veja o que Você escreveu à página 85. Se nos permite, para lhe pouparmos trabalho, vamos transcrever aqui a passagem que se pode ler quase ao alto da página mencionada: "Estranha a atitude dêsses "irmãos separados", que, *aceitando,* como *aceitam* (o grifo é nosso) a virgindade de Nossa Senhora até o nascimento de Jesus, não a querem admitir daí por diante. Crêem no que é humanamente impossível que houvesse sucedido; negam, porém, o que qualquer cristão medíocre (católico ou mesmo protestante) deveria considerar a coisa mais natural e mais fácil dêste mundo!"

Estamos em crer que "mestre" Eurípides, depois de um arranco desta natureza, deve ter esfregado as mãos de contente, antevendo as palmas da turba ignara dos carolas e simplórios e da legião acéfala dos batino-tonsurados. Mas, pobre dêle! Nem uns, nem outros lhe poderão valer, no abismo em que se afundou . . .

Ainda bem que o ex-pastor luterano não tem assento no meio dos paladinos e cavaleiros fortemente encou-

raçados para defesa da nobilíssima dama — a Verdade — moradora no castelo da Sagrada Bíblia. Mostrando ser tão fraco e tão inábil espadachim, não mereceria mesmo ser admitido ao serviço de tão excelsa Dama.

É que "mestre" Eurípides não é capaz de terçar armas com cavaleiros hábeis e valentes. Nem outra conclusão se pode tirar, depois de lermos o seu livro que, no entanto, lhe valeu a "Bênção" (com letra maiúcsula, como se lê logo no princípio do seu livro) de Sua Santidade, bênção "implorada", certamente, com a maior humildade, pelo Autor (!)

Nem o fato de tal "Bênção" nos admira, pois sabemos de outras bênçãos dadas, sempre *benignamente,* a "cavaleiros" idênticos. Basta lembrarmos o jesuíta Leonel Franca que *mereceu,* também, uma chuva (!) . . . de bênçãos, pelo seu livro "A Igreja, a Reforma e a Civilização", *livro de tanto valor e consistência histórica e doutrinária,* que a pena brilhante, a inteligência lúcida e a lógica esmagadora do pastor Lisânias de Cerqueira Leite reduziram a cinzas, desfazendo-os por completo, como se desfaz uma nuvem acossada por forte rajada de vento.

E não passam disto os lídimos valores (!) de que, apenas, se pode ufanar o ultramontanismo jesuítico-papalino, que ainda não foi capaz (nem será) de encontrar, nas suas fileiras, um espadachim de mérito, para deitar por terra *"O Papa e o Concílio"*, que, há mais de meio século, está, em campo aberto, desafiando, sobranceiramente, um contendor dentre as hostes do papismo!!!

Mas, passemos adiante, que temos de tirar umas cataratas dos olhos do "mestre" Eurípides, porque lhe toldam a visão e o levam a fazer confusões *à tort et à travers* . . .

Mesmo na hipótese discutível de haver alguns protestantes que pensem como o ex-pastor luterano, nunca será lícito, pelas leis da lógica, afirmar isso de todos os protestantes, pois nunca se pode tirar uma conclusão geral de uma premissa particular. Seria o mesmo que raciocinar

desta forma: Esta laranja é doce; logo, tôdas as laranjas são doces!

Ora, vejamos.

Escreveu "o convertido" ao amálgama de paganismo, religião e política, que a história apelidou Catolicismo Romano: "Estranha a atitude dêsses "irmãos separados", que, *aceitando, como aceitam,* a virgindade de Nossa Senhora até o nascimento de Jesus (o grifo é nosso), não a querem admitir daí por diante. *Crêem* (também aqui o grifo é nosso) no que é humanamente impossível que houvesse sucedido . . ."

Como, pela Graça de Deus, temos vista para ver e inteligência para entender, vimos e entendemos tudo o que "mestre" Eurípides quis expressar com suas palavras balofas. E, já de palmatória em riste, puxemos-lhe pelas mãos, que hão de sofrer-lhe o castigo, e perguntemos-lhe: Quem lhe concedeu autorização para afirmar que os protestantes, a que Você chama "irmãos separados", *"crêem* no que é humanamente impossível que houvesse sucedido"? Reparou, Você, na gravidade de tal afirmação?

Talvez não tenha reparado, porque a sua visão deixa muito que desejar . . .

Pois fique sabendo que os protestantes, que não sentem honra alguma em que lhes chame de "irmãos", não "crêem" nisso a que Você alude. "Humanamente impossível" é o nascimento *miraculoso* de Jesus, como se fôra Êle imaterial, etéreo e não material, como os outros meninos. Isto não é admitido pelos protestantes: não, não "crêem" em tal parlapatice!

Em que se fundamentou, então, para fazer tão descabida, inexata, falsa e comprometedora afirmação? (Tenha santa paciência, mas tem de levar mesmo as palmatoadas prometidas).

E note ainda, Eurípides: os protestantes aceitam, sim, a virgindade da Bendita mãe de Jesus até ao nascimento, ou, melhor, até ao parto do qual Êle nasceu. E, para crerem nisso, basta-lhes, apenas, a fé que depositam nas Sagradas Escrituras. Ora, nestas, é claro, como a água

cristalina, que a mãe do Salvador não teve união carnal com o marido, "*até que* deu à luz o seu filho primogênito".

Portanto, quando afirmamos tal crença, não a supomos, não a inventamos, mas baseamo-la nas Sagradas Escrituras (S. Mat. 1:25). Por isso, não pomos em dúvida a virgindade de "Nossa Senhora", para empregar a sua própria expressão, até o momento do parto de que nasceu Jesus. Dêsse momento por diante, já não admitem tal, pois o nascimento de Jesus foi tão natural como o de qualquer criatura, tendo, portanto, em virtude dêste parto, desaparecido o véu da virgindade.

Aí tem, "mestre" Eurípides, aquilo em que *crêem* os "irmãos separados", como Você lhes chama, que difere daquilo que Você lhes atribuiu, indevidamente, por contrário à verdade.

Temos, ou não, motivo forte, para lhe aplicarmos umas boas palmatoadas?

Para terminarmos a réplica à tese da "virgindade perpétua de Maria", resta-nos desfazer mais uma das muitas confusões de que é pletórico o pobre espírito de Eurípides.

Procurou êle, escudando-se na autoridade, aliás sempre suspeita e vulnerável, do seu festejado teólogo Tomás de Aquino, para melhor poder impingir a parlapatice do nascimento *miraculoso* de Jesus. Mas, também, desta vez, se levanta "o feitiço contra o feiticeiro", conforme diz rifão já muito antigo. É preciso ter bem presente, "mestre" Eurípides, que entre o Jesus menino, que "sai do seio materno", e o Jesus ressuscitado, que "atravessa a laje do sepulcro", há uma diferença que importa frisar com inteligência e fazer desaparecer. O corpo de Jesus Menino era, apenas, material, físico, sem os dotes do corpo glorioso; ao contrário, Jesus ressuscitado estava já dotado dos atributos de um corpo glorioso, também espiritualizado. Nada de confusões!

Pelo fato de Jesus ser o Filho de Deus, Encarnado, a ninguém é lícito supor, e muito menos afirmar, que o Seu corpo não fôsse, *exatamente*, como o de qualquer homem, isto é, material, carnal, palpável, visível etc. Aliás, Jesus

Cristo não seria verdadeiro homem. Mas, pela Sagrada Escritura se prova, à evidência, que Jesus Cristo era um homem perfeito, e estava, por tal motivo, sujeito às vicissitudes a que estão sujeitos todos os homens, menos as das conseqüências do pecado, porque Êle não tinha nenhum. Assim, Êle teve de pagar o seu tributo à natureza: sentia fome, sêde, fadiga etc.

Dentro desta ordem de idéias, fique sabendo, "mestre" Eurípides, que os protestantes, ao número dos quais nos honramos de pertencer, não admitem o nascimento de Jesus de modo *miraculoso*. Admitem, sim, que a Sua concepção é que foi miraculosa. Entre *concepção* e *nascimento* vai um abismo de diferença. Mais uma vez, Eurípides, deixe-se de confusões.

Como é que Você afirmou que "os protestantes *crêem* no que é humanamente impossível"? Não! Crêem, antes, que o nascimento de Jesus foi normal, como o de qualquer menino. O contrário disto é parlapatice que devolvemos a Você e aos seus irmãos (não os "separados" mas, os bem unidos).

De resto, nem outra lição se pode tirar do significado dos têrmos da Sagrada Escritura, onde se lê, expressamente, que Maria *"peperit filium suum primogenitum"* (Vulgata — S. Mat. 1:25).

Pois, "mestre" Eurípides, o têrmo *"peperit"*, perfeito do verbo *pario*, (cujo supino é *partum*), significa *pariu*, e assim se pode ler em livros antigos.

Se "Nossa Senhora" *pariu* o seu filho primogênito (Jesus), como expressamente se afirma, nem a Você, nem a ninguém é lícito sofismar o texto citado. À luz, pois, desta versão (que não pode ser outra), é claro que o nascimento de Jesus foi natural e não *miraculoso*, como pretende insinuar o ex-pastor luterano, e hoje servícula clericalista.

Vá que Você creia em patranhas: é de seu feitio mental; mas, afirmar, como fêz, impudente e inverìdicamente, sem o menor viso de probidade, que os protestantes, os seus

"irmãos separados" "crêem" nessas mesmas patranhas — isso não se pode admitir, absolutamente, e é, até, desafôro!

"E vindo para a sua pátria . . ." — "nonne mater ejus dicitur Maria, et *fratres* ejus, Jacobus, et Joseph, et Simon, et Judas". (Vide ainda S. João 6:42). "Et *sorores* ejus, nonne omnes apud nos sunt?" (S. Mat. 13: 54-56).

Eis o argumento fulminante! Lemos, até, nos passos acima os nomes dos quatro irmãos, a saber: Tiago, José, Simão e Judas. "E não estão entre nós tôdas as *suas irmãs?*" Menciona-se, até, *tôdas as suas irmãs.*

E que dizem os senhores padres, diante de versículos tão claros?

Ah! a evasiva, sempre a evasiva alicantínica! Dizem êles: "êsses *irmãos* são primos-irmãos e primas-irmãs de Jesus".

Absolutamente, pois no texto da Vulgata, que citamos atrás, de propósito, encontra-se o têrmo *fratres* (irmãos uterinos) e sorores (irmãs uterinas).

E, se formos ao grego, original de onde o padre São Jerônimo fêz a tradução na Vulgata, lá encontraremos o têrmo *adelphoi* (irmão) e *adelphai* (irmã).

Ora, êsses dois têrmos, vertidos para o português, nunca podem significar senão *irmãos* e *irmãs.* Em grego, os têrmos que significariam em português "primos" e "primas" são *suggneis* e *suggnes.* "Hoc opus hic labor est!"

E, como se isto não bastasse, para maior clareza dêsses textos, passemos à crítica que, sôbre êles, nos apresentou o grande exegeta Howel, no seu brilhante Comentário ao Livro de S. Mateus:

"Se não fôsse a suposta necessidade de sustentar uma teoria a respeito da virgindade perpétua de Maria, a mãe de Nosso Senhor, ninguém se teria lembrado de dar outra significação a estas palavras, senão a natural e usual, isto é, a de serem as pessoas mencionadas *irmãos e irmãs uterinos de Jesus.* Nos Evangelhos fala-se doze vêzes dos "irmãos" de Jesus, e, salva uma exceção, e.g., S. João 7:3-5, êstes estão sempre em companhia da mãe do mes-

mo Jesus, e nada há, absolutamente, que dê a entender ou que implique não serem êles literalmente irmãos seus.

Sugestionados pela idéia errônea do merecimento superior do celibato, e entendendo que, admitir-se que a Virgem Maria houvesse tido mais filhos além de Jesus derrogaria dalguma forma a santidade quase divina que lhe querem atribuir, os teólogos da igreja romana têm sustentado que as pessoas aqui chamadas irmãos e irmãs de Jesus *eram realmente seus primos-irmãos* (os grifos são nossos), filhos e filhas de Maria, mulher de Cléofas, ou Alfeu, a qual, segundo esta teoria, era irmã da Virgem Maria. Isto é apenas uma suposição que não sòmente não acha confirmação nas Escrituras, senão que, pelo contrário, é por elas mesmas refutada".

"É verdade que, entre os judeus, se usava, às vêzes, a palavra "irmão" em sentido lato que incluía os "primos-irmãos"; mas o fato é que não há exemplo dêste modo de empregar a palavra nem no Novo nem no Antigo Testamento, em cujo emprêgo (dizemos nós, esclarecendo o espírito do comentador) haja qualquer sombra de dúvida a respeito de seu real significado. E, se nos citarem o trecho de Gên. 13:8, em que Abraão chama Lot de "irmão" — "fratres enin sumus" — não padece dúvida, no próprio texto, que se trata não de irmão uterino. Logo, sempre há clareza, quando se trata de qualquer dos sentidos. E, consoante a exposição do comentador acima, desafiamos a que nos provem tenham sido "fratres" e "sorores", ou sejam, "adelfoi" e "adelfai" empregados, não só no A. T. como no N. T., no sentido de "primo-irmão" ou "prima-irmã". Portanto, não procede o argumento clericalista.

"Demais", continua Howell, "se Jesus tivesse tantos "primos" e fôsse necessário falar dêles tantas vêzes, era inexplicável que nem uma só vez se usasse a seu respeito a palavra "primo" (ou "suggneis") e "prima" (ou "suggnes"), que exprimiria a verdadeira relação".

Por outro lado, Maria, mulher de Cléofas, ou Alfeu, teve dois filhos que pertenciam ao número dos "doze"

apóstolos; no entanto, é claro, pela Escritura, que nenhum dos irmãos do Senhor era apóstolo. Logo, os filhos de Maria, mulher de Cléofas, e os irmãos do Senhor, não são idênticos. O Evangelista afirma, muito tempo depois de estar organizado o corpo dos "doze" apóstolos, "nem ainda *seus irmãos* criam n'Êle" (S. João 7:5), o que se não podia dizer se dois dêstes irmãos já pertencessem ao número dos "doze". Também em Atos, cap. 1:14, se distingue entre os apóstolos, e os irmãos do Senhor. Mencionam-se os apóstolos todos por seus nomes, fala-se em seguida da "mãe de Jesus", e depois, "dos irmãos d'Êle". Se os nomes de dois dêstes irmãos já estivessem incluídos na lista dos apóstolos, dir-se-ia, então, — OS OUTROS irmãos d'Êle.

"Da versão de Gál. 1:19, feita por Figueiredo, se podia concluir que Tiago, irmão do Senhor, continua Howell, era apóstolo. Segundo os melhores intérpretes, porém, assim se devia ler êste trecho: "E dos outros apóstolos (além de Pedro) não vi a nenhum; só vi a Tiago, irmão do Senhor". Também é bom notar que o ser êle chamado apóstolo neste lugar, não indicaria que pertencesse ao número dos "doze", pois Paulo e Barnabé são também chamados apóstolos e não pertenciam ao número dos "doze" (Atos 14:13).

* * *

Vejamos mais dois textos, para comprovar o que afirmamos.

"Depois disso vieram para Cafarnaum, Êle e Sua mãe, e *seus irmãos*, e seus discípulos . . ." (S. João 2:12).

O têrmo empregado é ainda o mesmo.

"Disseram-lhe, pois, *seus irmãos*: sai daqui e vai para a Judéia . . . Porque nem ainda *seus irmãos* criam n'Êle" (S. João 7:3-5).

O têrmo empregado é ainda o mesmo.

Assim, os quatro evangelistas falam todos na existência dos "irmãos" de Jesus, e o têrmo só pode explicar-se no sentido de irmãos uterinos.

Entretanto, os padres o negam. E, só porque sustentamos que Maria teve outros filhos escudados em textos insofismáveis, que aí ficam comentados, somos taxados de ímpios e de sacrílegos, como se fôsse pecaminoso ou desonroso, para uma mulher casada, ter filhos!

Se somos ímpios por isso, também o foram os evangelistas que afirmam expressamente que Jesus teve *irmãos* e *irmãs*; quando, se quisessem dizer "primos" e "primas", empregariam *"suggneis"* e *"suggnes"*.

Certamente, nem a inteligência euripidina, nem a dos "doutôres" de sua igreja, useira e vezeira em matéria de invencionices, devem ter observado o dislate de sua lógica, melhor diríamos, de sua falta de lógica! . . .

Insistimos no argumento: Onde a desonra para uma mulher, legìtimamente casada, ter filhos de seu legítimo espôso? Onde? Acaso, o próprio Senhor Jesus não santificou e honrou o matrimônio, comparecendo, pessoalmente, às Bodas de Caná da Galiléia, onde, até, realizou o seu primeiro milagre, transformando água em vinho?

Por outro lado, não considera a própria igreja católica tão santo o matrimônio, que o tornou, até, *grande sacramento*?

E mais: se Deus não permitisse; se acaso Êle julgasse que a Virgem Santa, a escolhida para ser o Vaso condutor de Seu Divino Filho, sofreria qualquer desdouro moral unindo-se maritalmente a S. José, depois do nascimento de Jesus, não lhe teria permitido desposá-la.

E, finalmente, onde a desonra, sobretudo, para uma mulher judia, ter filhos, se, ao contrário, sob o pacto em que viviam as judias (e Maria era uma judia), constituía até uma honra e uma bênção, o ter filhos, e, ao contrário, desonradas e malditas eram as estéreis ? E mais: infelizes!

Por isso, ao contrário do que propalam os padres, é precisamente o Protestantismo quem mais honra tributa

à Santa Virgem Maria, exaltando-lhe a glória da maternidade, incluindo-a entre as mulheres mais felizes da Judéia, para o que mister se fazia que não ficasse inferior na missão mais sublime que Deus conferiu à mulher, qual seja, a de gerar e ter filhos legìtimamente. (Vide ainda At. 1:14 e Gál. 1:19).

CAPÍTULO VI

ORAÇÃO PELOS MORTOS. PURGATÓRIO

Antes de mais nada, cumpre-nos advertir ao Prof. Eurípides que sua citação do cap. 32 (!) de S. Mateus, no seu livro, à página 101, está errada, pois, o Ev. de S. Mateus apenas contém 28 capítulos.

Você afirma, no suposto cap. 32 de S. Mateus, textualmente: "Jesus Cristo, Nosso Senhor, que combateu vigorosamente as tradições contrárias à sã doutrina . . . um longo catálogo de inovações na fé e na disciplina, não repreende ao povo que Êle sabia acreditar num *purgatorium* e rezar pelos seus mortos".

Perguntamos-lhe: Onde está essa "lista de inovações", de que Você nem sequer apontou-nos o capítulo onde se encontra? Prestar-nos-ia um grande favor, se fôsse capaz de nos indicar qualquer passo bíblico, onde se fale em *purgatorium,* como Você afirmou.

Quanto à sua citação do Livro de Macabeus (2.° Macabeus 12:46), devemos observar-lhe: 1.° — Como Você sabe muito bem, o testemunho dêste livro é controvertido, porquanto, só depois do Concílio de Trento — por conseqüência, no declinar do século XVI — é que tal livro (assim como o seu *irmão,* o 1.° dos Macabeus) foi incluído no catálogo dos livros divinamente inspirados. 2.° — Abstraindo, mesmo, essa circunstância, sua citação apenas pode provar a convicção pessoal de Judas Macabeu, ou seja, que êle tinha "como sendo santo e salutar pensamento orar pelos mortos".

De resto, esta concepção de Judas Macabeu já era admitida pelos povos pagãos da antiguidade, como passaremos a provar.

Suas origens

Os primeiros germes da doutrina do Purgatório apareceram no XI século, na França, no mosteiro de Cluny, cujo superior, Santo Odilon, havia alcançado (!) a reputação de poder, por suas orações, livrar as almas do Purgatório.

O papa Bento VIII, cuja vida estêve longe de ser a de um santo, mereceu a gratidão de Odilon, excomungando-lhe os adversários que se haviam apossado de parte dos bens do Mosteiro. Foi por causa dêsse ato de Bento VIII, conforme refere a lenda, que Êle não foi condenado senão às penas do Purgatório, e não às do Inferno.

Algum tempo depois da morte de Bento VIII, o cardeal Pedro Damião teve uma visão: viu a alma do ex-papa, sob aparência de um urso, com orelhas e cauda de burro, e soube, da bôca dêste mal-aventurado papa, assim tão singularmente transformado, que êle estava condenado a se espojar na lama de imundícies até o dia do Juízo Final. A notícia dessa visão se espalhou ao longe, e santo Odilon, sabendo do fato, pediu a Deus que livrasse a alma daquele papa de semelhante tormento.

Alguns dias depois, Bento VIII, resplandecente de glória, apareceu a um dos frades do Convento de Odilon e lhe contou que Deus havia ouvido a oração de santo Odilon e o havia admitido no céu.

Por aquêle tempo, um cavalheiro francês, regressando de uma peregrinação a Jerusalém, deteve-se alguns dias na Sicília, num lugar próximo ao Monte Etna, e ali encontrou um eremita que lhe referiu que, havendo-se um dia aproximado da cratera de um vulcão, ouviu não sòmente o grito das almas que ali estavam sendo atormentadas pelo fogo, mas também a conversação dos demônios que lastimavam amargamente que Odilon lhes arrancasse tantas almas, por suas orações.

O cavalheiro, tendo voltado para a França, não deixou de divulgar as palavras do eremita, o que muito contribuiu para a glória de Odilon, e ao mesmo tempo para a riqueza do Convento, que se tornou um lugar de peregrinação.

Essas fábulas e outras muitas, espalhadas com zêlo interesseiro, foram as primeiras origens da doutrina do Purgatório, mas êste não foi aceito definitivamente como dogma da Igreja Católica senão no Concílio de Florença, em 1439.

O seu progresso foi gradual. Roma bebeu isso também das fontes do paganismo.

No ensino religioso dos persas, o fogo era o elemento supremo, pelo qual as mudanças sucessivas na vida das almas eram efetuadas. Dos persas, a idéia passou para a doutrina dos estóicos, e, dêstes, para a filosofia de Platão. Êle ensinava que ninguém podia entrar na habitação da felicidade, sem expiar seus pecados, depois da morte.

Assim, o Purgatório é originário do paganismo. Êste suplício foi tirado da mitologia pagã. Foi lá que o papismo o encontrou. É o Tártaro da mitologia greco-romana. Para se livrarem do Tártaro e alcançarem os Campos Elísios (o céu), as almas necessitavam que seus parentes ou amigos colocassem na bôca dos respectivos corpos, que iam ser sepultados, uma moeda de certo valor, para pagar a Caronte — *o dinheiro de Caronte*, como era chamado — e atravessar, na barca dêste, o Estígio e o Aqueronte para os Campos Elíseos, ou seja, o Paraíso.

Cotejando esta parte da mitologia com a doutrina do Purgatório, podemos ver, sem que seja necessário sermos dotados de grande ilustração, que os ensinos papistas sôbre êste terceiro lugar vêm das fábulas da mitologia greco-romana.

Ninguém irá para os Campos Elíseos, isto é, não ficará livre do Tártaro, se alguém não lhe pagar pela alma muitas missas, ou deixar em testamento o dinheiro para essas missas.

Lendas grosseiras: seu fim interesseiro

Já vimos, anteriormente, as origens pagãs do Purgatório e das orações pelos mortos.

Corroborando, agora, com tais origens, vejamos algumas lendas que se criaram, através dos séculos, sôbre tão estúpida heresia.

Segundo as lendas papistas, o Purgatório está colocado um pouco acima do Inferno, e é uma espécie de mar em chamas.

Há quadros por aí que representam as almas afogadas nessas chamas do Purgatório; o sangue de Cristo, derramado de um cálice do sacrifício da Missa, apaga essas chamas, e as almas saem daquele tanque de fogo. Com a indulgência da batina, já não se precisa de Missa para os devotos do Carmo saírem do Purgatório.

Segundo grandes teólogos papistas, o Purgatório é em tudo semelhante ao Inferno, exceto na duração. O Inferno é eterno, mas o Purgatório pode durar mil, dez mil, talvez mesmo cem mil anos, mas, afinal, acabará; não é eterno.

O Bispo D. Silvério Gomes Pimenta conta, nas suas pregações de 1904, que tinha, havia pouco tempo daquela época, uma filha de Pilatos saído do Purgatório! Por conseguinte, lá estêve dois mil anos!

Relata-nos o ex-padre Hipólito de Oliveira Campos, de saudosa memória, que, em Juiz de Fora, o bispo de Mariana contou do púlpito, entre muitos outros casos estupendos, o seguinte:

"Havia um devoto das almas do Purgatório, que, embora fôsse pobre, mandava todos os meses celebrar uma missa pelas almas. Muitas vêzes se privava de coisas de primeira necessidade, até do próprio alimento, para reservar o dinheiro da missa do mês. Rezava diàriamente cinco padre-nossos pelas almas, além de muitas indulgências que procurava ganhar a favor das mesmas. Quando passava por um cemitério, ou diante de uma Cruz, à beira de uma

estrada, descobria-se e rezava cinco padre-nossos pelas almas do Purgatório etc.

Pois bem; um dia, aquêle devoto de almas, numa viagem que fêz, montado em certa alimária, passando por uma mata, viu um homem enforcado numa árvore, à beira do caminho. Incontinenti, apeou-se, e, de joelhos, com o chapéu na mão, rezou cinco padre-nossos e cinco ave-marias pela alma do enforcado.

Terminadas as rezas, fêz o sinal-da-cruz e montou no seu animal; mas, ao partir, olhando ainda uma vez para o enforcado, viu que o defunto com uma das mãos tomava a corda acima da cabeça e erguia-se; com a outra mão tirava a laçada do pescoço.

Observou estupefacto aquêle movimento, quando o defunto, de um salto, lhe montou na garupa do animal.

Assombrado, tremendo de mêdo, o devoto das almas pôs o animal a tôda a brida, correndo quanto podia.

Em certa altura saiu um tiro do mato, que deu com o "defunto" em terra; mas aquêle devoto continuou a correr, ainda mais desesperadamente, até encontrar casa. Mal avistou a primeira casa, para ela se dirigiu, e, apeando-se, quase sem poder falar, contou o que lhe sucedera.

Soube mais tarde que aquêle tiro era de um inimigo, que o fôra esperar para matá-lo. Mas a alma daquele enforcado pedira a Deus que lhe consentisse retomar o corpo e montar na garupa do animal do seu benfeitor, obrigando êste, pelo pavor, àquela carreira, e recebendo, em seu lugar, aquêle tiro que o livrou da morte!

Pois esta história foi contada do púlpito de Juiz de Fora, por um bispo brasileiro, reputado uma das maiores ilustrações do Clero!!!

Uma senhora distinta, do Rio de Janeiro, que estava na Igreja naquela ocasião, mulher, aliás, muito piedosa, foi procurar o rev. Hipólito e lhe disse: "Sr. vigário", (naquela época o rev. Hipólito ainda não havia deixado a batina), "como é que um bispo conta um caso desta natureza?!"

— "A senhora ainda não ouviu nada", respondeu-lhe aquêle padre. Frei João de Santo Antônio, um missionário dêsse bispo, conta, em quase tôdas as suas pregações, que, na cidade de Curvelo, em Minas, um maçom que não quis confessar-se para morrer, ficou transformado em burro, na sepultura! Certificaram-se disto por terem, alguns anos depois, aberto a sepultura do maçom para enterrar outra pessoa. Na cova daquele excomungado, em vez de ossos humanos, encontraram um esqueleto de burro!

O certo é que, depois dos casos milagrosos do bispo e de seus padres, começaram a chegar envelopes com dinheiro para missas pelas santas almas, e o *santo* prelado e os seus auxiliares não davam vasão aos pedidos de missas nas diversas igrejas daquela grande cidade!

Que tal? Que dizem a uma destas?

A salvação por dinheiro, a salvação por indulgência, quando Cristo mandou dar de graça o que de graça recebemos! Que blasfêmia, que zombaria de Deus e dos homens! Esta humanidade é muito tôla, muito imbecil, para aceitar esta exploração clerical como meio de obter a salvação! Ó pobre e infeliz humanidade, quão iludida estás! . . .

Assim, a Igreja Romana tem êsse tesouro inesgotável: as indulgências, as missas, os jubileus para salvar os ricos, os que têm dinheiro com que *resgatar* os seus pecados. E os pobres que continuem sofrendo neste mundo e paguem no Purgatório, por séculos sem fim, o castigo dos seus pecados, porque não têm dinheiro para missas e indulgências!

Se a alma só pode sair do Purgatório ao som das moedas que caem nos cofres dos Tetzéis, como poderá a espôsa pobre livrar daquelas chamas a alma de seu marido?!

Não se vê, só por isso, que tal doutrina não poderia ser de origem divina? Então, que Deus será êsse?

Textos básicos dos romanistas

1.º — "Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estás no caminho com êle, para que não aconteça que o adversário te entregue ao Juiz, e o Juiz te entregue ao Ministro, e te encerrem na prisão. Em verdade te digo que de maneira nenhuma sairás dali, enquanto não pagares o último ceitil" (S. Mat. 5:25-26).

Entendem os romanistas, errôneamente, como vamos provar, que há referência, no texto acima, a um lugar de expiação, e, portanto, um Purgatório.

Procedamos à exegese, louvando-nos nos melhores intérpretes:

"*Concilia-te sem demora com o teu adversário*" — Nosso Senhor, sob a forma de um conselho puramente humano, de relações terrenas e de grande importância, à semelhança de Salomão, em Provérbios 6:1-5, dá uma exortação espiritual ainda mais importante. Por motivos *temporais, terrenos,* convém apressar-nos em nos harmonizarmos com o nosso adversário. Se a nossa falta para com Êle tem sido tal, que pode levar-nos aos tribunais, prudente será que nos entendamos, em particular, com Êle, a fim de evitarmos uma peleja judicial, de que poderá resultar não só nossa prisão, como ainda muitos dispêndios materiais. Por motivos *espirituais,* devemos também apressarmo-nos em obter a reconciliação com o nosso irmão ofendido. Porque, enquanto continuar a discórdia, a pessoa, pelos maus sentimentos que nutre para com seu irmão, não está em condições espirituais de participar dos elementos sagrados, tampouco em condições de morrer (Romanos 2:8). Nossa reconciliação com o nosso irmão, enquanto é tempo, para não sofrermos posteriormente o castigo da lei, não é só prudente, mas de nosso rigoroso dever. Igualmente, e *a fortiori,* muito mais obrigação temos de procurar a reconciliação com Aquêle a Quem temos ofen-

dido constantemente, e que tem mais razão de queixa contra nós, isto é, Deus, antes que a morte impeça tal reconciliação e venha sôbre nós o castigo inexorável que nossos crimes merecem.

"Em verdade te digo que não sairás de lá, até pagares o último ceitil" — É lei de hermenêutica universal, indiscutível, que não se deve basear um argumento sôbre qualquer doutrina, numa metáfora. Por isso, não se pode provar, por êsse versículo, qual o tempo de duração em que terão de penar os condenados por violarem a lei de Deus; todavia, a linguagem aqui empregada deixa transparecer que o castigo há de durar, enquanto a dívida não fôr resgatada. Ora, segundo nos ensinam outros passos das Santas Escrituras, em referência à dívida do pecador para com Deus, impossível é, ao homem, pagar essa dívida. Então, é igualmente impossível que o castigo um dia se acabe. Certamente nunca atentaram bem nesta tremenda conclusão as encerebrações dos próceres papistas!

Êsse verso, pois, não autoriza concluir-se que há limite, quanto à responsabilidade do pecador para com Deus, de sofrimento marcado para os condenados. Tampouco dá margem a que pensemos num lugar de purgação ou expiação, no Além, porque, assim como uma dívida não é resgatada ou diminuída pelo fato de o devedor ir para a cadeia (antes aumenta, pelos juros que se vão acumulando, pelo tempo que lá êle permanece), de igual modo o que sofrem os condenados no Inferno em nada diminui a sua obrigação para com Deus.

Embora seja verdade que, aquilo que um *criminoso* sofre na prisão, em certo sentido, é uma expiação de seu crime, todavia, o que um *devedor* sofre não paga, por êste modo, a dívida, pois esta continua por saldar. Ora, neste versículo não se fala de criminoso, mas de *devedor*. É de suma importância frisar bem isto, pois os conceitos de criminoso e devedor não são a mesma coisa.

Compreendeu, Eurípides? Compreendeu, meu amigo católico romano?

Vê bem, que Nosso Senhor aqui está dando uma ilustração parabólica da necessidade da imediata reconciliação com Deus. Êste é o supremo ensino de Sua metáfora, além dos outros de interêsses terrenos e humanos.

O homem, por natureza, está nas mãos de Deus, como um oposicionista de justos reclamos está nas mãos de um adversário mais poderoso. Para a sua própria salvação, o homem deve imediatamente fazer as pazes com Deus. Para aquêle que morre fora da comunhão com Êle, não há esperança de restauração. Mesmo porque, se houvesse, não haveria lá tão grande necessidade de Nosso Senhor, em seu sermão, plataforma do Seu Reino, tanto encarecer esta necessidade. No caso de sua exigência de tal reconciliação e o mais rápido possível, é evidente, é incontestável que o perigo no Além é irremediável, é inapelável e o sofrimento indizível!

Destarte, a passagem encerra mais uma advertência, quanto ao futuro, acêrca de uma irremediável desgraça, para o homem que morre fora da comunhão com Deus, e não se refere a um lugar de purificação. Assim é que está certo!

Quanto ao texto de S. Mateus 12:32, que Eurípides cita: *"pecado que não será perdoado, nem neste mundo nem no outro"*, não há referência, absolutamente, à possibilidade de perdão na vida futura, nem a um lugar de purificação.

Trata-se de expressão proverbial enfática bem conhecida, para significar que, em tempo nenhum, e em circunstância alguma, haverá perdão para quem cometer o pecado de blasfêmia contra o Espírito Santo; isto é, não há, absolutamente, perdão para quem, consciente e deliberadamente, rejeitar a presença e o Poder do Espírito Santo. É impossível a êsses tais serem perdoados, simplesmente porque negam o Único Agente, pelo qual a Graça de Deus pode ser comunicada. É um pecado que expõe o pecador à ira temporal e eterna; à ira no tempo e no Grande Dia de Julgamento Final.

Há, Eurípides, uma lei de hermenêutica universal, que Você e seus "irmãos" romanistas parece desconhecerem, segundo a qual não se deve interpretar nenhum texto das Sagradas Escrituras em desarmonia com outros textos absolutamente claros, insofismáveis, sôbre a doutrina que se quer firmar. E, por isso, ainda que pairasse a mínima dúvida no passo em apreço, numa multidão de outros textos da Bíblia, a verdade sôbre a existência de tal lugar de expiação, temporária, não é admissível, de forma alguma, como, mais adiante, provaremos.

Quanto ao texto de 1.ª Cor. 13:14-15, em nada dá razão para se arquitetar um Purgatório, porquanto o Apóstolo S. Paulo tem em vista uma prova que terá lugar depois da morte, mas no julgamento final. Trata-se de uma prova de fogo, segundo a qual o crente obterá ou não a recompensa, de acôrdo com suas obras. Se estas têm elementos corruptos, são seus autores queimados, e, embora sem recompensa ou galardão, serão salvos, "como que, pelo fogo".

E quando Você, Eurípides, cita S. Lucas 12:47-48, acêrca do servo que, conhecendo a vontade do Seu Senhor, não se preparou nem a cumpriu, e recebeu, por isso, muitos açoites; enquanto o que, não a conhecendo, fêz coisas dignas de açoites ("receberá poucos açoites"), — *de forma alguma tal passo pode significar, no juízo de Deus, uma espécie de castigo, que não é eterno.* De forma alguma! E por quê? — Pela simples razão, Eurípides, de que o Divino Mestre, nesse texto, apenas se refere a *graus* de castigos e não à sua *durabilidade.*

E a verdade é fácil de compreender, para quem tem um pouco de miolo na cabeça ou não usa má fé em sua dialética. Dizer que um condenado será castigado com poucos açoites, ou com muitos, consoante a gravidade de sua culpa, não é o mesmo que declarar-se que sua penalidade seja ou limitada a certos números de anos ou perpetuada pelas galés. Não se trata, no caso, de *tempo,* mas de *intensidade.*

Testemunho de grandes padres e doutôres da Igreja

Das páginas 103 a 128 do seu livro, preocupa-se Eurípides com citar o testemunho de muitos padres e doutôres dos primeiros séculos da Igreja, e alega que êles recomendavam a oração pelos mortos e ensinavam a doutrina do Purgatório!

Ora, meu caro, é sempre o mesmo argumento de quem apenas pretende impressionar os incautos com o *número* de aderentes e pregadores das inovações romanistas, como se isto tivesse fôrça de argumento probatório de sua tese antibíblica.

O que valeria era se êsses "Gigantes da Fé", a que Você se refere, *provassem*, insofismàvelmente, com textos bíblicos, a veracidade das afirmações fortuitas, inconsistentes e errôneas que ou impensada, malévola e calculadamente fizeram, ou por reconhecida ignorância do sentido da Palavra de Deus.

Qua adianta a fatuidade de todo êsse arrazoado?

É caso para lhe lembrarmos o que, divinamente inspirado, disse o grande Profeta Isaías: *"Antes à lei e ao testemunho é que se deve recorrer"*, porém, *"se êles não falarem na conformidade desta palavra,* não raiará para êles a luz da manhã" (Is. 8:20).

É que, simples testemunhos de autores não inspirados não poderão prevalecer contra o testemunho inequívoco, insofismável e incontrovertível da Bíblia Sagrada!

Citem-na! Provem o que afirmam, com textos bíblicos insofismáveis!

"À lei e ao testemunho" da Palavra, disse o grande Isaías. O mais é conversa fiada para engazopar os trouxas, ou fazer cair nas malhas os pobres incautos e ignorantes!

O que vale, pois, não é o testemunho dessa gente, ainda que amontoe e enfileire milhões: O que vale é o *testemunho bíblico*!

E, já que Você enche a bôca, ao falar em "gigantes da fé", aí vai o testemunho de alguns dêles.

Cirilo, eminente bispo de Jerusalém, diz expressamente: "Nem ainda o mínimo dos sacros e divinos mistérios da Fé deve ser transmitido SEM AS DIVINAS ESCRITURAS (o versalete é nosso). Nem me acrediteis quando vos falo destas coisas, se não tendes a prova do que digo na Palavra Santa. Pois, a certeza e a preservação da nossa fé não são sustentadas pela habilidade da palavra (palavra humana), mas *pela prova da Escritura Sagrada*" (Catec. 4, Sect. 17, pág. 108). Como vê, Eurípides, até êste grande "gigante da Fé" afina pelo mesmo diapasão por que sempre afinamos.

E poderíamos citar-lhe outros, entre os quais o bispo de Cartago, S. Cipriano, que verberava o papa Estêvão, acusando-o de "cegueira", "dureza" e "obstinação", dizendo-lhe mesmo que, "a tradição sem a verdade é a velhice do êrro".

E mais S. Jerônimo, que escreveu: "Assim como aceitamos as coisas que estão descritas (na Bíblia), também rejeitamos as que não estão escritas". (S. Jerônimo, Adv. Helvid.). Abra os olhos e deixe de necedade:

E perdeu seu tempo também, citando, em abono de sua crença, o testemunho de um pastor protestante, qual seja, Tomás Pinheiro Guimarães, que, sôbre ser um desertor da verdadeira crença evangélica, tornando-se um *modernista,* sua autoridade vale tanto quanto a de Você, ou como a de qualquer outro, seja quem fôr, quando afirma o que não está na Escritura!

Eurípides: *"à lei e ao testemunho"*!

"Errais, não conhecendo as Escrituras . . ." (S. Mat. 22:29).

Razões e testemunhos bíblicos contra o purgatório

Pretendemos encerrar, aqui, a discussão sôbre o Purgatório, relacionando os principais textos bíblicos que não

admitem, absolutamente, a possibilidade, sequer, de tal ensinamento:

1.º — Porque nas Escrituras não se encontra tal doutrina. É uma invenção dos homens. Já o demonstramos pela sua origem e evolução através dos séculos.

Chamamos, pois, a atenção para estas palavras de Cristo, que serão proferidas no dia do Juízo Final: "Vinde, benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo". "Apartai-vos de mim, malditos, ide para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos". Irão êstes para o suplício eterno, e os justos, para a vida eterna" (S. Mat. 25:34,41,46).

No julgamento final, os justos irão para o céu, e os maus, para o Inferno.

"E ao servo inútil lançai-o nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes" (S. Mat. 25:30).

"E tôda esta multidão dos que dormem no pó da terra, acordarão, uns para a vida eterna; outros, para a vergonha e nojo eternos" (Daniel 12:2).

S. Paulo diz: "Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Resta-me agora a coroa da Justiça, que o Senhor reto Juiz me dará naquele dia e não só a mim como a todos os que amam a sua vinda".

Vemos Cristo dizer ao bom ladrão: "Hoje estarás comigo no Paraíso".

Madalena ouviu essas palavras de Jesus: "Perdoados são os teus pecados; tua fé te salvou, vai em paz".

Onde há em tôdas essas palavras referência ao Purgatório?

S. Paulo dizia: "Eu desejo partir e estar com Cristo". Não esperava o Purgatório.

2.º — Porque Deus declara, em Sua Palavra, que "não há mais condenação para aquêles que estão em Cristo Jesus"; não obstante, os padres os enviam ao Purgatório para expiação de uma falta perdoada na terra!

Que disparate! (Vide Rom. 8:1).

3.° — Porque Deus não queima seus filhos no Purgatório para satisfazer à Sua Justiça, visto que esta já foi satisfeita pelo sacrifício da Cruz.

Logo, a doutrina do Purgatório implica em tirar o valor infinito do sacrifício do Calvário, e só isto basta para invalidar o mérito de tal doutrina e demonstrar a nenhuma razão de ser de sua recomendação, para quem de fato se diz cristão e dá a Cristo o valor infinito que Sua obra na Cruz tem, realmente.

4.° — Porque Deus, condenando-nos a sermos queimados durante alguns milhares de anos, exerce Sua misericórdia pela punição, e procede como os tribunais humanos, que absolvem o delinqüente da pena de morte, mas o condenam a galés perpétuas!

5.° — Porque Jesus, que intercede no céu pelos pecadores, vê-se impossibilitado de livrar as almas do Purgatório, porque só o papa tem a chave daquele cárcere!

E senhores, o papa tem um coração mais duro do que Harpagão, que talvez desse alguns escudos para retirar seus filhos das galés, ao passo que *Sua Santidade* deixa queimar os seus, durante milhares de anos, e não levanta o ferrôlho da porta, senão para aquêles que deixaram neste mundo dinheiro ou amigos ricos!

Daí, dizer-se que o Purgatório é "a galinha de ouro da Igreja".

6.° — Porque o Purgatório não purifica coisa alguma, visto que as almas dos justos que lá *descem* já estão purificadas de todos os seus pecados (1.ª João 1:7). "O sangue de Jesus Cristo nos purifica *de todo o pecado*". Não diz de *algum*, mas, de *todo*. E, se nos purifica de *todo*, que necessidade há de ainda irmos expiar algum pecado, *venial* que seja, no Purgatório? É de *todo* ou não é? E que mais será preciso dizer?

Não se vê, por aí, que tal doutrina desmerece o valor total, integral, perfeito do sacrifício de Nosso Abençoado Senhor Jesus?

7.° — Porque dizer-se que as almas expiam suas faltas no Purgatório é atribuir ao fogo do sofrimento o

poder do sacrifício, e desconhecer completamente a obra Vicária de Cristo sôbre a Cruz.

8.º — Porque é admitir que os criminosos perdoados pelos reis da terra são corporalmente melhor tratados do que os filhos de Deus. O rei perdoa dispensando as galés e deixando a vergonha sôbre a fronte do criminoso; Deus apaga a vergonha do pecado, mas não dispensa seu castigo, sua pena!

Então, que espécie de perdão será êste?

9.º — Porque o castigo do pecado permanece, depois de perdoado o pecado!

10.º — Porque, neste caso, existe um fogo de mais virtude purificadora do que o sangue de Cristo! Entretanto, como já citamos: "... O sangue de Jesus Cristo nos purifica de todo o pecado". (1.ª João 1:7).

Então, repita-se o argumento, que é de capitalíssima importância: PARA QUE SERVE O SANGUE DE CRISTO?

Ah! Respondem: Jesus Cristo satisfez a pena devida aos pecados cometidos antes do batismo, e não a daqueles que foram cometidos depois do batismo!

Maldito sofisma! Roma tem sempre saída para cada dificuldade, mas cada qual destituída de fundamento nas Santas Escrituras e aberrando do bom senso e da razão!

"De sorte que — como bem observou um ex-padre — na Igreja de Roma seria mais vantajoso não se ser batizado do que sê-lo, e seria humaníssimo da sua parte ter milhares de padres que se ocupassem exclusivamente em batizar, na hora da morte, a fim de evitar aos seus fiéis as dores tremendas de um fogo, cuja lembrança faz enlouquecer!"

Quantos absurdos e incoerências, só pelo capricho de sustentarem uma doutrina em flagrante contradição com os ensinos da Palavra de Deus!

Entretanto, o nosso bom senso e as Escrituras nos dizem que o Juízo de Deus é imutável. Julgado por Deus, quem poderá modificar êsse julgamento? (Hebr. 9:27).

11.º — Finalmente, não podemos aceitar o Purgatório, porque, segundo a Escritura, "após da morte segue-se o juízo".

A Escritura diz que "a árvore há-de ficar no lugar em que cair: se cair para a parte do meio-dia, ou para a do norte, em qualquer lugar onde cair, aí ficará" (Ecl. 11:3).

A sentença de Deus é imutável. Deus não muda como os homens. Graças a Deus está escrito: "O que crê no Filho tem a vida eterna" (João 3:36).

Aquêle que aceita Cristo como Seu Salvador, para êsse não há mais condenação de espécie alguma: passou da morte para a vida, das trevas para a luz.

Que doutrina gloriosa e que verdade consoladora!

* * *

Aceitai o Evangelho puro do Divino Mestre. Confiai exclusivamente no Seu sacrifício vicário na Cruz do Calvário, "que nos purifica de todo o pecado", e para vós não há Purgatório.

"Aquêle que tem sêde, venha; e quem quiser tome *de graça* da água da vida" (Apoc. 22:17).

O Purgatório:
um poema

Do nosso livro — "O Romanismo à Barra do Evangelho" extraímos o poema, com que pretendemos pôr a última pá de cal no túmulo dessa incongruente doutrina romanista, pois, quem não houver ficado satisfeito com a nossa prosa, talvez se satisfaça com nossos versos:

O PURGATÓRIO *

Doutrina bem mais grave apareceu,
invento da ganância clerical —

* Textos que combatem tal doutrina: Mat. 1:21; Marc. 16:16; João 1:29; 5:24; Efés. 1:7; Luc. 16:22,26; Hebr. 9:27; Apoc. 22:11; Rom. 3:20,21,24,28; Gál. 2:16.

foi a do Purgatório, que nasceu
da ambiçao desse clero tão venal! . . .
No célebre Concílio de Ferrara, [1]
pela primeira vez foi discutida
estoutra inovação;
porém, só foi mais tarde permitida
no famoso Concílio de Florença [2]
a tal doutrinação.
Dois lugares existem tão sòmente: —
Céu e Inferno, que Cristo revelou: [3]
Sendo o Céu reservado para o crente,
e o Inferno para quem Cristo negou!
Mas a Igreja o que ensina é diferente:
que o Purgatório existe, e servirá
para purificar inteiramente
o pecador, que, então, se salvará! . . .
Com o fim de apressar a salvação,
e o pecador poder no Céu entrar,
inventou para o povo a obrigação
de missas pelo morto celebrar! . . .
Apressar podem missas a saída
da vítima que cai no Purgatório,
que terá sua pena reduzida
por meio do metal *expiatório*!
Para essa fonte ser mais produtora
de lucros, êsse clero explorador
vive ensinando à raça pecadora —
que para o Céu a missa é o corredor! . . .
E declara, para isso, afoitamente,
que os fiéis vão terminar no Purgatório,
e do qual subirão ao Deus Clemente,
pelas missas *de efeito intercessório*! . . .
Explorando a crendice popular,
com o seu tão famoso Purgatório,

[1] A.D. 1438.
[2] A.D. 1439.
[3] S. Mateus 7:13-14; S. Mateus 25.

consegue o Romanismo dominar,
com todo o seu cinismo bem notório! . . .
Transformou-se isto em transação rendosa,
por causa da crendice rabujenta,
que a gente clerical indecorosa,
cada vez mais nos tolos alimenta!
O sangue do Cordeiro Imaculado,
que purifica, inteiro, o pecador, [1]
com tal doutrina fica desprezado —
— desprezado também o Redentor!

[1] 1.ª João, 1:7.

CAPÍTULO VII

ONDE ESTÁ ISSO NA BÍBLIA?

O capítulo do livro euripidino, que traz o título acima é dos mais infantis de sua obra; chega a ser mesmo um atestado da sua fatuidade mental. Com pouca coisa se destrói.

Basta dizer que êle faz tábua rasa da exigência protestante de que tudo quanto se afirma, em matéria de Fé, deve ser comprovado pela Bíblia.

Sim, Eurípides, para se firmar qualquer doutrina, em matéria de Fé, é preciso que esteja contida explícita ou implìcitamente nas Santas Escrituras. (Vide Isaías 8:20).

Eis a razão da exigência não só dos protestantes, como ainda de todos aquêles que precisam, a qualquer doutrina, dar o cunho de verdadeira.

O mesmo se dá no campo científico e até no jurídico.

Em que há de basear-se, por exemplo, um advogado, para firmar-se numa lei, se a mesma não estiver contida explícita ou implìcitamente no Código das mesmas leis?

Exatamente, a mesma coisa sucede quando se discute a constitucionalidade ou não dêste ou daquele decreto do Poder Executivo. Neste caso, para que se apela logo? A resposta é intuitiva: para a Constituição.

Pois, meu caro Eurípides, fique sabendo que, em matéria de Fé, só a Bíblia é a Magna Carta da Constituição Divina, pela qual tôdas as leis humanas se deviam reger.

Cada vez mais estamos admirados da irreflexão pavorosa que se manifesta em todo êste seu paupérrimo arrazoado!

Permita, Eurípides, que lhe digamos, com tôda a franqueza, que Você, ao engendrar êste seu trabalho, pelo qual nenhum espírito cintilante, ou desempoeirado, o poderá felicitar, parece ter tido, apenas, em vista os leitores ignorantes ou semi-analfabetos. Ora, na sua igreja, nem todos são dêste jaez.

Sendo assim, profundamente lamentamos!

Depois dêste preâmbulo — que representa ainda uma exortação, própria de quem não lhe quer mal, mas o seu bem, e em proveito das almas a quem procuramos esclarecer e salvar — entremos na matéria do capítulo 8.° de seu desvalioso livro.

É interessante notar, antes de mais nada, que Você, em todo o seu livro, manifesta a preocupação máxima de mostrar que é erudito, que tem conhecimento profundo (!) da matéria que se propõe versar.

Daí, os seus malabarismos sibilinos em citar êste e aquêle teólogo, aquêle e aqueloutro doutor e padre da Igreja etc., etc.

Isto, para qualquer espírito medíocre (ou abaixo), dá resultado. Mas perante espíritos dotados de visão, que nem a poeira consegue diminuir, tôda a sua *erudição* e *sabedoria* caem por terra, qual castelo de cartas, que não resiste à primeira rajada de vento forte!

Vejamos.

Quem lhe disse, porventura, que, *em matéria de Fé*, não é a Bíblia que nos deve servir de base? Se sairmos da Bíblia, que CONTÉM TUDO o que é mister para a salvação, onde nos poderemos escudar para crermos, ou não, em determinado artigo de Fé?

De propósito, meu caro Eurípides, grifamos TUDO. E sabe por quê? Para cortarmos, radicalmente, "in radice", o mísero argumento que Você e os seus caríssimos mestres — os padres — costumam empregar, citando o último versículo do cap. 21 do Ev. de S. João: "Há, porém, ainda muitas outras coisas que Jesus fêz . . .", como se isto tivesse o mínimo valor probatório contra a nossa tese.

E, como Você nos tem dado a impressão de que não é dotado de lúcida inteligência, vamos explicar-lhe, cuidadosa e atenciosamente, o nosso raciocínio, para que Você possa compreender bem.

Se tivesse algum valor o seu modo de ver, baseado no texto de S. João, supracitado, seguir-se-ia que Jesus não teria ensinado tudo o que era necessário para nos salvar.

Tem alguma coisa a depor contra êste raciocínio, Eurípides?

Cremos que não.

Neste caso, vamos continuar.

Cumpre-nos observar, desde já, que o citado passo de S. João não autoriza ninguém a tirar tão inconsistente ilação.

De fato. Abra bem os olhos e verá que lá se diz, expressamente: "Muitas outras coisas que Jesus FÊZ". Note bem que não diz que Jesus *ensinou,* mas que FÊZ.

Daqui poderíamos concluir, sempre dentro das leis da lógica, sem o mínimo sofisma, nem subtilezas, que o Evangelista deixou de referir muitos atos do Divino Mestre, que, em ordem à salvação ou à Fé, seriam julgados supérfluos, e, sendo assim, seria desnecessário mencioná-los, como provas a mais do já provado.

Isto para lhe respondermos *à letra* e desfazermos êsse argumento, a que nós chamamos de mísero, mas ao qual a alicantina clerical procura dar muita importância, e nós sabemos muito bem por quê. É nesta fragilíssima base que o clericalismo pretende alicerçar o seu ruível edifício da tão decantada TRADIÇÃO!

A suficiência da Bíblia em matéria de fé

Caro Eurípides, como vimos de demonstrar, anteriormente, o texto de João 21:25 não admite, absolutamente, a sua interpretação, de que a Revelação Divina

não tivesse ficado completa. Temos os olhos muito bem iluminados, para vermos tudo isso e mais do que isso.

Agora, veja a clareza do nosso argumento.

Quando afirmamos que a Bíblia CONTÉM TUDO o que é mister para a salvação, temos duas bases sólidas, entre outras, para fazermos tal afirmativa.

A primeira é esta: Cristo tinha de deixar a Sua obra completa. Qual foi esta obra? — A salvação das almas, finalidade única para a qual Êle encarnou.

Dentro desta ordem de idéias, é absolutamente impossível admitir-se a desgraçada hipótese, por Você admitida — e pelos mestres clericais, aos quais Você, reverente e subservientemente curvou a cabeça: a hipótese de a Bíblia ser insuficiente para nos ensinar tudo para a salvação. Só em tal hipótese é que seria necessário recorrer-se à tradição dos homens.

Será isto admissível, Eurípides: deixar Cristo os Seus divinos ensinamentos incompletos e entregues à tradição de homens, sempre passíveis de errar?

Ignora Você o adágio: "quem conta um conto, aumenta um ponto"? — Pois é isso mesmo o que sua Igreja tem feito através dos séculos, sempre a acrescentar, aqui e ali, pontos e mais pontos!

Quer agora ver a segunda e indestrutível base do nosso argumento, que o mesmo é dizer, da nossa tese?

Basta só um pouco de atenção, e nada mais.

Note bem. Sustentamos nós que a Bíblia CONTÉM TUDO o que é suficiente para a salvação. Verifique, agora, a exatidão de tal doutrina, em confronto com a Divina Palavra.

Para lhe pouparmos trabalho, aqui mesmo lhe estampamos o que se afirma no último livro da Sagrada Escritura. Em Apocalipse, cap. 22:18.19, lê-se: "ninguém pode *acrescentar* alguma coisa" ou *"tirar"* dêste livro inspirado, sob pena de lhe ser tirada "a sua parte da árvore da vida e da cidade santa, que estão escritas neste livro".

Agora, caro Eurípides, raciocinamos nós: Se *ninguém* pode *"acrescentar"* ou *"tirar"* alguma coisa a um

livro divinamente inspirado, segue-se que, fatalmente, e ainda dentro das leis da lógica, que o mesmo CONTÉM TUDO o que é suficiente, não lhe faltando, portanto, coisa alguma.

Para que vem, então, Você, com argumentos infantis, que lhe são despejados no crânio pelos novos "mestres", perante os quais, reverentemente se encurvou?

Quanto o lamentamos, meu caro Eurípides!

A Revelação de Deus, sendo já completa, como acabamos de provar de modo irretorquível, dispensa, absolutamente, a inoportuna e misérrima intervenção dos homens. E, sobretudo, porque tal intervenção incorre na maldição divina: "Deus fará vir sôbre êle" (aquêle que acrescentar ou tirar alguma coisa) "as pragas que estão escritas neste Livro", conforme citação anterior.

E é preciso observar-se ainda, amigo Eurípides, que a sua tese do enxêrto das tradições é perigosa, pois, julgando-o necessário como complemento da Revelação Divina, nega a eficácia da Sagrada Escritura, que o mesmo equivale a dizer serem insuficientes os ensinamentos de Jesus.

E aqui é que está a chave do problema, Eurípides: por mais malabarismos, tão próprios das subtilezas e artimanhas clericais, nunca poderão sair dêste abismo em que, cega ou ardilosamente, se afundaram.

De fato, só na hipótese da insuficiência da Bíblia, dos ensinos de Jesus, é que seria admissível a decantada TRADIÇÃO! . . .

Convém, ainda, em refôrço bíblico de nossa tése, que citemos mais alguns passos da Santa Bíblia. Ei-los: "E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti só, por único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (João 17:3). Por aí se vê, claramente, que a salvação está no conhecimento de Deus e de Seu Divino Filho, o Enviado. Que adiantam, pois, os sofismas jesuíticos? E mais: "O que vimos e ouvimos, vos anunciamos, para que também tenhais comunhão conosco; e a nossa comunhão está com o Pai, e com Seu Filho Jesus Cristo. Estas coisas vos es-

crevemos, para que o vosso gôzo se cumpra" (1.ª João 1:3,4). Estoutro texto não só afirma que a nossa comunhão íntima com o Pai, com o Filho e com a Igreja nos capacita para a salvação, como ainda assegura-nos que o nosso gôzo há de cumprir-se. Que queremos mais, Eurípides? Que mais nos falta, se na Santa Palavra já temos tudo?

A leitura da Bíblia
A teoria do livre exame

Analisando o arrazoado do "mestre" Eurípides, à página 133 do seu livro, achamos interessante, entre outras, esta passagem, em que êle, muito sentenciosamente, manifesta haver "flagrante contradição com a teoria do livre exame" o fato de nos seminários calvinistas se estudar a teologia dogmática!

Mais uma vez ficamos de bôca aberta, de tão pasmados que nos sentimos, em face de tão desconcertante e tão ilógico raciocínio!

Com que, então, acha s.s. "flagrante contradição com a teoria do livre exame" o estudo da teologia dogmática nos seminários calvinistas?

Mas, por quê?

Onde, mais uma vez, foi buscar base para formular tal raciocínio?

Porventura ficará mal a um calvinista, ou seja a lá quem fôr, estudar todo e qualquer ramo de ciência, máxime, a Ciência Teológica?

Que num seminário católico se não estude a teologia daqueles a que chamam de protestantes, ainda é compreensível, porque tôda gente sabe que a formação do padre católico é puramente unilateral, visto que é vedado aos seminaristas até a simples leitura de qualquer livro que não esteja de harmonia com o credo romanista. E o que mais é: a autoridade eclesiástica é fulminante com a excomunhão contra os católicos que tenham a ousadia de ler qualquer livro contido no terrível "Índex".

Mas, aos evangélicos, como Você sabe ou deve saber muito bem, nenhuma leitura é proibida, e nisto está uma das razões de nossa superioridade, em relação aos católicos, que só podem ler pela cartilha papalina!

E não vê, não enxerga o amigo que só pode haver EXAME, e livre, ainda por cima, como nós evangélicos acreditamos, onde se lê, se estuda, *se examina,* se raciocina?! Como haver EXAME, sem *exame* ou sem *exames*? Livre exame exige o estudo de tudo o que está sob juízo ou verificação; logo, a dogmática (teologia, no caso), deve ser objeto de estudo. Não é mesmo?

Portanto, não tem nenhuma razão de ser essa sua infeliz saída, falando numa "flagrante contradição", onde tal não existe.

E Você não pode desconhecer que êste nosso modo de proceder está fundamentado nas Santas Escrituras, que, pela pena de S. Paulo, divinamente inspirado, disse: "Examinai TUDO e abraçai o que é bom" (1.ª Tess. 5:21).

Porventura êste "examinai TUDO", de inspiração divina, poderá alguma vez sofrer restrições por inspiração ou mandado humano? Oh! cegueira humana!

Como vê, portanto, caro Eurípides, nós gostamos de apresentar os nossos pareceres doutrinários, com fundamento na Palavra de Deus.

Interrogações sibilinas

Entremos, agora, na refutação das interrogações sibilinas, formuladas pelo Autor, à página 134 de seu livro.

Vejamos a primeira dessas interrogações.

Pergunta o "mestre" Eurípides: *"Onde, na Bíblia, a supremacia do Rei (ou da Rainha) em matéria religiosa?"*

Em vez de respondermos a tão frívola e descabida pergunta, seja-nos permitido perguntarmos também: a que propósito vem tal interrogação?

Será que alguém, no campo evangélico (se o caro Eurípides prefere, como os seus "venerandos" mestres,

diremos antes, no campo protestante), será que alguém nesse campo evangélico defende ou defendeu, algures, que o Rei (ou a Rainha) tem alguma supremacia em matéria religiosa?

Se não, qual a razão de ser de tal afirmação?

Para que inventou o "mestre" Eurípides "um bicho de sete cabeças", quando nada existe, que não, possìvelmente, alguma teia de aranha na sua cabeça?

Tal pergunta parece-nos totalmente destituída de fundamento.

Passemos à segunda interrogação sibilina: *"Onde está na Bíblia a legitimidade do uso de armas, a obrigação do culto público, a guarda do domingo, o batismo das crianças?"*

Divide-se em quatro partes, esta pergunta: uso de armas, obrigação do culto público, guarda do domingo e batismo das crianças.

Uso de armas

Nesta pergunta há uma pavorosa confusão do humano com o divino.

Antes de mais nada, Eurípides, nós não exigimos que a Bíblia contenha todos os conselhos e preceitos, que diríamos, de ordem humana, porque, nesse caso, os livros santos teriam de ser inúmeros. O que nos interessa é que a Bíblia contenha (e é isso que sustentamos) os conselhos e preceitos de ordem divina *suficientes* para alcançarmos a salvação eterna, e *princípios* que dirijam nossas ações e desejos.

Nem outra coisa nós podemos exigir dos livros santos.

Leia-se: "Tôda a Escritura, divinamente inspirada, é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus *seja perfeito*" (2.ª Tim. 3:16,17).

E o Divino Mestre não deixou de inculcar que erram aquêles que não conhecem as Escrituras, quando expres-

samente diz: *"Errais não conhecendo as escrituras..."* (S. Mat. 22:29).

Daqui se conclui, clara e lògicamente, que não erram os que conhecem as Escrituras.

Nem venha ninguém pretender contestar a nossa conclusão, absolutamente lógica, dizendo que houve e há muitos que tiveram e têm conhecimento das Escrituras e, no entanto, têm errado. Tal não ocorre por falta de conhecimento das Escrituras, mas sim porque êles não puseram em prática os ensinamentos nelas contidos.

Em face do exposto, achamos absolutamente descabida a interrogação do Autor, no atinente "à legitimidade do uso de armas". Isto será assunto para os Códigos das leis humanas.

Pretender encontrar base na Bíblia para esta e outras lucubrações do pensamento humano, será o mesmo que exigir que as Santas Escrituras nos ensinassem as regras gramaticais ou da lógica, as leis que regem os combinados químicos ou os processos jurídicos, etc. etc.!

Neste caso, a Bíblia usurparia o lugar a todos os tratados das ciências humanas, e das leis que regem ou regulam as relações dos homens em sociedade.

Além do mais, há no A. T. e no N. T. exemplos claros e *princípios* evidentes que ensinam o uso legítimo de armas. Deus e seu povo as usaram. Jesus e os seus tiveram até espadas. E Romanos 13 chega para limpar a mente do caro Eurípides, no caso. E Roma, que usou e usa armas à bessa, e tem até um pequeno exército no Vaticano... onde foi tirar licença para tanta cousa?...

Onde, Eurípides?

O Culto público

Quanto ao "culto público, guarda do domingo e batismo das crianças", cumpre-nos adverti-lo de que tudo isso está na Bíblia, senão explícita, pelo menos implìcitamente.

Vamos responder ao que o Autor chama "obrigação do culto público".

Jesus Cristo deu a ordem aos seus discípulos: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a tôda a criatura . . ." (S. Marcos 16:15,16). Daqui podemos tirar duas ilações: a primeira é que, se Jesus deu ordem (e não se deve fugir à realidade da significação dos têrmos) de se pregar o Evangelho, tal ordem constitui uma obrigação. A segunda ilação é que, tratando-se de pregar "o Evangelho a tôda a criatura", depreende-se, claramente, que tal pregação deveria ser feita de tôda e qualquer maneira possível, isto é, particular e *pùblicamente*. E não serve o exemplo da Igreja Apostólica, com seu culto público? É só ver Atos...

Guarda do domingo

Vejamos o que diz a Palavra de Deus.

Abra a sua Bíblia, caro Eurípides, e leia: *"E no primeiro dia da semana,* (isto é, domingo), ajuntando-se os discípulos para partir o pão, Paulo, que havia de partir no dia seguinte, falava com êles; e alargou a prática até à meia noite" (At. 20:7).

Leia ainda: *"No primeiro dia da semana* (portanto, ainda no domingo), cada um de *vós ponha de parte* o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade . . ." (1.ª Cor. 16:2).

Ora, nesses textos acima, não só há referências ao domingo ("primeiro dia da semana"), como na sua observância ou guarda, porque se depreende, especialmente do texto paulino, que já era praxe, entre os discípulos, depois da ressurreição de Cristo, a sua guarda, razão por que êles se reuniam em assembléia, para a prédica, oração e "o partir do pão". E tanto é isto verdade, que S. Paulo deu instruções sôbre coletas, que deveriam ser feitas naquele dia, a saber: *"No primeiro dia da semana,* cada um de vós ponha de parte . . ."

Jesus aparece, após de Sua ressurreição, aos discípulos, "que estavam reunidos no primeiro dia da semana" (S. João 20:19).

O *"primeiro dia da semana"*, que tinha entre os pagãos o nome de "Dia do Sol" (domingo, chamado pelos inglêses "sunday" — "dia do sol"), é reconhecido por Justino Mártir, na sua Apologia (150 A. D.); refere-se às assembléias e aos serviços religiosos, que os cristãos efetuavam no "dia do sol". A mesma terminologia também se encontra num édito do Imperador Constantino (321 A. D.).

As designações "dia do sol" e "dia do Senhor" se acham num édito de Graciano como sendo o mesmo dia (386 A. D.).

Portanto, a "guarda do domingo, que é o primeiro dia da semana", como o "dia do Senhor", — reconhecido e adotado pela cristandade, desde os dias dos apóstolos, como dia de descanso, em comemoração da ressurreição de Cristo — vem expressa na Bíblia, não só pelos textos citados e em muitos outros que poderíamos acrescentar, como pelas considerações históricas que acabamos de fazer.

Daí, Eurípides, mais uma prova de sua ingenuidade, ignorância ou má fé, com referência às Sagradas Escrituras e à própria história da Igreja, quando faz a pergunta: "onde está isto na Bíblia?"

Batismo das crianças

Passemos à última parte da pergunta, sôbre o batismo das crianças, que Eurípides alega não estar na Bíblia.

Respondemos, simplesmente, à sua alegação, remetendo o Autor aos compêndios de Teologia, inclusive os de sua própria Igreja. Lá verá, claramente, sustentada, por dedução de inúmeros passos bíblicos, a obrigação do batismo das crianças.

Se não, repare bem: Segundo a própria teologia católica ensina, e damos-lhe razão neste ponto, o batismo é, no Novo Testamento, o que era, no A. Testamento, a circuncisão.

Donde é lícito concluírem, tanto os teólogos católicos como os protestantes, que, terminada a obrigação da circuncisão, depois de Cristo começou a obrigação do batismo.

E isto mesmo que se infere no resultado do Concílio Apostólico, em Jerusalém, onde ficou sepultada, de vez, a dúvida que ainda tinha persistido, durante algum tempo, na mente de alguns apóstolos, se os novos crentes deveriam ou não ser circuncidados. Está claramente expresso em Atos 15:5-20.

Aqui fica bem expresso que os apóstolos terminaram de vez com a cerimônia da circuncisão, que era, como se disse, simples figuração do batismo no N. T.

Para sermos mais claros ainda, resta-nos dizer ao "mestre" Eurípides que a ordenação do batismo veio diretamente de Cristo, pois foi Êle Quem, mandando aos seus apóstolos ensinar a tôdas as gentes, acrescentou: "batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo" (S. Mat. 28:19).

Em corroboração dêsses testemunhos, temos, ainda, Atos 16:15, onde se lê que Lídia, mulher da cidade de Tiatira, "foi batizada, ela *e a sua casa*", isto é, família.

Daqui se pode inferir, que em *sua casa* (de Lídia) possìvelmente havia alguma criança. Tanto mais que *casa* está empregado, aqui, sem a menor sombra de dúvida, em sentido metafórico, e significa *tôda a família da casa, grandes e pequenos.*

Veja-se, ainda, a respeito, Atos 16:33.

Firme-se, pois, a doutrina verdadeiramente bíblica que os filhos dos crentes não têm menos direito ao batismo, no regime evangélico da Graça, do que a descendência de Abraão tinha ao rito da circuncisão.

Sobretudo, não nos esqueçamos de que N. S. Jesus Cristo mandou que se batizassem "tôdas as gentes", sem

distinção de pessoas, grandes ou pequenas. E mais: tendo Êle abençoado as criancinhas, e dizendo que ". . . delas é o Reino dos Céus", têm estas, por conseqüência, direito ao batismo, pois quem tem direito ao máximo (que é o reino dos Céus), certamente terá ao mínimo, que é (no caso) o batismo — rito de iniciação na Igreja ou no Reino de Deus (S. Mat. 5:3; S. Marc. 10:16).

Os de outrora, ignorando os esplendores da doutrina cristã, inclusive alguns discípulos atrasados do Mestre, não só não tratavam bem as mulheres, como as próprias crianças. Jesus lhes ensinou uma lição importante, quando disse: "Deixai vir a mim os pequeninos e não os embaraceis". Quer dizer que Jesus não tinha apenas uma missão referente aos adultos: tinha-a também, quanto às crianças. *"Porque* — disse Êle — *das tais é o Reino dos Céus"*. Vê-se, de tal ensinamento, a importância que Nosso Senhor deu às crianças. Noutros passos bíblicos, Nosso Abençoado Senhor apresenta as crianças como modelos do Reino de Deus, e assim procede, precisamente, porque elas possuem as qualidades do verdadeiro cidadão de Seu Reino: a humildade, a docilidade e a simples confiança. Com tais características, pois — inerentes aos que de fato pertencem ao Reino dos Céus — as crianças têm o privilégio de entrar nesse Reino. Ora, o rito de iniciação ou de admissão nesse Reino é o batismo, como já fartamente demonstramos e não o desconhece quem quer que conheça um pouco das Sacras Escrituras.

No tempo de Josué, as crianças partilharam das bênçãos prometidas a seus pais na Terra da Promissão (Deut. 1:39). Por semelhante modo, os filhos dos fiéis da Nova Dispensação devem partilhar das bênçãos do pacto feito entre Jesus e Seu povo, e têm, portanto, direito ao sêlo dêste pacto, que é o batismo.

E acrescente-se, como conseqüência da doutrina em apreço, que a salvação das penas da Lei violada, realizada por Jesus, torna-se efetiva para aquêles que nunca violaram conscientemente a lei, como os que morrem antes de chegarem à idade de compreenderem a responsabilidade

dos seus atos, como também os idiotas, os imbecis, e todos quantos são incapazes de avaliar as suas ações, por desequilíbrios mentais graves de que tenham sido vítimas.

Logo, forçosa e implìcitamente, acha-se na Bíblia o batismo infantil.

Mais uma vez, revela-se Eurípides um ignorante da Palavra de Deus, quando interroga: "onde está isto na Bíblia?"

Por último, se Você desejar mais esclarecimentos acêrca de assunto como êste, em que não parece versado (como em tudo o mais que alega em seu livro), vamos prestar-lhe um grande serviço, indo ao encontro das lucubrações em que parece debater-se o seu pobre espírito. Remetemo-lo às teses que a própria Teologia católica apresenta a respeito, ensinando a obrigatoriedade do batismo infantil.

Em conclusão, sendo o batismo das crianças a realidade do Novo Testamento, simbolizada pela circuncisão, do Antigo Testamento, deve concluir-se ser aquêle obrigatório, como obrigatória era esta.

Inspiração e suficiência da Bíblia

Nas interrogações que formula, no que tange à vontade de Jesus, à Sua pessoa e natureza, pontos essencialmente teológicos, queira o prof. Eurípides abrir os compêndios de teologia católica, de que se constituiu sequaz e defensor, e lá encontrará os esclarecimentos de que sua mente carece.

Vamos responder suas duas últimas interrogações (página 134 de seu livro), embora sejam infantilíssimas e ingênuas, como, aliás, quase tôdas que tem formulado.

Pergunta onde está, na Bíblia, "que os livros que a constituem é que são os livros inspirados, os que devem formar o cânon das Escrituras".

Que pretende, Você, com tal pergunta? Acaso ignora que foi longo, durante mesmo muitos séculos, o processo

da formação do cânon das Sagradas Escrituras, precisamente para se fazer a escolha dos livros verdadeiramente inspirados? Ignora, porventura, o valor que o próprio Cristo lhes deu, quando expressamente invocou o seu testemunho? Acaso ignora que Cristo se referiu, de maneira claríssima, a êsses livros, conforme se lê: *"Era necessário que se cumprisse o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas e Salmos"* (S. Luc. 24:44)?

Não temos, aí, a própria autoridade do Cristo? Quer Você mais autoridade do que esta? Seria preciso, então, no seu conceito, que lá estivesse escrito: "êsses livros são inspirados"? Ó santa ingenuidade! Ó parvoíce de quem nada entende da Verdade! . . .

Demais, não tem lido Você, Eurípides, a introdução dos profetas, quando falam: *"Assim diz o Senhor Todo-Poderoso"?* E, se me argüir que tal afirmativa não prova a inspiração dos livros sagrados, dir-lhe-ei que prova que tal autoridade se estriba nos fatos. É que Êsse Todo-Poderoso já deu provas sobejas do que disse e do que fêz pelo Seu povo. E, contra fatos, não há argumentos. Por exemplo, quando o Senhor disse a Moisés tudo aquilo que se acha no Gênesis, referente às pragas sôbre Faraó, Sua autoridade foi comprovada, a inspiração divina se fêz sentir, porque as pragas vieram, e, quando Êle bem quis, as soube remover. Quando Cristo doutrinou: "perdoados são os teus pecados", demonstrou que, de fato, tinha autoridade para perdoar pecados; quando operou, em seguida, o milagre, dizendo "Para que saibais que o Filho do Homem tem, na terra, poder para perdoar pecados, eu te digo (disse ao paralítico): toma o teu leito e anda". E êle andou! Está cheia a Palavra de Deus dêsse tipo de autoridade que comprova, sem sombra de dúvida, a Sua divina inspiração. Assim é que o Divino Mestre afirmou: "pelos frutos é que se conhece a árvore", regra aplicada para se reconhecerem os verdadeiros cristãos, e que, ipso-facto, se aplica ao reconhecimento da divina autoridade dêsses livros santos. Os frutos que êles têm produzido na mente de milhões, como

nenhum outro escrito dos maiores santos — eis a prova iniludível de que não se trata de obra puramente humana.

É o caso de chamar a atenção de Eurípides e de quantos ainda estão carecentes de provas da inspiração da Bíblia, para aquêle acontecimento importantíssimo e histórico: quando a rainha Vitória foi interrogada acêrca da razão de ser da prosperidade incalculável de seu Império, ela respondeu apontando o LIVRO, isto é, a Bíblia. Convém, outrossim, referir-nos àquele outro fato histórico: um cético, tendo chegado a certa aldeia, de índios convertidos ao Evangelho, começou a fazer pouco caso da religião cristã; o pagé levou-o até certa parte, onde havia um grande tacho e algumas caveiras, e, apontando-lhe aquilo, disse: "O senhor está vendo o que fazíamos antes de conhecer o Livro (a Bíblia)? O Sr. iria para aquela caldeira e, depois de cozido, nós o comeríamos, se não fôsse êsse Livro, do qual o Sr. está fazendo tão pouco caso". E o cético emudeceu.

Se ainda paira qualquer dúvida de que, evidentemente, nenhum livro, a não ser divino, pode revelar o futuro, cujos acontecimentos se vêm cumprindo através dos séculos, com a precisão e firmeza que a Bíblia revela, aí encontrarão todos prova infalível de que não foi o homem quem falou, mas Deus. E onde poderá o amigo Eurípides encontrar isto em outra parte? Onde? Portanto, só a Bíblia é que, de fato, foi inspirada por Deus.

Temos, ainda, na Bíblia, um Plano de salvação, que não existe em livro algum no mundo, cuja maravilha, só por si, atesta indiscutìvelmente que se trata de uma obra ímpar, sem igual; portanto, nenhuma outra pode merecer a fé que êste Maravilhoso Compêndio nos inspira, o que nos convence de sua divina inspiração.

Se não, vejamos.

"A Palavra de Deus declara, desde o princípio, o que há de ser no fim. Ela não só guia o fatigado viajante ao descanso eterno, mas revela o grande plano e desígnio do Onipotente, no que diz respeito ao mundo que Êle criou e à Igreja que remiu. E quem ler tão sòmente três capí-

tulos no princípio e outros três no fim, ficará admirado com a harmonia que existe entre êles.

"No princípio da Bíblia achamos um novo mundo (Gên. 1:1); no fim, também o achamos (Apoc. 21:1). No princípio, vemos o demônio entrando no mundo, para enganar e destruir; no fim, vemo-lo expulso, "para que não engane mais as gentes". No princípio, o pecado, a dor, a tristeza, o gemido e a morte entraram no mundo; no fim, não haverá mais dor, nem tristeza, nem morte. No princípio, a terra, pela transgressão do homem, foi amaldiçoada com espinhos e abrolhos; no fim, não haverá ali jamais maldição, mas os tronos de Deus e do Cordeiro estarão nela (Apoc. 22:3). No princípio encontramos a árvore da vida no Paraíso, da qual o pecador não se podia aproximar, por estar guardada pelo Anjo com uma espada de fogo e versátil, para que êle não comesse dela e vivesse para sempre; no fim, tornamos a encontrar a árvore da Vida "no meio do Paraíso de Deus", e os remidos e purificados têm direito à árvore da vida e entram na cidade pelas portas (Apoc. 22:12-14). No princípio, os homens estavam debaixo do domínio da morte e da sepultura; no fim, "os mortos grandes e pequenos estão em pé diante do Trono" — o mar dá os seus mortos: a morte e o inferno são destruídos no tanque ardente (Apoc. 20:12-15). No princípio, o primeiro Adão perdeu o seu domínio sôbre a terra, e foi expulso do Jardim do Éden, com vergonha e pesar; no fim, achamos um segundo Adão, vitorioso sôbre o pecado, a morte e o inferno; entronizado como Rei e Senhor de todos, e reinando em triunfo e glória eterna.

Agora, que temos o Plano dêsse Livro Maravilhoso, vemos que é muito mais do que um livro de boas máximas e palavras consoladoras. É um Livro que manifesta um desígnio Divino: não só revela o caminho da salvação, mas aponta o caminho dos filhos de Deus, por êste deserto da vida, e prediz o destino do mundo que Deus criou e da Igreja que Êle remiu. Assim, quando encaramos êstes fatos, não só vemos que a Bíblia não é obra puramente humana, mas é, outrossim, obra que não tem rival,

sem igual, e, portanto, só ela pode merecer a honra da inspiração divina total, absoluta, incomparável; razão por que *só Ela* é digna de fé, é inspirada realmente por Deus.

"Quando Colombo viu o rio Orenoco, houve quem dissesse que êle tinha descoberto uma ilha. Êle respondeu: "Um rio como êste não pode nascer numa ilha; aquela grande torrente deve receber as águas de muito longe". Assim, também êste livro não foi concebido nos corações de embusteiros, mentirosos e enganadores, mas nasce das eternas profundidades da sabedoria, amor e graça divinos. É um traslado (cópia) da mente divina, o desenvolvimento dos decretos de Deus, a revelação da Sua soberana vontade".

Segundo S. Paulo, eram os judeus os guardas dos oráculos de Deus, e tiveram, pois, o grande privilégio de ser o povo a quem Deus confiara os inspirados ensinos de seus profetas (Rom. 3:2).

Ora, se Cristo não objetou contra a escolha dos livros inspirados feita pelos judeus, mas, ao contrário, em inúmeras ocasiões e circunstâncias os citou, não há negar que Êle os considerava de inspiração divina, e, portanto, únicos a serem obedecidos.

E outra vez advertimos: Não pode haver autoridade maior do que a do Divino Mestre. Acaso, Seu apoio às Escrituras não seria suficiente para autenticar-lhes a divina inspiração? Seria preciso que lá encontrássemos as palavras textuais: "êsses livros são inspirados e canônicos"?

Mas, ainda assim, encontramos as palavras textuais, que o "mestre" Eurípides afirma não haver encontrado. Abra a sua Bíblia e leia: *"Tôda escritura divinamente inspirada* é proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus *seja perfeito, e perfeitamente instruído para tôda a obra"* (2.ª Tim. 3:16,17). E não está a resposta à sua pergunta, por ex., em Romanos 10:17?

Está, ou não, Eurípides, na Bíblia, o que Você pergunta? Aí está não só a sua divina inspiração declarada,

como sua suficiência, e até mais, como vemos pelas afirmações em grifo.

E, finalmente, quanto à sua última pergunta, página 135: *"em que lugar da Bíblia se diz que só se deve crer o que está explìcitamente revelado na Bíblia?"*, respondemos-lhe com S. Lucas, 10:26: "E Êle (Jesus) lhe disse: *Que está escrito na Lei? Como lês tu?"*

É a palavra autorizada do Mestre, que vale infinitas vêzes mais do que tôda e qualquer sabedoria humana.

Quanto à sua citação, pela segunda vez, do texto de S. João 21:25, na pág. 135 de seu livro, deixamos de rebatê-lo, aqui, porque já o fizemos, ampla e fartamente, quando tratamos da *suficiência* das Sagradas Escrituras em tudo o que é matéria de fé e em tudo o mais.

O título "Filho de Deus"

Quanto à dúvida revelada na página 136 do seu livro, quando tem o desplante de afirmar que a Bíblia não explica em que sentido Cristo é o Filho de Deus, remetemo-lo, novamente, aos compêndios de Teologia de sua própria Igreja, caso não queira consultar os nossos, porque é matéria por demais clara nas Santas Escrituras. Basta ler os seguintes passos, onde se dá a Cristo o título de "Filho de Deus", pelos evangelistas, pela voz divina no Seu batismo e no monte da Transfiguração, por S. Pedro, pelos homens que viram os milagres, pelo espírito das trevas na Tentação, pelos possessos, pelos sacerdotes e outros, pelo centurião que estava no Calvário, pelo próprio Cristo, pelos Seus acusadores diante de Pilatos, pelos Apóstolos etc., etc.: S. Luc. 1:35; 22:70; S. João 5:18; S. Mat. 3:17; 17:5; S. Marc. 1:11; 9:7; Luc. 3:22; 9:35; São Mat. 16:16; 14:33; 4:3,6; S. Luc. 4:3,9; S. Marc. 3:11; 5:7; S. Luc. 4:41; 8:28; S. Mat. 27:43; S. Mat. 27:54; S. Marc. 15:39; S. João 1:34; S. João 9:35,37; 11:4; 19:7; 20:31; 3:16,17,18,35,36; 5:20,21,22 etc.; Atos 8:37; 9:20; 13:33, e em muitos outros textos.

Tôdas essas passagens sacras esclarecem suficientemente suas dúvidas, sôbre o sentido em que se deve entender a expressão "O FILHO DE DEUS" referente a Cristo. E, se, lendo-as, ainda não entender, não culpe novamente a Bíblia, pela sua ignorância e falta de inteligência.

E para abrir-lhe mais um pouco o caminho da compreensão dêsses passos, basta observar que, na Bíblia, quando se dá a Cristo o título de "Filho de Deus", sempre se lhe antepõe o adjetivo determinativo definido, isto é, "o Filho de Deus", querendo significar, com isto, que Êle é Filho de Deus em acepção tôda especial, única, só aplicada à Divindade; o que não se dá com os demais filhos de Deus, que são suas simples criaturas. Note que qualquer de nós é filho de Deus, mas só Jesus é o Filho de Deus. Reporte-se, ainda ao nosso livro "A DIVINDADE DE CRISTO", ao capítulo em que esgotamos esta matéria.

E saiba, finalmente, que as interpretações que não estiverem fundamentadas nos textos sagrados, não só sôbre êste ponto, como ainda em todos os mais, devem ser repelidas como falsas. Para resolver a sua última dificuldade: "no meio de tantas interpretações possíveis . . ., qual será a verdadeira?", diremos que, quando a Escritura trata do problema da salvação, não admite controvérsia alguma, pois é de meridiana clareza sôbre o que deve fazer o pecador, e isto nos basta, que ninguém será condenado por não saber explicar a doutrina da Divindade de Cristo ou da Trindade, etc.

É o caso de lhe lembrarmos o testemunho de um humilde roceiro, mas crente sincero, diante de um padre enfatuado: "Sr. vigário — disse o roceiro — eu não sei como se explica esta doutrina, mas uma coisa sei: ela me faz bem à alma, e isto me basta. Também não sei como se processa, na terra, a germinação da semente, mas uma coisa sei: ela cresce, me dá frutos e com êles eu supro tôdas as minhas necessidades".

E o padre emudeceu.

Também lhe devemos lembrar aquêle passo bíblico do cego curado por Jesus, o qual, sendo interrogado pelos

inimigos do Mestre que O procuravam aviltar, respondeu incisivamente: "... uma coisa sei, e é que, havendo eu sido cego, agora vejo" (S. João 9:24,25).

Aplique, Eurípides, a Você a lição do roceiro e do cego acima referidos.

CAPÍTULO VIII

O GRANDE PODER OUTORGADO AOS HOMENS

Nós supúnhamos ser Você mais inteligente, mais arguto e, sobretudo, dotado de maior visão. Todavia, Você emprega, por vêzes, em defesa dos seus pareceres, argumentos tão infantis, tão inconsistentes, tão carecentes de base e valor probatório, e, uma ou outra vez, contraproducentes, que o ficamos a lamentar profundamente. Veja-se.

Em nota, ao fundo da página 143 do seu livro, cita Você a opinião do cardeal Gibbons, julgando-a capaz de lhe servir de esteio. Agora mesmo, vamos demonstrar-lhe que melhor fôra nem sequer aludir a tal argumento, pois êle lhe cava um abismo, do qual não se sairá incólume.

Abra bem os olhos, Eurípides, e veja o fio da nossa ponderação.

Vamos trasladar a parte mais importante da citação do cardeal Gibbons: "A intenção de Nosso Senhor, pelo que se infere do texto bíblico, era que, ordinàriamente, só se alcançasse o perdão mediante o ministério dos Apóstolos e seus sucessores; era dêles, outrossim, que o povo deveria receber a Palavra de Deus e a graça do Batismo, com o perdão que advém da lavagem da regeneração. Era uma prerrogativa concedida aos Apóstolos".

Segundo a citação em aprêço, o perdão dos pecados só se poderia alcançar "MEDIANTE O MINISTÉRIO DOS APÓSTOLOS E SEUS SUCESSORES" (o versalete é nosso).

Ora, bem, Eurípides: Você deve saber que a doutrina corrente na Igreja Católica é que os sucessores dos Apóstolos são *exclusivamente* os bispos, e nunca os padres ou presbíteros.

Eis o abismo!

Se esta doutrina é verdadeira, nunca os padres da Igreja Católica, porque *não são sucessores dos Apóstolos,* poderão perdoar pecados.

Em que ficamos, Eurípides?

Depois disto, não concorda em que teria sido mais conveniente não citar o cardeal Gibbons?

Para melhor explicação, e em auxílio de sua inteligência, dir-lhe-emos ainda: se vier à carga com a observação de que os bispos, *sucessores dos apóstolos,* podem transmitir tal poder, desde já lhe retorquimos que o argumento é destituído de base, não tem razão de ser, e está até em contradição com aquilo que se ensina em sua própria Igreja.

Se quer ver mais um exemplo de como é verídico o conceito que aqui expressamos, repare: ANTES DE MAIS, nunca os bispos transmitiram aos padres, ou seja, aos presbíteros da sua Igreja, os poderes que êles dizem ser exclusivamente seus.

Assim, por exemplo, os bispos têm poder para ordenar padres e sagrar bispos, mas jamais o transmitiram aos padres; nem admitem, na teologia, que êstes possam ter tal poder, que é, como alegam, prerrogativa *exclusivamente sua.*

Quanto a perdoar pecados, diz o mesmo cardeal Gibbons, segundo a citação feita por Você, que tal poder *"era uma prerrogativa concedida aos apóstolos e seus sucessores"* (o grifo é nosso).

Como conclusão de tudo isso, ter-se-á de admitir, forçosamente, que o poder de perdoar pecados seria prerrogativa concedida *só* aos bispos, e nunca aos padres. Logo, os padres não podem perdoar pecados!

Foi esta tremenda conclusão que sua inteligência nunca viu, pois, caso contrário, não teria citado Gibbons.

Lembre-se também, Eurípides, que o PAPA, *sendo infalível,* como ensina sua Igreja e obriga a crer, visto que é *dogma de Fé* (para a Igreja Romana, claro!), não pode, entretanto, transmitir sua infalibilidade, que é prerrogativa *exclusiva* do Papa!

Se o poder de perdoar pecados *"é prerrogativa concedida aos apóstolos e seus sucessores"*, nunca a mesma se poderá estender aos padres, aos presbíteros da Igreja Romana! Nunca! Vê o abismo em que se precipitou, com invocar o cardeal Gibbons?

Não tinha visto isto. Eurípides? Mas, é isto mesmo!

Resta acrescentar-lhe, a quanto dissemos, a contradição notória da doutrina expressa na citação do cardeal Gibbons, contra a realidade manifesta na ordenação dos presbíteros romanos, aos quais, expressamente se confere o poder de perdoar pecados, conforme se pode ler no "Pontifical Romano".

De maneira que, temos, de um lado, a autoridade do cardeal Gibbons afirmando que "o poder de perdoar pecados é prerrogativa concedida aos apóstolos e seus sucessores"; de outro lado, o "Pontifical Romano", a conferir essa mesma prerrogativa aos presbíteros, isto é, aos padres, que não são sucessores dos Apóstolos.

Não acha, Eurípides, uma contradição clara nos fatos que acabamos de frisar?

Não vê, Você, que o próprio cardeal Gibbons está em contraposição com o ensino do "Pontifical Romano"? Quem é que está errado? Se é o cardeal Gibbons, para que o citou? Se o cardeal não está errado, seguir-se-á que está errada a Igreja Romana, que dá todo apoio ao "Pontifical Romano", que ela mesma mandou fazer, e através de cujas cerimônias ordenatórias, ela (a Igreja) *confere aos padres* o poder de perdoar pecados. Depois de tudo isso, chegamos à conclusão, mais do que lógica, de que o "mestre" Eurípides não teve visão intelectiva para ver o abismo em que irrefletidamente se afundou e carregou consigo o próprio cardeal Gibbons!

Observe-se a vida e mais, que, segundo o vêzo que o caracteriza, "mestre" Eurípides faz, a propósito, algumas citações bíblicas, a que nós chamaríamos melhor citações a despropósito, pois não têm fôrça alguma probatória em favor do Romanismo. São, por conseqüência, palavras lançadas ao vento, ou, como se diz em gíria muito nossa, é tudo "conversa fiada"!

Vejamos algumas dessas citações:

"Todo o poder me é dado no céu e na terra", palavras proferidas por Jesus (S. Mat. 28:18).

Em vez de estarmos a perder tempo com êste passo das Escrituras, desde já diremos a Eurípides que, precisamente porque é uma afirmação de Cristo, nós não a contestamos, e confessamos que Êle, de fato, tem todo o poder; observemos, porém, que Jesus nunca usou do Seu absoluto poder, enquanto na terra. Assim, por exemplo, sabemos (e Eurípides não pode contestar) que Êle tinha poder para se atirar do pináculo do Templo, e não sofrer o menor dano; entretanto, não o fêz. Igualmente, Êle tinha poder para transformar "as pedras em pães", mas também não o fêz. Por igual modo, tinha pleno poder, visto ser Deus, para descer da Cruz, quando nela estava crucificado, conforme invectiva que Lhe foi dirigida pelos judeus, no Calvário: "Se és o Filho de Deus, desce da Cruz, e creremos em ti!" E Jesus ainda não o fêz.

Portanto, em face disto, o argumento por Você invocado é tão genérico, que não prova nada daquilo que pretende.

Empós da citação supra, acrescenta "mestre" Eurípides estas outras: "Eu estarei convosco todos os dias, até à consumação dos séculos", "Tudo o que ligardes na terra, será ligado nos céus; e tudo o que desligardes na terra, será desligado nos céus", "Quem vos ouve, a mim ouve; quem vos despreza, a mim me despreza", "Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós".

Qualquer leitor inteligente lê estas passagens da Bíblia e percebe, imediatamente, sem necessidade de pedir as boas graças de um ministro do "Magistério Infalível" da

Igreja Romana, que de tais palavras nada se vislumbra a favor do modo de ver euripidiano.

Pretende o Autor, no citado cap. IX de seu livro, impingir aos desprevenidos ou ignorantes a patranha da absolvição pela Confissão Auricular, perfilhada, pertinaz e audaciosamente, pelo sistema jesuítico-papista, que proclama ter N. S. Jesus Cristo outorgado o poder de perdoar pecados.

Das passagens bíblicas citadas pelo Autor, e por nós aqui transcritas, não transparece sequer uma idéia que sirva de alicerçar tal doutrina balofa, pois nem explícita, nem implicitamente, ditas passagens contêm uma premissa concreta, clara, donde, segundo as regras da Lógica, se possa tirar conclusão também concreta e clara. E, para darmos ao "aluno" Eurípides uma lição completa, em todo o sentido, tranquilizemos, desde já, o seu espírito, garantindo-lhe que, nem de longe, pretendemos sofismar o que êle escreveu, nem omitiremos qualquer dos seus argumentos ou alegações. Não cometeremos a deslealdade de omitir o argumento maior que o Autor, que lê pela cartilha única que lhe é permitido ler — a dos seus mestres abatinados — aduz em prol da sua tese. Diríamos, talvez melhor, argumento único, pois, além dêsse, nenhum outro pode apresentar. Referimo-nos à passagem da Bíblia que aqui transcreveremos, usando as próprias palavras da citação de Eurípides: *"A todos aquêles a quem perdoardes os pecados, lhes serão perdoados; a quem os retiverdes, lhes serão retidos"* (Ob. cit., pág. 144; S. João 20:23; S. Mat. 18:18).

A fim de nos tornarmos claríssimos na refutação da tese romanista, que alega ter Deus outorgado o poder jurisdicional de perdoar pecados aos apóstolos, e, por intermédio dêstes, aos seus sucessores, dividiremos nossa réplica em três partes distintas, e provaremos que:

I — Deus não outorgou tal poder;
II — O poder de que fala o texto é meramente declarativo;

III — Êsse poder declarativo, Deus o outorgou aos discípulos, e não só aos apóstolos.

I — Deus não deu a ninguém o poder de perdoar pecados

Segundo o testemunho da própria Escritura, não contestado por Cristo, *só Deus pode perdoar pecados* (S. Marc. 2:7; S. Mat. 9:2-6,7).

N. S. Jesus Cristo, nos textos supra, acabara de declarar a um paralítico: "perdoados são os teus pecados", o que provocou a resposta incontinenti dos seus inimigos: "Quem pode perdoar pecados, senão Deus?" Êles estavam certos, no reconhecer que, realmente, só Deus pode perdoar pecados, conforme Is. 43:25; 40:22; entretanto, errados, pondo em dúvida o poder do Divino Mestre em exercer tal poder, pois ainda não se tinham convencido da divindade de Cristo.

É evidente que, se nenhum dos profetas teve o poder de perdoar pecados, Jesus, apresentando-se como possuidor de tal poder, deu a entender que era divino; e operando, em seguida, um milagre, expressamente com o fim de comprovar a sua afirmação, conclui-se que Êle é Divino, e, portanto, igual ao Pai.

Então, Jesus retorquiu-lhes: "Pois, qual é mais fácil, dizer ao paralítico "perdoados são os teus pecados" ou dizer "levanta-te e anda"? Ora, para que saibais que o Filho do Homem tem na terra poder para perdoar pecados, disse então ao paralítico: Levanta-te, toma a tua cama e vai para tua casa. E levantando-se êle, foi para a sua casa".

Por aqui se vê claramente que era crença dos judeus, e Cristo não a contestou, que só Deus realmente pode perdoar pecados. Releve-se, ainda, que Cristo não disse aos judeus que êles estavam enganados, nem que o poder de perdoar pecados seria transmitido ou delegado a simples

homens. Apenas lhes retorquiu que Êle tinha êsse poder e, com isto, demonstrou-lhes que era Deus também.

No entanto, se Êle tivesse em mente transmitir (ou delegar) tal poder, nenhum ensejo mais propício do que êste para ensinar tal doutrina.

Além disso, é preciso ter bem presente que os atributos exclusivos de Deus, como a Onipotência, a Onisciência, a Onipresença, etc., jamais podem ser transferidos para as criaturas, por mais perfeitas que sejam.

Assim se explica por que Jesus Cristo, tendo afirmado (e o próprio Eurípides vem com esta citação em seu livro) "todo o poder me foi dado no céu e na terra" — nunca delegou a plenitude de tal poder a quem quer que fôsse; de maneira que, nenhum apóstolo pôde dizer que recebeu de Cristo a plenitude do Seu poder. E a razão é simples: Se Êle podia, como homem, transmitir a outro homem todo e qualquer poder compatível com as possibilidades humanas, não podia, no entanto, como Deus, transmitir a homens qualquer poder inerente à Divindade.

Assim é que Deus, com poder para criar quantos mundos quiser, jamais dará a qualquer homem tal poder, que é exclusivamente Seu; jamais poderá fazer qualquer homem igual a Si mesmo.

E quando nós dizemos que há muita coisa que Deus não pode fazer (como já atrás afirmamos, em esclarecimento a Eurípides), não pretendemos, de forma alguma, limitar o poder divino; quer dizer: Deus pode fazer tudo, exceto aquilo que é contrário aos Seus divinos atributos, o que equivaleria a negar a Sua Divindade.

Dêste modo, não temos o menor receio em proclamar, alto e bom som, que Deus não pode pecar, no que temos a certeza de que nem Eurípides nem seus festejados mestres nos contestarão. Pelo mesmo motivo, Deus não pode transmitir a qualquer homem a Onisciência, porque só Êle é Onisciente.

É êste, a nosso ver, um ponto nevrálgico que os romanistas não conseguiram notar com nitidez. Daqui nasce ou se origina a série de inconvenientes que chegam mesmo

a implicar contradição dentro da própria doutrina do catolicismo romano, acêrca do poder de perdoar pecados.

Ponhamos as coisas a claro: se o sacerdote, bispo, ou padre tivesse o mesmo poder de Cristo para perdoar pecados, sempre que o sacerdote proferisse a fórmula da absolvição: *"Ego te absolvo a peccatis tuis, in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti"*, os pecados ficariam mesmo perdoados. Jamais Cristo disse a alguém: "teus pecados são perdoados", sem que o pecador ficasse mesmo livre de tais pecados.

Ora, aqui é que está o abismo em que os romanistas parece não terem reparado! Triste condição do homem, mesmo tonsurado e abatinado!

Desafiamos tôda a argúcia e subtileza da sabedoria dos corifeus jesuítico-papalinos a que destruam o que estamos afirmando e vamos afirmar.

Demos, então, a palavra ao "Segundo Catecismo da Doutrina Cristã", aprovado pelas firmas de nove bispos, à frente dos quais se acha o extinto cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, o cardeal Joaquim Arcoverde.

Falando acêrca do sacramento da Penitência (a Confissão, que Roma considera sacramento), diz o referido Catecismo que, "não havendo arrependimento, os pecados *não ficam perdoados*" (pág. 117 da ed. 59.ª).

Diante de tal afirmação, que encerra o ensino exato da doutrina romanista sôbre tão momentosa questão, fica a saber tôda a gente, mesmo a não letrada, que, se um pecador, depois de confessados os seus pecados ao padre, não tiver *arrependimento,* não lhe ficam perdoados os pecados. Isto é tão claro como água cristalina.

Já reparou, Eurípides, e os seus mestres, o abismo que se encerra em tais palavras? Se não, explicar-lhes-emos melhor.

De tudo que acabamos de dizer, verdades que ninguém pode contestar, ressalta, à evidência, o seguinte: O padre dá a absolvição ao penitente dizendo: "Eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai, do Filho e e do Espírito Santo". Parece que, em virtude do suposto

poder que o Catolicismo Romano sustenta ter recebido de Cristo, pretendendo impingir tal patranha à Humanidade, uma vez que o padre proferisse a fórmula da absolvição dos pecados, êstes deveriam imediatamente ficar perdoados. Mas . . ., ó tristeza e miséria da condição humana! . . . Pode o padre dizer mil vêzes "eu te absolvo dos teus pecados", mas, se o pecador não tiver o *arrependimento*, os pecados não lhe ficam perdoados!

Assim, chega-se, fatalmente, à conclusão de que, por mais absolvições que os padres dêem, se os pecadores não estiverem arrependidos, tais absolvições não têm o mínimo valor! São estéreis, improfícuas, ineficazes, e, coisa mais grave ainda, saem os penitentes do confessionário com mais um pecado sôbre as costas — o de sacrilégio — conforme o próprio Eurípides confirma em seu livro, à página 166, quando escreve: *"E se não formos sinceros na manifestação dêsse propósito, terá sido sacrílega a nossa confissão e nula a absolvição* (o grifo é nosso). *Sai do confessionário o falso penitente com os pecados de que se não arrependera, e mais um: o de sacrilégio"*. E, confirmando tal doutrina, cita Eurípides o Dicionário da Doutrina Cristã, do Revdmo. Pe. Lourenço, nas págs. 60 e 61.

Em face disto, tão triste, deplorável e ridículo é o papel do padre, quão mísero o seu poder: nunca chega a saber o valor dêsse poder, nem se as suas absolvições foram ou não eficazes, visto não saber, nem adivinhar, se os penitentes estão arrependidos ou não, e isto porque o pobrezinho do sacerdote não sabe o que se passa no íntimo de cada um.

É agora a altura de dizermos aos senhores romanistas que, para admitir-se que Jesus Cristo tenha conferido a homens (padres ou bispos, não interessa . . .) o poder de perdoar pecados, teria o Mestre de, primeiramente, dar-lhes o poder de ler nas consciências, ou seja, um pouco da Sua Onisciência; mas, tal não sucede, infelizmente, para os pobres padres. Logo, chega-se à conclusão de que Cristo nunca conferiu (ou delegou) tal poder a homens, pecadores como todos os tristes mortais.

E, se os romanistas insistem que Jesus Cristo, de fato, conferiu tal poder aos padres, têm de, forçosamente, concordar conosco em que Êle zombou, ao máximo, dos mesmos pobres homens, expondo-os à irrisão da nulidade de suas absolvições, por parte dos penitentes sem arrependimento.

Depois disto, poderá um curioso qualquer perguntar: Afinal, que vale a absolvição do padre, se o pecador não estiver arrependido?

Respondemos: NADA!

Por outro lado, ensinando a própria Igreja Católica que do "arrependimento perfeito" nos advém logo o perdão dos pecados, conforme se ensina no Catecismo citado (pág. 83), pergunta-se agora: Que vale "o arrependimento perfeito" sem a absolvição do padre?

Respondemos: TUDO !

Conclusão a tirar: no "arrependimento perfeito" é que está o poder do perdão dos pecados. Ora, como tal "arrependimento" é fruto da Graça, segue-se que o perdão dos pecados se obtém, em última análise, pela Graça, que nos vem diretamente de Cristo, e nunca através da absolvição do padre. E, como Cristo é a Suprema Graça de Deus, sendo Deus Êle próprio, só Deus pode perdoar pecados.

Há, inquestionàvelmente, um argumento profundamente teológico e de ordem moral excelente, que diz respeito à dignidade de Deus. De fato, se Deus delegasse tal poder ao homem, isto importaria em nivelar, de certa forma, a mísera criatura humana com Êle (o Criador), e, precisamente para realizar função da máxima importância: *perdão dos pecados,* que custou a imolação do Filho de Deus, entre torturas e infâmias mil, entre apodos e humilhações vergonhosíssimas, diante de bandidos e malfeitores monstruosos, e, por fim, a morte ignominiosa na Cruz!

Ora, se para o nosso perdão, (de que resulta a nossa salvação). Deus, para no-lo conceder, sacrificou Seu próprio Filho, e em circunstâncias tão humilhantes, é eviden-

te que semelhante Graça, de infinito valor, não poderia Êle tê-la confiado à Sua frágil e pecaminosa criatura humana, mesmo à mais santificada e fiel aos Seus divinais preceitos!

Já não é pequena a honra que Deus nos confere, quando nos torna Seus embaixadores, para, em Seu Santo nome, anunciar-Lhe as "Boas Novas" redentoras, que são o Seu Divino Evangelho — "poder de Deus para a salvação de todo aquêle que crê"!

Assim, tendo sido infinitas as Suas agonias no Gólgota, infinitos os pecados que "tomou sôbre Si", "em nosso lugar", e igualmente infinita a Justiça ultrajada, que Êle satisfez na Cruz, seria aberração moral, verdadeiro descalabro e tremendíssima contradição do próprio Deus, com referência à Sua própria dignidade, se Êle houvesse confiado ao juízo sempre imperfeito, sempre maldoso e falho do homem pecador, "aquela jóia, a mais brilhante do Seu diadema — êsse precioso tesouro, cujo preço foi o sangue do Seu próprio Filho. Deus não delegou ao homem o poder de perdoar; assim como não lhe deu o de criar; os padres e os ministros da Religião teriam tanto direito de pretender possuir a divina prerrogativa de criar, como o que têm em pretender possuir a prerrogativa divina de perdoar. Não faria maior ofensa à Glória do Criador aquêle que, homem mortal e decaído, ou mesmo anjo puro e imortal, pretendesse ter o poder divino de criar, do que faz aquêle que pretende ter o poder divino de perdoar pecados.

Em face disto, não teremos razão para chamar irrisório a tal suposto poder?

Na verdade, o padre faz aqui o mesmo papel do charlatão que, fazendo-se profeta de Deus, dissesse, diante de um cadáver: ressurge, que eu te dou a vida!, e o cadáver permanecesse imóvel!

Assim é o padre, quando diz: "Eu te absolvo", e o pecador continua imóvel, *morto* espiritualmente!

Já vê, agora, "mestre" Eurípides, que todo o seu palavrório, e o dos *mestres* que lhe impingiram tal dou-

trina, não passa de bombas-de-lágrimas, fogos de artifício: sobem, mas não têm fôrça para dar um estampido, desfazendo-se na atmosfera, como qualquer nuvem acossada por simples rajada de vento!

Não passa todo êsse palanfrório ôco, que se pretende impingir como doutrina aos néscios e lorpas, de um castelo de cartas, que o sôpro de uma criança é capaz para deitar por terra!

Tal é a pobreza e inconsistência da patranha doutrinária do Catolicismo Romano, acêrca do "grande poder outorgado aos homens"! Afinal de contas, nem grande nem pequeno é êle, porque *não existe do modo como pretendem os corifeus do jesuitismo papista!*

Vejamos ainda outro argumento: Se Cristo tivesse, de fato, delegado o Seu poder de perdoar pecados aos padres (cônegos, monsenhores, bispos, arcebispos, cardeais e papas), tinha de, fatalmente, admitir-se que tal poder seria o mesmo do próprio Cristo, da mesma forma que um procurador, para determinado efeito, pode fazer tudo que entender, em nome daquele que lhe passou a procuração (tudo, já se vê, do que lhe foi outorgado).

Jamais o padre recebeu procuração de Cristo e, pois, nunca o que faz tem o mesmo valor que o teria, se fôsse feito pelo próprio Cristo.

O poder de Cristo de perdoar pecados é absoluto, eficaz e ilimitado. Porque assim é, sempre que dizia a alguém: "os teus pecados estão perdoados", se cumpria Seu desejo, (o que, estamos certos, também é admitido pelos romanistas).

Mas, agora, perguntamos aos romanistas: Poderão os senhores, porventura, afirmar o mesmo dos padres? Não! Ao contrário, são forçados a confessar que, sem o arrependimento do pecador, é inútil ao padre dizer: "eu te absolvo os pecados", porque o pecador não fica, na verdade, absolvido de tais pecados.

Nem vale de nada o subterfúgio de que também Cristo não perdoa o pecador, se êste não estiver arrependido. Isto é mero sofisma, a que não damos a menor im-

portância, porque não destrói nada do que afirmamos. Quando Cristo dizia a qualquer pecador: "Os teus pecados estão perdoados", sabia, como Deus que era, que, na consciência dêsse pecador já havia o arrependimento.

Por isso, muitas vêzes, sem que êle abrisse os lábios suplicando-Lhe perdão ou manifestando-se arrependido, o Divino Mestre perdoava, como, por exemplo, no caso da pecadora que fôra levada à Sua divina presença pelos fariseus, e a quem Jesus perdoou, sem que ela esboçasse um pedido sequer de misericórdia; quando a despediu perdoada, disse: "Vai e não peques mais". É que Jesus lia nas consciências, e, por isso, quando perdoava, o fazia porque, de fato, o pecador merecia perdão.

Por isso, as suas palavras nunca foram em vão. Ao passo que, o padre, não conhecendo o que se passa nas consciências (visto não ser Deus), profere, em vão, a fórmula da absolvição, ainda que o pecador não tenha arrependimento.

De resto, como já atrás dissemos, se o pecador tem o arrependimento, não é o padre que lhe perdoa os pecados, mas sim, a Graça de Deus, que lhe veio pela contrição.

Resumindo tudo quanto temos apresentado, fulminando a estulta pretensão padresca de tal poder de perdoar pecados, reiteraremos alguns pontos básicos de nossa refutação, e concluiremos, neste capítulo, nossa réplica.

É verdade incontestável, aceita não só pelo Protestantismo, como pelo Catolicismo Romano, que, se o pecador se arrepende sinceramente, tem a afirmativa categórica da Palavra de Deus que seus pecados estão perdoados: "Arrependei-vos e convertei-vos, para que os vossos pecados vos sejam perdoados" (At. 3:19).[1]

Ora, sendo assim, o pecador não necessita mais do *poder* do padre (ainda que êste o tivesse), para obter a

---

[1] Reparem, romanistas, que as palavras aí citadas por nós (Atos 3:19) foram proferidas pelo *primeiro Papa*, o *Romano Pontífice* n.º 1 — S. Pedro da Galiléia!...

absolvição, porquanto a Palavra Divina, que é a Suprema e Infalível autoridade, já lh'o declarou, e, por conseqüência, *êle já tem o perdão de Jesus Cristo,* já tem a absolvição de Quem realmente lh'a pode dar.

Sendo assim, todo o argumento que temos exposto, até aqui, para provar que só Deus tem o poder de perdoar pecados, resume-se no seguinte:

Se o pecador se arrepender sinceramente dos seus pecados, Jesus Cristo assegura-lhe, sem qualquer subterfúgio, o perdão, isto é, a absolvição. Ora, tendo a absolvição de Jesus Cristo, a do padre é supérflua, de nada vale.

Mas, se o pecador não se arrepende, não terá, conseqüentemente, o perdão de Jesus Cristo, e, neste caso, também a absolvição do padre é-lhe inútil, sem efeito, porque nada pode.

O assunto faz-nos lembrar uma história gozada, mas autêntica, que se passou num Seminário Católico, em Portugal.

Encontrava-se, na Capela do Seminário, um frade, que fazia a admissão de seminaristas para o grau 3.º de sua Ordem.

Em certa altura, começa a cerimônia, e um seminarista, lendo a fórmula que o frade lhe tinha passado às mãos, proferiu, mais ou menos, estas palavras: "Eu, F. de Tal, prometo em nome de Deus e da Virgem Maria, guardar os 10 Mandamentos da Lei de Deus, assim como os da Santa Madre Igreja, evitando qualquer pecado."

Então, o frade, impondo o escapulário da sua Ordem, ao noviço, disse, mais ou menos, estas palavras: *"E eu, se cumprires o que prometeste, também te prometo a vida eterna, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo",* traçando com a mão uma cruz sôbre o noviço.

Ao ouvir êste palanfrório do frade, um seminarista dos "gozados" disse, muito chistosamente: "Olha o grande favor do frade! Se alguém me prometer a mim cumprir os Mandamentos da Lei de Deus, e não cometer pecado nenhum, também eu lhe posso prometer, em nome de Deus, a vida eterna!"

E tinha mil carradas de razão o "gozado" seminarista!

Aqui está uma figura do ridículo poder do padre no Confessionário: se o pecador está arrependido, e promete emendar-se, também o padre o pode absolver; mas, pelo contrário, não havendo arrependimento, bem pode o padre traçar mil cruzes sôbre o penitente e prometer-lhe a absolvição dos pecados, que isso de nada também valerá ao pecador!

Além do mais, mesmo admitindo, só para argumentar, que os padres podem perdoar os pecados, deviam possuir, com esta prerrogativa suprema, dom de Deus máximo dado a uma criatura, no ministério santo, a sua lógica, indispensável e necessária conseqüência ou contraparte — conhecer os que podem e devem ser perdoados, os que estão em condições de receber a bênção magna. Cristo conhecia e por isso perdoava sem outras informações. E os padres? Ignoram as condições reais de quem vai ser perdoado! Mesmo quando confessem os pecados ao padre, auricularmente, aquêles, os padres, ignoram se esta confissão é séria, justa, verdadeira, sincera! Logo, não adianta o poder que o padre usa, de jeito nenhum! Para que um poder *sem poder*?

II — O poder de perdoar é meramente declarativo

Já demonstramos, exuberantemente, que só Deus tem o poder exclusivo de perdoar pecados. E, se Cristo pôde perdoar pecados, usou de um poder divino, porquanto Êle era Deus.

Vejamos agora (indo ao encontro daquilo que já chamamos, em capítulos anteriores, o maior ou mesmo o único argumento que poderia ser invocado pelo "mestre" Eurípides), em que sentido Jesus Cristo disse: "Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos" (São João 20:23).

Segundo vários exegetas cristãos, "o poder de perdoar pecados", contido no texto citado, não se deve entender senão no sentido *declarativo.*

O poder de que nos fala o texto supra, bem como o seu correlato e similar de S. Mat. 18:18 é meramente declarativo. Prová-lo-emos, insofismàvelmente.

A mensagem do Evangelho proclama, pela palavra de Cristo: "Aquêle que crer e fôr batizado, será salvo; o que, porém, não crer, será condenado" (S. Marc. 16:16). Ora, o Ministro do Senhor, ao proferir estas palavras, não pode *salvar,* nem *condenar* com elas. Apenas declara que, quem não satisfizer as condições de salvação por Cristo estipuladas, por si mesmo já se condenou; bem como, quem atender à ordem do Mestre, candidatou-se, automàticamente, à salvação, por si mesmo, pela sua própria obediência e disposição.

Assim, se não é o pregador quem *condena* ou quem *salva,* segue-se que êle não tem poder, de si próprio, nem para condenar nem para perdoar; portanto, seu poder é meramente *declarativo,* quando diz o Mestre: "A todos a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados: e a quem os retiverdes, serão êles retidos" ou "a quem ligardes, serão ligados; e a quem desligardes, serão desligados".

Primeiramente, observe-se que no Antigo Testamento nenhum profeta nem sacerdote teve poder de perdoar pecados. Tanto assim que, como já vimos, alguns escribas e fariseus se escandalizaram quando ouviram de Jesus, o Profeta de Nazaré, que êles supunham ser mero homem, a declaração peremptória, ao paralítico: "perdoados são os teus pecados!", e O incriminaram de blasfemo, dizendo: "Quem pode perdoar pecados, senão Deus?" É que êles ainda não estavam convencidos da Divindade de Cristo, e, portanto, julgando-o mero homem, tal declaração lhes parecia blasfema, e louvavam-se, sem dúvida, em passos como Is. 43:25; 40:20 etc., etc., que citamos anteriormente.

Logo, tal poder não fôra concedido aos profetas, nem aos sacerdotes do Antigo Testamento.

Demais, que tal poder é meramente *declarativo*, referindo-se aos homens, e não no mesmo sentido em que Jesus o executou (o que logo ficou comprovado, pelo milagre da cura do paralítico), prova-se também com ensinamentos, sôbre o mesmo assunto, da lei levítica. "Por esta lei se dava ao sacerdote autoridade para examinar tôda pessoa atacada de lepra, e a lepra, sob a lei antiga, era considerada como um símbolo do pecado. Feito o exame, se o sacerdote achava que o homem era leproso, tinha autoridade para declará-lo imundo, e imediatamente o "ligava" ou prendia, para que se não misturasse com o povo. Depois de certo tempo, o sacerdote examinava-o de novo, e, se a lepra tinha desaparecido, devia *declará-lo* limpo, isto é, são, e dêste modo o *"absolvia"* ou *"desligava"*, permitindo que de novo se misturasse com o povo".

Assim, as palavras de Nosso Senhor são uma alusão a esta prática. É evidente, pois, que o poder dos sacerdotes levíticos não era mais do que *declarativo*. Não faziam o homem nem são nem enfêrmo; não davam a lepra nem a tiravam: isto era ato exclusivo de Deus e o poder concedido aos sacerdotes consistia só em *declarar* e *pronunciar* o que Aquêle fizera.

Ora, se, na verdade, o Senhor Jesus aludia a êste costume entre os sacerdotes israelenses, quando disse "o que ligardes, será ligado; o que desligardes, será desligado" ou "a quem perdoardes serão perdoados; a quem não perdoardes, não serão perdoados", é lógico deduzir-se que o poder que lhes deu não foi senão *declarativo*: declarar ou proclamar que o pecador arrependido é perdoado, está "ligado" a Deus, e o ímpio está "desligado" de Deus.

O perdão é um ato do próprio Deus e o poder do sacerdote reduz-se, assim, a declarar e pronunciar o que fêz o próprio Deus.

Portanto, o verdadeiro sentido das palavras de Nosso Senhor, bem como a verdadeira natureza do poder concedido, está na Bíblia, e esta só se interpreta pela própria Bíblia.

Leia-se, ainda, em confirmação do argumento acima exposto, Lev. 23:2-6; 11-13, 20, 37 e 43.

Pois bem, nestes e noutros textos sagrados afirma-se que o sacerdote deveria *declarar* imundo ou limpo o homem. Não se diz que podia causar-lhe a lepra ou sará-la. Poder meramente *declarativo*, portanto!

Isto mesmo se confirma na antiga versão grega dos Setenta, a mais usada entre os judeus, e a que é tida como fidelíssima pelas próprias autoridades católicas. Estas não deixam de observar o fato de que tal versão — conquanto feita por tantos intérpretes, 70 em números redondos, que trabalharam isoladamente — tenha sido achada igual entre todos êles (donde concluem, alguns autores, ter sido isto obra do Espírito Santo).

Temos ainda testemunho interessantíssimo no Antigo Testamento, que se pode ler em 2.º Reis 12:13 (nas edições católicas, como a que temos em mão, do Pe. Matos Soares, ed. de 1943, S. Paulo e em 2.º Samuel, nas edições do Pe. Ferreira de Almeida e de outros).

Citemos, textualmente, o aludido passo bíblico:

"E Davi disse a Natã: Pequei contra o Senhor. E Natã respondeu a Davi: Também o Senhor perdoou o teu pecado (*por ver o teu arrependimento*); não morrerás".

Neste exemplo são evidentes duas coisas: 1.ª, o arrependimento sincero de Davi, pelo pecado cometido contra Deus; 2.ª, a *declaração*, feita pelo profeta Natã, de que Deus tinha perdoado a Davi.

Evidencia-se, aqui, o *poder declarativo* do profeta Natã, garantindo, "declarando" ao rei Davi que seu pecado estava perdoado, em face do manifesto arrependimento.

Êste mesmo *poder declarativo*, que na antiga Lei fôra dado aos Profetas, é que foi outorgado aos Apóstolos e *Discípulos* de Cristo, na nova Lei.

Não é mais que evidente tratar-se apenas de um *poder declarativo*?

A interpretação, pois, do texto em aprêço, com referência não só à lei levítica, como ao consenso unânime

da doutrina em tôdas as Santas Escrituras, é que os perdoados (isto é, os limpos do pecado) seriam "ligados" a Deus; e os não perdoados (portanto, os impuros, imundos), "desligados" de Deus.

Logo, Nosso Divino Mestre, com tal linguagem, não podia, absolutamente, outorgar autoridade ou poder aos Seus discípulos para conceder ou recusar perdão dos pecados (faculdade que só a Êle pertence), mas apenas o de *declarar* e *pronunciar* o perdão, em Seu nome.

III — Poder declarativo também aos discípulos

Para provarmos nossa alegação, basta que recorramos ao texto e contexto citado pelos nossos adversários romanistas: S. João 20:19-23. Por êle se verifica que Nosso Senhor Jesus Cristo deu poder para declarar "perdoados os pecados" ou "retidos" a todos os discípulos que se achavam reunidos "numa casa, com as portas trancadas, por mêdo que tinham dos judeus" e, certamente, a outros mais, que não estavam presentes, inclusive o Apóstolo Tomé. Temos de inferir, necessàriamente, que Jesus Cristo teria em Sua Divina mente conferir tal poder (fôsse êle qual fôsse) a outros discípulos, mesmo os que não estavam presentes, como é o caso claríssimo e insofismável do Apóstolo Tomé, que não ouviu as referidas palavras do Mestre, segundo se pode inferir do v. 24 do mesmo capítulo 20 de S. João: "Porém, Tomé, chamado Dídimo, *um dos doze, não estava com êles,* quando veio Jesus".

E, se alguém pretender excluir tal raciocínio, terá, forçosamente, de admitir que o Apóstolo Tomé ("um dos Doze") não teria recebido tal poder, a não ser que Jesus Cristo lh'o tivesse conferido antes ou depois dessa ocasião, hipótese para a qual não se encontra fundamento na Bíblia.

Têm os senhores romanistas que objetar algo contra êste raciocínio?

Devemos insistir, mais uma vez, na importância do texto por nós já referido: quando se fala em *discípulos,* de modo genérico (S. João 21:1-3), por tal expressão não se deve entender Apóstolos, no sentido rigoroso do têrmo, mas simplesmente discípulos, mesmo os não enumerados entre os "Doze". É o caso de Natanael, que, embora simples discípulo, figura ao lado dos Apóstolos no passo em aprêço, que é: "Chegada, porém, que foi a tarde daquele mesmo dia, que era o primeiro da semana, e estando fechadas as portas da casa onde *os Discípulos se achavam juntos,* por mêdo dos judeus, veio Jesus e pôs-se no meio dêles, e lhes disse: a paz seja convosco. E, dito isto, mostrou-lhes as mãos e o lado. Alegraram-se, pois, os *Discípulos* de terem visto o Senhor. E Êle lhes disse segunda vez: a paz seja convosco. Assim como o Pai me enviou a mim, também eu vos envio a vós. Tendo dito estas palavras, soprou sôbre êles, e disse-lhes: recebei o Espírito Santo: aos que vós perdoardes os pecados, ser-lhes-ão êles perdoados; e aos que vós retiverdes, ser-lhes-ão êles retidos" (S. João 20:19-23, conforme Novo Testamento do Pe. Vicente Zioni, com aprovação da autoridade eclesiástica, ed. de 1943). Daí ressalta que o *poder* a que o mesmo se refere foi concedido "a todos os *Discípulos* que se achavam juntos, por mêdo dos judeus", sem discriminação de Apóstolos e não Apóstolos.

É intuitivo que, entre os *Discípulos,* de que fala o texto, se encontravam os Apóstolos.

Mas, desde já convém frisar, para tirar *macaquinhos* das cabeças de "mestre" Eurípides e quejandos subalternos de *S. Santidade,* o Papa, que nunca é dado a ninguém ensejo de afirmar que pelo têrmo "Discípulos" do texto se deve entender tratar-se *exclusivamente* dos Apóstolos.

Sendo assim, é insustentável a opinião de que dito poder (qualquer que fôsse) fôra outorgado *exclusivamente* aos Apóstolos.

Nossa tese, pois, escudada na Bíblia, nos próprios textos e contextos, é que tanto os Apóstolos como os Discípulos de Cristo receberam tal poder (fôsse qual fôsse).

Se é certo, em boa exegese, admitirmos que algumas vêzes os Apóstolos são designados por "Discípulos", não se pode, no entanto, afirmar que *sempre* o seja, o que redundaria disparate muito grande.

Na verdade, em várias passagens do Novo Testamento, quando se intenta referir exclusivamente os "Doze" (ou os "Onze", depois da defeção de Judas), sempre se lê "Apóstolos", e não "Discípulos". Outras vêzes, porém, empregam os evangelistas o têrmo "discípulos" para significar, em conjunto, os Apóstolos e alguns dos discípulos de Cristo.

Sendo assim, e nada nos autoriza a dizer o contrário, que autoridade terá alguém para afirmar dogmàticamente que aquêles "Discípulos que se achavam reunidos, com as portas trancadas, por mêdo dos judeus" eram exclusivamente Apóstolos? Pelo contrário, e em corroboração do nosso argumento, vejamos o que diz o cap. 21 do mesmo Evangelho de S. João, versos 1 a 2: "Depois disto, Jesus tornou a manifestar-se aos *discípulos*, na Praia do Mar de Tiberíades; e manifestou-se dêste modo. Simão Pedro, Tomé, chamado Dídimo, NATANAEL, que era de Caná da Galiléia, os filhos de Zebedeu e outros dois dos Seus *discípulos* estavam juntos".

É claríssimo, por êsse texto, que, como afirmamos anteriormente, quando se fala em *discípulos*, há sempre razão para supormos que há algum estranho aos "Doze".

Vimos, pois, nos dois primeiros versículos do cap. 21 de S. João, além de alguns Apóstolos, designados genèricamente pelo nome de *Discípulos* (como Pedro, Tomé etc.), UM, que era exclusivamente discípulo: NATANAEL, de Caná da Galiléia.

O texto paralelo de Lucas 24:33 e seguintes informam que, nesta ocasião, achavam-se presentes "os onze, *e os que estavam com êles*". Havia mulheres também! (Versos 9,10). Logo, ali estavam "leigos e clérigos", na fraseologia romanista!

Depois dêste e de outros fatos semelhantes nos Evangelhos, quem tem autoridade para dizer que as palavras

de Cristo, no fato enfocado, foram ditas *exclusivamente* aos Apóstolos, quando o texto fala expressamente em *Discípulos*?

Que mania será essa dos líderes jesuítico-papistas de pretenderem, obstinadamente, que o têrmo *Discípulo* não significa *discípulo*, e sim *apóstolo*?

Tal o disparate a que chegam os líderes romanistas (entre os quais o cardeal Gibbons, a que fizemos alusão noutro capítulo desta obra), quando afirmam que o decantado poder, de que estamos tratando, "é prerrogativa dos Apóstolos e seus sucessores" ("Aos Irmãos Separados", pág. 143).

Não será isto baralhar conceitos de têrmos diferentes, misturar alhos com bugalhos?

A todos os discípulos disse Jesus, citando as Escrituras: "Assim está escrito, e assim convinha que o Cristo padecesse, e ao terceiro dia ressuscitasse de entre os mortos; *e em Seu nome se pregasse o arrependimento* e a *remissão* (absolvição) dos pecados, em tôdas as nações, começando por Jerusalém" (S. Luc. 24:46,47).

Não ressalta, evidente, neste passo, como o afirmamos nos anteriores, que Cristo deu a ordem, a autoridade, o poder a todos os Seus fiéis discípulos, indistintamente, de proclamarem, de declararem, "EM SEU NOME" (poder representativo, portanto) *o arrependimento e a absolvição* (remissão) dos pecados?

E, como vem o "anjinho" Eurípides impingir a patranha preconizada pelos seus mestres?

É caso para exclamarmos com o Apóstolo S. Paulo: "O deus dêste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandesça a luz do Evangelho da Glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus" (2.ª Cor. 4:3-5).

E é gente dessa espécie, que claudica tanto contra os ensinos claríssimos de Cristo, teórica como pràticamente, que enche a bôca com as palavras do Mestre: "Quem vos ouve, a mim ouve" — aplicando-as à sua classe sacerdotal, esquecendo-se, porém, que Cristo se referia, quando tal

sentença proferiu, aos Seus fiéis discípulos, que ouviam e punham em prática os Seus ensinamentos!

A tarefa santificadora de Cristo

Em aditamento ao que vimos refutando, não queremos, de modo algum, deixar sem resposta condigna algumas tiradas das lucubrações euripidinas, em tôrno do assunto, que nos provocam risos.

À página 143 do seu livro, escreveu êle:

"Jesus Cristo fôra "enviado" pelo Pai para realizar a Redenção, para vencer o pecado e santificar as almas. Essa tarefa santificadora *teria fracassado,* se durasse apenas o tempo que Jesus passou na terra".

Antes de respondermos, diretamente, como sempre o fazemos, pois não receamos qualquer "tirada" do "mestre" Eurípides, não podemos deixar de lhe lançar em rosto a ousadia da sua afirmativa, o disparate que a mesma representa e a quase heresia que daí se pode deduzir.

De fato, a conclusão lógica que se tira de semelhante parlapatice resulta numa confusão de conceitos e de idéias que a pobreza do cérebro do Autor parece não ter atingido. Deduziríamos, do seu palavrório, que a *Redenção* por Cristo efetuada de fato não se realizou (e o "mestre" Eurípides não consegue fugir do abismo em que se meteu . . .) ou que Sua Obra, a que o Eurípides chama *"tarefa santificadora"*, é passível de fracassar!

Mais uma vez ficamos abismados pela falta de visão, insegurança cerebral e falta de raciocínio naquilo que êle escreve.

Então, Eurípides, mete-se-lhe na cabeça que alguma vez a Obra da Redenção de Cristo pode fracassar? Não confessa Você, nestas mesmas palavras, que Êle deixaria de ser Deus, se a Sua Obra fracassasse?

Não, Eurípides, a Obra de Cristo jamais pode fracassar, em hipótese alguma.

Pensa Você, com os seus mestres, que Jesus Cristo teria necessidade de sua Igreja (a Católica Romana), para que Sua Obra divina não fracassasse?!

Puro e grave engano, Eurípides!

E se quer um argumento tremendo, que esmaga, a Você e a sua Igreja, aí vai.

Tão eficaz é a Obra de Cristo, e tão certo é ela jamais poder fracassar, que nem tôda a cadeia interminável de inovações, dogmas, erros e tropelias engendradas por sua Igreja (a Católica), seus papas cruéis, imorais e sanguinários, seus bispos devassos e simoníacos, e seus padres pervertidos e corruptos conseguiram destruir nos séculos passados.

Não fôsse a assistência do Espírito Santo à Igreja de Cristo, de cristianismo nem sequer hoje se falaria, em virtude da ação deletéria do Romanismo. Esta é que é a verdade, Eurípides!

Mais uma vez lhe temos de dizer: Não, Eurípides! A Obra santificadora de Jesus Cristo foi por Êle assegurada até o fim dos tempos, não através de homens, sempre falíveis e propensos ao êrro ("errare humanum est"), mas através do Espírito Santo, o perpetuador da Obra santificadora de Cristo. Oiça, Eurípides, a Palavra de Deus, que Você não lê ou desconhece seus ensinos, se a lê. Disse Jesus: "E eu rogarei ao Pai, e Êle vos dará outro Consolador (o Espírito Santo, o Paráclito), *para que fique convosco para sempre*; o Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece: mas vós o conheceis, porque habita convosco e estará em vós" (S. João 14:16-17).

O que se depreende desta sua ignorância religiosa é que, realmente, nem Você nem seus mestres religiosos possuem Êsse Divino Paráclito, que é o verdadeiro e legítimo continuador da obra santificadora de Cristo, nas almas.

Tudo, fora disto, Eurípides, é patranha inadmissível, é estultícia, é sofisma.

E fique sabendo: a maior fraqueza, a tristíssima condição de sua Igreja (não obstante o seu tradicional orgu-

lho, a sua petulância e arrogância) é não poder demonstrar aos espíritos luminosos, às inteligências desempoeiradas, com fatos verídicos, palpáveis e não sofismáveis, que o que ela executa, na terra, é sancionado por Deus, no Céu.

Aliás, a maior prova, a prova irrefragável disto está contida nas páginas sombrias e calcinadas de sangue da sua Igreja.

Entremos um pouco na matéria, já que o Eurípides a isto nos força.

Tome nota, Eurípides! Não se contam as vêzes que os ministros de sua Igreja têm lançado absolvições estéreis, improfícuas, sôbre penitentes indignos, sôbre reis e grandes corruptos da terra! Quantas bênçãos, igualmente inúteis, sôbre casamentos engendrados pelas conveniências políticas, sem se atender à liberdade de consciência! Quanta "água benta", derramada inùtilmente pelos ministros da sua Igreja sôbre cadáveres ou ataúdes de monstros de imoralidade que, pelo simples fato de serem ricos, tiveram a acompanhá-los, à última jazida, luzida e orgulhosa falange de clérigos e tonsurados! Quantas "graças" e mercês, e indulgências dispensadas, a pêso de ouro, a mortos, cujas vidas, diante de Deus, que tudo vê, só podem merecer a condenação eterna! Mas . . . que importa? Êles deixaram muito dinheiro para as missas, deixaram muitos amigos "devotos", que não os esquecem nunca, e o padre nunca é tolo para perder a "mina" . . .

Talvez nunca tenha pensado Você nas inúmeras missas rezadas ou cantadas pelos ministros da sua Igreja, em sufrágio de almas, a quem a Justiça Divina já terá condenado às penas do Inferno!

Pobre e coitada Igreja, que se arroga, diante de desprevenidos e ignorantes, o poder de mandar na terra em nome de Deus, que está nos Céus!

Não fica exuberantemente demonstrado, em face dêstes e de inúmeros fatos, registrados nos anais da História, que Deus nada tem de comum com essa Igreja que, arrogando-se detentora de poder porventura maior do que o do próprio Cristo (que jamais atentou contra as liber-

dades alheias), tem pretendido impor o domínio absoluto sôbre tudo e todos, [1] entendendo que povos e nações apenas se devem curvar, reverente e subservientemente, a ela?

Autoridade exclusiva da Igreja

A autoridade *exclusiva* da Igreja na interpretação das Santas Escrituras (!).

Mais um argumento que encerra um desabafo a "mestre" Eurípides e a todos os próceres de sua Igreja, de crânios tonsurados ou não.

Arroga-se a Igreja Romana (e "mestre" Eurípides compartilha desta doutrina), ter ela (a Igreja) recebido de Deus o poder exclusivo de ensinar e de interpretar as Sagradas Escrituras. Esta é, a nosso ver, talvez a maior façanha e a mais audaciosa pretensão do Catolicismo Romano!

Pois bem: se assim é, por que a Igreja ainda não foi capaz (nem o será jamais!) de interpretar muitas passagens escriturísticas, sobretudo contidas no Apocalipse? Se não, queira dizer-nos quem é a "Bêsta"; quem é o "Homem", cujo número é 666; assim como quem é o "Anticristo"; quem é a "Babilônia do Apocalipse", etc.?

Bem sabemos que no seio da própria Igreja Romana têm surgido várias interpretações acêrca de tais assuntos bíblicos.

Seria interessante aparecer ao menos um Papa, ou um teólogo católico, que tivesse recebido comunicação direta de Deus e proclamasse "URBI ET ORBI" a verdadeira interpretação dêsses e de outros temas misteriosos que se encontram na Bíblia, de modo que satisfaça as consciências de todos os espíritos sedentos de verdade! (Enfim, "hoc opus hic labor est" — temos de exclamar mais uma vez!)

---

[1] D. Carlos Vasconcelos, de S. Paulo, chegou a afirmar: "A Igreja não quer vencer alguém, quer vencer a todos!"...

Mas... Pobre Igreja! Ao menos leve inspiração sôbre tais assuntos não nos pode dar!

Pelo testemunho das Santas Escrituras, sabemos que existiram vários profetas que ouviam e falavam a Deus. Por isso, os povos se podiam deixar guiar por êles (porque eram intermediários das ordens que dimanavam de Deus ao Seu povo. De tal maneira eram verídicas e seguras as ordens dadas ou transmitidas pelos profetas, que, seguindo-as, os homens eram felizes. Mas, sempre que não queriam ouvir a voz dos Profetas do Senhor, tornavam-se desgraçados e sofriam duros e tremendos castigos.

No entanto, é curioso focar ou frisar esta nota: os profetas eram pessoas acessíveis, modestas, afáveis, humanas, simpáticas, cândidas, humildes e, numa palavra, tinham o sêlo das qualidades mais amoráveis do Cristo que havia de vir e por êles anunciado.

A Igreja Romana, porém, destituída do poder conferido aos Profetas, e carente de argumento comprobatório para demonstrar que recebe comunicações diretas de Deus, é arrogante, soberba, sanguinária, pervertida, despótica e antipática, que a História tão bem conhece; não esmorece na ânsia incontida de subjugar ao seu domínio, que nada tem de misericordioso e caritativo, todos os povos e nações da terra! [1]

Sim, Eurípides, esta é a tristíssima condição de sua Igreja! Mau grado seu, esta é, igualmente, a não menos triste realidade!

Se a Igreja Romana não recebe comunicação de Deus, em cujo Santo nome pretende subjugar o mundo inteiro, como convencer as inteligências dos homens de que a pretensão dela não é a mais deslavada patranha? [2]

---

[1] Disse o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de S. Paulo, em entrevista ao *Correio Paulistano*, de 7-5-946: "A Igreja não quer vencer ninguém — quer vencer a todos"! Mas... vence, mesmo?

[2] Escreveu no Jornal *Última Hora*, de 7-7-58, do Rio, D. Estêvão Bittencourt O.S.B., Religioso e Sacerdote no Mosteiro de S. Bento, do Rio: "A Igreja Católica, convidada para aderir ao Movimento Ecumênico Protestante, recusou-se a tal. A razão disto é que, sendo ela a de-

É por isso que a Igreja não nos convence a nós, Eurípides, nem àqueles que, antes de engulirem as "pílulas" que ela lhes oferece, têm o cuidadinho de examiná-las atentamente! . . .

---

tentora da Revelação Cristã e da verdade, não pode participar de algum certame que se proponha elaborar uma fórmula de fé capaz de satisfazer a tôdas as confissões cristãs. A Igreja possui o credo genuíno e guarda-o incontaminado há vinte séculos; toca-lhe apenas a missão de o apresentar ao mundo e de mostrar a autêntica face do Evangelho, a quem está fora da Igreja..."

Mas..., Ex.mo e Rev.mo Prelado, fique sabendo V. Rev.ma que a gente lê, relê, treslê o que aí fica firmado pela sua grande autoridade eclesiástica, e fica mesmo em dúvida se V. Rev.ma é, ou não, de verdade, um Apóstolo de Cristo e se sua Igreja tem algo que se pareça com a humildade dos primeiros discípulos do Meigo, Dócil e Sábio Nazareno, que jamais recusou qualquer entrevista a quem quer que fôsse, que lhe solicitasse auxílio ou pedisse a cooperação fraterna! Demais, Rev.mo Prelado, se V. Rev.ma afirma que só a sua Igreja é que é a "detentora da Revelação Cristã e da verdade", não seria o caso de ter a caridade de ir ao encontro dos *pobrezinhos* dos protestantes que, humildemente dirigiram o convite amigo e fraterno para que sua Igreja, isto é, seus clérigos tomassem parte com êles no Santo "Movimento Ecumênico Protestante"? Não seria uma oportunidade de V. Rev.ma, caridosa e cristãmente, mostrar-lhes, nesse certame, que, na realidade, a sua Igreja é possuidora da verdadeira e genuína "Revelação Cristã"? Fique sabendo que os protestantes querem seguir mesmo, e seguem a verdade, a Verdadeira Revelação Cristã, segundo o conceito genuìnamente bíblico dessa Revelação, e não segundo o conceito das "fábulas ineptas e senis" de sua Igreja Romana, que, de Cristo tem quase nada! Mas... quem sabe, Rev.mo Prelado, se sua Igreja, através de seus luminosos sacerdotes de Deus (!), não poderia convencer êsses *pobrezinhos* dos protestantes de que estão errados, muito errados, e, com a caridade evangélica de que os senhores, reverendos e *reverenciados discípulos* de Cristo, enchem a bôca, mas que, como o disse o genial Rui Barbosa, "têm a consciência cauterizada de interêsses mundanos" — quem sabe se esta sua Igreja, apesar de tudo que os protestantes notam de errado nela, não poderia convencer, do êrro em que vivem, *êsses pobres diabos, essas infelizes criaturas destituídas de uma Igreja sem poder e sem a Revelação Divina?!* Quem sabe, Rev.mo, se não é possível convencer êsses *infelizes*! Não diz V. Rev.ma que sua Igreja "possui o Credo genuíno, incontaminado há 20 séculos" e que lhe "cabe apenas a missão de apresentá-lo ao mundo e de mostrar a autêntica face do Evangelho"? Sabe V. Rev.ma o que significa: "res, non verba"? Pois, então, por que esconde a sua lâmpada debaixo do módio, e não nos dá a sua luz? (1) Por que não obedece, *como bom soldado de Cristo*, à ordem do Mestre: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a tôda a criatura"? Por quê? Ah, Reverendo! Sabemos por que V. Rev.ma e seus parceiros da comandita jesuítico-papista não querem saber de se aproximar de Protestantes! Sabemos... é que as trevas temem a luz! É que nem V. Rev.ma, nem tôda a caterva dos sapientíssimos doutôres de sua Igreja, bispos, arcebispos, cardeais e papas, dos séculos passados e do presente, jamais tiveram coragem de enfrentar, ombro a ombro, o mais humilde protestante; êste, sim, conhece, de fato,

(1) Ref. a S. Mat. 5:15.

Por esta simples razão as inteligências mais preeminentes, sobretudo dos tempos modernos — os enciclopedistas franceses, Rui Barbosa, o expoente máximo da raça latina e o orgulho da espécie humana; e Einstein, que foi

---

a Bíblia, de que Vocês, "falsos apóstolos de Cristo", apenas conhecem, e muito mal, alguns textos, em que procuraram estribar suas invencionices anticristãs e algumas até diabólicas!

Não esqueça, Rev.mo Prelado, a nobreza e a isenção cristãs de Lutero, quando, ao ser intimado a retratar-se das suas teses doutrinárias, diante do Cardeal Caetano, "Legado" do Papa, afirmou que, da melhor vontade, o faria, se lhe demonstrassem, com argumentos convincentes, extraídos da Escritura, estar êle errado. Que mais se deveria exigir? Não era esta uma atitude nobre e, além disso, isenta de soberba ou pretensão de fazer prevalecer o seu modo de pensar?

É isto que, ainda hoje, os protestantes estão dispostos a fazer, repetindo aquela atitude correta e sensata do grande reformador.

Afinal, se a sua Igreja (a Romana) é detentora da Revelação Cristã e da verdade, por que não confundiu, então, Lutero, destruindo tôda a argumentação, em que êle baseou suas teses doutrinárias? Se êle aceitou, lealmente, a peito aberto, a luta, no campo que lhe foi proposto, por que não fizeram uso de suas poderosas armas (!) os campeões da Igreja "detentora da Revelação Cristã e da verdade"?

A razão é simples: Lutero estava escudado na "Rocha" firme e indestrutível da verdade candente, contida nas Santas Escrituras.

Como sempre acontece com lutadores cobardes, em vez de desembainharem as espadas, em luta leal com seus adversários, preferem insultá-los miseràvelmente! No caso da sua Igreja, então, a cobardia e malvadez excederam todos os limites da perversidade humana: em vez de convencer do êrro aquêles a quem apodou de "hereges", maquinou, ignòbilmente, a ruína e desgraça dos mesmos, atirando-os para os horrores das fogueiras e outras inomináveis torturas, como nos atestam as páginas mais tétricas da História!

Não seria antes, cristão e humano, refutar os pontos doutrinários em questão? Por que o não fizeram? Porque não foram capazes, nem jamais o serão!

De vocês, salvo raras exceções, casta de "escribas e fariseus hipócritas", bem se pode dizer o que S. Paulo disse com referência a alguns falsos cristãos do seu tempo "que aprendem sempre e nunca podem chegar ao conhecimento da verdade, e, como Janes e Jambres resistiram a Moisés, assim também êstes (*vocês*) resistem à verdade, sendo homens corruptos de entendimento e réprobos quanto à fé. Não irão, porém, avante: porque a todos será manifesto o seu desvario, como também o foi o daqueles" (2.ª Tim. 3:7-9).

Sim, "mestres" da "infalibilidade", vocês não aceitam debates com os protestantes, porque temem a manifestação dos seus desvarios. Se, de fato, o ministério de vocês fôsse igual ao de Cristo e Seus Apóstolos, vocês jamais se recusariam a ir ministrar os ensinamentos do Evangelho aos que *estão em trevas e na ignorância das verdades cristãs*, de que vocês se julgam os únicos depositários! Não o fazem e fogem, e se esquivam; temem os açoites da Verdade, da Palavra de Deus, de que não são os observadores. Nós, os evangélicos, os protestantes, não tememos, não temos receio de ir até aos Infernos (se possível fôra), para pregar o Evangelho, obedecendo ao mandado do Divino Mestre: "*Ide por todo*

o maior sábio contemporâneo — jamais se deixaram narcotizar com o ópio da doutrina romanista, que só serviu para irritar essas inteligências ultraluminosas, como o caso do nosso genial Rui Barbosa, exuberantemente demonstrado em "O Papa e o Concílio" — a mais fulminante e arrazadora obra contra o Catolicismo Romano, que já saiu da pena humana! . . .

Continuando a rebater a estulta pretensão da Igreja Romana de se arvorar em única intérprete das Santas Escrituras, provaremos, agora, pela Bíblia, que falsa é a alegação.

Vejamos o que diz a Santa Palavra:

1 — "Examinai as Escrituras, pois julgais ter nelas a vida eterna, e elas mesmas são as que dão testemunho de mim", disse Jesus (S. João 5:39), na versão de Figueiredo, católica.

Esta ordem do Mestre não foi dirigida a padres, bispos ou papas, mas às multidões de leigos; a todos, enfim. O povo, portanto, pode e deve examinar as Escrituras, e, por conseqüência, está capacitado a entendê-las.

2 — "Buscai diligentemente no livro do Senhor e lede" (Is. 34:16).

3 — "Bem-aventurado o varão que não anda segundo o conselho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores, *mas o seu prazer está na lei do Senhor, e na Sua lei medita de dia e de noite*" (Salm. 1:1-2).

---

o mundo e pregai o Evangelho a tôda a criatura..."! Não tememos, e até nos sentimos felizes, e, por isso, com S. Paulo exclamamos: "Ai de nós, se não evangelizarmos! Porque o Evangelho — continua o Apóstolo — é o poder de Deus para dar a salvação a todo aquêle que crer"!

Preguem êste Evangelho, preguem o amor de Cristo, preguem a paz, a harmonia e o amor entre os homens e a salvação em Jesus, e, então, juntos, ombro a ombro, fraternalmente, poderemos marchar, resolutos, cantando a estrofe eterna da Oração Sacerdotal de Cristo, nas Suas últimas instruções aos Seus discípulos (capítulos 15, 16 e 17 do Evangelho segundo S. João). Leiam e meditem solenemente no abismo imenso que entre vocês e Cristo, entre vocês e os verdadeiros discípulos do Divino Mestre.

E, então, só assim, com a conversão a Cristo, por parte de vocês, é que deixaríamos de ser "irmãos separados"!

Aí temos o grande profeta Isaías ordenando que leiamos a Palavra do Senhor e nela aprendamos Sua vontade; temos um rei, simples leigo, como Davi, que não só se deleita na Lei do Senhor, como exorta seus súditos a que façam o mesmo, e chama de *bem-aventurados* aos que assim procedem. No entanto, o Concílio Tridentino acha e proclama que as Escrituras têm de ser interpretadas pelo consenso unânime dos padres da Igreja. E quantos dêsses padres têm apresentado ao mundo as opiniões mais divergentes! Quantos se têm retratado de muitas das suas interpretações! Santo Agostinho chegou mesmo a escrever um livro, retratando-se de muitos erros cometidos em interpretações da Bíblia!

4 — "Êstes, pois, (os habitantes de Beréia), eram mais generosos que aquêles de Tessalônica: os quais receberam a Palavra com ansioso desejo, examinando todos os dias nas Escrituras, se estas coisas eram assim" (Atos 17:11).

Não se diz que êles tenham recorrido aos sacerdotes. E observe-se que se tratava de saber se, realmente, S. Paulo lhes estava a ensinar conforme as Escrituras. Êles mesmos faziam o exame, sem recorrerem a intérpretes. Prova de que estavam certos é que o Espírito Santo os louva, por esta nobre e sensata atitude, quando diz *"foram mais generosos"*. Pois, precisamente isto fazem os protestantes em face das afirmativas dos romanistas: abrem a Bíblia e examinam, para saberem se o que ensinam está conforme à Santa Bíblia; em não estando, seu dever é impugnar, porque o que vale é a Palavra de Deus e não a palavra do homem; em matéria de fé e prática, para as consciências.

Fica patente, portanto, que Deus não acha empecilho algum em que qualquer um leia e entenda Sua Carta Magna. Mesmo porque, se Deus tivesse revelado Sua vontade de modo ininteligível a todos, Êle seria injusto e, lògicamente, culpado de não lhes haver dado inteligência suficiente de entender Seus ensinos. Se fôsse isso mister de inteligências privilegiadas ou verdadeiramente cultas, especialmente instruídas nas ciências teológicas (no que se

julgam exclusivos, os padres), seria preciso admitirmos o absurdo de que só os padres foram "criados à imagem e semelhança de Deus". Não; tal patranha e injustiça clamorosa não se poderia admitir a Deus, Justo e Misericordioso!

É bem verdade que há textos sagrados de difícil interpretação, e alguns até que não foram, nem o serão jamais interpretados, satisfatòriamente, por teólogo algum; mas isto não acarreta qualquer prejuízo doutrinário ao sistema da Religião Cristã ou à Palavra de Deus, porquanto tais textos, que escapam mesmo às mais fulgurantes e cultas inteligências, não contêm doutrina fundamentais de salvação. Estas, as essenciais, estão claramente expostas na Bíblia, de modo que qualquer pessoa que saiba ler, ou raciocine um pouco, pode entender perfeitamente. E tanto é assim, que ninguém se perderá ou condenará, por não ser capaz de explicar os mistérios da doutrina da Trindade, da Encarnação do Verbo ou da concepção miraculosa de Cristo. Não! Ninguém será condenado por isso, ainda que tenha as mais disparatadas concepções sôbre o assunto. Entretanto, se despreza o amor de Deus, revelado em Seu Filho (S. João 3:16); se rejeita a "Água da Vida", que Êle gratuitamente oferece para dessedentar a sêde de salvação (S. João 4:14); se despreza o Sumo Pastor ou faz, o pastor de sua alma, ao homem (S. João 10:11); se não crê no "sangue d'Aquêle que nos purifica de todo o pecado" (1.ª Ep. S. João 1:7); se não atende ao convite de Cristo (S. Mat. 11:28); se não se arrepende dos seus pecados, e, portanto, não recebe o poder do Espírito Santo — o único capaz de transformar radicalmente a vida do homem, livrá-lo da intranquilidade e tristezas da vida, suprimir-lhe os vícios e paixões desenfreadas, purificar-lhe inteiramente o coração das impurezas e imundícias do esterquilínio do pecado, subjugar o mau caráter, os ódios e malquerenças, e finalmente, o único remédio eficaz para produzir nova vida de paz, tranquilidade, gôzo espiritual e a mais fagueira e santa esperança (At. 2:38) — se despreza êsses verdadeiros e

eficazes meios de graça, jamais alcançará a salvação. E tudo isso não encerra dificuldade alguma de ser entendido por quem quer que seja. O remédio é facílimo de uso; só não o toma quem não quer mesmo.

Tão fácil é compreender-se a aplicação dêsse remédio salvador, que êle se resume em quatro palavras que encontramos na Palavra de Deus, a saber: 1.ª — *Arrependimento*: At. 2:38; S. Tiago 4:8; Rom. 3:10; 2.ª — *Confissão* (não ao padre, mas, diretamente a Deus): "Se confessarmos os nossos pecados, Êle é fiel e justo para nos perdoar os pecados, e para nos purificar de tôda iniqüidade" (1.ª Ep. S. João 1:9); 3.ª — *Receber* a Cristo como Seu Salvador pessoal (S. João 1:12); 4.ª — *Confiar* nas promessas de Deus, que garantem a salvação "de todo o que crê em Seu Filho Jesus Cristo" (S. João 20:31; Rom. 1:16; At. 16:31).

Agora, romanistas, dizei-me, se há ou não profunda e radical diferença entre o que preceitua o Catolicismo Romano e a Palavra de Deus, consoante a claríssima revelação que aí está, e que todos podem compreender e pôr em prática, dependendo exclusivamente de obedecer "mais a Deus do que aos homens"? E por que vossos ministros, que se julgam os únicos e verdadeiros intérpretes das Santas Escrituras, não apontam o remédio para as vossas chagas, e as de todo o mundo, e que Cristo nos oferece de graça?

Não há outra resposta, senão esta: vossos ministros (romanistas) engendraram a beberagem do cristianismo dos homens, e, por isso mesmo, se distanciam cada vez mais do Cristianismo de Jesus!

Lede o que, a respeito dessa corrupção, escreveu, de modo irretorquível (porque se baseia em fatos), a pena sem rival do maior gênio da raça latina, o imortal Rui Barbosa, que mostra a enormíssima diferença entre o Catolicismo Romano e o Cristianismo de Jesus:

"Nós cremos na fatalidade das leis morais, como cremos na fatalidade das leis físicas. Por mais que os céticos riam, as primeiras são tão necessárias, tão eternas, tão

divinas quanto as segundas. Por isso nossa alma não é quanto à vitória definitiva da liberdade que estremece agora de apreensão; é pela pátria. A esta, sim, é que partidos e governos menos corruptos podiam poupar a amargura de esgotar até às fezes o cálix das lutas religiosas. Quanto à liberdade, seu dia pode tardar, mas virá; *summa dies et ineluctabile tempus.* Infalìvelmente, mais cedo ou mais tarde, há-de ser vitoriosa. Há-de sê-lo, por si e por essa religião em cujo nome a reclamamos; religião não de "fábulas ineptas e senis"; [1] não de praxes farisaicas e sensualistas; [2] não sepultada no mistério de uma língua morta; não a dêsses pseudo-apóstolos [3] do paganismo infalibilista, caluniadores do Evangelho, [4] pregadores hipócritas e mentirosos da opressão sacerdotal, com a bôca cheia de Deus e a consciência cauterizada de interêsses mundanos, [5] não a das diatribes no púlpito, na imprensa, nas pastorais, nas letras apostólicas; não a do ódio, da cisão entre os homens, da desconfiança no lar doméstico, da separação entre os mortos, do privilégio, do amordaçamento das almas, da tortura, da ignorância, da indigência no espírito e no corpo, do cativeiro moral e social; mas a do "homem novo", [6] renascido sob a cruz; do espírito que vivifica, e não da letra, que mata; [7] da comunicação interior entre o coração e Deus: da caridade [8] e brandura [9] para com todos os homens; religião de luz, [10] que se alimenta de luz, e que na luz se desenvolve; [11] religião cujo Pontífice é o Cristo; [12] religião de igualdade, [13]

---

1 2.ª Tim. 4:7.
2 2.ª Tim. 2:16; Coloss. 2:16.
3 2.ª Cor. 11:13.
4 2.ª Cor. 4:2.
5 1.ª Tim. 4:2.
6 Efés. 4:22,24.
7 2.ª Cor. 3:6.
8 1.ª Ep. S. João 4:8; 1.ª Cor. 13.
9 Tit. 3:2.
10 1.ª Ep. S. João 1:5.
11 2.ª Cor. 3:18.
12 Hebr. 3:1.
13 Gál. 3:28; Coloss. 3:11,25.

fraternidade, [1] justiça e paz; religião em cujas entranhas formou-se a civilização moderna, em cujos seios sugou o leite de suas liberdades e de suas instituições, e a cuja sombra amadurecerá e frutificará a sua virilidade; religião de tudo quanto o ultramontanismo nega, amaldiçoa e enferma. Por ela o altar, algum dia, e não longe, não será mais uma especulação; por ela os consciências não terão mais contas que dar de si senão ao Onipotente; por ela tôdas as crenças serão iguais perante a lei, tôdas as convicções igualmente respeitáveis perante os homens." [2]

Eis aí o retrato fiel, fidelíssimo mesmo, dêsses falsificadores do Evangelho de Cristo, e que ainda se arrogam detentores do poder exclusivo de interpretá-Lo!

O padre não é um homem como outro qualquer

Vejamos mais uma "anjice" de Eurípides Cardoso de Meneses.

À página 145 do seu livro, afirma que "o padre não é um homem como outro qualquer . . ."

Estamos de acôrdo, nisso. Basta dizer que é um homem que veste saia, e saia preta! Diverge, ainda, de outros homens, por ter "marca *zero*" na cabeça, que é "a marca registrada do fabricante — "Indústria e Comércio do Vaticano S.A.", segundo glosa do imortal poeta Guerra Junqueiro! Aprendeu repetidas lições de mestres eminentes na ciência sofismática . . . Além disso, é prático no exercício de raciocinar pela cabeça de outrem, visto como não lhe é lícito discordar (sob pena de incorrer em graves penalidades) de todo o mistifório que lhe é ministrado pelos encarregados da manipulação das drogas doutrinárias, únicas que lhe poderão servir de beberagem! . . . Inclusivamente, é o padre tão diferente dos outros homens, que

---

[1] Hebr. 13:1.

[2] "O Papa e o Concílio", de Rui Barbosa (págs. 331-332).

é raro ver-se um nos lugares mais freqüentados pelos demais homens. E há, ainda, muitas outras diferenças, na mentalidade e pessoa, que não achamos conveniente reproduzir aqui no papel. Estamos, pois, de acôrdo, Eurípides, em que "o padre não é um homem como outro qualquer". (Aliás, nem sequer tem a culpa de ter nascido como os demais homens, e seria interessante que, logo ao nascer, fôsse radicalmente diferente dos outros homens; e nós apoiaríamos tal lei, se a natureza estivesse disposta a promulgá-la).

Aqui está um ponto que não discutimos com Você, Eurípides.

De resto, estamos convencidos de que todos aquêles que conhecem *a fundo* os padres, sabem perfeitamente que êles são muito diferentes do comum dos homens! Inclusive quanto ao pretenso poder de perdoar pecados, que já antes esclarecemos convenientemente . . .

Por fim, vamos responder à última "anjice" euripidina da página 145 do seu livro.

Afirma êle: "Òbviamente, o poder de perdoar confiado ao ministro de Deus implica, da parte do pecador, a obrigação de se confessar".

É o caso de se lhe perguntar mais uma vez: que têm os alhos com os bugalhos?

Então, se eu recebo uma faculdade ou poder, qualquer que seja êle, terão porventura, os meus vizinhos, alguma coisa com isso? Qual seria o compêndio de lógica onde o "mestre" Eurípides teria ido colhêr ensinamentos, para fundamentar as suas singulares e geniais deduções?!

Puxa vida! Nunca nos passou pela cabeça que "mestre" Eurípides fôsse capaz de possuir algum compêndio de lógica fornecido por potestades da ciência oculta, capaz de deitar por terra tudo aquilo que de mais profundo, até hoje, os grandes filósofos têm ensinado e escrito! . . .

Mais uma vez, "mestre" Eurípides parece ter acordado de um sonho que lhe tolheu as faculdades mentais, e ainda, como sonâmbulo, teria escrito os despautérios de que é pletórico o seu livro singular!

Limpe bem os olhos, tire-lhes as escamas, para ver um pouco melhor, e repare nisto: Você diz e muito bem (neste ponto estamos de acôrdo), à página 142 do seu livro: "O essencial é saber se, de fato, conferiu Nosso Senhor Jesus Cristo aos Seus Apóstolos o poder de perdoar pecados. Êsse o ponto importante".

Já lhe demonstramos, anteriormente, com sobejos argumentos, que êsse poder é a patranha mais ridícula de sua *venerada* Igreja (venerada por Você, é claro). E tanto assim é, que até mesmo muitos católicos (a maioria, possìvelmente), apesar de irem à missa, aos domingos repetimos, vão à missa, mas não acreditam no poder da confissão auricular, e não se confessam mesmo, como Você deve saber.

De resto, tendo conhecido vários católicos, por êles mesmos temos sabido que não se confessam, pela simples razão de não admitirem parlapatice dêsse jaez!

Quem lhe disse, então, que o poder confiado ao ministro de Deus implica, por parte do pecador, a obrigação de se confessar? Ignora, acaso, Você, que essa *obrigação* foi imposta pela sua Igreja, oficialmente, a partir do século XIII ? [1]

Nem o próprio Cristo *obrigou* ninguém a confessar-se, nem disse aos Apóstolos que obrigassem, a quem quer que fôsse, a confessar seus pecados.

Mesmo na hipótese (por nós, aliás, já destruída) de que Jesus Cristo teria concedido aos Apóstolos poder de perdoar pecados, tal poder só seria exercido para aquêles que, espontâneamente, se aproximassem dos Apóstolos, suplicando-lhes perdão. Assim é que está certo.

Mas dizer, como Você disse, que o referido poder "implica" para alguém a obrigação de se confessar a homens, é uma dedução que não tem lugar na Ciência lógica, nem na cabeça de ninguém com um crânio de mediana fosforescência.

Você, realmente, é curiosíssimo e único no raciocinar!

---

[1] Conc. de Latrão, em 1215 A.D.

Cristo e Seus Apóstolos jamais forçaram a quem quer que fôsse a solicitar-lhes perdão de pecados! Mas . . . apareceram os padres e . . . *como são mais do que Cristo* (!), trataram de impor a *obrigação* aos pobres pecadores, sob pena de pecado mortal!

E foi esta a sentença da heresia,
que quem não confessasse cairia
em pecado mortal!
Transformou-se, destarte, o confessor,
em carrasco do pobre pecador,
e a Igreja em Tribunal!
E o seu confessionário ficou sendo,
a quem não confessava, o mais tremendo
julgamento de Deus (!)
Um pecado mortal cometeria
quem não levasse aos pés da Sacristia
pecados, sempre os seus!

Desgraçados pecadores! Não lhes bastam os pecados que já têm, senão ainda aquêles de que ficam sobrecarregados e que lhe foram decretados pela sua *Santa Madre* Igreja!

Se Você não nos compreendeu, Eurípides, vamos explicar-lhe melhor.

Um pecador tem, por hipótese, 10 pecados mortais, a pesar-lhe sôbre a consciência. Como não se foi confessar, no prazo que a Igreja prescreve, o desgraçado, em vez dos 10 que já tinha, ficou com 11.

Pobre pecador! Até a Igreja, que é sua mãe, o sobrecarrega com mais pecados! Não acha isto o cúmulo da *perfeição* da *única Igreja perfeita na face da terra*?!

Pobres dos cérebros que nunca pensaram nessas misérias que aqui estamos apontando! Bastava que todos abrissem os olhos à luz dessa realidade: uma Igreja que ainda sobrecarrega o pecador de pecados, não pode, de forma alguma, ser chamada de "Mãe", mas de tirana e

déspota, numa palavra, de anticristã! Porventura fêz assim, alguma vez, Jesus?

Por outro lado, com a doutrina da confissão obrigatória, expõe a Igreja os seus fiéis ao perigo permanente de outro pecado grave (segundo ela mesma ensina) a que chama de "sacrilégio", no caso de o confitente não ser sincero em sua confissão!

Que abismos tremendos se encerram nas doutrinas de tão *"Santa"* Igreja!

Os padres
não têm o poder
de perdoar pecados

Julgamos ter respondido a "mestre" Eurípides, quando êle, indiretamente, pergunta "se, de fato, conferiu N. Senhor Jesus Cristo, aos Seus Apóstolos, o poder de perdoar pecados".

Diz êle (e nós concordamos) que "êsse é o ponto importante".

Refutamos-lhe as pobres alegações e demonstramos que N. Senhor Jesus Cristo jamais conferiu tal poder, senão em sentido *declarativo,* conforme explicamos.

Acrescentamos, ainda, que o aludido poder *declarativo* foi outorgado não só aos Apóstolos (aos "Doze"), como também aos discípulos, aos crentes.

Mas, vamos repisar um pouco o que já atrás explicamos sôbre êste assunto, para clareza de tôda gente, e fixação da verdade.

Suponhamos, agora, por momentos apenas, que, de fato, tal poder tinha sido conferido, exclusivamente, aos Apóstolos, como quer o cardeal Gibbons, citado por Eurípides, em nota ao fim da página 143 do livro que vimos refutando. Admitamos, portanto, segundo o mesmo cardeal Gibbons, que êsse decantado poder "era uma prerrogativa concedida aos Apóstolos".

Certamente, nem o cardeal Gibbons, nem "mestre" Eurípides, nem aquêles que abençoaram seu livro e o seu autor, notaram o abismo que se encerrava em tal doutrina.

Com efeito, partindo do argumento que contestamos, ter-se-ia de admitir que o poder de perdoar pecados (poder que só nos crânios tonsurados e nos dos seus "subalternos" pode ter guarida), sendo "prerrogativa dos Apóstolos e seus sucessores", jamais poderia ser exercido por alguém que não fôsse sucessor dos Apóstolos.

Ora, segundo ensina a teologia católica, por "sucessores dos Apóstolos" só devemos considerar, exclusivamente, os bispos.

Sendo assim, os padres (os presbíteros) não têm, de modo algum, poder de perdoar pecados, pois não são "sucessores dos Apóstolos".

E, prevendo, desde já, que nos podem retorquir com o frágil argumento de que os bispos têm poder para delegar aos padres a faculdade de perdoar pecados, aniquilamos o feto negando o suposto, e provando o que afirmamos.

Na verdade, "prerrogativa" quer dizer: privilégio, concessão exclusiva, pessoal, intransmissível. Sendo assim, os bispos não têm poder para delegar tal faculdade aos padres, simplesmente porque dito poder é prerrogativa dêles, bispos. Assim também, o Papa, dotado de "infalibilidade" (segundo a patranhice romanista, claro), não tem poder para transmitir essa "infalibilidade" a bispos ou cardeais; do mesmo modo, um Profeta não tinha poder para conceder o dom da profecia, que era prerrogativa sua, a outrem.

Em face do exposto, nem "mestre" Eurípides (a quem não é lícito empavonar com as vestes rubras dos pontífices ou cardeais romanistas), nem qualquer dos líderes da doutrina jesuítico-papista, pode abrir a bôca e muito menos deitar por terra os nossos argumentos.

Quanto a nós, temos a doutrina mais simplificada, de harmonia com o Espírito que ditou o ensino da Divina Palavra, afirmando, peremptòriamente, que, afinal, nem padres, nem cônegos, nem monsenhores, nem abades, nem bispos, nem arcebispos, nem cardeais, nem papas têm o

poder de perdoar pecados, visto ser, tal poder, prerrogativa de Deus, como já provamos suficientemente.

Afinal de contas, para que gastarmos tanta cêra com tão ruim defunto? Vistas bem as coisas, tudo que temos exposto se resume num simples argumento: Assim como Cristo é o único credenciado por Deus para salvar o pecador, do mesmo modo é o único credenciado para lhe perdoar os pecados. Vejamos agora, a recíproca: Assim como a nenhum homem foi outorgado credencial para salvar o pecador, também a nenhum homem foi outorgado poder de perdoar pecados.

Ou, em outras palavras: Como a salvação do pecador é obra exclusivamente de Deus (por meio de Cristo), do mesmo modo o perdão dos pecados (sem o qual não pode haver a salvação) só pode ser dado por Deus.

CAPÍTULO IX

CONFISSÃO AURICULAR E ABSOLVIÇÃO SACERDOTAL

A confissão auricular ao sacerdote

Abra a sua Bíblia, Eurípides (Dan. 9:4,5), e verá que foi diretamente a Deus que Daniel se confessou. Eis o texto: "E orei ao Senhor meu Deus *e fiz confissão das faltas* e disse: Digna-te ouvir-me, ó Senhor Deus grande e terrível, que guardas a tua aliança e a tua misericórdia para com os que te amam e que observam os teus mandamentos. Nós pecamos, cometemos a iniqüidade, procedemos ìmpiamente, apostatamos e afastamo-nos dos teus preceitos e das tuas leis" (Dan. 9:4,5 — Versão Católica do Antigo Testamento, pelo Pe. Matos Soares, devidamente autorizada pela autoridade eclesiástica — S. Paulo, 1943).

Leia mais, Eurípides: "Se dissermos que estamos sem pecado, nós mesmos nos enganamos, e não há verdade em nós. Porém, se *confessarmos* os nossos pecados, *Êle* (*Cristo*) é fiel e justo *para nos perdoar* êsses nossos pecados e para nos purificar *de tôda* iniqüidade" (1.ª Ep. S. João 1:8,9, conforme o Novo Testamento do Pe. Vicente Zioni, aprovado pela autoridade eclesiástica).

Não diz, o Apóstolo do Amor, que devemos confessar ao sacerdote, ou a qualquer ministro de Religião, mas

Àquele (Cristo), *"que é fiel e justo para nos perdoar êsses nossos pecados"* e mais: *"para purificar-nos de tôda iniqüidade"*.

E note-se que tal ordenança do Apóstolo, a de nos confessarmos diretamente a Cristo, êle a deu anos depois da ressurreição do Senhor, depois, portanto, de ter sido dado o suposto poder de perdoar pecados!

Depois de textos tão claros, que poderíamos corroborar com vários outros, tanto do Antigo Testamento como do Novo Testamento; depois de deduções tão lógicas, como as que aí ficam, só pode ficar com "minhocas" e confusões na cabeça quem não quiser ver a verdade e a luz que dimanam de tais palavras.

Não há, pois, nas Escrituras, a confissão auricular, ou seja, a confissão em particular, a um sacerdote ou a qualquer ministro de religião.

Os textos evocados por Eurípides e pelos seus mestres (Tiago 6:16; S. Mat. 3:6 e At. 19:18) não tratam, absolutamente, de *confissão sacerdotal,* mas, sim, *confissão fraternal,* uns aos outros. Isto é, sempre que pecamos contra Deus ou contra o nosso próximo, não devemos encobrir, nem negar, mas sim, confessar mùtuamente, como irmãos. Trata-se, pois, de *confissão fraternal* e não *sacerdotal.* E tanto isto é verdade, que nos textos em aprêço se trata de confissão e oração concomitantes; não é, pois, oração pelo sacerdote, tampouco confissão a êle.

Por exemplo, o passo de S. Mat. 3:6 ensina-nos, fora de qualquer dúvida, que as gentes iam "aberta e pùblicamente" a João Batista, e que êle as batizava com a mesma publicidade; e, quando diz que confessavam os seus pecados, evidente que era isto ato tão público como o do batismo que êles recebiam. O mesmo se pode dizer com referência ao texto de Atos 19:18 — ato de confissão pública, e nada de confissão auricular, isto é, em particular, ao sacerdote ou profeta.

É pena que Eurípides ignore a versão do N. T. pelo estudioso padre A. Negromonte que, no local citado, de Mat. 3:6, diz, em nota explicativa, que êsse texto nada

tem que ver com a confissão auricular, pois nem existia ainda, nessa época!

Eurípides refutado por sua própria Igreja! Coitado!

Evocam os romanistas (no que Eurípides servilmente os acompanha), em favor da confissão auricular, o tolo argumento de que a confissão é salutar, porque imprime mêdo ao pecador, por se ter, êste, de confessar a um sacerdote, e tal prática o impede, por vêzes, de pecar.

Pobre fundamento! Pobre confissão!

Pois é precisamente aí que está a grande diferença entre a confissão preconizada pelo Catolicismo Romano — fundada no temor do homem, do mortal, do pecador — e o que ensina o protestantismo, baseado na Bíblia — que é a confissão a Deus, pelo temor a Deus, a Quem, de fato, devemos temer e obedecer. Nesta altura, convém citemos a Sagrada Escritura: "Não tenhais mêdo daqueles que matam o corpo e depois disto não têm mais que fazer. Mas eu vos mostrarei a *Quem deveis temer*: *temei Àquele* que, depois de matar, tem poder de lançar no Inferno" (S. Luc. 12:4,5).

Isto, pois, da abstenção do pecado pelo temor do homem, é próprio do Catolicismo Romano, que coloca o poder da absolvição na mão dos seus sacerdotes; mas, absolutamente, como já demonstramos anteriormente, tal poder não passa de estulta pretensão, sem fundamento algum na Bíblia e na razão. Não! Tal doutrina não é de Cristo! Aquêle ensina o *temor do homem* (que nada vale); Cristo, porém, ensina o temor de Deus (que vale tudo): por mais oculto que seja nosso pecado, Deus o conhece, e um dia o proclamará ao universo inteiro.

Daí, enquanto a confissão ao sacerdote leva o pecador a temê-lo, a confissão a Deus, leva-o (o pecador) ao temor e ao amor de Deus.

Está aí a grande diferença entre uma e outra confissão.

De onde se conclui ser êste tipo de argumento romanista uma espécie de argumento de superstição para ilaquear a boa-fé de crianças . . .

A doutrina cristalinamente evangélica é que o penitente deve deixar o pecado pelo temor e pelo amor de Deus que nos induz a fazer o que Lhe agrada — e à santa reverência para com Êle, que nos faz evitar o que Lhe desagrada.

O "Confiteor" é sacrílego

Tendo já patenteado a não existência da instituição da confissão auricular na Bíblia, e sem fundamento nem mesmo psicològicamente, na concepção romanista de infundir terror ao penitente diante do confessor, e ainda, tendo ficado sobejamente provado que nem o padre, nem homem algum pode perdoar pecados, e que tal confissão, acima de tudo, só deve ser feita a Deus, o único que nos pode perdoar, passemos ao "Confiteor".

Citemos, na íntegra, o texto da confissão auricular romanista, chamado *"Confiteor"*, conforme usualmente se diz no Confessionário: "Eu, pecador, me confesso a Deus, Todo-Poderoso, à bem-aventurada sempre Virgem Maria, ao bem-aventurado S. Miguel Arcanjo, ao bem-aventurado S. João Batista, aos santos Apóstolos S. Pedro e São Paulo, a todos os santos e a vós, padre, que pequei muitas vêzes, por pensamentos, palavras e obras, por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa. Portanto, peço e rogo à bem-aventurada sempre Virgem Maria, ao bem-aventurado S. Miguel Arcanjo, ao bem-aventurado S. João Batista, aos santos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, a todos os Santos e a vós, padre, que rogueis por mim a Deus Nosso Senhor." (2.° Catecismo Católico, pág. 9). A seguir o pecador descreve os seus pecados pormenorizadamente, declinando-os, um a um, e particularizando as circunstâncias em que foram perpetrados.

Vê-se, nestas palavras do célebre "Confiteor", inicialmente, um grande êrro, que tresanda mesmo a blasfêmia: é que a confissão do pecado é feita a Deus, aos santos e ao padre, como se não houvesse diferença alguma entre

êles (Deus, santos e o homem pecador, ainda vivo), e como se o pecado fôsse cometido igualmente contra os santos, contra o outro pecador (o padre) e contra Deus. Em seguida há uma oração dirigida aos Santos e também ao padre (*não* a Deus, mas *sòmente* aos Santos e ao padre), para que roguem a Deus pelo pecador!

Não há, outrossim, menção alguma ao nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, por Quem, ùnicamente, podemos alcançar o perdão dos nossos pecados; tampouco se fala no Espírito Santo, único por Quem alcançaremos a santificação.

É, portanto, uma oração e uma confissão genuìnamente anticristã, e altamente blasfema!

Percebe-se, em tal confissão, que há um alijamento de Cristo e do Santo Espírito, dando a entender claramente (como ensina mesmo o romanismo) que o penitente, em última análise, deve é confiar no poder do sacerdote.

Na Escritura Sagrada não se ensina confissão auricular, e muito menos semelhante confissão blasfema (a completa negação do consenso geral da Palavra de Deus), que é o "Confiteor" supracitado.

À luz da Bíblia, o "Confiteor" é altamente sacrílego, e portanto, anticristão.

É, outrossim, provaremos agora, sacrílego à luz da razão e do bom senso, porquanto o pecador é submetido a uma humilhação diante de outro homem, pecador como êle, e que, muitas vêzes, espiritualmente, acha-se em piores condições. E, tanto isto é uma dolorosa realidade, não raro, que a maioria absoluta dos católicos não se confessam, por não darem crédito a semelhante "meio de graça" ou falso "sacramento da penitência". E, em se tratando da mulher, ainda mais repugna ao bom senso e ao decôro sua confissão a um homem — e que homem! — solteiro, e sujeito, por isso mesmo, às maiores tentações, como mais adiante provaremos.

Daí, sentirem muitas mulheres, nomeadamente môças, relutância em acusar certas faltas, e chegam mesmo a omitir graves pecados . . .

A razão ou o bom senso repele, outrossim, tal prática, porque não é o confessar, meramente, os pecados o que agrada a Deus, mas, sim, o arrependimento; e êste, alguém o pode ter sem ser preciso sujeitar-se à humilhação vergonhosa da confissão diante de outro pecador, como êle também!

Efeitos danosos da confissão auricular

Exporemos, agora, os efeitos perniciosos, tanto para os confessores, como para os penitentes, da confissão auricular.

A revelação dos segredos, sentimentos e inclinações de u'a mulher, por exemplo, aos pés de um padre, tanto expõe à tentação o confessor, como torna a mulher escrava daquele homem, especialmente no que ela tem de mais reservado e que jamais confessaria às pessoas de sua maior intimidade (salvo é claro, em casos de evidente devassidão, quando a mulher perde completamente a vergonha e o pudor). Tomando conhecimento, o confessor, de tais segredos, bem sabemos o que pode ocorrer: brotam os casos relatados no livro "O Padre, a Mulher e o Confessionário", do ex-padre Charles Chiniquy.

Desde o IV século, quando começaram as primeiras confissões. A princípio eram feitas *pùblicamente,* mas, sendo julgadas como escandalosas, resolveu-se, então, que fôssem feitas em segrêdo, ao padre. Logo se tornou fonte de perigo e sedução. Tanto assim, que, já no nascedouro dessa prática, Nectário, bispo retíssimo, ao tomar conhecimento da primeira sedução, fruto do tal confessionário, decretou sua extinção.

Daí, o havermos exclamado em nosso livro "O Romanismo à Barra do Evangelho":

> Cada um que consultasse a consciência,
> e que tomasse ou não da Eucaristia —

pois, tal é do Evangelho a pura essência,
que o clero pouco a pouco corrompia! [1]
Foi no século oitavo, novamente,
que Chrodegang, um bispo revoltado,
doutrinou confissão do penitente,
sob a pena de ser excomungado! . . .
Êsse costume foi-se propagando,
e do clero, a moral se corrompendo,
pois, cada pecadora confessando,
mais pecado no clero ia mantendo! . . .

Finalmente, apesar de o clero ir observando inúmeros casos de seduções do confessionário, em Latrão, 1215, reunido em concílio, oficialmente decretou a confissão auricular, "para salvar da morte o penitente". E mais, decretou que, quem não confessasse, cairia em pecado mortal!

É ou não, o Confessionário, fonte de tentação, já para o confessor, já para o penitente? Quem o pode negar, diante de tantos e tão escabrosos casos de sedução, que tiveram sua origem, desde o 4.º século, nos cochichos aos pés do padre?

É o que condenamos em versos, no nosso livro "O Romanismo à Barra do Evangelho", e que aqui, em parte, reproduzimos:

E o seu Confessionário ficou sendo
a quem não confessava, o mais tremendo
julgamento de Deus!
Um pecado mortal cometeria
quem não levasse aos pés da Sacristia
pecados, sempre os seus!
Um abismo chamava mais abismo
Em que se corrompia o Cristianismo —
e com tanta maldade!
É isto que sucede ao pecador,
quando altera a palavra do Senhor —
aumenta a iniqüidade!

[1] 1.ª Cor. 11:28.

Um ex-padre escreveu um livro sério
confessando êsse mal tão deletério —
do clero seu sacrário . . .
E nêle descreveu, e com verdade,
a mais grosseira e vil sensualidade
do seu Confessionário. [1]
E não foi êsse só o mal da *confissão*:
O meio se tornou de baixa informação
do clero arteiro e mau, a fim de dominar
a consciência do povo e de corporizar
seus planos infernais, a perseguir os crentes,
andar por tôda parte a convocar as gentes
que prêsas viverão a tão feroz domínio
do Papa e do Concílio, e tramam o extermínio
dos que protestam, como — espíritas, maçons —
de todos que não têm as suas intenções! . . .
Rotarianos até que são excomungados
por confessores tais e tais degenerados! . . .
Tudo isso produziu o seu Confessionário,
em nome do Senhor, em nome do Calvário
do Cristo Redentor! Foi êste o resultado:
Em vez de a Igreja ser a fonte salvadora —
passou a ser, então, a grande *tentadora*
do pobre pecador! Ó grande maldição!
Maldito o confessor! Maldita a *confissão!*
Ùnicamente a Deus devemos confessar,
porque só Êle pode as faltas perdoar!
Quem vai aos pés do padre expor-lhe o seu pecado,
não crê no Redentor, e sai mais condenado! . . .
"Quem pode perdoar pecados, senão Deus?"
Falaram dêsse modo os próprios fariseus!
E a maior parte, então, da gente religiosa,
estúpida, animal, sem brio e indecorosa,
cultua o deus DINHEIRO e a deusa CORRUÇÃO . . .
e as almas fermentando assim, em negra orgia,

[1] "O Padre, a Mulher e o Confessionário" do ex-padre Charles Chiniquy.

afundam-se, sensuais, no mar da hipocrisia —
no mar da perdição! . . .
O padre transformou a Igreja em lupanar,
e o seu Confessionário, enfim, se fêz altar
das suas seduções! . . .
e, como já se viu, os males foi gerando
e, em vez de santidade, o pecado aumentando
em vastas proporções! . . .
E um abismo chamava, assim, um outro abismo,
em que se corrompia o puro Cristianismo,
e com tanta maldade! . . .
É isto que sucede ao pobre pecador —
quando altera a Palavra expressa do Senhor —
aumenta a iniqüidade! . . . [1]

Contra fatos não há argumentos!

Só por isto, pelos descalabros morais que tem suscitado o Confessionário, desde o IV século até os nossos dias — se ainda outras razões não militassem contra tal instituição — devia êle ser repelido pela consciência cristã.

Estamos certos, pois, que Cristo, que nos ensinou, na Oração Dominical — "não nos deixes cair em tentação" — não poderia aprovar uma instituição que, pelos fatos, pelos seus funestos frutos, tem provado, em inúmeros casos, ser fonte permanente de pecado e sedução!

Outro grande mal do Confessionário é a profanação do Lar. O Lar é um santuário inviolável; no entanto, deixa de sê-lo, para o confessor romanista, que tudo devassa, e fica a saber não só o que está no recôndito da alma da mulher, mas também do marido, e por intermédio dela mesma, seus sentimentos mais recônditos; muitas vêzes, suas fraquezas carnais e infidelidades. De tudo, finalmente, fica senhor o sacerdote romanista — sabedor da secreta intimidade de ambos — marido e mulher! Um homem solteiro (!) a intrometer-se na vida conjugal de outrem, inclusive nos recônditos da alcova, como refere

[1] Vide "O Romanismo à Barra do Evangelho", livro em versos do mesmo Autor.

o ex-padre Chiniquy, no livro já citado: um sacerdote desce a indagações escabrosas sôbre a união conjugal, a fim de saber se o casal está cometendo algum pecado que a sua teologia moral classifica de "onanismo" e coisas semelhantes! Sabedor de tudo, pode fazer disto; e muitas vêzes muitos têm feito coisas tremendas, que clamam aos céus! A "carne" é sempre "carne"! . . .

Tem razão, pois, o Autor de "Noite com os Romanistas", quando conclui suas considerações combatendo a confissão auricular — e baseado nos fatos da História dessa perigosa instituição romanista — nos seguintes têrmos:

"Ali (no Confessionário) se junta, algumas vêzes como bom conselheiro, e outras, como lascivo sedutor. Ali se senta o vivo representante da cena que teve lugar no Éden, quando o homem e a mulher viviam em mútuo afeto, e eram ditosos e santos; mas, logo que entrou um outro . . ., que segredou ao ouvido da mulher, dirigindo-lhe perguntas insidiosas, ela caiu! Eis aí o tipo do Confessionário"!

Perigosa, tremendamente perigosa tal instituição!

Só mesmo no Catolicismo Romano — que perdeu tôda a flor da piedade celeste em meio do tremedal do vício, do êrro e das paixões humanas, e transformou simonìacamente a Religião em comércio, a Virtude em interêsse material — é que se pode conceber a defesa de semelhante instituição, cujos frutos, estamos vendo, denotam a espécie de árvore que é! (S. Mat. 7:17-20).

Pois bem, é esta instituição — sem base bíblica e de efeitos altamente perniciosos, como temos visto — que o Catolicismo Romano, para cúmulo do despautério doutrinário, transformou em *"sacramento da Penitência"* de *"extraordinária importância na vida pastoral"*.[1] Mais uma inovação, entre as muitas do seu sistema, que cada vez mais se distancia do Cristianismo, da História e da

[1] "Aos Irmãos Separados", pág. 172.

Verdadeira Igreja de Cristo e dos Seus celestiais ensinamentos!

E, como prova, finalmente, do ridículo a que se expõe o Confessionário romanista, basta considerar que êle fomenta como que um hábito para muitos *fiéis* da Igreja Romana; acabam êles por cair na rotina de cometer os mesmos pecados, na certeza antecipada de que, no Confessionário, há sempre um confessor disposto a absolvê-los.

Daí, a multidão de reincidentes pecadores e sobretudo pecadoras, que são o calvário e, às vêzes, o *consôlo* . . . de alguns padres!

Esta a razão que ditou a quadra popular, que encerra muita filosofia:

"Peca, menina, à vontade! . . .
Não tenhas nenhum temor:
Pois, para tirar pecados,
Se criou o confessor! . . ."

A confissão obrigatória limita o poder de Deus

Provaremos, finalmente, que a obrigatoriedade da confissão auricular, pelo padre, limita o poder de Deus a atuar diretamente junto ao penitente! . . .

Vejamos como êste raciocínio se infere das próprias palavras de "mestre" Eurípides, como se lê à página 143 do seu livro, e que, de resto, são a expressão exata da doutrina proclamada pela sua Igreja.

Diz êle: "O perdão dos pecados *ordinàriamente* (o grifo é dêle) só [1] se alcança mediante o ministério dos Apóstolos e seus sucessores, por isso que pode suceder que

[1] Chamamos a atenção de "mestre" Eurípides para seu êrro de português, neste período, quando disse: "o perdão dos pecados *ordinàriamente só*...! Quê? Não vê que "*só*" e "*ordinàriamente*" se excluem? Para exprimir a idéia que Você tinha no pensamento, só deveria escrever "*ordinàriamente*", pois, escrevendo os dois advérbios de exclusão, como o fêz, produziu pavorosa confusão, dando um grande disparate grama-

se não encontre sempre o ministro de Deus. Em tal conjuntura, um Senhor misericordioso não exigiria mais do que uma verdadeira contrição, com o desejo de *recorrer, o mais cedo possível, ao Tribunal da Penitência . . .*"

A ser verdadeiro o assêrto de "mestre" Eurípides, teríamos de concluir por mais um disparate, e tremendo! Sempre é certo que o êrro nunca vem sòzinho. É como diz a Divina Sabedoria: "Abyssus abyssum invocat"!

Vejamos como é real e verdadeira a nossa afirmação.

Também aqui, "mestre" Eurípides mistura "alhos com bugalhos", e degenera, o seu arrazoado, numa brincadeira de idéias que equivale a desfazer com os pés aquilo que fêz com as mãos.

Ora, vejamos.

Admite s. s. que, "em tal conjuntura" ("quando se não encontre o ministro de Deus"), o pecador pode alcançar o perdão dos pecados por meio de uma "verdadeira contrição". Se ficasse por aqui, estaria tudo bem. Mas o pobre Eurípides, useiro e vezeiro em cometer "anjices", acrescenta: "com o desejo *de recorrer, o mais cedo possível, ao Tribunal da Penitência*"!

Afinal, em que ficamos?

Se o pecador obteve o perdão do seu ou dos seus pecados por "uma verdadeira contrição", que necessidade terá êle (o pecador), "*de recorrer, o mais cedo possível,* ao Tribunal da Penitência"? (o grifo é nosso).

Além de tudo isso, (e repare no abismo que tem diante de Você!), quem o autorizou, Eurípides, a dizer que Deus exige do pecador "o desejo (a que chamaríamos, antes, propósito) de recorrer ao Tribunal da Penitência", depois de êsse mesmo pecador ter feito um ato de "verdadeira contrição"?!

Então, isto não é o mesmo que pretender impingir-se a patranha de que não chega o perdão de Deus obtido pela

---

tical, no sentido da frase, visto que, se é "*ordinàriamente*", não é "*só*". Por conseguinte, sua frase estaria correta, se escrevesse assim: "O perdão dos pecados... se obtém, *ordinàriamente*, mediante o ministério...; e, *extraordinàriamente*...

"verdadeira contrição", a que chamaríamos o arrependimento sincero?

Sim, porque só nesta hipótese é que haveria necessidade de se "recorrer ao Tribunal da Penitência"!

Não será audácia, e audácia blasfema, pretender limitar o poder de Deus, fazendo-O depender da intervenção do homem?!

Então, se o pecador já está perdoado, em virtude do arrependimento (da "verdadeira contrição"), deverá exigir-se do pobre pecador a obrigação de voltar a confessar êsse mesmo pecado ao padre? Pode admitir-se, porventura, que, depois de ter obtido o perdão de Deus, seja o pecador obrigado a ir pedi-lo ao padre?

Já se viu patranha mais deslavada?

Isto, reduzido a miúdos, importa submeter o poder de Deus ao poder do padre! Que blasfêmia!!! . . . [1]

E é com patranhas dêsse jaez, perfilhadas pela sua Santa Madre Igreja, que "mestre" Eurípides pretende salvar os a quem êle chama de "irmãos separados"!

A Bíblia nega a confissão auricular

Vejamos, agora, como as Santas Escrituras nos apresentam a negação formal do suposto recurso à confissão auricular.

---

[1] A verdade cristalina da Palavra de Deus é que realmente só vale a verdadeira *contrição*, isto é, o verdadeiro arrependimento, sem o qual não terá o pecador a absolvição de Deus, e, portanto, também de nada e para nada lhe valerá a absolvição do sacerdote. Quando os fiéis católicos recorriam a Lutero, queixando-se de que os padres se recusavam a dar-lhes a absolvição dos pecados, sob a alegação de que êles apoiavam as teses do reformador, êle lhes respondeu: — "Regozijai-vos, porque sois absolvidos por Deus mesmo. Êles podem muito bem recusar-nos o sacramento, mas não podem privar-nos da fôrça e da graça que Deus a êle ligou. *Êle não faz depender a nossa salvação nem da vontade nem do poder do confessor, e sim da nossa fé* (o grifo é nosso). Deixai, de parte, sacramento, altar, padre, igreja; a Palavra de Deus, condenada na bula, vale mais do que tudo isso. A alma pode passar sem o sacramento, mas não pode viver sem a palavra. Cristo, o verdadeiro bispo, se encarregará de vos nutrir espiritualmente" ("História da Reforma", por J. H. Merle D'Aubigné — Vol. II, pág. 201). É isto mesmo.

Falando aos coríntios, disse o Apóstolo S. Paulo: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma dêste pão e beba dêste cálix" (1.ª Cor. 11:28).

Vejamos quanta luz dimana dêsse pequeno texto sagrado.

S. Paulo estava doutrinando a Igreja, acêrca da recepção da Santa Eucaristia. Chamando a atenção dos fiéis, para que se não aproximem indignamente (isto é, em pecado) da Santa Comunhão, o Apóstolo das gentes recomenda-lhes, com todo o cuidado, que evitem a profanação de tão santo *Mistério*. Por isso, lhes diz para que se examinem nas suas consciências, como para ver se têm algum pecado. Ora, seria de estranhar, e mais ainda de lamentar, que, existindo a "santa confissão" ou o "Tribunal da Penitência", o grande Apóstolo não inculcasse êste "salutar" recurso aos fiéis a quem estava doutrinando!

Mais do que isso: nem S. Paulo, nem Apóstolo nenhum recomendou tal prática! É que nenhum dêles tinha a prática de ministrar aos incautos, ignorantes e parvos, "pílulas" como essas, de que "mestre" Eurípides é distribuidor e propagandista!

Notem bem, os senhores romanistas, que o Apóstolo recomendou (mas não obrigou) o exame de auto-suficiência, ou seja, o exame de consciência pelo próprio pecador, como suficiente para se poder, "dignamente", participar dos elementos sagrados.

> Cada um que consultasse a consciência,
> e que tomasse ou não da Eucaristia —
> pois, tal é do Evangelho a pura essência,
> que o clero pouco a pouco corrompia!

Quer dizer que o Santo Apóstolo deixou, nìtidamente claro, ao arbítrio de cada crente, receber ou não a Santa Comunhão.

Logo, onde se vislumbra, nos textos sagrados, a obrigatoriedade da confissão auricular? Onde?

Vemos, sim, exortações, e nada mais.

É o que se infere, também, da leitura de Atos 8:22, em que o Apóstolo S. Pedro, lançando em rosto o pecado de Simão Mago, o adverte nos seguintes têrmos: "Arrepende-te, pois, dessa tua iniqüidade, e ora, a Deus, para que porventura te seja perdoado o pensamento [mau] do teu coração".

Se S. Pedro estivesse investido do poder de perdoar pecados, não seria muito fácil e mais prático, o Apóstolo dizer a Simão que se ajoelhasse em confissão, para resgate do seu pecado? No entanto, o Apóstolo exorta-o a "recorrer" a Quem, de direito único e exclusivo, podia perdoar pecados.

Depois de passos tão claros das Santas Escrituras, como êsses e outros mais, que ninguém pode sofismar nem torcer-lhes o sentido, não seria obstinação miserável e condenável cegueira, e manifesta má fé, engendrar como doutrina uma patranha indefensável como esta, que só o maquiavelismo jesuítico-papista poderia engendrar?

Emudeçam para sempre lábios cauterizados pela bílis da mentira, e limitem-se a ensinar a puríssima doutrina de Jesus, tal qual nas Santas Escrituras!

Resta-nos acrescentar que, do texto citado (Atos 8:22),[1] podemos tirar, lògicamente, duas conclusões: 1.ª — S. Pedro manifestou, com sua atitude (que ninguém pode sofismar), que não tinha recebido nenhum poder de perdoar pecados; 2.ª — Com o fato de exortar Simão Mago a que se arrependesse do seu pecado e orasse a Deus, para que Êste lhe perdoasse, não o obrigou a fazer tal.

E repare o nosso Eurípides naquele delicioso *"porventura"* que Pedro usa, revelando IGNORAR se Deus iria ou não perdoar . . . Não é um tiro, êsse "porventura"? Tiro é, e dos bons! . . .

E onde já se viu, em matéria de religião, crença e consciência, na Religião Cristã, admitir-se qualquer coa-

[1] E notai bem, senhores romanistas: quem assim falava era o vosso *primeiro Papa*, o S. Pedro, natural da Galiléia!...

ção? Só mesmo no Romanismo, que é a pura negação do Cristianismo.

Logo, pelo ensino refulgentíssimo da Divina Palavra, de ponta a ponta, não foi dado aos homens poder de perdoar pecados, nem nunca *se obrigou* ninguém a confessá-los, muito menos sob ameaça de pecado mortal!

Na Oração do Pai Nosso, ensinou-nos Jesus que nos dirijamos, em confissão, diretamente a Deus: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores" (S. Mat. 6:12).

A doutrina da liberdade e responsabilidade individuais não permite, absolutamente, que a intervenção humana, seja lá de que Ministro fôr, coaja alguém à obediência, inculcando-lhe a convicção de que, se não obedecer, está sujeito à condenação![1] Isto é o mesmo que o homem pretender usurpar o poder e o lugar de Deus! Tôla pretensão! Que ensinou S. Paulo? "De maneira que cada um de nós dará conta de si mesmo a Deus" (Rom. 14:12).

Ainda, Nosso Divino Mestre disse à mulher pecadora, sem a ouvir em confissão: "perdoados são os teus pecados" (Luc. 7:48).

Em várias ocasiões perdoou Jesus aos pecadores, sem ouvi-los em confissão.

Note-se bem, não estamos a negar a confissão e o seu valor; o que não admitimos, por não ser bíblico, é a confissão a um homem pecador! A Deus sòmente devemos confessar-nos, porque só Êle nos pode perdoar!

Alegam os defensores da confissão que Cristo não precisava ouvir ninguém em confissão, porque, sendo Deus, e, portanto, onisciente, sabia o que estava n'alma de cada um, sem ser preciso ouvi-los.

Pois bem, é precisamente por isso, como já o demonstramos sobejamente, anteriormente, que só Êle (com o dom de ler no íntimo dos corações) tem o poder de perdoar os pecados, porque sabe, verdadeiramente, mesmo

---

[1] Pode apenas declarar qual a vontade de Deus, e os perigos da desobediência. Coagir, jamais!

sem qualquer palavra do penitente, quem está ou não sinceramente arrependido.

E não foi o que se deu, precisamente, naquele quadro da mulher pecadora, que fôra levada à presença do Mestre, pelos fariseus, e a quem êles queriam apedrejar? Jesus, diz-nos o texto sacro, baixando a cabeça, sem ouvir e sem dizer mais palavra, começou a descrever, um por um, os pecados daqueles perversos fariseus, e, a começar pelos mais velhos, um a um foi-se ausentando, porque não resistiram ao depoimento do Divino Senhor, ali no pó da terra; diante da terrível interrogação do Mestre: "Quem, dentre vós, se achar sem pecado, seja o primeiro a atirar-lhe a pedra" — ninguém mais resistiu! Emudeceram, e, cabisbaixos, todos se retiraram. Foi quando, estando só Jesus com a pecadora, perguntou-lhe: "Ninguém te condenou?" — "Ninguém", respondeu ela. — "Pois nem eu tampouco te condeno. Vai e não peques mais".

E ressalta dêsse magnífico episódio bíblico mais uma grande verdade doutrinária, a favor de nossos argumentos: é que homens pecadores (e o somos todos nós) não podem condenar seus semelhantes, nem, por conseqüência, perdoar-lhes, em matéria de pecado, pois que, "todos são pecadores", e estão debaixo da mesma maldição, e para dela nos libertarmos TOTALMENTE, Deus nos deu o Seu Divino Filho, que se fêz maldição por nós, para que, "pelas Suas pisaduras, fôssemos sarados"!

As chagas de noss'alma são curadas pelo sangue do Filho de Deus, que nos "resgatou", para Êle, da escravidão do pecado, e Seu Divino perdão é uma conseqüência lógica e teológica dessa maravilhosa operação da Misericórdia Celestial!

Não nos esqueçamos, outrossim, que no A. Testamento não havia confissão ao sacerdote ou ao Profeta, e, todavia, como já vimos, em outra parte, eram *declarados* perdoados, pelo Profeta ou pelo sacerdote, os que em verdade se arrependiam espontâneamente. Ora, se isto se observava na Dispensação terrível e severíssima da Lei,

a fortiori, não seria justo, e muito misericordioso mesmo, que a mesma doutrina prevalecesse sob o regime da Graça?

Afinal de contas, ainda temos um argumento mais frisante em favor do nosso parecer.

Consideremos o que se passou junto à Cruz (S. Luc. 23:39-43).

Vemos "o mau ladrão" fazendo côro com os judeus, blasfemando de Jesus. Mas, "o bom ladrão" repreende o seu companheiro e, voltando-se para Jesus, humildemente Lhe implora: "Senhor, lembra-te de mim, quando entrares no Teu Reino!" Tanto bastou, para que Jesus lhe prometesse que naquele mesmo dia estaria, com Êle, no Paraíso.

Por aqui se vê, claramente, que "o bom ladrão" não confessou os seus pecados a Cristo; apenas se humilhou diante do Mesmo Jesus, reconhecendo nas palavras que Lhe dirigiu, a Sua Divindade, pedindo-Lhe que se lembrasse dêle, quando entrasse no Seu Reino.

Isto lhe valeu a salvação.

Daqui se concluem duas grandes verdades: Jesus Cristo não obrigou "o mau ladrão" a confessar-Lhe o seu pecado (como também não obrigou "o bom ladrão"); "o bom ladrão" obteve a solene promessa da Vida Eterna, conforme as palavras de Jesus, sem Lhe ter confessado o seu pecado.

Logo, nem de Cristo se deduz *a obrigação* de alguém se confessar. E a razão de tudo é muito simples: não está nas palavras, no exterior, o segrêdo do perdão, mas, sim, no interior, nas consciências.

Finalmente, resume-se tudo em duas palavras: O segrêdo do perdão não está na *confissão,* mas na *contrição.*

O resto são balelas!

A confissão sacerdotal e outras confissões

Escrevendo Eurípides sôbre a necessidade da confissão auricular, começa declarando que "nos confessamos

ao médico, ao advogado, ao guarda-livros", e exclama, então: "*Só ao sacerdote, que tem poderes divinos para nos absolver,* é que não nos confessaremos?" (Ob. cit., pág. 196).

Replicamos-lhe, inicialmente, que êsse argumento pode convencer crianças ou lorpas, mas não a quem tem um pingo de raciocínio, pois há enormíssima diferença entre as confissões "ao médico, ao advogado, ao guarda-livros, etc.", e confissão auricular: aquelas dizem respeito a coisas terrenas e passageiras; esta, às coisas celestiais e eternas.

Ora, não havendo paridade entre tais confissões, não passa o argumento euripidino de mais uma infantilidade de seu pobre espírito!

Mais uma vez o advertimos de que não confunda alhos com bugalhos, coisas terrenas e triviais com as coisas que dizem respeito ao nosso destino eterno!

Quanto à alegação de que "o padre tem poderes divinos para perdoar pecados", deixamos de responder-lhe, aqui, porque já o fizemos anteriormente, quando tratamos do "grande poder outorgado aos homens".

Para êsse capítulo, pois, reportamos os leitores.

* * *

Provamos com argumentos insofismáveis e indestrutíveis que Jesus Cristo jamais outorgou a homens o poder de perdoar pecados, no sentido em que o entendem os romanistas. Demonstrado isto, como ficou, só sofismando (como fazem), os textos bíblicos de S. João 20:23 e São Mat. 18:18 pretendem tirar base para sustentar doutrina indefensável, mormente levando-se em conta que, por outros textos claríssimos das Santas Escrituras, enfim, pelo consenso geral da Santa Palavra, não é possível admitir-se tal poder (no sentido em que o entendem os romanistas), porque cairiam êles em franca contradição e evidente heterodoxia.

Demonstramos, outrossim, a triste e mísera condição de um padre que se expõe à irrisão de um confitente que se confessa arrependido (quando, na realidade, não o está), ao mesmo tempo que expõe à nulidade aquilo a que o Catolicismo Romano considera sacramento.

Destituído o ministro católico do dom de ler nas consciências, profere muitas e muitas vêzes (segundo a doutrina romanista, porque, segundo a nossa, não dizemos "muitas", mas *sempre*) em vão *"eu te absolvo"*.

Fizemos ver os perigos e os perniciosos efeitos resultantes da prática do confessionário, através dos séculos. [1]

Focamos, ainda, a inconsistência da doutrina católica ao impor, aos fiéis de sua crença, a obrigatoriedade da confissão auricular, e demonstramos com provas irretorquíveis, pela Bíblia e pela razão, de que isto importaria na limitação do poder de Deus, ficando subordinada, a Sua ação, ao arbítrio do homem pecador, disparate semelhante à doutrina contida na parlapatice de que basta um padre proferir as palavras da consagração do Cálix, sôbre um pote de vinho, para imediatamente todo aquêle vinho se *transubstanciar* no sangue do Divino Jesus!

Tal é a patranha inadmissível, ôca e audaciosa ensinada pela teologia católica, que, assim, pretende ridicularizar o próprio Deus! Igual tolice ensina a teologia romanista, afirmando que, se um padre proferir as palavras da consagração da hóstia sôbre o pão contido numa padaria, todo aquêle pão se transubstancia no Corpo de Cristo! Querem descôco maior do que êste? Se verdadeira tal sandice, teríamos uma padaria tôda transformada em Cristo! Êstes romanistas são impagáveis!

Vejamos agora como a História, que é "a mestra da vida", nos dá lição preciosa sôbre o assunto que vimos tratando.

---

[1] E quem quiser ficar conhecendo melhor o assunto, queira ler a obra "O Padre, a Mulher e o Confessionário", do ex-padre Charles Chiniquy, que descreve inúmeros casos escabrosos, que fariam corar até criaturas devassas!

Graças à ingenuidade de "mestre" Eurípides, é êle mesmo quem nos oferece, neste assunto, mais de um precioso argumento, em favor de nosso modo de ver. O primeiro argumento colhe-se na leitura das primeiras linhas, à página 151 do seu livro.

Com efeito, "o decreto do 4.º Concílio de Latrão, promulgado em 1215, que *obrigava os fiéis a se confessarem*, ao menos uma vez por ano . . .", introduzia na Religião Cristã gravíssima inovação, atentatória dos direitos de Deus.

Na verdade, *obrigando* o preceito da confissão, sob pena de pecado grave, mesmo pecado mortal (segundo a doutrina na Igreja Católica), criou-se para os pecadores mais uma fonte de condenação, e não de salvação, ao invés do que pretende a mesma Igreja, consoante já demonstramos.

Não é atentar contra a soberania de Deus o pretender tornar tão grave a falta pelo não cumprimento de um preceito humano, como se o mesmo estivesse em pé de igualdade com uma falta cometida contra um preceito divino, como, por exemplo, qualquer dos 10 mandamentos?

É sempre a mesma mania de a Igreja (romana, já se vê) outorgar a si o poder que só Deus tem, inclusive o de decretar preceitos, e atribuir pecado grave para a não observância dos mesmos.

E aquêle "confessar ao menos uma vez por ano", do concílio referido acima, mostra que Roma não cria na sua "confissão" como necessária, pois, confessando alguém, por exemplo, logo no dia 1 de janeiro suas faltas, ficava livre para o resto do ano . . .

Pelo menos, é o que parece! . . .

Não devem ter reparado bem nisto "mestre" Eurípides e a seita à qual êle aderiu. Não nos admiramos disso, tendo em atenção a carência manifesta de visão de que são dotados ou então a cegueira mental e a má fé de que são possuídos!

Do I ao IV Século

O segundo argumento que "mestre" Eurípides nos fornece, encontramo-lo à página 152 do seu livro.

Parecendo jogar com pau de dois bicos, Eurípides, como se tivesse osso atravessado na garganta, pergunta muito sentenciosamente:

"E do 1.º ao 4.º século?"

Com isto, mostra claramente não ter argumentos para demonstrar que, naquele espaço longo de anos, existisse a prática da confissão auricular.

No entanto, usando de capciosidade, que pode ter algum pêso para ignorantes ou néscios, mas a nós só provoca irrisão, pretende insinuar que a tal confissão já deveria existir antes.

Por isso, êle mesmo diz: "Nessa época não haveria fôrça humana capaz de introduzir na Igreja *cousa nenhuma que não fôsse indiscutìvelmente de origem apostólica*" (o grifo é nosso).

Mais uma vez somos forçados a exclamar: "Hoc opus hic labor est"! "Aqui é que está o gato", como diz certo rifão popular.

Pois, "mestre" Eurípides, esta insinuação não encontra base alguma em que se firmar. Assim sendo, seu raciocínio cai por terra, como vamos demonstrar.

Começamos por observar-lhe que estamos de acôrdo em que, *"nessa época, não haveria fôrça humana alguma capaz de introduzir cousa nenhuma que não fôsse indiscutìvelmente de origem apostólica"*. E, tão bem formulada está a premissa, que tiramos já, dela, a conclusão lógica de que nesse longo espaço de tempo (do 1.º ao 4.º século) não houve, de fato, nenhuma inovação, no atinente à confissão auricular.

Esta sua confissão (e não podia ser outra, porque a História não se inventa), vem trazer muita lenha para nossa fogueira, onde, sem dúvida, Você será queimado, juntamente com todos a quem servilmente segue.

Agora, "mestre" Eurípides, repare bem: Para que seu raciocínio fôsse verdadeiro (poderíamos dizer-lhe, em gíria: para que possa "puxar a brasa à sua sardinha"), seria mister que Você tivesse bases para demonstrá-lo, com argumentos de pêso, indestrutíveis, evidentes, porque só êstes é que possuem valor probatório indiscutível (sofismas e subtilezas só conseguem atordoar cérebros menos luminosos); sim, seria mister que Você pudesse demonstrar que nos tempos apostólicos e nos primeiros três séculos que se lhes seguiram, já existia a prática da confissão auricular.

Mas, pobre Eurípides! Pode correr todos os compêndios de História Eclesiástica, desde Eusébio, cardeal Barônio, Rivaux, Brük, etc. até os de história profana, incluindo os católicos César Cantu, Bergier e outros mais; pode correr todos êles, e podemos assegurar-lhe que nenhum lhe fornecerá uma única linha que lhe sirva de argumento para demonstrar que a prática da confissão auricular existia nos tempos apostólicos, ou mesmo nos três primeiros séculos da era cristã!

Agora, argumentamos nós: Se não há testemunho verídico e insofismável de que existisse a prática a que nos vimos referindo, nos tempos apostólicos e nos três primeiros séculos seguintes, deduz-se, forçosamente, que ela só foi introduzida tempos depois.

O nosso raciocínio é, pois, claro como água cristalina. Você mesmo, sem dar por isso, nos fornece valiosa premissa, que nos dá lenha para o abrasarmos mais um tanto.

Na verdade, é de lamentar (para Você e para sua seita) não poder afirmar o mesmo de tôdas as épocas da História da sua Igreja.

É que, real e infelizmente, depois dos séculos a que Você mesmo chama de "idade de ouro" da Igreja, deixou de "haver fôrça humana" para se opor, como seria de tôda a conveniência, à introdução, à inovação de doutrinas e preceitos, entre os quais o da confissão auricular, que, como preceito, só foi mesmo introduzido no século 13

(em 1215), por determinação expressa do 4.º Concílio de Latrão. E isto numa época em que imperava *absoluta e despòticamente* o sistema papal que, pelo terror dos seus métodos de domínio e dada a ignorância dos povos de então, era campeão único, subjugando, sob seu tacão, povos e nações. Nestas circunstâncias, qual seria a fôrça capaz de se opor ao menor capricho do despotismo papalino? Podia, êste, decretar tudo que entendesse. "Roma locuta, causa finita est!"

Em vista de tudo isso que aí fica referido, e de muito mais que fica por referir, será para admirar o número largo de inovações que se introduziram no seio da Igreja?

Pobre Cristianismo, que quase desapareceu, para, em seu lugar ser implantado o Romanismo! Na realidade, entre um e outro cavou-se profundo abismo!

Daí, o haver afirmado o grande Rui, no exame consciencioso dos fatos da História, em sua monumentalíssima obra "O Papa e o Concílio", até hoje sem resposta: "O Cristianismo romanizando-se tornou-se um elemento deletério, cuja fermentação gasta e decompõe a sociedade!" . . .

É caso para exclamarmos como Cícero:

O tempora! O mores!

Aí a realidade, que nem Você, nem a totalidade das inteligências contidas em crânios tonsurados jamais conseguirão destruir!

Veja, Eurípides, qual o resultado das lucubrações do seu fraco cérebro! Em parte nós o justificamos: *sua causa é indefensável.* Por isso mesmo, nem os mais poderosos cérebros jamais conseguiram, nem conseguirão jamais sustentar com bases o que a própria História nega, sem pontas e sem bicos!

Pretendendo Você dar lições àqueles a que chama de "irmãos separados", teve a sorte de quem, segundo o aforismo antigo, julgava que ia buscar lã, e saiu tosquiado!

Um disparate de S. João Crisóstomo

Useiro e vezeiro no emprêgo do chamado "argumento da autoridade", tanto do agrado do Romanismo, *sempre que tal argumento lhe sirva para alicerçar as suas patranhas,* "mestre" Eurípides, impando de basófia, trata de apresentar aos incautos ou menos privilegiados da inteligência, algumas citações de padres da Igreja.

O que já afirmamos em capítulo anterior, em referência à Eucaristia, aplica-se, igualmente, a esta tirada de Eurípides (Ob. cit., pág. 153), em que êle invoca o testemunho de algumas autoridades da Igreja em favor da confissão auricular e de sua conseqüente doutrina — a absolvição auricular.

Neste sentido, Eurípides, bem como em quaisquer outros, pode Você enfileirar um exército de milhões de autoridades humanas, em favor do seu parecer, mas isto não prova senão o modo de ver dessas autoridades humanas. Algo valeria, se elas nos provassem, com indestrutíveis argumentos, que, de fato, o romanismo está certo em seus ensinamentos. Entretanto, êstes são, como vimos, diametralmente opostos às Santas Escrituras, e inteiramente contrários ao próprio bom senso.

Repita-se, aqui, apenas, que simples testemunhos de meras criaturas sem inspiração divina, não se podem equiparar ao que, insofismàvelmente, clarìssimamente negam os sagrados escritos, já reconhecidos como inspirados por Deus. Daí, o que escreveu o grande Profeta Isaías: "Antes *à lei e ao testemunho* é que se deve recorrer; porém, se êles não falarem na conformidade desta palavra, não raiará para êles a luz da manhã" (Is. 8:20). Vejam-se, ainda, outras muitas considerações que, sôbre êsse falho "argumento da autoridade", expusemos em capítulos anteriores.

Todavia, como prova da nossa magnanimidade em lhe concedermos atenção, não queremos passar adiante, sem lhe dizermos mais duas palavras.

Cita Eurípides, em favor de sua opinião, a autoridade de S. João Crisóstomo.

Para melhor esclarecimento dos leitores, transcrevemos, aqui, a citação feita por Eurípides: "Aos sacerdotes é dado um poder que Deus não concederia aos anjos nem aos arcanjos; é tal êsse poder que *o que os sacerdotes fazem na terra, Deus ratifica no céu; e o Senhor confirma a sentença dos seus servos*" (Ob. cit., pág. 156).

Também aqui se conclui (pois o argumento não pode ir mais além), que o grande padre da Igreja estava convencido da mesma pêta de que Eurípides se tornou propagandista.

Vejamos, agora, o grave êrro em que incidiu S. João Crisóstomo.

Não queremos duvidar da inteligência do grande luminar da Igreja Cristã, mas, como ouvimos a um nosso amigo: "os maiores gênios também são capazes das maiores ingenuidades". E, porque assim é, não nos admiramos, embora lamentemos em extremo, ter o mesmo doutor da Igreja afirmado *"que o que os sacerdotes fazem na terra, Deus ratifica no céu"* e até que "o Senhor confirma a sentença dos Seus servos"! . . .

Ora, nisto há um abismo, de cuja profundeza não se apercebeu aquela inteligência. De fato, só um espírito medíocre ou possuído de má fé poderia fazer tal afirmativa, que é absolutamente indefensável, como já provamos em capítulos anteriores, e contra a qual trazemos, agora, mais outro argumento para corroborar o que já afirmamos.

Com efeito (e não se pode fugir à dedução lógica), se Deus ratificasse "o que os sacerdotes fazem na terra", nos respeitante à confissão auricular e à conseqüente doutrina de absolvição dos pecados, fatalmente deveria ser *Servo* (!) dos mesmos sacerdotes, neste particular, pois ficaria *obrigado* a sancionar TUDO o que os sacerdotes sentenciassem no confessionário.

Ora, a realidade é bem outra e já nos referimos ao fato de muitas vêzes Deus não ratificar o que tais sacer-

dotes fazem, quando dão a absolvição a pecadores "sem arrependimento", que se confessam arrependidos (de bôca, é claro!).

Se o mesmo S. João Crisóstomo nos ouvisse, não seria capaz de destruir o nosso argumento.

O fato ainda é mais flagrante, em outra circunstância.

Suponhamos (hipótese nada absurda) que um pecador está de verdade arrependido dos seus pecados, mas a quem o padre não dá absolvição. Ratificará Deus tão estranho e injusto ato do padre?

Pela nossa parte, respondemos: NÃO!

Agora, outra hipótese, e esta sempre fácil de admitir. Suponham que num Confessionário está o penitente contrito dos seus pecados, já confessados. O confessor (o padre) dispunha-se a dar-lhe a absolvição, mas foi vítima de uma síncope, e *não absolveu* o penitente. Será que êste não ficou mesmo absolvido dos seus pecados?

Sem a menor hesitação, respondemos: FICOU!

Nem se venha com a subtileza de que valia a *intenção* do padre em absolver. Se assim é, se um padre estiver celebrando missa, com *intenção* de consagrar as espécies sacramentais, mas, por idênticas circunstâncias, não chegar a pronunciar as palavras da consagração, valerá isto alguma coisa? Pelo fato de o padre ter tido a *intenção* de consagrar os elementos, segue-se que os mesmos ficaram consagrados?

Não, mil vêzes não! É isto mesmo que nos diz a Igreja Católica!

E, se não é assim, conteste-nos, Eurípides, se é capaz!

Logo, só a *intenção* não chega.

Jamais a *intenção*, segundo ensina a própria Igreja Católica, realiza, *per se*, o sacramento.

Assim, é claro como água cristalina, por exemplo, que, se uma pessoa tiver a *intenção* de batizar, mas não realizar o ato do batismo, não batiza mesmo.

Caso idêntico se pode dar com um bispo, já na Igreja, que tenha a *intenção* de ordenar um sacerdote. Chega-

da a hora da ordenação, o ordenando adoeceu sùbitamente, e não pôde comparecer. Ousará alguém afirmar que a simples *intenção* do bispo conferiu a ordenação?

Claro que não!

Mais outra suposição: O padre confessor faz a uma penitente determinada exigência, a que ela não se submete; então, o padre recusa-lhe a absolvição. Supondo que tal confitente está deveras contrita, poderá meter-se na cabeça de alguém que Deus *ratificará* o ato dêsse indigno sacerdote?

Julgarão os romanistas que todos no mundo estão cegos ou embrutecidos, a ponto de engulirem, sem mais nem menos, tôdas as "pílulas" de patranhas doutrinárias que pretendam impingir-lhes?!

Qual a cabeça equilibrada onde possa aninhar-se o pensamento de que Deus tenha *ratificado* tantos e tantos abusos cometidos por padres salafrários, perversos e indignos, no confessionário?

Não sejam tolos, nem queiram fazer tolos aos outros, senhores romanistas!

Os homens do século XX já não são aquêles ignorantes e atrasados dos ominosos tempos do obscurantismo da Idade Média. Nesses horríveis tempos era possível ao Romanismo ensinar e até impor as patranhas doutrinárias que muito bem (ou muito mal) quisesse. Era o tempo horrível do mais despótico domínio do sistema papal, diante do qual eram obrigados a curvar-se, miseràvelmente, reis e príncipes da terra. O dilema satânico e cruel impôsto às consciências era o celebrizado "crê ou morres", de nefanda memória! Mas, para bem da humanidade, a consciência universal emancipou-se, quebrando os grilhões a que a tinha escravizado o papismo, e hoje é mais difícil impor-em-se tais mentiras. A Humanidade está saturada de narcóticos e mistificações e, mais do que nunca, carece de que se lhe ensine a verdade pura contida nos preciosos ensinamentos de Jesus Cristo e do Seu Evangelho, sem mistura de lendas ou mitos forjados pela arteirice clericalista.

Mais uma de S. João Crisóstomo

Para completarmos a refutação a S. João Crisóstomo, na parte do testemunho invocado por Eurípides, restam-nos mais duas palavras.

Se é êrro, e bem grave, como demonstramos no capítulo anterior, admitir-se "que o que os sacerdotes fazem na terra, Deus ratifica no céu", mais grave ainda é pretender inculcar aos incautos, como doutrina verídica, que tresanda ainda mais a heresia, aquilo que se contém no final da citação de S. João Crisóstomo (página 156-fim), quando tem êste a ousadia de afirmar que os sacerdotes têm o poder "*de purificar totalmente* as manchas e impurezas das almas"!

Realmente, parece impossível, e chega a ser incrível que se tenha feito afirmação tão grave, que encerra tremenda heresia, e tudo tenha passado despercebido aos que se dizem responsáveis pela defesa dos puros ensinamentos da doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo e se julgam possuidores da "Revelação Cristã e da Verdade"! E mais: cobrirem seu autor e o livro com uma chuva de bênçãos!...

Constitui isto pura e simplesmente a apologia da mais estulta e repelente doutrina, qual seja a da pretendida deificação de sêres mortais e míseros pecadores!

Se fôsse verdadeiro tão disparatado assêrto de São João Crisóstomo, assêrto perfilhado por Eurípides e tôda a caterva papalina, tornar-se-ia o padre um salvador do gênero humano, visto que "tem o poder de purificar TOTALMENTE as manchas e impurezas da alma"!

Quem poderá livrar tal doutrina do apodo de herética, se a mesma está em flagrante contradição com a Sagrada Escritura, quando afirma: "O sangue de Jesus Cristo nos purifica de todo o pecado"?! Demais, se tal doutrina é verdadeira, como se lembraram os romanistas de inventar o Purgatório? Na verdade, se o padre "tem

o poder de purificar TOTALMENTE, não fica *nadinha* para ser purificado no tal Purgatório!

Ah! Eurípides, Você e os seus confrades romanistas sempre caem em cada uma, de se lhes tirar o chapéu!

É o que faz a mania de criarem doutrinas contrárias às Sagradas Escrituras!

É que, além de Cristo, não há padres, nem santos, capazes de purificar as almas totalmente do pecado! "Há só um legislador e um juiz que pode *salvar e destruir*. Tu, porém, quem és, que julgas a outrem?" (Tiago 4:12).

Ora, é precisamente esta miserável idéia que tem provocado as maiores censuras e reprovações de espíritos lucidíssimos, através dos séculos, contra tal maquinação do famigerado clericalismo.

Entre nós, brasileiros, vimos bem quanto tal maquiavelismo provocou as iras da maior celebridade latino-americana: Rui Barbosa!

Na verdade, ficamos pasmados ao extremo, diante de sandice doutrinária dêsse singular jaez!

É espantoso! É horripilante!

Padres a purificarem TOTALMENTE (o versalete é nosso) "as manchas e as impurezas das almas"!

Desgraçadas das pobres almas, se a sua purificação TOTAL estivesse nas mãos mais que impuras dos padres!...

Mas, para *consôlo* (!) do "mestre" Eurípides, podemos assegurar-lhe que a maioria dos católicos (homens) está bem longe de acreditar em semelhante patranha; e tanto é assim que, muito poucos são aquêles que se confessam aos pés do padre, e, assim mesmo, são os próprios padres a atestarem, não o fazem bem feito!

É que, por mais voltas que lhe demos, chegamos sempre ao mesmo ponto de partida. E, graças ao Altíssimo Deus por tudo! Ao contrário de patranha tão audaciosa e até herética como essa que aí fica, nós temos a maior satisfação e santo júbilo em proclamar, sem o menor receio de sermos apodados de hereges, que *só* (e damos, aqui, ao têrmo o significado real que êle tem, ou seja, o de exclusividade), graças a Deus que *só "o sangue de Jesus*

Cristo nos purifica de todo o pecado" (1.ª Ep. S. João 1:7).

Esta é que é a doutrina da Vida Eterna — a única que pode realmente fazer a purificação TOTAL de tôdas as impurezas das almas!

O mais é balela, é conversa fiada!

Deixar a Fonte da Vida Eterna, da Graça que está no Senhor Jesus, para nos entregarmos, servilmente, nas mãos de homens que se arrogam, escandalosamente, um poder que os faria iguais a Deus, seria a maior injustiça e ingratidão contra o Nosso Bondoso e Dileto Salvador, o ÚNICO que sofreu o martírio inaudito e vicário, para nos salvar!

E agora: que sofreram os padres, os bispos, os papas, para salvarem as nossas almas?

Que sacrifícios tem feito o Catolicismo Romano, nas pessoas de seus bispos e papas, de há uns séculos para cá, a favor dos infelizes pecadores? Será que algum dêles verteu sangue pelos pecados dos homens, como Cristo verteu o Seu, até à última gôta?

Em contrapartida, quantos infelizes, vítimas indefesas da sanha feroz do papismo, que condenava irremissìvelmente, aos tormentos mais ignominiosos, desde a fogueira, até às torturas mais bárbaras, todos aquêles que se não queriam curvar diante do ídolo do Vaticano, nem se mostravam dispostos a rezar pela sua cartilha?

Que estranha história é essa, por exemplo, de "cristãos novos", senão a mais tôrpe e ignóbil invenção do sistema jesuítico-papista contra criaturas indefesas, cujos corpos acabavam, miseràvelmente, nas torturas da *Santa Inquisição,* pelo único *crime* de se revoltarem contra as prevaricações da Palavra de Deus?!

Deixemo-nos de sandices!

Se o mundo está mal, e não há que negar, deve-se, em grande parte, à ineficácia da ação providencial e salvadora que deveria ser a missão da Igreja que se arroga ser "detentora da Revelação Cristã e da Verdade", atrevendo-se a ensinar como doutrina que os seus ministros têm

poder de perdoar pecados e *"incredibili dictu!"* — que são outros Cristos! . . .

Com tal precedente doutrinário, ou seja, com *tais ministros,* será para admirar a obra espantosa (!!) no mundo, nomeadamente no Brasil, onde o clericalismo ainda não deixou de imperar, mais ou menos sub-reptìciamente?!

Não será caso de lembrarmos, aqui, as palavras do Divino Mestre "pelos frutos se conhece a árvore"?

É o que somos forçados a dizer-lhe, Eurípides, em face das pêtas que V. pretende impingir, indistintamente, àqueles a quem designa pelo nome de "irmãos separados"!

Infantilidades do Eurípides

Ainda acêrca da *confissão,* entendemos não deixar sem reparo uma afirmação de "mestre" Eurípides, à página 161 do seu livro, último período, em que se diz: "Não teriam sido êles (os padres), é evidente, os inventores de tal tortura" (a confissão).

Mas, quem lhe disse o contrário?

Parece (e já lhe fizemos notar) que Você está escrevendo só para gente ignorante. Não somos nós quem lhe contesta tal afirmação. A êste respeito, poderíamos mesmo acrescentar que, desta como de outras invencionices de sua Igreja (v.g. a escandalosa lei do celibato clerical), são os pobres padres as primeiras vítimas a sofrer as conseqüências funestas de tão inconvenientes inovações.

Por isso, sua observação é *inútil* para nós.

Não, Eurípides, não foram os pobres padres, realmente, que inventaram a confissão, que tem sido e continuará a ser a ruína de muitos! Foi o papismo; foi o Romanismo (o que é bem diferente), êsse belo (!) sistema vampirista, que, para se alimentar capazmente, tem feito e continuará a fazer muitas e muitas vítimas, co-

meçando pelos seus padres que, no meio do mundo, abandonados à sua sorte, vêzes sem conta, se arrependem de ter vergado a cabeça ao jugo de Roma! Desafiamos sua Igreja a conceder a liberdade de abandonarem a vida clerical aos que dela não gostam ou simplesmente, a que se conceda aos padres direito de se casarem, e verá o que lhe acontece! Ou julga você e seus abatinados tutôres que nós e todo o mundo do século XX estamos de olhos vendados?

Continuando na nossa tarefa de aplicar palmatoadas no "menino" Eurípides, somos ainda forçados a aplicar-lhe mais uma, e desta vez bem rija.

Se já não tivéssemos verificado a infantilidade e a ingenuidade do "menino" Eurípides, dificilmente acreditaríamos que tivesse feito uma afirmação como esta, procurando sustentar que o sigilo da confissão é respeitado pelos confessores. "Podemos ficar absolutamente tranqüilos, que o que ali (no Confessionário) se diz, *jamais transpirará*, mesmo que se veja o sacerdote sob ameaça de torturas ou de morte . . ."

Santa ingenuidade a sua, Eurípides!

Quem ler estas suas balelas, pode ficar a supor que *nunca* houve revelação do sigilo da confissão!

Como Você está profundamente iludido, se convencido da verdade daquilo que afirmou!

De fato, Eurípides, bem sabemos que Você não tem obrigação de ler e saber tudo. Porque, do contrário, poderia ter conhecimento de mais de um fato da revelação do sigilo da confissão. (Se não leu você o livro a que vamos fazer referência, está desculpado; mas, não pode ser desculpado por fazer afirmações tôlas).

Pelo que afirma, é fácil deduzir que desconhece a existência de um livro escrito por um môço que deixou nome em Coimbra, e enlutou as letras da Nação irmã, pela sua morte prematura. Referimo-nos a Silva Gaio, autor de um único livro intitulado MÁRIO.

Nesse livro se fala, claramente, da revelação de um segrêdo de confissão, fato observado por pessoas ainda

vivas, cujos pais foram contemporâneos dos protagonistas do fato, ocorrido, aliás, nas imediações da "Serra da Estrêla", em Portugal. (1)

Além dêste caso de funestas conseqüências, o jornal português "Diário de Notícias', de Lisboa, de cuja data certa não nos recordamos, (entre 1944 e 1945 mais ou menos), dá-nos conta de caso semelhante, ocorrido com o confessor Padre Morgado, da Companhia de Jesus, em Portugal. Revelou êle, do púlpito, que um assassino se confessara, declarando que há 11 anos matara um homem, mas ainda estava impune.

Era, então, em Portugal, Ministro da Justiça, o Prof. Cavaleiro de Ferreira, catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.

Pelo fato da revelação dêsse sigilo, o criminoso, vendo-se perdido, parece que teve de fugir para a Espanha. Não conseguimos saber o resultado final do caso.

Como o fato se passou numa pequena povoação do Norte de Portugal, na Província de Trás-os-Montes, (salvo êrro) começaram a indagar quem foi ou quem não foi e acabaram por descobrir o criminoso, conquanto o padre não tivesse revelado o nome.

Com a revelação, pelo menos indireta, do sigilo da confissão, o criminoso veio a sofrer as duras conseqüências de se ter confessado!

Não tivera êle confessado o crime, continuaria a ser pessoa de bem entre seus concidadãos; após a confissão, porém, passou para o rol dos assassinos!

Além dêsses casos, que tiveram pública notoriedade, outros há que têm ficado no conhecimento de poucos, visto o empenho, por parte do clero e de católicos, de se abafarem casos desta natureza!

Contou-nos um intelectual europeu e ex-padre que um vigário de certa freguesia, em Portugal, costumava fre-

---

[1] Quem quiser conhecer melhor o episódio, queira ler o livro citado — "Mário" de Silva Gaio, escritor português, livro que existe no Gabinete Português de Leitura, no Rio.

qüentar um bar da cidade, onde comumente tomava parte nas conversas e pândegas, em promiscuidade com seculares. Determinado domingo, chegou êle para as costumeiras palestras e, ao defrontar-se com vários companheiros de prosa, foi-lhes dizendo: "Tive hoje manhã muito afanosa. Imaginem que a primeira confitente que ouvi é uma . . . (solta um palavrão, coisa imprópria para religioso que zela pela dignidade do seu ofício dito sagrado) . . . mulher que pusera "chifre" no marido. [1] Todos riram, com exceção de um, que, ao contrário dos demais, franziu o rosto e ficou pálido: era o marido da dita mulher. E tal coisa soube êle, não porque tivesse o sacerdote revelado o nome da confitente, mas por ter mencionado ter sido ela a primeira a confessar-se naquela manhã. De fato, sua própria espôsa já antes lhe houvera dito que fôra a primeira confitente daquele dia e que, tão feliz se sentia, que comprara um bôlo para oferecer-lhe.

Aquêle marido, assim atraiçoado, retira-se do grupo e, dirigindo-se ao lar, furioso, chicote em punho, investe contra a espôsa, insultando-a e maltratando-a com violência incrível. Estava possesso.

Teria matado aquêle mísero padre, se o fato se tornasse notório. Felizmente, por compreensão dos seculares, a conversa não transpareceu daquele grupo e o "caso" ficou sepultado.

Eis aí, pois, mais uma revelação dos segredos da confissão, que quase se transformou em tragédia. Sabemos, outrossim, que aquela confitente nunca mais pisou na Igreja.

E "mestre" Eurípides afirma que o segredo da confissão jamais será revelado, que podem os confitentes ter certeza de que todo sigilo será guardado!

Então, Eurípides, "podem", os que se confessam, "ficar absolutamente tranqüilos, que *jamais transpirará*" o sigilo da confissão? !

Jamais, é?!!! . . .

---

[1] Isto é, infidelidade conjugal.

Seria interessante, que "mestre" Eurípides, por si, ou por intermédio dos seus mestres abatinados, ou por qualquer outro meio ao seu alcance, se pusesse em contato com a Côrte Celestial (!) e nos informasse, depois, se Deus tinha *ratificado* ou não os atos dêsse e de outros sacerdotes levianos, que têm revelado o sigilo da confissão!

Não será isto mais um argumento em favor da assertiva de que Deus, de modo algum, poderia deixar a perfeição da Sua Obra do perdão dos pecados à mercê de homens sempre imperfeitos e levianos?

Logo, uma instituição desta natureza — o Confessionário Romanista — não poderia ter sido de origem divina. Mas, sim, humana, e de homens frágeis, pecadores, muito própria mesmo do celebérrimo Catolicismo Romano — "velha e fatal ilusão da Sociedade" como bem o cognominou um ex-padre [1] (a que acrescentaríamos *desgraçada* e repetindo mais uma vez Rui Barbosa, em "o Papa e o Concílio" — "o Cristianismo romanizando-se tornou-se um elemento deletério, cuja fermentação gasta e decompõe a Sociedade"!

Confessionário. Inconvenientes psicológicos e morais

De quantos inconvenientes e de quantas desgraças tem sido origem a confissão auricular, poderá qualquer fazer uma idéia, lendo o livro "O Padre, a Mulher e o Confessionário", de Charles Chiniquy. Nas páginas candentes dêsse livro, escrito por uma autoridade no assunto, porquanto foi padre católico cêrca de 30 anos, poderá qualquer curioso verificar os males imensos, muitos dêles de conseqüências péssimas e irremediáveis, que foram tramados nos bastidores do confessionário! [2]

---

[1] Rev. Hipólito de Oliveira Campos, autor do livro, "Catolicismo Romano — Velha e Fatal Ilusão da Sociedade!"

[2] Convém frisar, aqui, que o ex-padre Chiniquy, muito longe de ser um sacerdote pervertido, foi, ao contrário, o homem mais distinto do seu tempo, entre a falange clerical que pisou as terras do Canadá e

São inúmeros os casos da corrução de almas cândidas e inocentes, algumas delas ainda nos albores da puberdade, que se têm escandalizado, até ao ponto de perderem a fé por completo, conseqüência das perguntas in-

---

depois dos Estados Unidos. Foi conhecido pelo epíteto de "Apóstolo da Temperança", merecendo a maior amizade e distinção do Presidente Lincoln, que tinha por êle a máxima estima e consideração. Mais ainda: era venerado como raro exemplar de virtudes, até pelos seus pares, tendo recebido de alguns bispos provas de alta deferência; tudo isso o fêz o mais lídimo representante do Catolicismo no Norte do Continente Americano. Até possuia fama de santo, e não era em vão que, como tal, o considerassem. Tão grande era a sua ânsia, o seu desejo de perfeição e virtudes, que, vivendo no meio de um clero dominado pela corrupção, deliberou ingressar num convento, julgando com isso ficar livre do convívio contaminador do vício reinante na classe clerical.

Mas..., no convento esperava-o a mais amarga e tremenda desilusão, por que seu espírito passou... Também ali não encontrou o ambiente de virtude que êle tanto almejava!

Convencido, com estas e outras provas terríveis, para a sua consciência, de que sua Igreja não podia ser a de Cristo, tendo em mente aquelas palavras de Jesus, sôbre as quais tantas vêzes meditara — "pelos frutos se conhece a árvore" — e isto depois de ter conseguido uma vitória que rarìssimamente um padre pode alcançar, qual seja a de conseguir do Vaticano a destituição de um bispo, no caso, o Monsenhor Oregan, que era um bispo indigno. Acabou, finalmente, por abandonar essa Igreja, cuja doutrina a sua consciência e inteligência lhe diziam estar muito afastada da puríssima doutrina do Cristo.

Fato único, até então, na História do evangelismo universal, tôda a paróquia, antes católica, se pôs ao lado do seu pastor, apesar de êste os ter exortado a que fizessem o que as suas consciências ditassem. E, foi assim que, guiado sòmente pelo Espírito Santo, o padre Chiniquy que se converteu no Pastor Evangélico que operou maravilhas de conversões, começando pela sua antiga paróquia católica, no Norte da América, que se converteu inteiramente ao Evangelho, declarando seus fiéis que não queriam outro pastor, além de Jesus Cristo no céu e o ex-padre Chiniquy, na terra.

E dissemos *até então*, porque antes não se tinha verificado ainda fato semelhante a êsse. Entretanto, há poucos anos, numa pequena paróquia do norte da França, aconteceu coisa absolutamente idêntica, com um padre católico que se converteu ao Evangelho de Cristo com tôda a sua paróquia. Êste fato se deu mais ou menos entre 1950 e 1951.

Entendemos ser nosso dever frisar aqui essas notas sôbre êsse grande gigante e apóstolo do Evangelho de Cristo, que foi o ex-padre Chiniquy, para que se não pretenda conspurcar-lhe a memória perante espíritos ignorantes ou atrasados, pelo simples fato de êle ter abandonado o Catolicismo Romano.

Pode a Igreja Católica, que vota ódio de morte (tão contràriamente ao espírito de Cristo, que foi sempre misericordioso e benigno) a todos aquêles que têm a dignidade e a coragem de se libertarem dos grilhões que lhes oprimiam a consciência; pode essa Igreja Católica menosprezar ou caluniar (como é seu costume) tão elevada figura do espírito cristão. Mas, o que essa Igreja nunca poderá dizer é que êsse "herói da fé",

discretas, inconvenientes e repulsivas mesmo, feitas no exame inquisitorial do famigerado "Tribunal da Penitência". Para ilustrar, um caso da obra "O Padre, a Mulher e o Confessionário".

Conta-nos, o citado volume, que um padre pervertido, verdadeiro monstro de imoralidade, escandalizou ao máximo uma inocente mocinha que se fôra confessar. Tal foi a tortura moral a que êsse indigno sacerdote submeteu aquela alma inocente, com perguntas repugnantes de malícia e sabor sensual, que a jovenzinha, ao chegar a casa, saltou ao pescoço de sua mãe, derramando lágrimas de sangue, e, no meio de soluços intermitentes, rogou à mãe que nunca mais a mandasse a confissão: Mas . . . pior que isso: a mãe dessa mocinha era uma das vítimas dêsse monstro padre, era sua amante, a despeito de ser casada! Indignada, foi ter com êle e exprobou-lhe, com palavras as mais terríveis, o infame procedimento: além de a ter feito sua vítima, pretendia fazer o mesmo com sua filhinha inocente ! . . .

Isto porque, no Confessionário, mesmo entre os sacerdotes não pervertidos (que são raros), a própria doutrina da moral católica, contida nos seus compêndios de Teologia Moral, exige que a confissão deve ser feita rigorosamente com todos os pormenores, fustigando os pobres pecadores e pecadoras com perguntas as mais escabrosas, especialmente para a mulher ! . . .

Daí, o sacerdote católico, por mais virtuoso que seja, e destituído de qualquer malícia, ver-se-á na iminência de escandalizar (mesmo que não seja esta a sua intenção), as almas inocentes, que ali vão na sua boa fé, julgando encontrar nas palavras do *ministro de Deus* (!)

---

que se chamou Charles Chiniquy, teve qualquer mancha em seu caráter ou na sua dignidade de homem.

Muito diferente seria essa mesma Igreja, se os seus ministros fôssem todos da craveira moral e intelectual do autor do livro "O Padre, a Mulher e o Confessionário"!

Quem quiser melhores esclarecimentos sôbre a conversão e a vida dêsse paladino do Evangelho de Cristo, deve ler a sua obra intitulada "Cinqüenta Anos na Igreja Católica Romana".

um bálsamo para as feridas de sua alma, e, afinal, tais feridas ficam a sangrar mais ainda ! . . .

Esta é uma das razões por que muitas senhoras e môças católicas têm um horror instintivo à prática nefasta da confissão auricular, e, por isso mesmo, ainda, muitos maridos, pais e irmãos (no que têm mil carradas de razão) não admitem que suas espôsas, filhas e irmãs se confessem, pois que já têm verificado que, pelo confessionário, elas ficam sabendo muitas misérias que dantes ignoravam. E bastava isto, que se patenteia a cada passo, para que tal instituição devesse desaparecer da face da terra, até mesmo como profilaxia moral.

Tomem bem nota os leitores de que nos estamos referindo, agora, à confissão perante sacerdotes virtuosos. As exigências doutrinárias da Igreja, que dêles exige descer a pormenores, na argüição dos pecados, muito naturalmente ocasionam reação e mal-estar à alma penitente, nomeadamente a mulher, sobretudo tratando-se de môça.

Por isso mesmo, como já vimos, as mais sensatas e decorosas esquivam-se, muito naturalmente, de relatar ao confessor certos pecados referentes ao 6.º preceito (aliás é o 7.º Mandamento, mas até no número do mandamento claudica o Romanismo, face à Palavra Revelada).

E já pensaram os leitores no perigo que tais perguntas escabrosas, mesmo dirigidas na melhor das intenções, no confessionário, representam para as almas sensíveis, ou de temperamento libidinoso?

Pensem!

E já que assim é o confessionário, êle tem deixado de ser o que devia ser, pois que inúmeros são os casos de católicos e católicas que se confessam, periòdicamente, e, no entanto, continuam a cometer os mesmos pecados, por culpa da própria doutrina errada do Catolicismo que, pràticamente, *dá tanta importância* ao pecado, que ensina, como já vimos, que o padre tem poder de perdoá-lo, e leva o pecador incauto e ingênuo, crente dessa patranha, a não dar tanta importância ao mesmo; são até inúme-

ros os casos de católicos, e dos beatos, que pecam constantemente, e constantemente se confessam, na doce ilusão de que seus pecados ficam mesmo perdoados. E, daí, o grande significado daquela quadrinha popular, a que nos referimos anteriormente:

"Peca, menina, peca,
Não tenhas nenhum temor;
Pois, para tirar pecados,
Se criou o confessor !"

E é isto mesmo: a facilidade que encontram certos penitentes ignorantes (e são a maioria; se não o fôssem, certo não se iam confessar ao padre), sim, a facilidade que encontram certos ignorantes penitentes *em obterem o perdão dos seus pecados* (segundo o ensino romanista), leva-os a não sentir a gravidade da prática dos mesmos, e, portanto, a reincidirem, periòdicamente, nos mesmos delitos e, às vêzes, em outros mais! . . .

E, tratando-se da ignorância absoluta da maioria de tais penitentes da consciência de pecado (julgam muitos, até, que não são pecadores, porque não roubam, não matam, etc.), e, sendo a quase totalidade composta de penitentes da chamada "religião da maioria", é evidente que os seus ministros, em vez de ensinarem aos fiéis, conforme se exorta na Palavra de Deus, que todos somos miseráveis pecadores, e que pecado é, realmente, "tôda e qualquer falta de conformidade com a lei de Deus ou qualquer transgressão dessa lei", segundo o que ensina a Santa Escritura, em vez disso, dizemos, fazem convergir a alma e o coração do pecador para as palavras, tão fáceis de serem proferidas: "Eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". E pronto!

Quando, se o pecador fôsse real e verdadeiramente instruído sôbre a tremendíssima gravidade dos seus pecados, e induzido a tomar a resolução inabalável do seu abandono e usar a terapêutica divina, a única que, de

fato, tem o poder de sará-lo de suas chagas espirituais, outra, possìvelmente, seria a sorte de milhões de almas que inadvertidamente, ou por ignorância, recorrem à confissão ao homem, que nenhum poder tem de libertá-los da mais tenebrosa escravidão, que é a do pecado, da qual só Jesus, pelo Seu sangue expiatório, nos pode verdadeiramente libertar. Daí por que Êle mesmo disse: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" (S. João 8:32). E a Verdade é Cristo mesmo, como Êle próprio confessou: "Eu sou o caminho, *a verdade* e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim" (S. João 14:6). Veja-se ainda S. João 17:17.

Mas . . ., os trapaceiros doutrinários do Romanismo exortam os fiéis a ir ao Padre! Se o padre ainda os levasse a Cristo . . . Mas . . . . . .que decepção! Como temos visto (e a História, que "é a mestra da vida", não nos deixa mentir), quantas e quantas vêzes, o desgraçado pecador é conduzido, cegamente, para longe das verdades evangélicas, pois, diante dos padres, ficam ignorando, na sua maioria absoluta, o que é realmente o pecado e o que significa na sua vida espiritual!

Entço, em matéria do pecado contra a castidade, dentre os católicos se tiram poucos que reconhecem ser pecado a satisfação dos seus instintos sexuais com uma rameira, só atribuindo pecado quando isto afeta a honra de um lar!

Pobres pecadores!

* * *

Eis aí, à luz da psicologia humana e da moral cristã, as inconveniências resultantes de um sistema antibíblico, da inversão do que Deus ensina e ordena em Sua Divina Palavra, pelos ensinos e preceitos puramente humanos!

Por isso, a mesma censura que N. Senhor Jesus Cristo fêz aos fariseus do seu tempo se aplica, *mutatis mutandis*, aos fariseus hodiernos, de que está cheio o Catolicismo Romano:

"Hipócritas, bem profetizou Isaías a vosso respeito, dizendo: E êste povo honra-me com os lábios, mas o seu

coração está longe de mim. Mas, em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos dos homens". (S. Mat. 15:7-10).

Continuando a missão, a que nos propusemos, de abrirmos os olhos e darmos umas boas lições ao "menino" Eurípides, vemo-nos forçados a dar-lhe mais uma lição, além das que já lhe demos.

Faz êle uma afirmação, em nota ao fundo da página 165, que encerra, além de uma injustiça, uma deslavada má fé.

Vejamos.

"A maioria das senhoras católicas que não comungam, se mantêm em tal estado exatamente por se negar o Confessor a absolver quem não manifestar firme propósito de emenda. Pertencessem a uma igreja 'reformada", e provàvelmente não estariam afastadas dos sacramentos, suspensas da Comunhão . . ."

Temos aqui, nesses dois pequenos períodos, mais dois disparates euripidinos, que representam duas outras tantas inexatidões.

Assim, começamos por contestar-lhe a patranha por êle engendrada no primeiro período, quando se refere às "senhoras católicas que não comungam . . ." Se fôssemos dar importância ao que êle afirma, teríamos de concluir que os confessores (os padres) negam a absolvição *à tort et à travers* às "senhoras católicas". Ora, isto é pura fantasia do Autor, que se manifesta, aqui, como em outras passagens do seu livro, de uma infantilidade inacreditável, por se tratar de um homem de maior idade e apavonado com vários títulos, entre os quais o de lider católico!

Pois saiba, Eurípides, que, se Você pensa ser verdade o que escreveu, então temos de confessar que é mais ingênuo do que uma criança! Ou julgará que estamos de olhos fechados, e não sabemos o que se passa nos bastidores de suas igrejas e igrejinhas e nos respectivos confissionários?!

Não, Eurípides! Sabemos mais do que Você pode julgar!

E assim é que, desde já lhe afirmamos que, tratando-se de "senhoras católicas" de alta estirpe, e, sobretudo, de alta finança, dificilmente terão uma recusa de absolvição.

Nem isto é para admirar, sabendo todo o mundo que não é cego, como os padres *se derretem* por exercer influência na mente dessas tais damas, que lhes vão *untando* bem as mãos e enchendo as algibeiras.

Acaso, passar-lhe-á pela cabeça que os padres (com raras exceções) terão a coragem de concitar as iras ou malquerenças de tais eminentes damas? Que seria dêles e da sua Igreja sem elas?

Acaso, ignora Você que a fonte inesgotável de *benesses*, de que a Igreja se alimenta, tem o seu principal caudal nas bôlsas recheadas de tão ilustres damas, que, além de darem de si, ainda saem a pedir *gordas* contribuições para a *Santa Madre Igreja?*

E, se elas são tão generosas como as suas bôlsas, seriam os padres tão indelicados e ingratos, a ponto de as contrariarem?

Acreditamos tanto na patranha por Você aqui engendrada, como no fato semelhante de confessores de reis e rainhas, de príncipes e princesas, duques e duquesas lhes negarem a absolvição!

Só a evocação do estendal de miséria moral e da triste condição dos padres confessores, sem independência econômica e moral, que exerciam o seu ministério como assalariados dos reis e grandes da terra, é suficiente para a demonstração cabal da comédia que o confessionário tem representado através dos tempos!

Admitimos, por um princípio de retidão, que haja um ou outro padre, que recuse a absolvição a senhoras católicas . . ., na circunstância por Você aludida, mas, êsses casos são raríssimos.

E já que falamos de reis e grandes da terra, queremos perguntar-lhe, Eurípides, aqui muito à puridade, se

Você acredita na sinceridade das absolvições dadas por padres confessores a libertinos da estôfa de um Luís XIV, na França, de um Felipe II, da Espanha, de um D. João V, em Portugal!

E quantos dêste jaez podíamos aqui citar!

Não tinham, igualmente, confessores, certos monstros de iniqüidade, como um papa Sérgio, escandaloso amante de sedutoras matronas que se chamaram Teodora e Marózia; um Alexandre Sexto, bem como seu filho César Bórgia, feito cardeal ainda imberbe!?

Se os confessores lhes negassem a absolvição, o que lhes aconteceria? Acredita Você que algum dos confessores lhes tivesse negado a absolvição? Ai dêles ! . . .

Como Você é lamentàvelmente ingênuo, Eurípides!

E, agora, falando de damas católicas, teria sido, acaso, recusada absolvição à devassa Lucrécia Bórgia, filha do Papa Alexandre VI ?

Ignora, acaso, Você, que esta *distinta* dama, da mais alta hierarquia social e religiosa, visto ser filha muito *amada* de seu *digno* pai, é considerada o tipo mais completo de devassidão e degradação moral? Onde estavam os confessores da dinastia de Bórgias & Cia? ! . . .

Teriam, acaso, os confessores dêsses monstros de imoralidade, que campeavam em Roma, a ousadia de negar-lhes a absolvição?

Poderá algum supor, mesmo de longe, os sacrifícios em tais confissões?

Pobres das almas, se a sua "purificação" estivesse dependente de criaturas dessa estirpe miserável!

Fiquemos em divagações, por aqui; se não, iríamos parar muito longe ! . . .

Lassidão de consciência.
Libelo de Rui

Prepare-se agora, Eurípides, para agüentar outra palmatoada.

Você teve a audácia de insinuar que, entre os protestantes a lassidão de consciência é superior à lassidão entre

os católicos . . . É isto que se infere da sua afirmação seguinte: "Pertencessem (refere-se às senhoras católicas a que os confessores negam a absolvição) "a uma igreja reformada, e provàvelmente não estariam afastadas dos sacramentos, suspensas da Santa Comunhão . . ."

A aleivosia por Você expressa, em tais palavras, é bem a manifestação da sua perfídia e de quanto o seu espírito está afastado da justiça.

Será Você, porventura, tão destituído de bom senso e de tão pequena visão da realidade, palpável e evidente para todos os que não padecem de estrabismo incurável, a ponto de estabelecer paralelo entre a mentalidade, a consciência e o conceito de moral cristã que têm, por um lado, os católicos, e os protestantes, por outro?

Você, Eurípides, devia saber muito bem, que não há, entre os protestantes, essa lassidão de consciência diante da Santa Comunhão, pois, embora não tenhamos a confissão auricular (graças a Deus!), todavia, os crentes não precisam valer-se dela para saberem se estão ou não em condições de participar dos elementos sagrados; mesmo porque, Você deve saber muito bem que, antes da celebração da Santa Ceia, entre os evangélicos, o pastor adverte, citando as palavras admoestativas de S. Paulo: "examine-se, pois, o homem a si mesmo . . ." E, assim, quem não estiver em condições, por si mesmo se exclui da Comunhão, sem ser preciso valer-se da confissão auricular. Você sabe disso, Eurípides; no entanto, por que escreveu aquela frase maliciosa, em que transpira tão clamorosa inverdade e injustiça contra os protestantes, como se êstes, pelo fato de não se confessarem a homens (porque êles se confessam é a Deus), podem comungar, mesmo em pecado? [1]

Saiba, pois, Eurípides, que não só as senhoras protestantes, mas os homens também, têm o Confessor Divino, diante do Qual descobrem as suas almas, e que, o caso

[1] Pode haver, não duvidamos, um caso ou outro de algum degenerado e fingido, inescrupuloso, mas é coisa muito rara em nosso meio. E o mesmo Você não pode afirmar, com verdade, em referência aos seus irmãos católicos!...

de comungarem ou não dignamente, isto é questão do fôro íntimo, da consciência de cada um, e, portanto, não depende de confessar ou não ao padre, mesmo porque quantos católicos há que engolem a "hóstia", sem se confessar, ou quantos tomam a Santa Eucaristia tendo feito, apenas, um arremêdo de confissão, por omitirem pecados, de que se envergonham em confessar?!

Acaso terá Você a infantilidade de admitir paralelo entre a moralidade e dignidade individual e coletiva reinantes nos países protestantes, em contraste flagrante com o que se nota nos países católicos?

Queira verificar as estatísticas de criminalidade nos países nórdicos da Europa: Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Suíça, etc.!

Que miséria e degradação moral, social e espiritual apresentam os pobres países onde impera o catolicismo, em contraste com a prosperidade e a elevação moral, social e espiritual evidente e não contestada dêsses países protestantes! Aqui mesmo, neste nosso bem amado Brasil, quanta diferença entre os componentes da "grande maioria" católica, de um lado, e os componentes da "pequena minoria" protestante, de outro!

Será Você tão ceguinho que não veja esta realidade palpitante?

Ah! como o Brasil se ia bem diferente, se aqui dominasse a mentalidade e a honestidade dominantes no protestantismo!

E não pense que isto é palavreado ôco. Não, Eurípides!

Veja um simples exemplo.

Em março dêste ano (1958), contou o pastor Batista Rafael Gioia Martins, que se encontra à frente de uma das igrejas da Capital Paulista, que determinado pastor solicitou autorização para ir prestar assistência religiosa aos presos das Penitenciárias paulistas. O Diretor, que possìvelmente era católico, mas um espírito desempoeirado e reto (como, louvado Deus, ainda temos entre nós), estaria disposto a deferir a petição, desde que se encon-

trassem protestantes entre os presos. Neste sentido fêz-se o inquérito entre os presos, e, talvez com surprêsa do Diretor, verificou-se que nem ao menos um protestante lá havia!

Concluiu aquêle pastor que deveria guardar o documento em que se lhe fazia tal comunicação, pois era o mais irrefragável e eloqüente testemunho do poder do Evangelho sôbre as almas, e quanto os protestantes são cidadãos mais ordeiros e mais perfeitos na sua moral e na sua mentalidade!

Acrescentemos, a isto, outra nota, possìvelmente mais interessante ainda.

Queremos referir-nos aos antros de prostituição. É quase tão difícil encontrar-se num lupanar uma protestante convicta, como encontrar-se uma agulha num palheiro!

Poderia Você dizer-nos o mesmo de certas irmãs "católicas", Eurípides?

A propósito, lembramo-nos do que nos referiu um reformado da nossa Marinha Mercante, felizmente ainda vivo. [1] Disse que, na Inglaterra e noutros países protestantes, visitados pelos nossos marinheiros, havia muita dificuldade em se encontrarem rameiras, e as poucas que existiam eram "mercadoria importada". Ao contrário, nos países católicos, a começar em Portugal, Espanha, França, e de lá para a Itália, vindo a terminar no Brasil, sobretudo nas nossas capitais, a praga das tais é interminável e monstruosa, e elas são encontradas aos milhares!

Mas, como não gostamos de ser injustos, e tememos que sejamos mal interpretados, pela exposição que acabamos de fazer, dêsses fatos lamentáveis de degradação moral, observados na "maioria" que se diz católica, devemos aqui frisar que não é nosso intuito cometer a injustiça de insinuar que a Igreja Católica apoie a prostituição ou o crime. Aqui apenas relatamos fatos, e nada mais, respondendo ao repto que, indiretamente, nos fêz "mestre" Eu-

[1] Trata-se do Sr. Luís França de Oliveira, residente no "Lar Samaritano", em S. Gonçalo — Est. do Rio.

rípides. E, com tais fatos (que ninguém pode contestar), ficou patenteado que a lassidão moral entre os povos católicos é muito maior do que aquilo que se observa entre os povos protestantes. Nem mesmo é possível um têrmo de comparação!

Outrossim, fica patenteado, também, a culpabilidade indireta da Igreja Romana, em tais delitos, visto que, por falta da rigidez moral dos seus ensinos e lassidão de sua disciplina e quase que desassistência espiritual dos seus ministros aos fiéis, atiram-se êstes, na sua maioria, na estrada larga do vício e da perdição! . . . É que êles se preocupam mais com exterioridades, cerimônias, ladainhas, rezas decoradas, "bentinhos", "patuás" e rosários, ritualismos, liturgias, aparatos e pompas religiosas, deixando vazias as almas acêrca do verdadeiro Pão da Vida, que é Cristo, como se piedade, virtude ou santidade se pudessem conseguir ou obter dessas exterioridades! . . .

Mire-se agora, Eurípides, neste espelho, reflexo fidedigno da candência do que deixamos afirmado — que é êsse passo de um dos mais patrióticos e eloqüentes discursos, dirigidos à Nação, pelo grande luminar da mais elevada intelectualidade latino-americana, Rui Barbosa:

"O Protestantismo nasceu da liberdade da consciência individual, cuja conseqüência é a liberdade religiosa; do *protestantismo* é filha a instrução popular, [1] que constitui o grande característico, o principal instrumento e a necessidade vital da civilização moderna: ao protestantismo encontra-se associada, em tôda a parte, uma exuberância de prosperidade individual, luxuriante e vigorosa como a vegetação dos trópicos, em contraste com os países onde os processos com os governos católicos, aplicados em seu rigor, cansaram as almas e esgotaram a energia moral do povo, êsse húmus da riqueza pública, como os métodos da lavoura antiga esterilizavam as mais belas regiões da terra."

---

[1] Disse também Rui: "Uma Nação analfabeta é o Eldorado do Ultramontanismo!" ("O Papa e o Concílio").

"O Protestantismo é a anglicana Inglaterra; é a luterana Alemanha; é a calvinista Suíça; é a América puritana; são as nações moralizadas e robustas do Norte; é a tendência antipapal, que, pelos galicanos e pelos huguenotes, salvou a independência do espírito francês, dessa gangrena ultramontana, que teria convertido a Itália em um desdobramento de Roma, se o princípio dêsse renascimento prodigioso, que enche de admiração o mundo contemporâneo, não houvera sobrevivido nas obras dos grandes reformadores italianos, ao cárcere de Giannone, às fogueiras de Savonarola e Giordano Bruno."

"O Catolicismo Romano, o ultramontanismo — continua o grande Rui — é o inverso de tudo isto; é o fenianismo irlandês; é o lazaronismo napolitano; é o caudilhismo espanhol; é o falanstério religioso do Paraguai; é a Roma claustral do govêrno pontifício; é a França da bandeira branca e de Henrique V; é a Ciência caluniada de falsa; é a exploração das populações rurais pelo clero; é a charlatanice divina da Água de Lurdes, especulando com a saúde pública; é o casamento católico equiparado à libertinagem; é o marido substituído pelo diretor espiritual; o pai suplantado pelo confessor; a mãe trocada pelas irmãs de caridade; é a família absorvida pelo confessionário; é a beatice impingida como ensino; é a história falsificada nos catecismos . . . é tudo o que se conhece por mais antagônico à ordem secular do Estado, tudo o que tende a negar ao homem a independência da razão, na família a função educativa, na sociedade a autonomia leiga, na investigação científica os direitos da realidade, na liberdade a sua ação moralizadora."

Eis aí, meus leitores, como Rui Barbosa resumiu a história dessa gente.

Para que dizer mais? Diante de depoimento tão rasgado e tão repassado de verdades indestrutíveis, e ao mesmo tempo de uma atualidade tão flagrante para todos os povos católicos, nomeadamente para o Brasil, entendemos nada mais acrescentar, sôbre o assunto, para não dimi-

nuirmos o brilhantismo de tão formidável quão oportuno depoimento!

Ah! se todos os povos dominados pelo romanismo, inclusive nosso estremecido Brasil, tivessem presente essa genial advertência que aí fica, o mundo e o Brasil seriam bem diferentes daquilo que nós vemos!

Confissão dos mais piedosos

À página 167 do seu livro, afirma Eurípides: "... são os mais piedosos os que freqüentemente se confessam. E quanto mais se confessam, e mais de acôrdo com *as prescrições da Igreja,* maior progresso fazem na vida espiritual" (o grifo é nosso).

Ainda neste ponto se observa mais uma vez a *santa* ingenuidade de "mestre" Eurípides!

Pobres das nações, se dependessem do "progresso" dêsses "mais piedosos"!

Pois fique sabendo, Eurípides: Êsses a quem Você chama de "mais piedosos" e "mais de acôrdo com as prescrições da Igreja", muitas vêzes, além de sêres estéreis à sociedade em que vivem (exceto à Igreja), chegam até a ser elementos de escândalo para o próximo.

É isto que acontece, desde os padres "mais piedosos" "e mais de acôrdo com as prescrições da Igreja", até às freiras e às simples devotas, a quem o vulgo designa pelo epíteto de "beatas".

Comecemos por fazer referência a um "jesuíta", que foi o "célebre" Padre Júlio Maria.

Precisamente porque era padre muito "de acôrdo com as prescrições da Igreja" (dêsses é que ela gosta! ...), só era bom para os "beatos" ou "beatas". Todo aquêle que não estivesse disposto a ler pela sua cartilha ou a deixar-se dominar por êle, incorreria, fatalmente, nos seus ódios ou rancores. Era dêsses tais "santos" que devotam o mais entranhado ódio a todo e qualquer que não se deixe tocar

pelo seu cajado de "mandões" absolutos, déspotas que não admitem que os outros tenham cérebro, senão para pensarem como êles! Sequer manifestou em sua vida estar possuído de qualquer dote evangélico, nem ser continuador da Obra do Cristo cheio de Bondade e Misericórdia! Bondade (sincera ou fingida), só a tinha para aquêles que por êle estavam dominados. Mas, se alguém se permitisse discordar de suas opiniões ou não vergar a cabeça às suas imposições, tinha nesse hipócrita Padre Júlio Maria o mais terrível e figadal inimigo!

Diz-se, num aforismo muito conhecido, que se deve "fazer o bem, sem olhar a quem". Para o Padre Júlio Maria e sócios da mesma estirpe, o "fazer o bem" era uma coisa muito subjetiva. "Fazer bem", sim, mas só aos da "família"; os outros, hereges, devem ser perseguidos como cães raivosos! E era assim que fazia êsse odiado membro do clericalismo brasileiro, que assentou arraiais de déspota absoluto na cidade mineira de Manhumirim!

De tal maneira êsse singular fanático e observador das "prescrições da Igreja" era a negação da Bondade e Mansidão do Divino Mestre, que chegou ao extremo de dizer, em praça pública, diante de uma multidão por êle mesmo enfurecida como u'a matilha de cães raivosos, que lhe bastava levantar um dedo, e não ficaria vivo um só protestante no então arraial do Jequitibá, cujo Templo protestante, bem como o de Manhumirim (cidade onde morava essa fera humana), foram algumas vêzes apedrejados por fanáticos açodados por êle! . . .

Conquanto não nos arroguemos o dom de penetrar nos arcanos divinos, não deixamos de comentar, nós e muitos que tiveram o ensejo de conhecer, pessoalmente, essa *"santidade"* clerical, êsse *singular* obreiro da *"Santa Madre Igreja"*, não deixamos de comentar a morte horrorosa de que êle foi vítima, única e exclusiva de um desastre de viação, ficando varado por uma estaca, precisamente no dia em que, dominado pelo seu *"zêlo" ad majorem Dei ac Sanctae Matris Ecclesiae gloriam*, impando de soberba e de ódio, se dirigia para os arredores de Jequitibá,

a fim de fundar um Colégio de orientação jesuítico-papista (muito "de acôrdo com as prescrições da Igreja"), o qual, na sua mórbida fantasia, faria ruir por terra o grandioso Colégio Evangélico de Jequitibá, que tem sido, na extensa região da zona da mata mineira, o educandário mais proveitoso à causa da instrução de muitas e muitas gerações que por ali têm passado, sob a proficiente direção de seu fundador, o virtuoso e benquisto "varão de Deus", que se chama Aníbal Nora, assim como de sua digníssima consorte, e, de trinta anos a esta parte, sob a provecta direção do casal Rev. Siqueira e Prof.ª Cecília Rodrigues Siqueira, que têm sido os maiores propulsores dessa grandiosa obra educativa e evangélica, de larga projeção patriótica.

Terá Deus querido demonstrar aos homens que não Lhe agradava que se consumasse a diabólica urdidura daquele detestado representante do Romanismo?! . . .

Quem sabe?!

De nossa parte, não só não lhe desejaríamos tão trágica morte, como ainda formulamos votos para que Deus lhe tenha perdoado os muitos pecados, muitos dêles cometidos por causa do seu espírito irascível e impulsivo, comum, de resto, a muitos próceres do Romanismo jesuítico, que estão "de acôrdo com as *prescrições* da Igreja"!

E, de quantos padres como êsse Júlio Maria, poderíamos nós contar exemplos idênticos?!

É que êles são tantos, que dariam obra de grosso volume, se fôssemos enumerá-los!

Não sabemos se "mestre" Eurípides será desconhecedor de um fato muito notório acêrca de uma freira muito devota que, tendo vaga em seu Colégio, recusou a admissão de um menino, só porque seu pai era protestante. Mas êste não se conformou e apelou para o Supremo Tribunal, que lhe deu tôda a razão.

Conquanto não conheçamos a freira, estamos certos de que se deve tratar de alma *muito piedosa,* dessas que "freqüentemente se confessam, e mais de acôrdo com as prescrições da Igreja". E, pelo visto, estamos igualmente

certos de que a sua "piedade" e a sua "bondade" só devem pôr-se em prática para meninos filhos de pais católicos, dêsses que vão à missa e "se confessam freqüentemente"! . . . Sim, porque se não forem cordeirinhos dispostos a se embalar à vontade dela (freira), então a coisa muda de figura!

Se formos penetrar bem nos meandros da questão, teremos de concluir que há muitas freiras como essa, "de acôrdo com as prescrições da Igreja"!

Como são a negação do espírito de Cristo, tais padres e tais freiras, em face do ensino claríssimo e exemplo do Divino Mestre, que exortava Seus discípulos para que amassem também aos Seus inimigos: "Pois, se amardes os que vos amam, que galardão havereis? Não fazem os publicanos também o mesmo?" (S. Mat. 5:46)! Bem se vê como padres e freiras (com apenas algumas exceções) *estão imbuídos do Espírito de Cristo!*

Vejamos, agora, a pouca piedade de certas "beatinhas" que, não obstante se confessarem freqüentemente, não tiram o menor fruto de tal prática, ao contrário do que pretende "mestre" Eurípides.

Sabemos de uma jovem, pertencente à Ação Católica, aliás considerada boa môça, que desabafou, com pessoa amiga, o seu aborrecimento com algumas "beatinhas", pelo fato de, em vez de estarem recolhidas na Igreja a rezar, como seria de supor, estiveram a reparar no tempo que ela (a môça) se demorou no confessionário, onde permaneceu mais de meia hora. Quando soube que as tais "beatas" tinham murmurado a respeito dela, ficou profundamente aborrecida e escandalizada com a falta de piedade das tais "beatas", que, afinal, pouco mais fazem do que caminhar para as igrejas, e raro é o dia em que faltam à missa!

Note-se que êsses casos não são isolados: são comuns e inúmeros, de todos os dias e de tôdas as partes! . . .

Deixe-se, portanto, de parlapatices, como a que pretende impingir, dizendo que "são mais piedosos os que freqüentemente se confessam"!

Ou, então, "são piedosos", sim, mas à moda romanista! . . .

Inexistência do sacerdócio na nova aliança. Nulidade da confissão sacerdotal

Conquanto já tenha sido suficientemente provada a inanidade da confissão auricular, bem como do suposto valor da absolvição do padre, entendemos, no entanto, não deixar sem refutação outra afirmativa feita por Eurípides.

Escreveu êle:

"Onde, porém, não há sacerdócio, não há sacerdote capaz de absolver; e onde não há sacerdote capaz de absolver, não há destruição absoluta do pecado, nem retôrno à graça nem perdão total".

Antes de começarmos a nossa contestação, convém lembrarmos a "mestre" Eurípides um aforismo do conhecimento do público: "Frita-se o porco com a própria banha".

Pois é isto que vamos fazer agora: com silogismo baseado na premissa que "mestre" Eurípides nos fornece, tiraremos conclusão que lhe destruirá o raciocínio.

Vejamos a premissa:

"Onde não há sacerdócio, não há sacerdote capaz de absolver". Ora, na Nova Aliança não há sacerdócio; logo, "não há sacerdote capaz de absolver".

Demonstrar-lhe-emos, agora, que não há mais sacerdócio na Nova Dispensação da Graça, visto como Cristo é o único Sacerdote, e de cujo sacerdócio os da Antiga Aliança eram apenas sombra e prefiguração.

Vindo Cristo ao mundo, desapareceram os sacerdotes, porque o sacerdócio de Cristo é a realidade do que estava prefigurado no Antigo Testamento. E, sendo o sacerdócio de Cristo estável e eterno, não pode ser delegado a qualquer outra pessoa (Hebr. 7:24). E êste caráter do sacerdócio de Cristo é devido ao fato de que o Seu sacri-

fício é superior infinitamente aos sacrifícios do Antigo Testamento, pois é completo, espiritual e eficaz para a Redenção. Eis a confirmação desta verdade incontestável na Palavra de Deus: "Mas, vindo Cristo, o Sumo Sacerdote dos bens futuros, foi um maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos, isto é, não desta geração, nem por sangue de bodes e bezerros, mas POR SEU PRÓPRIO SANGUE, entrou uma vez no santuário, havendo EFETUADO UMA ETERNA REDENÇÃO" (Hebr. 9:11-12). E ainda os vs. 13 e 14.

Mais expressivamente ainda, temos condenado o sacerdócio romanista no seguinte texto sagrado: "E assim todo o sacerdote aparece cada dia, ministrando e oferecendo muitas vêzes os mesmos sacrifícios, que NUNCA PODEM TIRAR OS PECADOS. Mas êste (Cristo), havendo oferecido um ÚNICO SACRIFÍCIO PELOS PECADOS, está assentado para sempre à dextra de Deus". "Porque com UMA SÓ OBLAÇÃO APERFEIÇOOU PARA SEMPRE os que são santificados" (Hebr. 10:11,12 e 14).

Pode haver porretada maior no pretenso sacerdócio romanista?!

Dêste modo, o Cristianismo nos ensina a grande verdade de que êle é a "Religião do Acesso" direto ao Pai, exclusivamente pelo sacerdócio de Cristo, porquanto desapareceram os sacerdotes terrenos da Antiga Lei, que eram, como já vimos, apenas sombras d'Aquêle que viria, e que ofereceu "UMA ÚNICA OBLAÇÃO" e efetuou "UMA ETERNA REDENÇÃO"!

E, assim, em Cristo, todos os crentes são considerados, na Escritura, sacerdotes (não no sentido romanista . . .); porque, mesmo o Ministro do Evangelho, pôsto seja distinto do leigo, nunca é mencionado como sacerdote no Novo Testamento (nem mesmo naquele sentido da Antiga Aliança). Êle é, ali, chamado Presbítero ou Ancião, palavras que têm idéia inteiramente diferente da de sacerdote.

Confirmando tal ensino do sacerdócio espiritual de todos os crentes, (leigos ou não), escreve S. Pedro: "Vós

também [os crentes], como pedras vivas, sois edificados casa espiritual e *sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais* agradáveis a Deus, por Jesus Cristo" (1.ª Ep. S. Pedro 2:5).[1]

Logo, está cabalmente provado que não existe mais, na Nova Aliança, na Nova Dispensação, o sacerdócio, isto é, a classe sacerdotal (nem na semelhança da Lei antiga, quanto mais no sentido romanista!).

Logo, firme, de pé, está nosso silogismo, baseado em premissa do próprio Eurípides.

Repitamo-lo.

"Onde não há sacerdócio, não há sacerdote capaz de absolver"; ora, provado, como ficou, que não há mais sacerdócio (isto é, classe sacerdotal na Nova Aliança), não pode haver, também, absolvição de pecados por essa classe, que não existe, credenciada por Deus.

E, ainda que o Romanismo repita milhões de vêzes o sacrifício de Cristo na Missa, num suposto exercício de um sacerdócio que, como vimos, não mais existe — porque já temos o Perfeito e Eterno Sumo Sacerdote, Sumo Pontífice, que é o Cristo — está perdendo seu tempo e prevaricando miserável e ridìculamente contra a Palavra Santa, que repetimos, para salientar, ao vivo, a inutilidade não só dos seus sacrifícios, como ainda de sua tão decantada absolvição de pecados: "E assim, todo o sacerdote aparece, cada dia, ministrando e oferecendo muitas vêzes os mesmos sacrifícios, que NUNCA PODEM TIRAR PECADOS!" (Hebr. 10:11).

* * *

Quanto à sua afirmativa de *"destruição absoluta do pecado"* e *"perdão total"*, só mediante confissão auricular, é lógico concluir-se que pode haver destruição parcial do pecado e conseqüente perdão, também parcial, do mesmo, e isto quando não haja a confissão auricular!

---

[1] Vêde, romanistas, que tais palavras são do *vosso primeiro Papa*, o S. Pedro da Galiléia!

É esta, não há húvida, a conclusão que, fatalmente, se há-de tirar destas suas palavras!

Para que bandas põe Você, Eurípides, a graça e o poder de Deus que atuam diretamente no coração do penitente?

Em que Bíblia Você descobriu mais esta inovação de "destruição total" ou parcial "de pecados", na absolvição dos ministros de sua Igreja, ou "o perdão total" ou parcial dêsses mesmos pecados? Onde? Como? Quando? Na nossa Bíblia só há referências a pecados perdoados, ou não. Mas, como Você mistura coisas divinas com humanas, pode muito bem ser que esteja tratando de coisas triviais e banais aqui da terra, misturando-as, em gozada brincadeira, com coisas espirituais e da Vida do Além! . . . Pode ser! . . .

Concluímos, pois, advertindo aos romanistas que abram bem os olhos e vejam: bíblica e racionalmente, não há mais sacerdócio de intercessão na terra; Cristo é o único e Sumo Sacerdote, que intercede pelos crentes no Céu, sacerdócio êste perfeito e eterno, título que conquistou pelo Seu Infinito Sacrifício, feito "uma vez para sempre"; [1] se não há mais sacerdotes terrenos, de sacrifícios temporais, de sombras e figuras do que havia de vir, segue-se que, também, não pode haver absolvição de pecados pelos supostos sacerdotes romanistas ou quaisquer outros ministros de religião!

Logo, só Cristo, o Nosso Sumo Sacerdote da Nova Aliança, que é de sacerdócio não temporal, perfeito, eterno, está no Céu a interceder sempre pelos crentes, e, por isso mesmo, credenciado não só a interceder eficazmente junto ao Pai, mas a perdoar os que, com sinceridade, n'Êle confiam, e, quando Êle perdoa (porque não é o homem . . .), Seu perdão não é e não pode ser parcial, mas, perfeito, absoluto, total!

---

[1] "...Mas agora tem sido manifestado uma vez para sempre na consumação dos séculos, para a abolição do pecado pelo sacrifício de Si mesmo" (Hebr. 9:26).

Aí está, em síntese, mais uma razão por que só n'Êle devemos confiar, porque está provado que só Êle nos ama de verdade, nos perdoa completamente os pecados, e, pelo Seu Santo Espírito, purifica-nos de tôda a iniqüidade!

E aqui pomos um ponto *final nesta questão.*

CAPÍTULO X

COSTUMES BÍBLICOS

Abstinência

A teologia romana ensina que, em certos dias, não se pode comer carne, e, noutros, até ovos e laticínios são proibidos. Em defesa dêste proceder, alegam os teólogos romanistas, entre os quais o cardeal Belarmino e S. Tomás de Aquino, que "a Igreja proibe certos alimentos que dão ao paladar mais prazer, e que mais levam o homem a praticar obscenidades . . ." Citam, então, Daniel, cap. 10, o cap. 3 de S. Mateus e o passo de Paulo, recomendando ao jovem Timóteo usar um pouco de vinho, etc., como se tais restrições alimentícias feitas por essas pessoas constituíssem preceito legislativo de Deus, como se tivesse fôrça de lei divina! Neste caso teríamos de abolir completamente o uso da carne, do pão, de alimentos excitantes, que provocam erotismo, etc., etc.

Sôbre isto, cada organismo é que sabe o que pode e o que deve comer.

O cardeal Belarmino, useiro e vezeiro em tolices, parece que tinha os intestinos na cabeça, como os camarões, para ter semelhante raciocínio! Essa estulta mentalidade parece tinha os miolos do cérebro no meio de excrescências, para querer impingir ao mundo patranha dessa natureza e muitas outras similares.

Alto lá, cardeal!

Que diz a Palavra de Deus?

"Não é pecado o que entra pela bôca, e sim o que sai", disse Nosso Senhor Jesus Cristo, em S. Mat. 15:11.

E assim, enquanto o Divino Mestre afirma categòricamente que não é o que comemos, seja lá o que fôr, que nos causa pecado, e sim o que sai da nossa bôca, isto é, as palavras tôrpes, a exteriorização dos maus sentimentos etc. vem o padre, sob o prestígio do Sr. Cardeal e do Sr. Papa, e diz que, se comermos determinados alimentos, que fazem bom gôsto ao nosso paladar, em determinados dias, cometemos pecado!

Mais uma sobrecarga para o infeliz pecador!

Mas, não! Mesmo no Antigo Testamento, a ordem, a determinação divina (a despeito das prescrições nas leis levíticas que, conquanto recomendassem aos judeus se abstivessem de certos alimentos — como carne de porco etc. — não eram de caráter religioso, mas por questão de higiene e saúde) era que se podia comer de tudo: "Tudo o que se move e vive vos poderá servir de sustento: eu vos entreguei tôdas estas cousas, como as viçosas hortaliças" (Gên. 9:3).

É o próprio Deus que, no texto acima, nos está dizendo que podemos comer "de tudo o que se move e tem vida". Não será por determinação de Belarmino, de Tomás de Aquino, dos supersticiosos papas ou padres, que devemos fazer abstenção de certos alimentos, por prescrições religiosas!

Que têm essas coisas materiais com as espirituais?

Cuide a Igreja das coisas espirituais (o que já não é pouco), e não esteja a meter o nariz em coisas triviais da terra, naquilo "que é lançado em lugar escuso" e depois expelido como imundícia. Demais, cada um é que sabe, de conformidade com o seu organismo e o seu médico, o que deve, ou não, comer.

É o cúmulo do ridículo isto a que se expõe o Catolicismo Romano!

Então, será pecado comer carne em certos dias, só porque a Igreja Romana quer?

Algum interêsse teve ela em tais prescrições.

Conta-nos o Rev. Hipólito de Oliveira Campos, ex-padre, em seu livro "Catolicismo Romano — velha e fatal ilusão da Sociedade" — o seguinte:

"Em certa época, os negociantes de bacalhau salgado viram-se em apuros, por não ter saída êste gênero, de que possuíam armazenadas enormes quantidades. Excogitaram o meio de se desfazerem, com vantagens, da mercadoria e conseguiram-no. Solicitaram do papa uma bula, que estabelecesse por preceito, a abstinência de carne, em certos dias da semana e do ano, e conseguiram-na, mediante bons ducados, já se vê; e o bacalhau teve, então, a saída desejada. Esta traficância não deveria transpirar dos têrmos da bula . . . Recorreu, é evidente, a motivos religiosos! Cessou, com o correr dos tempos, a causa do preceito, mas êste continuou, e ainda hoje constitui fonte de receita; porque aquêle que possuir a bula da cruzada pode comer carne nos dias em que os outros não podem. É tal bula custa muito dinheiro, e seu prêço varia, de conformidade com a bôlsa do bôbo do comprador! Os párocos recebem, todos os anos, maços de tais bulas, para vender aos seus paroquianos; e os confessores têm a recomendação de exigirem a apresentação prévia da dita bula, sem o que não admitem o penitente à confissão"!

Vejamos mais alguns passos escriturísticos que lançam luzes sôbre o assunto de tais abstinências.

Disse Jesus: "Em qualquer cidade em que entrardes, e vos receberem, comei o que se vos puser diante". A recomendação de Nosso Senhor, embora não encerre nenhum preceito espiritual, teve por fim combater, precisamente, certos costumes judaizantes, que faziam seleção de alimentos tais e quais, como se houvesse qualquer falta ou transgressão perante a lei divina, no fato de comer êste ou aquêle alimento. A mesma advertência do Mestre se aplica, *mutatis mutandis,* aos romanistas de hoje, que procuram imitar as práticas judaicas.

Disse mais Jesus: "Ao que Deus purificou não chames tu imundo" (At. 10:15). Disse-o a S. Pedro e, no passo em aprêço, se referia à carne, que o padre diz tor-

nar-se *imunda,* em certos dias e, por isso, cair em pecado quem a comer! . . .

"Escribas e fariseus hipócritas, vós engulis um camelo e vos engasgais com um mosquito"! Então, até nas coisas que entram pela bôca e vão ao estômago, aos intestinos e depois serão lançadas nas sentinas, Vocês metem o nariz? E delas determinam preceitos e prescrevem pecados?

Infelizmente ainda há muitos ignorantes e lorpas que aceitam sem discussão tais patranhas e ingenuidades ridículas! Sabei, no entanto, que ainda há quem tenha os olhos abertos, diante da Palavra de Deus, como temos os nossos, para advertir aos incautos e desprevenidos, proclamando em que realmente consiste a Religião, o Reino de Deus, como S. Paulo, divinamente inspirado, doutrinou: "Porque o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas, justiça, paz e gôzo no Espírito Santo" (Rom. 14:17).

E é ainda êste mesmo Apóstolo quem, também, combatendo as superstições e escrúpulos dos judeus, sôbre o assunto de coisas que deviam ou não comer, ordenou taxativamente: "De tudo que se vende na praça, comei, sem perguntar nada, por causa da consciência" (1.ª Cor. 10:25). E ainda o mesmo Apóstolo, reforçando a condenação dos costumes escrupulosos judaizantes daquele tempo e dos seguidores dos israelenses de hoje (os romanistas . . .), doutrinou: "Ninguém, pois, vos julgue pelo comer, nem pelo beber, nem por causa dos dias de festa, ou das luas novas, ou dos sábados" (Coloss. 2:16).

Alguém disse (e com muita graça e verdade): "Se S. Paulo tivesse feito semelhante afirmativa nos dias dos Papas Inocêncio III e Pio V, certamente ia direitinho para a fogueira, como "herege"! No entanto, é a Igreja Romana (que diz considerar muito o Apóstolo, dedica-lhe orações e o faz um dos seus medianeiros diante de Deus) que miseràvelmente pisa por cima dos seus ensinos, ensinos que são até proféticos, porquanto não só tiveram aplicação nos dias do Apóstolo, contra os maliciosos escrúpulos de consciência dos fiéis do seu tempo, como, profèticamente,

através dos séculos, à igreja romanizada e judaizante, que é esta celebérrima e famigerada "Igreja Católica *Apostólica* Romana"! . . .

Jejuns

O que acabamos de dizer com referência à abstinência de certos alimentos, *mutatis mutandis,* se aplica ao ensino da Igreja Romana sôbre os jejuns.

"Quanto ao jejum, nada mais bíblico: Moisés jejuou 40 dias; Elias, 40 dias; Nosso Senhor Jesus Cristo, 40 dias. Dêsses 40 veio a palavra QUARESMA . . .", afirmou Eurípides, procurando justificar o costume da Igreja Romana, que prega e ordena aos seus fiéis, sob pena de pecado, a prática do jejum.

Mas, Eurípides, tenha santa paciência! Por pouco somos forçados a confessar que sua cabeça está no mesmo lugar onde estava a cabeça do seu mestre, o cardeal Belarmino! Que infantilidade, Eurípides! Você pensou que seu livro só seria lido por ignorantes ou pacóvios? Quem jamais, dos protestantes, negou que não haja jejum prescrito na Bíblia? Quem? O que os protestantes não admitem, porque não é bíblico, e aberra do bom senso, é a sua obrigatoriedade e, muito mais, que sua Igreja prescreva penalidade espiritual ou crie pecado para o penitente que não jejuar em dias determinados, como se fôsse violação de um preceito como um dos 10 pilares do Decálogo! Isto é que não admitimos, pois em tal patranha não crêem os protestantes e todos que têm um pouco de senso e não estão fossilizados espiritualmente, como os romanistas da sua marca, e de outros, que engolem tôdas as "pílulas" dos mistificadores e falsificadores da Palavra de Deus! Não! Em tolices condenadas pela Santa Palavra nós não cremos, absolutamente!

Que nos diz, então, a Santa Bíblia?

"Acaso o jejum que eu escolhi (é o próprio Deus quem fala) consiste em afligir um homem a sua alma por um dia? Está, porventura, em retorcer a sua cabeça como

um círculo, e em fazer cama de saco e de cinza? Porventura, chamarias tu a isto jejum e dia aceitável ao Senhor?" (Is. 58:5).

Perguntamos agora a Eurípides: Será êste o jejum praticado em sua Igreja? O padre diz que é, e Você engole a "pílula", servilmente! . . .

Tenha mentalidade desempoeirada, Eurípides, e não se confunda no meio dos parvos e lorpas, que tudo aceitam sem nada examinar. Seja como os bereenses dos dias dos Apóstolos, que foram louvados pelo Espírito Santo precisamente porque examinavam tudo, de conformidade com o ensino das Escrituras.

E o Profeta Isaías continua explicando, por inspiração divina, pois é a palavra de Deus que está em sua bôca, qual o verdadeiro jejum que o Senhor requeria não só dos judaizantes do tempo do Profeta, como de todos os tempos, e máxime, os continuadores dos costumes israelenses, que em nossos dias são os romanistas e acompanhantes.

"Acaso não é antes êste o jejum que eu (isto é, que Eu, Deus) escolhi? — *Romper as ligaduras da impiedade,* e desatar os feixinhos que deprimem, deixar ir livres aquêles que estão quebrantados, e romper tôda a carga? Parte o teu pão ao que tem fome, e introduze em tua casa os pobres e os peregrinos: quando vires o nu, cobre-o, e não desprezes a tua carne" (Is. 58:6-7).

E similar ensinamento nos deu o Profeta Miquéias, quando, combatendo as exterioridades dos sacrifícios, dos holocaustos de gorduras de animais cevados e do seu sangue, fêz ver aos religiosos do seu tempo, em nome de Deus, o que realmente lhe agradava, quando disse: "Que é o que o Senhor requer de ti? Senão que pratiques a justiça, ames a misericórdia e andes humildemente com o teu Deus?"

Aí está o verdadeiro jejum que Deus requer: humilhação em face do pecado cometido, seu conseqüente arrependimento e, enfim, amor para com os que sofrem, que deve induzir-nos à obra da beneficência — virtudes essas que a Igreja Romana nunca possuiu, porque sempre se preocupou com as cerimônias, com o ritualismo, com as

exterioridades, em flagrante contradição com o espírito e, inúmeras vêzes, com a própria letra das Santas Escrituras.

Por outro lado, o jejum entre os judeus e na Igreja Cristã Primitiva era observado em tempos de provações, de angústias, ou quando, em estado de profunda humilhação, se rogava alguma Graça especial de Deus; mas, nunca foi instituído como preceito, e muito menos sob ameaça de qualquer penalidade temporal ou espiritual, como já focamos.

Assim é que, em Juízes 20:26, lê-se: "Pelo que todos os filhos de Isarel vieram à Casa de Deus, e, assentados, choravam diante do Senhor: e jejuaram durante aquêle dia até à tarde". Nada de prescrição imposta sob qualquer penalidade, como ensina o Catolicismo Romano, que diz: "sob pena de pecado mortal deve-se jejuar em certos dias". E, como prova de que não estamos a inventar, que assim mesmo ensina a teologia romanista, citamos, na íntegra, o Mons. Abelly, *Medull Ecol.* II, cap. 5, sect. unic. a saber: "CERTA E INCONTESTÁVEL COISA é para todos os católicos que o preceito eclesiástico do jejum obriga sua guarda, sob pena de pecado mortal . . . De onde se conclui que peca mortalmente aquêle que, sem causa legítima, quebra algum jejum ordenado pela Igreja".

Logo, entre o que ensina a Palavra de Deus sôbre o jejum e o que ensina o Romanismo, vai um abismo imensurável!

Disse o Divino Mestre, ainda com referência ao que significa, espiritualmente, o jejum, e como êle pode ser feito: "Mas, tu quando jejuas, unge tua cabeça e lava o teu rosto, a fim de que não pareça aos homens que jejuas, mas sòmente a teu Pai, que está presente a tudo o que há de mais secreto: e teu Pai, que vê o que se passa em secreto, te dará a paga" (S. Mat. 6:17). No Novo Testamento temos diversos exemplos de jejuns particulares e especiais. Ana servia a Deus de dia e de noite, *em jejuns* e orações (S. Luc. 2:37); Paulo estêve em muitos jejuns (2.ª Cor. 11:27; 1.ª Cor. 9:27); os cristãos primitivos, em certas ocasiões solenes, jejuavam (At. 13:3; 14:22). Em ne-

nhum lugar, porém, se fala em jejuns regulares, periódicos e obrigados, impostos por Deus ou pela Igreja. De maneira que são claramente sem autorização bíblica os jejuns das sextas-feiras e da quaresma, etc., que a Igreja de Roma impõe como dever religioso aos seus sectários. Nenhuma palavra há, na Escritura que apóie tais jejuns obrigatórios, e nem a própria Igreja Romana afirma que há, pois confessadamente baseia sua autoridade ùnicamente na tradição.

Diz o comentador João Howell: "A êstes jejuns que não são mandados por Deus e não são observados de conformidade com os jejuns que Deus aceita, a Igreja Romana dá importância demasiada e antibíblica; antibíblica, sim, como podemos provar citando Colos. 2:16 e 17. O inspirado Apóstolo S. Paulo chega a qualificar de *"doutrina de demônios"* o proibir que se faça uso das viandas que Deus criou para nosso uso, e diz que ela seria ensinada nos últimos tempos por alguns *que apostataram da fé* (1.ª Tim. 4:1-8). Estamos, pois, avisados, e, prestando ouvidos à exortação que S. Paulo dirige aos crentes nos versos seguintes, desprezemos "as fábulas impertinentes e senis", e exercitemo-nos em obras de piedade, lembrando-nos de que, ao passo que os exercícios corporais para pouco são proveitosos, a piedade para tudo é útil, porque tem a promessa da vida que agora é, e da que há de ser."

De resto, o Divino Mestre, cuja palavra é a Suprema autoridade e verdadeiramente infalível, no mesmo pé de igualdade da palavra dirigida pelo próprio Deus-Pai (que já ouvimos ser igual), já definiu quando se pode jejuar e o que realmente significa para a alma, além do que já mencionamos.

Vejamos as Suas palavras:

"Porventura, podem estar tristes os filhos do Espôso, enquanto está com êles o Espôso? Mas, virão dias, em que lhes será tirado o espôso: e então, êles jejuarão" (S. Mt. 9:15).

Tais palavras, o Mestre as dirigiu aos discípulos de João Batista, quando estavam profundamente tristes com

a reclusão do Profeta no cárcere, e em razão do que, estavam sempre a jejuar, atestando, assim, que o jejum era praticado em momento de profunda tristeza, e nunca em dias de festa, de regozijo, o que seria injustificável tal prática, em face da situação de alegria.

Mas, a fim de melhor entendermos o passo acima, recorramos ao v. 14 (anterior) dêsse mesmo capítulo, e veremos que Nosso Senhor quis ensinar, verdadeiramente, uma extraordinária lição sôbre o jejum e sua oportunidade: "Foram ter com Jesus os discípulos de João Batista dizendo: "Por que jejuamos nós e os fariseus muitas vêzes, e os teus discípulos não jejuam?" — Está aí uma prova insofismável de que o jejum não era praticado pelos discípulos de Jesus, e, portanto, não havia preceito do Mestre obrigando-o; se não há preceito obrigando-o, também é certo que não temos nenhum preceito condenando-o. Somos justos, e, por isso, os protestantes, em face do silêncio de Cristo, sôbre o ponto em aprêço, isto é, sôbre sua obrigatoriedade ou não, considera ser o caso de consciência de cada crente. Quem se sentir bem jejuando e, com isso, se sente com mais fôrça espiritual, que jejue; mas, que não venha atirar pedras contra os que não adotam essa prática; que não venha ser fariseu e querer tornar obrigatório aquilo que, nem implícita, nem explìcitamente se acha ordenado na Santa Palavra, como regra de conduta cristã, como lei taxativa, como qualquer dos preceitos do Decálogo! Isto, não!

Mas, a fim de prestar melhores esclarecimentos acêrca do assunto, vejam qual foi, realmente, a razão da consulta a Jesus sôbre o jejum por parte dos discípulos de João Batista.

Referindo-se o Ev. de S. Mateus ao rompimento das hostilidades entre Jesus e os fariseus, fala em seguida, o evangelista, da oposição que moviam a Jesus os próprios discípulos de João, por causa do jejum, oposição a que, possìvelmente, foram levados pelos próprios fariseus (São Marc. 2:18). O pretexto foi uma aparente incoerência entre o que Jesus ensinava e o que os Seus discípulos pra-

ticavam; pois que, declarando Jesus que não passaria da lei um jota ou um til, sem que tudo fôsse cumprido, os Seus discípulos não estavam cumprindo o importante regulamento da antiga lei, em referência ao jejum. É que os fariseus jejuavam regularmente duas vêzes por semana, além dos grandes dias nacionais de jejum (S. Mat. 6:16; S. Luc. 18:12). No entanto, prova de que o Senhor não se agradava de suas práticas, puramente exteriores, é que foi a êsses "escribas e fariseus hipócritas" — "sepulcros branqueados", que "limpavam o exterior do corpo, mas o seu interior estava cheio de rapina e iniqüidade" (revelando-lhes, assim, ao vivo, o estado denegrido em que se achavam suas almas danadas) — foi a êsses salafrários espirituais que Jesus dirigiu os Seus mais tremendos ais! . . . Então, de que lhes valiam tais jejuns? É a mesma coisa hoje, entre os romanistas: de que lhes vale jejuarem, obedecerem cegamente às prescrições ditatoriais da Igreja Romana, sem que os seus corações estejam purificados de tôda a iniqüidade?

Mas, o que mais nos importa, agora, é transmitir a lição que Jesus Cristo deu, sôbre o assunto, aproveitando a oportunidade da consulta dos discípulos de João Batista.

Possìvelmente, quando os discípulos de João Batista se dirigiram ao Mestre, o Precursor estava prêso, e êles, provàvelmente, por isso mesmo, estavam jejuando, pela profunda tristeza em que suas almas estavam imersas. E, muito naturalmente, censuravam os discípulos de Cristo, porque êles não faziam o mesmo.

Escreve um comentador: [1] "Nosso Senhor aproveita, então, o ensejo, para ensinar, por três comparações (vs. 15, 16, 17) bem frisantes, que, na prática de deveres religiosos, para cuja observância a lei não marca tempo certo, o que deve regular e decidir é a oportunidade quanto às circunstâncias e aos sentimentos de quem as observa."

* * *

[1] Rev. João Beatty Howell, do Ev. de Mateus.

Julgamos nada mais ser preciso acrescentar, portanto, sôbre o assunto. Pelo que aí fica, claramente exposto, o jejum nada mais era e nada mais é que uma prática, um costume do cerimonialismo judaico, que o Romanismo conserva em seu sistema, sem que, todavia, nem ao menos o seu sentido espiritual seja observado, o que é ainda mais grave, de maior condenação para a Igreja, da qual, mais uma vez, afirmamos: tem muito de judaísmo, muito de paganismo e uma pequena "pitada", apenas, de Cristianismo!

Adoração de santos e anjos

Escreve Eurípides: "Entre as relíquias mais veneráveis estão os objetos, as roupas, os restos mortais dos nossos irmãos que selaram com o martírio a sua fé, e os que, colaborando com a graça de Deus, chegaram ao altiplano da santidade. Porque êstes objetos *ficaram impregnados da santidade daqueles cristãos, e não é raro que, ao simples contacto com essas sagradas relíquias, se restabeleçam os enfermos*" (o grifo é nosso — ob. cit., página 209).

Primeiramente, estranhamos que o Eurípides não tenha tido a coragem de afirmar, sentenciosamente, (e apenas nas entrelinhas), que tais "relíquias" são mesmo adoradas pelos fiéis de sua Igreja, consoante doutrina a mesma Igreja, através dos seus teólogos, a saber, misturando o culto a tais relíquias com o dos santos e dos anjos: "*Deve-se culto menor que o divino e maior que o cívico e humano às coisas sagradas, aos anjos e aos santos . . .*" (Cardeal Belarmino, De Sanct. beati, lib. I, Cap. 13 e Concílio Tridentino, sess. XXV, "De invocat vener et reliq. Sanct.").

E com tal doutrina concordam todos os teólogos romanos.

Então, Eurípides, não se trata apenas de simples recordação, simples veneração; mesmo porque, ainda que

fôsse só isso, quem venera *adora*. Seja lá qual fôr o nome que os teólogos romanistas dêem a tal culto: *perdulia, dulia* ou mesmo *latria* (classificação, aliás, que não existe na Bíblia), é adoração. Tanto mais que a própria teologia romanista, pela autoridade de Belarmino e pelo Concílio de Trento, declara taxativamente que, além das relíquias dos santos, os anjos e os próprios santos devem ser *adorados*.

Não há, pois, que fugir: sua Igreja é mesmo extremamente idólatra; e, como tal, está condenada nas Santas Escrituras, como provaremos, mais uma vez, a saber:

(1) "Temerás ao Senhor teu Deus, e *só a Êle* servirás" (Deut. 6:13).

(2) "Ninguém vos seduza, afetando humildade, *e prestando culto aos Anjos,* que nunca viu no estado de viador, inchado vãmente com seus pensamentos carnais" (Colos. 2:18, segundo a versão do Pe. Vicente Zioni, devidamente aprovada pela autoridade eclesiástica).

Pelo texto supra, são condenados, como idólatras, pelo Apóstolo S. Paulo, os que prestavam culto aos Anjos, sob pretexto de humildade.

(3) "E eu me prostrei aos seus pés para o adorar" (ao Anjo). "Êle me disse: Vê, não faças tal: eu sou servo contigo, e com teus irmãos, que têm o testemunho de Jesus. *Adora a Deus* (Apoc 19:10; a mesma coisa temos no Apoc. 22:8,9).

Portanto, os próprios Anjos (que não são romanistas), repelem o culto que lhe querem prestar; e, por uma razão simples: êles não querem usurpar os direitos exclusivos do seu Criador e Senhor.

E, quando o cardeal Belarmino, para justificar o culto dos Anjos, cita Gên 18, e diz que Abraão adorou o Anjo, e o mesmo o fizera Ló, não tem razão, porquanto os três personagens que apareceram a Abraão, no capítulo citado, receberam apenas uma saudação, e isto na suposição de que eram três homens, e foram saudados à moda oriental, prostrando-se o Patriarca Abraão em terra . . . (Gên. 18:2). Onde, pois, a adoração?

Suponhamos, por momentos apenas, que a adoração dos Anjos constasse no exemplo acima e noutros passos da Bíblia; acaso poderá deduzir-se, daí, ser lícita tal adoração? Há algum preceito positivo ordenando que os mesmos podem e devem ser adorados? Pelo contrário, a Bíblia, peremptòriamente, declara: "Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a Êle servirás" (S. Mat. 4:10).

Por outro lado, não vimos os espíritos celestes (os Anjos) abominar tal adoração, nos textos já citados por nós, em Apoc. 19 e 22 ?

E, como a Palavra Divina é tão clara, e proibe, terminantemente, a adoração a TUDO que não seja Deus, será lícito ao cardeal Belarmino, a qualquer enfatuado da indumentária do clericalismo, ou a quem quer que seja, propalar doutrina contrária?

E, quanto ao culto dos santos, basta citar um testemunho, o de Pedro: "Quando Pedro estava para entrar, saiu Cornélio a recebê-lo; e, prostrando-se aos seus pés o adorou. Mas Pedro o levantou, dizendo: "Levanta-te, que eu também sou homem!" (At. 10:25-26).

Eis aí o testemunho de um Santo — e que Santo! — o primeiro papa da Igreja Romana, S. Pedro da Galidéia, que recusa, terminantemente, culto, dizendo: *levanta-te, que eu também sou homem!* . . .

No entanto, êste célebre Catolicismo Romano não cita textos como êste da Santa Palavra! E por que não o faz? Porque os textos o condenam; e quando o faz na ilusão de defender a sua idolatria, apenas, como já vimos, revela a crassa ignorância ou má fé de obstinados fetichistas e idólatras!

S. Paulo também, certa vez, recusou culto; e outros.

Culto de relíquias: fonte de superstição lucrativa

Êsse culto tem sido mais uma fonte de superstição lucrativa, para iludir ingênuos e tolos, com o objetivo de

sugar-lhes o dinheiro, que é o alvo supremo de quase tôdas as patranhas romanistas.

Assim é que os restos mortais dos mártires do Cristianismo "foram conservados pela sagacidade devota, para servirem depois de *santo* lucro. Por igual, os instrumentos de suplício de Jesus: a cruz, a coroa de espinhos, os cravos, o lençol, até a túnica inteiriça do Mestre; tudo reduzido a pequenos fragmentos, começou a extração no mercado das consciências dos imbecis; e o interessante é que jamais se acabou! Já viram milagre igual?! . . .

Só mesmo no Romanismo é que se vê uma dessas!

"Por várias vêzes têm, também, aparecido *corpos inteiros de indivíduos* que, dizem, por suas virtudes, em vida, *mereceram resistir* — milagre estupendo! — à corrupção necessária da matéria orgânica; guardaram-nos *inteiros em carne e osso*. Os milagres chovem, as promessas e oferendas fervem também. Tem-se visto (!) a muitos dêstes, e até aos que são de pau ou pedra, chorar (!!) para compungir o povo; suar (!!), verter sangue (!!), para mostrar o poder de Deus (!); fazer ademanes, ora de contentamento (!), ora de indignação (!), que tudo excita a *piedade* dos fiéis a abrirem, de novo, a bôlsa, de boa vontade. Tal é o poder das relíquias"! [1]

Só imbecis e crianças ingênuas ou então, "beatos" tardos de entendimento é que podem acreditar nessas bruxarias e superstições tão grosseiras! . . . No entanto, isso tudo é aceito pela crendice rabujenta de muitos católicos romanos! Digo muitos, porque nem todos "compram o bonde"! . . .

E mais: "Houve tempo em que a Igreja se possuiu do fervor devoto contra os infiéis. À voz do papa, de frades e concílios, tudo que, então, havia de devotos, malvados e malandros, acode ao *santo chamamento*, e lá partem, aos milhares, para o Oriente, a fazer crapulosas orgias, estupros, roubos e vastas hecatombes de sêres hu-

[1] "O Catolicismo Romano", do ex-padre Hipólito de O. Campos, pág. 179.

manos, arregimentados sob o símbolo da redenção da Humanidade! Levavam do papa carta branca para tudo: era a bula da SANTA CRUZADA, em que se prodigalizavam aos *defensores da religião* indulgências plenárias, privilégios e muitas outras graças especiais." [1]

A tal bula da *"Santa Cruzada"*, outrossim, ainda hoje é vendida a alto preço pelo papismo, que, sob promessas das mesmas graças, conseguem extorquir dinheiro dos parvos! É mesmo a religião simoníaca do comércio! . . .

Lugares sagrados.
Romarias e peregrinações

Ninguém ignorava, outrossim, os vários *"lugares sagrados"* designados pelo romanismo: Jerusalém, Nazaré, Roma e vários outros, por possuírem *santos milagrosos,* como, por exemplo, onde se supõe ter aparecido *N. S. de Fátima,* em Portugal, a "Aparecida do Norte" e o "Bom Jesus do Iguapé", no Brasil, e assim por diante, para onde os fiéis são exortados a fazerem peregrinações e romarias, a fim de pagarem suas promessas aos santos! . . .

E lá se vão milhares e milhares de devotos, ingênuos, crentes dêsse fetichismo grosseiro, para enriquecerem os bolsos dos padres e da sua comandita!

Verdadeiro comércio! Verdadeiros simoníacos! Verdadeiros continuadores de Simão Mago, que mereceu a condenação do Apóstolo S. Pedro, quando lhe exprobou o pecado de pretender comercializar com as coisas santas, dizendo: "Pereça contigo o teu dinheiro, já que te persuadiste de que o dom de Deus se adquire com dinheiro" (At. 8:20).

Como o romanismo ensina que há imagens e lugares mais santos do que outros, e que se deve, por isso, fazer romarias a tais lugares (chamaríamos, a isso, culto de relíquias de lugares sagrados), vejamos o que, a respeito, nos diz a Palavra de Deus:

---

[1] "O Catolicismo Romano", do ex-padre Hipólito de O. Campos, págs. 179-180.

(1) Nosso Senhor Jesus Cristo não fêz depender o valor do culto de onde êle é feito, mas, sim, do *coração*. Assim é que Êle disse à mulher samaritana: "É chegada a hora em que vós não adorareis ao Pai, nem neste monte, nem em Jerusalém . . ., mas, a hora vem, e agora é, quando os verdadeiros adoradores hão de adorar ao Pai em espírito e em verdade. Porque assim é que o Pai quer que O adorem. Deus é espírito, e em espírito e verdade é que O devem adorar os que O adoram" (S. João 4:21,23,24).

(2) O profeta Malaquias, a fim de combater a superstição, corrente entre os israelenses, de visitarem ao menos três vêzes por ano o Templo de Jerusalém, já no seu tempo, fêz ver que não havia lugar especial para se adorar a Deus porque o Templo de Deus é o Universo, e Êle está em todo lugar. Igualmente não apoiou peregrinações a santos lugares, com o fim de se pagarem promessas a santos, etc. Eis as suas próprias palavras: "Porque desde o nascente do sol até ao poente, é o meu nome grande entre as gentes, e em todo o lugar se sacrifica, e se oferece ao meu nome uma oblação pura: porque o meu nome é grande entre gentes, diz o Senhor dos Exércitos" (Mal. 1:2).

(3) Disse Jesus, em corroboração, ainda, sôbre o assunto: "Onde dois ou três estiverem congregados em meu nome, aí estou eu no meio dêles." (São Mat. 18:2).

Logo, Jesus está em todo e qualquer lugar onde os fiéis (mesmo dois ou três) se reunirem em Seu nome, ou a Êle estiverem unidos. Pode ser em casa, na rua, na toca, no mato, no monte, onde quer que seja, desde que estejam os pecadores contritos e submissos à vontade do Mestre!

Ao contrário, pode o pecador estar até diante do Santo Sepulcro ou da Cruz de Cristo que, se o coração não estiver com Jesus, de nada lhe valerá a sua localização material! Pode até estar ajoelhado na Igreja, e engolir a "hóstia": se o fizer hipòcritamente, está "comendo e bebendo para si condenação".

(4) Exclama, por isso, S. Paulo, em consonância com êsse ensinamento: "Quero, pois, que os homens orem

em todo o lugar, *levantando as mãos puras, sem ira e sem contenda*" (1.ª Tim. 2:8).

Eis o que nos importa obedecer: observai as palavras grifadas acima.

E, para cúmulo de superstições, êsse romanismo fetichista ainda ensina que a estátua de um Santo é mais milagrosa que a de um outro, para fazer convergir os fiéis, sempre iludidos, sempre ilaqueados cada vez mais na sua boa fé de ignorantes, a fazerem romarias para onde há o santo mais milagroso (!). E, assim, enquanto é aumentada a renda de certos padres, diminui a de outros, porque escasseiam romeiros nos lugares de santos menos milagrosos!

Na Sicília, por exemplo, a população (católica, já se vê), está dividida em dois partidos contrários, tendo cada um o seu santo predileto!

Pobre Humanidade, que vive dominada por tão grosseira e rabujenta crendice e idolatria!

Fôssemos descrever os pecados que se cometem nessas romarias e peregrinações, sob pretexto da Religião . . ., a pena havia de tremer! . . .

Mas, é isto mesmo: quando os homens não obedecem à Palavra de Deus, "um abismo chama a outro abismo"! . . .

Água benta

E já que estamos tratando das superstições romanistas sôbre relíquias de santos, relíquias de lugares, não devemos omitir a celebérrima superstição da *Água Benta*. [1]

[1] Julgamos interessante transcrever, aqui, o que a respeito escreveu o ex-padre Rev. Hipólito de O. Campos, em seu livro "O Catolicismo Romano", à pág. 182: "A *Água Benta*, que é herdeira da água lustral do paganismo e sua legítima representante, é um dos maiores *benefícios* que a humanidade recebeu da Igreja e um prodígio de alquimia clerical. É aplicada para curar muitas enfermidades internas e externas, e afugenta o demo; lava as manchas da alma, dá virtude ao pau, à pedra e a qualquer metal; as estátuas, por mais tôscas e ridículas que sejam, depois de borrifadas com ela, tomam o nome de SAGRADAS IMAGENS, e sem ela não podem fazer milagres; até as vestes, alfaias e utensílios destinados ao culto, carecem de água benta, pois, pode ser que êstes objetos

Sôbre isto, aqui reproduzimos alguns versos do nosso livro "O Romanismo à Barra do Evangelho":

Entre os pagãos havia uma *Água Benta*
que punham, em crendice rabujenta,
nos templos e nos lares . . .
E, nesta *Água* julgavam tal virtude,
que a própria Igreja, enfim, também se ilude
e benze seus altares! . . .

O abuso da *Água Benta* a fé foi corrompendo,
e o bispo de Palermo os dons foi descrevendo:
"Ela afugenta o demo e salva os pecadores,
aumenta a devoção e cura os sofredores,
concede graças mil, faz bem ao pensamento
e induz logo a alma a crer no "Santo Sacramento . . ."

Esta *Água Benta* mais outras virtudes tem:
"cura a esterilidade e a todo mal também,
e mesmo ao moribundo ela conforta e alenta!
Entre o povo de "Roma", assim fêz-se a *Água Benta!*

Esta superstição a fé contaminou
e a pureza da Igreja em tudo ela afetou:
Ninguém que rejeitasse a tal feitiçaria
era filho de Deus. Assim o povo cria! . . .

---

tragam da natureza algum defeito, ou estejam influenciados do *porco sujo*. Um navio molhado com ela fica mais seguro; uma locomotiva caminha mais desimpedida e galharda; um edifício fica mais sólido e oferece mais cômoda vivenda; a terra, de excomungada que era, torna-se sagrada, etc. etc. Contudo, apesar de coisa tão preciosa, a que está na pia, à entrada da Igreja, não custa um ceitil (como é admirável o desinterêsse da *santa madre igreja!*) e serve para com ela se benzerem os fiéis, quando vão ouvir missa ou assistir a outro ato religioso. Mas, quando é empregada nas encomendações dos defuntos, no batismo, em certas benzeduras de luxo e a pedido ou requerimento, então fazem-na pagar bem paga, em compensação da que os fiéis gastam de môfo. Era aqui ocasião de falar das *benzeduras*; mas estas estão intimamente ligadas à *água benta*, visto que aquelas não se podem fazer sem o emprêgo desta." ...

E até hoje esta crença, em Roma depravada,
tem sequazes os seus, co'a alma condenada! . . .
Maldita a inovação e infame o inovador
que afasta o pecador da Graça do Senhor! . . .

Licenças. Dispensas. Batizados. Casamentos. Indulgências. Bênçãos

Licenças, dispensas, batizados, casamentos, indulgências por isso, por aquilo, *bênção* para êste ou aquêle fim, etc. tudo isso não passa de especulação e meios indignos de conseguir dinheiro dos tolos e supersticiosos!

É mesmo o Catolicismo Romano o mercado internacional das nações, a comerciar com os santos, sub-santos e também não-santos, porque, mesmo que haja injustiça ou contradição, o papismo não liga, desde que os cobres encham o seu insaciável saquitel!

Ó Deus! Como se tem corrompido o Cristianismo na mão dos homens!

Em que comércio, Senhor, se tem transformado aquela que se diz ser a Tua *verdadeira* Igreja (! !), especulando com a crendice das Tuas pobres e infelizes criaturas, sempre ilaqueadas, sempre iludidas, sempre exploradas por êsses sanguessugas da Humanidade, que se dizem Teus ministros! . . .

"Relíquias mais veneráveis"

Escreve Eurípides: "Entre as relíquias mais veneráveis estão os objetos, as roupas, os restos mortais dos nossos irmãos que selaram com o martírio a sua fé, e os que, colaborando com a graça de Deus, chegaram a atingir o altiplano da santidade" (Ob. cit. pág. 209).

E a seguir cita exemplos escriturísticos "de graças e milagres concedidos por Deus ao simples contato com as relíquias dos seus santos". E o primeiro caso citado

foi o do A. Testamento, daquele defunto que ressuscitou quando o seu corpo tocou nos ossos do profeta Eliseu.

Esquece-se Eurípides que o milagre não se operou pelo fato de o defunto ter tocado nos ossos do profeta, e sim, pelo poder de Deus!

Quanto aos demais casos por êle referidos no N. Testamento, como o da mulher que tocou na borla da túnica de N. Senhor (Luc. 8:44); quanto aos panos e lenços que haviam tocado o corpo do Apóstolo S. Paulo, os quais, colocados sôbre os enfermos, curavam-nos (At. 19:11-12); quanto à cura milagrosa, outrossim, que S. Pedro operava, ao passar junto aos doentes, pela sua simples sombra, etc. — tudo isso foi, também, incontestàvelmente, atribuído à fé no poder que Cristo havia conferido aos Seus servos, conforme se lê em S. Mat. 10:1; "E, chamando (Jesus) os Seus onze discípulos, deu-lhes poder sôbre os espíritos imundos, para os expulsarem, e para curarem tôda a enfermidade e todo o mal", e, no v. 8: "curai enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos, expulsai os demônios: de graça recebestes, de graça dai".

Logo, os apóstolos foram investidos de poder para realizar tais obras milagrosas, e noutra ocasião Jesus chegou até a dizer-lhes que êles "fariam até maiores obras" que as d'Êle! Porque também disse o Mestre: "Tudo é possível ao que crê."

Portanto, não era por feitiçaria e ademanes, que êles efetuavam tais milagres, e muito menos através do simples contato de suas vestes ou sua sombra ao passar junto às vítimas! Bastava a intenção do Apóstolo em curar, orando a Deus, e a cura se dava, pois fôra isto uma promessa do poder que lhe dera o Divino Mestre.

Os contemporâneos dos apóstolos, especialmente os que eram curados, entenderam que era o simples toque nos panos, ou a sombra do apóstolo que tinham o poder de curá-los, à semelhança do impagável "mestre" Eurípides de hoje, tão-sòmente por causa da ignorância ou

má fé, conforme parece ser o caso de o Autor de "Aos Irmãos Separados".

E, depois de citar essas maravilhas operadas pelos Apóstolos do Senhor, exclama o ingênuo Eurípides:

"Que é isto, senão a mesmíssima coisa que continua a suceder na Igreja Católica? Não diz S. Paulo que Jesus Cristo é sempre o mesmo, ontem, hoje e para sempre? E que é a Igreja senão Jesus Cristo continuado pelos séculos em fora? Nada de se admirar, portanto, que o que acontecia no século primeiro, aconteça também no século 20. Legítimo, pois, e absolutamente bíblico o uso e a veneração das sagradas relíquias".

Responder-lhe-emos a seguir.

Cristo e a Igreja através dos séculos

Aquêles milagres, pois, operados pelos apóstolos e por Cristo eram devidos não ao toque nos panos e vestes dos enfermos, nem ao toque em lenços ou à sombra, mas sim à fé que os sofredores depositavam no poder que Deus outorgava aos Seus servos para operarem tais maravilhas.

Prosseguindo, agora, na refutação, vamos rebater, com fatos insofismáveis, euripidinas afirmações.

Para maior clareza, reproduzamos novamente as suas palavras.

Depois de enumerar os casos dessas curas milagrosas realizadas pelos santos Apóstolos do Senhor Jesus, e por Êle mesmo, exclamou o ingênuo Eurípides, com ares de triunfo:

"Que é isso, senão a *mesmíssima coisa que continua a suceder na Igreja Católica?* Não diz S. Paulo que Jesus Cristo é sempre o mesmo, ontem, hoje e eternamente? E que é a Igreja senão Jesus Cristo continuado pelos séculos em fora? Nada de se admirar, portanto, que o que acontecia no século primeiro, aconteça também no século 20.° . . . Legítimo, pois, e absolutamente bíblico o *uso e*

a veneração das sagradas relíquias." (os grifos são nossos).

Nunca ninguém disse tanto êrro em tão poucas frases!

Então, Eurípides, Você tem a coragem (e quase diríamos loucura . . .), de afirmar que os milagres operados pelos Apóstolos "são a mesmíssima coisa que continua a suceder na Igreja católica?"

Será que, com isto, Você quer mesmo afirmar que os bispos, arcebispos, cardeais, papas e até padres, através dos séculos, e até "no século 20", continuam a fazer o mesmo, "a mesmíssima coisa" que faziam os Apóstolos do primeiro século? !

Será que Você nos poderia citar ao menos um exemplo de tais curas milagrosas efetuadas por êsses senhores tonsurados?

Será que algum dêles, de entre os vivos ou de entre os seus *santos* mortos, pelo simples fato de os enfermos tocarem em suas vestes, operou o milagre da cura ou já ressuscitou algum cadáver?

Acaso, "a sombra", a simples "sombra" de um dêles, ao menos pela sua fé e poder, já curou alguma vítima ou já expeliu algum demônio?

Será, pois, que a sua Igreja continua fazendo os *mesmíssimos* milagres que Jesus e Seus Apóstolos faziam?

Será que algum enfêrmo já ficou curado, ao tocar na orla de alguma batina?

Ó Eurípides, Você expõe cada vez mais ao ridículo a sua pobre Igreja!

A propósito, não se lembra de um episódio, assaz humorístico, de uma entrevista que teve Tomás de Aquino com um papa?

Êle prova que a Igreja perdeu o poder que tinha antes de romanizar-se, lá naqueles dias áureos dos apóstolos.

Disse Tomás de Aquino ao papa, comentando o fato da cura miraculosa do paralítico, à porta formosa do Templo, por S. Pedro: "Hoje, *Santidade,* a Igreja não

pode dizer, como S. Pedro disse: "não tenho prata nem ouro." Ao que lhe respondeu, tristemente, o papa: "É verdade, Tomás; mas também não pode dizer ao paralítico, como S. Pedro disse: "levanta-te e anda"!

Foi a confissão tácita da realidade: a Igreja perdeu o poder!

Como tem Você coragem e coragem mesmo de afirmar que "a *mesmíssima* coisa", isto é, o mesmo (no superlativo) que faziam os Apóstolos, continua a Igreja Católica a fazer, até hoje, no século 20? !

Pelo que vemos, Eurípides, Você quer ser mais realista que o rei! Um seu papa confessa que a sua Igreja perdeu o poder; Você, porém, sustenta o contrário: que ela continua sendo a "mesmíssima coisa" dos dias apostólicos e com o mesmo poder, procurando justificar isto com o fato de N. Senhor Jesus Cristo ser o mesmo ontem, hoje e para sempre, coisa que nenhuma paridade tem com a Igreja Romana.

Não, Eurípides! Você está redonda e miseràvelmente enganado!

Cristo é. realmente, o mesmo ontem, hoje e eternamente, mas a Igreja, especialmente a sua, é que não é a mesma . . .

E, teològicamente, ainda que sua Igreja fôsse a mesma, inteiramente fiel a Cristo, como nos dias apostólicos, não seria "o próprio Jesus Cristo continuado pelos séculos em fora", porque, uma coisa é a assembléia dos fiéis, e outra bem diferente é o Seu Celeste Espôso! Como sua cabeça é fértil em confusões!

E, como poderia a sua Igreja ser a continuação de "Cristo pelos séculos em fora", se ela tem "as suas vestes manchadas no sangue dos mártires"; se ela tem misturado o poder temporal com o espiritual, e dêsse conúbio maldito, os seus interêsses materiais têm suplantado e sufocado os interêsses espirituais, tornando-se verdadeiro comércio a sua especulação com as almas e com as coisas santas, num simonismo já tantas vêzes condenado na Palavra de Deus, como temos provado? Como pode a

Igreja de Roma ser o Cristo continuado pelos séculos em fora, se os seus ministros, à semelhança dos fariseus de outrora, transformaram a "Casa de Deus" em covil de ladrões?! Como poderia ser a sua Igreja "Cristo continuado através dos séculos . . .", se até hoje seus ministros votam ódio de morte a todos que se não submetem ao seu jugo tirânico, diferente daquele que disse: "O meu jugo é suave, e o meu fardo é leve" (S. Mat. 11:30)? ! Como pode a sua Igreja ser a "continuação de Cristo pelos séculos em fora", se Cristo nunca excitou a que apedrejassem os Templos dos seus adversários, mas, ao contrário, doutrinou, no Sermão do Monte: "Fazei o bem aos que vos fazem o mal; orai pelos que vos caluniam; bendizei os que vos maldizem; bendizei-os e não os amaldiçoeis"?! Como a sua Igreja "é o próprio Cristo através dos séculos", se os mestres, tonsurados ou não, excomungam, amaldiçoam, infernam a todos os que lhes apontam os erros, as prevaricações, fundamentando seus argumentos na Palavra de Deus? Como pode ser a sua Igreja "o Cristo seguido pelos séculos em fora", se a maioria, finalmente, dos seus fiéis, segue a estrada larga do vício, do crime e do pecado, vício, crime e pecado, de que são co-participantes, em grande parte, os seus próprios *sacerdotes*, via de regra? !

Vade retro, satana!

Façamos-lhe, agora, Eurípides, mais uma pergunta: Se como Você afirma o que sucedeu na Igreja Primitiva "é a mesmíssima coisa que continua a suceder na Igreja Católica," até o dia de hoje, por que é que seus bispos, que se dizem sucessores dos Apóstolos, e seus padres, que se julgam com poderes delegados dêsses bispos, não obtiveram aquêle mesmo poder que Cristo deu aos Seus Apóstolos, isto é, o dom de curar enfermos, expelir demônios e ressuscitar mortos? !

Se êles, de fato, fôssem os sucessores dos Apóstolos, era de se esperar que tivessem êsse mesmo poder, especialmente se, como Você diz, o que sucede na Igreja Católica

lica hoje, é a "mesmíssima coisa" que sucedia na Igreja, nos dias apostólicos!

Não se julgam com o poder de perdoar pecados?

É que, dizer: "perdoados são os teus pecados", qualquer um pode dizer, porque a prova de que tais pecados são mesmo perdoados não se pode demonstrar à vista.

Dizer, porém, a um paralítico: "levanta-te e anda" é coisa muito diferente! Por isso, nem papas, nem bispos, nem padres se atrevem a dizer tal! Nessa não caem êles! É que nenhum paralítico se lavantaria, e os senhores abatinados seriam corridos pelas multidões!!

Por que não dão os ministros católicos a prova de que têm, de fato, o poder de perdoar pecados? Dizer só que têm tal poder, porque receberam por transmissão, sem provar coisa alguma, isso não adianta! *Res, non verba!* . . .

Cristo deu a prova, quando disse: "Para que saibais que o Filho do Homem tem, na terra, poder para perdoar pecados, disse ao paralítico: "levanta-te, toma o teu leito e vai para a tua casa"! E êle se levantou mesmo e foi para casa!

Mas, os ministros da religião Católica, que nem sequer podem fazer os milagres que os Apóstolos de Cristo faziam, não só se arvoram em continuadores do seu apostolado (!), com o mesmo poder (!!) que êles tinham, e ainda outro, que nem êles tiveram: o de perdoar pecados!

Ó raças de víboras! Escribas e fariseus hipócritas, onde estão as vossas credenciais para tão ousadas pretensões? ! Onde vos podeis estribar para afirmardes que "a prostituta das nações" (como é o epíteto da vossa Igreja, na Escritura), "é o próprio Cristo pelos séculos em fora"? Quem vos autorizou a dizer que os vossos ministros, bispos, cardeais, abades, papas e padres fazem o mesmo que fizeram os Apóstolos de Cristo na Primitiva e Santa Igreja que vós corrompestes doutrinária e moralmente? !

Nem os próprios católicos que têm um pingo de discernimento das coisas e dos fatos da sua Igreja dão crédito a semelhante parlapatice!

Se assim é, se de fato tendes aquêles poderes a que estamos aludindo e que vos são emprestados pelos fanáticos e "beatos" da marca euripidina, presunçosos e enfatuados, enfileirai-vos, vós todos: padres, abades, bispos, arcebispos, cardeais, papas de todos os séculos passados e do presente, sim, enfileirai-vos para que a vossa "sombra" opere os milagres que a "sombra" do Apóstolo S. Pedro, através do Poder de Deus, que estava nêle (e não na sombra) operava diante das multidões que afluíam, crentes na Palavra do Divino Mestre!

Sim, enfileirai todos êsses tonsurados, do Oriente ao Ocidente, de Norte a Sul, e vamos ver se, ao menos um dêles é capaz de fazer andar algum paralítico, ou dar a vida a um morto! Experimentem, se são capazes!

Então, Eurípides, onde estão as credenciais dessa sua Igreja, que você teve o arrôjo de dizer que é "Jesus Cristo continuado pelos séculos em fora"?

Depois dos duros apertões que acabamos de lhe dar, ainda terá fôrça, para afirmar que o que sucedia na Igreja dos tempos apostólicos é "a *mesmíssima* coisa que continua a suceder na Igreja Católica"?

Pobre e miserável Igreja, que não tem poder para fazer andar paralíticos, para dar vida a mortos, nem nada! No entanto, arroga-se direitos e privilégios superiores a Cristo e aos Apóstolos, pois êstes não consentiam que ninguém se prostrasse a seus pés!

Paramentos, luzes,
incenso, cinzas, cilício...

À página 203 do seu livro, "mestre" Eurípides procura justificar o uso, na Igreja (Romana, já se vê), de paramentos, alfaias, etc., e cita a Bíblia, em Êxodo 36, 37 e 39, "em que se vê que o inventor dessas coisas foi o próprio Deus..."

Sim, não há dúvida que tais paramentos, alfaias, altares, colunas, velas, castiçais e turíbulos no Tabernáculo são encontrados na Bíblia, mas, na dispensação da Lei, lá no A. Testamento, entre os judeus. Não vemos, porém, na dispensação da Graça, de que o antigo Tabernáculo dos judeus era um tipo da obra de Cristo, nada daquele cerimonialismo, não tendo o mesmo, pois, nenhuma razão de ser na Nova Dispensação; pois tudo nesta se resume em Cristo, para Quem o cerimonialismo em aprêço não só perdeu a sua razão de ser (pois n'Êle tudo se consumou), como ainda não foi, não é e nunca será o do Seu sistema. Nada interessam as formalidades exteriores, e sim, o interior, o que realmente sente e pratica o penitente. Isto, sim, é que vale para Cristo e Sua santa doutrina.

Demais, o culto público era celebrado pelos israelenses nesse Tabernáculo, desde que andaram pelo deserto até o reinado de Salomão. Assim, era êle não só o Templo de Deus, como o Palácio do Rei invisível. Era a Sua "Santa Habitação", lugar em que Êle encontrava o Seu povo, tendo com os israelitas, comunhão; e por isso também era chamado "o tabernáculo da Congregação", isto é, o Templo do encontro de Deus com o homem.

Ora, com a vinda de Cristo, que veio demonstrar, como já vimos anteriormente, que Seu culto não poderia ficar adstrito a determinado Templo ou local, desapareceu a necessidade de tal Tabernáculo, e, conseqüentemente, todo o seu faustoso cerimonialismo; Cristo nos veio mostrar que Deus pode e deve ser adorado no Tabernáculo do nosso coração. Foi esta a grande e extraordinária revelação do Cristo à mulher samaritana, a que já nos referimos em estudos anteriores.

Daí, exclama, divinamente inspirado, o escritor de Hebreus: "Ora, a súmula do que temos dito é que temos um sumo-sacerdote tal, que está assentado nos céus à destra do Trono da Majestade, Ministro do Santuário, *e do verdadeiro Tabernáculo,* o qual o Senhor fundou, e não o homem" (Hebr. 8:1-2).

E já que a Igreja de Roma tem adotado, da liturgia e costumes judaicos, muitas coisas, por que não erigem, hodiernamente, os mesmos tabernáculos de outrora, entre os judeus, com tudo, *ipsis litteris,* consoante a sua descrição bíblica? Por que preferem suas suntuosas catedrais, tão diferentes daquela habitação do culto judaico? Por que, ainda, não imitam os judeus, criando, anexo ao tabernáculo, um páteo, (à semelhança do que faziam os israelenses), e onde se realizavam os serviços religiosos e ainda o sacrifício de animais?

Já que os romanistas são tão zelosos dos costumes e liturgias do judaísmo, deviam adotar muitas outras coisas que êste preceituava, e praticava, inclusive a cerimônia do "Bode Emissário", enviado ao deserto, para expiar os pecados, cerimônia que se realizava no "Grande Dia da Expiação", entre os israelenses"! (Lev. 16:8, 10, 26).

Eurípides, note bem que, se algum dia sua Igreja efetuar a cerimônia do "Bode Emissário", aquêle que fôr portador do tal "Bode", ao deserto, para ser rigorosamente de conformidade com o ritual judaico, deverá observar o que prescreve Levítico 16:26: "lavará os seus vestidos e banhará sua carne em água", para depois entrar na cidade!

Vê-se por isso, Eurípides, como Você é ingênuo e mais que infantil!

Refere-se o Autor, ainda em seu livro, às páginas 204 a 206, ao uso de cinzas, cilício, luzes litúrgicas e incensos, na Igreja Católica, louvando-se no seu uso na Igreja Judaica, e exclama: "São, pois, de inspiração bíblica todos êsses e outros costumes católicos", e acrescenta: "lamentável seria, isso sim, que ficássemos apenas nas exterioridades, como os fariseus do tempo de N. Senhor".

Ah! Eurípides! se formalismo religioso, se ritualismo e pompas religiosas contribuíssem para imprimir respeito e santidade às almas, Cristo não teria fustigado os mestres religiosos do seu tempo, que eram até extremamente rigorosos com os outros, mas êles mesmos não passavam de "sepulcros branqueados", "hipócritas" e "ra-

ças de víboras", como foram apodados pelos profetas e pelo próprio Cristo!

E quer dizer Você, ingênuamente, que a sua Igreja não tem ficado nas mesmas exterioridades que caracterizavam os fariseus do tempo de Nosso Senhor? !

Oh! Como Você mostra desconhecer a triste e dolorosa realidade da vida dos seus irmãos em tôdas as nações católicas, especialmente em nosso mal-aventurado Brasil católico!

Ouça, então, como lhes descreve os sentimentos religiosos o gênio puríssimo de Rui Barbosa, quando escreve: "Percorrei tôda a Europa neolatina; contemplai tôda a América espanhola; estudai o Brasil; e da piedade cristã não achareis nada. Por tôda essa área imensa o joio do fanatismo, da beataria, do farisaísmo religioso. A verdadeira piedade, a flor celeste da caridade cristã, definhou, perdeu-se, no meio da semente maldita. Apenas nas regiões mais altas, como detritos fósseis de um mundo exausto e granitificado, estende a incredulidade a sua superfície árida e nua. É debaixo dessa superfície que dormem os vulcões inextinguíveis, as revoluções sinistras do servilismo, da intolerância ou da corrupção. Por cima o solo talado e inerte. Por baixo a chama sanguinolenta dos maus instintos populares, as conjurações do ódio, da superstição e da rapina" ("O Papa e o Concílio", pág. 231).

Eis aí, Eurípides, o lamentável estado espiritual das nações católicas, apesar de tôda a sua pompa ritualística, que não têm conseguido, e jamais conseguirão elevar o seu nível moral e espiritual!

Santidade, Eurípides, não se adquire por superstições, nem por cerimônias externas, que tanto N. Senhor verberou!

Pode, pois, o povo repetir com o sacerdote o *introibo ad altare Dei* um milhão de vêzes, e mergulhar num oceano de luzes litúrgicas, e embebedar-se com todos os incensos de tôdas as catedrais católicas, e vestir-se com o cilício e as cinzas que existirem no mundo inteiro; mas, se o Espírito Santo não tiver domínio em seu coração,

de nada lhe valerá tudo isso, e, muito ao contrário, a sua hipocrisia religiosa ainda mais o condenará, pois "Deus não é Deus de mortos, mas de vivos" (S. Mat. 22:32).

Daí, a exortação do Apóstolo: "Revesti-vos de tôda a armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo. Tomai também o capacete da salvação, e a espada do Espírito, que é a Palavra de Deus". (Efés. 6:11,17).

Mas, os padres romanistas, em vez de inculcarem ao povo êsses recursos ordenados pelo Apóstolo, para que vença realmente as suas fraquezas, e triunfe sôbre os males dêste século, adornam os seus templos, ornamentam-lhes os altares, marcam-no com cinzas na testa, entontecem-no com luzes e incensos, de mistura com ladainhas e rezas sepultadas no "mistério de uma língua morta", quando não transformam o púlpito em diatribes, insultos, impropérios e calúnias contra os que, pugnando pela pureza e santidade das vidas, verberaram-lhes os seus métodos e práticas tão distanciados da letra e do espírito do Evangelho! . . .

Não, Eurípides, santidade não se adquire pelas cerimônias externas!

Por esta escada que Você recomenda o cerimonialismo — o *introibo ad altare Dei"* de sua Igreja, jamais se pode chegar "ao conhecimento pleno da verdade e ao altiplano da santidade", se o coração não fôr lavado pelo sangue de Cristo e se o Santo Espírito não fizer nêle guarida!

Portanto, se Cristo não fôr a Escada, através do Seu Santo Espírito, jamais alcançaremos a Verdade e muito menos a santidade! (a não ser que se confunda santidade com "beatice" . . .)

"Arrependei-vos e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para remissão de vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo"! (At. 2:38) (1)

---

1 Reparai, romanistas, que quem assim nos falou foi o vosso *primeiro Papa* — S. Pedro da Galiléia!

A extrema-unção

A teologia romana ensina que a extrema-unção é um sacramento. E Eurípides cita, para defender tal doutrina, S. Marc. 6:13 e S. Tiago 5:13-16.

Ora, tais textos, de modo algum, autorizam a quem quer que seja a concluir dêles a prática da extrema-unção aos moribundos, quanto mais que seja um sacramento instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo!

Nesses passos escriturísticos faz-se referência ao costume que a Igreja Primitiva adotou no primeiro século, e dizem que foi até o 2.°, de untarem o doente com óleo (não *bento*), como remédio.

Daqui, portanto, não se pode inferir que, pelo fato de os discípulos ungirem enfermos com óleo, se tratasse de sacramento. Os 70 leigos faziam isto (Luc. 10).

E, em referência a passo idêntico, descrito na Ep. de S. Tiago 5:14-16, passamos a transcrever, na íntegra, para tirar dúvidas da cabeça de quem quer que seja: "Há alguns enfermos entre vós? Chame os presbíteros da Igreja, e êstes façam oração sôbre êle, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. *E a oração da fé salvará o enfêrmo,* e o Senhor o aliviará. E, se estiver em pecados, ser-lhe-ão perdoados" (segundo a versão do N. T. do Pe. Vicente Zioni).

Antes de mais, convém frisar o que parece não ter sido percebido pelos sectários romanistas. É que, segundo a clareza dos têrmos empregados pelo Apóstolo S. Tiago, a unção do óleo, a que se refere o texto, era feita pelo conjunto (e não por um, pois o plural — *presbíteros* — é manifesto). Ao mesmo tempo, êstes deviam fazer oração "sôbre" o enfêrmo. É isto, precisamente, que se contém nas palavras do Apóstolo, que expressamente intima os presbíteros: "... e êstes façam oração sôbre êle" (o enfêrmo).

Continuando, esclarece ainda, o mesmo apóstolo, que "*a oração da fé salvará o enfêrmo* e o Senhor o aliviará. E, se estiver em pecados, ser-lhe-ão perdoados".

Julgamos indispensável repetir a citação para que a ninguém seja lícito sofismar o texto e a verdade que nêle se contêm. Assim, é claro como água cristalina, que "a oração da fé" é que salvaria o enfêrmo, e, através dela, os pecados lhe seriam perdoados. Fica, assim, excluída, e de modo inequívoco, a pretensão romanista de que a unção é sacramento, com poder de tirar pecados ao enfêrmo.

E, para destruir, de vez, a patranha romanista, como a Igreja ensina em seus catecismos que tal pretenso sacramento teria sido *instituído* por N. S. Jesus Cristo, basta atentar bem na clareza do texto citado, para se depreender claramente que foi S. Tiago quem determinou tal prática. Quanto a Jesus Cristo, nem sequer, pelos textos sagrados, se pode demonstrar que o Divino Mestre tenha feito a menor referência a tal costume, quanto mais fazendo dêle um sacramento! . . .

É muito fácil à Igreja Romana impingir pêtas a crianças, que ainda não raciocinam, ou a pacóvios, cujos cérebros têm pouco pêso. Mas, pretender insinuar essas patranhas a homens adultos, com cérebros desenvolvidos, habituados ao raciocínio e dispostos a não engolirem qualquer "pílula" que lhes ofereçam, como manjar de salvação, já se torna difícil ou mesmo impossível!

É por isso que, para se poder ser "católico", ao sabor do Catolicismo Romano, será preciso abdicar da inteligência e da sua faculdade de raciocinar.

Realmente, só cegos é que podem recorrer a tal igreja, para os conduzir na senda da vida! Só cegos. Mas, aquêles que têm os olhos abertos dispensam tal *auxílio,* e, em assuntos concernentes à fé e à salvação, basta-lhes a direção do Espírito Santo e a doutrina do Cristo, tal qual se contém na Sagrada Escritura.

Fora disso, tudo são balelas!

Demais, a unção dos doentes com óleo — que, como já vimos, era um costume da Igreja Primitiva, e se prolongou, dizem, até o 2.º século — se acompanhava da oração e da cura, quando ainda a Igreja, através dos seus discípulos, tinha o dom de curar; porém, quando cessou

o dom, desapareceu também o costume. Os papistas, porém, nunca usaram tal costume para curar o enfêrmo, como o usavam os Apóstolos, mas o transformaram em sacramento aplicável ao moribundo, não para o curar, mas (dizem êles) para lhe transmitir poder (!), no seu extremo momento de vida, de extirpar os últimos resquícios de pecado, e para que tenha êle fôrça e resignação para suportar êsse transe doloroso!

Tudo isto está inteiramente em desacôrdo com o uso, nas Santas Escrituras, onde, como já vimos, destinava-se, tal costume, de permeio com a oração, à cura do enfêrmo, e nunca como meio de graça para extirpar pecados ou fortalecer e confortar a alma na luta entre a vida e a morte. Até nisso o romanismo adultera a Palavra de Deus!

Vejamos, agora, em confirmação da nulidade de tal ensino romanista, alguns textos sagrados, contrários à extrema-unção.

(1) "Pelo qual também temos acesso pela fé a esta graça, na qual estamos firmes, e nos gloriamos na esperança da Glória de Deus" (Rom. 5:2).

Logo, é pela fé em Cristo, que Deus nos *dá a graça salvadora e santificadora,* e não pela unção de *óleo santo.*

(2) "Ora, Nosso Senhor Jesus Cristo mesmo . . . nos deu *consolação eterna*" (2.ª Tessal. 2:16). Não é o óleo, conquanto *bento,* que nos há de consolar.

(3) "O Senhor o sustentará no leito da enfermidade. Tu lhe amaciarás a cama na sua doença" (Salmo 41:3).

(4) "Em tudo tomando o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do Maligno" (Efés. 6:16).

Assim, o triunfo sôbre satanás não nos vem de unção alguma de óleo que faz um padre a um pobre moribundo, mas da fé que luta, firmada sôbre o poder de Cristo, que não nos ordena que recorramos a óleo *bento,* mas a pedir ao Pai: *"livra-nos do mal"* (S. Mat. 6:13).

Històricamente sabemos que tal heresia teve sua origem em 528 A.D., por parte dos valentinianos, e depois,

no século 7.º (628 A.D.), Félix IV fêz dela devoção. Aprovada e sancionada pelo Concílio de Trento na Sess. XIV, De Extr. Unct., cap. 1, can. 1.

Portanto, tudo pura invenção romanista!

Parece-nos ainda importante focar aqui a idéia — compartilhada por vários médicos, e, sobretudo, por muito boa gente, inclusive a católica — de que a prática dêsse pretenso sacramento (extrema-unção) não é bem aceita.

Na verdade, a presença do padre, nesses casos, é prenúncio de morte certa ou pelo menos provável, para o pobre enfêrmo. E, porque assim é, muitos doentes parece começarem a sentir-se piores, quando se fala em chamar o padre. Esta a razão por que muitos médicos não concordam com tal prática, que, por vêzes, vem agravar o estado de certas doenças, sobretudo as de caráter cardíaco, podendo até sobrevir um colapso. Pela mesma razão, certas famílias católicas se opõem a que se chame o padre para administrar a extrema-unção, pois pretendem poupar os seus doentes queridos à antevisão de morte iminente.

Êste fator psicológico é, talvez, o motivo mais forte, pelo qual a maioria absoluta dos católicos não recebem o tal pretenso sacramento.

Pelo exposto, vê-se que, enquanto a presença, outrora, dos Apóstolos à casa dos enfermos constituía prenúncio de alegria e vida, porque êles de fato ungiam e curavam, de verdade; a presença do padre, em tal circunstância, tem sido, precisamente, o oposto: prenúncio de tristeza e morte; porquanto, a sua unção, nem esperança de vida traz ao moribundo, mas, ao contrário, a desilusão, a morte que se avizinha!

É sempre assim: quando o pecador altera a palavra do Senhor, "um abismo leva a outro abismo"!

CAPÍTULO XI

"UM SÓ MEDIADOR"

Não nega o Autor — o que também ensina o Protestantismo — que Jesus Cristo é o ÚNICO MEDIADOR entre Deus e os homens. E cita, Eurípides, em seu livro, pág. 225, o próprio Papa Leão XIII, textualmente: "Só a Jesus Cristo se aplica de modo absoluto o nome de Medianeiro, pelo que escreve o Apóstolo: *"Há um só mediador entre Deus e os homens"*. "Todavia, essa mediação, *absolutamente necessária, superabundante, suficientíssima, e que não carece, de modo nenhum, do auxílio de quem quer que seja, não exclui os medianeiros subalternos e dependentes de Cristo"* (grifos nossos).

Primeiramente, advertimos que não existe na Bíblia tal distinção de medianeiros: um, *"de modo absoluto"* e outros, *"subalternos"*, nem explícita, nem mesmo implìcitamente.

Ora, se a mediação de Cristo é ÚNICA — "HÁ UM SÓ MEDIADOR" (e do mesmo modo cremos), — segue-se que, qualquer outro que se Lhe interponha é falso medianeiro. E, ainda, se a mediação de Cristo é reconhecida pela Igreja (no que estamos absolutamente de acôrdo), conforme citação supra, como *"superabundante, suficientíssima e que não carece, de modo nenhum, do auxílio de quem quer que seja"* (o grifo é nosso, e apoiamos inteiramente a citação), não é realmente cair em grave contradição, o Papa, afirmar categòricamente, como afirmou, que, "todavia", tal mediação "não exclui os medianeiros subalternos e dependentes de Cristo"?

E onde está a base, o fundamento escriturístico, no texto em aprêço, onde se fala que Cristo é *"o único mediador"* (no que faz a exclusão, naturalmente, de qualquer outro), para o exegeta romanista afirmar que não há, ali, a exclusão de outros medianeiros subalternos"? Onde se podem firmar os exegetas e dialeticistas católicos, para inferirem dêsse texto o que alegam?

Nem mesmo tal inferência se pode tirar de qualquer outro texto da Santa Palavra.

Vejamos, na íntegra, o texto paulino supramencionado, porque êle tem mais alguns têrmos que servem para reforçar nossa tese: *"Porque há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, que é Jesus Cristo homem"* (1.ª Tim. 2:5).

Em face das palavras que acabamos de citar, e que são divinamente inspiradas (o que o Autor aceita, como nós também), poderíamos raciocinar da seguinte maneira:

Do mesmo modo que há um só Deus, há, igualmente, um só Mediador.

Ora, como é inadmissível, de modo absoluto, a tôla idéia de mais de um Deus (ficando cortada a hipótese de deuses secundários ou "subalternos"), pela mesma razão é igualmente tôda a idéia de mediadores secundários ou "subalternos", para empregarmos o têrmo do Papa Leão XIII, citado pelo Autor.

Por que é Cristo o único mediador?

No v. 6 do citado texto paulino, o Apóstolo dá as razões por que Cristo é o "ÚNICO MEDIADOR", o suficientíssimo, o perfeitíssimo e fora do Qual não há outro: por "haver-se dado a si mesmo como preço de redenção (morte de Cruz) por todos".

Dirão nossos opositores romanistas que também crêem assim, e, daí, podem acusar-nos de "estar chovendo no molhado" ou perdendo tempo em aduzir provas de que realmente Cristo é o "ÚNICO MEDIADOR".

Não, senhores romanistas. Temos sobejas razões para insistir neste ponto e deixá-lo o mais evidente possível. E o principal de tudo é isto: se Jesus é o único credenciado pela própria obra que fêz (morte na Cruz, ressurreição, ascenção aos céus, etc.), o que nenhum outro realizou, nem podia realizar, segue-se que, de forma alguma, nenhum outro poderá ser nosso Mediador, nem mesmo na hipótese absurda e antiescriturística de Leão XIII, a de ser "subalterno", o que não tem apoio na Revelação Divina nem na razão.

E, repisando o argumento anterior: como "há um só Deus e um só Mediador", segue-se, lògicamente, que, para admitir-se a existência de outros mediadores, dever-se-ia também admitir a existência de mais de um Deus!

Daí, o Apóstolo estabelecer a mesma relação entre a unidade de Deus e a unidade do Mediador.

Está enxergando, Eurípides?

Já pensou no que seria poder admitir-se uma doutrina que redundaria, fatalmente, numa demonstração da ineficácia da mediação de Cristo?

Se não, vejamos.

Jesus Cristo na Cruz cumpriu a Sua missão de *Salvador*: e no Céu está cumprindo a de *Intercessor*. Pois bem; são estas funções gloriosas de Nosso Senhor que constituem como que a cadeia áurea que faz a ligação entre a criatura e o Criador, isto é, a Sua obra ímpar de *Mediador*.

Ora, se interpusermos, ao lado d'Êsse Cristo ímpar, absolutamente perfeito na Sua Vida e obra (que realizou o que nenhum outro realizou e nem poderia realizar) a possibilidade de outro ou outros intervirem para desempenharem o que a Escritura Sagrada Lhe considera ou Lhe atribui como sendo prerrogativa exclusiva d'Êle, não é isto, evidentemente, desmerecer o valor infinito e único da obra do Divino Senhor? Não constitui essa interpolação de outro ou outros, sem as mesmas credenciais do Filho de Deus (porque também não há quem as tenha . . .), não constitui isto um demérito para a obra intercessória

e ímpar de Nosso Divino Mestre e Salvador único? E não será isto, de certa forma, a destruição de Sua obra, visto que Êle é tão perfeito Salvador, quanto Mediador?

Outra ilação não é possível tirar-se. Com efeito, se não é excluída a hipótese de haver "medianeiros subalternos", segundo julga Leão XIII, segue-se que ela é admissível, o que é ponto assente para todo o romanista. Mas, admitida tal hipótese, como se poderá fugir à seqüência lógica de que não basta a mediação de Cristo?

Também nos custa crer que os cérebros dos eminentes próceres do catolicismo, com o seu chefe Leão XIII à frente, não tenham refletido na enorme e tremenda contradição contida na sua engenhosa e maquiavélica doutrina !

Na verdade, como se pode afirmar, conforme o fêz Leão XIII, que, sendo *"essa mediação"* (a de Cristo), *"absolutamente necessária, superabundante, suficientíssima, e que não carece, de modo nenhum, do auxílio de quem quer que seja"*, e depois acrescentar que isso *"não exclui os medianeiros subalternos e dependentes de Cristo"?* Como se podem conciliar essas duas idéias?

É sempre a eterna história da alicantina jesuítico-papista: o sofisma do *é e não é*! . . .

É como se alguém dissesse: Eu sou incapaz de vinganças; mas, quem mas fizer, há-de mas pagar"! . . . Em que ficamos? — É para vinganças, ou não? Se não é, para que diz que "quem mas faz, paga-mas"?

É, precisamente, semelhante raciocínio que se pode concluir da citação do *infalível* Leão XIII !

É interessante!

Chama-se a isto apagar com os pés aquilo que as mãos escreveram!

Quando chegará o dia em que o papismo romano se convencerá de que a humanidade já atingiu um tal grau de civilização e progresso, que não mais é possível exigir dela que acredite em patranhas tão desconcertantes, como as que se encerram neste e em semelhantes assertos de sua incoerente e sofística doutrina?!

Têm de se convencer, mau grado seu, de que os homens do século XX são muito diferentes dos bisonhos mortais do obscurantismo medieval, que se curvavam tímida e miseràvelmente perante tôdas as imposições do despótico papismo, então imperante!

É o caso para exclamarmos, parodiando um passo de Cícero:

Quousque tandem, abutere, Catholica Ecclesia, patientia pauperum hominum? Quandiu eos iludet ille notus furor tuus ac aeternum et diabolicum sophisma tuum?!

Desnecessidade de medianeiros subalternos

Graças ao Altíssimo Deus, viemos ao mundo no século XX. Se vivêssemos naqueles ominosos tempos medievais, teríamos sabido, antecipadamente, que o nosso fim último seria sermos convertidos em torresmos, nas fornalhas da "Santa Inquisição", obra eternamente odiada da não menos odiosa instituição anticristã que se chama Catolicismo Romano!

É profundamente lamentável que tal instituição, que proclama, "URBI ET ORBI", defender e propagar os salutares ensinamentos do Divino Jesus, antes se coloque em discordância manifesta com êles!

Sem sairmos do capítulo do livro euripidino que vimos esbagaçando, é aqui a altura de pormos a nu uma das discordâncias do ensino da Igreja, de que se constituiu arauto e propagandista o "mestre" Eurípides, em oposição ao ensino de Jesus.

Ensinou Êle: "Eu sou a porta; se alguém entrar por mim, salvar-se-á" (S. João 10:9). Em oposição, o catolicismo romano ensina que Maria é que é a porta!

Por isso, a Igreja ordena que se cante nas ladainhas em honra da Mãe de Jesus, conforme podemos ouvir, em qualquer Igreja Católica, a seguinte invocação: "JANUA COELI, ORA PRO NOBIS"!

Quer dizer, afinal, que Maria é que é "a porta do Céu" (tradução da invocação latina supra).

Leia, ainda, Eurípides, estoutro texto de Cristo, em que Êle doutrina, insofismàvelmente, que atende a tudo e a todos, para o que estabelece uma única condição, a de pedirmos (diretamente) ao Pai, em Seu nome: "*E tudo quanto pedirdes a Meu Pai, em meu nome* eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho" (S. João 14:13). E repete a mesma promessa no v. 14, e põe a maior ênfase possível em Seu ensino, ao salientar que a Deus (o Pai) é que devemos pedir pela mediação única d'Êle, e assim fazendo — disse-nos, afinal, o Senhor Jesus — estamos glorificando o Pai no Filho. Logo, Jesus não ensinou que é por meio de Maria ou por qualquer outro santo ou anjo. Êle também afirmou ser o "caminho, a verdade e a vida", a" porta das ovelhas", o "Sumo Pastor", o verdadeiro Sumo Pontífice de nossas almas! . . .

Admitindo-se a hipótese da necessidade e existência de outros medianeiros junto a Deus, seria o caso de Jesus encaminhar as petições dos pecadores à Bendita Virgem, aos Santos, etc. (os tais "medianeiros subalternos"), a fim de que examinassem os méritos das petições em aprêço, emitissem, então, as razões de sua razoabilidade e necessidade, para, enfim, passarem pelas mãos do Supremo Advogado dos pecadores (o Cristo). Êste as encaminharia ao Onipotente (o Deus Pai), para o despacho final.

Ora, isto é fazer do Céu e do Trono do Altíssimo e de Cristo uma espécie de instituição similar às dos homens, na qual, em face das imperfeições humanas, o chefe supremo carece sempre de que seus subalternos ou subordinados examinem os papéis, emitam seu parecer etc., até que, perlustrando todos os caminhos da burocracia, os documentos sobem à sua consideração para receber a sua rubrica, e, pois, o despacho final.

Não! O Nosso Salvador não nos deixaria nesta miserável contingência. Êle é Onipotente (tudo pode, sem depender, pois, de ninguém), é Onipresente (está em tôda parte) e é Onisciente (sabe, portanto, tudo, sem precisar

de esclarecimentos de qualquer criatura angélica ou terrena).

Sendo assim (e assim o é), Êle não precisa, para atender-nos, dos miseráveis "pistolões" ou dos paupérrimos e ínfimos serviços especiais ou intercessórios, mesmo que tais intercessões ou auxílios sejam de anjos ou santos.

Graças a Deus que o Nosso Cristo é o Cristo Vivo e não o Cristo morto do Catolicismo Romano.

Então, se alcançamos tudo pela Mediação de Cristo, não é inutilidade e parvoíce muito grande estarmos a perder tempo com outros, ainda que tivessem o mesmo poder de Cristo?

Não é, realmente, Eurípides, inútil, além de ineficaz e perigosa tal doutrina?

Finalmente, em que lógica se estribam, Você e os seus mui reverendos e *reverenciados mestres,* com o Papa à frente, para poderem afirmar que a expressão *"há um só Mediador"* não exclui os "medianeiros subalternos"?

Porventura, se alguém lhe disser que tem *um só* filho, pode Você ou alguém ficar a pensar que tenha êle dois, três ou mais? Não seria isso um disparate e grande?

Acaso, a expressão *"um só"*, não exclui, por fôrça da própria significação, a hipótese de haver outro ou outros? Ou dar-se-á o caso de Você e seus *infalíveis* mestres julgarem que aquêles que lêem suas parlapatices são doidos ou imbecis?

Ora, tenham juízo, senhores romanistas! Deixem-se de necedades!

Convençam-se, para sempre, de que, empregando, como fazem, argumentos tão irrisórios, tão infantis e tão incoerentes, como o do Papa Leão XIII, citado pelo Autor, apenas poderão ludibriar crianças ou néscios!

A infantilidade do argumento papista acêrca da existência de "mediadores subalternos", que seriam intercessores junto a Cristo, cai por terra, ao menor sôpro.

Segundo esta teoria, sibilina e sofisticamente elaborada, teríamos Cristo como Mediador entre Deus (o Pai)

e os pecadores; e os Santos, à frente a Virgem Maria, seriam os medianeiros entre Cristo e os pecadores.

Conquanto tal teoria nos dê a idéia de uma teia de aranha muito bem urdida, merece ela nossa irrisão, pelo fato de não nos poder embaraçar. A teia de aranha pode embaraçar ou prender apenas os míseros insetos que porventura lá venham a cair; jamais foi capaz de prender um pardal ou um sabiá: um e outro zombam da habilidade da aranha, esfarrapando-lhe a teia de meio a meio. É precisamente, o que estamos fazendo à teia hábil e astuciosamente tecida pela velha e ardilosa *aranha* do Vaticano.

A "teia de aranha"
do
Vaticano

Voltemos, ainda, à citação, feita por Eurípides, do Papa Leão XIII: "Há um só Mediador entre Deus e os homens". Todavia, essa mediação, absolutamente necessária, superabundante, suficientíssima, e que não carece, de modo nenhum, do auxílio de quem quer que seja, *não exclui os medianeiros subalternos e dependentes de Cristo"* (o grifo é nosso).

Ao pretender a seita romanista impingir patranha dêste jaez (como a que se encontra sob grifo), nem sequer se deu conta da posição insustentável que tomava e da contradição em que viria a cair.

Assim, faz-nos pasmar a incoerência dêsse Papa, citado, pela inteligência euripidina, como patrono da sua parlapatice!

Com efeito, como poderia o astucioso pontífice romano conciliar a idéia de *um só Mediador* com a da existência de outros mediadores, a que chamou "subalternos"?

Querem maior incoerência do que essa?

Façamos uma comparação, para melhor esclarecimento.

Deus é o Juiz, num Tribunal; os pecadores, réus;

e Cristo, o Advogado dêstes (1.ª S. João 2:1), o que está de harmonia com a Sagrada Escritura.

Segundo a crença protestante, a causa está entregue a um Advogado do máximo saber, competência e honorabilidade moral, capaz de conseguir a absolvição (o perdão) para os réus (concepção, aliás, que, em teoria, o catolicismo romano não impugna).

Mas, Êsse Advogado (Cristo) é o ÚNICO capaz e credenciado para livrar os "réus" (pecadores) da condenação.

A doutrina expressa neste exemplo, e que, como se disse, é defendida e crida por todos os protestantes do mundo inteiro (e ainda, teòricamente, pelo próprio catolicismo) tem a sua base na Sagrada Escritura (1.ª S. João 2:11; Tim. 2:15; Rom 8:33,34).

Pois a alicantina clerical ou jesuítico-papista engendrou, sorrateira e sub-reptìciamente, com fins inconfessados, a subtileza de, no citado Tribunal haver lugar para outros advogados, além de Cristo, aos quais o referido Papa Leão XIII chamou de "subalternos"!

Esmiuçando esta genial (!) teoria, chegaríamos, assim, a esta interessante conclusão: ou Cristo não é o Advogado em condições para defender com eficácia absoluta os seus "constituintes" (os pecadores), ou êstes não terão inteira confiança no Seu Patrono, em virtude de êles recorrerem a êsses "medianeiros subalternos". Só nesses casos é que se faria mister a interferência de outros advogados. Ora, qualquer das hipóteses é tão disparatada, lògicamente, que o Catolicismo Romano não pode abalar a fôrça dêste argumento, visto que os romanistas não contestam nada do que atribuímos a Cristo (o Advogado), conforme as expressões do Papa Leão XIII, que, como vimos, afirmou, categórica e enfàticamente, com referência à mediação de Cristo, que ela é "superabundante, suficientíssima, e que não carece, de modo nenhum, do auxílio de quem quer que seja".

Sendo assim (e não pode deixar de ser), a que propósito vem, então, essa doutrina balofa, que o Catolicis-

mo Romano pretende impingir aos pobres mortais, que não tiveram ainda a ventura de se livrar à sua escravização?

E não venham impingir a patranha audaciosa, petulante, estulta e rídicula de que a Igreja Católica "é a detentora da Revelação Cristã, e da Verdade", e, por isso, recebeu tôda a sua autoridade de Deus, na afirmação audaciosa do frade D. Estêvão Bittencourt, ao jornal "Última Hora" (7-7-958). Tal parlapatice só pode convencer criancinhas, que ainda não raciocinam, ou os imbecis.

Não vêem, senhores tonsurados, que tal pretensão da Igreja equivale a ela querer sobrepor-se às leis da Soberana e Infinita Vontade Divina? Por tal teoria a Igreja (assembléia de homens mortais e pecadores) decreta acessôres para Cristo, para o próprio Deus. Que blasfêmia!

Se alguém confiasse uma causa a um Advogado sapientíssimo e honestíssimo, e além de tudo amicíssimo de seu constituinte, enfim, o melhor de todos, e depois a confiasse, ainda, a outros de capacidade inferior, não seria isto suprema tolice? Pois essa é a atitude descabida do Catolicismo Romano com a sua interpolação da doutrina dos seus "medianeiros subalternos"! [1]

---

[1] Faz-nos lembrar a teoria pagã da multiplicidade de deuses: *Dii Majores* e *Dii Minores*; os homens, para chegarem aos *Dii Majores*, a Júpiter etc., tinham de chegar aos *Dii Minores*, ou semideuses, aos quais julgavam capazes de servir-lhes de medianeiros e intercessores para com os deuses maiores! E, assim como os pagãos canonizavam os seus heróis e vultos mais importantes, fazendo-os seus medianeiros (*Dii Minores*), junto aos *Dii Majores*, o Catolicismo Romano, por semelhante modo, tem canonizado os seus vultos mais conspícuos, mais zelosos da Religião, e mesmo alguns dos que mais sacrificaram (!), põe-nos no calendário dos santos, e os faz medianeiros. Assim, pois, o princípio fundamental dos dois sistemas é um só...

Vemos, assim, que o Catolicismo Romano (salada de paganismo, judaísmo e uma pitada, apenas, de cristianismo) é, na realidade, a continuação do sistema pagão.

E o sistema cristão, de que o Romanismo cada vez mais se distancia, é para dar a preeminência exclusivamente a Cristo, e nada a nenhum outro. Êle é que é *osso de nosso osso e carne da nossa carne*, e, portanto, pode simpatizar conosco, tendo passado pelas mesmas tentações e provações por que passamos, e nos amou como ninguém jamais amou ou poderia ter amado; por isso, pode solidarizar-se conosco como nenhum outro

Mais futilidades e sofismas euripidinos

Afirma Eurípides: "cada vez que pedimos as orações de alguém, estamos fazendo essa pessoa de medianeira

---

o pode fazer. Só Êle, pois, exclusivamente Êle, é quem pode satisfazer integralmente tôdas as maiores angústias e aflições e necessidades da natureza humana. As expressões da Revelação divina sôbre êste assunto são claríssimas. Ouçam-nas, senhores romanistas idólatras: "Porque só há um Deus, e só há um Mediador entre Deus e os homens, que é Jesus Cristo homem (1.ª Tim. 2:15). "Porque, ainda que haja alguns que se chamem deuses, ou no céu ou na terra (e assim sejam muitos os deuses e muitos os senhores), para nós, contudo, há um só Deus, o Pai, de quem tiveram o ser tôdas as coisas, e nós n'Êle. E só um Senhor Jesus Cristo, por quem tôdas as coisas existem, e nós por Êle" (1.ª Cor. 8:5,6). E mais: "Eu vos escrevo estas coisas para que não pequeis; mas, se alguém ainda pecar, temos por Advogado para com o Pai a Jesus Cristo, o Justo" (1.ª S. João 2:1).

Ouvi, pois, carolas romanistas, a voz das Santas Escrituras, da Revelação Divina, e deixai de parlapatices e invencionices pagãs. Cometeis grande pecado: embora reconheçais a tremenda necessidade de a alma humana aliviar-se de seus pesados fardos pecaminosos, ao invés de encaminhá-la Àquele que é apontado e credenciado na Revelação Divina, preferis seguir pelo mesmo trilho do miserando paganismo, substituindo seus heróis pelos vossos. Ao invés de romperdes com o sistema ultradeletério da corrupção pagã, vós, que vos dizeis seguidores do Cristo e "detentores da Revelação Cristã", sois a negação absoluta dêste sistema, pois tendes consagrado o maldito sistema mitológico pagão dos semideuses, canonizando santos (muitos dos quais de santos nada tiveram, e muito ao contrário...), e os tornando (pelos vossos decretos, humanos, falhos e pecaminosos) "medianeiros e intercessores "subalternos".

Como afirmamos acima, muitos dos tais santos do Catolicismo, de fato, de santos nada tiveram. Vamos às provas incontestáveis. Pode-se considerar, por exemplo, santo a um monstro como o tal S. Domingos, fundador do tribunal mais odioso de todos os séculos, que milhares e milhares de vítimas fêz tombar ao solo — a malditíssima "Santa (que ironia, meu Deus!) Inquisição"? Pois êle, que "se embriagou com o sangue dos santos e mártires de Jesus", foi canonizado Santo pelo Catolicismo Romano! O arcebispo Lourenço, negação daquele ensino de Cristo: "bem-aventurados os pacificadores...", e que, em certa época, se tornou o terror da Irlanda, também é outro santo romanista! O faccioso Tomás de Becket, que durante anos destruiu por completo, com suas facções, a paz no Império Britânico, é também outro santo romanista! E, assim, muitos outros, que deixaram seus rastros de sangue nos anais da História, suas pegadas de perseguidores, blasfemos, infames, perjuros e traidores, foram canonizados como santos romanistas!... Temos ou não, senhores romanistas, bem fundadas razões para impugnarmos o culto dos santos que engendrastes? Temos ou não razões muito fortes para não os invocarmos? Temos ou não justificados motivos para não darmos crédito a tais santos do Romanismo? Confessar-nos a gente dêsse jaez não será enganarmo-nos a nós próprios, não será invocarmos almas conde-

junto de Deus, sem com isso excluirmos o "único Mediador". (Ob. cit., pág. 225).

Ora essa, Eurípides! Era só o que faltava! Que tem uma coisa com a outra? Você parece criança! Que têm as orações que dirigimos a Deus, ou que nossos irmãos e amigos em nosso favor dirigem a Deus, que ver com a doutrina do "Mediador Único" da salvação? Acaso, orar-se pessoalmente ou pedir-se a oração de terceiros, constitui algo de substituição da obra de Cristo? Em que parte da Bíblia se diz que a recomendação de Cristo a que se ore "uns pelos outros" (ob. cit., pág. 226) esteja ligada à obra medianeira de Cristo?

Como o assunto de que se está tratando é o da mediação de Maria e dos santos, se quiser Você fazer comparação entre a mediação dêstes e as orações dos nossos irmãos e amigos, aqui na terra, dirigidas a Deus, por nós, cai no disparate de ignorar completamente, frontalmente, o sentido de uma e outra intercessões. Aliás, isto não é

---

nadas, que estarão mais certamente no Inferno do que na Mansão dos Justos?

Dura veritas, sed veritas!

No entanto, a essa gente, porque *S. Santidade* decretou que é santa, os pecadores podem e devem confessar-se ou dirigir invocações!

Pobres pecadores!

E dizer-se que tal parlapatice é crida por milhões! Um homem, o Papa, tão pecador como outro qualquer, decretou, e *consumatum est*!

Ó gente tôla! Ó gente sem raciocínio e sem reflexão! O pecado os embruteceu, como, de fato, embrutece e cega!...

Encerramos, aqui, essa digressão muito necessária, que veio reforçar a nossa tese da nulidade absoluta, pelo sistema genuinamente cristão, dos "medianeiros subalternos", induzindo o amigo católico, meu amigo Eurípides a que busque Jesus, a Quem êle tanto considera, teòricamente, mas, na prática, esquece e avilta — a que O busque, com sinceridade de coração, com tôda a pureza d'alma, vertendo lágrimas de sangue e exclamando: tem compaixão de mim, pecador! Que vá a Cristo, e só a Cristo. Vá diretamente a Êle, que é, verdadeiramente, o Sumo Sacerdote de nossa Fé, único Mediador de redenção, consoante se lê na verdadeira fonte da Revelação Cristã — a Bíblia: "Tendo nós, pois, um grande Pontífice (não é o "Sumo Pontífice" Romano) que penetrou os céus, Jesus, Filho de Deus, permaneçamos firmes na profissão da nossa fé. Pois não temos um Pontífice (Sumo Sacerdote) que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém *um* que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado. Cheguemos, pois, com confiança, ao trono da graça, para que possamos alcançar misericórdia e achar graça, a fim de sermos socorridos em tempo oportuno" (Hebr. 4:14-16).

tanto para se admirar, em sua mentalidade jesuítico-papista! . . .

Responda-me, agora, onde se acha na Bíblia a recomendação de que Maria Santíssima e os outros santos foram constituídos por Deus como intercessores junto a Êle, não só no sentido da intercessão e da mediação de Cristo por nós, como ainda de nossa intercessão, aqui na terra, "uns pelos outros", junto a Deus? Demais, ainda que fôsse a mesma coisa, teològicamente, ainda assim as orações, em nosso favor, pelos nossos irmãos e amigos, aqui na terra, nós as podemos pedir, porque êles estão aqui diante de nós para nos ouvir e pode encaminhá-las ao Trono de Deus, e já não se dará o mesmo no caso de pedirmos a intercessão, as orações da Virgem e dos demais santos, porque êles, sêres finitos como nós, sem o dom da onisciência e ubiqüidade, jamais poderão atender!

O que há na Bíblia é a ausência completa de autoridade para tal invocação; muito ao contrário, e com clareza meridiana, vemos nela que nossas preces devem ser dirigidas diretamente a Deus.

Se não, vejamos.

(1) "Invoca-me (diz Deus) no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás" (Salm. 50:15).

Aí está a ordem de Deus acompanhada de uma promessa: a libertação. Acaso, se afirma isto, na Escritura Santa, com referência à invocação da Virgem ou dos outros santos?

(2) ". . . Senhor, ensina-nos a orar" — foi a petição de um discípulo ao Mestre. Qual a resposta? — "Dirija-se a Maria, aos santos"? — Não, mil vêzes não. Cristo não era romanista para ensinar isto. Ao contrário, ordenou, incisivamente: "Quando orardes, dizei: *"Pai nosso*, que estais nos céus . . ." (Luc. 11:1-2).

Mandou, portanto, que orássemos diretamente a Deus, o Pai, e a seguir apresentou, em essência, os têrmos da oração-modêlo — a do Pai-Nosso.

(3) *"Vinde a Mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei"*, disse Jesus (S. Mateus

11:28). E isto sentenciou o Mestre em plena harmonia com os demais ensinos a Seu respeito (como se lê em São João 6:35; At. 16:31; Fil. 4:6,7; Hebr. 4:10, etc.).

Ora, se Cristo, pelos textos supracitados, oferece pleno alívio, plena satisfação, plena salvação, aos que forem com corações puros e sinceros a Êle, arrependidos dos seus pecados e dispostos ao Seu serviço; se nos recomenda, e ordena mesmo, que podemos ir diretamente a Êle, para que recorrer a intermediários? Não é isto, porventura, duvidar da promessa do Salvador?

Se temos necessidade de conseguir, de algum poderoso da terra, qualquer coisa, e êle declara, abertamente, e até com insistência e grande interêsse, que o procuremos diretamente, porque seremos atendidos, que necessidade há de irmos à sua presença por intermédio de terceiros? Não seria isto uma tolice muito grande e até perda de tempo?

(4) Quando o carcereiro de Filipos, diante da abertura miraculosa das grades da prisão, onde se achavam injustamente presos Paulo e Silas, exclamou: "Senhores, que farei para me salvar?" — êles responderam imediatamente, sem subterfúgios, sem rodeios, sem sofismas jesuíticos ou sem invocação de santos: "Crê no Senhor Jesus, e serás salvo, tu e tua casa!" (At. 16:30,31).

(5) No glorioso dia de Pentecostes, no seu discurso, aquêle que a Igreja Romana considera como tendo sido o seu primeiro Papa, S. Pedro (se êle soubesse disso, daria boas gargalhadas no céu . . .), disse: "Todo aquêle que invocar o nome do Senhor será salvo" (At. 2:21).

(6) Veja-se, finalmente, o que escreveu o "Doutor das Gentes": "Segundo o eterno propósito que fêz em Cristo Jesus nosso Senhor, no qual (Cristo) *temos ousadia e acesso com confiança* pela nossa fé n'Êle" (Efés. 3:11,12).

Então, quando S. Paulo doutrina categòricamente que nosso acesso ao Pai Eterno é exclusivamente por meio de Cristo, não temos outro caminho que seguir. (Veja Hebr. 4:16; Rom. 8:33,34, etc., etc. e em muitíssimos outros textos.)

Outra invencionice e futilidade euripidina é quando afirma que a Virgem Maria "ia interceder junto ao Pai, suplicar a realização do primeiro milagre na história da Igreja: o milagre de Pentecostes!" Ao lermos mais uma sandice do jaez da que aí está, ficamos pasmados de que a mesma tenha saído do cérebro de um professor de universidade e firmada, em livro, pela pena do mesmo mestre! E o nosso pasmo subiu ao extremo, quando verificamos, com os nossos próprios olhos, que o livro de Eurípides Cardoso de Meneses, pletórico de infantilidades e afirmações gratuitas, como a que acabamos de registrar, atraiu sôbre o autor uma chuva . . . de bênçãos (!!!), de parte dos seus excelsos mestres, desde o Pontífice Romano até vários eminentes prelados!

É o caso de perguntarmos a Eurípides: Em que se fundamentou para fazer tão descabida quão insustentável afirmação?

O que se lê na Bíblia a respeito (At. 2:1-36) foi o cumprimento de profecias, de promessas de Deus e do próprio Cristo. E, quando se viu Deus, para cumprir Suas divinais promessas, depender da pobre intercessão humana? Então, Deus não sabe o que faz e o que tem prometido fazer? Seria Êle, acaso, como qualquer de nós, que, muitas vêzes, prometemos e nos esquecemos das promessas, necessitando que nos lembrem e nos implorem o seu cumprimento? Não será isto fazer-se juízo muito deprimente da Divindade?

Paupérrima e ingênua mentalidade euripidina!

Vejam que parvoíce, esta!

Escreveu Eurípides: "E já que a nossa passagem para o céu não nos priva da memória, da vontade, da inteligência; se o próprio Cristo, diz a Bíblia, lá está no Céu "sempre intercedendo por nós" (Hebr. 7:25); se até S. Pedro diz que *trabalharia, mesmo depois da sua morte, em favor dos que iam ficar no mundo* (o grifo é do próprio Eurípides) (2.ª Ep. de S. Pedro 1:15) — que de estranho acreditarmos que a grande Associada do Redentor, Aquela que melhor se identificou com Êle, com Suas

intenções e Seus interêsses; Aquela que, como "Mãe do Corpo Místico, é Mãe de Jesus e nossa Mãe, interceda por nós junto do Trono da Misericórdia? Não o faremos nós mesmos pelos nossos filhos e pelos nossos amigos que aqui ficaram?" (Ob. cit., págs. 227 e 228).

Ó Eurípides, quantos erros Você escreveu nessas pobres frases!

Dissequemos um por um.

A primeira asneira sua é a afirmação, sem prova, de que a nossa passagem para o céu não nos priva da memória, da vontade, da inteligência, para daí concluir (sem cabimento, já se vê), a fortiori, que, em face disto, nada há para estranhar que a Bendita Virgem, tão intimamente ligada à obra do Redentor, "interceda por nós junto ao Trono da Misericórdia".

Ora, Eurípides, mesmo admitindo-se a hipótese de que após da morte ainda persista em nós a memória, a vontade, a inteligência (coisa que não é para se discutir agora), ainda assim, que tem de ver isso com a questão da mediação da Virgem e de outros santos, que Você e seu romanismo querem impingir aos trouxas?

Passemos à segunda afirmativa: "se o próprio Cristo, — diz a Bíblia — lá está no céu "sempre intercedendo por nós — que de estranho acreditarmos na intercessão da Virgem Maria "junto ao Trono da Misericórdia?"

Ora, Eurípides, êste texto, ao invés de ser argumento a seu favor, sôbre a intercessão dos santos, é, precisamente, a sua condenação, conforme claramente se entende, pela leitura do texto em sua íntegra: "Portanto, pode (Jesus) também *salvar perfeitamente os que por Êle* se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por êles" (Hebr. 7:25).

Viu, Eurípides, como o "tiro saiu pela culatra" e o "feitiço virou contra o feiticeiro"?

Querendo Você provar a razoabilidade da mediação da Virgem Maria, sob a alegação de que Cristo vive "sempre intercedendo por nós no céu", citou precisamente um

texto, cuja conclusão é inteiramente contrária ao seu modo de ver, porque nêle se afirma, como vimos, que Jesus pode salvar perfeitamente os que forem ao Pai por seu intermédio, ficando sem razão de ser, por conseqüência, a intervenção de outros medianeiros, acrescentando-se a isto a grande consoladora verdade, para os crentes em Cristo, de que Êle está no Céu "sempre a interceder" por êles. E, se já temos o mais poderoso intercessor, mesmo que houvesse os tais "subalternos", de que falou Você (e que já refutamos sobejamente), que necessidade temos, então, de recorrer a êstes, e não diretamente Àquele, tanto mais que o ensino claríssimo do texto em aprêço (isto é, Hebr. 7:25), é para que nos cheguemos a Deus "POR ÊLE", isto é, por intermédio de Cristo?

Não vê, Eurípides, que a citação em aprêço constitui a sua própria condenação, e a de todos que rezam pela cartilha das inovações romanistas?

Não vê, até, que constitui pecado, e gravíssimo, a desobediência à Vontade expressa de Deus, que aconselha seja a intercessão exclusivamente "por intermédio d'Êle" (Cristo)?

Se temos o privilégio de dirigir-nos diretamente a Quem tudo pode fazer por nós, porque é o Todo-Poderoso, e nisto Êle se deleita imensa e gloriosamente, quando o fazemos por intermédio de Seu Filho, para que percamos tempo em recorrer aos "subalternos" a quem Êle não ordenou que recorrêssemos em nossas aflições, porque não nos poderiam, como de fato não podem, socorrer-nos — e cometermos ainda o pecado de transgressão de Sua Divina ordem?

* * *

Vejamos outra parlapatice euripidina, firmada na interpretação sibilina do texto da 2.ª Ep. de S. Pedro 1:15, citado e grifado pelo próprio Eurípides: "se até S. Pedro diz que *trabalharia, mesmo depois de sua morte, em favor dos que iam ficar no mundo*, que há de estranho que a própria Virgem Santíssima interceda por nós?"

Está errado, Eurípides!

S. Pedro jamais afirmou isso que Você diz, isto é, que êle continuaria, depois *de sua morte trabalhando em favor dos que iam ficar no mundo"* (grifos seus), no sentido que Você quer insinuar.

Para não haver a menor sombra de dúvida, quanto à verdadeira interpretação das palavras de S. Pedro, no texto citado, vamos transcrevê-lo na íntegra, extraindo-o da versão portuguêsa pelo Pe. Zioni, devidamente aprovada pelas autoridades da Igreja Católica, em 1943: *"E tomarei providências para que mesmo depois da minha morte possais ter ainda repetidas vêzes a recordação destas coisas".*

Ora, como depreender, exegèticamente, no texto em aprêço, que S. Pedro está prometendo que *"trabalharia, mesmo depois de sua morte, em favor dos que iam ficar no mundo" ?*

Que exegese disparatada é esta, Eurípides?

S. Pedro, é evidente, está, nesta Epístola, fazendo como que o seu testamento espiritual, visto como, por uma revelação de Cristo, êle, em breve, teria de morrer (V. 14). Sendo assim, chama a atenção dos seus fiéis para que retenham na mente o que êle lhes ensinara, especialmente que se esforçassem para "juntar à Fé a Virtude", etc. ou, noutras palavras, demonstrassem, pelo seu modo de viver, em perfeita harmonia com os ensinamentos de Cristo, em suma, pelas suas obras, que realmente eram de Cristo. (Cap. 1:5).

E então, depois de rememorar-lhes os principais deveres cristãos, exorta-os, com grande veemência (V. 12), para que êles não se esquecessem dos referidos ensinamentos, das suas admoestações, visto como "em breve" teria de morrer (V. 14), e era seu ardente desejo de ministro, de servo de Deus, que êles retivessem estas coisas, continuassem observando tudo o que êle lhes ensinara, continuando sempre com esta fidelidade, para que não acontecesse que, ausente o apóstolo, êles viessem a desobedecer e a voltar aos erros anteriores. Daí, as suas palavras :

"E tomarei providências para que *mesmo depois da minha morte possais ter sempre na lembrança,* repetidas vêzes, a recordação destas coisas".

Pela afirmativa *para que possais ter sempre na lembrança* ressalta evidentíssimo que S. Pedro não disse, absolutamente, que iria recordar-se dêles e muito menos "trabalhar" por êles depois de sua morte, mas sim, muito ao contrário, que êles (seus fiéis) é que deveriam recordar-se do apóstolo e de seus ensinos! Esta é que é a legítima, a verdadeira interpretação do texto.

Não está, pois, o Apóstolo, afirmando que iria tomar providências no Além, depois de sua morte, para que os crentes se conservassem fiéis aos ensinos de Jesus! Não. Simplesmente fazendo uma exortação apostólica e fraterna, similar àquela feita pelo vidente Isaías, quando exclamou a respeito de Jerusalém: "Ó Jerusalém! sôbre os teus muros pus guardas, que todo o dia e tôda a noite de contínuo se não calarão: ó vós, os que fazeis menção do nome do Senhor, não haja silêncio em vós!" (Is.62:6).

É, pois, uma exortação para que os crentes jamais deixassem de guardar as preciosas verdades, e de conclamá-las "repetidas vêzes" (segundo o próprio original), para o seu bem-estar e felicidade eterna.

Estava o apóstolo, sim, envidando todos os seus esforços, enquanto vivia, para que os crentes propagassem e perpetuassem as verdades cristãs.

* * *

Continua ainda Eurípides com mais parlapatices, e cada qual mais grave.

Querendo aparar o golpe de uma objeção muito séria que lhe fêz um "irmão separado", sôbre a não possibilidade de a Virgem Maria e os Santos nem sequer poderem tomar conhecimento de nossos pedidos, lá no céu, (verdade esta incontrovertível para quem tem um pouco de senso e raciocínio, pois êles não são oniscientes, nem

têm o dom da ubiqüidade; antes, são sêres finitos) — querendo aparar o golpe dessa fortíssima objeção, dizíamos, o Eurípides saiu-se com êste disparate: "Fôsse êle, porém, contemporâneo da Virgem, ou se ela lhe aparecesse, não teria, certamente, a menor dificuldade em lhe dirigir a saudação angélica, em suplicar-lhe a sua intercessão. Não o faz *ùnicamente* (o grifo é dêle) por imaginar que ela não pode ouvir".

Perguntamos, então, a Eurípides: Por que neste caso, os contemporâneos da Virgem não se dirigiam a ela, mas a Cristo, quando tiveram os seus problemas de ordem espiritual, quando necessitavam de obter qualquer cura para seus males físicos e para suas aflições? Por quê? Pode exibir-nos, então, provas dessas consultas à Virgem ou pedidos para que ela intercedesse junto a Seu Divino Filho, nos seus dias aqui na terra? Nem na tradição Você me poderá citar exemplos?

Não sabe Você, como também os padres, que a Bendita Mãe de Nosso Senhor era uma criatura finita, de poderes limitados, portanto, como qualquer humano, embora a mais santa das criaturas?

Acaso, possuía ela ou qualquer dos santos, dantes como hoje, o dom da onisciência, atributo exclusivo da Divindade?

Pois bem; dizer-se que Maria ou os santos podem ouvir as nossas orações, inevitàvelmente ter-se-á de admitir a hipótese, totalmente inverossímil, de que êles são oniscientes!

Mas, a teimosia euripidina é por demais fátua, e conclui, — referindo-se ao "irmão separado" que afirmara que a Virgem não podia ouvir — cometendo outro disparate: *"Não há motivo para tal receio"*; e cita, errôneamente, a Palavra de Deus, dizendo: Não disse Nosso Senhor que os anjos do céu se alegram quando um pecador se converte? (Luc. 15:19). "E dêsse fato, *que se passa no íntimo dalma* (o grifo é dêle), TOMAM CONHECIMENTO (o versalete é nosso) os anjos no céu, seme-

lhantes aos quais nós mesmos seremos, quando lá estivermos" (Luc. 20:36).

Mas, Eurípides, tenha santa paciência! Que têm êsses textos em defesa dos seus argumentos?

Então, pelo simples fato de "os anjos se alegrarem no céu, por um pecador que se arrepende", pode-se concluir que essa alegria seja proveniente de um conhecimento direto que êles tenham de ocorrência terrena?

Acaso, Deus não lhes revelaria o fato, conclamando a côrte celestial, para comparticipar do seu regozijo, por um pecador que se arrepende, de acôrdo com as figuras do texto de Luc. 15?

Pois é precisamente êste um dos sentidos do texto.

Demais, os anjos são ministros e mensageiros da Vontade de Deus, e de quem se diz na Escritura que "são espíritos administradores, enviados, por vêzes, para exercer o seu ministério a favor daqueles que hão-de herdar a salvação" (Hebr. 1:14). São distintos dos santos, que não são espíritos angélicos, mas homens glorificados; e depois da ressurreição serão semelhantes aos anjos na santidade, fidelidade e amor de Deus, embora não nos ofícios que desempenhem.

E não é fora de propósito que estamos aqui a fazer distinção entre anjos e santos, pois o "mestre" Eurípides embaralha tudo e mistura anjos e santos, indistintamente em suas funções, como se tivessem as mesmas atribuições e possibilidades.

Temos, ainda, explicação mais razoável para justificar êste júbilo dos anjos, pela conversão de um pecador. Lendo o cap. 15 de S. Lucas, onde se registra o fato, verifica-se que se trata de ensinamento verdadeiramente muito glorioso, qual seja o do júbilo que sente o Pai Celestial, pelo qual faz Êle conclamar às entidades celestiais Sua imensa alegria pelo arrependimento de um pecador. Daí, a comparação do Mestre, do regozijo que sente o pastor, quando encontra a ovelha perdida. Tal é o regozijo divino, quando um pecador se arrepende e volta para Êle.

Esta é a verdade que o Senhor ensina em 3 parábolas contidas no cap. 15 de S. Lucas. Da leitura, pois, dessas parábolas, depreende-se, inquestionàvelmente, que o objetivo de Jesus não era ensinar-nos o gôzo e conhecimento dos anjos, muito menos que êles sabem, por si mesmos, o que se passa na terra; porém, o que há de mais importante é o conhecimento, gôzo e amor do próprio Deus, regozijando-se pela alma que se volta para Êle. E, tão grande é a satisfação divina, pelo auspicioso fato da conversão de um pecador, que Deus o publica a todos os sêres angélicos, para que participem de Seu júbilo. Daí, pois, deriva-se o conhecimento, indireto, que êsses anjos têm.

Logo, sua citação não procede, para provar que os anjos sabem o que se passa aqui na terra; e, se êles não sabem, muito menos o saberão os santos, cujas atribuições e poderes ainda são mais limitados que os daqueles.

Portanto, a Revelação Divina não dá apoio ao ensino romanista de que os anjos têm conhecimento direto das coisas da terra. E não podem ter, sobretudo, porque são sêres limitados, e, portanto, não oniscientes.

Logo, não só a Bíblia, como a razão repelem o absurdo da teoria romanista.

Quando a sofística jesuítico-papista procura sair da dificuldade declarando que Deus revela às entidades celestiais o que nós pedimos, então, o disparate de tal evasiva ainda vem confirmar cada vez mais nossa tese: a real impossibilidade de essas entidades nos ouvirem e nos atenderem, além de ser isto mais uma grande e irracional patranha que o jesuitismo procura impingir aos lorpas!

A verdade bíblica e racional é esta: nem os anjos nem os santos conhecem as nossas necessidades e aflições, a não ser que Deus lhas revele.

Além do que aduzimos, podemos afirmar que não podem e não devem saber as misérias sôbre a terra, porque, neste caso, a sua felicidade converter-se-ia em desdita, mormente ao saber que as mesmas atingiram, na terra, aos seus entes queridos! . . .

Então, não haveriam de sofrer com isto, Eurípides? E, sendo assim, não é lógico supor-se que deixariam de ser felizes, no céu? É evidente.

Ainda rebatendo a tese romanista de que os "medianeiros subalternos" isto é, os santos, tendo à frente a Virgem, podem ouvir nossas orações, reportemo-nos a alguns textos bíblicos que nos afirmam que os santos nada sabem do que se passa na terra.

(1) "Eu te farei descansar com teus pais, e serás sepultado em paz no teu sepulcro, para que os teus olhos não vejam todos os males que eu hei de fazer cair sôbre êste lugar." (2.º Reis 22:20).

Por aí se vê, claramente, que os santos já mortos não vêem e não sabem o que acontece na terra. No texto supra, o Senhor chama, pela morte, o rei Josias, para que êste não visse o mal que Êle (Deus) haveria de trazer sôbre Jerusalém!

(2) "Os que estão vivos sabem que hão de morrer, mas os mortos NADA SABEM". (Ecl. 9:5).

(3) O patriarca, fazendo referência a um homem morto, disse: "Estejam os seus filhos exaltados, ou estejam abatidos, êle (o morto) NÃO O SABERÁ" (Jó 14:21). Citação da Vulgata, conforme a versão portuguêsa pelo Pe. Vicente Zioni.

Ora, se o morto não sabe nem ao menos o que aconteceu de bem ou de mal aos seus próprios filhos, como saberá, então, das necessidades das demais criaturas?

Quanto à referência que, na página 228, Eurípides faz à oração dos Santos (Apoc. 5:8), devemos observar-lhe que tal citação nada prova, absolutamente, em favor de sua tese. E, como já nos habituamos, vamos dar-lhe mais uma liçãozinha de exegese, para melhor demonstrarmos o que acabamos de afirmar.

Oiça, então, Eurípides: As "orações dos Santos", de que nos fala o Apoc. 5:8, estão simbolizadas no "incenso", de que estão cheias "salvas de oiro", como se lê no texto citado.

Ora bem.

Não se pode daqui deduzir senão que se trata de fatos passados, pois que, estando as salvas cheias de incenso, e que representa "as orações dos Santos", estas já se fizeram, ou seja, já passaram, porque tudo o que é representado já existia antes de ser representado. Por isso, tais orações só podem ser as que foram feitas pelos santos neste mundo".

Sendo assim, (e de outra maneira não é) essas orações a que se refere o texto não podem ser atuais, mas passadas, porque são representadas.

Dêste simples fato, tiramos, com fundamento, duas conclusões: A primeira é que essas "orações" passadas se foram acumulando pelos anos a fora, até encherem as "salvas de oiro", de que nos fala o Apocalipse. A segunda é que, quando se fala, aqui, em "santos", que o mesmo é dizer "bem-aventurados", devemos entender todos aquêles que "lavam as suas vestes no Sangue do Cordeiro", isto é, aquêles que foram purificados pelo sangue de Cristo, (único "que nos purifica de todo o pecado"), como expressamente se lê no Apocalipse, cap. 22:14.

Se admitíssemos que as referidas orações tivessem sido feitas no céu, só poderíamos entender que elas seriam de louvor a Deus, como o próprio Apocalipse (4:8) nos deixa antever, quando fala dos louvores a Deus feitos pelos espíritos angélicos, aos quais, certamente, se associam todos os "bem-aventurados", dizendo: "Santo! Santo! Santo! etc.

O texto é ainda mais explícito sob o nosso modo de ver, porquanto diz que êsses espíritos, que tributam louvores a Deus, "não descansam nem de dia nem de noite", o que equivale a dizer que O louvam incessantemente!

A oração no céu, portanto, é oração de louvor a Deus, não havendo ali lugar para orações intercessórias feitas pelos santos.

Na tirada final do seu capítulo sôbre "medianeiros", em nota na página 228, temos uma chuva de confusões

que o inoperante cérebro de Eurípides criou contra êle próprio, quando afirma: "Pode, pois, o meu "irmão separado" dirigir tranqüilamente as suas homenagens e pedir a valiosíssima intercessão da Raínha dos Anjos e dos Santos, que, diretamente, ou pelo ministério dos nossos anjos custódios, que sempre vêem a face do Pai (S. Mat. 18:10), ou por qualquer outro meio pode o Onipotente fazer com que ela nos ouça e nos atenda".

Tantos disparates em tão poucas palavras!

Vejamos alguns.

O 1.º é a referência à "valiosíssima intercessão da Rainha dos Anjos, e dos Santos".

Antes de mais nada, compete-nos contestar-lhe que a "Rainha dos Anjos e dos Santos" não tem, diante do Trono do Altíssimo, intercessão valiosa, quanto mais "valiosíssima"!

O 2.º disparate: Trata-se agora de pavorosa confusão de concordância sintática, que representa uma "camisa de onze varas", que o próprio Autor não sabe como desvencilhar-se dela.

Lendo e tornando a ler o período acima citado, fica-se em dúvida sôbre se o Autor percebe alguma coisa ou não de análise sintática, como em dúvida ficamos sôbre o que faz "a Rainha dos Anjos e a dos Santos", pois o Autor, com uma prosa que dá origem a um môlho de brócolos, tanto parece querer dizer que a "Rainha" pode tudo, e não pode nada, quando conclui (num período vazado em português suficiente para lhe conferirmos um zero num exame), que "pode o Onipotente fazer com que ela (a "Rainha dos Anjos") nos oiça e nos atenda"!

Por esta tirada, percebe-se o seguinte: podemos "pedir" qualquer coisa à "Rainha dos Anjos e dos Santos", na esperança de o Onipotente fazer com que ela nos oiça e nos atenda".

Trocando isto em miúdos, chegamos à conclusão, segundo a lógica euripidina, que a "Rainha dos Anjos . . ." não nos ouve, e é necessário o "ministério dos

anjos custódios", ou é preciso "o Onipotente fazer com que ela nos oiça e nos atenda".

Querem disparate maior? !

Segundo o que acabamos de transcrever, vemos "o Onipotente" atuar junto da "Rainha dos Anjos e dos Santos" para que ela "nos oiça e nos atenda". Sendo assim, temos de admitir o disparate inconcebível (que não pode entrar em qualquer crânio de mediana fosforescência) de que Deus ("O Onipotente") faz o papel de intercessor entre nós e "a Rainha dos Anjos e dos Santos". Quer dizer: o pobre pecador atribulado dirige as suas preces ' Excelsa "Rainha", que fica insensível ao apêlo. Então, "o Onipotente" "faz com que ela nos oiça e nos atenda"!

Daqui, seguir-se-ia que o pecador poderia dizer de si para si: já que foi "O Onipotente" que fêz com que "ela" me atendesse, nada tenho que agradecer à "Rainha dos Anjos", mas ao próprio "Onipotente".

No entanto, o pobre Eurípides, por fôrça da obediência que deve à sua Madre Igreja Católica, tem de admitir e propalar doutrina absolutamente contrária: é a "Rainha dos Anjos" que intercede por nós, diante do Onipotente, e não "o Onipotente" que intercede por nós, diante dela!

Afinal, em que ficamos, Eurípides?

É ela que nos pode atender, ou é preciso que "o Onipotente" faça "com que ela nos atenda"?

Onde estava a sua lógica, quando escreveu tantos dislates num só período?

Seria caso também de perguntarmos: onde estariam as inteligências dos seus reverendos e *reverenciados* mestres, que não viram o vírus da heresia que se depreende, quando dá Você a idéia de que Deus é que tem de atuar "para fazer com que ela nos oiça e nos atenda"?

Para o cúmulo de sua tremenda falta de visão, remata, "mestre" Eurípides, o seu argumento, com esta tirada: "aliás, de que *isto* (o grifo é nosso) realmente se dá, temos a prova experimental de fatos incontestáveis"!

Chamamos a tenção do leitor para o seguinte: o período que acabamos de citar vem escrito em seqüência àqueloutro que diz "pode o Onipotente fazer com que ela (a Rainha dos Anjos) nos oiça e nos atenda". Ora, com êste esclarecimento, vamos destruir, e sem esfôrço, mais um dos muitos disparates euripidinos.

Escrevendo "mestre" Eurípides nos têrmos em que o faz, quer êle significar que tem "a prova *experimental* de fatos incontestáveis", para demonstrar que *"isto"* realmente se dá. Ora, o *"isto"* aí é o mesmo que "pode o Onipotente fazer que ela (a Virgem) nos oiça e nos atenda"; que "isto" se dá tem êle "prova experimental de fatos incontestáveis"!

Vamos tirar as conclusões lógicas de tôda esta barafunda, que é o seu desajeitado raciocínio.

Escrevendo o Autor que tem "a prova experimental de fatos incontestáveis" para demonstrar que "isto realmente se dá" não é possível ficar de pé aquêle *"pode"*.

Na verdade, se alguém afirma que tem a prova experimental de uma coisa, ipso facto, quer dizer que fêz *a experiência* dessa mesma coisa.

Assim, "mestre" Eurípides, o seu raciocínio ficaria exato, se dissesse que Deus *pode* fazer e faz mesmo "com que ela (a Virgem) nos oiça e nos atenda".

E não pode fugir à fôrça lógica de nosso argumento. Se êle experimentou (do contrário não lhe seria lícito afirmar que tem a *"prova experimental"*), segue-se que Deus fêz mesmo "com que ela (a Virgem) tivesse ouvido e atendido a êle (Eurípides) e, possìvelmente, a mais alguém, visto referir-se êle a "fatos incontestáveis".

Depois dessas considerações, a fim de esclarecermos com fidelidade o pensamento que o Autor deixou confuso, chegamos à conclusão de que "mestre" Eurípides, no seu arrazoado, quer dizer o seguinte: Deus *pode* fazer, e tem feito mesmo, *mais de uma vez* (o Autor diz que tem "a prova de *fatos*") com que a Virgem oiça e atenda àqueles que a ela recorrem.

Está isto bem, Eurípides?

Estamos certos de que Você não poderá afirmar, nem por sombra, que estamos aqui a adulterar-lhe o pensamento. De harmonia com os têrmos em que Você se expressou, temos a corda que Você mesmo nos forneceu para o seu enforcamento. E desde já o advertimos de que não lhe será possível desviar a cabeça ao tremendo laço que lhe armamos.

Pobre Eurípides! Lamentamos muito, mas foi Você mesmo quem nos forneceu a corda. Prepare-se, pois, para ser enforcado.

Certamente, Você, Eurípides, nem se apercebeu do tremendo abismo em que se precipitava, ao escrever o que, irrefletidamente, escreveu. Se voltar a escrever obra desta natureza, tenha muito cuidadinho. Antes de confiar ao papel as suas idéias, veja bem os têrmos em que o faz.

Entrando agora no ponto culminante da questão suscitada e já algo desenvolvida, cumpre-nos lançar-lhe em rosto os dislates imperdoáveis numa pessoa que usa, em aditamento ao seu nome, os títulos de "líder" católico e "professor universitário"!

Em que se fundamentou, Eurípides, para lançar a tristíssima idéia (que, para cúmulo, tresanda a heresia, até mesmo no seio da sua própria Igreja), de que Deus, "o Onipotente", o Criador do Céu e da terra e de tudo quanto existe, se preste ao papel de intercessor perante uma criatura Sua (embora a mais santa de tôdas), para "FAZER COM QUE ELA OIÇA E ATENDA" os pobres pecadores, que a ela porventura recorram?!

Acaso, não será isto heresia, e gravíssima?

Que inteligências são essas, as dos seus mais excelsos mestres — Papa, arcebispos, bispos e outros figurões apavonados da sua Igreja — que não só não viram a enormidade do seu inqualificável dislate, como ainda, por cima, o cobriram com chuvas de bênçãos (!!), elogiando-lhe tão disparatado livro?! . . .

Diante de tal chorrilho de disparates, ficamos, de fato, perplexos, e não sabemos se as bênçãos ministradas ao Autor serão o resultado de falta de inteligência (o que

seria deveras para lamentar) ou da mais cretina cegueira dêste mundo!

Depois de ler despautérios doutrinários desta categoria, quem poderá prestar atenção ao cretinismo católico-romanista?

Na verdade, por um lado, proclama-se que o poder de Maria é imenso, a ponto de ser doutrina corrente que ela é "medianeira universal de tôdas as Graças", e, neste caso, pode atender às súplicas de todos os que a ela se dirigem, sem necessidade de intercessores. Por outro lado, assevera-nos "mestre" Eurípides, como intérprete do mesmo catolicismo romanista (que aprova o que êle escreveu em seu livro, elogiando-lhe até a obra), que tem "a prova experimental de que Deus tem feito "com que ela nos oiça e nos atenda"!

Em que ficamos, veneráveis mestres romanistas?

É a Virgem que ouve e atende o pobre pecador, por si mesma, ou é Deus "que faz com que ela nos oiça e nos atenda"?

Mais uma vez a mania do ilogismo do *"é e não é"* !...

Santo Deus!

Perdoa-lhes, Pai: a um, por não saber o que escreve; a outros, porque não sabem entender o que aquêle escreveu (!), dando-lhe ainda, por cima, uma chuva de bênçãos!

Oh! Que cegueira dêsses romanistas! [1]

---

[1] Tão cegos andam, que não enxergam o caminho em que estão pisando, pois se deixam guiar por êsses cegos, que os levam ao abismo, onde uns e outros se precipitam!

Assim é que, por exemplo, nestes tempos calamitosos de crise pavorosa, e em que vivem, miseràvelmente, sem teto condigno, pelos morros e penhascos da "Urbis" maravilhosa, sem disporem mesmo do pão-nosso-de-cada-dia, é de arrepiar e estarrecer ver-se a Igreja Católica sugando milhares e milhares de contos de réis do nosso povo, para a exibição do seu luxo e opulência, como, há pouco tempo, presenciaram os cariocas, numa procissão em honra à *"Nossa Senhora de Copacabana"*, que exibia uma coroa de ouro cravejada de brilhantes, produto extorquido dêsse mesmo povo fanatizado e ignorante, que, na sua boa fé ou má fé, julga prestar culto à sua padroeira, com tal ostentação de riqueza, quando

Como bem disse o Apóstolo S. Paulo: "O deus dêste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandesça a luz do Evangelho na glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus"! (2.ª Cor. 4:4).

E parodiando o que disse o Divino Mestre na Cruz: Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que escrevem e o que lêem!!!

Se estamos abismados com a série de disparates euripidinos, que temos apresentado e patenteado e de que é pletórico o seu irrecomendável livro — atestado de pobreza intelectual, doutrinária e dialética — mais abismados ficamos, ao deparar com o maior de todos, contido no livro em questão.

Stupete, omnes Brasiliae gentes, ac totius orbis terrarum, populi!

Custa-nos acreditar que alguém, com meridiana inteligência e acima de semi-analfabeto, fôsse capaz de escrever um dislate de tal natureza, como o que vamos apontar. No entanto, tal dislate é da responsabilidade (ou irresponsabilidade) de um homem que, entre os vários títulos de que vaidosamente se enfeita, ostenta os de "líder católico" e "professor de Universidade" (da Católica, claro)!

Aí vai o disparate, constante da p. 228 de seu livro:

---

milhares e milhares de seus filhos estão aí perecendo de inanição, pela falta das mínimas coisas para a sua subsistência!...

Estamos certos, portanto, de que, se a Santa Virgem soubesse disso, ela que, em vida, fôra tão humilde, ao ponto de ser forçada a agasalhar seu Primogênito "naquele sítio abjeto, onde a última das mães sentir-se-ia humilhada" ao ver nascer o fruto do seu regaço! — se ela soubesse disso, ficaria muito triste com tais homenagens!

Sim, por certo que a Bendita Virgem Maria dispensaria tal homenagem, ou, se viva fôra, faria vender tão rica jóia e distribuiria a fabulosa soma com os deserdados da sorte, com os infelizes sofredores, a fim de minorar-lhes a desdita, pois nisto consistiria a verdadeira caridade evangélica que êsses "adoradores" da Virgem desconhecem ou que, pelo menos, não a praticam. Preferem inverter tão fabulosa quantia "naquilo que não é pão e o produto do seu trabalho naquilo que não pode satisfazer" (Is. 55:2), e que nenhum proveito trará aos próprios "adoradores", a sairem distribuindo víveres e outros recursos aos pobres necessitados, socorrendo-os nas suas aflições e angústias, no que não só verdadeiramente agradariam a Deus, como à própria Virgem, se ela, dêsse ato caridoso viesse a ter conhecimento!

"Não nos esqueçamos, outrossim, de que na época do rádio, da televisão e da ciência atômica, não existe mais, pràticamente, o problema das distâncias . . ."

Nunca se viu argumento mais infantil e ingênuo do que êste! Que terão os alhos com os bugalhos? Que ligação lógica pode haver entre o que Você vinha tratando acêrca do papel mediador de Maria Santíssima e "a época do rádio, da televisão e da ciência atômica"? Será que Você pretende inculcar não haver dificuldades para os pobres pecadores dêste "vale de lágrimas" se porem em contacto com as entidades celestiais, através do rádio?

Então, Eurípides, passou-lhe pela cabeça que o rádio e a televisão poderão ser, alguma vez, meios de comunicação da terra com o céu? Onde estava a sua cabeça, quando escreveu isso?

Se Você é possuidor de algum aparelho de rádio ou televisão que possa proporcionar-nos a maneira de encurtarmos "as distâncias" que nos separam das maravilhas e das entidades da Côrte Celestial, queira ter a caridade de nos tornar co-participantes de tão singular e alto privilégio! Pode crer que, por deferência dessa ordem, ficar-lhe-íamos eternamente gratos . . .

CAPÍTULO XII

O PRIMADO DE PEDRO

Leonel Franca
e
Eduardo Carlos Pereira

Longo tem sido, através dos tempos, o debate sôbre o ponto controvertido, e que reputamos insustentável, em tôrno do *"primado de Pedro"*.

Compreendemos perfeitìssimamente o empenho formidável demonstrado pelo Catolicismo Romano em defender, a todo transe, custe o que custar, tão inconsistente, quão audacioso dogma!

A razão é muito fácil de compreender. É, o papado, o alicerce dêsse edifício acastelado no ar, a que se chama Catolicismo Romano. Destruído tal alicerce, ruiria fragorosamente por terra o edifício, e, com êle, todo o sistema do Romanismo.

Ora, é isso que os homens da Igreja Romana vêem muito bem, donde resulta a tenacidade insofrida, própria de mareantes que, na iminência de catastrófico naufrágio, se apegam, desesperadamente, a frágeis batéis, como meio de escapar ao exício.

Posta a questão nestes têrmos claríssimos, vejamos, na Escritura Sagrada, os *frágeis batéis,* a que desesperadamente se agarram, para não soçobrarem, triste e vergonhosamente, no *mare magnum* do dogmatismo papalino.

E já que "mestre" Eurípides, no seu livro, remete os leitores "aos escritos do R. Pe. Leonel Franca, que *tão*

magistralmente versou a tese" (o grifo é nosso), é, precisamente, aqui, que vamos começar.

Afirmamos, desde já, que a tese em aprêço do Pe. Leonel Franca apenas pode ter impressionado (não cremos tenha convencido) os *"carolas"*, com a legião dos tonsurados na vanguarda e demais espíritos medíocres daqueles que, nos domínios doutrinários sòmente sabem beber pelas "taças" que lhes põem diante os seus mestres *infalíveis*!

Fique sabendo Eurípides, e com êle todos os seus mestres ou consócios: Tão vulnerável, tão inconsistente, tão pletórica de sofismas (aliás bem visíveis para qualquer inteligência esclarecida) é a tese do jesuíta Franca, que todo o arrazoado por êle escrito a respeito cai fatalmente por terra, como edifício falho de alicerce, do qual não restará pedra sôbre pedra!

E mais lhe dizemos ainda, Eurípides: O aparente êxito dêsses "escritos", tão celebrado pelo ultramontanismo jesuítico-papal, é o mais triste e vergonhoso certificado que até hoje se pretendeu passar ao que de mais nobre e elevado existe nos domínios da inteligência e da capacidade intelectual dos brasileiros!

Na verdade, faz-nos corar de vergonha que alguém nos possa dizer, como disse um intelectual europeu, que pasmou de "como foi possível obter sucesso tão retumbante um livro que, pelos seus sofismas audaciosos e falta de consistência nos argumentos, apenas pode convencer inteligências medíocres ou de lorpas!"

Ainda bem que, ao ouvirmos tal expressão, sentimos logo não sermos nós os atingidos pela reprimenda. Graças a Deus, não pertencemos ao número daqueles acéfalos e inconscientes que, por falta de massa cinzenta ou de consciência, se deixam conduzir como cegos, por outros cegos!

É que nós não lemos pela cartilha jesuítico-papal.

Jamais, em qualquer escrito humano, apareceu tão manifesta má fé e tão insólita audácia, como na obra dêsse cérebro jesuítico-papista — "A Igreja, a Reforma e a Civilização".

Como o nosso livro não tem por escopo refutar a obra do Pe. Franca (o que, aliás, já foi feito com grande merecimento por mais de um escritor evangélico, dentre os quais é de justiça salientar o Rev. Lisânias de Cerqueira Leite e o Dr. Ernesto Luís de Oliveira), mas sim, reduzir a cinzas o arrazoado euripidino, limitar-nos-emos, aqui, a apresentar a "mestre" Eurípides, dois ou três *argumentos* do Pe. Franca, certamente reputados "geniais" pela casta abatinada e pelos "carolas", mas que, considerados à luz da verdade desempoeirada de sectarismos tão próprios do papismo, são uma demonstração cabal da inépcia do empavonado, com famas de "líder" entre as capacidades do romanismo no Brasil, e da mais refinada má fé do sofista inveterado, que foi o enfatuado jesuíta Leonel Franca.

Abra bem os olhos, Eurípides, e veja a realidade tremenda do que acabamos de afirmar.

O Rev. Eduardo Carlos Pereira citou com a maior fidelidade o passo bíblico que se lê em Atos 8:14, conforme se pode ver nas Bíblias Católicas, tal como se encontra na versão do N. T. do Pe. Vicente Zioni e que transcrevemos: "Ora, os Apóstolos que se achavam em Jerusalém, tendo ouvido que a Samaria recebera a Palavra de Deus, MANDARAM-LHES (o versalete é nosso) Pedro e João".

Pretendendo contestar a verdade candente e indestrutível do argumento que demonstra, sem o menor sofisma, que Pedro jamais deu ordens jurisdicionais aos outros apóstolos (o que seria lógico admitir-se, se, de fato, fôsse êle o seu chefe ou o chefe da Igreja), mas, ao contrário, foi MANDADO por êles; querendo destruir esta verdade que ressalta da citação em aprêço, o jesuíta Leonel Franca cai no abismo de assacar a Carlos Pereira a acusação de *tresler* o texto latino da Vulgata traduzindo o têrmo *"miserunt"* por *"mandaram"*, quando deveria antes ter traduzido por *"enviaram"*.

Desde já desafiamos Eurípides ou qualquer dos seus mestres, abatinados ou não, que pretenda ser advogado de

defesa do jesuíta Franca, a que nos refute o argumento que vamos expor.

Em primeiro lugar, devemos verberar, e acremente o fazemos, o descuido lamentável, ou, o que é pior ainda, a deslavada má fé do jesuíta Franca. Na verdade, é indesculpável tal evasiva, pois êle tinha obrigação de saber muito bem que a versão *"mandaram"* encontra-se mais nas versões católicas da Bíblia, do que nas protestantes.

Aqui tem, "mestre" Eurípides, uma demonstração cabal da mísera improbidade de que estão eivados "os escritos", que Você talvez julgue geniais!

Aqui tem o valor moral do campeão da sua Igreja!

É, na verdade, recurso miserável, êsse de se pretender que foi preciso "tresler o texto", para se verter *miserunt* latino para o *mandaram* português!

Isto é o cúmulo de má fé e, ao mesmo tempo, confissão de derrota!

Desafiamos "mestre" Eurípides ou todo e qualquer defensor do jesuíta Franca a que nos apresente um único (um único, repare bem!) dicionário latino que não assinale ao verbo *"mittere"* o significado de *"mandar"*.

E, mesmo, que valor poderia ter tal argumento, ainda que tivesse base? Porventura, *"enviar"* e *"mandar"* não são palavras sinônimas? Se tem alguma dúvida a respeito, abra qualquer dicionário de sinônimos, e verificará se estamos certos ou não.

E Vocês ainda elogiam semelhante polemista! . . .

Quanto a nós, porém, teríamos vergonha de aplaudir um "campeão" dêsse jaez, que se apresentasse em nossas fileiras.

Julgando-se senhor absoluto em terreno conquistado e supondo (de hoje em diante os romanistas jamais poderão fazer) que todos à sua volta seriam cegos ou ignorantes, com a costumada empáfia jesuítico-papista, o Pe. L. Franca, jactando-se, possìvelmente, de profundo conhecedor das Sagradas Escrituras, faz esta afirmação categórica: "Três vêzes, em tôda a Escritura, mudou Deus o nome das pessoas e em tôdas três se tratava de elevar um

particular à dignidade de chefe dos eleitos" (nota à página 7 de IRC). Aos nomes de Abraão, Jacó e Simão alude o Pe. Franca.

Repare bem, Eurípides, nesta saída de seu mestre Pe. Franca!

Então, êste é o homem "que tão magistralmente versou a tese do primado de Pedro"?!

Fôsse um imbecil que tivesse escrito uma inexatidão tão flagrante, ainda poderia ter desculpa, mas, tratando-se de um homem a quem o ultramontanismo brasileiro quase divinizou, e o apresenta aos incautos ou ignorantes como sumidade nos domínios do pensamento católico, tal homem não pode ter a mínima desculpa!

Por isso, somos forçados a taxá-lo, aqui, como êle merece: de ignorante, audacioso, inescrupuloso. Ignorante, sim, lhe chamamos nós, e provamos. Ignorante, porque pouco versado no conhecimento das Sagradas Escrituras: referiu que nas mesmas se encontram três mudanças de nomes, quando, na realidade, são sete os passos escriturísticos que nos falam de mudanças de nomes.

E, se duvida do que estamos afirmando, queira abrir a sua Bíblia e lá verá as sete vêzes em que houve mudanças de nomes ou acréscimos. Além dos três casos apontados pelo jesuíta, temos ainda mais quatro: Gên. 17:15; 2.º Sam. 12:25 (nas versões protestantes e 2.º Reis, nas católicas) e Marc. 3:17.

E, o que é mais grave: em nenhum dos casos por êle citado, como nos demais casos por nós agora citados, a mudança de nome importava "em elevar alguém à dignidade de chefe"; no caso de Simão, nem sequer tratou Nosso Senhor de mudar-lhe o nome, e sim o de acrescentar-lhe ao nome "Simão" o sobrenome "Pedro".

Daí, cometeu o malsinado jesuíta três erros imperdoáveis: 1.º — quanto ao número de tais mudanças; 2.º — quanto ao sentido de tais mudanças ou acréscimos de nomes; 3.º — quanto ao caso particular de Simão, em que não houve mudança, mas acréscimo de nome. Dêste decorre outro êrro, e clamoroso, que foi o seu paralelis-

mo entre a mudança do nome de "Jacó" para "Israel" (Gên. 32:28) com o caso de Simão, pois neste, como vimos, não houve mudança, mas acréscimo, o que se prova em Luc. 6:14; At. 15:14; S. João 21:16; 2.ª Pedro 2:1.

Tudo, pois, afirmou o jesuíta com clamorosa inverdade, em face da Palavra de Deus.

Então, uma sumidade jesuítica, como outra não se encontrou igual (!) em terras do Brasil, nem sequer apresentou a metade dos casos de mudanças de nomes, citando apenas três *"em tôda a Escritura"*, caindo em tantos erros que um semi-analfabeto coraria de cometê-los?!

Vejamos mais uma prova da falta de senso do jesuíta Leonel Franca:

Segundo êle refere, "até o dia de Pentescostes os discípulos de Jesus não lhe entenderam o ensino acêrca do primado de Pedro" (IRC, págs. 9, 10 e 11). No entanto, inculca que o ensino a respeito do "primado de Pedro tinha sido dado de modo tão claro, tão isento de equívoco e duplicidade, que ninguém podia deixar de entender o Senhor, *principalmente os Seus discípulos . . .*" (IRC, pág. 21).

Que lhe parece, Eurípides?

Afinal, em que ficamos?

Os discípulos, antes do Pentecostes, *tinham ou não tinham entendido* o ensino que Jesus lhes dera acêrca do "primado de Pedro"?

Se tinham *entendido,* porque afirma expressamente, Leonel Franca, que *não entenderam*? Se *não tinham entendido,* como é que s.s. pôde afirmar que "ninguém podia deixar de entender o Senhor, *principalmente os Seus discípulos*"?

Que pavorosa confusão!

Por êste simples pano de amostra, qualquer inteligência, de mediana para cima, poderá aquilatar a *beleza* dessa *"peça"* jesuítica, tão magistralmente engendrada pelo *gigante* do Catolicismo!

Leonel Franca, com êsse seu livro, representa o lamentável papel do advogado que, conquanto muito ilustre

e competente, faz, todavia, tristíssima figura em pleno Tribunal, em defesa de uma causa indefensável!

E esta é a lamentável condição da causa do Papado e do seu conseqüente romanismo! Não há advogado capaz de defendê-la. E quem a tanto se aventurar, está condenado, fatalmente, a fazer a mesma figura que fêz Leonel Franca, metendo os pés pelas mãos, não obstante os aplausos dos ultramontanos, incapazes de ver a luz da verdade, tal o estado de cegueira e má fé em que se encontram! [1]

O "texto capital": "Pedro é a pedra"

Entramos, agora, pròpriamente, na refutação do insustentável dogma do papado acêrca do primado de Pedro. Achamos conveniente frisar que não vamos mencionar todos os argumentos que até hoje têm sido empregados por escritores anti-romanistas. Dentre êstes, seja-nos lícito citar o já referido Eduardo Carlos Pereira, Lisânias de Cerqueira Leite, Dr. Ernesto de Oliveira, Hipólito de Oliveira Campos, Eliéser dos Santos Saraiva, autores, respectivamente, das seguintes obras: "O Problema Religioso da América Latina", "Protestantismo e Romanismo" (em 2 volumes), "Roma, a Igreja e o Anticristo" e "Catolicismo Romano — Velha e Fatal Ilusão da Sociedade". Além de outros muitos, entre os quais figura, como estrêla de primeira grandeza, Rui Barbosa, em sua monumental obra "O Papa e o Concílio", até hoje sem resposta alguma dos ultramontanos!

De tanta importância é, para o Romanismo, a tese do chamado "primado de Pedro", que lhe poderíamos chamar a espinha dorsal do papado, o mesmo que dizer, o

---

[1] Quem quiser conhecer mais erronias das muitas de que está eivado o decantado livro "A Igreja, a Reforma e a Civilização" de Leonel Franca, que leia a réplica fulminante que lhe deram Lisânias de Cerqueira Leite, em sua obra em 2 volumes, intitulada "Protestantismo e Romanismo", e a obra "Roma, a Igreja e o Anticristo" do Dr. Ernesto Luís de Oliveira.

fundamento do sistema do Catolicismo Romano. E tanto assim é, que, se êste fundamento se esboroar, ruirá, fatalmente, todo o edifício do papado, e, com êle, os seus conseqüentes dogmas.

À falta de argumentos sólidos e insofismáveis para a defesa de suas teses, apega-se o papismo, com unhas e dentes, ao texto de S. Mateus 16:18, como "a cidadela central, o baluarte mais importante, a trincheira proclamada inexpugnável das usurpações papais", a que chamam, também, de "o texto capital".

Assim resulta que, tôda a controvérsia à volta do dogma do "primado de Pedro" está na interpretação de quem era a *"pedra"* referida no texto citado.

A tese romanista consiste em afirmar que a *"pedra"* é Pedro.

Ao contrário, todos os não católicos e mesmo muitos católicos mais esclarecidos sustentam que a pedra fundamental da Igreja é Cristo.

Vejamos, agora, se é possível sustentar a tese romanista: "Pedro é a pedra".

Sôbre o assunto, já o saudoso e eminente colega Rev. Eduardo Carlos Pereira, ministro presbiteriano como nós, discorreu magistralmente, em seu livro "O Problema Religioso da América Latina", obra que o jesuíta Leonel Franca pretendeu refutar, chamando-lhe "obra de fancaria", mas que, no entanto, (como em parte, já vimos), nem de leve conseguiu destruir um único argumento daquele eruditíssimo ministro, limitando-se, apenas, a sofismar tôda aquela argumentação granítica do arauto-mor do presbiterianismo brasileiro, no seu tempo!

Assim é que, a obra do genial colega continua de pé, irrespondível, desafiando todos os corifeus do papismo! [1]

---

[1] Em outro capítulo faremos menção de alguns dos argumentos daquele ilustre confrade. De qualquer maneira, entretanto, seria interessante que os leitores procurassem adquirir a obra do citado confrade — "O Problema Religioso da América Latina".

Quem é a pedra?

Comecemos, pois, por ver quem pode ser a *"pedra"* de que fala "o texto capital", de S. Mat. 16:18.

Em parte, o Catolicismo Romano é coerente com o seu sistema, quando diz que Pedro é a pedra fundamental *de sua Igreja*!

Está aí uma coisa que não contestamos, porque sòmente um sistema como o Catolicismo Romano é que poderia ter como fundamento de sua igreja um simples homem. A verdadeira Igreja de Cristo, evidente, não se estribaria em tão frágil alicerce.

Sim, estamos de acôrdo, em parte, em que a pedra fundamental da Igreja Romana seja Pedro, como ela prega e ensina. Mas, é Pedro só para ela, porque, na verdade, repita-se, só a Igreja Católica Romana (ou outra semelhante a ela, se fôsse possível existir semelhante *monstrengo* religioso . . .) é que pode ter, como fundamento, tão frágil alicerce, caracterizado mesmo, pela sua fragilidade humana, como "fragmento de argila" ou "seixo", que é o significado da palavra *"Petrus"*, no grego! Para a verdadeira Igreja de Cristo (da qual a Igreja Romana se afastou), que se funda não no homem, mas na "Rocha" inquebrantável dos séculos, na "Rocha" indestrutível, firme, inabalável — que é o significado da palavra *"petra"* — a pedra é Cristo!

Por conseqüência, o Catolicismo Romano, sistema de doutrinas engendrado pelos homens, e, portanto, falível, é algo coerente, quando defende, com unhas e dentes, que "Pedro", "o fragmento da argila", o homem, afinal, é o fundamento ou a pedra fundamental de sua Igreja! É isso mesmo, o fundamento da Igreja Romana, porque o da Igreja de Cristo, do verdadeiro Cristo, d'Aquêle que disse que fundaria a Sua Igreja "e as portas do Inferno não prevaleceriam contra ela" — o fundamento da Igreja d'Êsse Salvador Todo-Poderoso, "Deus Bendito para sempre", na frase paulina — nunca foi, não é, jamais poderá

ser a frágil e pecaminosa criatura humana, ainda que seja a mais santa das criaturas de Deus! (Efés. 1:22; 2:20).

Fique-se, pois, a Igreja Romana com o seu fundamento humano, que nós, (por isso mesmo nos afastamos dela) ficamos com a Igreja de Cristo, cujo fundamento é, não podia deixar de ser, e sempre será divino!

Dissemos que, em parte, concordávamos com o papismo em que Pedro seja a pedra fundamental da Igreja . . . Romana. Na realidade, a Igreja Romana está tão eivada de erros e fraquezas tantas, de tanta corrupção doutrinária, repleta de tantas doutrinas anticristãs, enfim, que poderíamos admitir fôsse Pedro o seu fundamento, por ser Pedro homem, e, portanto, sujeito a erros e fraquezas, como tôdas as pobres criaturas humanas. Só através dêsse prisma se justificaria ser êle, Pedro, o fundamento de tal Igreja! Só pelo fato de êle ser homem, notai bem! Sob o aspecto doutrinário, moral e espiritual dessa Igreja, S. Pedro seria rebaixado, e muito, em servir-lhe de fundamento, porque não chegou êle a cometer, em vida, a milionésima parte dos despautérios, inverdades, fraquezas, erros, crimes e pecados que tem cometido, através dos séculos, essa Igreja que ensina ser êle o seu fundamento! Neste caso, pois, seria uma honra para a Igreja Romana; para S. Pedro é que não seria honra nenhuma, mas, ao contrário, desdouro.

Estamos certos de que, se S. Pedro soubesse disso, não só daria até boas gargalhadas no céu, como ainda seria capaz de requerer a N. S. Jesus Cristo desse Êle ordem cá p'ra baixo a fim de que tal abuso fôsse coibido. Sim, porque o santo apóstolo, munido de binóculo, lá dos altos céus, ficaria escandalizado com o luxo e riquezas e tôda a opulência dominante no faustoso palácio de um papa que se diz seu sucessor; e sentir-se-ia êle, sempre tão humilde, chocado com a visão de tal espetáculo! E mais, revoltar-se-ia o santo, ao ver a corrupção doutrinária, moral e espiritual a que se afundou a Igreja, ao se apartar de Cristo! Tudo isso, para o espírito de S. Pedro, seria deveras humilhante, seria o mesmo que fazê-lo pedra funda-

mental de um prostíbulo, porque a Igreja Romana, apartando-se de Cristo, como se apartou, é chamada, na Bíblia, "a prostituta das Nações"! (Apoc. 19:2).

Portanto, o fato de invocarem o seu nome como fundamento de tal instituição, não seria considerado pelo santo apóstolo honraria alguma; muito ao contrário, seria desonra. Nem S. Pedro, nem santo algum, quer ter conluios com a Roma do maquiavelismo papal, usurpadora das prerrogativas e dos direitos exclusivos de Cristo; tampouco admitir que se explore o seu nome para servir de apoio a salafrários e cafajestes espirituais, como o são, na maioria absoluta, os representantes dessa religião da "maioria".

Defenda-se a honra, pois, do apóstolo Pedro, tão amigo do seu Divino Mestre, que jamais, nem por pensamento, pretendeu usurpar qualquer direito ou *título* a Êle devido; e, muito ao contrário, sequer consentiu lhe fôssem prestadas homenagens que pudessem ser interpretadas como culto ou adoração. Foi assim que êle, conforme se lê em Atos dos Apóstolos 10:26, fêz levantar a Cornélio, que se havia *prostrado aos seus pés,* dizendo-lhe: "levanta-te, que eu também sou homem!"

Pelo exposto fica demonstrado, à evidência, a profundeza do abismo que medeia entre aquêle que dizem ser o fundamento da Igreja Romana e seus decantados *sucessores*!!

S. Pedro não consentiu que ninguém se ajoelhasse aos seus pés; seus pretensos sucessores (os papas), não só consentem, mas têm como norma exigir que tôda a gente se prostre diante dêles.

Que abismo profundo e intransponível existe entre Pedro (que *teria sido o primeiro papa*) e os seus pretensos sucessores, os papas do romanismo!

É de lastimar que ainda existam na face da terra tantos e tantos atacados de cegueira, que não vêem aquilo que é tão fácil de ver, nem compreendem o que tão fácil é de compreender! . . .

É tão lamentável a triste cegueira humana, por parte de muitos, que não enxergam êsse desvario abominável de homens, que não receberam a plenitude do Espírito Santo (como receberam os apóstolos no Cenáculo de Jerusalém, no dia de Pentecostes), pretenderem alçapremar-se infinitamente acima daquele apóstolo, de que se dizem, embusteiramente, sucessores! E mais: que se dizem com poderes suficientes para desentronizarem os soberanos da terra; que podem desobrigar do juramento de fidelidade para com os soberanos, pelo que, ensinam ser justo o próprio regicídio; que o papa não pode ser julgado por ninguém pelo que diz ou faz; que pode doutrinar e decretar doutrinas contrárias àquelas que os autores inspirados nos transmitiram; que é, também, o único intérprete das Escrituras; que o clero e os leigos estão sujeitos ao papa; que êste é, finalmente, infalível, e mais que tudo, que é Deus (!) e mais que Deus (!!). Sôbre isso, o servilíssimo e subservientíssimo cardeal Belarmino chega a afirmar: "Se o papa errasse, ordenando vícios ou proibindo virtudes, a igreja, se não quisesse pecar contra a sua consciência, seria obrigada a crer que os vícios são bons e as virtudes são más. Pois que a igreja, em casos dúbios, é obrigada a aquiescer ao juízo do Sumo Pontífice e *fazer o que êle ordenar,* e deixar de fazer o que êle proibe; e, para não agir contra a consciência, é obrigada a crer que é bom o que êle ordena, e não o que êle proibe"!!!

Haveria, acaso, animal mais irracional e sem personalidade do que o despersonalizado e sacrílego cardeal Belarmino?

Iríamos longe se fôssemos mostrar, exibir, aqui, tôdas as sacrílegas pretensões dêsses pseudo-sucessores do santo e humilde S. Pedro!

Foi a um *papinha* em embrião, chamado Diotrefes, precursor dos papas romanistas, que, querendo obter o *primado,* excomungava os que se lhe opunham, que o Apóstolo S. João, em sua 3.ª Ep., cap. I, 9-11, condena acremente, como se lê: "Eu talvez tivera escrito à Igreja, mas aquêle Diotrefes, que ama ter entre êles o primado,

não nos recebe: por isso, se eu lá fôr, darei a entender as obras que êle faz, chilrando com palavras malignas contra nós; e como se isto não lhe bastasse, nem ainda quer receber a nossos irmãos, e veda aos que os receberem que o não façam, e os lança fora da Igreja. Irmãos, não imiteis o mal, mas o bem". Pois bem, tais palavras de S. João se aplicam, com muita propriedade, a todos os papas!

Afirmamos, atrás, que o Papa se apresenta ao mundo como mais do que o próprio Deus e vamos provar. Basta que nos reportemos ao Compêndio de L. de Sanctis e G. Moreno, págs. 238 e 239, que transcrevemos, na íntegra:

"Por decreto de Nicolau II (1059) o papa é eleito pelo Colégio dos Cardeais. Antes a eleição pertencia ao Senado, ao povo e ao Clero de Roma . . . O Papa é o último degrau da hierarquia eclesiástica — é o que de grande, de majestoso e de excelso pode haver sôbre a terra. A inteligência humana não pode idealizar a outrem que o supere — é o último têrmo das grandezas terrenas. Êle dispõe das coisas do céu, da terra e do inferno. Dispõe do céu, porque é S. Pedro que está à porta do céu e tem as chaves do mesmo. Tentai entrar no céu sem o salvo-conduto do Papa, e vereis ser impossível. Dispõe das coisas da terra, porque do Papa foi dito: *"Per me reges regnant, et legum conditores justa decernunt"* (por mim governam os reis e os legisladores conhecem a justiça). Dispõe do inferno, e o Purgatório é o seu Patrimônio, de tal maneira, que, se o Papa quisesse, poderia esvaziá-lo com um *fiat*. Quereis, leitores, compreender mais claramente que não há quem se iguale ao Papa? Entrai numa Igreja Católica e vêde: os que passam diante do Altar do SS. Sacramento dobram o joelho em sinal de reverência; se o SS. Sacramento está exposto sôbre o Altar, a reverência é feita com os dois joelhos. Em seguida, ide ao Papa e, se por uma graça especial, fordes admitidos, tereis que prostrar-vos três vêzes, tocando a terra com a fronte, e aniquilar-vos quase diante de tanta elevação — e todavia êle come, bebe, fala, e dorme como vós, e, como vós . . . será roído pelos

vermes. Quereis outra prova mais humilhante, mais nítida e clara? Ei-la: Antes de 1870, quando em procissão saía da Igreja o SS. Sacramento, a Fortaleza de Castel Sant' Angelo o saudava com *três tiros de canhão* — era a honra que se dava a Deus. Saía o Papa do Vaticano? Castel Sant'Angelo o saudava também, anunciando o acontecimento ao povo com *vinte e um tiros de canhão* — honra que se dava ao Vigário de Cristo! Três tiros de canhão, salva para Jesus! — VINTE E UM, para o Papa! Quem maior e mais poderoso?"

Não temos sobejas razões, quando afirmamos que, sôbre tal aspecto, seria até grande desmoralização para o santo, ser êle fundamento de crença de uns espíritos diabólicos como êstes, que se arrogam direitos e poderes até superiores aos de Deus, e cuja voz não admite contestação?!!!

Repita-se: Defendamos a honra do Apóstolo Pedro, por justiça e por direito, pois que, apesar de frágil criatura humana, foi êle um seguidor de Cristo, reabilitado pela Graça de Deus ao Ministério Santo, e cuja religião, que pregou, até o fim de sua vida, e pela qual morreu como mártir, foi a verdadeira Religião de Cristo, e não a religião do ultramontanismo, que tão magistralmente, tão fidelìssimamente, como vimos, em capítulo anterior, o genial Rui Barbosa descreveu em "O Papa e o Concílio".

E, sendo que o intrépido e fiel apóstolo Pedro era, na sua vida e nas suas prédicas, o oposto dessa religião paganizada e altamente mundanizada e corrupta, segue-se que, nem mesmo êle, apesar de humano, perecível e mortal, sob o aspecto doutrinário, moral e espiritual, pode ser a pedra fundamental da Igreja Romana.

Se fôsse possível admitir-se como fundamento da Igreja Romana aquêle Pedro, pescador da Galiléia, impetuoso, impulsivo, pecador, instrumento nas mãos de satanás (como Cristo certa vez o increpou), o cobarde que negou seu Mestre, por três vêzes, diante de uma mulher, no pátio de Caifás — ainda poderíamos estar de acôrdo.

Mas, que seja fundamento da mesma igreja, eivada de erros clamorosos, como vimos, e de inovações anticristãs de tôda a ordem, aquêle Pedro transformado, pela Graça do Espírito Santo, em Santo Apóstolo de Jesus Cristo, isso, de modo nenhum, podemos admitir!

É que o grande Apóstolo, pelas suas atitudes da mais evangélica humildade, pela sua pobreza ("não tenho prata nem ouro"), pela sua fidelidade a Cristo, pelas verdades eternas que ensinou, sempre de harmonia com a divina Revelação contida nas Santas Escrituras — por tudo isso, e muito mais que poderíamos acrescentar — êle se nos apresenta em contraste tão flagrante com a Igreja Romana, que tem sido precisamente a antítese das virtudes e doutrinas do santo Apóstolo, que, de modo nenhum, se pode admitir seja êle o fundamento de tal Igreja! Seria injuriar a memória do Santo!

E, para maior clareza, frisemos, ainda, (embora em pálida síntese), o flagrante contraste entre S. Pedro e os seus pretensos sucessores!

De tudo o que já ficou sôbre o Papado, é mais que evidente que há um abismo imensurável entre S. Pedro e essa falange sinistra e diabólica de hipócritas e sacrílegos mundanizados e podres como ovos arruinados; mas, ainda, para reforçarmos esta nota, vejamos alguns dos mais frisantes e berrantes contrastes.

S. Pedro (o Pedro santificado pela Graça) — levou vida sem mácula; a vida dos papas de Roma está repleta de máculas de tôda ordem. S. Pedro foi a encarnação da humildade evangélica; o papismo tem sido a personificação do máximo orgulho humano e da maior arrogância e soberba e o expoente mais alto do despotismo de que há menção nos anais da História. S. Pedro foi tão pobre e destituído de bens terrenos, que pôde dizer em verdade: "não tenho prata nem ouro"; ao contrário, o Romanismo, com o seu Vaticano e "sucursais" pelo mundo inteiro, tem sido uma das maiores ostentações de riqueza humana,

e parece insaciável a sua sêde de dinheiro. [1] S. Pedro, fiel a N. S. Jesus Cristo, declarou não haver salvação fora d'Êle (Cristo); o Romanismo ensina que "fora da Igreja Católica não há salvação". S. Pedro ensinou verdades eternas de harmonia com a Revelação Divina, contida na Sagrada Escritura; o Romanismo ensina e preceitua dogmas contrários às mesmas verdades eternas, em flagrante desarmonia com a Divina Revelação!

Não, senhores romanistas! Ficai sabendo, para vossa suprema humilhação e para descrédito absoluto dos vossos sofismados dogmas, que nem sequer podeis arrogar-vos o direito de terdes como fundamento da vossa Igreja o humilde pescador da Galiléia, que se tornou, pela Graça do Espírito Santo, o grande apóstolo de Jesus Cristo!

Buscai onde quiserdes o fundamento para a vossa igreja, que não vos será dado o direito de proclamardes S. Pedro como vosso fundamento!

Reparem bem nisto, Eurípides e seus consócios romanistas: Igreja que tenha por fundamento um homem, não pode ser divina. Ora, a Igreja Romana (segundo a sua própria doutrina) tem por fundamento um homem: S. Pedro. Logo, a Igreja Romana não é divina.

E a recíproca do silogismo é verdadeira:

S. Pedro — fundamento humano — não pode ser, absolutamente, pedra fundamental da Igreja de Cristo, que é de origem divina!

Pode a Igreja Romana continuar a sustentar que Pedro é o seu fundamento; quanto a nós, protestantes

---

[1] Sêde de dinheiro, sim, comprovada pelas licenças, pelos batizados, casamentos, restauração das excomunhões papais, indulgências parciais e plenárias, missas de corpo presente, do 7.º dia, do 30.º dia, de aniversários, simples, solenes ou cantadas, em ações de graças ou em sufrágio pelas almas do suposto Purgatório (que é "a galinha de ouro da Igreja"), exéquias, absolvições sôbre os mortos (em casa ou sôbre o túmulo, responsórios, canonização dos santos, a ordem, o matrimônio, as bulas; dinheiro para tudo isso e mais dinheiro ainda para as suas catedrais intermináveis, para as suas obras "pias" e de "caridade" (que quase nunca aparecem...), espórtulas para os santos, dinheiro, dinheiro, dinheiro e sempre para sustentar o luxo e a opulência dos nababos papalinos, antístites e mais confrarias e irmandades!...

de tôdas as denominações, e os gregos, ortodoxos e heterodoxos, e todos os fiéis que têm Cristo como seu Salvador (com a exclusão dos romanistas), jamais deixaremos de sustentar que o fundamento de nossa crença ou Igreja é o mesmo Jesus Cristo, para Quem convergem tôdas as nossas esperanças. Nisto reside a diferença profunda entre nós e os romanistas: êles têm um fundamento humano, terreno, material e corruptível; nós, Graças ao Altíssimo Deus, temos o fundamento divino, celestial, espiritual, incorruptível! Êles (os romanistas) podem dizer que têm como seu chefe e generalíssimo a S. Pedro; nós temos como tal a Nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus!

Quem tem olhos para ver, que veja!

"Quem tem ouvidos para ouvir, oiça . . ." (Apoc. 3:13).

Dissequemos o que, para os romanistas, é o "texto capital" (S. Mat. 16:18): "Também eu te digo que tu és Pedro, e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja . . ."

Antes de mais nada, convém frisar que a Igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo é uma Sociedade com fins supremamente espirituais atinentes à salvação eterna. É, portanto, uma Obra divina, porque só Deus pode salvar. E, tão verdade é isto, que foi necessário, para a salvação do gênero humano, que o Filho de Deus se fizesse homem.

É que o sacrifício de qualquer ser criado, e, portanto, finito, jamais seria suficiente para satisfazer a Justiça divina ultrajada.

Sendo assim (e ninguém pode contestar o que afirmamos), torna-se evidente que a mesma Igreja, fundada por Cristo, com o fim único e exclusivo da salvação dos pecadores, não pode ter como fundamento um elemento material ou humano, mas sim um elemento espiritual e divino.

Poderia, acaso, de alguma forma, um homem ser fundamento de uma Obra divina? Se pudesse (admitindo-se o absurdo), tal Obra deixaria de ser divina.

Pode o homem, sim, ser "cooperador" de uma Obra divina ou instrumento de Deus na realização de uma Obra divina, [1] mas não pode passar pela cabeça de ninguém, possuidor de cérebro equilibrado e desempoeirado, a idéia de um simples mortal ser o fundamento de uma Obra divina, ou mesmo qualquer das entidades angélicas.

Assim como o fundamento do budismo, do confucionismo, do maometismo está nas doutrinas ensinadas pelos seus fundadores, respectivamente, Buda, Confúcio e Maomé, — por semelhante modo, o fundamento da Religião Cristã está no Seu Divino Fundador — Nosso Senhor Jesus Cristo! E não é isto tão lógico, tão evidente? Acaso, poder-se-ia imaginar, sequer, que Deus iria buscar um fundamento humano, para alicerçar as Suas verdades eternas, verdades que têm o escopo supremo da salvação dêsse homem "decaído", que foi o objeto de Sua Infinita Misericórdia, visto que estava "morto em seus delitos e pecados"? Acaso, é concebível admitir-se que Deus iria fundar o Seu sistema de salvação ou a Sua Santa Igreja sôbre as ruínas espirituais de um "cadáver"?

"Que é o homem para que te lembres dêle, e o filho do homem para que o visites? — exclama o salmista! Não seria isto, pois, dar Deus ao homem, ao mísero mortal, valor e importância que jamais teve nem jamais terá?

Tanto isto é verdade, tão miserável, ínfimo e sem fôrças é o homem, que, mesmo a salvação, obra da livre Graça de Deus, oferecida gratuitamente, em Cristo, mesmo a salvação, assim de graça, êle dificilmente alcança! Ora, se para êle próprio, só muito dificilmente pode acimentar ou alicerçar o edifício de sua salvação, (porque isto depende exclusivamente da Graça de Deus), como poderia ser êle o alicerce, o fundamento da salvação dos outros?

---

[1] 1.ª Cor. 3:9.

Tal concepção, só mesmo na mentalidade dos romanistas, que passaram procuração ao Papa para que pense por êles!

Ora, (prossigamos), se o fundamento da Religião Cristã está em Cristo, de que depende a nossa vida eterna, consoante o próprio Mestre nos ensina: *"A vida eterna, porém, é esta, que conheçam a Ti, único verdadeiro Deus, e a Jesus Cristo, aquêle que Tu enviaste"* (S. João 17:3), segue-se que tem de ser nesta crença, pelo Divino Mestre exposta, que se deve fundamentar todo o sistema do Cristianismo, e não no pobre homem, pois, repita-se, é lógico e mais que evidente que êste não pode substituir a Deus nem em pensamento, muito menos dar-nos a certeza dessa vida eterna, senão mediante a fé inabalável no elemento divino, que implìcita e explìcitamente se baseia não na palavra do homem, mas, sim, na própria palavra de Deus!

Fôsse o fundador de nossa Religião Cristã um mero homem, como poderia assegurar que as suas promessas de vida eterna, mediante mesmo a observância dos seus preceitos, seriam cumpridas? Quem nos poderia convencer da possibilidade de tal salvação?

Precisamente por isso, por ter como fundamento um homem, é que ela chega mesmo a doutrinar que ninguém pode ter certeza de que será salvo! Pudera!

Nós, porém, que cremos n'Aquêle que disse: *"Quem crê em mim tem a vida eterna"*, não nos resta a menor dúvida de que estamos salvos, porque nos fundamentamos não na palavra do homem, mas na própria palavra de Deus!

Sendo assim, (e é mesmo), o fundamento, o sustentáculo de tal doutrina não pode ser a impotente criatura humana. Para que ela mereça a nossa fé e crença, mister se faz que se fundamente na certeza divina.

Daí, já que assim é, essa Religião ou Igreja tem de ter, fatalmente, fundamento capaz de resistir a tôdas as investidas do ceticismo e remover, para bem longe de nós, qualquer sombra de dúvida em tôrno das promessas. Ora,

a Religião Cristã é a única que nos dá certeza, no meio das incertezas dêste mundo, certeza quanto ao objeto da fé — Cristo, e ao destino eterno das almas; por isso mesmo o seu fundamento não pode ser outro senão o divino. E, se nos retorquirem que, além dêsse fundamento divino, Deus constituiu outro, humano (a tal "pedra" secundária, o Pedro), aí, então, nós lhe respondemos, muito lògicamente, que, neste caso, quem tem o divino tem o máximo, e pode muito bem dispensar o mínimo, que, no caso, seria o fundamento humano! Portanto, lá se foi dágua abaixo o tão decantado edifício do "primado de Pedro", e rui, fragorosamente, pelos próprios dardos que lhe atiraram os seus impotentes defensores!

Logo, só mesmo Cristo pode ser o fundamento, e fundamento único, ou pedra fundamental de Sua Santa Igreja, por Êle fundada, que não se funda em doutrinas humanas como as do budismo, confucionismo ou maometanismo.

A propósito, lembramo-nos de uma discussão que houve entre um maometano e um cristão. Aquele disse a êste: Nós temos a caveira de Maomé, em Meca, e Vocês têm uma sepultura vazia, em Jerusalém! . . . — "Pois é precisamente por isso que a nossa fé tem valor, e valor infinito: é que Nosso Salvador venceu a morte, ressurgiu, e, portanto, pode assegurar-nos a vida eterna, o mesmo não podendo Você afirmar da sua fé no maometanismo, de cujo fundador apenas resta a caveira!

"Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa fé e a nossa salvação e pregação", e "seríamos as mais miseráveis das criaturas", como no-lo diz S. Paulo, porque as nossas esperanças estariam concentradas num simples mortal. Segue-se, daí, que o fundamento inspirador da absoluta certeza de salvação tem de estar ligado com a doutrina, com a vida, e finalmente com a própria imortalidade dêsse Fundador da nossa Religião Cristã!

Como prova de que nosso raciocínio está em harmonia com a Palavra Santa, abramo-la e veremos claríssimamente como em grande número de textos encon-

tramos base sólida, insofismável, para nossa tese, qual a de ser Cristo a base única, o fundamento único, numa palavra, a verdadeira pedra fundamental da Sua Igreja, por Êle mesmo fundada:

1.º "Edificados sôbre o fundamento dos Apóstolos e dos Profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra angular" (Efes. 2:20) — A isto, que saída dão os senhores romanistas? — Respondem que Jesus é o fundamento *principal* e o Papa é o *secundário!* Pura confissão de derrota!

2.º "*...NINGUÉM PODE PÔR OUTRO FUNDAMENTO,* senão o que foi pôsto, que é Jesus Cristo" (1.ª Cor. 3:2).

3.º "E sujeitou *tôdas as coisas* aos seus pés, *e sôbre tôdas as coisas* o constituiu (a Cristo) *CABEÇA DA IGREJA*" (Efés. 1:22).

4.º "O marido é a cabeça da mulher, assim como Cristo é a cabeça da Igreja: êle mesmo que é o seu corpo, do qual é o Salvador" (Efés. 5:23).

Aqui temos duas afirmações, uma dependente da outra. Cristo é cabeça da Igreja, como o marido é cabeça da mulher, mas, se para a Igreja se admitem duas cabeças — uma *principal* e outra *secundária* — então não se pode condenar a poliandria, isto é, que a mulher tenha dois maridos — um que seja o Vigário do outro! Mas, isto é suprema tolice! E Deus, que proíbe à mulher que tenha mais de um marido, permitirá que sua Espôsa — a Igreja — tenha dois? (1) É a conclusão a que se chegaria, face à lógica disparatada, sofística e diabólica do jesuitismo!

S. Paulo acrescenta: *"E Êle mesmo é Salvador do corpo"*, isto é, da Igreja; o que equivale a dizer: "Quem salvou a Igreja tem direito a ser Chefe da mesma. O Papa salvou a Igreja? Não a tem, antes, profanado? (2)

---

[1] "Compêndio de Controvérsia entre a Palavra de Deus e a Teologia Romana" — de L. de Sanctis e G. Moreno, pág. 50.

[2] E, enquanto a Palavra de Deus é tão clara assim, o cardeal Belarmino afirma que a cabeça da Igreja, seu fundamento, com os 15 títulos

5.º "E Êle (Cristo) é a cabeça do corpo da Igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, *PARA QUE EM TUDO TENHA A PREEMINÊNCIA*" (Col. 1:18).

6.º "Como, pois, recebestes o Senhor Jesus Cristo, *assim* também andai n'Êle, *arraigados e sobreedificados* n'Êle, e confirmados na fé, assim como fostes ensinados, abundando em ação de graças. Tende cuidado para que ninguém vos faça prêsa sua, *por meio de filosofias e vãs subtilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo*" (Col. 2:6-8).

Os grifos, nesses textos, falam por si.

7.º "E chegando-vos para Êle — *pedra viva*, reprovada, na verdade, pelos homens, mas para com Deus eleita e preciosa, vós também, como pedras vivas, sois edificados casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo. Por cuja causa se acha na Escritura (cita S. Pedro Is. 29:16): "Eis que ponho em Sião *COMO ALICERCE* uma pedra, pedra provada, pedra preciosa, do ângulo de *FIRME FUNDAMENTO; e aquêle que nela crê*, não será envergonhado. Para vós, portanto, que credes, é a honra; mas, para aquêles que descrêem, a pedra que os edificadores rejeitaram, esta foi posta como a pedra angular e como uma pedra de tropêço e uma rocha de escândalo" (1.ª Ep. de S. Pedro, cap. 2:4-6). [1]

---

etc., que atribui aos papas, através dos séculos, provam seu primado! Êle "poderia ter citado 666, se quisesse, queimando e excomungando aquêles que lhos não reconheceram. O fato consumou-se, apesar da democracia do Evangelho, porque o calor das fogueiras e o gume das espadas sempre tiveram fôrça persuasiva de respeitável valor. Permaneceram os nomes que os papas a si atribuíram; logo, os papas são o que êles disseram ser" *"Risum teneatis, amici..."* (L. Sanctis e G. Moreno, pág. 51).

[1] Reparai bem, romanistas, que é o próprio S. Pedro, a quem quereis, por fôrça, fazer papa, que taxativamente, citando o profeta Isaías, afirma que a pedra é Cristo. É que S. Pedro viveu na época que ainda não existia êsse monstrengo doutrinário que se chama Catolicismo Romano, e só aprendeu na Escola da verdadeira Revelação Divina, e, daí...

Os grifos falam por si, mais uma vez.

8.º "Esta é a *pedra,* (continua S. Pedro), reprovada por vós, arquitetos, que foi posta pela primeira fundamental do ângulo, e não há salvação em nenhum outro, porque do céu abaixo nenhum outro nome foi dado aos homens, no qual e pelo qual nós devamos ser salvos" (At. 4:11-12).

Notai, romanistas, que é ainda o vosso *"primeiro papa"* quem está falando! E já que Vocês só ouvem aos papas, reparem bem no que êsse "primeiro papa" está dizendo, porque é coisa muito diferente do que ensinam os vossos mestres e guias espirituais: *a pedra é Cristo!*

9.º E discorrendo S. Paulo sôbre essa "pedra" misteriosa das visões proféticas, e da qual especialmente Isaías nos falou, disse: "Todos beberam de uma mesma bebida espiritual, porque todos bebiam da *pedra* misteriosa, que os seguia: e *ESTA PEDRA ERA CRISTO"* (1.ª Cor. 10:4).

10.º "E o próprio Cristo, citando Isaías 28:16, atribui que aquelas palavras proféticas têm o seu cumprimento n'Êle, isto é, que Êle era a pedra de "firme fundamento"; "Nunca lêstes nas Escrituras: a pedra que os edificadores rejeitaram, esta foi posta como cabeça do ângulo; pelo Senhor foi feito isto, e é maravilhosa aos nossos olhos"? (S. Mat. 21:42; S. Marc. 12:10).

Diante de palavras tão claras, que não encerram o menor mistério, temos, forçosamente, de concluir que só Jesus Cristo é a pedra fundamental de sua Igreja, e não S. Pedro, como querem, à viva fôrça, os corifeus do papismo.

Pela Bíblia, pela razão, pela lógica, pelo bom senso, a interpretação romanista não procede, é falha, é ilógica, é insensata.

Estamos já fartos de observar que os cérebros romanistas (onde, aliás, podem residir boas inteligências), talvez pela falta de liberdade de raciocinar, pois que o sistema jesuítico-papista tem pavorosa aversão aos que chama de racionalistas, são obstinados em nunca verem

aquilo que não lhes agrada. Assim, é fácil de observar que a nenhum abatinado é permitido tirar nenhuma conclusão, por mais lógica que seja, contra as suas correntes doutrinárias. Daí resulta o fato de se meterem (os corifeus do Romanismo) em autênticos labirintos ou mesmo abismos, de que, depois, se não conseguem libertar. A verdade desta afirmação já foi demonstrada em capítulos anteriores, mais de uma vez.

Quando os cavaleiros do papismo entram em campo para defesa da sua dona — a Igreja e o seu fundamento no papado — acabam, fatalmente, por serem derrotados. Tão frágeis são suas espadas, tão falhos de visão são os seus golpes que, dificilmente, podem oferecer resistência aos seus adversários. Assim, por exemplo, não podendo fugir ao esmagador golpe dos adversários, quando lhes põem diante dos olhos vários passos das Sagradas Escrituras, pelos quais se prova, até à evidência, que a Cabeça ou Pedra fundamental da Igreja de Cristo é o próprio Cristo, descem à arteirice, fàcilmente desmascarável, dizendo que S. Pedro é a pedra *secundária.*

Fazendo tal afirmação (incredibili dictu!) os corifeus do papismo nem sequer se aperceberam do tremendal em que tombavam! Na verdade, se êles afirmam, como fazem, que S. Pedro é a pedra *secundária* da Igreja, ipso facto, confessam que êle não é aquela pedra sôbre a qual Jesus disse que edificaria a Sua Igreja, como se lê em S. Mateus, cap. XVI, v. 18. Com efeito, no passo bíblico em aprêço, a *pedra* de que ali se fala não é *secundária,* mas primária ou fundamental. Ora, se S. Pedro não é a pedra primária, mas *secundária,* como dizem os romanistas, segue-se, fatalmente, que êle não é a pedra do texto citado.

Com êste argumento, que os romanistas não conseguem, nem conseguirão destruir, fica reduzido a escombros ou ruínas o inconsistente baluarte do papado romanista!

E, repita-se: diante de textos tão claros, absolutamente insofismáveis, referências do próprio Cristo, do

Apóstolo S. Pedro, de Isaías e de S. Paulo mormente quando êste declara: *"NINGUÉM PODE PÔR OUTRO FUNDAMENTO,* senão êste: Cristo" — sim, diante de tão veementes e claríssimas palavras, será preciso ter os intestinos na cabeça, tal ocorre a um cardeal Belarmino, a um Eurípides ou a um Leonel Franca, para, contrariando tôdas as regras de hermenêutica universal, que nos ensinam que devemos interpretar a Bíblia pelo sentido do seu contexto (pois a Bíblia se interpreta por si mesma, isto é, pelos textos relacionados, de verdades paralelas), para dizer que a pedra a que se refere o texto de S. Mateus 16:18 seja Pedro e não Cristo!

Argumentação
de
Eduardo Carlos Pereira

Quando o eminente pastor Eduardo Carlos Pereira fêz a análise do "texto capital" de Mat. 16:18, sôbre o tríplice aspecto: a) pelo confronto dos textos paralelos; b) pela tropologia profética e c) à luz das leis da gramática e da linguagem, provando, exuberantemente, por todos êsses aspectos, que a "pedra" não era, absolutamente, Pedro, e sim Cristo, o famigerado jesuíta Leonel Franca, criticando o grande gramático que provara a distinção entre *"Petrus"*, do primeiro têrmo, e *"petram"* do segundo, saiu-se com esta de sendeiro: "Distinção injustificada, ridícula, contrária às regras mais comezinhas da hermenêutica . . . antigramatical, ilógica, filha de preconceitos dogmáticos e tendências sectárias" (IRC, págs. 14 e 20).

Mas, a Verdade é que a obra de Eduardo Carlos Pereira aí está, erguida e sobranceira, a desafiar todos os espadachins do romanismo, os quais nos provocam a maior irrisão!

E, como não somos discípulos do jesuíta, que só se limita a xingar, sem nada provar, não queremos seguir-lhe as pegadas, e, por isso mesmo, "mestre" Eurípides,

desde já lhe prometemos que, além dos nossos argumentos, que serão originais, vamos aqui mesmo empregar, de propósito, alguns do abalisado mestre E. C. Pereira, para mostrarmos, à evidência, que aquêle famigerado jesuíta Leonel não conseguiu destruir um só dêles!

1.º — Do confronto dos textos paralelos, já por nós citados, e aos quais também se referiu E. C. Pereira, é indiscutível que, em tôda a Escritura, Cristo é a pedra fundamental da Religião Cristã.

Eis o que escreveu aquêle nosso eminente colega:

"Ao terminar seu célebre discurso da Montanha, fala-nos Cristo de duas casas: uma "edificada sôbre a rocha" (*supra petram*), e a outra sôbre a areia. Aquela resiste à chuva, aos rios transbordados, aos ventos rijos; esta é arrastada ao desencadear dêstes elementos" (S. Mateus 7:24-27).

"A Igreja, que "Cristo, o Filho do Deus vivo" ia edificar, é chamada na Escritura "Casa de Deus vivo, coluna e firmamento da verdade" (1.ª Tim. 3:15). A "pedra", pois, do texto (Mat. 16:18) é a rocha ampla e firme sôbre que assenta a "Casa de Deus", que deve, através dos séculos, resistir aos vendavais destruidores, que no pó precipitam todos os artefatos humanos. A pedra da Igreja representa, portanto, metafòricamente, aquêle poder incontrastável que, em todo o tempo, tem sido o seu sustentáculo. Êsse poder *é a pessoa divina do Cristo,* confessada por Pedro; declara, porém, Roma, que *é a humana pessoa de Pedro,* rediviva nos seus sucessores"!

Vejamo-lo.

"De caminho com os apóstolos, interpela-os Jesus: "Quem dizeis vós que sou eu?" — "Tu és o Cristo, Filho do Deus vivo" — responde Pedro, tomando a dianteira a seus colegas e confessando a divindade e o caráter messiânico do Filho do Homem. — "Bem-aventurado és, Simão Barjona, porque foi meu Pai quem te revelou êste grande mistério, objeto constante das visões dos Profetas. Eu também confesso o teu nome: tu és Pedro, e sôbre esta rocha (Mat. 7:24), que acabaste de assinalar na confissão

que meu Pai pôs em teu lábios, e de que tens a honra de ser um fragmento (petrus), edificarei a minha Igreja, que, assim firmada, prevalecerá contra tôdas as potências destruidoras da morte (*Hades*)."

"A confissão de Pedro, reconhecendo Jesus como o divino Messias dos Profetas, o Cristo de Deus, é, incontestàvelmente, a "pedra" fundamental sôbre que se apóia a fé e a esperança de todos os filhos de Deus, cuja totalidade constitui a Igreja." [1]

A seguir, passa E. C. Pereira a fazer o confronto dos textos paralelos, para confirmar a mesma verdade, e a que já nos referimos anteriormente, a saber: (1) Ef. 2:20; (2) 2.ª Cor. 3:2; (3) Ef. 1:22; (4) Ef. 5:23; (5) Col. 1:18; (6) Col. 2:6-8; (7) Is. 28:16; 1.ª Ep. S. Pedro 2:4-6; (8) At. 4:11-12; (9) 1.ª Cor. 10:4; (10) São Mat. 21:42; S. Marc. 12:10. Tôdas essas passagens e muitas outras, que poderíamos citar, lançam abundantíssima luz sôbre o sentido real do têrmo "pedra" a que se referiu Jesus em Mat. 16:18.

Daí, concluirmos que não podiam tais textos ser mais explícitos na justificação do nosso entender, ao interpretarmos o texto de S. Mat. 16:18, reprovando, portanto, a interpretação romanista. Citamos ainda N. S. Jesus Cristo, que aplicou a si a figura messiânica de Isaías 28:16, em S. Mat. 21:42.

Citamos, por igual, S. Paulo, que "traz valioso subsídio à interpretação dessa "pedra misteriosa" das visões proféticas, quando escreve: "E ESTA PEDRA ERA CRISTO" (1.ª Cor. 10:4).

"Diante de tais citações", continua Carlos Pereira, "como podiam deixar de estar presentes ao espírito do Senhor Jesus essas profecias, quando declarou aos apóstolos: "sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja"? [2] "São elas, evidentemente, a chave interpretativa da solenissima

---

[1] "O Problema Religioso da América Latina", pág. 217.
[2] Ob. cit., pág. 219, de E. C. Pereira.

declaração de Cristo, e, só na ignorância da Idade Média, [1] e perante quem não abre a Bíblia, pode a igreja de Roma pretender que S. Pedro seja a pedra!" [2]

Reiteremos, ainda, o parecer evangélico, com o que escreveu S. Paulo aos coríntios e efésios:

"Segundo a graça de Deus, que me foi dada, lancei o fundamento como sábio arquiteto . . . e veja cada um como edifica sôbre êle. Porque NINGUÉM PODE PÔR OUTRO FUNDAMENTO, senão o que foi pôsto, que é Jesus Cristo" (1.ª Cor. 3:10-11) e "Vós sois (os crentes) . . . edificados sôbre o fundamento dos Apóstolos e dos Profetas, sendo o mesmo Jesus Cristo *a principal pedra angular*" (Efés. 2:19-22).

Dêste modo, adeus primado de Pedro, e, com êle, tôdas as pretensões papalinas!

"O confronto dos textos paralelos derrama, pois, vivíssima luz sôbre o famoso texto, e varre, por completo, tôda a dúvida que possa incutir a autoridade de uma tradição forjada nas trevas de tempos de barbária, onde apenas lampejava, a espaços, a luz furtiva da verdade divina!" [3]

Evidência
da
tropologia profética e hebraica

"Os passos do A. Testamento" (citados nos capítulos anteriores) "têm valor literário, [4] que não é de somenos importância, no estudo do assunto que nos ocupa", que é o "texto capital" de Mat. 16:18. E, depois de descrever os encantos da natureza em Israel e mencionar-lhe os rochedos multisseculares, de extraordinária firmeza e encantamento, em que se inspiraram os profetas hebreus, para produzirem tropos ou "imagens prediletas de rara

[1] Ou, diríamos nós, na obstinada má fé de um Eurípides, de um jesuíta como Leonel Franca e quejandos...
[2] Ob. cit., de E. C. Pereira, pág. 220.
[3] E. C. Pereira, ob. cit., pág. 220.
[4] E melhor diríamos: valor moral e espiritual também.

beleza", sob o símile ou a metáfora da "pedra", como vimos, e como ainda podemos ver, em expressões como estas: "Ninguém há santo como o Senhor; pois não há outro, fora de ti, nem há outra ROCHA como o nosso Deus" (1.º Sam. 2:2, na versão brasileira, e 1.º Reis, nas versões católicas); "Senhor, ROCHA minha e redentor meu!" (Salm. 19:4), e, finalmente, em muitíssimas semelhantes, sim, depois de, em um sem-número de expressões similares a estas, ainda mais o argumento da tropologia hebraica, evocado por C. Pereira, vem reforçar o significado divino da expressão — "pedra", no "texto capital", pois, sempre tais tropos ou imagens proféticas se referiam à divindade e às Suas Obras poderosas, e nunca a sêres humanos ou angélicos, e, daí, o que escreveu, a respeito de tais tropos, E. C. Pereira:

"Tais figuras . . . aplicam-se uniformemente a Deus e a Suas obras poderosas, e nenhum judeu, conhecedor de sua literatura, se lembraria de aplicar [1] a palavra "pedra" ou "rocha" das palavras de Cristo a um homem, embora fôsse êle apóstolo ou profeta".

E tanto é isto verdade, aduzimos nós, que nem um dos contemporâneos de Cristo, não só entre os Seus discípulos, como entre os Seus próprios inimigos, jamais levantou tal questão, tão óbvio foi o sentido da expressão de Cristo, à luz do que êles conheciam, acêrca da tropologia hebraica!

Demais, se as palavras de Cristo tivessem o sentido de elevar à categoria de fundamento da Sua Igreja a um homem, êste, por certo, não seria o impetuoso S. Pedro, mas o "Discípulo Amado", o "Apóstolo do Amor", a quem Jesus muito amava, e a quem, em face dos liames de amor e deferência que para com êle tinha o Mestre, ao despedir-se, na Cruz, de Sua "mater dolorosa", aos seus cuidados *filiais* a confiou!

Depois dessa digressão ou explicação adicional ao que vínhamos referindo de Carlos Pereira, vejamos, finalmen-

[1] Como não se lembrou jamais, em tempo algum!

te, como êle termina a sua argumentação, sob o prisma da tropologia hebraica: "Viria isto corroborar, se preciso fôsse, a aplicação que dessa expressão consagrada da poesia hebraica, fazem Cristo, S. Pedro e S. Paulo".

O "texto capital"
à luz da
gramática e da linguagem.

Sôbre o assunto, assim se expressou o inimitável gramático brasileiro: [1]

"Longe de rebelar-se a sintaxe contra essa interpretação diretamente patrocinada pelo próprio S. Pedro, tem ela a seu favor a própria crítica gramatical e as leis fundamentais da linguagem, como órgão do pensamento. Sôbre a gramática, basta apenas dizer que em — "Tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja" — *esta*, demonstrativo da primeira pessoa, vai melhor com Cristo, que falava, do que com Pedro, com quem Êle falava. Ora, a 1.ª pessoa gramatical é, no texto, lògicamente idêntica com a 3.ª, isto é, com a coisa de que se falava, que não podia deixar de ser a confissão de Pedro — "Cristo, o Filho do Deus vivo". Assim, independentemente do "gesto no espaço elucidativo do pensamento", de que nos fala Bréal, inerente à [2] índole dramática da palavra, o adjetivo pronominal *esta* melhor se acomoda com Cristo do que com Pedro."

Em outras palavras, diríamos nós, em aditamento explicativo ao acima exposto: Se fôsse a intenção de Cristo fazer de Pedro a pedra fundamental de Sua Igreja, gramatical e lògicamente, deveria ter-se expressado assim: Tu és Pedro, e sôbre ti, Pedro, edificarei a minha Igreja. Isto

---

[1] Eduardo Carlos Pereira, em seu livro "O Problema Religioso da América Latina", págs. 221 a 224.

[2] Embora a cita *"inerente à índole"* seja do gramático Carlos Pereira, deveríamos escrever, todavia, seguindo Rui Barbosa: "INERENTE DA", *inerente da índole*, e não *"inerente à índole"*, como escreveu Carlos Pereira. Todavia, ambos são autoridades, pôsto que entre um e outro, inclinamo-nos para Rui. (O Autor).

é que seria correto, se tal fôsse o pensamento do Mestre. Mas, à luz da análise acima, dar a êsse texto a interpretação de Pedro ser a "pedra", seria admitir não só um disparate de gramática, como de linguagem saído dos lábios do Perfeitíssimo Senhor Jesus!

Alto lá, senhores romanistas! Os senhores ainda acham pouco adulterarem os ensinos espirituais e celestiais do Divino Mestre, e querem imputar-Lhe, ainda, um disparate gramatical e lógico, na Sua linguagem? Fiquem sabendo que Cristo sabia tudo — era o Mestre perfeito, e, portanto, não poderia, absolutamente, proferir uma frase que o levasse ao ridículo de ser considerado um ignorante das leis que regem o nosso modo de expressar-nos!

"Quanto às leis da linguagem", continua Carlos Pereira, "observaremos apenas que a diferença genérica significativa existente entre *petrus* e *petra* mostra que Cristo estabelece um contraste entre êsses dois têrmos: "Tu és *Pedro* e sôbre esta *pedra*" — não encerra um mero trocadilho ou jôgo de palavra, mas um recurso poderoso de linguagem, para indicar com ênfase ou salientar pelo contraste o *fundamento* da Igreja. *Petrus* é masculino, e significa um fragmento de rocha, uma pedra de pequenas dimensões; *petra* é feminino, e significa uma pedra de maiores dimensões, uma rocha." [1]

"A interpretação papal, fazendo de *Pedro* a *pedra*, identificando *Petros* com *petra*, amesquinha a linguagem elevada de Cristo, reduzindo a mero trocadilho, destrói a beleza e a energia do contraste entre os dois têrmos, e despreza, sem motivo lógico, a diferença de gênero e de significação, que existe entre as duas palavras originais."

"Respeitando a conexão lógica e o valor gramatical dos têrmos, a elevação da linguagem e a grandeza do pensamento, bem como a tropologia profética e as decla-

---

[1] Sôbre o valor significativo dos têrmos gregos *petros* e *petra*, dado no texto, temos a opinião abalisada do seguinte léxicon:

PETROS: a stone, piece of stone, fragment of a rock;

PETRA: a rock, large stone; a mass of stone. (*A Greek and English Dictionary*, by the Rev. John Groves).

rações peremptórias de S. Pedro, de S. Paulo e do próprio Cristo, afirma a Igreja Evangélica, com a maioria dos "santos padres", que não a pessoa de Pedro, mas a pessoa teantrópica de Cristo, exaltada na "confissão de fé", que nos lábios do Apóstolo imprimira o Espírito do Senhor — "o Cristo, o Filho do Deus vivo", é a *pedra*, a *rocha*, o amplo fundamento indefectível da Igreja de Cristo." [1]

Repto a Eurípides

Aí está, Eurípides, a granítica argumentação do grande gramático Carlos Pereira, que foi suficiente para esmagar o jesuíta Leonel Franca, que, incapaz de refutar qualquer dêsses argumentos, limitou-se, como já vimos, a considerá-los "distinção injustificada, ridícula, contrária às regras mais comezinhas da hermenêutica" (IRC, página 14)!

Sentimos que esteja morto aquêle jesuíta, porque, se vivo fôra, nós lhe lançaríamos um repto para que justificasse suas expressões de crítica descabida e injusta que fêz ao ínclito gramático.

Lamentamos sinceramente ainda não viver aquêle "Golias" dos arraiais romanistas, porque, então, enfrentá-lo-íamos, qual pigmeu Davi, com a funda da Palavra de Deus e da própria gramática, que êle desprezou, e abatê-lo-íamos, deixando-o estrebuchando no chão, a babar-se na peçonha de áspide de sua lógica infernal, que aprendeu, por certo, na filosofia do Báratro!

Mas, já que Eurípides afirmou que aquêle jesuíta "versou tão magistralmente a tese" do primado de Pedro, não lhe será difícil assacar as *poderosas* armas (!) daquele jesuíta, e enfrentar-nos, não só para defender a honra e a cultura do seu *grande* mestre, como ainda, e sobretudo, para defender as arraigadas e formidáveis pretensões do seu Catolicismo Romano, que, ante as revelações da Palavra de Deus, a razão, e o bom senso, está fragorosamente

[1] E. C. Pereira, ob. cit., pág. 221 a 223.

derrotado, pasmosamente ridicularizado, espezinhado em suas arrogantes pretensões, máxime, do "primado de Pedro".

Assim sendo, Eurípides, Você deve sair em socorro do seu romanismo, e, como bom e fiel católico, "mais de acôrdo com as prescrições da Igreja", já que se constituiu seu apologista, e se diz convicto de suas patranhas!

Aí fica o repto.

Cresça e apareça, se é capaz!

Mas, advertimos-lhe que não se nos apresente com armas semelhantes àquelas do seu livro "Aos Irmãos Separados", ou com as do seu "magistral" Pe. L. Franca, para não ter a mesma triste sorte de ser prêsa fácil a adversário hábil e adestrado.

Cuidado para não ter também a mesma desgraçada sorte de levar a pecha de "jesuíta infamante" e "falsário", que recebeu o Pe. Franca! Cuidado, pois!

O testemunho das autoridades

Essa interpretação protestante, afirmou o Dr. Henrick, é secundada por 68 líderes dos primeiros séculos, contra apenas 17 que se inclinam para a interpretação romanista. E, como o argumento da *quantidade* tem muito pêso para a Igreja Romana, ainda aqui ela fica em má situação, porque a maioria está de nosso lado.

O Pe. Antônio Pereira de Figueiredo reconhece que a interpretação protestante sôbre o texto de S. Mat. 16:18 é a do grande Santo Agostinho (a Águia de Hipona) e de muitos outros doutôres antigos.

Eis aí como êle se pronuncia, citando Sto. Agostinho:

"Santo Agostinho, no Tratado 94, sôbre S. João, entende por *esta pedra* não a Pedro, mas a Cristo, enquanto confessado Deus por Pedro, como se Cristo dissera: Tu és Pedro, denominado assim da pedra, que con-

fessaste, que sou eu, sôbre a qual edificarei eu a minha Igreja: *Ecclesia fundata est super petrum, unde Petrus nomen accepit . . . Ideo quippe ait Dominus: super hanc petram aedificabo ecclesiam meam; quia dixerat Petrus: Tu es Christus Filius Dei vivi. Super hanc ergo, inquit, petram, quam confessus es, aedificabo ecclesiam meam".*

Afirma C. Pereira: "Pelas mesmas palavras de Santo Agostinho expôs Santo Izidoro de Sevilha êste lugar no Liv. VII das Origens, Cap. IX. E é uma interpretação comuníssima dos outros padres, quer anteriores, quer posteriores a Santo Agostinho. Veja-se o mesmo *Apêndice da Tentativa Teológica,* pág. 240 e seguintes". E conclui: "De alta relevância é esta confissão leal do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, abalisado tradutor da Vulgata, que mostra o fundamento de areia em que assenta o artefato colossal do papado".

A metáfora das "chaves"

"Dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus: o que ligares sôbre a terra, será ligado nos céus; o que desligares sôbre a terra, será desligado nos céus". (S. Mat. 16:19).

O famoso sofista Leonel Franca escreveu: "As chaves do Reino dos céus é a segunda metáfora usada por Cristo. Possuir as chaves de uma casa, de uma cidade, de um reino é enfeixar nas mãos o direito de abri-los e fechá-los, de admitir ou rejeitar estranhos, é, numa palavra, ter o poder de dono da casa, de governador da cidade, de soberano do reino" (IRC, pág. 22).

Refutando as afirmações do jesuíta Franca, comecemos por dar-lhe preciosa lição de lógica, de que tanto carece o seu livro, onde, sobretudo neste passo, êle se manifesta um sofismador de truz, dêsses capazes de ludibriar qualquer inteligência medíocre.

Vejamos, pois, servindo-nos de base das mesmas palavras do jesuíta, para a nossa argumentação. Diz êle:

"Possuir as chaves de uma casa, de uma cidade, de um reino é enfeixar nas mãos o direito de abri-los e fechá-los . . ." Até aqui estamos plenamente de acôrdo, por ser a dedução perfeitamente lógica. Daqui por diante, o palavrório do jesuíta já não pode passar como certo, visto que está errado, como vamos demonstrar, mas, com razões claras, como sempre o fazemos, sem necessitarmos de recorrer a sofismas, de que é useira e vezeira a lógica (ou falta de lógica) jesuítica.

Continuando, devemos esclarecer melhor o alcance da ilação.

Assim, afirmamos categòricamente, sem o mínimo receio de contestação, que, quando alguém entrega nas mãos de outrem as chaves de uma casa, *ipso facto* confere-lhe liberdade plena de abrir e fechar, de entrar e sair, quando muito bem quiser e entender. Isto é que é perfeitamente lógico. Se avançarmos mais, quanto ao direito de quem recebe as chaves, já estamos fora da lógica, expondo-nos a cair em êrro grave, conforme aconteceu ao jesuíta Franca.

Vejamos, agora, como a dedução do jesuíta já não está certa, quando êle infere que o fato de alguém receber as chaves de uma casa significa "direito" de "admitir ou rejeitar estranhos". Ora, tal raciocínio não está certo.

Suponhamos que uma pessoa qualquer tem em sua casa dois ou três hóspedes. Como regra, êstes hóspedes têm as chaves da casa; por êste simples fato, êles ficam com o direito de entrar e sair, de abrir e fechar quando quiserem. Mas, daqui não se pode inferir que os mesmos hóspedes tenham liberdade de "admitir ou rejeitar estranhos" nessa casa. Tal direito é exclusivo do dono da casa. E, tanto assim é que, se, por hipótese, um dêsses hóspedes, em dia de aniversário, quiser dar uma festa nessa casa, e convidar amigos (que são os "estranhos" para o dono da casa), necessita primeiro de pedir autorização ao dono. É que, pelo fato de ter as chaves da casa, tal hóspede não se torna dono dela.

Já se vê, portanto, que é errôneo o raciocínio do jesuíta.

Consideremos, agora, outro caso, para melhor esclarecimento.

Suponhamos que uma pessoa aluga uma casa a outrem. Neste caso, o locatário pode, de fato, admitir ou rejeitar estranhos em sua casa, à vontade; mas, note-se, desde já, que êste caso é muito diferente do primeiro. É que, nesta última hipótese, o dono da casa não se limitou *apenas a entregar as chaves,* mas entregou a casa, cuja posse passou para o arrendatário pelo tempo em que êle a ocupar. Foi, portanto, uma cedência da casa ao locatário, pelo prazo estipulado em contrato escrito ou verbal. Tivéssemos de admitir a ilógica ilação leonelina, seríamos forçados a concluir que Jesus Cristo tinha feito cedência do Céu, (que é a "Casa de Deus"), ao pobre S. Pedro!

Êsses jesuítas sempre têm cada saída! . . .

E o ingênuo Eurípides, sem refletir no disparate leonelino, ainda cita êste argumento bêsta de seu mestre! Pobre Eurípides!

Prosseguindo, refutaremos, agora, a última parte do sofisma leonelino.

Escreveu o jesuíta:

"Possuir as chaves de uma casa, de uma cidade, de um reino, . . . é, numa palavra, ter o poder do dono da casa, de governador da cidade, de soberano do Reino".

Em relação ao "poder do dono da casa", já vimos como o argumento cai pela base.

Vejamos, agora, o caso no concernente ao "governador da cidade". Também neste ponto prevaricou a lógica (diríamos melhor, a falta de lógica) do jesuíta.

Com efeito, por "governador de uma cidade", entende-se a suprema autoridade nessa cidade; mas, quando o governador entrega as chaves da cidade a um subalterno seu, pessoa de sua maior confiança ou a um visitante ilustre, para que êle abra ou feche as portas da mesma cidade, não significa que êsse governador abdique do seu cargo

em favor do seu subalterno ou visitante ilustre . . . Com tal atitude, o governador da cidade apenas deu uma prova da sua confiança a essa pessoa, mas não lhe outorgou o poder de se tornar o governador da cidade. Isto é claro como água cristalina!

Resta-nos desfazer, agora, a última estirada leonelina, acêrca do conceito do poder de "soberano do reino". O que dissemos no argumento anterior, aplica-se, *mutatis mutandis*, aqui. Na verdade, também neste ponto ressalta o disparate do sofisma jesuítico que pretende insinuar que aquêle que recebe as chaves de um reino se torna soberano do mesmo. A ser verdadeiro tal assêrto, temos de admitir que S. Pedro, que recebeu as chaves do Reino dos Céus, ficou, *ipso facto*, com o poder de *soberano* dos Céus! [1]

Querem maior disparate do que êste? Pois é a conclusão a que se chega de todo aquêle palavrório do jesuíta Franca!

Que dizem a isto, Eurípides e seus mestres romanistas ?

E é um polemista desta marca que o ingênuo Eurípides tem o desplante de afirmar que "versou tão magistralmente a tese" do primado de Pedro! Um polemista que nem ao menos teve a visão para perceber que o seu raciocínio daria como conclusão transformar simples mortal em dominador do Reino Eterno de Nosso Senhor Jesus Cristo! . . .

Se não foi falta de visão daquele jesuíta, teremos de admitir que êle supôs que o seu livro seria lido apenas por ignorantes ou néscios!

Está claro, portanto, que, quando N. S. Jesus Cristo prometeu as chaves do Reino dos Céus a S. Pedro, não estava abdicando do Seu direito exclusivo de Soberano do Seu Reino, nos Céus! Nem podia abdicar!

---

[1] Mais adiante explicaremos em que sentido Jesus deu as "chaves" a Pedro, bem como, igualmente, o poder das mesmas a todos os apóstolos e discípulos.

Quem tem o poder
do
reino dos céus

Demonstremos, agora, que o poder de abrir e fechar o Reino dos Céus não podia ser dado a um simples mortal.

Não podia ser um simples pecador, ainda o mais santo, o detentor de tão grande poder (no sentido em que o entendem os romanistas), porque, pela expressão "Reino dos Céus", na Bíblia, se entendem tôdas as verdades eternas ligadas com a vida e a Obra de Cristo, e, portanto, a ninguém, nem mesmo aos sêres angélicos, jamais foi conferido o poder de decidir quem deve ou não ter ingresso ou ser afastado dêle!

O ingresso ou não ingresso no Reino de Deus depende *não do homem,* mas da observância ou inobservância das leis que o regem. Ora, a lei fundamental, que abre ou fecha as suas portas, é a lei do ARREPENDIMENTO e DA FÉ: "Arrependei-vos e crede no Evangelho"! — disse Jesus (S. Marcos 1:14). O mesmo pregou o Batista, Seu precursor (S. Luc. 3:4-8). A mesmíssima verdade, que é central e culminante em tôda a Bíblia, foi pregada por todos os Profetas e Apóstolos!

Isso é tão evidente que não carece mais demonstremos com textos.

Se o arrependimento, como a fé, é coisa do íntimo de cada penitente, segue-se que o poder dessas chaves que abrem e fecham o Reino dos céus está, em última análise, na consciência de cada um, dependendo não de Pedro, nem de Paulo, nem de Apolo, nem de Papa algum, nem de ninguém, senão mesmo da observância ou não da lei fundamental, isto é, da obediência ou da desobediência do pecador à determinação expressa da Palavra de Deus: "Arrependei-vos e crede no Evangelho!" Não depende, portanto, de um poder advindo de outro homem ou mesmo de um ser angélico qualquer.

Por outro lado, as "chaves" do "dono da Casa" (para usar a expressão do jesuíta Leonel), não poderiam ser dadas a Pedro, no sentido de pleno poder para deixar ali entrar quem quisesse, êle ou pretensos sucessores. Neste sentido, continuam as mesmas nas mãos de Cristo, como se pode ver: "Isto diz o Santo, o Verdadeiro, *o que tem a chave de Davi* (ou seja, a chave do Reino de Deus), *o que abre e ninguém fecha, e fecha e ninguém abre*" (Apoc. 3:7). Leia-se ainda Apoc. 1:9-20, onde se vê o verdadeiro fundamento glorioso do Reino de Deus!

Então, jesuíta, com quem estão as chaves do Reino dos Céus?

A admitir-se (e não pode ser outra a interpretação), que "o dono da casa" é o próprio Deus, isto é, o próprio Senhor Jesus, como se pode verificar em 1.ª Tim. 3:15, quando S. Paulo considera a Igreja de Cristo como "Casa de Deus vivo, coluna e firmamento da verdade", que também se compara a uma *cidade*, a *cidade de Deus*, do Grande Rei, a Espôsa do Cordeiro, conforme referem Gál. 4:26 e Apoc. 21:9 sim, a admitir-se como certa a interpretação romanista de que as "chaves" dessa "Casa de Deus" foram entregues por Cristo a S. Pedro, e, através dêle, aos seus pretensos sucessores, importaria isto em um absurdo de Nosso Senhor, determinando que pecadores decidissem da sorte eterna de outros pecadores, abrindo-lhes ou fechando-lhes as portas dessa mesma "Casa", o que equivale a dizer, as portas do próprio Reino de Deus! Isto seria o mesmo que comparar Nosso Senhor amoroso e justíssimo Salvador a um Senhor tirano, despótico, cruel e parcial para com os súditos do Seu Reino, que confia a certa classe de homens o direito absoluto de, na administração dos Seus bens e tesouros (que, no caso de S. Pedro, seriam os tesouros dos céus), admitir ou não quem quisesse, no Seu reino.

Sendo assim, coitadinhos dos protestantes de todos os tempos, dos livres pensadores, dos católicos ortodoxos gregos, e dos próprios católicos romanos liberais e mais esclarecidos, que não crêem em muitas patranhas, como

esta, do Romanismo, — porque todos seriam excluídos do Reino de Deus, como, de fato, para essa Igreja já estão mesmo excluídos!

Onde estaria a caridade de Cristo para com os demais súditos do Seu Reino? Onde? E ainda mais se agrava o *perigo* para os não católicos, em face do dogma estapafúrdio e altamente pretensioso dêsse Catolicismo Romano, quando afirma, taxativamente: "Fora da Igreja (a Católica), não há salvação"!

Parecer
do
Concílio de Trento

Pela doutrina do Concílio de Trento, na sessão 14.ª, fica "especificado" o poder das chaves, a que já tinha aludido a sessão 4.ª. Ora, pelo poder das chaves entendeu o Concílio tratar-se do "perdão" dos pecados. Continuando, diz o mesmo Concílio, que "as chaves dos sacerdotes lhes foram concedidas não sòmente para "desatar", mas também para "ligar" (Conc. de Trento, Tomo I, Sess. 14.ª, cap. V e VIII).

Exposta, agora, em têrmos mais claros, esta momentosa questão, que tanta inquietação provoca nos ânimos jesuítico-papistas, é a hora de darmos mais uma tremenda lição ao "menino" Eurípides, que tão pouco mostra saber da matéria em que pretende dar lições àqueles a quem chama de "irmãos separados". E mais uma vez é êle quem nos fornece lenha para o queimarmos.

Comecemos, antes de mais, por lhe aplicarmos uma forte palmatoada, ao mesmo tempo que o advertimos de que deve ser, para outra vez, escrupuloso e fiel, sobretudo quando fizer citações das Sagradas Escrituras.

Quem o autorizou, por exemplo, a citar como bíblica "dar-te-ei as chaves *da minha Igreja*", quando, em São Mat. 16:19 se lê "dar-te-ei as chaves *do Reino dos Céus*"?

Com que direito adulterou êle o texto sagrado em aprêço? É êste o respeito que êle manifesta pela Divina

Palavra, preferindo mutilá-la, substituindo-a pelo que êle tem na cabeça!

Dada esta palmatoada no "menino" Eurípides, somos forçados a dar-lhe agora mais uma lição, de que tão necessitado está.

Citemos as suas próprias palavras:

"Ao dizer Jesus a Pedro, *e só a Pedro* (grifo nosso): "dar-te-ei as chaves da minha Igreja", estava, evidentemente, prometendo ao Seu Apóstolo a suprema autoridade sôbre o rebanho . . ."

Suponhamos, por mera hipótese, que, de fato, o Divino Mestre *prometera só a Pedro* que lhe daria "as chaves do Reino dos céus", ou mesmo "da Igreja" (como quer Eurípides). Que se pode concluir daqui? — Que Jesus apenas fêz uma promessa, e nada mais. Qual será a inteligência capaz de afirmar que estamos errados no nosso raciocínio?

Não pode daqui concluir que Jesus tivesse conferido, nesse passo, qualquer poder (fôsse êle qual fôsse), a São Pedro; mas, apenas lhe fêz uma promessa: *"dar-te-ei"*.

É curioso, porém, o raciocínio sempre falho e apriorístico de "mestre" Eurípides e quejandos! . . . Não prestando a atenção devida aos têrmos, interpretam, a seu modo, como presente, coisa que é futura: *"dar-te-ei"*!

Quanto a nós, porém, e conosco estão tôdas as inteligências desempoeiradas, raciocinamos de outra forma: Se Cristo promete determinada coisa a S. Pedro, temos de verificar quando cumpre a promessa, para depois tirarmos qualquer conclusão.

Em vista dêste raciocínio, muito de harmonia com a lógica, devemos procurar, na Bíblia, o cumprimento da promessa do Divino Mestre. Assim, chegamos, primeiramente, ao cap. 18:18 de S. Mateus, e vemos que, o poder das chaves de "ligar" e "desligar" é extensivo a todos os apóstolos e discípulos, consoante já vimos noutra parte dêste livro.

Em face disto, é manifesto que Jesus Cristo fêz aos outros apóstolos e discípulos a mesma promessa que já

fizera a S. Pedro. Logo, a promessa não foi exclusiva a S. Pedro, embora tivesse sido feita primeiramente a êle. Corrija, pois, Eurípides, seu grave êrro, porque afirmou: *"só a Pedro"*!

Só nos falta agora ver quando Jesus cumpriu a promessa feita nos dois passos bíblicos citados.

A promessa de Cristo, em aprêço, foi cumprida no passo referido por S. João 20:22,23, e, precisamente, para todos os apóstolos e discípulos!

E o mais interessante é que isto mesmo foi verificado pelos padres do Concílio de Trento, como já vimos, linhas atrás, pela sua sessão 4.ª, corroborada pela 14.ª!

Logo, não foi São Pedro sòmente quem recebeu o "poder das chaves", mas todos os apóstolos e discípulos que estavam presentes no passo bíblico citado!

Como para a Igreja de Roma o Concílio Católico é infalível, ainda aqui ela está em maus lençóis ou em palpos de aranha para poder sustentar a sua errônea tese de que "o poder das chaves" fôra exclusivamente conferido por Cristo a Pedro!

Está aí em que deu para Vocês, romanistas, a invencionice de "concílio infalível"! Agüentem, agora, as conseqüências! . . .

Finalmente, é o próprio Senhor Jesus quem, com a Sua autoridade divina, explica as Escrituras aos Seus discípulos, e fá-los compreender sua real missão:

"Então, lhes abriu (Jesus) o entendimento para alcançarem o sentido das Escrituras, e disse-lhes: Assim é que estava escrito, e assim é que importava que o Cristo padecesse, e que ressurgisse de entre os mortos ao terceiro dia, *e que em Seu nome se pregasse penitência* (arrependimento) *e remissão de pecados em tôdas as nações . . .*" (S. Lucas 24:45-57, segundo a versão do Pe. Vicente Zioni).

Temos aí, pois, a explicação claríssima de Nosso Senhor do sentido real que Êle quis dar às Suas palavras em S. João 20:23, isto é, *o perdoar e o reter* os pecados, que é *"pregar o arrependimento e a remissão de pecados"*

em nome de Cristo. Trata-se, pois, não de um poder legislativo, jurisdicional, mas de um poder *declarativo* das "chaves".

Assim explica, sàbiamente, o grande gramático Carlos Pereira:

"A linguagem de João obedece ao gênio das línguas antigas: é sintética, atribui ao mensageiro a eficácia da mensagem; a de Lucas é analítica, distingue a mensagem do mensageiro, e atribui o perdão dos pecados à aceitação, pela fé, da prédica da remissão dêles em nome de Cristo, "o Filho do Deus vivo".

"O sintetismo de S. João é, como se sabe, o caráter distintivo entre as línguas clássicas e as línguas modernas. Estas são o resultado de uma evolução analítica, que acusa o esfôrço constante do espírito humano em exprimir, com mais discriminação e clareza, o pensamento. A linguagem de Lucas manifestamente obedece a êste esfôrço, e por isso deve ser explanatória da de João, que revela, na ousadia de sua expressão, o gênio da língua hebraica. De fato, encontramos no Antigo Testamento, de que é o hebreu a língua original, expressões idênticas às de S. João, que, justificando as considerações que acabamos de aduzir, vêm, por sua vez, projetar luz sôbre o texto, em que Roma tem baseado o seu Tribunal de Penitência. Em Jeremias 1:9--10 encontramos igual espécimen da ousada síntese do "Discípulo Amado". "Eis aí te pus, diz o Senhor a Jeremias, na tua bôca as minhas palavras. Eis aí te constituí eu hoje sôbre as gentes, sôbre os reinos, *para arrancares e destruíres, e para arruinares e dissipares, e para edificares e plantares*". Aqui, como em S. João 20:19-22, confunde-se o mensageiro com a mensagem, e atribui-se àquele o que pertence a esta. Quem "arranca e destrói", "planta" e "edifica" reinos, não é, por certo, a pessoa do profeta, mas a palavra de Deus de que era êle portador autorizado. Assim também, quem "perdoa e retém pecados" não são os Apóstolos e os outros discípulos do Senhor, mas a palavra do Evangelho de Cristo, de que

eram êles pregadores. É o que S. Lucas explica, como mostramos acima".

E continua Carlos Pereira: "O poder de perdoar e reter pecados, conferido aos Apóstolos, e à Igreja em geral, não é, portanto, um poder sacerdotal, porém, *ministerial e declarativo*; não é êle inerente ao pregador, mas à pregação; não cria um Tribunal exterior de Penitência, mas ergue-o no fôro íntimo da consciência. "Ce qui sauve une âme, ce n'est pas l'homme qui porte la Parole, c'est la Parole que l'homme porte". Êste belo conceito de D'Aubigné exprime a grande e preciosa verdade de que aquilo que salva uma alma não é o homem que prega a Palavra, mas a Palavra que o homem prega. É êste o ensino de todo o Novo Testamento, que Cristo concretizou no grande mandato, já contido nas memoráveis palavras proferidas na noite do primeiro dia da ressurreição: "Ide", disse Êle, "ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a tôda a criatura. O que crer e fôr batizado será salvo; o que, porém, não crer, será condenado" (S. Marc. 16:15-16). E o próprio S. Pedro, em At. 2:38, explica, pelo seu ministério, em que consiste o poder das "chaves", precisamente em harmonia com o ensino do Mestre e que acabamos de expor".

E, como o Romanismo considera o testemunho de grandes autoridades eclesiásticas de grande pêso, quando elas estão de conformidade com os seus argumentos, aqui aduzimos, do nosso lado, inúmeras testemunhas, inúmeras autoridades, mesmo entre os romanistas, que estão com a nossa interpretação.

Assim é que, ainda citando Carlos Pereira, exibiremos a prova:

"As "chaves" que conferem o poder de ligar e desligar, de perdoar e reter pecados, foram dadas, conforme os antigos e muitos modernos, aos Apóstolos e a todos os cristãos, que pertencem à comunidade eclesiástica. Tem sido isto demonstrado, fora de tôda a dúvida, pelos mais ardentes amigos do Papado, tais como Du Pin Calmet,

Maldonat e Alexandre. As provas da doação das "chaves" a todo o Colégio Apostólico e a tôda a comunidade cristã foram coligidas por Du Pin e Maldonat. Os da Sorbona e os jesuítas declaram a unanimidade dos antigos sôbre esta opinião (Antiqui, unanimi consensu, tradunt, claves istas, in persona Petri, toti ecclesiae datas, Du Pin 308). Du Pin, para exemplo, cita os santos Cipriano, Jerônimo, Ambrósio, Agostinho, Leão, Fulgêncio, e os santos Padres Tertuliano, Optatus, Gaudêncio, Teofilato, Eucário, Beda, Raban, Hinemar, e Odo. Maldonat especifica, em favor da mesma interpretação, os nomes de Crisóstomo, Ambrósio, Orígenes, e Teofilato . . . O sistema, portanto, ora repelido pela escola italiana do Romanismo, foi patrocinado por tôda a cristandade desde Cipriano até Fulgêncio e Crisóstomo".

Assim, pois, conclui Carlos Pereira:

"As "chaves", como a "pedra", não contêm, como mostramos, nenhum apoio ao suposto primado de S. Pedro. S. João, elucidado por S. Lucas e Jeremias 2:9-10, e por todo o ensino do Novo Testamento, não oferece nenhum endôsso ao Tribunal da Penitência, nem a prerrogativas exclusivas de S. Pedro". [1]

E, se a "pedra", bem como as "chaves" dos textos de S. Mat. 16:16-19 não contêm, absolutamente, o menor apoio para o primado jurisdicional de Pedro, muito menos tê-lo-ão para os seus pretensos sucessores, os Papas, que, além de estarem fora dêsse apoio oficial do E. Santo, não receberam a herança divina de tal função (como provaremos mais adiante), e, além de tudo, sempre estiveram, moral e espiritualmente, longe, muito longe de merecerem as honras de embaixadores de Cristo (porque Lhe são a negação), quanto mais o direito de se arrogarem seus Vigários (substitutos) na terra, com Seus plenos poderes!

Que blasfêmia! Pasmai, céus!

---

[1] Carlos Pereira, ob. cit., pág. 233. Ed. 1.ª, de julho de 1920.

O "ligar"
e
"desligar" das chaves

Provaremos, agora, com maiores reforços, que o poder das chaves, de que depende o *"ligar"* e o *"desligar"*, não foi concedido sòmente a S. Pedro, como o pretende o jesuíta Franca e ensina a sua Igreja, mas, ao contrário, aos apóstolos e discípulos. Basta abrir-se o Ev. de S. Mat. 18:18, para que a verdade de nosso assêrto fique plenamente demonstrada.

E, para maior esclarecimento, é da máxima importância atender ao seguinte: No versículo 1.º do cap. 18 em aprêço, lê-se: "Naquela mesma hora chegaram ao pé de Jesus . . ."; pois, foi a êsses mesmos *"discípulos"* que Jesus disse como se lê no v. 18 do mesmo capítulo: "Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, será desligado no céu".

Diante de palavras tão claras como essas que aí ficam, é impossível manter-se de pé o sofisma do poder de "ligar" e "desligar" que, segundo Roma, só fôra concedido a S. Pedro!

Fica-se, assim, com a impressão de que o Divino Mestre, que anteriormente, no cap. 16:19 do mesmo Ev. de S. Mateus, tinha concedido tal poder (fôsse êle qual fôsse) a S. Pedro, quis depois, em particular, estender êsse mesmo poder aos apóstolos todos e discípulos, como de fato fêz, quase em seguida.

Daqui podemos também conjecturar que Nosso Senhor teria previsto a interpretação errônea que poderiam tirar das Suas palavras referidas em Mat. 16:19, e, por isso, quase que imediatamente, repetiu as mesmas palavras do poder de "ligar" e "desligar" aos outros apóstolos e discípulos, como já citamos, em Mat. 18:18.

Em face disto, fica destruída a fábula de que S. Pedro teria sido o *único* a receber o poder de "ligar" e "desligar", inerente às "chaves".

Pobre jesuíta Franca! Como êle desconhecia a Escritura!

Se vivo fôra, a que artimanhas seria possível recorrer, para responder "magistralmente" aos nossos argumentos!

Acaso, iria êle pedir uma *ajuda* a "mestre" Eurípides?

Em que fica, pois, o tão decantado "primado de Pedro", do poder das "chaves" *delegado* aos seus pretensos sucessores? !

Será preciso ter os intestinos na cabeça, como os camarões, para admitir-se que um poder (fôsse êle qual fôsse), que fôra concedido, claramente, como vimos, a "apóstolos e discípulos", quase a seguir à mesma declaração do Mestre a Pedro, sómente a êste tenha sido reconhecido pelo maquiavélico papismo!

Seria preciso, então, rasgar-se a Palavra de Cristo em S. Mateus 16:79; S. João 20:22, 23, para admitir-se a patranha jesuítico-papista!

Logo, por terra cai, fragarosamente, todo o *soberbo* edifício do papado, com a sua pretensão infernal do "primado de Pedro" pelo poder de "ligar" e "desligar", referido na metáfora das "chaves"; como igualmente já ruiu, pelo pretenso poder de ser êle a pedra fundamental da Igreja! Por terra também fica todo o dogmatismo das demais patranhas romanistas!

Por tudo isso, lógico é concluir-se que o bispo de Roma, pseudo-herdeiro de S. Pedro, não pode invocar para si a exclusividade de tal poder "das chaves" sôbre os demais bispos, nem mesmo sôbre a Igreja Romana!

Mas, além das *granadas* por nós já lançadas, ainda temos uma bomba, de altíssimo poder destruidor para os arraiais romanistas, a nós fornecida pelos arsenais tridentinos.

Reparai bem, senhores Romanistas, que é ainda o Concílio de Trento que vai reforçar a nossa argumentação! Com efeito, declara êle (Sessão IV), que o poder das chaves, de ligar e desligar, prometido a S. Pedro (e, aliás, aos outros Apóstolos em S. Mat. 16:19) foi con-

ferido por Cristo no Ev. de S. João 20:22,23, na noite mesma do dia da Sua ressurreição. Jesus aparece inesperadamente no meio dos Apóstolos e outros discípulos, e assoprando sôbre êles diz: "Recebei o Espírito Santo. Aos que vós perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; e aos que vós os retiverdes, ser-lhes-ão êles retidos". Em sua Sessão XIV declara o concílio tridentino que nestas palavras *"temos especificado o poder das chaves . . ."*

Em face das citações, ressaltam fàcilmente duas idéias que são outros tantos argumentos de pêso, capazes de deitar por terra o baluarte carcomido e carunchoso sôbre que assenta o dogma do papado.

A primeira idéia é-nos fornecido pelas Atas da Sessão IV do referido concílio. Ali se lê que "o poder das chaves de "ligar" e "desligar", prometido a S. Pedro em S. Mat. 16:19, *foi conferido* por Cristo no Evangelho de S. João 20:22,23 . . .", que, para maior clareza, passamos a transcrever: "Tendo dito estas palavras soprou sôbre êles e disse: Recebei o Espírito Santo: Aos que vós perdoardes os pecados, ser-lhes-ão êles perdoados; e aos que vós retiverdes, ser-lhes-ão êles retidos".

Por esta passagem se vê claramente que o poder a que se refere o Concílio Tridentino, conforme aludimos *FOI CONFERIDO* A TODOS OS QUE ESTAVAM ALI PRESENTES, que ouviram as palavras de Cristo. É inadmissível poder deduzir-se de tal passagem, que o referido poder *sòmente* fôra conferido a S. Pedro. o que aliás, já demonstramos.

Pelo exposto, fica demonstrado, até à evidência, que o próprio concílio tridentino reconhece, explìcitamente, que o decantado "poder das chaves" de "ligar" e "desligar" foi conferido a S. Pedro e a outros discípulos.

A segunda idéia, a que fizemos referência, é-nos fornecida pelas Atas da Sessão XIV do mesmo concílio. Ali se diz que, nas palavras citadas de João 20:22,23 "temos *especificado* o poder das chaves".

De modo que, fazendo a comparação entre a doutrina das duas Sessões, aqui aludidas, do concílio triden-

tino, vemos que elas completam o mesmo pensamento. Destas duas idéias, portanto, ressalta a conclusão de que o próprio concílio faz o cotejo dos dois textos de Mat. 16:19 e João 20:22,23, e declara explìcitamente que os dois se completam no atinente ao poder das chaves de "ligar" e "desligar".

Pela doutrina do concílio tridentino, na Sessão XIV, fica *"especificado"* o poder das chaves, a que já tinha aludido a Sessão IV. Ora, pelo poder das chaves entendeu o concílio tratar-se do poder de "perdão" ou "retenção" dos pecados. Diz, ainda, que "as chaves dos sacerdotes lhes foram concedidas não sòmente para "desatar", mas também para "ligar" (Conc. de Trento, Tomo I, Sessão XIV, Cap. V e VIII).

Depois de tudo isso, chegamos à interessantíssima conclusão de que o concílio de Trento nos forneceu dois preciosíssimos argumentos: o primeiro, foi a generalização do poder das "chaves" aos apóstolos e discípulos (conforme a Sess. IV) e o segundo, tornando extensivo êsse poder aos padres ou sacerdotes (conforme Sess. XIV).

Agora, quem, depois disso, poderá sustentar a inconsistente tese romanista do "primado de Pedro"?

O testemunho da Sagrada Escritura é o que realmente vale para remover qualquer sombra de dúvida; mas, como para o Catolicismo Romano, os seus concílios ecumênicos são infalíveis nos seus decretos, em que fica a doutrina do "primado de Pedro', quanto ao poder das "chaves", em face do que doutrinou o concílio de Trento, que, implìcitamente, negou que tal poder fôsse privilégio exclusivo de S. Pedro, tanto que o tornou extensivo até aos simples padres, contràriamente ao que ensina a teologia romanista? A discordância do concílio com a teologia jesuítico-papista é um argumento irrespondível.

Afinal, em que ficamos, senhores romanistas?

Ainda não se aperceberam do tremedal em que estão afundados?

Das duas, uma: ou o Concílio de Trento doutrinou bem, ou mal. Se doutrinou bem, (e êle é *infalível!*), cai

por terra o inconsistente edifício do papado, de que é alicerce o "primado de Pedro"; se doutrinou mal, cai por terra a própria Igreja Romana que ensina "erros" por intermédio de um concílio que ela considera infalível. De qualquer dos modos, cai o "primado de Pedro", base do papado, e a Igreja assente sôbre êsse passado! (1)

Pedro: nem vigário de Cristo, nem chefe dos apóstolos

Tendo já provado esmagadoramente que Pedro não foi a pedra fundamental da Igreja de Cristo, nem recebeu sòzinho o chamado "poder das chaves", passemos agora a demonstrar que nem sequer foi chefe dos apóstolos, e, conseqüentemente, vigário de Cristo, como pretende o Romanismo. Uma vez demonstrado isto (como o faremos cabalmente), fica reduzido a escombros o edifício do papado, de que é alicerce também o suposto primado jurisdicional de Pedro.

Concedamos, no entanto, por mera hipótese, apenas, que Nosso Senhor Jesus Cristo tenha constituído S. Pedro chefe dos apóstolos. Se assim tivesse acontecido, era naturalíssimo que se encontrasse, depois, ao menos uma demonstração *clara, concreta, insofismável*, portanto, como prova dêsse fato. Mas, caso curiosíssimo: folheamos e tornamos a folhear o Novo Testamento, sobretudo os Atos dos Apóstolos e tôdas as Epístolas, e nem uma demonstração ali se encontra a tal respeito. Muito ao contrário: tanto a conduta pessoal de S. Pedro, assim como as atitudes dos demais apóstolos para com êle, tudo isso vem demonstrar, claramente, que jamais passou pela

---

1 Julgamos ser desnecessário insistir ainda em provas que o tal poder das chaves é meramente *declarativo*, não só porque já está suficientemente provado, em face das considerações que acabamos de fazer, como ainda porque já tratamos exaustivamente do assunto, quando analisamos o texto de S. João 20:23, que é paralelo ao de Mat. 16:19. Portanto, as amplíssimas explicações que ali apresentamos, para provar tratar-se, tanto num texto como noutro, de mero poder declarativo, projetam também luz vivíssima sôbre o poder de "ligar" e "desligar" das chaves.

cabeça do humilde ex-pescador da Galiléia o pensamento de que êle era vigário de Cristo ou chefe dos Apóstolos!

Pretender tirar da Escritura Sagrada qualquer ilação contrária à nossa é mero e mísero sofisma, que não se agüenta ante uma argumentação, fraca que seja.

Vejamos, pois.

É fora de qualquer dúvida não existir o mínimo testemunho, com os predicados por nós atrás referidos, que nos prove estar Pedro convencido de ser detentor do suposto cargo de vigário de Cristo e chefe dos Apóstolos.

Quanto aos demais apóstolos, em relação ao suposto ou hipotético vigário de Cristo e chefe dos apóstolos, não só as Santas Escrituras (desde o livro dos Atos ao fim do Novo Testamento) não nos fornecem o mínimo argumento a favor, mas, o que é muito mais importante, estão os mesmos repletos de testemunhos bem expressivos contra a decantada tese romanista!

Antes, porém, de entrarmos na demonstração do que acabamos de afirmar, seja-nos lícito abrir aqui um parêntese para fazer referência a um passo bíblico da máxima importância, para a discussão da tese em aprêço. Referimo-nos a S. Lucas 22:24-30, que, para maior clareza, passamos a transcrever, na íntegra: "E levantou-se também entre êles uma contenda sôbre qual dêles se devia considerar o maior. Jesus, porém, disse: *os reis dos gentios dominam sôbre êles* e os que *têm* autoridade sôbre êles chamam-se benfeitores. *Não assim entre vós,* mas o que entre vós é o maior, faça-se como mais pequeno, e o que governa, seja como o que serve. Porque, qual é maior, o que está sentado à mesa, ou o que serve? Não é maior o que está sentado à mesa? Pois eu estou no meio de vós, como um que serve; e vós sois os que tendes permanecido comigo nas minhas tribulações. E (*por isso*) eu preparo o reino (*celestial*) para vós, como o meu Pai o preparou para mim, para que comais e bebais à minha mesa, no meu reino, *e vos senteis sôbre tronos a julgar as doze tribos de Israel*" (grifos nossos, versão do Pe. Matos Soares).

Temos no texto citado dois preciosos argumentos em favor de nossa tese, os quais nos são fornecidos pelas palavras do próprio Cristo.

Vejamos, pois.

O primeiro argumento deduz-se claramente do v. 25, no qual Jesus afirma: *"Os reis dos gentios dominam sôbre êles . . ."*; no verso 26, *"porém, não há de ser assim entre vós."* [1]

Pelo exposto, Jesus Cristo proíbe, terminantemente, que haja entre os Seus Apóstolos algum que pretenda ser o maior, à maneira dos "reis dos gentios que *"dominam"* os mesmos gentios. Depois de palavras tão claras, como essas, nenhum mais poderia acalentar o pensamento de se arvorar em chefe ou *mandão* dos outros. É que Jesus Cristo não queria na Sua Igreja um govêrno monárquico ou hierárquico, à semelhança dos reinos do paganismo ("dos gentios"), nos quais há um que manda (o rei) e outros que são mandados (os súditos). Com isto, procurou destruir de vez o pensamento tão humano, que por mais de uma vez assomou à mente de Seus apóstolos, sôbre qual dêles seria o maior, como ainda podemos ver em S. Lucas. 9:46; Marc. 9:34,35.

Comparando-se agora esta oportuna lição do Divino Mestre aos Seus Apóstolos, com o govêrno teocrático de um papa, que põe na sua cabeça a tiara [2] ou seja, uma coroa tríplice, símbolo da suprema monarquia ou realeza, e exige a subserviência de seus súditos (os seus fiéis), ao ponto de sua autoridade se julgar infalível, acima da dos próprios concílios; comparando-se tal

---

[1] Segundo a versão do Pe. Zioni.

[2] Para que se tenha idéia da soberba papalina, explicamos que, só por essa tiara, êle quer ser o detentor da realeza terrena, da realeza sacerdotal e da realeza divina! Melhor lha definiríamos, com uma estrofe de nosso livro "O Romanismo à Barra do Evangelho":

A tríplice coroa quer dizer:
é orgulhoso, hipócrita e venal!
É assim que se deve compreender
o tríplice *poder* da Sé Papal!

prepotência do suposto chefe da cristandade com a humildade pregada por Cristo, que nos ensina que quem quiser ser o maior" deve ser o servo de todos, é notória a diferença entre a vida do suposto 1.º papa (S. Pedro) e a de seus pretensos sucessores!

Daí, medeia uma diferença infinita entre o doutrina ensinada por Jesus Cristo e a prática adotada ou seguida pelo papado.

O segundo argumento a que aludimos é-nos fornecido pelo v. 3.º do citado cap. 22 de Lucas.

Com efeito, o Divino Mestre, falando do Seu Reino, assevera que os Seus doze apóstolos se hão-de assentar "sôbre tronos, julgando as doze tribos de Israel". Sendo os apóstolos também doze, é fácil deduzir-se do texto que cada um dêles será o juiz de uma tribo. Sendo assim (e é mesmo), fica comprovado, mais uma vez, que o Divino Mestre nem por sombras teve em vista constituir qualquer dos Seus apóstolos acima dos outros; pelo contrário, ressalta, com a maior clareza, o plano de perfeita igualdade, em que Jesus Cristo constituiu os "Doze, destruindo-lhes qualquer pensamento de supremacia que pudesse surgir.

Estabelecendo, o Senhor Jesus, o princípio da igualdade entre os Seus apóstolos, em virtude de lhes ter destruído a idéia de supremacia de um, além de vibrar golpe de morte na arrogante pretensão papista do "primado de Pedro" sôbre os seus colegas de apostolado, mostrou-lhes, outrossim, o caminho da humildade, que seria a característica marcante de todos os apóstolos e seguidores de Cristo.

Fôssemos procurar nos papas e bispos, e até em outros muito menos graduados da Igreja Romana, *esta nota marcante* dos *diletos de Cristo — a santa humildade evangélica* — quão poucos encontraríamos possuidores e praticantes da mesma! Papas, bispos, etc., ou Igreja Romana, têm a *nota marcante contrária: a soberba e arrogância! !*

Na humildade é que está o *padrão especial da verdadeira grandeza, colocado por Nosso Senhor diante dos Seus Apóstolos.* [1]

Quão diferente é o mandonismo papalino, na sua sêde incansável de dominar, de subjugar, de fazer prevalecer os seus preconceitos, a sua vontade, e, sobretudo, fazer que os povos se curvem aos seus decretos, sob a presunção estulta de que os papas são a voz de Deus na terra, Vigário e Chefe Geral da cristindade e até do Universo!

Quão longe estão êles dos ensinos de Cristo! . . .

Não havia oportunidade melhor de que essa, de Nosso Senhor pôr, definitivamente, têrmo à discussão dos apóstolos, sôbre qual dêles devia ser o Chefe, e declarar de uma vez para sempre a supremacia ou o "primado" de Pedro. Muito ao contrário, como já vimos, declara que entre êles não se deve verificar supremacia alguma hierárquica, senão a do mais humilde, a do que mais serve, à semelhança d'Êle (o Mestre). "que não veio para ser servido, mas para servir . . ." Confirma, destarte, o Senhor Jesus, o que noutra ocasião já lhes dissera: "Vós, porém, não queirais ser chamados Mestres; porque *um só é o vosso Mestre, e vós todos sois irmãos. E A NINGUÉM CHAMEIS VOSSO PAI* (isto é, papa) [2] sôbre a terra, porque um é o vosso Pai, que está nos céus. Nem vos intituleis Mestre; porque um só é o vosso Mestre, Cristo. O que dentre vós é o maior, será o vosso servo; porque aquêle que se exaltar será humilhado, e o que

---

[1] Julgamos oportuno transcrever, aqui, o comentário que, sôbre êsse passo bíblico faz o comentador J. C. Ryle: "estas palavras são profundamente instrutivas. Mostram-nos que as máximas dêste mundo são diretamente contrárias ao espírito de Cristo. Segundo o mundo, a verdadeira grandeza consiste no poder de governar. Segundo Cristo, a verdadeira grandeza consiste em servir. A ambição do mundo é receber honra e atenção (e como isto se aplica muito bem aos papas!), mas, o desejo do Cristão deve ser antes dar do que receber, antes servir do que ser servido. Em resumo, aquêle que mais se esforça por servir aos seus semelhantes e ser útil aos homens da sua geração, êsse é o maior aos olhos de Cristo".

[2] *Pai* em italiano se traduz por *"PAPA"*.

se humilhar será exaltado" (S. Mat. 23:8-12, segundo a versão do Pe. Zioni, aprovada pela autoridade eclesiástica).

Não pode haver maior condenação ao suposto "primado jurisdicional de Pedro" do falsíssimo Catolicismo Romano; revela-se, ainda, nos passos citados, com a máxima evidência, a igualdade de todos os Apóstolos sob a jurisdição exclusiva de Jesus Cristo.

Mas, além dos Evangelhos, que só por si nos satisfariam, principalmente tratando-se do testemunho de Cristo, folheando todo o Novo Testamento, desde os Atos dos Apóstolos até o Apocalipse, a mesma verdade ressalta candente, não só pela completa ausência de qualquer testemunho em abono da tese romanista, como ainda, muito ao contrário, por vários fatos históricos que vêm demonstrar, claramente, que nem os apóstolos nem o próprio S. Pedro estavam convencidos de tal supremacia.

Facílima é a demonstração. É o que faremos a seguir.

Por vários passos bíblicos, pois, evidencia-se que nem o próprio S. Pedro manifestou, *com palavras* ou *atitudes*, ter convencimento de ser o vigário (substituto) de Cristo ou Chefe dos Apóstolos.

Antes de mais nada, comecemos por afirmar, sem o menor receio, que nem uma só vez as Sagradas Escrituras nos apresentam fato que demonstre tivesse S. Pedro dado ordem alguma a qualquer dos apóstolos, em particular, ou a todos, coletivamente, ou mesmo à Igreja, em geral (coisa que seria muito natural, caso fôsse êle o chefe).

Desafiamos, desde já, qualquer campeão do papismo a demonstrar-nos o contrário.

Bastaria êste fato para fazer ruir a pretensão jesuítico-papista.

Em contraposição, vemos, claramente, conforme no-lo atesta Atos 8:14, que Pedro foi *mandado* pelos outros apóstolos à Igreja de Samaria, em companhia de S. João. Para maior clareza, citemos o texto: "Ora, os apóstolos que se achavam em Jerusalém, tendo ouvido

que a Samaria recebera a palavra de Deus, *mandaram-lhes* Pedro e João" (versão do N. T., pelo Pe. Zioni).

Dêste testemunho tão claro, quão importante, da Sagrada Escritura, ressalta à vista uma verdade, que, só por si, tem fôrça capaz de esmagar, até ao aniquilamento, tôda a *ciência* sofística e tôda a arteirice acumuladas nos arsenais jesuítico-papistas!

Abram bem os olhos, senhores romanistas, e fiquem sabendo, de uma vez para sempre, a verdade que ressalta dêsse passo bíblico que, debalde, Vocês tentarão sofismar: quem dava *ordens,* quem promulgava *decretos,* quem, numa palavra, *mandava* na Igreja dos tempos apostólicos, não era o humilde S. Pedro, mas, sim, os apóstolos em conjunto, ou seja, o Colégio Apostólico. E, para corroboração do que acabamos de afirmar, aqui transcrevemos mais um passo bíblico, para ver se assim conseguimos trazer luz aos olhos dêsses cegos obstinados, que teimam em não querer ver a verdade.

Eis o passo bíblico: "E quando passavam Paulo, Silas e Timóteo pelas cidades, ensinando-lhes que guardassem os *decretos estabelecidos pelos apóstolos e pelos presbíteros* que estavam em Jerusalém . . ." (At. 16:4).

Do primeiro textò de At. 8:14 infere-se, ainda, que S. Pedro foi *mandado e em plano de igualdade* com o seu colega João, à Samaria. ("Os Apóstolos . . . *mandaram*-lhes a Pedro e João").[1]

Em face dêste argumento tão claro, prova-se que o suposto "primeiro papa" foi *mandado* pelos outros apóstolos.

---

[1] Aturdido pela luz que brilha dêsse passo bíblico, o jesuíta Franca, como já vimos, em capítulo anterior, revela-se simplesmente derrotado. Foi assim que, à falta de argumento sólido a seu favor, vê-se forçado a bater em retirada, enterrando-se ainda mais no abismo de que pretendia fugir, limitando-se a uma evasiva miserável, em responder a E. C. Pereira que êste "tresleu" o texto, querendo significar com isso que o insigne gramático tinha traduzido mal o têrmo "*miserunt*" da Vulgata, por "*mandaram*". Já em páginas anteriores frisamos o mísero e irrisório recurso do jesuíta Franca, que apenas serve para demonstrar a tremenda má fé de que estava possuído, ao escrever o seu livro.

Triste condição de um "Chefe" que não *manda,* mas é *mandado*!!

Como é possível, depois de testemunhos tão claros e eloqüentes como êstes, defender-se, à fôrça de sofismas, a incongruente doutrina que sustenta ter sido S. Pedro o "primeiro Papa" da Igreja de Cristo, como teve a audácia de escrever o jesuíta Franca? Não é isto o cúmulo da audácia e do mais deslavado impudor da infernal dialética jesuítico-papista? Acaso, não será isto pretender fazer dos outros estúpidos ou imbecis?

Que diz a isto, "mestre" Eurípides?

Ainda está de acôrdo em que o jesuíta Franca tenha versado "tão magistralmente a tese" do "primado de Pedro"?!

Não acha que estamos no direito de não querer, de forma alguma, passar como estúpidos e imbecis, como seríamos, se admitíssemos uma sandice dêsse jaez?

Em Atos 16:14, que não admite a menor contestação, fica exuberantemente demonstrado que, na Igreja Primitiva, não era o suposto Papa S. Pedro quem estabelecia decretos ou ordenanças gerais para a Igreja, como diríamos, mas que tais decretos ou ordenações eram *"estabelecidos pelos apóstolos e presbíteros,* em Jerusalém", ou seja, o "Colégio Apostólico", do qual faziam parte os mesmos apóstolos e presbíteros!

Se, por mera hipótese, admitíssemos, segundo o *sabor* romanista, que S. Pedro teria estabelecido também *decretos* ou ordenações dessa natureza, teríamos de concluir dois poderes supremos ou dois *primados* na Igreja, ao mesmo tempo. [1]

Mas, nem isso podemos admitir, porque tal raciocínio é contestado pelo próprio livro dos Atos dos Apóstolos. Na verdade, S. Pedro mostra-se sempre tão humilde e tão cordato para com os seus colegas de apostolado, que

---

[1] O que, aliás, na Igreja Romana aconteceu mais de uma vez, com a história dos papas e antipapas, e o grande "Cisma" do Ocidente, com um papa em Avinhão e outro em Roma, excomungando-se recìprocamente!!

não tem sequer uma palavra de protesto, quando é *mandado* a Samaria, em companhia do seu colega João.

Inclusivemente (e êste argumento é de suma importância), quando êle sente que no Colégio Apostólico possa surgir qualquer idéia que ponha em dúvida a sua ortodoxia ou a sua pureza de intenção, êle (Pedro), o humilde apóstolo, apressa-se a justificar-se perante os seus colegas, e, com esta simples manifestação, demonstra *reverência* e *respeito* ao Colégio Apostólico, no qual residia o govêrno temporal da Igreja. É isto que vemos de modo claríssimo e insofismável, em Atos 11:1-18, cujo comentário apresentaremos mais adiante.

As atitudes de S. Pedro, em face das advertências que lhe eram feitas pelos seus colegas, e sua reverência e respeito para com as suas decisões, que se referiam a êle, ou aos outros, conforme se infere, claramente, de Atos 11:1-18, é prova concludente e esmagadora de que não era êle quem *mandava* na Igreja Primitiva, e, portanto, não podia ser o Chefe dos Apóstolos, nem vigário de Cristo.

"E os Apóstolos e os irmãos que estavam na Judéia ouviram que também os gentios tinham recebido a palavra de Deus. E, quando Pedro voltou a Jerusalém, os que eram da circuncisão *disputavam contra êle,* dizendo: Por que entraste em casa de homens não circuncidados, e comeste com êles?"

Pelos têrmos claros do texto citado, ressaltam duas idéias:

Primeira: a que se refere à liberdade de que usavam "os Apóstolos e os irmãos" "que eram da circuncisão", os quais *"disputavam contra êle"* e exigiam, destarte, que S. Pedro se explicasse.

Quais os bispos (para não falarmos em simples padres), que tiveram a liberdade de *disputar* ou de pedir contas a respeito das suas atitudes aos papas, pretensos sucessores de S. Pedro?

Coitado de alguém que tivesse a ousadia (desde os tempos em que o papado se firmou como uma realeza e

soberania absoluta, despótica e discricionária), de discutir com o papa, ou, o que é pior, pedir-lhe contas disto ou daquilo! Natulamente, o *desgraçado* que a tanto se atrevesse, seria condenado às profundezas do báratro, por terrível e inapelável excomunhão papal!

Segunda: os "Apóstolos e irmãos" *forçaram* o humilde S. Pedro a justificar-se, por causa das suas atitudes. E Pedro, sem se mostrar ofendido, como seria de admitir-se, se êle estivesse investido da autoridade de Chefe dos Apóstolos ou de "primeiro Papa", como ridìculamente o apodou o jesuíta Franca, sujeitou-se humildemente a tal *exigência,* justificando-se, *pormenorizadamente,* como se pode verificar no referido cap. 11 de Atos, desde o v. 4, até o 18, inclusive.

E só depois de tal justificação — como refere o historiador do fato — é que os ditos "Apóstolos e irmãos *aquietaram-se*", e "deram glória a Deus".

O "aquietaram-se" torna bem nítido o quanto "os Apóstolos e irmãos" tinham ficado mal impressionados com S. Pedro.

Em síntese: "os Apóstolos e irmãos" a que se refere o texto deram testemunho insofismável, esmagador mesmo, de que não consideravam nem tinham de verdade S. Pedro como seu chefe ou suposto vigário de Cristo ou superior hierárquico; S. Pedro, por seu turno, não só não reivindicou para si as prerrogativas de chefe ou superior hierárquico dos mesmos "apóstolos e irmãos", como ainda se *sujeitou,* humildemente, à *exigência* que lhe foi feita, e sem a menor objeção o fêz.

E, com mais êstes argumentos, adeus edifício do papado, que se afunda como velha carcaça num abismo sem fundo!

Testemunho idêntico se encontra em Atos 15:22-29.

Dêsses versículos, a que a própria versão bíblica do Pe. Matos Soares, devidamente aprovada pela autoridade eclesiástica, chama de "promulgação das decisões do Concílio de Jerusalém", vemos claramente que, naqueles tempos, em que a Igreja estava no auge da sua pureza dou-

trinária, quem nela imperava, abaixo do Espírito Santo, que era o Supremo Guia e Mestre ("Ele vos ensinará tudo"), prometido por Cristo; quem regia a Igreja era o Colégio Apostólico, isto é, os apóstolos e os presbíteros. E, tanto assim é, que, no passo em aprêço, se vê esta idéia marcada com a maior nitidez no v. 28 do citado cap. 15 de Atos, onde expressamente se lê: "Pois, pareceu bem *ao Espírito Santo e a nós* não vos impor maior . . . pêso".

E tanto é verdade que não era S. Pedro, nem nenhum dos apóstolos quem ordenava ou nomeava ou decretava na Igreja Primitiva, que, quando da ocasião de escolher-se o substituto de Judas no Colégio Apostólico, não foi Pedro quem o nomeou, apesar de os corifeus romanistas afirmarem o contrário, falseando a verdade histórica; a revelação de Atos dos Apóstolos 1:22,23,26 os desmente, pois a escolha foi confiada, em oração, ao Espírito Santo, como se lê: "E apresentaram (os apóstolos) dois nomes: José, chamado Barsabás, que tinha por sobrenome o Justo, e Matias. E, orando, disseram: Tu, Senhor, conhecedor dos corações de todos, mostra qual dêstes dois tens escolhido . . . E lançando-lhes sortes, caiu a sorte sôbre Matias. *E por voto comum foi contado* com os onze apóstolos".

Então, senhores romanistas, quem fazia a escolha, quem indicava substitutos, quem ordenava, quem mandava, enfim, na Primitiva Igreja? Era "o primeiro Papa" S. Pedro, ou o Colégio Apostólico sob a direção do Espírito Santo?

Saiam dessa, agora! . . .

Como se vê, tão claramente, nem sombra da autoridade ou primado de Pedro na Igreja Primitiva! O poder de Pedro era igual ao dos outros apóstolos, ou seja, um poder parcial, cujo todo residia no Colégio Apostólico.

Note-se de impressionante, nessa passagem, que Paulo e Barnabé, Apóstolos, ao lado de Judas, chamado Barsabás, e Silas, *foram mandados* à Igreja de Antioquia, com uma "carta", em que se continham instruções para

a citada Igreja, como tinha acontecido a Pedro e João, também *mandados* a Samaria. Tanto num passo como no outro, quem *mandou* foi o Colégio Apostólico.

É importante notar-se que os considerados maiores apóstolos — Paulo e Pedro — aparecem sendo *mandados* pelos outros apóstolos, sem que qualquer dêles proteste ou apresente a menor objeção. Esta é que é a verdade contida nas Santas Escrituras!

Nos tempos apostólicos não existia nenhum *vigário* de Cristo ou papa.

Quanto à parlapatice que "mestre" Eurípides diz ser "tese tão magistralmente" versada pelo Pe. Franca, ou seja, que S. Pedro foi "o primeiro papa", vão pregar isso a imbecis, a carolas, a lorpas ou a crianças sem raciocínio!

Talvez, por especial disposição da Providência Divina, muitos e expressivos são os testemunhos que as Sagradas Escrituras nos oferecem, no sentido de serem contrariadas as pretensões papistas, tão claramente antagônicas aos desejos de Cristo, que expressamente proibiu aos Seus apóstolos a idéia da supremacia entre êles, e tão em contradição com a vida e as atitudes do apóstolo Pedro, assim como dos demais apóstolos e discípulos.

Além do que já focamos, mais que suficiente para aniquilar todo e qualquer sofisma tendente à tese romanista do "primado de Pedro", vamos apresentar agora mais alguns testemunhos das Sagradas Escrituras, que vêm reforçar muito o que já dissemos.

Pedro, em sua 1.ª Epístola, onde procura resumir os deveres dos pastôres e fiéis, assim se expressa: "Êste, pois, é o pedido que eu faço aos presbíteros que há entre vós, *eu, presbítero como êles,* e testemunha dos sofrimentos de Cristo, e que hei-de ser participante daquela glória que se há-de manifestar no futuro" (1.ª Ep. S. Pedro 5:1, segundo versão do Pe. Zioni, devidamente aprovada pela autoridade eclesiástica).

Em nota ao texto supra, lê-se, no N. Testamento do Pe. Zioni (afinado, como não podia deixar de ser, pelo

diapasão jesuítico-papista), que "S. Pedro, por humildade se denomina apenas "presbítero"!

Antes de mais nada, convém observar, segundo princípio muito conhecido do clero romano, que *"De internis, solus Deus"*, isto é, que ninguém pode adivinhar o que outrem tem em sua mente, senão Deus. Em vista dêste princípio, achamos audaciosa e descabida a explicação, que nada explica, dêsse Padre. Quem o autorizou a dizer que S. Pedro se expressou assim *por humildade,* e não por outro motivo qualquer?

Será que a batina torna infalível aquêle que a veste?

É costume, desde tempos imemoriais que, quando alguém, usando de especial missão, se dirige a qualquer Sociedade ou ao povo em geral, use, no princípio de suas missivas, os títulos ou credenciais de que é possuidor, principalmente quando se trata de fazer convencer a alguém ou a uma entidade ou a um povo (como no caso dos apóstolos, acêrca da importância e veracidade de doutrinas que dizem respeito à vida eterna).

Assim, por exemplo, S. Pedro, no princípio de sua 1.ª Epístola, apenas reivindica o título que representa para si a máxima credencial: "Apóstolo de Jesus Cristo".

Aqui se nos oferece responder já aos Zionis e a tôda a companhia de batino-tonsurados: Se S. Pedro tivesse em atenção apenas a sua "humildade", de que, aliás, deu sobejas provas, poderia aqui, em vez do título nobre e grandioso de Apóstolo de Jesus Cristo, usar o de seguidor, discípulo, ou simplesmente o de servo de Jesus Cristo. No entanto, não o fêz, porque não era altura de o fazer.

Vem muito a propósito acrescentar agora que, se o mesmo S. Pedro *nunca* se intitulou *vigário* de Cristo ou Chefe dos Apóstolos ou ainda Primaz do Colégio Apostólico, foi simplesmente porque não tinha o direito de usar de tais títulos. E, porque os mesmos não lhe eram devidos, também os Apóstolos *nunca* o trataram como tal. Tudo o que seja argumentar fora disso, são balelas e patranhas, que apenas merecem a irrisão de tôdas as inteligências livres e desempoeiradas.

A propósito, é oportuno lembrarmos que, se o Apóstolo Pedro tivesse usado, uma só vez que fôsse, do título de "pedra fundamental da Igreja", de "detentor do poder das chaves", de "vigário de Cristo" ou mesmo de Chefe ou Primaz dos Apóstolos, ficaria dirimida de vez para sempre a porfiada questão que gira à volta do papado. Melhor diríamos, ainda: tal questão nem mesmo poderia ter surgido, mas, porque, além de vários argumentos, aliás claros, contra, e nem sequer um, igualmente claro, a favor, é fácil de concluir a inanidade e a inconsistência da pretensão jesuítico-papista da tese perfilhada por Leonel Franca.

Além do que deixamos provado, e que já superabunda, para deitar por terra edifício tão mal alicerçado, vejamos agora outro argumento, que reputamos de muitíssimo valor, a nós fornecido pelo próprio livro dos Atos dos Apóstolos, que o jesuíta Leonel Franca, procurando responder a Carlos Pereira, tão *temeràriamente* manda folhear. Pois é, precisamente, êsse abençoado livro que nos fornece a maior abundância de lenha para queimarmos todos e quantos escritos, livros e livrinhos tenham sido engendrados pelos cérebros mórbidos dêsse jesuíta e de tôda a caterva dos decantados campeões da mistificação.

Vejamos, pois, o argumento.

No cap. 15 de Atos v. 7, lemos o seguinte: "E havendo grande contenda" (a cena passa-se no Concílio de Jerusalém), "levantou-se Pedro e disse-lhes: Varões Irmãos, vós sabeis que há muito tempo Deus me elegeu dentre vós, para que as gentes ouvissem da minha bôca a palavra do evangelho e cressem".

Quem poderá negar que, entre outras, seria essa uma ocasião propícia para que S. Pedro, diante da mais augusta assembléia de varões de Deus, reivindicasse para si o privilégio de ter sido *eleito* para o altíssimo cargo de "vigário de Cristo" ou de "primeiro papa"? Por que o não fêz? Não seria qualquer dêsses dois títulos a maior garantia de respeito à sua pessoa e de acatamento ao seu

parecer doutrinário? Não é isto, pelo menos, prova implícita de que êle não se achava investido de tal privilégio?

Porventura, se algém, por exemplo, um nobre, tiver os títulos de "conde" e de "marquês", como no caso do Marquês do Pombal, que primeiramente tinha sido "conde de Oeiras", quando fizer menção de seus títulos, limitar-se-á a dizer que é "conde", dignidade inferior à de "marquês"? Isto não pode passar pela cabeça de ninguém, a não ser na cabeça dos romanistas, a quem a verdade não interessa, mas a defesa das suas patranhas! Igual lição se colhe do capítulo 5.°, v. 1 da 1.ª Ep. de S. Pedro. Na verdade, S. Pedro ali se intitula *"presbítero"*, tendo, no início da Epístola (cap. 1:1), feito menção do seu título mais nobre, mais elevado, que era o de "Apóstolo de Jesus Cristo".

Pelo exposto, fica bem patente ser impossível admitir que S. Pedro fôsse "vigário de Cristo" ou "primeiro papa". Para fugir a essa dificuldade, o Pe. Matos Soares, usando daquele impudor deslavado e audacioso que é norma jesuítico-papista, teve a impudência de traduzir o têrmo latino da Vulgata "SENIORES", no texto em aprêço (1.ª Pedro 5:1), por "SACERDOTES", para depois chamar a S. Pedro de *"sacerdote"!* Mais leal foi o Pe. Zioni, que traduziu como devia, o têrmo em referência, por "PRESBÍTEROS", explicando depois, em nota, para convencer os lorpas, que S. Pedro usava, ali, aquêle título por "humildade".

Enfermando da mesma cegueira, comum ao clericalismo, o Pe. Matos Soares, com a sua falta de probidade, demonstrou claramente, a todos aquêles que têm olhos para ver, o seu desamor à verdade; ao contrário do que seria para desejar, êle, como tantos dos seus confrades abatinados, procurou encobrir o argumento que o próprio têrmo fornece contra o malfadado dogma do papado!

Não, padre Matos Soares! Seja nobre e leal, em tudo que escrever! Do contrário, tenha a certeza de que não pode merecer o crédito daqueles a quem interessa a verdade despida de preconceitos!

Qual foi o dicionário de latim em que se baseou, quando verteu o latino "SENIORES", para "SACERDOTES"? Acaso ignora que êsse têrmo, se substantivo, apenas pode significar "presbíteros" ou "anciãos", e nunca "sacerdotes"? Como adjetivo, tem o significado de "mais velhos", "anciãos". O único têrmo latino que dá "sacerdote" em português, é "sacerdos" (genitivo "sacerdotis"), mas nunca "*seniores*". O mesmo para o grego "PRESBITEROI": só admite a tradução "PRESBÍTEROS" ou "ANCIÃOS", e nada mais!

Sejam honestos, naquilo que escrevem, senhores romanistas! O tempo do obscurantismo medieval, em que o padre podia dizer os disparates que lhe apetecesse, porque não tinha ninguém que se atrevesse a contestar-lhe coisa alguma, êsse tempo de obscurantismo já se foi, para bem da Humanidade e do progresso! Hoje, o mundo é diferente, e já não há possibilidades de convencê-lo com patranhas e parlapatices!

Preguem a verdade, e nada mais, e então, poderão conseguir adeptos; mas, com patranhas e "água benta" só, não conseguem levar "água ao moinho"!

Ainda a propósito do cap. 15 de Atos dos Apóstolos, vejamos agora como nos versículos subseqüentes se comprova melhor a verdade de que o Concílio de Jerusalém, malgrado os sofismas dos corifeus do papismo, nos fornece mais um argumento contra o pretenso primado ou chefia de Pedro.

Convém, antes de mais, desfazer o mísero e irrisório argumento, que não passa de frágil sofisma, dêsses tais corifeus. Alegam êles, abrindo a bôca, para assim procurarem convencer os papalvos, que Pedro foi o primeiro a falar. Logo, concluem: S. Pedro é que era o chefe!

Em face de tão ousada, quão estulta conclusão, somos forçados a dar uma liçãozinha aos senhores romanistas, começando por "mestre" Eurípides. Fôssem alunos nossos, e teríamos de puxar-lhes as orelhas e obrigá-los a abrir bem os olhos para lerem com mais atenção o texto de Atos que se refere ao 1.º Concílio de Jerusalém.

Com efeito, é preciso ser cego, ou não ler com atenção, para se poder afirmar que S. Pedro foi o primeiro a falar, no aludido texto.

Não, senhores romanistas! Antes de S. Pedro, muito se tinha já falado: *"depois de grande contenda"*, diz o texto, é que S. Pedro se levantou para falar (At. 15:7).

Ora, se houve "grande contenda" antes de êle falar, segue-se, como é evidente, que muitos tinham já falado, e acaloradamente! Então, se antes dêle, houve "contenda" acalorada, na qual muitos falaram, qual é a cabeça equilibrada que possa pensar que foi S. Pedro a falar em primeiro lugar?

Afinal, Eurípides & Cia., em que ficamos? Foi São Pedro quem falou em primeiro lugar, ou foram os que fizeram "grande contenda" antes dêle?

Admitamos, porém, que tivesse sido, de fato, São Pedro o primeiro que falou, no aludido Concílio. Acaso tal fato teria alguma fôrça probatória, a favor da tese romanista, de ser S. Pedro "o primeiro papa"?

Do versículo 13 ao 21, inclusive, vemos o apóstolo Tiago usar da palavra em têrmos que revelam maior autoridade do que aquela de que usou S. Pedro, e foi São Tiago mesmo quem encerrou o "grande debate", e ainda é êle quem propõe as medidas a serem tomadas para a solução do litígio, motivo da reunião do Concílio, o que foi por todos acatado. É o que vamos provar.

Do verso 19.° até o 20.°, inclusive, lê-se o seguinte: "Pelo que *julgo eu* (Tiago fala), não se devem inquietar os gentios que se convertem a Deus, mas apenas que se lhes deve escrever para que se abstenham das contaminações dos ídolos, e da fornicação e das carnes sufocadas e do sangue". Pois, exatamente o que foi aqui proposto por São Tiago, foi isso mesmo o que o Concílio aprovou, como se comprova pelos versículos 22 a 29, inclusive do mesmo cap. 15 de Atos.

Em face da clareza dos passos citados, ficam reduzidas a zero mais duas patranhas romanistas; a 1.ª, que tenha sido S. Pedro quem presidiu o Concílio de Jerusa-

lém; a 2.ª, que estivesse êle investido da autoridade de Vigário de Cristo ou Chefe da Igreja.

Parece inacreditável que, depois de testemunhos tão perfeitos, como êsses que aí ficam, para tôda a gente poder ler e entender, (porque nada encerram de misterioso, e se baseiam em fatos), ainda se persista obstinadamente em propugnar tese absolutamente indefensável, em face das Escrituras Sagradas.

Será que os corifeus do papismo nunca leram êsses passos bíblicos, por nós citados, e outros mais, semelhantes, que poderíamos citar? Se leram, não tiveram inteligência para compreender a verdade nos mesmos contida, e de tão fácil compreensão? Ou ter-se-á dado o caso de terem lido, mas não terem querido entender, o que é muito pior? Em qualquer das hipóteses, há de admitir-se que ficam pelas "ruas da amargura" os corifeus romanistas!

Meditando e tornando a meditar nessas hipóteses, e não desejando, de forma alguma, passar atestado de ignorância ou imbecilidade aos lidadores ou esgrimistas do romanismo, somos inclinados a concluir por uma terceira hipótese: má fé deslavada, hipócrita, audaciosa, astuta e maquiavélica!

Pois é o que temos de concluir, forçosamente, quando os nossos olhos lêem aquilo que escreveu Eurípides à página 239 do seu livro, a saber: "No Concílio de Jerusalém é a opinião de Pedro que prevalece"!!

De resto, esta opinião a bebeu êle (tão pobrezinho na sua argumentação, que nada acrescenta de original) nas fontes dos seus mestres romanistas!

Mas, ao menos deviam ter aprendido que as suas audaciosas afirmações não podem passar sem corretivo, que, de fato, lhes aplicamos. Tais afirmações evidenciam o mais deprimente impudor e a mais requintada má fé.

Tão frágil é o alicerce em que se assenta o dogma do pretenso papado de S. Pedro; tão inconsistente é todo o arrazoado em tôrno de tal dogma; tão indefensável é essa patranha, que, para se manter de pé, seria mister rasgar

primeiro as páginas do Novo Testamento! E, até mesmo nesta hipótese, ainda teríamos sérias dúvidas!

Mas, tendo, como temos, graças à Divina Providência, testemunhos tão irrefragáveis, tão perfeitos e tão preciosos, como os de Cristo e os dos Apóstolos, não deve restar a menor dúvida, seja a quem fôr (que raciocine com cérebro perfeito e desempoeirado), de que o apóstolo Pedro não podia, de forma alguma, usar os pomposos títulos que, debalde, e infundadamente, lhe atribui o romanismo! [1]

Façamos, agora, um confronto entre a democracia e absoluta liberdade que tinham os Apóstolos e presbíteros nos seus concílios, com a tirania papal que se verifica nos conclaves (ecumênicos ou não) da Igreja de Roma, até antes de ser decretada a infalibilidade papal (!). É claro que jamais tal gentalha de batina poderia ser a sucessora do humilde S. Pedro. Jamais!

Para comprovar o que estamos afirmando, basta transcrever, aqui, o que se acha no "O Papa e o Concílio", pág. 654, da 2.ª ed. de 1930, nota 3a, que o fazemos, já traduzindo do latim: "Cuidarei (eu, bispo tal...) de conservar, defender, aumentar e promover *os direitos, as honras, os privilégios e autoridade da Santa Igreja Romana, do papa, Nosso Senhor* e dos preditos sucessores (dêle)..." [2] Um papa, outro Nosso Senhor, como se fôsse Deus! Pobre S. Pedro, tão humilde!

---

[1] As Sagradas Escrituras, malgrado todos os sofismas e falsas interpretações do Romanismo, são o libelo mais tremendo e completo contra as calculadas pretensões dos seus dogmas do papado e de tôdas as inovações de que a história eclesiástica é repositório vastíssimo. Deve ter sido por isso mesmo que o Papa Pio IX, a encarnação mais perfeita da arrogância e soberba papalina, afirmou no seu célebre "Syllabus", que "*a leitura da Sagrada Escritura é um veneno*", acrescentando, mais tarde, que essa leitura "*era antes prejudicial, que útil*" (os grifos são nossos). De fato. Estamos de acôrdo em que a leitura da Sagrada Escritura seja "um veneno" para o papado. E é tão grande veneno, que lhe causa a morte! E, à luz da palavra de Deus, já é cadáver, e cadáver que já cheira mal!...

[2] Isto é o cúmulo da arrogância, por parte do papa, e da mais aviltante baixeza e subserviência, por parte dos bispos, que servilmente se submetem a tal juramento! É preciso não ter o menor vestígio de perso-

Então, que chefe, que vigário, que papa foi êsse, tão contrário aos seus pseudo-sucessores, os quais, como estamos vendo, até exigem um juramento como o que aí fica, dos seus bispos, antes de entrarem num concílio?!

É que S. Pedro desconhecia, ignorava por completo, na teoria e na prática, tal hierarquia mundana e sacrílega, e só se preocupava em servir, em nivelar-se segundo a sua expressão: "um como êles", [1] e só admitia, como todos os seus colegas de apostolado e de Concílio, a suprema presidência e direção do "Príncipe dos Pastôres" — Jesus Cristo e do Espírito Santo, o em que consistia a sua maior grandeza e chefia, [2] e no em que, verdadeiramente, está a

---

nalidade, é ser mesmo uma topeira intelectiva e moral, para acceder a tão humilhante e, acima de tudo, sacrílego juramento! É zombar de Deus e da Religião!

Aqui está assestado o ferrête mais ignominioso e mais aviltante que instituição humana jamais impôs a sêres dotados de inteligência, raciocínio e consciência! Êste é o retrato fiel do absolutismo mais tirânico e diabólico, da arrogância mais incontrolada e da sêde de domínio mais insofrida do despótico domínio papal!!!

Será, uma credencial dessa laia, documento condigno para um papa se declarar *legítimo* sucessor de S. Pedro e vigário de Cristo na terra?!

É fantástico, inacreditável mesmo, que tantas inteligências humanas nem sequer se tenham apercebido do desafio feito à grandeza de Deus, pelo papado, que parece querer suplantar, arrogando-se *direitos, honras, privilégios*, que Jesus Cristo jamais exigiu dos Seus apóstolos ou discípulos!!!

A tal ponto chega o desplante e a ânsia de domínio papal, que coloca os *seus direitos, as suas honras* e a sua *autoridade* acima dos interêsses e do bem da Igreja e da Religião! Foi isto que fêz "JANUS" dizer: "Nenhum dos nossos bispos jurou ter por suprema lei de suas ações e esforços o bem da Igreja e da Religião; na fórmula do juramento não se trata senão sòmente dos interêsses da Cúria" ("O Papa e o Concílio", pág. 655, 2.ª ed., 1930 — Editôra Saraiva — S. Paulo).

De tal maneira "o sistema papal" torna deprimente a personalidade dos bispos, por causa da sua ânsia de absolutismo despótico, que, igualmente, "JANUS" afirma: "Não admite êle (o sistema papal) verdadeiros bispos, que atuem com independência, em nome de uma instituição divina (!), mas sòmente *súditos* e *vigários* ou *oficiais* do papa com o exercício de um poder que a todo momento se lhe possa retirar" ("O Papa e o Concílio", 2.ª ed., pág. 653).

Como panos de amostra, essas transcrições, que aí ficam, dão-nos bem a idéia da estrutura e da essência dessa colossal (!) *peça*, a que "JANUS" chamou "o sistema papal"!

E quantas transcrições idênticas poderíamos, aqui, fazer, se isso não tornasse demasiado extenso nosso livro!?...

[1] 1.ª Ep. S. Pedro 5:1.

[2] 1.ª Ep. S. Pedro 5:4.

virtude do Ministro de Deus, e não em ser êle primaz, chefe, vigário ou papa, títulos que, por si sós, nada valeriam, ainda que S. Pedro os possuísse, se não fôsse êle a encarnação da humildade e da fidelidade Àquele a Quem chama de "Príncipe dos Pastôres", sob cuja única jurisdição e do Espírito Santo, não só êle, como seus colegas se curvavam, donde o êxito retumbante, inqualificável e inexcedível do seu Ministério!

Logo, seria até desairoso, e sacrílego mesmo, para o humilde e fiel apóstolo de Cristo, arrogar-se êle detentor de tão ousadas prerrogativas, diametralmente em oposição ao Espírito do Mestre que o "elegeu para pregar a palavra do Evangelho", dêsse Evangelho que é amor, humildade, e, numa palavra, obediência absoluta, total, não à vontade do homem, mas à de Deus!

* * *

De tudo que temos escrito, até aqui, sôbre a inanidade do dogma do primado de Pedro, ressaltam, como argumentos de capitalíssima importância, os seguintes:

1.° — A ausência absoluta de prova categórica, concreta, positiva e insofismável de que S. Pedro tenha sido constituído, por Jesus Cristo, primaz ou chefe jurisdicional dos apóstolos.

2.° — Jesus Cristo não conferiu, de fato, primazia ou superioridade a S. Pedro ou a qualquer dos Seus apóstolos, visto como Êle se manifestou contrário a essa idéia vã e humana, quando êles discutiam qual seria o maior entre si.

3.° — A Sagrada Escritura, em muitíssimas passagens, o que atrás ficou exuberantemente demonstrado, é uma cadeia de testemunhos contrários à pretensa primazia de Pedro e ao seu conseqüente cargo de vigário de Cristo.

4.° — As atitudes e testemunhos pessoais de S. Pedro, que nunca manifestou ser superior aos demais apóstolos; muito ao contrário, dêle temos várias expressões de encan-

tadora humildade evangélica, reconhecendo-se igual a todos os seus companheiros de Ministério.

5.° — Argumento de idêntico valor a êste nos é fornecido pelas atitudes dos outros apóstolos, que nunca se manifestaram inferiores ou subalternos a S. Pedro.

6.° — Nem uma só vez êle (Pedro) aparece a decretar leis ou a dar ordens à Igreja; mas, ao contrário, êle é que é *mandado,* e que fielmente obedece, sem murmurações.

7.° — Ficou comprovadíssimo que o Govêrno da Primitiva Igreja residia no Colégio Apostólico, ou seja, na Assembléia dos Apóstolos e Presbíteros, entidade única que, abaixo de Cristo e do Santo Espírito, exercia a soberania do govêrno da Igreja; era o Colégio Apostólico que estabelecia decretos ou ordenanças na Igreja, e nunca o humilde S. Pedro, que jamais gozou da menor autoridade jurisdicional acima dos seus confrades!

Como corolário, cumpre afirmarmos, e impossível será contestar-se, seja por quem fôr (quer leigo como Eurípides, ou abatinado, como Leonel Franca e quejandos . . .), que os decretos ou ordenanças dessa Soberana Assembléia dos Apóstolos e Presbíteros eram acatados, de modo absoluto, por todos os apóstolos e irmãos. É assim que vemos essa Assembléia *mandando* Pedro e João à Samaria (At. 8:14) e Paulo, Barnabé e mais dois discípulos, à Igreja em Antioquia (At. 15:22).

E não consta que Pedro e Paulo (para não falar dos outros) tivessem recalcitrado contra as ordens dimanadas daquela augusta Assembléia.

Afinal, senhores romanistas, depois de argumentos tão esmagadores como êsses que aí ficam, queiram-nos responder: Quem dava ordens, quem mandava na Primitiva Igreja? Era S. Pedro, "o primeiro papa" (como lhe chamou o Pe. Franca), ou o Colégio Apostólico?

Sofistas e atrevidos abusadores da ignorância alheia, ainda tereis o desplante de ensinar às massas simples e ignaras que S. Pedro foi "o primeiro papa" da Igreja de Cristo?

Ficai, porém, na certeza de uma coisa: aquêles que lerem êste livro e tiverem inteligência e espírito desempoeirado já não poderão mais acreditar nas vossas patranhas!

A êsses, podeis ter a certeza que os vossos sofismas já não poderão convencer!

Quem, agora, não terá olhos para ver o contraste flagrante que há entre o govêrno da Primitiva Igreja — representativo e democrático, e o da Igreja Romana, absoluto e despòticamente teocrático?

E, como assim é, Vocês, jesuítas, têm de inventar ou descobrir um *novo papa* para a Primitiva Igreja, porque êsse S. Pedro já está fora de combate!

* * *

Suposto episcopado de Pedro em Roma

Procuremos, agora, desfazer outras *teias de aranha* que se encerram em ensinamentos do papismo, com demonstrar a vacuidade de tais ensinamentos, ligados ainda com o suposto primado de Pedro.

Comecemos pela parlapatice de que S. Pedro teria sido o primeiro bispo de Roma, onde pontificou cêrca de 25 anos, segundo pretende a Igreja Romana.

Ora, se nem sequer se pode provar, pela história eclesiástica ou profana, digna de crédito, que S. Pedro estivesse em Roma, como é que os senhores papistas, ainda avançando mais, sem prova alguma, nem indicial, afirmam que lá êle estêve, e foi bispo daquela Igreja durante 1/4 de século?

Nós, porém, temos fortes razões para admitirmos precisamente o contrário.

Acompanhemos, pois, o ministério do apóstolo São Pedro através das páginas do Novo Testamento. Se, de fato, êle tivesse sido o bispo de Roma, o historiador Lucas no-lo teria mencionado, e, pelo menos Paulo teria feito alguma referência em sua Epístola aos Romanos.

Afirmam os corifeus do romanismo que S. Pedro, no 1.º ano do reinado de Cláudio, pelos anos de 41 a 43, chegou a Roma com S. Paulo e aí estabeleceu a sede de seu govêrno e governou a Igreja por 25 anos. Faleceu mártir, com S. Paulo, no reinado de Nero, em 67 da era cristã.

Segundo as regras mais comezinhas da dialética, quem afirma tem de provar. Sendo assim, teriam os corifeus romanistas de demonstrar, com fatos verídicos, em nada sofismáveis, a verdade dos seus assertos. Se isso não conseguiram, de nada valem, *ipso facto,* as suas afirmações.

Ora, êles não conseguiram até hoje, nem conseguirão jamais, demonstrar serem verídicas as suas afirmações. Logo, devem ser rejeitadas, por insustentáveis.

Provemos agora nós, que, de fato, até hoje ainda não ficou suficientemente demonstrado, com argumentos concretos, claros, insofismáveis (únicos que têm fôrça probatória convincente), que: 1.º, S. Pedro tenha sido bispo de Roma; 2.º, que lá residiu pelo espaço de 25 anos (!); 3.º, que o pretenso "Príncipe dos Apóstolos" tenha sido martirizado, juntamente com S. Paulo no ano 67, no reinado de Nero.

Se já é muito problemático afirmar que S. Pedro tivesse estado em Roma, visto como não há testemunhos claros, concretos que tal possam provar, mais difícil se torna, para os romanistas, provarem que S. Pedro tenha sido bispo da Igreja em Roma.

Se não, mostrem ou digam, ao menos, quais os documentos históricos e verídicos, dignos de crédito, em que se fundamentaram para fazerem afirmações dessa ordem.

Mas, nós sabemos perfeitamente que tais documentos não existem!

Nesse caso, emudeçam as suas vozes, e não pretendam fazer passar por tolos aquêles a quem "mestre" Eurípides apoda de "irmãos separados". Francamente, não nos sentimos honrados em nos confessarmos irmãos de quem inventa patranhas *à tort et à travers,* para impingir aos outros as mistificações das suas fantasias! Nada de

invenções! *Res non verba*! Em assuntos históricos, só fatos, baseados em documentos autênticos, é que podem provar! O resto, balelas!

Vejamos, então, as razões que podemos aduzir, contrárias à tese papista de que S. Pedro tenha sido bispo de Roma.

1.° — Não consta ter sido S. Pedro o fundador de tal Igreja, visto que, além de outras razões, nem sequer se pode provar històricamente que êle tenha estado nessa cidade.

2.° — Não é admissível que, se fôsse S. Pedro o bispo dessa Igreja, S. Paulo se tivesse dirigido à mesma com a sua longa e formosíssima Carta (a "Epístola aos Romanos"), como quem dava leis à mesma Igreja. Ora, tendo o próprio S. Paulo afirmado que se esforçava "por pregar o Evangelho, não onde já se havia feito menção de Cristo, para não edificar *sôbre o fundamento de outro*" (Rom. 15:20), torna-se evidente, por tais palavras, que, se "*outro*" (S. Pedro, por hipótese), tivesse sido o fundador daquela Igreja, S. Paulo, de modo algum, iria ali "meter foice em seara alheia".

Por outro lado, vemos a solicitude do grande São Paulo pela florescente Igreja de Roma, a cujos fiéis o mesmo apóstolo chama "queridos de Deus, chamados para serem santos". Logo, temos de concluir que essa igreja não devia estar sob o pastorado de outro, S. Pedro ou qualquer apóstolo.

Não se pode meter na cabeça de ninguém, mesmo de inteligência medíocre, a idéia de que, fôsse S. Pedro bispo de Roma, S. Paulo, na referida Epístola, não faça a mais leve referência ao seu colega e amigo Pedro! E isto é tanto mais para admirar, quanto é certo ter o mesmo S. Paulo feito menção, na aludida carta, a cêrca de 30 irmãos, entre os de Roma! Haveria de omitir o nome da figura principal do rebanho?! Isto é simplesmente inconcebível!

Ora, segundo o consenso mais ou menos unânime, a Epístola aos Romanos data do ano 58 A.D. Se, con-

forme alegam os corifeus do papismo, S. Pedro pontificou como bispo de Roma, aproximadamente, de 43 a 67, quando, então, dizem êles, fôra martirizado em Roma, em 58 tinha de, fatalmente, estar à frente do seu bispado, na aludida Igreja.

E, então, que história é essa, senhores romanistas? S. Pedro está à frente do rebanho, como seu pastor e bispo, e as ovelhas são guiadas pelo "cajado" de um estranho? Ou pretenderão os senhores ensinar que S. Pedro, também por *humildade*, (que Vocês apregoam para fugir a dificuldades . . .), teria rogado ajuda a seu "caríssimo irmão Paulo", para dirigir o rebanho, encaregando-o da parte mais importante, ou seja, da sua orientação espiritual?

Se assim é, que diabo de consideração é essa, para com o vosso "primeiro papa"?

Ora, valha-nos *Nossa* Senhora
e mais o nosso bom S. José,
porque estamos a ver que Vocês
de jeito algum se agüentam de pé!

Passemos agora a percorrer as páginas dos Atos dos Apóstolos e das Epístolas, que nos transmitem a história fiel da Igreja nos seus primórdios, isto é, na idade apostólica, a fim de verificarmos se lá se encontra alguma referência nítida e insofismável da estada e do apostolado de Pedro em Roma.

Inicialmente, o que ali se observa é que, nos primeiros desenvolvimentos da Igreja, em sua marcha triunfal de Jerusalém a Roma, ou seja, do centro do judaísmo ao centro do paganismo, S. Pedro foi o campeão do apostolado do judaísmo e Paulo, o do gentilismo; Roma, pois, a capital do gentilismo, estava não na esfera de Pedro, mas, sim, na de Paulo, de que é prova exuberante a sua monumental Epístola aos Romanos.

Por aqui se vê, claramente, que S. Paulo não usurpou direito algum a S. Pedro, pelo fato de ter a maior solicitude pelos crentes da Igreja de Roma. Mas, já não

se pode admitir tal hipótese, se o apóstolo Pedro estivesse à testa daquela Igreja. Inclusivamente, isto poderia ocasionar desinteligência entre os dois apóstolos. Mas, tal não se deu.

Seria inconciliável o fato de residir Pedro em Roma, como bispo da Igreja local, e S. Paulo, de longe, cheio de solicitudes por aquêle rebanho em Roma, como se êle não tivesse pastor!

Logo, senhores romanistas: tenham santa paciência, mas a patranha de que S. Pedro residia e era bispo de Roma não é admissível!

Demonstremos agora a impossibilidade absoluta de ter estado S. Pedro como bispo de Roma pelo espaço de 25 anos.

Através das referências do livro dos Atos dos Apóstolos e das Epístolas de S. Paulo e S. Pedro, verifica-se que o falso "1.º papa", cronològicamente, teria dado os seguintes passos, com os quais se pode assinalar a sua presença em diversos lugares.

Conforme refere Eduardo Carlos Pereira, em seu bem elaborado trabalho, a que já fizemos referência, e escudando-se em consciencioso estudo de Godet, S. Pedro, depois do Pentecostes é encontrado em diversos lugares, conforme o quadro seguinte:

Em 33, encontramo-lo em Jerusalém, data em que pregou, pela primeira vez, logo após a recepção do E. Santo, na Festa de Pentecostes; *em 34,* encontramo-lo em Samaria; *em 40,* vemo-lo novamente em Jerusalém; *em 44,* igualmente em Jerusalém; *em 48 a 50,* ainda em Jerusalém; *em* 51/52, logo depois do Concílio de Jerusalém, S. Pedro e S. Paulo se encontraram em Antioquia, capital da Síria; *nos anos de 52 a 54,* ainda em Antioquia.

Vejamos agora onde êle não estava, ou seja em Roma. Assim, *no ano 58,* data da Epístola aos Romanos, é evidente que Pedro não estava em Roma, pelas razões anteriormente explicadas.

Não estava em Roma durante a prisão de S. Paulo naquela cidade (mais ou menos entre os *anos 61 e 63*),

porque, conforme se lê em Atos 28:17-22, Paulo convoca os principais judeus de Roma, e lhes fala desta maneira: "Varões, irmãos . . . mandei chamar-vos para vos ver e falar; pois, pela esperança de Israel estou prêso com esta corrente". Porém êles lhes disseram: "Não recebemos carta da Judéia a teu respeito, nem veio de lá irmão algum que contasse ou dissesse mal de ti. Mas desejaríamos ouvir de ti o que pensas; pois, relativamente a esta seita, sabemos que por tôda a parte é ela impugnada".

Ora, por êstes passos torna-se evidente que S. Pedro não podia estar em Roma. Do contrário, é inexplicável o fato de não só não vermos em cena a pessoa de S. Pedro, como ainda, o que é mais, nem uma leve referência ao mesmo S. Pedro, nem por parte de Paulo, nem por parte dos judeus que foram ter com êle na prisão!

Acaso será isto coisa que se possa meter na cabeça de alguém com o cérebro no lugar?

Da explicação dos referidos passos, ressaltam duas coisas inconcebíveis. É simplesmente inadmissível que S. Pedro, aquela alma sensível, amável, e que devotava grande afeto a seu colega de apostolado, a quem chamava de "caríssimo irmão Paulo", é inadmissível que, naquela circunstância amaríssima da vida de seu colega e amigo, não estivesse, solícito, presente, confortando-o em suas aflições, vítima como estava sendo S. Paulo da perversidade humana! Doutro lado, seria indesculpável que, tendo S. Paulo convocado, da prisão, "os principais dos judeus" de Roma, não tivesse a mesma atenção para com aquêle seu eminente colega, para o qual não tem nem uma palavra sequer!

Ora, não cremos haja alguém que tenha o atrevimento de argüir S. Paulo de espírito anticristão, a ponto de desconsiderar seu colega de apostolado.

Mas, nós concluímos de outra maneira, sem receio de contestações.

Nem da parte de S. Pedro, nem da parte de S. Paulo houve aqui a menor falta. Assim, se o primeiro não vai visitar na prisão o segundo, é pura e simplesmente por-

que não estava em Roma; e, se o segundo, não tem uma palavra para com o primeiro, é porque sabia que êle não estava em Roma.

Resumindo, agora, chegamos à conclusão de que, durante a prisão de Paulo, em Roma, (nos anos 61 a 63 mais ou menos), Pedro lá não estava.

Se nos objetarem que S. Pedro estava também prêso, respondemos que não é admissível tal hipótese, porque então, neste caso, S. Paulo se teria referido a êle com palavras amigas, bem como os judeus que foram visitar S. Paulo, no presídio. Mas, nada disso aconteceu. Logo, temos de, forçosamente, pôr de parte essa hipótese.

Se nos objetarem ainda que S. Pedro, conquanto tivesse estabelecido a sede de seu ministério em Roma, estaria viajando, naquela época, respondemos que tal objeção é tão inconsistente, que desaparece pelas seguintes razões: 1.ª — É inadmissível que S. Pedro tivesse uma ausência tão grande (de mais de dois anos, que foi o tempo que Paulo levou na prisão), no que demonstraria não só pouco amor ou zêlo pelo seu rebanho, como também pouco interêsse pela sorte do infortunado colega e "caríssimo irmão Paulo". Ao contrário, ainda que êle estivesse viajando certamente voltaria imediatamente, ao saber da chegada de seu colega e amigo em Roma. Outra atitude não se poderia conceber daquela linda alma cristã e amiga! 2.ª — Se Pedro era bispo de Roma, naquela época, como querem os romanistas, como conciliar, então, tal hipótese com o fato de "os principais dos judeus", residentes em Roma, pedirem instruções ao Apóstolo Paulo acêrca da "seita" que êles afirmaram "que por tôda a parte" era "impugnada"?

Como é óbvio, a "seita" referida era a dos nazarenos ou cristãos.

Como se pode, então, conceber a idéia de estar Pedro em Roma, como bispo, à testa da sua Igreja, e aquêles "principais dos judeus" a pedirem instruções a S. Paulo: "Desejaríamos ouvir de ti o que pensas: pois, rela-

tivamente a esta seita sabemos que por tôda a parte é ela impugnada"?

E o absurdo sobe de ponto, se tivermos em mente que S. Pedro, conforme pretende o Romanismo, já se encontrava em Roma havia 19 anos!

Ora, perguntamos nós: Será possível admitir-se que estivesse Pedro há 19 anos (!) a ensinar em Roma as verdades da Fé Cristã, e "os principais dos judeus" estivessem naquela ignorância absoluta, que manifestaram diante de S. Paulo?

Tal hipótese só seria de admitir-se, tão longo período de tempo, se S. Pedro, por mêdo ou comodismo, não tivesse pregado as verdades da Fé Cristã. Quererão os senhores romanistas fazer conceito tão deprimente a respeito do seu "primeiro papa"?

Que diz a isto "mestre" Eurípides?

Devemos lembrar-lhe que, não obstante Você ter afirmado que o Pe. Franca versou "tão magistralmente" a tese do primado de Pedro, êle nem sequer foi capaz de desfazer o quadro cronológico dos passos do apóstolo Pedro, a que aludiu Carlos Pereira, como também não foi capaz de ver-se livre da "camisa de onze varas" em que se meteu o Romanismo, ao inventar a patranha de que S. Pedro foi bispo de Roma e que nesta cidade exerceu o episcopado durante 25 anos.

A hierarquia da Igreja Católica

Assim escreveu o grande historiador Guilherme Oncken:

"A Igreja Primitiva, *comunidade essencialmente democrática,* tinha-se convertido gradualmente numa classe privilegiada: o clero; desta aristocracia saiu o episcopado e dêste o bispo de Roma, a princípio com caráter simplesmente honorífico de ser o primeiro entre os seus iguais. Mas, à medida que a Igreja foi adquirindo *caráter mo-*

nárquico, o bispo de Roma ascendeu a "Supremo Pontífice" (História Universal de Guilherme Oncken, Vol. XI, pág. 25).

E dêsse caráter monárquico foi que nasceu o espírito de violência, que depois, pelos séculos em fora, caracterizaria o papado, consoante escreveu o mesmo historiador: "O papado tinha trocado a sua missão de representante da cristandade pela de representante de uma fração *mais intolerante e inimiga,* de uma cultura progressiva; porque tinha compreendido que, de futuro, só podia manter-se *oprimindo a verdade evangélica, gradualmente obliterada no decorrer dos séculos.* Esta convicção foi o único motivo da perseguição dos valdenses e dos minoristas de Wicliffe, de Huss, dos seus adeptos e de tantas outras vítimas da cúria romana" (G. Oncken, Vol. XI, pág. 26).

Daí, por que os homens mais célebres da história da Humanidade, entre êles, Léon Tolstoi, Vítor Hugo, Emílio Zola, Cavour, Emílio Castelar, Vicente Blazio Ibañez, Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Rui Barbosa, Einstein, o maior sábio coetâneo e muitíssimos outros do mesmo talante foram tremendamente anticlericais!

Fantasia do episcopado de Pedro

Em face do quadro cronológico que apresentamos, não poderá jamais tôda a fôrça (melhor lhe chamaríamos fraqueza . . .) da argúcia e arteirice romanistas demonstrar a veracidade da sua tôla pretensão em favor da tese de que S. Pedro foi o bispo de Roma e ali permaneceu pelo espaço de 25 anos, até a morte.

O que ficou demonstrado pelo estudo dos passos da vida de Pedro, de harmonia com o quadro cronológico referido, é que o Apóstolo, mesmo que fôsse verdadeira a

asserção que tivesse sido bispo de Roma, nunca se demorou nessa cidade sequer meia dúzia de anos.

De tal maneira é fantástica e inconsistente a tese papista, que, para se manter de pé, preciso fôra rasgar as páginas das Sagradas Escrituras, que oferecem argumentos em contrário!

Segundo a tese romanista, S. Pedro teria sido bispo de Roma pelo espaço de 25 anos, de 42 (ou 44) a 67 (ou 69), começando no reinado de Cláudio e acabando no de Nero, quando foi martirizado. [1]

Para que tal opinião possa merecer crédito de tôda a gente, torna-se necessário tenha base nos livros do N. Testamento, onde se historia, com a autoridade própria dos livros divinamente inspirados (como admite a própria Igreja Católica) a vida apostólica de S. Pedro. Ora, os livros em referência, como já vimos, fornecem precisamente argumentos contrários à tese romanista.

Dentro do período dos pretensos 25 anos de estada de Pedro em Roma, (de 42 a 67 ou ainda, de 44 a 69) o apóstolo se encontrava em lugares diferentes, que não Roma, como vimos.

Com efeito:

Segundo Godet, [2] entre os anos 41 a 44, deu-se em Jerusalém a prisão de S. Pedro, por ordem do rei Agripa, conforme refere Atos 12:3. Êste cálculo de Godet está absolutamente certo, porquanto Herodes Agripa morreu no ano 44, como referem os historiadores (entre os quais Guilherme Oncken no vol. 3.º, pág. 876 da tradução em português, sob a direção de Consiglieri Pedroso), sendo certo, ainda, que o fato se passou no reinado de Cláudio. Ora, êste imperador ascendeu ao poder depois da morte de Calígula, que ocorreu em 41, como diz a História de Roma. De modo que, o episódio da ordem de Herodes Agripa, mandando prender o após-

---

[1] "O Problema Religioso da América Latina", pág. 272.
[2] Conforme citação de Carlos Pereira, ob. cit., pág. 259.

tolo Pedro deve ter ocorrido mais provàvelmente por todo o ano de 43 ou princípio de 44. Uma coisa é absolutamente certa: é que S. Pedro, entre os anos 41 e 44, foi prêso em Jerusalém. Por aqui se vê que, na data assinalada pelos romanistas, S. Pedro não podia estar em Roma, visto ser manifesta, pelos Atos dos Apóstolos, exercer êle o seu apostolado na Judéia, onde Herodes mandou-o prender.

Dizendo o v. 17 de Atos que S. Pedro, depois da sua libertação, "partiu para outro lugar", concluem logo os romanistas: Foi para Roma! Vale dizer que, pela *deixa* — *"foi para outro lugar"*, tanta razão têm êles em afirmar que S. Pedro foi para Roma, como qualquer um dizer que foi para a China ou Mesopotâmia!

Mas, senhores romanistas, nem essa suposição (que já em si não tem base), lhes é permitido fazer. Queiram abrir as suas Bíblias, dois versículos mais adiante, ou seja, o v. 19 do mesmo capítulo 12 de Atos, onde se lê . . . *"Foi para Cesaréia"*, "e *ficou ali"*.

Então, senhores romanistas: foi para Roma, como Vocês querem, ou foi para Cesaréia, como afirma S. Lucas?

Ainda querem palavras mais claras?

Que mania é essa de pretenderem inventar a patranha de que S. Pedro teria ido, naquela altura (depois de sua prisão), para Roma, quando expressamente, o livro inspirado de Atos afirma que foi "para Cesaréia", e "ali ficou"?

Em face da última expressão citada, é fácil admitir-se que S. Pedro tenha permanecido em Cesaréia (depois de libertado da prisão), por um espaço de tempo considerável, visto que, diz o texto: *"ali ficou"*. Se se tratasse de demora de poucos dias, é de se crer que o cronista S. Lucas tivesse feito menção exata do tempo, como quando se refere à ida de Paulo a Jerusalém, dizendo que êle lá se demorou 15 dias com Pedro.

É mesmo admissível que tenha S. Pedro ficado em Cesaréia até 50. Certo é que não estava em Roma nesse período; caso estivesse, o historiador Lucas ter-nos-ia

informado, mormente em se tratando de tão longa viagem, de Cesaréia a Roma, especialmente se se tratasse de transferência do apóstolo de suas atividades entre os judeus, para um bispado tão longínquo! Seria injustificável o silêncio de Lucas a propósito de passo de tão grande responsabilidade na vida daquele apóstolo.

Logo, até 50 ou 51, ainda não vemos como conciliar, à luz dos passos do ministério de Pedro, como êle podia estar residindo e sendo bispo em Roma, "desde 42 ou 44 até 67 ou 69"! Assim, só nos restam 6 anos para esgotarmos o prazo ou o lapso de tempo dos supostos 25 anos de sua estada em Roma!

Nos anos 52 a 54, ainda não estava em Roma, porquanto diz-nos o livro inspirado que êle estava em Antioquia (Gal. 2:11,14,15,17), quando até foi acremente censurado por S. Paulo, *"que lhe resistiu na cara"* (v. 2), como prova de que S. Pedro não o tinha como Chefe dos Apóstolos ou papa, como pretende o romanismo!

Não estava em Roma na data da Epístola de S. Paulo aos Romanos, que foi no ano 58, conforme mostramos anteriormente, através de várias provas intrínsecas da referida Epístola.

No ano 60, data de sua 1.ª Epístola (1.ª Epístola de S. Pedro 5:15), não estava também em Roma, pois, êle a escreve de Babilônia, da Assíria.

Em face dêsses dados históricos, é inteiramente impossível aos romanistas provarem que S. Pedro tenha sido o primeiro bispo de Roma, e muito menos que aí tenha permanecido durante 25 anos! (1)

---

1 Alegam os romanistas que essa Babilônia, de onde S. Pedro escrevera, era Roma. Admitir-se-ia que S. Pedro estivesse a falar da Roma em sentido figurado?

Contra tal opinião militam as seguintes razões:

1.ª — Seria absurdo supor-se que S. Pedro tivesse dado sentido figurado à cidade de Roma, chamando-a de Babilônia, o que provocaria confusão na mente dos fiéis, a quem a Epístola era dirigida, visto que, dado o fato de existir a Babilônia da Assíria, não saberiam êles se o apóstolo se referia ou não à verdadeira Babilônia. Mas, ainda que pudéssemos admitir a hipótese do sentido figurado, os senhores romanistas,

Nos anos 61 a 63, data da prisão de S. Paulo, em Roma, também lá não estava, em face das razões que militam contra essa hipótese, e que já apresentamos anteriormente. Finalmente, lá também não estava, na data do martírio de S. Paulo, conforme razões muito ponderáveis, por nós já aduzidas.

Logo, sem que nos seja preciso recorrer aos historiadores profanos, só o fato de observarmos, nos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas, que S. Pedro não podia ter estado em Roma residindo e em franca atividade ministerial, de 42 a 67, porque estava em lugares bem diferentes, no exercício de seu apostolado, como provamos

---

em que base se estribam para propalarem que já naquele ano (60) Roma era conhecida por "Babilônia"? A primeira vez que tal alusão aparece é no livro profético do Apocalipse, escrito por S. João, no ano 98, quase 40 anos depois da carta de S. Pedro, em aprêço.

E a prova de que tal nome simbólico ainda não era, na época, aplicado a Roma, é que S. Paulo, na sua longa epístola aos Romanos nem uma vez alude a tal simbolismo. Nem S. Paulo, nem escritor algum, antes do Apocalipse.

A 2.ª razão que milita contra tal opinião romanista é que, sendo S. Pedro apóstolo da circuncisão, e, portanto, dos judeus, a êstes se dirigira, em sua 1.ª Epístola, da Babilônia verdadeira. A favor dêste argumento, levanta-se, principalmente, o fato atestado por Flávio Josefo, eminente historiador dos judeus: "dos países de além do Eufrates, onde, exceto uma parte da Província de Babilônia e de alguns outros governos, tôdas as cidades situadas em regiões férteis são habitadas por judeus" (Vol. IX, pág. 229 e seguintes, da ed. das Américas de S. Paulo, trad. brasileira do Pe. Vicente Pedroso). Esta afirmação de Flávio Josefo reporta-se à grandeza da colônia judaica nas terras para além do Eufrates, no tempo em que reinava Calígula como imperador de Roma, ao qual sucedeu Cláudio, seu tio. Pela citação feita, de Josefo, fica demonstrado, até à evidência, que "tôda a Província de Babilônia, da Babilônia do tempo de Calígula (e não outra) com exceção de "uma parte", "era habitada por judeus". É mesmo de crer que existisse, ali, uma colônia judaica com tantos ou mais habitantes do que os residentes na própria Palestina, sua mãe-pátria. Ora, se o apóstolo recebeu de Deus a missão especial de evangelizar "os da circuncisão" (os judeus), é mais que provável que o mesmo apóstolo não tenha deixado de evangelizar essa florescentíssima colônia judaica, que dominava as regiões férteis da mesma Província de Babilônia, e que, portanto, ali deveria ter estado algum tempo, para melhor desempenho de suas sagradas funções de apóstolo dos judeus.

Agora, perguntará qualquer pessoa de mediana craveira intelectual: Se existia uma Babilônia verdadeira e autêntica, não seria descabível a idéia de S. Pedro chamar a Roma (o que só é admissível na hipótese romanista) de Babilônia?

Dizendo êle "A Igreja que está em Babilônia... vos saúda", e se existia uma Babilônia real, autêntica, será lícito a alguém supor tra-

claramente, com os fatos, é isto suficiente para repelir como falsíssima a pretensão romanista!

Todavia, como se isto não bastasse, pode-se consultar, com proveito, a obra do grande historiador P. Schaff, H. of the C. Church, Vol. I, págs. 250-251.

* * *

Procuremos esclarecer ainda a inanidade e fantasia da tese papista sôbre o pretenso episcopado romano de S. Pedro, com mais uma razão que não é para desprezar.

Segundo S. Paulo (Gal. 2:1-8), a Pedro foi confiado "o apostolado da circuncisão", assim como a Paulo,

---

tar-se não da Babilônia real, mas da figurada? Que base têm os romanistas para tão descabida pretensão, quando, sobretudo, é certo que só depois do Apocalipse escrito, é que Roma passou a figurar como a imagem da "Grande Babilônia"? Não será isto um anacronismo manifesto, além da má fé que tal opinião revela?

"Antes do Apocalipse, repita-se, não consta", segundo observa Elliot, "que escritor algum chamasse Roma de Babilônia".

Logo, evapora-se, como fumaça ou poeira tangidas pelo vento, a pretensão jesuítico-papista.

Logo, é absolutamente impossível sustentar-se a tese de que Pedro tivesse fixado a sede do apostolado em Roma, que tenha sido o seu primeiro bispo e muito menos ainda que lá tenha permanecido cêrca de 25 anos!

E, quem não se sentir satisfeito, que consulte ainda os seguintes documentos históricos: "The Dictionary of the Bible", de Dr. W. Smith; Philo, "De Virt., pág. 1023, ed. Franc. de 1691, o rev. John Lightfoot, eminente professor da Universidade de Cambridge e bispo de Durham, e outros, além de todos os historiadores profanos ou seculares da História de Roma, que silenciam totalmente a êste respeito, e especialmente os da História de Roma, o que é muito sintomático, pois, se lá tivesse pontificado S. Pedro durante 1/4 de século, sendo êle uma figura tão importante, como de fato era, não poderia ser, absolutamente, esquecida, nas crônicas dos historiadores, mesmo porque teria êle deixado sulcos indeléveis de seu santíssimo apostolado, que jamais deixariam de ser comentados e citados pelos historiadores, a menos que S. Pedro lá estivesse enclausurado num convento, e não se fizesse sentir a sua presença e atuação nos destinos da grande metrópole, da maior metrópole do mundo de então, hipótese esta que jamais se poderia admitir com referência a tão intrépido evangelizador, abrasado como era pelo fogo do Divino Espírito Santo!

E, se formos consultar aos Padres Apostólicos, nenhum testemunho também encontramos para as pretensões romanistas. Basta ler a monumental obra *"Cathedra Petri, História Politica do Grande Patriarcado Latino"* do Dr. Tomás Greenwood, notável historiador alemão, que analisa todos os documentos invocados pelos defensores dos títulos papais à célebre herança de Pedro, para, enfim, chegar à conclusão de que não existe, em todo o mundo, pretensão mais insustentável e mais estulta do que essa.

o dos gentios. Eram, portanto, duas missões muito semelhantes quanto ao espírito de propagação do Evangelho, mas diferentes, quanto aos campos de apostolado. A ninguém é lícito supor que os dois apóstolos, consideradas as figuras preeminentes entre os seus colegas, tivessem deixado de cumprir as missões a que Deus *especialmente* os destinou.

Sendo assim (e é mesmo), não é admissível pensar-se que qualquer dêles pusesse entrave à obra de evangelização. Em tais circunstâncias, nenhum se deveria prender a esta ou àquela igreja, em particular, mas atender a tôdas as igrejas na área de sua jurisdição. E, ao invocar um episcopado geral, o mais credenciado, no caso, não seria Pedro, e sim Paulo, segundo o testemunho da Escritura, quando, em referência ao seu ministério, afirma que êle era pastor de tôdas as igrejas! (2.º Cor. 11:28 e At. 22:15). E note-se que "pastor de tôdas as ovelhas" não quer dizer ser pastor dos outros pastôres!

O famigerado jesuíta Franca, comentando a expressão de Cristo "Apascenta as minhas ovelhas", não via nisso o episódio da restauração de Pedro ao cargo de pastor, como os demais, no rebanho de Cristo, mas sim a passagem de Pedro de pastor a Supremo Pastor: Pedro, diz êle, é aqui nomeado PASTOR UNIVERSAL dos cordeiros e de tôdas as ovelhas de Cristo, sem nenhuma exceção".

Reitere-se o argumento anterior: Ser pastor de tôdas as ovelhas não é o mesmo que ser pastor dos pastôres, pois, se tal fôsse, S. Paulo, neste caso, também o seria, pois, claramente a Escritura, nos textos acima mencionados (2.º Cor. 11:28 e Atos 2 2:15) também é chamado "pastor de TÔDAS AS IGREJAS e de todos os homens". Sendo assim, se o argumento vale para o episcopado universal de Pedro, também o vale para o de S. Paulo, a quem, no entanto, Vocês romancistas não consideram que fôra bispo!

É inegável, pois, que contra a tese jesuítico-papista do decantado primado e episcopado romano de Pedro,

como já vimos, são inúmeros e tremendos os argumentos das Santas Escrituras.

* * *

O testamento de S. Pedro

Por fim, admitindo-se ter sido Pedro o Chefe dos Apóstolos, ou seja, ter tido êle o primado jurisdicional, isto em nada lhe daria o direito inalienável de outorga de tal poder ou chefia a seus pretensos sucessores, tanto mais que nem chegou a conhecer o primeiro dêles! Isto é lógico, especialmente levando-se em conta que não há um único passo bíblico que nos informe, implícita ou explìcitamente, de forma alguma, qualquer coisa a respeito de tal assunto, que, se de fato fôsse doutrina aprovada pelo Espírito Santo, sendo de tal relevância como é, sem dúvida deveria na Escritura constar claramente uma referência. No entanto, apesar dêsse mutismo, os "engraçadinhos" bispos romanistas enchem a bôca, dizendo-se sucessores diretos dos apóstolos, por direito divino, e que o Papa é o sucessor direto de S. Pedro!

Demais, se os papistas acham que S. Pedro lhes deixou essa herança divina de seu apiscopado, onde está o Testamento legando tal herança? Pois que, para que o chefe de uma instituição, em vida, faça a escolha do seu sucessor, tem de, fatalmente, deixar testamento neste sentido, e testamento com firma reconhecida em cartório etc. No caso em aprêço, o Cartório seria a Palavra de Deus, isto é, diríamos melhor, o Livro do Cartório, onde deveria existir tal Documento, tinha de ser, fatalmente, o Livro Divino, visto tratar-se, como alegam os papistas, de herança divina!

Ora, além de o Livro Divino não conter nada a respeito de tal assunto, o próprio Apóstolo S. Pedro, quando faz o seu testamento espiritual, em sua 2.ª Epístola 1:14-

-15, precisamente o momento mais propício de deixar o nome de seu herdeiro, não faz a menor referência a quem quer que seja. Não será isto prova bem sintomática de que nunca passou pela cabeça de S. Pedro tal idéia, a de legar seu Apostolado ou chefia ou seu bispado, como queiram, a quem quer que seja?

Mais triste para essa gente é que êles, derrotados no campo bíblico, recorrem à tradição *falível* do homem, para sustentar infalibilidade de um direito divino! Para tanto, elevam à categoria de *divino* o testemunho *falível* dos homens! Por isso mesmo, não nos daremos o trabalho de examinar tais documentos, porque são falsos os títulos, por serem igualmente falsos os testemunhos dos legatários!

Foi-se, caiu, abismou-se, fulminou-se, reduziu-se a cinzas o suposto primado de Pedro, e, com êle, os demais dogmas romanistas!

Adeus papado! Adeus, até o dia de Juízo! . . .

Credenciais dos apóstolos

Lançamos, em rosto, aos próceres do Catolicismo Romano, a sua triste e humilhante condição, perante as sociedades cultas, por estarem os seus ministros se arrogando o privilégio de sucessores diretos ou imediatos dos apóstolos, e, no entanto, não possuírem o mínimo "carisma" que lhes deveria servir de credencial para poderem convencer as inteligências dos homens desempoeirados.

Já lhes fizemos ver que será debalde algum dêles dizer a um paralítico: "levanta-te e anda" (porque nenhum paralítico andará mesmo!). Frisamos, ainda, que, tão certos estão, os pretensos sucessores dos apóstolos, da ineficácia do seu poder (que, afinal, não existe, senão nas suas cabeças), que jamais se mostraram dispostos a provar aquilo que homens inteligentes gostariam e até exigem que seja provado. Ora, êstes não estão dispostos a prestar cré-

dito a simples palavras, pois, qualquer homem de inteligência não se deixa convencer com palavrório ôco, sendo certo que nada convence mais, a respeito de uma doutrina, do que a demonstração prática de sua veracidade. Desta maneira foi que Jesus Cristo, ao proclamar-se Filho de Deus, demonstrou, com inúmeros milagres, que, de fato, era possuidor de plenos poderes divinos. Dêste modo Êle convenceu da veracidade da Sua santa doutrina aos judeus retos de coração, que, vendo as demonstrações irretorquíveis do poder de Jesus, por Êle se deixaram convencer.

Se Jesus apenas tivesse afirmado que era Filho de Deus, sem demonstrar, com obras e fatos, a veracidade das Suas palavras, não só não convenceria a ninguém, como ainda seria tido como impostor ou charlatão.

Consideremos agora o que se passa com os pretensos sucessores dos Apóstolos — os bispos (e em rigor também aqui deveríamos assinalar os padres, visto como êstes também se julgam com o poder de perdoar pecados). Vejamos o que se passa com êles. Arrogam-se os bispos *todos os privilégios* dos apóstolos, de cuja alta missão dizem-se continuadores, na face da terra. No entanto, podem êles dar a alguém prova de que, de fato, estão credenciados para se arrogarem o direito de usar de tão honroso, quão elevado título de sucessores dos Apóstolos?

Evidentemente que não, como já provamos; e continuaremos a provar.

E tão convencidos estão êles próprios de que *não têm o mínimo poder* para atuar nos domínios do milagre, de que os apóstolos eram senhores, que jamais fizeram uma tentativa em tal sentido. O fato é que ainda estamos a espera do primeiro bispo (já não dizemos padre) que, numa praça pública, ou mesmo em qualquer parte, tenha o arrôjo de dizer a um paralítico: "levanta-te e anda!" e muito menos dizer a um morto: "Eu te restituo a vida!"

Coisa curiosa, porém, é que êsses "ministros" proclamem, à bôca cheia, que êles são outros Cristos; não se contentam já com se declararem sucessores dos apóstolos!

Do exposto, resulta que êles não dizem ter o poder de fazer milagres, porque, se fizessem tal afirmação, sem demonstrar a veracidade, com fatos manifestos, seriam taxados impostores ou charlatães, e se tornariam, assim, alvos do escárnio e da irrisão das sociedades humanas!

Mas, não têm o menor pêjo em afirmar e propagar que têm o poder de perdoar pecados, (poder ilusório e fantástico, porque não existente, na realidade, como já provamos exuberantemente). Isto podem êles continuar a afirmar, porque ninguém lhes pode exigir uma prova de uma coisa que se não vê, e nisto consiste a defesa dêles!

Mas, afirmem, então, que têm, também, o poder de fazer milagres, como tinham os apóstolos!

Mais uma vez somos forçados a exclamar: "Hoc opus hic labor est!" E é mesmo neste ponto que existe a maior fragilidade do episcopado. Cremos mesmo que a mais deprimente humilhação para o episcopado romano é a falta do carisma de realizar milagres! Igual humilhação é extensiva ao papa, porque também êle é destituído do poder de fazer milagres! Ora, isto é tremendo para quem se arroga a *dignidade,* o *poder,* os *direitos* e os *privilégios* de *"sucessor"* de Pedro ou dos demais apóstolos!

Portanto, perguntamos:

Que espécie de *"sucessores"* são êsses que não têm os poderes dos seus antecessores? Já se viu, por exemplo, algum rei que não tenha os poderes do seu antecessor? O contrário só pode admitir-se na hipótese de alguma lei ou decreto, limitando o poder de um rei sucessor. Será que isto tenha sucedido na Igreja Católica? Haverá alguma lei que limita o poder dos sucessores dos apóstolos?

Se assim é, pobre papa e pobres bispos que, por lei de Deus ou dos homens, foram privados do poder dos seus antecessores — Pedro e os demais apóstolos!!

Mas, neste caso, por que se arrogam, então, os *"legítimos"* sucessores dos apóstolos, dotados dos *mesmíssimos poderes e direitos* dêstes?

Coitados dêles! Míseros "sucessores", que nada valem e nada podem, ao pés dos seus antecessores!!

De que valem, então, as suas fanfarronadas e arrogâncias, se se apresentam ao mundo como detentores de poderes iguais (e até superiores!) aos de Cristo e apóstolos?

Não, senhores romanistas, se não apresentam Vocês as credenciais de sucessores dos apóstolos, visto que são absolutamente destituídos do dom de fazer milagres, [1] ninguém os poderá tomar a sério!

---

[1] Não desconhecemos a existência de vários supostos milagres, atribuídos a santos, a relíquias ou à intercessão de *N. Senhora de Lurdes*, de *N. Senhora de Fátima*, de *N. Senhora Aparecida* etc. Supondo mesmo que não haja fraude nos muitos casos, a maioria contados e não comprovados, ficamos sempre na posição que deve tomar qualquer espírito reto e desempoeirado: *exigir prova*.

Ora, em um ou outro caso de pretenso milagre, apenas se pode observar o fator "*sugestão*", de valor psicológico muito mais forte do que muitos podem supor. Se assim não é, por que não apresentaram, até hoje, um caso único de milagre realizado em qualquer mortal com perna de pau, sem um braço ou com um ôlho de vidro, e que, depois do "milagre", tivesse a perna, o braço ou o ôlho reconstituído? E já não falamos da ressurreição de um cadáver, de mais de 24 horas!

Ora, em qualquer dêsses casos, não é possível admitir-se a "sugestão". E é por isso mesmo que até hoje, nenhum dos ministros romanistas apresentou um único, sequer!

Sendo assim (e é mesmo), como poderão os senhores abatinados convencer da veracidade da existência dos milagres propalados por êles?

Mais uma vez afirmamos que, com patranhas ou embustes, não se convence ninguém!

Para exemplo de como a "sugestão" tem poderes fantásticos sôbre o organismo humano, basta citarmos um caso referido pelo sábio francês Le Dantec, no seu livro intitulado "O Conflito". Homem de ciência, como era, não acreditava em milagres, de que êle tanto ouvia falar, como os que diziam realizar-se em Lurdes (na França). No entanto, como era espírito reto, resolveu acompanhar uma "peregrinação" à pequena cidade do Norte dos Pirineus, onde se dizia ter aparecido a Virgem à pequena Bernardete Soubirous. Em tal sentido, tomou lugar no comboio que conduzia a "peregrinação" referida. Em meio da viagem, mais ou menos, houve uma parada de certo tempo, o que permitiu aos viajantes deixarem o trem, para visitarem os arredores. Entre os muitos "peregrinos", ia um paralítico estendido em uma *maca*. Quando era êste conduzido, por dois homens, através da linha férrea, aproximava-se um comboio, rápido, em sentido contrário. À voz do chefe da estação, para que todos fugissem da linha, os que conduziam o paralítico fugiram também, abandonando-o à sua triste sorte! Na iminência de morte certa, o paralítico contorcia-se na maca, suplicando, em alta voz, que o salvassem. Mas, ninguém se atreveu, porque o perigo de morte era iminente. Foi, então, que se deu o imprevisto: o paralítico, ao avistar a máquina do comboio, que se aproximava em grande velocidade, disparou a correr, deixando todos boquiabertos!

Então, o sábio Le Dantec, que a tudo assistira, estarrecido, disse,

Outros sinais ou marcas divinas do verdadeiro apostolado.

Já demonstramos que um dos *sinais* do verdadeiro apostolado seria a operação de milagres, que os pretensos sucessores dos apóstolos não possuem. Mas, S. Paulo nos apresenta outras credenciais do apostolado, que, evidentemente, os mesmos papistas também nunca possuíram, nem possuem.

Quais são essas outras credenciais?

1.ª — *Ser testemunha ocular da ressurreição de Cristo*" (1.ª Cor. 9:1). Aliás, esta credencial também foi referida por S. Pedro em At. 1:21,22.

2.ª — Subdivide-se em várias, a saber: a) A "paciência" (isto é, a tolerância); b) "os milagres"; c) "os prodígios", e d) "as virtudes" (2.ª Cor. 12:12), e tudo isso, para o fim especial de exporem a tôdas as nações as condições de perdão e reconciliação com Deus, a fim de "tomar o Senhor" dentre os povos gentílicos, "um povo para o Senhor" (At. 16:14).

---

de si para si: "Não tenho necessidade de ir a Lurdes, porque já vi um milagre!"

Assim, aquêle sábio tirou a conclusão científica de que as convulsões por que passou aquêle desgraçado paralítico imprimiram mobilidade aos seus nervos amortecidos pela paralisia, facultando-lhes o movimento, que o salvou da morte certa! Isto mais convenceu o citado sábio de que, a dar-se um pretenso milagre em Lurdes, não poderia ser superior àquilo que os seus olhos viram! E aqui está o segrêdo do que são os tais "milagres"!

Talvez aquêle sábio francês não tivesse pensado numa possibilidade que também se nos pode apresentar à mente: o caso de aquêle "paralítico" ser um impostor, "encomendado" para a representação de uma fraude clericalista! Mas, nesta hipótese, ainda seria pior para os créditos dos milagres propalados pelos romanistas! Entretanto, tantas são as mistificações e os embustes nos chamados "milagres" romanistas, que somos inclinados mais a esta hipótese: de ter sido aquêle "paralítico" um, dentre os muitos, que estava fingindo sê-lo, para ilaquear a boa-fé dos incautos "peregrinos"!...

De resto, quem quiser verificar melhor a "história" de Lurdes, pode ler o livro "Lurdes" de E. Zola. "História" idêntica se deu com Fátima, ùltimamente desmascarada com o livro saído da pena candente do eminente escritor luso Tomás da Fonseca. ("Fátima", publicado pela Editôra Germinal, do Rio)... E outros...

É o caso para se perguntar: Poderão, acaso, os senhores bispos (já não dizemos padres) da Igreja Romana demonstrar que possuem essas credenciais, que aí ficam? Poderá, cada um dêles, dizer como S. Paulo: *"não vi eu* a N. S. Jesus Cristo"? Poderá, cada um dêles, provar que foi "testemunha ocular da ressurreição" de Cristo, segundo o que o próprio S. Pedro, pelo Espírito Santo, como credencial divina, exige para o apostolado em At. 1:21, 22 ? Poderão exibir a prova dos "milagres" e "prodígios", cujos poderes êles nunca possuíram, nem possuem? Poderá, cada um dêles, muito especialmente do 3.º século a esta parte, provar que possui aquelas virtudes da "paciência" (ou seja, tolerância) e as demais "virtudes" a que alude o Espírito Santo, através de S. Paulo, em 2.ª Cor. 12:12 ?

Nenhuma dessas virtudes, e muito especialmente a da tolerância, os senhores bispos romanistas têm demonstrado possuir, porquanto, como já temos sobejamente demonstrado, em várias referências, não há, entre êles, o menor espírito de tolerância. Pelo contrário. A maior encarnação da mais execranda intolerância é, precisamente, o sistema papal entranhadamente detestado por todos os espíritos alevantados e desempoeirados, pelos séculos em fora, dado que o Catolicismo Romano se patenteou ser o mais ignóbil e figadal inimigo da liberdade das consciências. Basta lembrar os horrores e torturas da "Santa Inquisição"! . . . E não pense ninguém de boa-fé que essa intolerância já passou à História! Não! Deixaram de fazer-se, apenas, os autos-de-fé, em que se queimavam pessoas vivas, vítimas do ódio e da intolerância jesuítico-papista, porque as nações já se libertaram da tutela miserável e detestável de Roma (algumas só oficialmente, ou em teoria, porque, na prática, ainda se mantêm escravas da Roma papal); mas, a mesma intolerância perdura *per infinita saecula saeculorum,* através do célebre "Syllabus", que é o documento mais completo originado nos cérebros jesuítico-papistas contra tôdas as liberdades humanas, que levaram séculos e séculos a conquistar-se, sobretudo, a li-

berdade de consciência, a pérola mais preciosa dos povos da mais alta mentalidade e progresso!

E, se não possuem esta virtude basilar do espírito apostólico — a tolerância — mas, ao contrário, estão em absoluta e total contradição com êste espírito, como poderão possuir as demais virtudes *que marcam, nìtidamente,* os "carismas" do espírito apostólico?

"Dado, pois, o caráter do Apostolado, e dos Apóstolos, como embaixadores extraordinários, munidos de credenciais intransmissíveis, é evidente serem completamente vãs as pretensões do bispo de Roma e de todos os bispos católicos romanos de possuírem na Igreja autoridade apostólica".

Resposta a outras sandices euripidinas

Diz Eurípides, à página 232 do seu livro, falando a um "amigo católico, apostólico, mas não romano" (real ou fantasiado pelo autor?), que êle tinha necessidade "de rever e reconsiderar com mais atenção a doutrina do primado de Pedro". Ao escrever tais palavras, mal poderia pensar "mestre" Eurípides que, mais do que o tal "amigo", é êle próprio quem *"necessita* (e muito!) *de rever e reconsiderar com mais atenção* a doutrina do primado de Pedro".

É sempre a eterna históriá da cegueira e falsa caridade para com o próximo! Temos aqui um "líder" romanista, como o do caso narrado por Cristo no Seu Evangelho, o daquele "cego" que não via a trave no próprio ôlho, mas teve habilidades para ver um pequeno argüeiro no ôlho do vizinho!

É assim mesmo, Eurípides! Você, mais do que ninguém, "necessita" *disso* que indica ao seu "amigo". Reveja e reconsidere, *"com mais atenção,* a doutrina do primado de Pedro", à luz das verdades que deixamos bem patentes e que Você (com tôdas as inteligências da caterva

papista) não conseguirá jamais destruir, e terá de reconhecer (se o seu cérebro não está desprovido da faculdade de raciocinar), quão errado está e quão longe e arredio anda da verdade.

Que triste e lamentável figura Você faz, constituindo-se propugnador do maior êrro doutrinário e da mais fantástica mistificação que reza na história — o papado romano!!

Ai daquele que saia a terreno em defesa de tal mistificação! É o mesmo que descer a um tenebroso labirinto, onde, fatalmente, ficará desnorteado, acabando por se perder irremediàvelmente!

Por isso, Eurípides, reveja e reconsidere o assunto *"com mais atenção"*, porque talvez ainda esteja a tempo de arrepiar caminho.

Depois desta exortação, passemos a esfrangalhar mais um dos pobres argumentos, como aliás todos os que "mestre" Eurípides soube escrever em seu paupérrimo livro.

Muito sentenciosamente, fazendo o papel de cego de um só ôlho (é, pois, rei em terra de cegos) e julgando que está falando para cegos dos dois olhos, o "líder" católico de terras do Brasil pergunta ao tal "amigo", se viu "uma sociedade sem diretor". Depois, acrescenta: "até um clube de futebol terá seu presidente", etc. etc.

Nós, que, pela graça de Deus, percebemos tudo, até nos ares, sabemos perfeitìssimamente aonde êle quer chegar . . . Por isso, desde já lhe atalhamos o passo, reduzindo-o à inutilidade.

Em guarda, pois, Eurípides!

Já que Você puxou da espada, terá que se agüentar na luta até à total e vergonhosa derrota!

Fique sabendo que todo o seu palavreado, com os *argumentozinhos* aduzidos, para ver se consegue demonstrar a legitimidade de um Papa na Igreja, não passa de frágil balela que uma criança é capaz de destruir. Para levar por diante o seu propósito, para demonstrar aos que não são lorpas ou analfabetos o que Você pretende, deveria simplesmente mostrar-lhes, com a História da Pri-

mitiva Igreja na mão, que nela houve um "Chefe" ou um "Presidente".

Mas tudo isso ficou reduzido a escombros, com os indestrutíveis argumentos por nós empregados.

Não traremos à baila os mesmos argumentos, pois desejamos dar-lhe mais uma liçãozinha, para lhe tirar da cabeça qualquer ilusão que ainda possa restar.

Então, oiça, Eurípides!

Como Você tem obrigação de saber, há várias formas de govêrno nas sociedades humanas. A Igreja, de que Você se constituiu lacaio, adotou a forma teocrática, ou seja, a monarquia mais absoluta e despótica que até hoje a história conhece. E tanto assim é, que o seu Rei e Senhor — o Papa — não tem de prestar contas a ninguém do que faz, nem mesmo é lícito a nenhum dos seus súditos discordar de qualquer de suas ordens, etc.

Mas, Eurípides, tal sistema está em contradição manifesta e absoluta com o govêrno da Igreja Primitiva, dos tempos apostólicos, como exuberantemente já lhe demonstramos. Logo, sua igreja colocou-se muito longe da Primitiva Igreja. Por isso, muitos e muitos a repeliram e temos fé em Deus de que muitos mais venham a repelir.

Deixe-se, pois, de patranhas e aprenda, que tem muito que aprender.

Ignora Você que em Roma houve um período em que a autoridade ou govêrno da República estava confiada não a um, mas a dez — os Decênviros?

Será que Você desconhece que na República de Veneza a suprema autoridade estava no "Conselho dos Dez"?

E no nosso País, apesar de um supremo magistrado — o Presidente da República — não dependem as leis da aprovação dos dois órgãos mais importantes da Nação — a Câmara e o Senado? Onde a semelhança do nosso Presidente com um Papa déspota, que pode fazer o que lhe vier à cabeça, sem que ninguém o chame à responsabilidade dos seus atos? Onde a semelhança de um "presidente" de clube de futebol, de que Você fala em seu livro, com o seu

"Sumo Pontífice" — o Papa? Será que um presidente de clube de futebol faz o que lhe apetece, ditando leis a seu belo talante no mesmo clube?

Não, Eurípides! O presidente apenas preside às sessões, etc., mas, quem manda é a Diretoria, que até tem poder para demitir o presidente. É assim na sua Igreja? É assim que acontece com o seu Papa? Pode algum organismo da Igreja Católica ter fôrça para destronar um Papa?

Já vê, Eurípides, o labirinto em que Você se meteu? Será capaz de responder, em têrmos que o deixem bem colocado?

Aí tem a consistência dos seus míseros argumentos!

Para que quis passar por campeão do papismo?

Vejamos, agora, mais um *argumentozinho,* aduzido por "mestre" Eurípides.

Como quem está muito senhor do seu papel, e julga, talvez, fazer uma grande descoberta, diz êle, à página 234 do seu livro: "Insistem certos inimigos do papado na suprema autoridade do concílio ecumênico. Se é, porém, soberano e infalível o concílio, é, então, perfeitamente válida a resolução do concílio que proclama a autoridade e a infalibilidade pontifícia . . . Ou o Concílio já não é mais soberano?"

Está-se mesmo a ver que o "líder" ficou radiante com a sua tirada final, como quem dá mostras de, também, saber usar de argumentos com inteligência. Mas, ao contrário do que êle pôde supor, todo êsse seu palavreado não passa de poeira que o vento repele para bem longe!

Antes de mais, somos forçados a aplicar mais uma forte palmatoada ao "menino" Eurípides e perguntar-lhe: Quem o mandou falar em "concílio infalível"? Acaso, ignorará que foi preciso aparecer, debaixo do sólio por onde passou o antigo monge Hildebrando e outros da mesma laia, um Giovanni Ferreti para dogmatizar o dom da "infalibilidade"? Quem, no campo evangélico genuíno (ou protestante, como Você achar melhor) falou em "concílios infalíveis"?

Ora, valha-lhe a Senhora Aparecida, a ver se o livra de tal vida! . . .

Patranhas como as da "infalibilidade papal", só podem admitir-se em crânios ocos ou mal povoados de massa fosfórica!

Demais, sendo certo que nem há liberdade para os que tomam parte em assembléias como a do chamado Concílio do Vaticano, que valor pode ter o que ali é dogmatizado? Ignora, acaso, Você, Eurípides, a coação, não sorrateira, mas evidente, de que são alvo os membros de qualquer concílio romanista?

Se ignora, queira ler o "O Papa e o Concílio" e verá bem demonstrada a verdade do que estamos afirmando e mais o que Você e seus mestres abatinados não gostam de ver, mas que não são capazes de contestar (o que aliás já fizemos ver, em capítulos anteriores). É neste ponto que reside o mais tremendo desaire e a suprema vergonha para a sua igreja! Sim, Eurípides! Ela condena êsse e outros livros semelhantes que demonstram, a flux, as suas deploráveis mazelas e erros grosseiros; mas não é capaz de mostrar que tais livros são mentirosos, ou que é falso o que nos mesmos se afirma!

Sendo assim (e é mesmo), a sua igreja degrada-se, amesquinha-se, avilta-se até ao ponto de condenar e anatematizar a verdade e aquêles que a proclamam e defendem!!

Tal é, Eurípides, o inqualificável tremedal em que se precipitou a Igreja que Você, irrefletidamente, por fingimento ou bajulação, pretende exaltar e defender!! Ela, que deveria ser a principal propugnadora da verdade, se fôsse a verdadeira Igreja de Cristo, tem-se convertido na maior perseguidora da verdade personificada em Jesus.

Quantas perseguições sem conta, e das mais variadas espécies, tem feito a sua igreja contra aquêles que ensinam, não mentiras ou erros, mas verdades firmadas nas Sagradas Escrituras?! Se vamos aluir os diques do caudal das monstruosidades efetuadas por sua Igreja, contra aquêles que levantaram suas vozes em defesa da verdade pura con-

tida nos livros santos, a torrente é tão forte, que ameaça subverter-lhe os próprios alicerces! . . .

* * *

Uma das notas mais curiosas e mais ridículas ao mesmo tempo, do livro de Eurípides, certamente inspirado no "colosso" (!) jesuíta Leonel Franca, é o estribilho: "Primeiro, Pedro"! Tal estribilho, como infantil e miserando recurso para pretender demonstrar o decantado "primado de Pedro", é realmente, de provocar-nos o riso!

É que tôda essa série de *argumentozinhos*, cuja conclusão é o estribilho "Primeiro, Pedro", não chega a fazer nem sombra de argumento. É como um grupo de garotos que, embora juntos, não fazem um homem, e não estão, portanto, em condições de defrontar um homem, sobretudo um hábil duelista, capaz, dêsse modo, de derrotá-los e até aniquilá-los, se êles, insensata e estùpidamente, pretendem atalhar-lhe o passo. Tal a fôrça e resistência que oferecem os *argumentozinhos* euripidinos, que êle bebeu na fonte do colossal (!) jesuíta Franca!

Vejamos um ou outro dêsses *argumentozinhos*.

Diz o "líder" católico romanista: "Durante a sua pregação apostolar, era a barca de Pedro a preferida por Cristo, que dela doutrinava as turbas". Desta premissa, pretende o ex-pastor luterano tirar uma ilação tão descabida, quão tôla (que até nos faz rir!): "Logo, primeiro, Pedro"!

Homem! Você é fantástico! Se Você nos dissesse que Jesus tinha preferência pela barca de Pedro, era fácil de admitir-se, porque tal conclusão está contida na premissa. Mas, pretender provar que a preferência era por S. Pedro, é fantasia da sua cabeça, que parece ter a dominá-la um cérebro em más condições, pois, dizer-se que "era a barca de S. Pedro *a preferida* (o grifo é nosso) por Cristo", não significa preferência pelo dono da barca. Veja se encontra alguma sumidade clerical, de batina preta ou vermelha, capaz de destruir êste raciocínio.

Diz ainda, "mestre" Eurípides: "Se se demora o Mestre em Cafarnaum, na casa de Pedro é que se hospeda". E fica tão satisfeito, "mestre" Eurípides, com a inteligência que lhe forneceu argumentos do jaez dêste e do antecedente, que até parece ter feito uma descoberta superior à da pólvora!

Qualquer leitor de inteligência mediana está em condições de saber compreender a pobreza, a inanidade e o ridículo de tais *argumentozinhos*!

E então, porque um homem (no caso trata-se do Homem-Deus) tem preferência por uma barca ou por uma casa, pode deduzir-se daí que tenha preferência pelo dono da barca ou da casa? Não sucede, até, muitas vêzes, um cavalheiro gostar muito de uma propriedade qualquer, mas não gostar do dono dessa propriedade, e muito menos por êle ter preferência?

Além do mais, a casa não era só de Pedro! Era também do seu irmão André! Logo, havia dois papas, no caso! (Marc. 1:29). Também Jesus, como sua família, tinha CASA em Cafarnaum, e não precisava *hospedar-se* na de Pedro e André. Não é mesmo, mestre Eurípides" (Marc. 2:1).

E em que escola aprendeu Você, Eurípides, a raciocinar dessa maneira? Então, isso é lógica? Só se fôr lógica jesuítica! Acaso, tem qualquer dêsses irrisórios argumentos fôrça lógica para provar que S. Pedro foi o "primeiro papa"?

Que o próprio S. Pedro de quem Você é tão amigo, que lhe acuda e lhe ajude a tirar da cabeça os miasmas que ela parece conter. E, enquanto não fôr capaz (e nunca o será!), de provar com argumentos irrefutáveis, bem claros, tirados das Sagradas Escrituras, que S. Pedro deu ordens no Colégio Apostólico, que êle mandou nos outros apóstolos, ou que êle exerceu sua autoridade sôbre a Igreja, enquanto não provar isso, nem Você, nem tôda a caterva jesuítico-papista poderá convencer qualquer inteligência desempoeirada a respeito da patranha do tal decantado "primado de Pedro".

E, admitindo-me, mesmo, que a predileção de Cristo recaísse sôbre a pessoa de Pedro, a ponto de preferir-lhe a barca e a casa, acaso prova isso que era êle o chefe ou o Príncipe dos Apóstolos, o Vigário de Cristo, o Papa? Acaso, outros motivos não poderiam, muito judiciosamente, influir, no Mestre, para tal preferência?

Argumentozinho tolo é também o que Você invoca, na página 241, quando afirma que S. Paulo, na carta aos Gálatas *"insinua claramente a preeminência de Pedro"* (o grifo é nosso), pelo simples fato de êle ter ido a Jerusalém e ficado com Pedro 15 dias! E, daí, conclui, em ares de triunfo, citando S. Jerônimo: "... foi prestar as homenagens ao primeiro apóstolo"! Ridícula, infantil, tal conclusão: o fato de Paulo, ou seja lá quem fôr, ir visitar a um amigo, e com êle permanecer 15 ou 30 dias, não pode ser prova, nem aqui nem em parte alguma, para qualquer cérebro que raciocina um pouco, de reconhecimento de uma preeminência ao visitado. Só mesmo na cabeça de um papista da marca euripidina é que se concebe tal lógica!

Eurípides, francamente, com semelhante lógica Você daria um magnífico padre jesuíta, e não sei por que Você não quis vestir batina! Ainda está em tempo, Eurípides!

Fora com embustes e mistificações, jesuíta disfarçado!

Pretensa ação benfeitora do Papado

Afirma Eurípides, à página 243 do seu livro: "Ademais, nenhuma Instituição se pode apresentar com as credenciais do papado!"

Sim, Eurípides, estamos de acôrdo, que não há mesmo sôbre a face da terra tão monstruosa instituição como a do papado, que se arroga até direitos divinos e procura escravizar as nações sob seu tacão despótico e tirano! Essas são, entre outras, as suas tristes credenciais, de que a História constitui o mais tremendo libelo, como já vimos, sobretudo citando "O Papa e o Concílio", em cujas páginas de fogo, e até hoje não refutadas (e que jamais

poderão sê-lo, porque contra fatos não há argumentos), êsse papado está descrito com o ferrête mais ignominioso de que há menção nos anais!

Você parece desconhecer (ou finge, o que é mais certo) a história negra e tremendamente diabólica dessa gente, salvo raras exceções.

Você nunca ouviu falar, ao menos, da existência de um livro intitulado "Mistério da Iniqüidade" ou a história do papado, de eminente escritor francês do século XVI ? É obra rara, hoje, por ter sido "boicotada" pelo clero, mas, caso não seja encontrada, mais fácil lhe será conseguir "O Papa e o Concílio", que possuímos, e que existe nas principais Bibliotecas do País. Oiça, pois, o testemunho de "Janus", dessa obra que Você não deveria desconhecer, como intelectual e professor de uma Universidade, e, além de tudo, julgando-se, pelo seu palavrório, *conhecedor* da história do papado. Pois é êsse testemunho que invocamos para descoroçoá-lo e reduzir a cinzas todo o seu arrazoado inverídico e bajulatório.

Eis o que escreveu "Janus":

"Aquêle que estuda os destinos da igreja em sua conexão íntima há-de, mau grado seu, reconhecer que, do undécimo século para cá, a história da Igreja não deixa lobrigar um ponto, onde o olhar do indagador ou do crente possa fixar-se com verdadeira satisfação. Se quiser remontar às causas que têm trazido a corrupção à vida eclesiástica, — essa corrupção tão evidente, e que, daquela época em diante, tem aumentado sem cessar em profundeza e em superfície, — fatalmente será sempre levado a reconhecer como causa primordial dessa degenerescência o aniquilamento da antiga instituição do primado, e a *sua transformação em papado*. Realmente, se é manifesto que, por um lado, parte das fôrças da igreja católica teve origem na primeira dessas instituições, logo que, ao revés, nos pusermos a considerar a igreja antiga (desde o tempo dos apóstolos até mais ou menos 845), forçados seremos a

admitir que, tal qual o vemos, *já não é o papado na igreja mais que uma excrescência mórbida e disforme, que a oprime, a debilita, e lhe consome o mais puro de suas fôrças vitais.* (Grifos nossos).

"Vão agora, após longos preparativos, pôr a última demão ao sistema que arruína a igreja, esperando com a doutrina da infalibilidade papal circundá-lo de inexpugnável barreira. A todos os amigos da igreja e da sociedade, de que aquela é um dos elementos vitais, toca, portanto, o dever de buscar, em proporção dos seus conhecimentos e da atividade que lhe coube em sorte, o meio, se o houver, de arredar *uma catástrofe tão iminente*" (o grifo é nosso).[1]

"A Igreja Romana, diz A. Smith em seu livro *The Wealth of Nations,* é o mais formidável sistema que jamais se tenha formado contra a autoridade e segurança dos governos civis, bem como contra a liberdade e felicidade dos povos".

Acrescente-se a tudo isso a adulteração do sistema papal ao plano da salvação, com suas inúmeras inovações, conforme vimos através de vários capítulos desta obra: confissão auricular, absolvição sacerdotal, indulgências, missas de corpo presente, de sétimo dia, de 30.º dia, de aniversário, etc., etc., francamente mercantilizados simoníacamente os dons e as graças de Deus!

E é a respeito de tão detestada instituição (o papado), que Você, Eurípides, tem ainda o cinismo revoltante e asqueroso de enaltecer com foros de divina, "bíblica e històricamente", quando afirma: "Pela sua origem divina (!) como provado ficou, bíblica e històricamente; e pelos inestimáveis serviços por êle prestados à humanidade" !

"O tempora! O mores!"

Onde "provado ficou" ser de origem divina tal instituição?! Onde? Só se é na sua cabeça, que "prova" tudo! No que escrevemos sôbre o tão decantado "primado de

---

[1] "O Papa e o Concílio", pág. 337, 338, ed. de 1930 — Saraiva e Cia. — S. Paulo.

Pedro", já provamos exuberantemente que sua origem nada tem de divino, e sim, de muito humano, e de baixíssimo calão humano, cuja pedra angular é o orgulho, a soberba, a vaidade, a ambição de mando e a mais aviltante e ignominiosa presunção, que se vem observando também pelos séculos em fora!

Dos 262 Pontífices [1] apontados pela igreja romana, como *sucessores* de S. Pedro, a maioria absoluta foi devassa, libertina, corrupta, e os que não eram depravados, eram pelo menos profanizados, salvo um caso ou outro. E tanto isto é verdade, que o próprio Eurípides, fazendo a apologia do papado, apenas citou meia dúzia que, no seu conceito, realizaram obras de benemerência humana, foram benfeitores da Humanidade. Mesmo nesses poucos citados por êle, vamos provar, pela história, que nenhum fêz coisa que lhe outorgue o título de benfeitor da humanidade.

Ponhamos tudo a claro, de harmonia com a História, que parece ser coisa que não interessa a "mestre" Eurípides, pela queda especial que tem êle de fazer "historietas" para crianças.

Quanto ao papa S. Leão, a darmos crédito às parlapatices de Eurípides, que afirma ter êste Pontífice feito "recuar o selvagem Átila", concluiríamos que o grande chefe bárbaro teria sido vencido pelo papa! Mas, a verdade histórica é bem diferente!

Com efeito, a história nos diz que o papa S. Leão temendo que tôdas as fôrças dos hunos, que já tinham devastado Pádua, Verona, Bréscia e Pérgamo, além de terem submetido Pávia e Milão, caíssem impiedosamente sôbre Roma, dirigiu-se ao acampamento de Átila, *implorando-lhe* que poupasse aquela cidade!

Átila, vendo diante dêle um ancião, em atitude humilde, e para mais, chefe religioso, revestido de suas insígnias sacerdotais, em face das súplicas do Pontífice, desis-

---

[1] Qual o numeral cardinal correspondente ao que Você escreveu no seu livro — "duodécimo sexagésimo segundo"?

tiu de conquistar Roma, tendo, no entanto, *exigido um tributo anual,* condição aceita por S. Leão.

Ora, Eurípides, isto é que é a verdade histórica! Se quiser certificar-se desta verdade, consulte qualquer compêndio de História Universal, e muito especialmente o da autoria do Pe. José Alves Matoso, que veio a ser bispo da Diocese da Guarda, em Portugal — 2.º volume, 11.ª ed., pág. 13.

Quanto ao papa Gregório, o Grande, não era pròpriamente a civilização da Inglaterra que lhe interessava, mas, sim, alargar os seus domínios nas Ilhas Britânicas, para aumentar, assim, o seu poder e esfera de ação.

Do mesmo modo, não interessa ao papa de hoje o progresso ou a felicidade do Brasil, mas sim que êste seja vassalo ou tributário do Vaticano.

Ao papismo, portanto, não interessa, pròpriamente, um Brasil progressivo, à margem da influência e do domínio clericalista. O que interessa é um Brasil fanatizado, servo submisso e lacaio obediente a tôdas as ordens e instruções dimanadas do Vaticano.

Só quem não tem inteligência desempoeirada é que não compreende essa tremenda e candente verdade que Rui muito bem viu, assim como outras fulgurantes figuras da história brasileira, inclusive o Duque de Caxias, êsse grande herói nacional, que fôra excomungado pela Igreja, por se recusar a ser-lhe lacaio, visto que era maçom de caráter impoluto!

Fique sabendo, Eurípides, que à Igreja, à qual Você se escravizou, não interessa, nem jamais interessou a civilização ou a felicidade dos povos e nações. O que sempre lhe interessou e continua interessando é que êsses povos e nações se submetam ao seu jugo despótico, como servos diante do seu *Senhor* — o Papa!

Acaso, ignora Você, Eurípides, que, antes de D. Sebastião de Portugal partir para a guerra, que lhe seria fatal, contra os mouros do Norte da África, o papa lhe fêz a concessão de todos os territórios norte-africanos, com

poder para o rei de Portugal dêles dispor à vontade? Haveria também, aqui, na intenção do papa, algum desejo de civilizar o Norte da África, ou não seria antes o seu desejo incontido de escravizar ao seu jugo mais aquêles muitos milhares de mouros?! "Histórias" e mais "histórias" é o que você sabe apregoar sôbre os papas!

Quanto ao papa Gregório VII, diz você que êle enfrentou o "despotismo" dos imperadores germânicos, mas a história nos diz o contrário: o imperador germânico Henrique IV é que teve de enfrentar o despotismo, a arrogância, a prepotência e a perfídia dêsse soberbo papa, que, por fim, teve de se curvar, até ao ponto de acolher-se à proteção dos normandos das duas Sicílias, e fugir para Salerno, onde veio a morrer, fora, portanto, de Roma, que êle não pôde defender contra as fôrças daquele imperador alemão! Eis o testemunho da história, que Você adulterou, Eurípides: "Henrique IV convocou um conciliábulo (assim lhe chama o Pe. J. Matoso), onde fêz depor o papa Gregório VII e elegeram o antipapa Clemente III, e em seguida foi pôr cêrco a Roma. Depois da tomada dessa cidade, Gregório VII, protegido pelos normandos das duas Sicílias, retirou-se (o Pe. Matoso deveria antes ter escrito *fugiu*) para Salerno, onde faleceu . . ." (Ob. cit. do Pe. Alves Matoso, vol. 2.°, 11.ª ed., pág. 51). Aí tem, Eurípides, em que terminou a prepotência e a arrogância dêsse *valente* papa: teve de *fugir* de Roma, abandonando o seu pôsto.

Quanto ao fato de o papa Silvestre II apoderar-se da Ciência, no período mais obscuro da Idade Média, como refere Eurípides, êle não o fêz para se tornar difusor da mesma e dar liberdade de pensamento, aos cientistas, de usá-la a seu talante, mas, para, através dela, escravizar mais e mais os povos ao seu predomínio despótico de corpos, de mentes e de almas! [1]

Se o papa Urbano II guerreou o maometismo, não o fêz com o objetivo de "salvar a Europa e as raças latinas"

[1] Apoc. 18:13.

do domínio maometano, mas para salvar a sua pele ameaçada!

O que se passou entre Pio VII e Napoleão Bonaparte foi coisa muito diferente do que refere Eurípides. Quem der ouvidos a seu palavreado, poderá pensar que Napoleão fêz diante do papa Pio VII o papel de algum sacripanta ou subserviente! Nada disso! A História nos refere que o papa Pio VII foi prêso por aquêle guerreiro e conduzido para Fontainebleau, coisa que o "menino" Eurípides pode aprender em qualquer compêndio de História Universal, já que não se recorda do que aprendeu no Ginásio. Mais uma vez, pois, Eurípides nos dá a triste impressão de ingenuidade, como se estivesse a escrever para ignorantes ou lorpas! Demais, ainda com referência à humilhação a que Napoleão submeteu êsse papa, basta saber-se o que nos relata a história: êle fôra expressamente a Paris, para ver se caía nas graças de Napoleão, fazendo-o coroar Imperador. E conta-se, até, que, na ocasião em que o papa Pio VII ia colocar-lhe sôbre a cabeça a coroa imperial, Napoleão apoderou-se da coroa, e, em gesto de quem estava pouco ligando àquele "palhaço", foi êle mesmo quem pôs a coroa na cabeça, como se dissesse que não era escravo do papa, nem precisava de suas graças!

Então, Eurípides, foi Napoleão humilhado pelo papa Pio VII, ou foi êste quem sofreu a mais degradante e vergonhosa humilhação, aos pés daquele guerreiro?

E, quanto a Pio XI, que Eurípides afirma que "enfrentou Hitler e Mussolini", não é verdade. Êsse Papa, reconhecendo que as fôrças da Democracia eram superiores às do nazi-fascismo, procurou colocar-se ao lado destas, sem, contudo, nada ter feito ou conseguido, fazendo sempre o jôgo jesuítico de procurar *agradar* a gregos e troianos, para ficar bem com qualquer vencedor.

Porque à Igreja só interessa estar sempre com aquêles que estão por cima, isto é, no mando.

A êste respeito, basta um ligeiro olhar sôbre o que se passou, ùltimamente, no Brasil. Tôda a gente, com

olhos capazes de ver, sabe perfeitamente que o adversário mais perigoso contra o candidato J. K. foi o clericalismo dominado (como não pode deixar de ser) pelos prelados. Mas, eis que, com grave apreensão e aborrecimento para êstes, J. K. ascendeu ao poder. Então, para surprêsa de muitos brasileiros que têm os olhos fechados, e não percebem o jôgo de contínuo malabarismo, em que é hábil o ultramontanismo, que os prelados e a sua luzidia côrte se *desfazem* em cortesias para com o mesmo J. K.! E o certo é que, com tal arteirice têm conseguido do sr. J. K. quase tudo que lhes tem apetecido!

E já que Eurípides faz referência à "imensa fôrça moral" do Papa Pio XI, em que sentido e a propósito de que "enfrentou" êle "as arrogâncias de Hitler e de Mussolini"? Acaso, alguma vez, aquêles ditadores deixaram de fazer o que bem quiseram? Acaso tiveram o menor temor dessa "imensa fôrça moral" de Pio XI? Acaso conseguiu domar aquelas feras humanas? Por que não cortou êle, pela raiz, o grande mal de que poucos anos depois resultou a mais calamitosa conflagração para a humanidade? Se tal tivesse conseguido, êle seria, sim, um grande benemérito dos povos!

E que fizeram os outros papas, anteriores a Pio XI, que, em circunstâncias idênticas, nada conseguiram para livrar as nações e os povos de semelhantes desgraças? Que fêz, por exemplo, ainda, o papa Bento XV, um dêsses beneméritos que Você cita, que não conseguiu também evitar a guerra de 1914, de tão funestas conseqüências para o mundo? — Nada!

E, mesmo com referência ao falecido papa Pio XII, afirma Eurípides o que não pode provar, porque os atos desmentem. Diz que "nestes tempos calamitosos, de confusão, de declínio moral, de inversão de valores, é para Roma que se voltam tôdas as esperanças, porque a sua voz é a voz do próprio Cristo, Nosso Senhor, sua presença é o melhor e o mais seguro penhor da proteção e bênção de Deus . . ., que triunfa sempre de todos os seus adversários . . ." Ora, Eurípides, desgraçado do mundo

atual, se fôsse confiar e esperar na atuação dêsse papa que já dera sobejas provas de sua impotência, quando da última grande guerra, que não conseguiu evitar, de tão funestas conseqüências para a humanidade: mais de trinta milhões de vidas sucumbiram, e outros milhões ficaram inutilizados, o que acarretou para as nações do mundo inteiro, especialmente para as que tomaram parte direta na conflagração, prejuízos incalculáveis. E dela, as conseqüências estamos sofrendo até hoje e ainda por longos anos sofreremos, porque a guerra é um terremoto social de cujos escombros a sociedade não emerge, antes que a poeira dos anos venha sepultar os últimos restos do herói tombado! Por quê? Por que, se para êsse papa "estão concentradas tôdas as esperanças", como Você diz, êle não foi capaz de conseguir resolver os atuais problemas do mundo e dirimir os atuais conflitos entre nações? Será que Você entende que êle seria capaz de resolver os grandes e momentosos problemas do mundo dos nossos dias apenas com a sua mensagem de Natal? Pudera! que êle fôsse pregar a guerra em pleno século XX, como seus antecessores na Idade Média incentivavam e armavam milhares de braços para as guerras *santas* das Cruzadas e outras! Pudera! O século XX não é como os séculos tenebrosos da Idade Média, porque, se o fôssem, a *guerra* da *Santa* Inquisição continuaria até hoje, ceifando milhões de vidas de protestantes e de todos os que se não curvassem ao abominável jugo papal!

Era êste o homem singular, mais que divino, porque "sua presença é o melhor e o mais seguro penhor da proteção e da bênção de Deus" e "porque triunfa sôbre os seus adversários, que sobrevive a tôdas as ruínas . . ." ? Será que êsse papa tinha mais poder do que os outros? É que, dentre os seus antecessores, muitos houve que foram vencidos! E sê-lo-ão sempre, desde que enfrentem homens de envergadura e de "antes quebrar que torcer"!

Afinal, que esperança podia ter a humanidade num homem que nem sequer teve poder para evitar a 2.ª conflagração européia? Que esperança podíamos depositar

nesse homem que nada conseguiu para evitar que o sangue corresse sôbre a terra, como tem corrido, em vários conflitos surgidos ali e acolá?

De nossa parte, mercê de Deus, êsse seu papa não triunfou sôbre nós e nem mesmo sôbre o mundo do seu catolicismo; e, como prova, aí estão as próprias nações católicas que continuam a oferecer, em nossos dias, o mesmo espetáculo degradante, espiritual, moral e social que Rui descreveu.

Como, pois, êle "sobrevive às ruinas"?

Demais, se ainda nada disso pesasse como deprimente para o caráter do Papa Pio XII, recentemente falecido, sob o ponto de vista moral não lhe podemos atribuir aquela santidade que seus fiéis devotos lhe atribuem, bem como alguns protestantes enganados, pois, ainda que outras falhas não tivesse em seu caráter, teve uma gravíssima, que, só por si é suficiente para destituí-lo de qualquer auréola de santo: *a mentira,* visto como foi êle quem oficializou a maior mentira do século: a ascenção corpórea da Virgem Maria ao céu! Santo Deus!

Quase 20 séculos se foram, na voragem do tempo; ocuparam a suposta cátedra de S. Pedro 262 pontífices romanos, e, no entanto, nenhum dêles, através de quase dois mil anos, encontrou o menor fundamento bíblico ou histórico, nem mesmo em alguma falsa tradição, para decretar como verídico tão audacioso dogma. Foi preciso aparecer, no século XX, um Pio XII, sob a obsessão de qualquer espírito enganador, ou dêsses filhos de Belzebú, para decretar oficialmente a assunção corporal da santa Virgem ao céu! Oh! se ela soubesse disso, que gostosas gargalhadas não daria no céu! . . .

Não foi, pois, Pio XII, o maior mentiroso dêste século? E, como pode ser santo semelhante papa?

Aliás, só a analisar pela série de incongruências e falsidades doutrinárias que apregoam, todos êles, nenhum foi santo, nem o serão os do futuro, desde que endossem os mesmos erros.

Por tudo isso, Eurípides, não é possível têrmos comunhão com a Sé Papal, como não é possível haver comunhão "entre Cristo e Belial", entre a luz e as trevas!

Ah! Eurípides, bem sabemos que os papas nenhum poder têm, e que as guerras e calamidades sociais só cessariam pelo poder do Evangelho nos corações, dêsse Evangelho que "é o poder (dinamite) de Deus, para a salvação de todo o que crê", e que os senhores papas, com seus bispos e padres, em vez de pregá-lo, ficam a impor dogmas absurdos, a incensar o ritualismo, a exigir submissão ao seu domínio e às suas mistificações (como se fôssem êles Deus na terra), deixando vazias, as almas, do pão da vida eterna, o único que as poderia nutrir e preservá-las do fermento deletério do mal!

É assim que êsses seus papas, Eurípides, têm salvo a civilização cristã?

E Você, note-se, apenas citou meia dúzia dêles, e, mesmo assim, praticaram "boas ações" que, como vimos, visavam mais ao interêsse próprio, na iminência em que se achavam da perda de poder e do completo aniquilamento!

E por que não se referiu aos outros, mais ou menos 256 papas restantes? Não foram todos êles de origem divina, segundo seu conceito?

Ah! Eurípides, sabemos por que Você silenciou sôbre a história dos outros, posto que, mesmo nos poucos que citou, muito há que se reprovar, não só pelo que já fizemos ver, como ainda porque nenhum dêles foi santo (nem podia ser), pelo sistema que abraçaram!

Chegamos mesmo a afirmar que nem o falecido papa Pio XII, com todos os predicados morais que lhe atribuem, escapa das condenações da Palavra de Deus, não só pelo "Syllabus" e o "Pontifical Romano", mas, sobretudo, [1] por se haver arrogado detentor de poderes de que

---

[1] Combatendo o "O Syllabus" escreve "Janus" no "O Papa e o Concílio", pág. 361: "Estão em êrro condenável os que têm por exeqüível e desejável a reconciliação do papa com a civilização moderna".

Sôbre o mesmo maldito "Syllabus" assim se expressou Carlos Pe-

Deus não o investiu, e ter-se feito passar por substituto de Deus na terra, o que é grandíssima impostura sacrílega e altamente pretensiosa usurpação de direitos divinos!

Você citou, dizíamos, meia dúzia de papas, a que atribui, sem razão, honras de benfeitores da humanidade. Nós lhe citaremos, ao revés, mais de 40, para só falar das maiores monstruosidades papalinas, entre os quais, alguns dos chamados melhores de sua listazinha, que, pelos seus infames atos, pela sua reconhecida impiedade, passaram à História com o ferrête mais ignominioso e abominável, como prova de que nada "de origem divina" êles tiveram.

Deixem-se os católicos de parlapatices, que só iludem a ignorantes e lorpas! . . .

Ei-los, cronològicamente: [1]

Volúveis e inconstantes, como Libério (352): ora favorecia, ora condenava o prelado Atanásio, que combatia os hereges arianos, contudo, foi canonizado. *Perseguidores,* como Inocêncio I (402): perseguiu de morte os novacianos, e também é santo. *Fanáticos,* como Gregório I (590): queimou os livros profanos e destruiu os monumentos pagãos; também é santo. *Invejosos e ciumentos,* como Bonifácio III (607): quis só para o papa os títulos que se arrogavam os patriarcas de Constantinopla. *Heréticos,* como Honório I (625): foi condenado e excomungado pelo Concílio de Constantinopla, em 680. *Egoístas,* como Eugênio II (824): trabalhou por aumentar o poder dos papas. *Parciais,* como Gregório IV (827): declarou-se, injustamente, a favor de Luís, rei de França, e contra o filho dêste. *Fracos e mulherengos,* como João VIII (862): acusado de se haver portado, certa vez, como

---

reira: "O Syllabus" é uma declaração de guerra à civilização moderna e ao progresso, pois condena tôda a liberdade civil e religiosa, e fecha a porta a qualquer conciliação possível entre a sociedade política e a religiosa" ("O Problema Religioso da América Latina", pág. 402).

Daí por que assim se expressou o grande tribuno francês Léon Gambetta: "O Clericalismo — eis o inimigo!"

[1] Como os descreve F. R. dos Santos Saraiva, em seu livro "O Catolicismo Romano — a Velha e Fatal Ilusão da Sociedade", ed. de 1932, págs. 210 até 212.

mulher. *Vingativos e ìmpiamente cruéis,* como Estêvão VI (876): mandou desenterrar o cadáver de Formoso, seu predecessor, cortar-lhe a cabeça e lançá-la ao Tibre; por tal barbaridade, o povo indignado o lançou acorrentado em uma prisão, sendo aí mesmo estrangulado. *Debochados,* como João X e Sérgio, dominados por suas amantes. *Sortílegos, traidores e vingativos,* como João XII, eleito papa (956) com apenas dezoito anos de idade. *Assassinos,* como Bonifácio VII (974), acusado de haver assassinado a Bento VI e João XIV, seus competidores; foi morto e arrastado pelos pés e abandonado insepulto na praça pública. *Belicosos,* como Bento VIII (1012): combateu à frente das suas tropas, contra os sarracenos. *Tôrpes,* como Bento IX (1033), feito papa aos 12 anos, deposto daí a 13, e reintegrado depois. *Subornadores,* como Gregório VI (1044): afastou, à fôrça de dinheiro, outros pretendentes ao papado. *Pretensiosos, intratáveis, orgulhosos e imprudentes,* como Gregório VII (1073): saiu santo, e por Eurípides considerado benfeitor da Humanidade. *Fanáticos, sanguinários,* como Adriano IV (1154): não quis absolver os romanos excomungados por êle, senão depois que resolveram queimar vivo a Arnaldo de Bréscia. *Perversos e sanguinários,* como o papa Lúcio III (1174), que apoiou a Inquisição, e vários outros, que não só apoiaram tão maldito Tribunal, como o incentivaram. *Sôfregos e ambiciosos,* como Celestino III (1191): fêz pagar um tributo à Santa Sé, pela outorga da Sicília. *Instigadores e intolerantes,* como Inocêncio III (1198), que estimulou a França contra a Inglaterra. *Obscurantistas,* como Honório III (1216): proibiu o ensino do direito civil em Paris. *Instrumento de perversos aduladores,* como Alexandre IV (1254). *Ineptos e pobres de espírito,* como Celestino V (1291), que cometeu tôda sorte de faltas; foi obrigado a abdicar e encerrado em uma prisão por Bonifácio VIII; canonizado depois pelo devasso e cobiçoso Clemente V. *Violentos e cobiçosos,* como Bonifácio VIII (1294), que por isso foi ordenada a sua prisão por Felipe, o Belo, rei da França. *Avarentos,* como Bonifácio

IX (1389): estabeleceu as anatas perpétuas, espécie de tributos pagos ao papa anualmente, donde resultaram graves questões das diversas potências cristãs com a cúria romana. *Mundanos e sugadores dos bens da Igreja,* em favor de sua família, como Sixto IV (1471), que desenvolveu a mundanização do papado, transformando-o em potência política terrena; procurou encher a sua família de poder e riquezas, à custa da Igreja, e levou a um extremo escandaloso o nepotismo introduzido no govêrno papal por Martinho V, que foi outro grande sacripanta. Dêle escreveu Guilherme Oncken, de cuja história nos estamos servindo: "Sempre em busca de dinheiro e de satisfações materiais, e de aumento de territórios e de súditos, concebeu os mais peregrinos projetos". *Pérfidos e interesseiros,* como Inocêncio VIII (1484), que recebeu do sultão Bajazet avultadas somas para conservar prisioneiro a seu irmão Zizimo; mais do que isto: manda pregar uma cruzada contra os turcos e, ao mesmo tempo, tem negócios secretos com o sultão dêstes, Bajazet II, com o qual se comprometeu a reter prêso Zizimo (irmão do Sultão) que se revoltara; recebeu o papa, por tal *"serviço"*, uma subvenção. *Simoníacos, dissolutos, obscenos, traidores, assassinos, envenenadores,* como Alexandre VI (1492), pai incestuoso da famosa e dissoluta Lucrécia Bórgia e do cardeal César Bórgia, também famoso pela devassidão, crimes e perfídias. *Atrevidos, vingativos, pérfidos e intrigantes,* como Júlio II (1503). *Usurpadores e exploradores do alheio, para favorecer os seus,* como Leão X (1513). *Imprudentes e estouvados,* como Clemente VII (1523), que causou a separação da Inglaterra. *Imperiosos e escandalosos,* como Paulo IV (1555), cujo cadáver o povo, escandalizado, lançou ao Tibre. *Fanáticos e cruéis,* como Pio V (1565): entregou aos furores da inquisição muitos dissidentes; apesar disso, foi canonizado santo. *Ingratos,* como Inocêncio X (1644), que desterrou a dois cardeais, que tinham concorrido para a sua elevação. *Teimosos e inflexíveis,* como Inocêncio XI (1676). *Contemporizadores,* como Clemente XIV (1769): delongou, por muitos anos, a

supressão da ordem dos jesuítas, apesar das vivas instâncias das côrtes da Europa e das provas irrecusáveis contra êstes padres. *Visionários,* como Pio IX (1846): quis, por fôrça, ser infalível. *Pretensiosos,* como Leão XIII, um dos que Eurípides citou como seus "santos"!

Isso que aí fica, êsse rosário de misérias morais, do papado, é apenas dos casos mais tétricos da história papal. Ainda muita coisa ficou omitida, para não aumentarmos a obra.

"Assim, não há defeito, vício ou ruim paixão que não tenha no papado não só um, mas ainda muitos representantes", dando-se, até, o caso de tôdas essas maldades se acharem reunidas em mais de um dos pretensos sucessores de S. Pedro!

"Quanto à dobrez, dissimulação e hipocrisia, estas têm sido sempre a moeda corrente do papado . . .", assevera eminente ex-padre, que avança, dizendo: "Daria para muitos volumes, se fôssemos descrever tôdas as figuras espectrais do papado; mas basta dizer-se que todos os papas, com raríssimas exceções, sem mesmo excetuar alguns que a igreja oferece à nossa adoração como santos, são, justamente, medidos pela rasoura da iniqüidade. Os papas, não contentes de se fazerem autocratas no espiritual, quiseram, também, sê-lo no temporal. Obrigados a prestar obediência temporal, ora aos imperadores do Oriente, ora aos da Alemanha, não estavam à sua vontade, desenvolvidos os germens do orgulho e da ambição. A princípio, senhores feudais do império germânico, no desmembramento da Casa de Carlos Magno, levantaram-se, imitando seus colegas feudais com o santo e com a esmola". Até que ficaram por certo tempo, detentores da espada de tiranos no temporal, ao lado das que já tinham de déspotas espirituais!

"Ainda assim não estava satisfeita a ambição papal; quiseram os papas ser onipotentes na terra, como Deus o é no Céu, Arrogaram-se o direito de manejar os gabinetes políticos, de dispor, a seu bel-prazer, dos cetros; e, ignorando, ou antes, esquecendo-se de que, segundo diz um

legista moderno, Lerminier — *"a justiça no Evangelho não é outra coisa senão a mesma santidade, e tôda a política de Jesus Cristo consiste em não ofender os poderes constituídos"* — excomungaram reis e imperadores, desligaram súditos da obediência aos seus legítimos soberanos, lançaram o interdicto sôbre países inteiros, acenderam o facho da revolta e da guerra, armaram nações contra nações, fizeram-se chefes de facções políticas, etc."!!!

Apesar da ignorância e cobardia dos povos e príncipes, não deixou o papado de sofrer amaríssimas lições . . .

Vejamos das melhores lições que alguns monarcas deram aos papas.

Assim, por exemplo, Oton, o Grande, rei da Germânia, fêz passar pelas "ruas da amargura" o pobre Papa João XII. Por êste ter tomado o partido de Adalberto, adversário daquele, o grande imperador germânico mandou reunir um Concílio, que depôs o papa, e elegeu, em seu lugar, Leão VIII. Como se vê, êsse grande monarca teve fôrça para expulsar da decantada "Cátedra de São Pedro" um dos seus pretensos sucessores, sem apêlo, nem agravo! E, sempre que um papa tinha pela frente um soberano da envergadura de Oton, de nada lhe valiam os seus *direitos, privilégios* e *prerrogativas divinas*!

Vejamos, agora, a eloqüente lição que deu outro grande soberano, Felipe IV, o Belo, rei da França. Tendo-lhe o papa Bonifácio VIII enviado uma carta em que dizia: "Saiba V. Majestade que nos está sujeito, tanto no espiritual, como no temporal", a isto respondeu aquêle grande monarca: "Saiba vossa *fatuidade* que, no temporal, a ninguém estamos sujeito". Na luta travada por êsse despótico papa contra Felipe, o Belo, o vencido foi o papa: prêso, veio a morrer de desgôsto, não muito depois!

Também Gregório IX não conseguiu que se curvasse perante êle Frederico II, rei da Prússia; pelo contrário, êste sempre se manteve em atitude altiva diante das ridículas e prepotentes imposições de Gregório IX!

Igualmente, deu lição manifesta de independência perante o papado, que tudo dominava naquela época, o

rei de Portugal, D. Pedro I, estabelecendo a lei do "Beneplácito Régio", em virtude da qual, sem aprovação do rei, nenhuma ordem ou instrução papal poderia vigorar em Portugal (sec. 14).

Infalibilidade papal.
Discurso do Bispo Strassmayer

Libelo tremendo contra o papado, em corroboração a quanto vimos dizendo a respeito do assunto, é o discurso pronunciado pelo bispo Strassmayer, no célebre Concílio do Vaticano, em 1870. Ei-lo, na íntegra:

"Veneráveis padres e irmãos:

Não sem temor, porém com consciência livre e tranqüila, ante Deus, que nos julga, tomo a palavra nesta augusta assembléia.

Prestei tôda a minha atenção aos discursos que se pronunciaram nesta sala, e anseio por um raio de luz, que, descendo de cima, ilumine a minha inteligência e me permita votar os cânones dêste Concílio Ecumênico, com perfeito conhecimento de causa.

Compenetrado da minha responsabilidade, pela qual Deus me pedirá contas, estudei com a mais escrupulosa atenção os escritos do Antigo e do Novo Testamento, e interroguei êsses veneráveis monumentos da Verdade: se o pontífice que preside aqui é verdadeiramente o sucessor de S. Pedro, vigário do Cristo e infalível doutor da Igreja.

Transportei-me aos tempos em que ainda não existiam o ultramontanismo e o galicanismo, em que a igreja tinha por doutôres S. Paulo, S. Pedro, S. Tiago e S. João, aos quais não se pode negar a autoridade divina, sem pôr em dúvida o que a Santa Bíblia nos ensina, santa Bíblia que o Concílio de Trento proclamou como a Regra da Fé e da Moral. Abri essas sagradas páginas e sou obrigado a dizer-vos: nada encontrei que sancione, próxima ou remotamente, a opinião dos ultramontanos! E maior é a minha surprêsa quando, naqueles tempos apostólicos, nada há que fale acêrca do sucessor de S. Pedro e vigário de Jesus Cristo!

Vós, Monsenhor Manning, direis que blasfemo; vós, Monsenhor Pio, direis que estou demente! Não, Monsenhores; não blasfemo, nem perdi o juízo! Tendo lido todo o Novo Testamento, declaro, ante Deus e com a mão sôbre o crucifixo, *que nenhum vestígio encontrei do papado.* (O grifo é nosso).

Não me recuseis vossa atenção, meus veneráveis irmãos! Com os vossos murmúrios e interrupções justificais os que dizem, como o padre Jacinto, que êste Concílio não é livre; se assim fôr, tendes em vista que esta augusta assembléia, que prende a atenção de todo o mundo, cairá no mais terrível descrédito.

Agradeço a S. Ex., o Monsenhor Dupanloup, o sinal de aprovação que me faz com a cabeça; isso me alenta e me anima a prosseguir.

Lendo, pois, os santos livros, não encontro nêles um só capítulo, um só versículo que dê a S. Pedro a chefia sôbre os Apóstolos.

Não só o Cristo nada disse sôbre êste ponto, como, ao contrário, prometeu tronos a todos os Apóstolos (S. Mat. 19:28), sem dizer que o de Pedro seria mais elevado que os dos outros!

Que diremos do Seu silêncio?

A lógica nos ensina a concluir que o Cristo nunca pensou em elevar Pedro à chefia do Colégio Apostólico.

Quando Cristo enviou os Seus discípulos a conquistar o mundo, a todos igualmente deu o poder de ligar e desligar, a todos igualmente fêz a promessa do Espírito Santo.

Dizem as Santas Escrituras que até proibiu a Pedro e a seus colegas de reinarem ou exercerem senhorio (S. Luc. 22:25,26).

Se Pedro fôsse eleito papa ou chefe dos apóstolos, Jesus não teria dito isso, porque, segundo a nossa tradição, o papado tem uma espada em cada mão, simbolizando os poderes espiritual e temporal.

Ainda mais: se Pedro fôsse papa ou chefe dos apóstolos, permitiria que êsses seus subordinados o enviassem

com João à Samaria, para anunciar o Evangelho do Filho de Deus? (At. 8:14).

Que direis vós, veneráveis irmãos, se nos permitíssemos, agora, mandar Sua Santidade Pio IX, que aqui preside, e Sua Eminência, Monsenhor Plantier, ao Patriarca de Constantinopla, para convencê-lo de que deve acabar com o cisma do Oriente?

O símile é perfeito, haveis de concordar.

Mas, temos coisa ainda melhor:

Reuniu-se em Jerusalém um Concílio Ecumênico para decidir questões que dividiam os fiéis.

Quem devia convocá-lo? Sem dúvida Pedro, se fôsse papa. Quem devia presidi-lo? Por certo que Pedro. Quem devia formular e promulgar os cânones? Ainda Pedro, não é verdade? Pois bem: nada disso sucedeu! Pedro assistiu ao Concílio com os demais apóstolos, sob a direção de S. Tiago! (At. 15).

Assim, parece-me que o filho de Jonas não era o primeiro, como sustentais.

Encarando agora por outro lado, temos: enquanto ensinamos que a Igreja está edificada sôbre Pedro, S. Paulo (cuja autoridade devemos todos acatar) diz-nos que ela está edificada sôbre o fundamento da fé dos Apóstolos e Profetas, sendo Jesus Cristo a principal pedra do ângulo (Ef. 2:20).

Êsse mesmo Paulo, ao enumerar os ofícios da Igreja, menciona apóstolos, profetas, evangelistas e pastôres; e será crível que o grande Apóstolo dos gentios se esquecesse do papado, se o papado existisse? Êsse olvido me parece tão impossível como o de um historiador dêste Concílio que não fizesse menção de Sua Santidade Pio IX.

(*Apartes: Silêncio, herege! Silêncio!*)

Acalmai-vos, veneráveis irmãos, porque ainda não concluí. Impedindo-me de prosseguir, provareis ao mundo que sabeis ser injustos, tapando a bôca do menor membro desta assembléia. Continuarei:

O Apóstolo Paulo não faz menção, em nenhuma das suas Epístolas, às diferentes igrejas, da primazia de

Pedro; se ela existisse e se êle fôsse infalível como quereis, poderia Paulo deixar de mencioná-la, em longa Epístola sôbre tão importante ponto?

Concordai comigo: A Igreja nunca foi mais bela, mais pura e mais santa que naqueles tempos em que não tinha papa. (*Apartes: não é exato, não é exato!*)

Por que negais, Monsenhor de Laval? Se algum de vós outros, meus veneráveis irmãos, se atreve a pensar que a Igreja, que hoje tem um papa (que vai ficar infalível), é mais firme na fé e mais pura na moralidade que a Igreja Apostólica, diga-o abertamente ante o Universo, visto como êste recinto é um centro do qual as nossas palavras voam de pólo a pólo!

Calais-vos? Então, continuarei:

Também nos escritos de S. Paulo, S. João ou S. Tiago, não descubro traço algum do poder papal! S. Lucas, o historiador dos trabalhos missionários dos Apóstolos, guarda silêncio sôbre tal assunto!

Isso deve preocupar-vos muito.

Não me julgueis um cismático!

Entrei pela mesma porta que vós outros; o meu título de bispo deu-me direito a comparecer aqui, e a minha consciência, inspirada no verdadeiro Cristianismo, me obriga a dizer-vos o que julgo ser verdade.

Pensei que, se Pedro fôsse vigário de Jesus Cristo, êle não o sabia, pois que nunca procedeu como papa: nem no dia de Pentecostes, quando pregou o seu primeiro sermão, nem no Concílio de Jerusalém, presidido por S. Tiago, nem na Antioquia, e nem nas Epístolas que dirigiu às igrejas. *Será possível que êle fôsse papa sem o saber?* (Grifo nosso).

Parece-me escutar de todos os lados: Pois S. Pedro não estêve em Roma? Não foi crucificado de cabeça para baixo? Não existem os lugares onde ensinou e os altares onde disse missa nessa cidade?

E eu responderei: Só a tradição, veneráveis irmãos, é que nos diz ter S. Pedro estado em Roma; e como a tradição é tão sòmente a tradição de sua estada em Roma,

é com ela que me provareis o seu episcopado e a sua supremacia?

Scalígero, um dos mais eruditos historiadores, não vacila em dizer que o episcopado de S. Pedro e a sua residência em Roma se devem classificar no número das lendas mais ridículas! (*Repetidos gritos e apartes: Tapai-lhe a bôca, fazei-o descer dessa cadeira!*)

Meus veneráveis irmãos, não faço questão de calarme, como quereis, mas não será melhor provar tôdas as coisas como manda o Apóstolo, e crer só no que fôr bom? Lembrai-vos que temos um ditador ante o qual todos nós, mesmo S. Santidade Pio IX, devemos curvar a cabeça. Êsse ditador, vós bem o sabeis: é a História!

Permiti que repita: Folheando os sagrados escritos não encontrei o mais leve vestígio do papado nos tempos apostólicos. E, percorrendo os anais da Igreja, nos quatro primeiros séculos, o mesmo me sucedeu!

Confessar-vos-ei que o que encontrei foi o seguinte:

Que o grande Santo Agostinho, bispo de Hipona, honra e glória do Cristianismo e Secretário no Concílio de Melive, nega a supremacia ao bispo de Roma.

Que os bispos d'África, no 6.º Concílio de Cartago, sob a presidência de Aurélio, bispo dessa cidade, admoestavam a Celestino, bispo de Roma, por supor-se êste superior aos demais bispos, enviando-lhes comissionados e introduzindo o orgulho na Igreja.

Que, portanto, o papado não é instituição divina.

Deveis saber, meus veneráveis irmãos, que os padres do Concílio de Calcedônia colocaram os bispos da antiga e nova Roma na mesma categoria dos demais bispos.

Que aquêle sexto Concílio de Cartago proibiu o título de "Príncipe dos Bispos", por não haver soberania entre êles.

E que S. Gregório I escreveu estas palavras, que muito aproveitam à tese: — Quando um patriarca se intitula "Bispo Universal", o título de Patriarca sofre incontestàvelmente o descrédito. Quantas desgraças não deveremos esperar, se entre os sacerdotes se suscitarem tais ambições?

Êsse "Bispo" será o rei dos orgulhosos! (Pelágio II, Cet. 13).

Com tais autoridades e muitas outras que poderia citar-vos, julgo ter provado que os primeiros bispos de Roma não foram reconhecidos como bispos universais ou papas, nos primeiros séculos do Cristianismo.

E, para mais reforçar os meus argumentos, lembrarei aos meus veneráveis irmãos que foi Osio, bispo de Córdova, quem presidiu ao primeiro Concílio de Nicéia, redigindo os seus cânones; e que foi ainda êsse bispo que, presidindo ao Concílio de Sardica, excluiu o enviado de Júlio, bispo de Roma!

Mas, da direita me citam estas palavras de Cristo: — "Tu és Pedro, e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja".

Sois, portanto, chamados para êste terreno.

Julgais, veneráveis irmãos, que a rocha ou pedra sôbre que a Santa Igreja está edificada, é Pedro; mas, permiti que eu discorde dêsse vosso modo de pensar.

Diz S. Cirilo, no seu 4.º livro sôbre a Trindade: "A Rocha ou Pedra, de que nos fala Mateus, é a fé imutável dos Apóstolos!"

S. Olegário, bispo de Poitiers, em seu 2.º livro sôbre a Trindade, repete: Que aquela Pedra é a *Rocha da Fé* confessada pela bôca de S. Pedro. E, no seu sexto livro, mais luz nos fornece, dizendo: "É sôbre esta rocha da confissão da fé que a Igreja está edificada".

S. Jerônimo, no 6.º livro sôbre S. Mateus, é de opinião que Deus fundou a sua Igreja sôbre a rocha ou pedra que deu o seu nome a Pedro.

Nas mesmas águas navega S. Crisóstomo quando, em sua homilia 56 a respeito de Mateus escreve: "Sôbre esta rocha edificarei a minha Igreja; e esta rocha é a confissão de Pedro."

E eu vos perguntarei, veneráveis irmãos, qual foi a confissão de Pedro?

. . . . . .

Já que não me respondeis, eu vo-la darei: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus".

Ambrósio, o santo Arcebispo de Milão, S. Basílio de Seleucia e os padres do Concílio de Calcedônia ensinam precisamente a mesma coisa.

Entre os doutôres da antiguidade cristã, Santo Agostinho ocupa um dos primeiros lugares, pela sua sabedoria e pela sua santidade. Escutai como êle se expressa sôbre a primeira epístola de S. João: "Edificarei a minha Igreja sôbre esta rocha, significa claramente que é sôbre a fé do Pedro".

No seu tratado 124, sôbre o mesmo S. João, encontra-se esta significativa frase: Sôbre esta rocha que acabais de confessar, edificarei a minha igreja, e a rocha era o próprio Cristo, o Filho de Deus.

Tanto êste grande e santo bispo não acreditava que a Igreja fôsse edificada sôbre Pedro, que disse em seu sermão n.º 13: "Tu és Pedro, e sôbre essa rocha ou pedra que me confessaste, que reconheceste, dizendo: *"Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo"*, edificarei a minha Igreja; sôbre mim mesmo, pois sou o Filho do Deus vivo. Edificarei sôbre mim mesmo e não sôbre ti".

Haverá coisa mais clara e positiva?

Deveis saber que essa compreensão de Santo Agostinho, sôbre tão importante ponto do Evangelho, era a opinião corrente do mundo cristão naqueles tempos. Estou certo de que não me contestareis.

Assim é que, resumindo, vos direi:

1.º Que Jesus deu aos outros apóstolos o mesmo poder que deu a Pedro.

2.º Que os apóstolos nunca reconheceram em São Pedro a qualidade de vigário de Cristo e infalível doutor da Igreja.

3.º Que o mesmo Pedro nunca pensou ser papa, nem fêz coisa alguma como papa.

4.º Que os concílios dos quatro primeiros séculos nunca deram, nem reconheceram o poder e a jurisdição que os bispos de Roma queriam ter.

5.º Que os santos padres, na famosa passagem: Tu és Pedro, e sôbre essa pedra (a confissão de Pedro) edifi-

carei a minha igreja — nunca entenderam que a igreja estava edificada sôbre Pedro (*super petrum*), e sim sôbre a rocha (*super petram*), isto é, sôbre a confissão de fé do Apóstolo.

Concluo, pois, com a História, a Razão, a Lógica: o bom Jesus não deu supremacia alguma a Pedro; e que os bispos de Roma só se constituíram soberanos da Igreja confiscando, um por um, todos os direitos de episcopado. (*Vozes de todos os lados: Silêncio, insolente! Silêncio! Silêncio!*).

Não sou insolente. Não, mil vêzes não!

Contestai a História, se ousais fazê-lo; mas ficai certos de que não a destruireis!

Se ensinei alguma inverdade, provai-me isso com a História, à qual vos prometo fazer a mais honrosa apologia, mas compreendei que eu não disse tudo quanto quero e posso dizer. Ainda que a fogueira me aguardasse lá fora, eu não me calaria!

Sêde pacientes, como manda Jesus. Não junteis a cólera ao orgulho que vos domina!

Disse Mons. Dupanloup nas suas célebres "Observações" sôbre êste Concílio do Vaticano, e com razão, que, se declaramos infalível a Pio IX, necessàriamente precisamos sustentar que infalíveis também eram todos os seus antecessores. Porém, veneráveis irmãos, com a História na mão, vos provarei que alguns papas faliram.

Passo a provar-vos, com os próprios livros existentes na Biblioteca do Vaticano, como é que faliram alguns dos papas que nos têm governado:

O papa Marcelino entrou no Templo de Vesta e ofereceu incenso à deusa do Paganismo. Foi, portanto, idólatra ou, pior ainda, apóstata.

Libério consentiu na condenação de Atanásio; depois baldeou-se para o arianismo.

Honório aderiu ao monoteísmo.

Gregório I chamava de Anticristo ao que se impunha como "Bispo Universal", e, entretanto, Bonifácio III

conseguiu do parricida imperador Focas obter êste título em 607.

Pascoal II e Eugênio III autorizavam os duelos condenados pelo Cristo; enquanto Júlio II e Pio IV os proibiram. Adriano II, em 872, declarou válido o casamento civil; entretanto, Pio VII, em 1823, condenou-o.

Xisto V publicou uma edição da Bíblia e, com uma bula, recomendou a sua leitura; e aquêle Pio VII excomungou a edição.

Clemente XIV aboliu a Companhia de Jesus, permitida por Paulo III; e o mesmo Pio VII a restabeleceu.

Porém, para que mais provas? Pois o nosso Santo Padre Pio IX não acaba de fazer a mesma coisa quando, na sua bula para os trabalhos dêste Concílio, dá como revogado tudo quanto se tenha feito em contrário ao que aqui fôr determinado, ainda mesmo tratando-se de decisões dos seus antecessores?

Até isso negareis?

Nunca eu acabaria, meus veneráveis irmãos, se me propusesse a apresentar-vos tôdas as contradições dos papas em seus ensinamentos. [1]

Como se poderá dar-lhes a infalibilidade? Não sabeis que fazendo infalível Sua Santidade, que presente se acha e me ouve, tereis que negar a sua falibilidade e a dos seus antecessores? E vos atrevereis a sustentar que a infalibilidade dos papas foi revelada pelo Espírito Santo apenas neste ano de 1870?

Não vos enganeis a vós mesmos: Se decretais o dogma da infalibilidade papal, vereis os protestantes, nossos rancorosos adversários, penetrar por larga brecha com a bravura que lhes dá a História.

E que tereis vós para opor-lhes? O silêncio, se não quiserdes desmoralizar-vos. (*Gritos: É demais, basta!*)

Não griteis, Monsenhores! Temer a História é confessar-vos derrotados! Ainda que pudésseis fazer correr

---

[1] Vide ainda a lista negra dos papas monstruosos (inserida noutra parte desta obra), que faliram não só intelectual como moralmente.

tôda a água do Tibre sôbre ela, não borraríeis nem uma só das suas páginas! Deixai-me falar, e serei breve.

O segundo Concílio de Calcedônia estabeleceu êste cânone: "O Bispo que se eleve por dinheiro, será degradado."

Sem respeito àquele cânone, Eugênio III, seis séculos depois, comprou o papado por dinheiro, e foi repreendido por S. Bernardo, que era a estrêla brilhante do seu tempo.

Deveis conhecer a História do papa Formoso. Estêvão XI fêz exumar o seu corpo, com as vestes pontificais; mandou cortar-lhe os dedos e o arrojou ao Tibre. Estêvão foi envenenado; e tanto Romano como João, seus sucessores, reabilitaram a memória de Formoso.

Lêde Plotino, lêde Barônio, o Cardeal! É dêle que me sirvo.

Barônio chega a dizer que as poderosas cortesãs vendiam, trocavam e até se apoderavam dos bispados; e, horrível é dizer-vos, faziam papas aos seus amantes!

Genebrardo sustenta que, durante 150 anos, os papas, em vez de apóstolos, foram apóstatas.

Deveis saber que o papa João XII foi eleito com a idade de 18 anos tão-sòmente; e que o seu antecessor era filho do papa Sérgio com Marózia. Que Alexandre XI era . . . nem me atrevo a dizer o que êle era de Lucrécia; e que João, o XXII, negou a imortalidade da alma, sendo deposto pelo Concílio de Constança.

Já nem falo dos cismas que tanto têm desonrado a Igreja. Volto, porém, a dizer-vos que, se decretais a infalibilidade do atual Bispo de Roma, devereis decretar também a de todos os seus antecessores; mas, atrever-vos-eis a tanto? Sereis capazes de igualar a Deus todos os incestuosos, avaros, homicidas, sacrílegos e simoníacos bispos de Roma? (*Gritos: Descei da cadeira, descei já; tapemos a bôca dêste herege!*)

Não griteis, meus veneráveis irmãos. Com gritos nunca me convencereis. A História protestará eternamente sôbre o monstruoso dogma da infalibilidade papal; e,

quando mesmo todos vós o aproveis, faltará um voto, e êsse voto é o meu!

Mas, voltemos à doutrina dos Apóstolos:

Fora dela só há erros, trevas e falsas tradições. Tomemos a êles e aos Profetas pelos nossos únicos mestres, sob a chefia de Jesus.

Firmes e imóveis como a rocha, constantes e incorruptíveis nas inspiradas Escrituras, digamos ao mundo: Assim como os sábios da Grécia foram vencidos por Paulo, assim a Igreja Romana será também vencida! . . . (*Gritos clamorosos: Abaixo o protestante! Abaixo o calvinista! Abaixo o traidor da Igreja!*)

Os vossos gritos, Monsenhores, não me atemorizam, e só vos comprometem! As minhas palavras têm calor, mas a minha cabeça está serena. Não sou de Lutero, nem de Calvino, nem de Paulo, e sim, e tão-sòmente, do Cristo. (*Novos gritos: Anátemas vos lançamos!*)

Anátema! Anátema! para os que contrariam a doutrina de Jesus! Ficai certos de que os Apóstolos, se aqui comparecessem, vos diriam a mesma coisa que acabo de declarar-vos.

Que lhes diríeis vós, se êles, que predicaram e confirmaram com o seu sangue, lembrando-vos o que escreveram, vos mostrassem o quanto tendes deturpado o Evangelho do Amado Filho de Deus? Acaso lhes diríeis: Preferimos a doutrina dos Loiolas à do Divino Mestre?

Não! mil vêzes não! A não ser que tenhais tapado os ouvidos, fechado os olhos e embotado a vossa inteligência, o que não creio.

Oh! se Deus quer castigar-nos, fazendo cair pesadamente a Sua mão sôbre nós, como fêz ao Faraó, não precisa permitir que os soldados de Garibáldi nos expulsem daqui; basta deixar que façais de Pio IX um Deus, como já fizestes uma deusa da Virgem Maria!" [1]

---

[1] Ùltimamente, anda a I. Romana, por seus defensores, tentando desfazer êste libelo do bispo Strassmayer (José Jorge, de Djakóvo (Bósnia), viveu de 1850 a 1905 como bispo). Dizem que o discurso referido e acima copiado é apócrifo e falso, e que foi feito e espalhado ampla-

Evitai, sim, evitai, meus veneráveis irmãos, o terrível precipício a cuja borda estais colocados. Salvai a Igreja do naufrágio que a ameaça, e busquemos todos, nas Sagradas Escrituras, a regra da fé que devemos crer e professar. Digne-se Deus assistir-me. Tenho concluído." [1]

(Todos os padres se levantaram, muitos saíram da sala; porém alguns prelados italianos, americanos, alemães, franceses e inglêses rodearam o inspirado orador e, com fraternais apertos de mão, demonstraram concordar com o seu modo de pensar.)

Conclusão

Você diz, Eurípides, finalmente, em seu livro, que já houve alguém que pensou na organização, em Londres, de um "Vaticano Protestante". Idéia tão infeliz não pode ter partido de um protestante às direitas, porque ela é berrante e fragorosamente contrária à democracia universal do Evangelho, pois a união que êste nos preconiza é a das almas, pela Fé e pela obediência aos princípios sacrossantos da Palavra de Deus! Não, Eurípides, os verdadeiros protestantes não podem desejar Vaticano algum, e muito menos, nos moldes do seu, que é a negação daquele divino Evangelho que "é o poder de Deus para a salvação

---

mente na Itália e E. Unidos e na Europa por um certo José Augustin de Escudero, no fim do ano de 1870; que êste confessou depois a fraude a certo lazarista em Buenos Aires, e que êste a fêz chegar à ciência do próprio bispo J. J. Strassmayer. (Isto tudo se acha num trabalho de A. Spiletak, católico, Lagáfria, 1929).

Mas, a verdade simples e pura é esta. O bispo Strassmayer fêz vários discursos mesmo no Concílio do Vaticano, 1870, e foi contra a tese infalibilista, e fêz sôbre isso o discurso acima, no dia 2 de junho daquele ano. Nunca jamais contestou o discurso, que foi de fato espalhado pelo mundo, em 1870, e redigido em várias línguas. A direção do Concílio nunca protestou contra a suposta fraude. Devia fazê-lo, se fôsse falso o discurso copiado e conhecido amplamente. Só depois de anos, em 1929, aparece essa tardia história do fraudador que confessa. E Strassmayer soube disso, e ficou quieto?!!

É tão flagrante e tão infantil esta "saída", para destruir uma realidade, que ninguém acredita nela. Strassmayer teve de 1870 a 1905, quando morreu, tempo bastante para repudiar a "falsidade". E não o fêz!

A verdade é que o discurso foi feito e proferido mesmo, no Vaticano, 1870, pelo corajoso bispo de Djakóvo.

de todo o que crê", do qual é Único Mestre e verdadeiramente Infalível Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, cuja sede de domínio é o nosso coração.

O EVANGELHO — eis o nosso Vaticano. JESUS CRISTO — eis o nosso Papa.

Quer melhor, Eurípides?

Eis a cidadela divina, o baluarte inexpugnável, "o melhor e o mais seguro penhor da proteção e da bênção de Deus", o pôrto seguro da nossa salvação, que seria também a sua e a dos seus mestres (abatinados ou não) — o EVANGELHO puríssimo de N. S. Jesus Cristo — a única esperança dos povos, e não o papa!

Assim, Eurípides, não poderíamos encerrar êste livro com melhor advertência e melhor conselho para Você, para seus padres, bispos e papas, para todos, enfim: FORA DO PAPISMO, DENTRO DO CRISTIANISMO; FORA DE ROMA, DENTRO DO EVANGELHO !

CAPÍTULO XIII

A SALVAÇÃO PELA FÉ

Já prestes a sair do prelo a presente obra, recebemos, por nímia gentileza do Prof. Eurípides C. de Meneses, a oferta do livro "LEGÍTIMA INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA", do Prof. Lúcio Navarro, nosso ilustre coestaduano. Trata-se de obra volumosa, com mais de 600 páginas, versando magnìficamente o tema, com profunda erudição bíblica, como nenhum outro igual jamais lemos de escritor católico. Inegàvelmente é uma grande obra, apesar de não endossarmos várias de suas interpretações e afirmações.

O que mais nos prendeu a atenção, no referido livro, foi a sua primeira parte, que é, precisamente, um têrço da obra, e que trata da "certeza da salvação" e da "salvação pela fé", combatendo, já se vê, a doutrina protestante sôbre o assunto.

E já que em nosso livro não havíamos tratado do assunto, julgamos de bom alvitre fazê-lo neste capítulo adicional, a fim de rebater o que há de inverdades na exposição do insigne escritor pernambucano.

Primeiramente, cumpre-nos admirar sua vasta erudição bíblica (coisa muito rara entre os católicos) e o que de absolutamente certo escreveu, que muito apreciamos e nos foi de muita valia. Embora saindo da pena de um adversário, tal o esfôrço e cultura que revela para demonstrar as *verdades* do modo de entender a sua religião, que julgamos tratar-se de uma alma sincera, e reconhecemos mesmo, como já atrás confessamos, que só em parte discordamos de sua exegese.

Quem assim escreve, não está com o menor preconceito, e até agradece ao Amigo Eurípides lhe haver enviado tão precioso livro, que tem merecido e continuará merecendo a nossa melhor atenção.

Vamos rebater, entretanto, algumas inverdades contidas no aludido livro, em sua primeira parte. Quanto às demais partes, iremos, em tempo oportuno, examiná-las mais cuidadosamente, mas, sem dúvida, possìvelmente não será necessário responder a elas, pois a matéria já foi suficientemente discutida nos doze capítulos desta presente obra.

Como L. Navarro inicia sua obra expondo truncado doutrinas e ensinamentos do nosso grande reformador Lutero e dos protestantes, em geral, vamos rebatê-lo, enèrgicamente, a bem da verdade, expondo-lhe, em primeiro lugar, em que consistiu a Reforma, seus princípios e a verdadeira doutrina de Lutero sôbre a salvação pela fé e seu verdadeiro conceito sôbre as boas obras, porque, como veremos, o Prof. L. Navarro fêz citações inexatas de elementos suspeitos, que adulteraram o pensamento do grande monge de Witenberg. Jamais êle negou a necessidade do arrependimento para a salvação e também jamais desprezou as boas obras. Apenas, consoante o credo protestante mundial, reconhecia que as tais "boas obras" constituem um dever imperioso, uma obrigação moral e de gratidão da alma, uma vez salva pela fé nos merecimentos de Cristo. Enfim, nada melhor para destruir as acusações de L. Navarro contra Lutero, do que fazermos a exposição: a) *dos princípios da Reforma*; b) *da salvação pela fé, tal qual a ensinaram Lutero, S. Paulo e outros,* e c), finalmente, *a própria exposição do Reformador, acêrca da necessidade do arrependimento e das boas obras como fruto da salvação.*

Vamos, pois, tratar do assunto sôbre êste tríplice aspecto:

Princípios da Reforma

O dia 31 de outubro é comemorado anualmente em tôdas as Igrejas Evangélicas do mundo como o Dia da Reforma. Conhece a cristandade de confissão evangélica êste dia como a magna data histórica que marca o ponto

inicial do movimento reformador, o qual levaria, afinal, à existência própria da nossa Igreja. Constitui, sem dúvida, um momento histórico de projeção universal, quando, ao meio dia, em 31 de outubro de 1517, um modesto monge Agostinho, Martinho Lutero, se dirigiu à Igreja do Castelo de Witenberg para afixar, no portal, 95 teses referentes ao abuso que constituía a venda de indulgências por parte dos emissários da Cúria Romana. Não podemos imaginar como a marcha da Humanidade teria prosseguido sem estas marteladas e suas conseqüências. Certamente a sua estrada não teria sido menos agitada por revoluções e guerras, por descrença e idéias que prepararam o solo do secularismo dos nossos tempos. Só o desconhecimento dos fundos espirituais da evolução histórica ou adversários malévolos podem atribuir a Lutero a culpa por êste secularismo, cujos sintomas já se manifestaram claramente na época da Renascença. O germe desta enfermidade reside no próprio homem que, apesar de ser membro da Igreja Católica daquele tempo, interiormente emancipado da comunhão com Deus, julgava viver vida autônoma. Tôda atividade religiosa com suas manifestações pomposas em público, tôdas as obras do progresso técnico de então e de hoje não nos podem iludir mais sôbre o verdadeiro estado do homem, quando é visto sob a luz penetrante da Palavra de Deus: o homem é justificado só pela fé e não pelas obras.

A revolução espiritual de Lutero consiste em ter êle redescoberto, mediante o estudo das Sagradas Escrituras, a verdadeira relação entre Deus e o Homem. Enquanto para o Catolicismo, em última análise, o homem forma o centro, para Lutero, conforme a mensagem da Igreja Primitiva, Deus se torna novamente o centro da relação, seu motivo e fim ao mesmo tempo, do qual e para o qual são tôdas as coisas. Sua luta é dirigida contra esta religião egocêntrica, uma vez em sua forma moral, tornando-se o homem, mesmo mediante os seus próprios esforços e obras, o motivo de sua salvação, e depois na opinião que considera a própria felicidade eterna como o único fim de

sua comunhão com Deus. Estas duas formas egocêntricas de religião Lutero combate na sua preleção sôbre a Ep. aos Romanos, dizendo: "O sumário desta Epístola é destruir, extirpar e aniquilar tôda a sabedoria e justiça da carne, quão importantes sejam aos olhos dos homens e perante nós: e erigir e implantar tudo o que está fora de nós, mas em Cristo. O centro de gravidade nesta concepção não forma mais o homem e o que nêle está, mas o que se acha fora de nós é posto no centro: Deus e sua justiça. Pois, não por nossa justiça e sabedoria próprias, mas pela alheia, Deus nos quer salvar; não pelo que provém e nasce em nós, mas pelo que vem de outra parte a nós, não pelo que se origina da nossa terra, mas pelo que vem do céu. E para que possa vir esta justiça alheia vinda de Deus, é necessário extirpar a nossa própria."

Explicando o sentido do 1.º Mandamento, Lutero expõe: "Eu quero, diz Deus, ser o teu Deus e te salvar eternamente. Eu quero ajudar-te e isto só por graça, não permito que mo pagues em serviços ou instituas cultos por própria vaidade. Não terás diante de mim a glória de ter comprado algo de mim por teu merecimento. Não quero levar em conta o teu serviço. Para eu ser o teu Deus, dou-te tudo de graça." Estão sujeitos a êste juízo do 1.º Mandamento, para Lutero, todos os cultos e exercícios espirituais da Igreja Católica inventados pelo próprio homem, por ser idolatria. "Ainda que se enfeitem com o nome divino, têm êles o caráter e o modo de conduzir o crente (adepto) à confiança em si que o homem pode ser salvo pela sua própria obra. O culto inventado leva o homem a si mesmo."

Lutero, ensinando a orar, diz que há dois modos de orar o Pai Nosso: do início ao fim e do fim ao princípio. O primeiro modo roga, antes de tudo, pela santificação do nome de Deus para não desejarmos o Reino de Deus por causa de nós e por nosso bem-estar, mas para que o Nome do Senhor seja louvado e se aumentem a honra e a glória de Deus. Enquanto os homens que procuram a própria honra, glória e renome em si mesmos, começam a

oração com a sétima prece, pois desejam em primeiro lugar a libertação de todo o mal e desgraça para viver em felicidade e ter prazer em si mesmos, os que antes de tudo desejam a santificação do nome de Deus, e sua glorificação, não só conseguem isto, como alcançam, pela Graça do Senhor, aquela "vitória que vence o mundo" — a saber — "a nossa fé". Eis o caminho certo, sendo dada tôda a glória e tôda a justiça ao Senhor Deus, pois o homem, se isto alcança, deve tudo ao Altíssimo.

Assim sendo, a diferença entre a religião que tem por centro a Deus, e a religião em cujo centro está o homem, em poucas palavras, é esta: a fé não se baseia em nenhuma outra coisa senão em Deus mesmo, que se oferece a si mesmo em Cristo Jesus, por amor a nós."

Lutero, portanto, não emancipou o reino do mundo — em que reinam o poder, o direito e a fôrça — do Reino de Deus, no qual reinam o amor, o perdão ilimitado e a renúncia à vingança. Longe de secularizar a vida pública e política, êle inclui o mundo político na realidade do amor de Deus e do amor ao próximo. "Êste poder, porém, é limitado pela consciência, pela responsabilidade do homem perante Deus e pela liberdade da fé."

Eis por que, naquela memorável data em que Lutero afixou suas teses no portal da Igreja de Witenberg, sua atitude desassombrada encontrou eco em tôda parte.

Quanto às indulgências que, para a salvação das almas, eram pregadas e concedidas à custa de ouro, que se encaminhava ao Vaticano, dizia êle: "Os pregadores de indulgência erram quando declaram que o perdão do Papa *livra o pecador da penitência e assegura-lhe a salvação.* Os que se julgam seguros da salvação pelas cartas do Papa, serão amaldiçoados eternamente e na companhia de seus mestres. *Todo o cristão verdadeiramente arrependido tem plena remissão de culpa e penitência, mesmo sem as cartas de absolvição.* Por que o Papa não esvazia o Purgatório pela caridade?" Assim, sua extraordinária coragem, apoiado por estudantes, mestres, príncipes, governadores e pelo povo, fê-lo permanecer firme diante de todos os tremendos

ataques e maldições dos romanistas. Desprezou a bula que o excomungava, queimando-a em praça pública.

E foi assim que, em 1521 compareceu perante a Assembléia de Worms, presidida pelo imperador Carlos V, que dizia — "Nei mei domini mai tramonta il solo" — (Tão extenso é meu império, que nêle não há o pôr do sol). O monge resistiu a todo o aparato e realidade dêsse poderio terreno. Estava convencido e dominado pela liberdade de consciência e de crença, e por isso proclamava que cada um, de per si, tem de se haver com o seu Deus.

Salvação pela fé segundo Lutero, S. Paulo e outros

Da exposição do item a, anteriormente feita, é evidente que Lutero pregava a salvação pela fé. "O justo vive da fé". Entretanto, esta fé estava centralizada em Deus, como vimos: Êle era o centro de tôda a crença religiosa. Não se trata, outrossim, de uma mera fé-confiança, como inverìdicamente acusa Navarro de assim ensinarem os protestantes. Pode ser que um ou outro protestante desconheça qual seja êste sistema ou processo de salvação pela fé segundo a crença ortodoxa do protestantismo mundial, mas, isto de atribuir tal concepção a todos só é possível admitir-se em quem tenha refinada má fé, porque não é possível nem sequer pensar-se que um intelectual da estôfa de Lúcio Navarro desconheça qual seja o verdadeiro pensamento do Protestantismo a respeito de tão importante assunto.

Pois bem, a fim de tirar as cataratas dos olhos dêsse ilustrado professor, vamos expor com a Bíblia aberta, sem fugir nem uma linha do ensino paulino, de Lutero e de S. Paulo, aliado ainda com o ensino do apóstolo Tiago, qual é a verdadeira concepção protestante em tôrno da salvação pela fé.

Desde o cap. 3:21 da Ep. aos Romanos, até o fim do cap. 9, trata o apóstolo S. Paulo do processo da justificação pela fé. Ao chegar no cap. 9:32, o apóstolo es-

creveu que Israel não atingiu ao alvo da justificação, "porque pretendia atingi-lo, não pela fé, mas pelas obras . . ." Mas, nesta altura, adverte Lúcio Mendonça que o apóstolo está-se referindo às obras da lei, isto é, às cerimônias da purificação da lei mosaica, que estas, sim, não tinham mais valor, no regime da Graça, com Cristo. Sim, estamos de pleno acôrdo, e quem dos protestantes ortodoxos jamais negou tal exegese? Os verdadeiros protestantes não dão outra interpretação a êsse texto e a outros similares, de que trata S. Paulo. Mas, vem empavonado de sabedoria, o nosso adversário, e diz: "Ora, se S. Paulo está referindo que o homem não pode mais justificar-se pela observância da lei cerimonial, de Moisés, não pode, todavia, se quiser justificar-se, deixar de cumprir os mandamentos da Lei de Deus, porque o próprio Senhor Jesus doutrinou: 'Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos." Mas, meu caro Lúcio Navarro, quem lhe meteu na cabeça que os protestantes pregam o desprêzo da Lei de Deus? Quem? Os verdadeiramente justificados perante Deus têm como alvo, como meta, como o supremo ideal de suas vidas cumprir os preceitos do Seu Divino Senhor e Salvador, embora não o possam cumprir perfeitamente, porque ainda há dentro dêles o "homem velho", que os arrasta para a desobediência, para o pecado. Finalmente, não precisamos senão ler o cap. 6 da referida Ep. aos Romanos, para que destruamos esta injusta acusação de nosso adversário contra nós, protestantes. S. Paulo anteviu a objeção que os adversários da fé em Cristo haveriam de levantar, através dos séculos, e já deixou tudo esclarecido, maravilhosamente, mostrando-nos, em têrmos candentes, em que consistia a verdadeira justificação, que fatalmente leva o seu beneficiado e agraciado a levar "vida nova". No término do cap. 5 da Ep. aos Romanos, São Paulo fêz ver que "onde habitou o pecado, superabundou a graça", e que a lei mosaica não estava em condições de destruir ou diminuir o pecado, concorrendo antes para realçar ainda mais o contraste entre o bem e o mal. Mas, depois de o pecado tocar o auge, veio, mais poderosa ainda,

a graça do Redentor. E, então, no cap. 6.º, prevê a objeção: "Que diremos, pois? continuaremos a viver no pecado para que tanto mais abunde a graça? De certo que não. Uma vez que morremos para o pecado, como continuaríamos a viver nêle? Ignorais, acaso, que todos nós, que fomos submersos na água batismal em Cristo Jesus, fomos submersos na sua morte? Pelo que, submersos no batismo da morte, fomos com êle sepultados. E, assim como Cristo ressuscitou dentre os mortos pela glória do Pai, "ASSIM VIVAMOS TAMBÉM NÓS VIDA NOVA. Se temos, por assim dizer, íntima união vital com a sua morte, tê-la-emos igualmente com a sua ressurreição. Porquanto sabemos que foi crucificado em nós o homem velho, para que pereça o corpo pecaminoso, e DORAVANTE NÃO MAIS SIRVAMOS AO PECADO" (Rom. 6:1-6). E mais adiante: "Não há, de, portanto, reinar o pecado em vosso corpo mortal, para obedecerdes às suas paixões. Não entregueis ao pecado vossos membros, como instrumentos de iniqüidade; mas entregai-vos a Deus, como quem passou da morte para a vida; e oferecei os vossos membros a Deus, como instrumentos de justiça. Pois o pecado não deve mais ter poder sôbre vós, uma vez que não vos achais sôbre o regime da Lei, mas, sim, da graça" (Rom. 6:12-14). E, prevendo outra objeção, face à declaração de São Paulo, de que não vivemos mais sob o regime da lei, êle mesmo responde: "Que se segue daí? que podemos pecar, por não vivermos sob o regime da lei, mas da graça? De forma alguma" — responde o apóstolo. Não sabeis que como escravos tereis de obedecer a quem como escravos vos entregardes — quer seja ao pecado, que leva à morte, quer seja à obediência, que leva à justificação? Graças a Deus! escravos outrora do pecado, abraçastes de todo o coração a doutrina em que fôstes iniciados; e, livres do pecado, PASSASTES A SERVIR À JUSTIÇA. Falo à maneira dos homens, em atenção à fraqueza da vossa carne. Do mesmo modo que pusestes os vossos membros ao serviço da impureza e da iniqüidade, vivendo inìquamente, assim

ponde agora os vossos membros ao serviço da justiça, VIVENDO SANTAMENTE" (Rom. 6:15-19).

Então, a justificação pela fé que S. Paulo ensina não exclui, absolutamente, a observância dos mandamentos de Deus; pelo contrário, é na sua observância que reside a prova concreta, insofismável, de que a alma está verdadeira e realmente justificada diante de Deus, justificando-se, assim, pelo bom procedimento, diante dos homens. Em outras palavras é o que nos ensina êste mesmo apóstolo, no cap. 8:1-9: Os que foram espiritualmente regenerados estão livres da lei, do poder do pecado, e da morte — vitória essa que é devida, não à lei mosaica, mas ÙNICAMENTE À MORTE REDENTORA DE CRISTO (versos 1-3), que nos dá a fôrça moral de cumprirmos a lei divina (4), CONTANTO QUE O HOMEM COOPERE SINCERAMENTE COM A GRAÇA DA REDENÇÃO, RESISTA AOS APETITES CARNAIS E SIGA OS IMPULSOS DO ESPÍRITO" (versos 5-9).

Não vê, pois, que todo o mérito desta justificação e a conseqüente salvação do pecador está não nêle, mas em Cristo? É por isso que a sua salvação não se dá pelas suas obras, pois estas, por mais perfeitas e numerosas que sejam, são sempre falhas e pobres e não merecem o benefício da salvação. Quando muito, servirão para que o pecador, uma vez salvo pela misericórdia de Jesus Cristo, obtenha um galardão (Mat. 10:42; 5:12, etc.).

Sendo assim, S. Paulo, especialmente no cap. 5, expõe o processo da justificação pela fé e no cap. 6.º, primeiros versos, responde a objeções de Navarro e outros, mostrando que não é possível o justificado pela fé viver mais obstinadamente em pecado. Portanto, Paulo no cap. 5.º trata da justificação do pecador pela fé perante o fôro divino, perante Deus, e no cap. 6.º, trata da justificação dêsse mesmo pecador perante os homens (no fôro humano), no que se harmoniza perfeitamente com a doutrina de Tiago; de sorte que, êste não está em conflito com aquêle, quando afirma que "o homem é justificado pelas

suas obras, e não pela fé. Em outras palavras, perante os homens, que "só vêem o que está diante dos seus olhos", a justificação é mesmo pelas obras, porém, perante Deus, que tudo vê, é pelo espírito, pela fé, "se é que o espírito de Deus habita nêle." "Mas, se alguém não tem o espírito de Cristo, êsse tal não é dêle" (Rom. 8:9-10).

E, diante da realidade tremenda de nossa mísera condição de pecadores, consoante a descrição perfeita que nos apresenta S. Paulo em Rom. 7:14-24, quem pode assegurar que é capaz de fazer alguma obra que seja digna de justificá-lo diante da santidade divina? Quem? O Sr. Lúcio Navarro pode? Daí, por que exclama S. Paulo: "*Graças a Deus,* por Jesus Cristo, Nosso Senhor" (Rom. 7:25), isto é, exclusivamente é pela sua divina misericórdia que nos salvaremos, apesar de sermos obrigados (para nos salvarmos) a cooperar com a graça santificante, a esforçar-nos em dar bom testemunho, enfim, apesar de ser preciso demonstrarmos, pràticamente, pela conduta, que queremos e servimos ao Senhor, ainda que muito imperfeitamente, ao ponto de, depois de têrmos feito tudo o que nos fôr indicado para fazer, N. Senhor ainda afirmar: "dizei! somos servos inúteis, pois não fizemos senão o que devíamos". Mérito nenhum temos. Portanto, ao contrário do que mestre Navarro afirma, que a doutrina da salvação pela fé cria inertes espirituais, negligentes (porque já se dizem salvos), essa doutrina, tal como S. Paulo a expôs, e aqui a resumimos, leva-nos a uma vida da máxima vigilância contra o pecado de nosso corpo mortal, a fim de não darmos desgôsto ao Senhor e de não o crucificarmos outra vez com nossas transgressões.

Reiterando essa doutrina, voltemos aos capítulos 1, 2 e 3 da Ep. aos Romanos. Depois que o santo apóstolo, nesses capítulos, esclarece devidamente o deplorável estado moral da humanidade e frisa a impossibilidade da salvação por virtude própria, passa a mostrar que, pela fé em Jesus Cristo, o qual com sua vida, morte e ressurreição satisfez à divina justiça, podem todos os homens alcançar a salvação. Pela morte de Cristo patenteou Deus a gravi-

dade do pecado. Deus é justo, isto é, santo por natureza, e torna justo por participação a todo o homem que crer na virtude justificante da morte e ressurreição de Jesus. Realça, pois, o apóstolo, a absoluta necessidade da fé, porque "a fé é o princípio da salvação, o fundamento e a raiz de tôda a justificação; uma vez que sem ela é impossível agradar a Deus e alcançar a filiação divina". As obras do A. Testamento, independente de Cristo, nada podiam contribuir para a justificação. No cap. 4.º mostra (dos vs. 1-8), pelo exemplo de Abraão e pelas palavras de Davi, que a justificação interior não é devida às obras do homem, como indivíduo, senão à graça que Deus lhe concede, em atenção à fé em Jesus Cristo. A Abraão e seus descendentes prometeu-lhes Deus em herança o reino celeste: quem crê nesta promessa terá parte na recompensa. Portanto, não é a observância da lei ritual que justifica, mas a fé; e todos os que têm fé são filhos espirituais de Abraão, sejam da estirpe natural do patriarca, sejam oriundos do paganismo. Note-se que S. Paulo não estabelece confronto (estamos de pleno acôrdo nisto) entre a fé e as obras simplesmente, mas entre as *obras rituais* do A. Testamento e a *fé cristã* do N. Testamento, estando, assim, DE PERFEITO ACÔRDO COM S. TIAGO, que encarece sobremaneira a necessidade das boas obras, das boas ações, do bom testemunho, etc. E quem jamais, entre os verdadeiros protestantes, deixou de reconhecer esta harmonia entre Paulo e Tiago? Quem? Só na cabeça de nossos adversários, para confundir a nossa doutrina e ridicularizar-nos, porque jamais deixamos, com Tiago e Paulo, com Cristo e todos os demais santos, de encarecer a necessidade de "produzirmos frutos dignos de arrependimento". Aliás, uma fé sem verdadeiro arrependimento não é fé salvadora, pois "os demônios também crêem e estremecem", no entanto, estão condenados. Não, graças a Deus, a nossa fé tem sólidos fundamentos, profundas raízes numa vida de virtude e de santidade, sem o que, ela seria "morta" e jamais nos poderia justificar. Agora, o que não admitimos, porque nem a Bíblia nem a razão e

o nosso miserável estado pecaminoso permitem, é que o pouco de boas obras que fazemos, mesmo na fé de Cristo, possa contribuir para a nossa salvação, pois, ainda com maior ênfase, disse o Espírito do Senhor através do Profeta Isaías: "Pois todos nós somos como o imundo, e tôdas as nossas obras (ou justiças) como trapos de imundície . . ." (Is. 64:6).

E não é o próprio S. Paulo quem define o valor das obras? Êle não lhes atribui, absolutamente, mérito para salvação, e sim, para recompensa ou galardão. É o que se lê em 1.ª Cor. 3:14-15: "Se permanecer a obra do que a sobreedificou, êsse receberá recompensa; se a obra de alguém se queimar, sofrerá êle dano; MAS O TAL SERÁ SALVO, todavia, como através do fogo". É evidente dêsse texto que, se o crente não apresentar boas obras, ainda assim será salvo, por ser crente, todavia "como que pelo fogo": recebe a salvação, mas, perde o galardão, ou seja, a recompensa.

Como vê, claramente, mestre Navarro, nós, protestantes, de pleno acôrdo com a palavra de Deus, não desprezamos as boas obras, mas apenas lhes conferimos o poder e o mérito que as Santas Escrituras lhes dão, e não o de mérito para alcançar a salvação. E a mais forte razão é que atribuir-lhes tal merecimento é diminuir o valor infinito do sacrifício expiatório de Cristo. Mas, não se esqueça de que, se por um lado reconhecemos que nossas obras, por melhores que sejam e por mais numerosas, "são trapos de imundícia"; todavia, temos de esforçar-nos por praticá-las, como uma demonstração de que somos regenerados, de que nascemos para a vida eterna, e, se isto não demonstrarmos, é porque não possuímos aquêle "dom gratuito de Deus" que se manifesta pela verdadeira fé, e ainda não somos salvos.

Com o caso do "bom ladrão" da Cruz ilustra-se admiràvelmente o valor infinito da fé, e sua suficiência para a nossa salvação, sem as obras, pois êle foi salvo sem ter de apresentar uma única boa obra. Dir-me-eis que êle foi para o Purgatório expiar suas faltas ou que foi reali-

zar ainda alguma boa obra para cooperar com a graça? Não podeis fazer tal raciocínio, porquanto o Senhor lhe disse naquele instante: "Hoje mesmo estarás comigo no Paraíso"! Sua salvação foi imediata.

Entretanto, daí se deduz que basta a qualquer criminoso, a qualquer bandido ou celerado dizer "eu creio, Senhor", e está salvo?! De forma alguma! Se êle verdadeiramente se arrepender dos seus pecados, como foi o caso daquele "bom ladrão", êle será salvo, mas, se viver, se continuar a viver terá de demonstrar em sua vida prática. em sua carreira cristã que é "uma nova criatura, que deixou passar o que era velho e eis que tudo se fêz nôvo". Como deveria ter acontecido com aquêle "ladrão" a quem o Senhor perdoou e salvou. Se êle tivesse sobrevivido da Cruz, teria dado a prova cabal do seu verdadeiro arrependimento com uma nova conduta: abandonando o caminho do crime e santificando-se dia a dia, na graça e no conhecimento da doutrina santificante de Nosso Abençoado Senhor.

Portanto, mestre Navarro, não seja injusto! Não atribua aos protestantes uma doutrina escandalosa, ímpia, como a que lhes atribuiu ao afirmar que pregamos que basta ao pecador crer, para salvar-se, como se esta nossa crença, esta nossa fé não representasse um sistema de doutrinas que envolve arrependimento, perdão, amor, santificação, finalmente. Não seja injusto, não seja deturpador do verdadeiro ensino dos protestantes, a fim de causar confusão e arrebanhar os incautos para o seu redil. Seja digno!

Se V. S. ignora o que realmente o protestantismo entende por fé e salvação pela fé e não por obras, seria de seu dever procurar nossos teólogos, a fim de instruir-se sôbre nosso real modo de pensar, a fim de não cair na tolice de atribuir-nos ensinos escandalosos e ímpios. E, para que V. S. não mais ignore o sentido que damos a esta salvação pela fé, vamos ainda explicar-lhe, inteiramente à luz da Bíblia, o que é fé, salvação pela fé, por que as obras não podem concorrer para nossa salvação,

e, finalmente, que importância o Protestantismo dá às boas obras. Tudo à luz da Bíblia e da Razão.

Fé

Fé, no sentido de crer para a salvação, não é mera confiança cega, mas, sim, uma atitude e, como tal, deve ser um impulso. Não é, pois, mera aquiescência intelectual, mas, antes, uma tão forte confiança em Jesus, que produz influência decisiva na atividade mental e espiritual dos homens, devendo dirigir, moral e cristãmente, tôda a sua vida. Isto é o a que se chama fé cristã, e pela qual se realiza a união do crente com o Espírito de Cristo, gerando na alma a vontade de viver a vida de santidade aprovada e reiterada por Cristo quando pontificou no Sermão do Monte: "Brilhe de tal arte a vossa luz diante dos homens, que êles vejam as vossas boas obras e florifique a vosso Pai, que está nos céus." É como se pronunciou o próprio Lutero: "A fé é uma simples, mas profunda confiança n'Aquêle que de tal modo falou e viveu na Luz, que instintivamente os seus verdadeiros adoradores obedecem à Sua vontade, mesmo às escuras." E continua: "O segrêdo de um belo caráter está no poder de um perpétuo contacto com Aquêle Senhor em Quem se tem plena confiança." Idêntico conceito emitiu o santo Bispo Moule. No A. T. o mais famoso exemplo de fé na prática está representado por Abraão (Gên. 15:6). Pelos textos de Mat. 9:29, 13:58, 15:28; Mac. 5:34 a 36:9:23; Luc. 17:5,6 a fé é uma confiança absoluta na obra e na palavra de Deus ou de Cristo. Mas, a fé tem, no N. T., muito mais vasta e importante significação, um sentido que está inteiramente dentro dos evangelhos (Mat. 9:2; Luc. 7:50): *é a fé salvadora em Jesus Cristo, aquela confiança que significa salvação.* No Evangelho a fé nos é apresentada como sendo gerada em nós pela obra de Deus (João 6:44), como sendo confiança na obra e poder de Jesus Cristo, e também um instrumento que, operando em nossos corações, nos leva para a vida e para a luz (João 3:15 a 18; 4:41 a 53;

19:35; 20:31, etc.). "Em cada um dos Evangelhos Jesus Cristo proclama-se a Si mesmo Salvador, e requer a nossa fé, como uma atitude mental que devemos possuir, como instrumento que devemos usar, e por meio do qual possamos alcançar a Salvação que Êle nos oferece. A tese é mais clara em S. João do que nos Evangelhos Sinóticos, mas é bastante clara no último" (Mat. 18:6; Luc. 8:12; 22:32).

O Rev. A. R. Buckland, M. A., em seu monumental Dicionário Bíblico Universal, de onde estamos coligindo alguns dados sôbre o assunto, assim faz o resumo, com referência às Epístolas paulinas: "A vida de S. Paulo foi perturbada com duas grandes controvérsias, ambas relacionadas entre si, e cada uma delas em íntima ligação com a idéia do lugar da fé na religião. Essas controvérsias eram sustentadas com adversários judaicos: a primeira excluindo o judaísmo, e que terminou com a admissão dos gentios na Igreja de Cristo, nas mesmas condições de igualdade com os judeus; a segunda, sôbre o ritualismo judaico, a qual acabou numa clara exposição (como vimos) dos dois únicos requisitos para a salvação: o arrependimento e a fé. *As questões ventiladas envolviam* cuidadosa consideração relativamente aos respectivos *lugares da fé e obras na vida cristã: e nenhuma determinação tão simples e tão definida podia ter-se conseguido. Nós somos justificados, considerados justos, SIMPLESMENTE pelos merecimentos de Cristo. AS OBRAS NÃO TÊM VALOR, pois são obras de filhos rebeldes . . . A fé não é a causa, mas tão-sòmente o instrumento, a mão estendida, com a qual nos apropriamos do dom da justificação, que Jesus, pelos méritos expiatórios, está habilitado a oferecer-nos.*" (Êste é o ensino da Ep. aos Romanos, como já vimos fartamente (caps. 3 a 8), e também o da Ep. aos Gálatas.

"Nós realmente estamos sendo justificados, somos santificados pela constante operação e influência do Santo Espírito de Deus, êsse grande dom concedido à Igreja e a nós pelo Pai Celestial por meio de Jesus Cristo. *E ainda*

nesta consideração a fé tem uma função para desempenhar, a de meio pelo qual nos submetemos à operação do Espírito Santo" (Ef. 3:16 a 19, etc.).

Logo, não tem a menor razão o mestre Navarro em afirmar que nossa fé salvadora é muito fácil — basta "crer", e pronto, já está salvo. Mais uma vez repelimos com asco e com vômitos esta iníqua afirmativa atribuída aos protestantes. Não é, assim, absolutamente, que cremos. Nossa fé deve inspirar-nos a uma vida em operação com o Espírito Santo, se é que Êle habita em nós, mas, se o Espírito Santo não está em nós, não somos salvos por Cristo.

Como podemos apropriar-nos da salvação? Leia-se Efés. 2:8 e 9, cuja paráfrase assim fazemos: "somos salvos — não *pela fé,* mas *pela graça,* mediante a fé. A causa eficiente é sòmente a *graça de Deus,* e nossa fé (não nossas obras) é a condição para a sua operação."

Ilustremos.

"Não são as janelas que iluminam o interior de uma casa e sim a luz do sol. Mas as janelas são indispensáveis para a passagem da luz. Assim, também, é Cristo que nos salva, mas só nos salva, mediante a fé."

"Suponhamos que uma pessoa esteja prestes a morrer de fome por falta de pão. O que a salvará da morte física não é o pão. Precisa alimentar-se com o pão material. Mas, para isso, precisa comê-lo. Não é, todavia, o ato de comê-lo quem o salvou da morte física, mas o próprio pão."

Assim, não é a fé quem salva o homem. Quem o salva é Cristo, por meio da fé. Cristo é a dádiva de Deus para resgatar o pecador. (João 1:12; 3:18 e 36).

Quando Tiago diz que "a fé se não tiver obras é morta" (2:17), êle não contraria a doutrina da salvação pela fé (como já provamos). Êle está certo, porque a verdadeira fé produz boas obras. Se não fôr assim, então não será *"verdadeira fé"*. Aquilo que está morto já não é. As boas obras são conseqüência da fé.

Não se nega, pois, o valor das boas ações. O que não se admite é seu mérito para salvação, porque, além de elas serem imperfeitas, isto invalidaria o valor infinito da obra expiatória de Cristo. (At. 15:30; 2:37-38; João 3:16; 6:47; 3:36).

Revela-se num tríplice aspecto a fé salvadora: a) aspecto intelectivo, pela inteligência ou razão; b) pela vontade e c) pelo sentimento e ação. Primeiramente, compreende e apreende a palavra da salvação pelo sacrifício de Cristo; depois, a vontade de aceitar as doutrinas, repelindo o pecado e, enfim, obedecer aos ensinos, que levam à santidade. E, sendo assim, como resultado final, deve nascer no coração o propósito sincero de servir. Cumpre-se, então, em sua vida o ideal de Cristo: "Vós sois meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando." (João 15:14).

Fé e obras

Afirmam alguns haver contradição entre S. Tiago e S. Paulo concernente ao lugar que a fé e as obras geralmente tomam, e especialmente em relação a Abraão (Rom. 4:2; Tiago 2:21). Fazendo-se uma comparação cuidadosa entre os dois autores, afirma Buckland, acharemos depressa que Tiago pela palavra fé quer significar uma estéril e especulativa crença, uma simples ortodoxia, sem sinal de vida espiritual. E pelas obras quer êle dizer as que são provenientes da fé. Nós já vimos o que São Paulo ensina a respeito da fé. É ela a obra e o dom de Deus na sua origem (veja-se Mat. 16:17); a sua sede é no coração, e não meramente na cabeça; é uma profunda convicção de que são verdadeiras as promessas de Deus em Cristo, por uma inteira confiança n'Êle; *e dêste modo a fé é uma fonte natural e certa de obras, porque se trata de uma fé viva, uma fé que obra por caridade* (Gál. 5:6).

"Paulo condena aquelas obras, que sem fé reclamam mérito para si próprias; ao passo que Tiago recomenda aquelas obras, conseqüência da fé e justificação — que são, na verdade, uma prova da justificação. *Tiago con-*

dena uma fé morta; Paulo louva uma fé viva. Não há, pois, contradição entre êles. A fé viva, a fé que justifica e que se manifesta por meio daquelas boas obras, agradáveis a Deus, pode ser conhecida naquela frase já citada: *"a fé que obra por caridade".*

E na Ep. aos Hebreus o escritor está também em plena concordância com o pensamento paulino, mas tem um objetivo especial: descrever a fé em ação, isto é, os seus efeitos. É coisa semelhante que faz S. Paulo na Ep. aos Coríntios, cap. 13. Não define o amor, descreve-lhe os efeitos. Logo, ainda aqui se patenteia que a fé salvadora pregada pelo Protestantismo, é uma fé que se manifesta em atos, em obras, em sentimento e vontade, mas tudo se processa por obra e graça do Espírito Santo. Apenas o homem tem de estender a mão e receber o dom, e, uma vez recebendo-o, fazer jus ao grande benefício do Senhor, vivendo reta e santamente. Se assim não viver, é porque ainda não se apropriou da graça da regeneração e corre perigo de perecer sem a salvação.

Quer doutrina mais clara, mais racional, mais lógica, mais de acôrdo com a nossa miserável natureza corrompida, incapaz de produzir qualquer obra que boa seja? Só pela graça é que é possível, e, daí, mais uma vez, só pela graça, pela misericórdia de Cristo é que o homem se salva. Mérito êle não tem nenhum, por justiça própria.

As boas obras do salvo pela fé

"Quando N. Senhor Jesus Cristo disse: "Fazei penitência, porque o Reino de Deus se aproximou", quis que tôda a vida dos crentes fôsse um arrependimento."

(1.ª Tese)

"Cada cristão que sente arrependimento e pesar verdadeiro de seus pecados será livre de culpa e pêso, e isso sem o certificado de indulgência."

(36.ª Tese)

"O verdadeiro tesouro da Igreja é o santo evangelho da glória e da graça de Deus."

(62.ª Tese)

(a) *Martinho Lutero*, 1517.

Ao contrário de tudo quanto afirmou L. Navarro sôbre a doutrina da salvação pela fé ensinada por Lutero

e seu pensamento sôbre as boas obras, veremos, da exposição feita pelo grande reformador, que o escritor católico louvou-se em fontes suspeitas para dizer que Lutero afirmara que não era necessário o arrependimento para a

salvação. Ei-lo, como expôs a doutrina, em plena harmonia com Paulo e Tiago:

"Mesmo que o homem já esteja interiormente, isto é, com referência à alma, bastante justificado e na posse de tudo quanto precisa (se bem que a fé terá de crescer até a outra vida), êle, não obstante, fica no mundo e terá de conviver com seus semelhantes. E aqui começam as obras. O homem, deixando de lado tôda a ociosidade, está obrigado a guiar e disciplinar moderadamente seu corpo com jejuns, vigílias e trabalhos, exercitando-o a fim de sujeitá-lo e torná-lo igual ao homem interior e à fé, de sorte que não cause impedimento nem oposição, como sucede quando não é obrigado. Porque o homem interior (no caso do justificado pela fé) vive em harmonia com Deus e alegra-se por Cristo que tanto fêz por êle; e seu maior e único prazer, por sua vez, consiste em servir a Deus com amor desinteressado e voluntário. Embora em sua carne se oculte uma vontade rebelde, uma vontade inclinada a servir ao mundo e a buscar o que mais deleita à sua carne, a fé não pode suportar isso e abraça-o em amor para apaziguá-lo e protegê-lo. Diz o Apóstolo Paulo: "Segundo o homem interior, acho satisfação na lei de Deus; mas percebo nos meus membros outra lei que se opõe à lei do meu espírito e me traz cativo sob a lei do pecado. Apesar disso, mantenho em disciplina o meu corpo e o obrigo à sujeição, para que, depois de ter pregado a outros, não venha eu mesmo a ser indigno de prêmio." E outra vez: "Os que são de Cristo Jesus sacrificaram a sua carne com as paixões e concupiscências." Ditas obras, porém, não se realizarão, pensando o homem que, por elas, se justifica perante Deus, pois tal pensamento é insuportável para a fé, a qual é e sempre será a única justiça aos olhos de Deus. Pelo contrário, as obras serão feitas com a única intenção de dominar o corpo e limpá-lo das suas más inclinações deleitosas. Justamente por ser a alma pura pela fé e amante de Deus, anela que também as demais coisas sejam puras, sobretudo o próprio corpo (que é "o Templo do Espírito Santo"), e que tudo, juntamente com

ela, ame e eleve a Deus. Por conseguinte, já o seu próprio corpo obriga o homem a não andar ocioso; ao contrário, terá que realizar muito boas obras para sujeitá-lo. Apesar disso, não são as obras o meio apropriado para aparecer como crente e justo diante de Deus, mas que foram executadas com puro e livre amor, desinteressadamente, só para agradar a Deus, buscando e mirando única e exclusivamente o que a Deus agrada, e para cumprir sua vontade o melhor possível. Escolha, pois, cada qual, a moderação e humildade devidas, para mortificar seu corpo com tantos jejuns, vigílias e trabalhos, quantos necessita para apaziguar seu deleite. Mas aquêles que buscam a justificação por meio de obras não cuidam da mortificação, mas apenas das obras, pensando que quanto mais numerosas e maiores sejam, melhor é para alcançar a justificação. E por vêzes perdem a cabeça e malgastam seus corpos. Quão grande tolice e quão falsa compreensão da vida cristã e da fé demonstra a pretensão de ser justificado por obras, mas sem fé!"

(a) *Martinho Lutero*, 1520.

"A certeza da salvação"

Finalmente, resta-nos rebater as críticas de Lúcio Navarro concernentes às afirmações dos evangélicos de que estão salvos em Cristo. Alega êle que não passa de uma pretensão estulta, por parte dos protestantes, o afirmarem que estão salvos só porque Cristo disse: "Quem crê em mim tem a vida eterna"!

Não precisamos de muitas considerações para rebater, à luz da Bíblia e da Razão, a êste novo ataque de mestre Navarro. Basta dizer-lhe que a palavra de autoridade infalível que assegura "Quem crê tem a vida eterna" não é a palavra do Papa, mas a de Cristo. Êle disse, e nada há mais que temer. Sua autoridade é-nos suficiente, pois Êle nunca falou para deixar de cumprir. É por isso que

o verdadeiro crente não vacila, não teme a perdição. Agora, isto é uma questão de seu fôro íntimo. Se o Espírito Santo diz ao seu espírito que êle está salvo, e Quem o garante é o Mestre Divino, quem é Navarro, quem é o Papa, quem é finalmente o teólogo, por mais puro, por mais santo, por mais sábio, que pode contestar, que pode duvidar desta salvação?

Se o homem está verdadeiramente arrependido e segue pelo caminho que Cristo lhe traçou, pode afirmar com segurança que, se permanecer sempre nesse caminho, obterá a salvação. Agora, é bem verdade que, se êle se afastar do caminho, se se desviar da fé, se abandonar Cristo, embora êle tenha dito em algum tempo que se salvaria, em face de seu desvio do caminho, caso morra afastado, sem se arrepender e voltar novamente à fé, não se salvará. Portanto, não há pretensão alguma em êle ter afirmado que estava salvo. Em algum tempo êle creu, julgou-se salvo, seguiu a fé, mas, infelizmente, abandonou, e, por isso mesmo, perdeu a salvação. Então, Navarro, a certeza da salvação o homem a pode ter, uma vez que permaneça e morra na fé em Cristo. Tenha êle essa fé e morra nela, que pode asseverar, até o último instante de sua vida, que está salvo (*).

Daí, as exortações da Palavra de Deus, para que o homem "que está de pé, veja, não caia". Daí, a exortação de N. S. Jesus Cristo "Vigiai e orai, para que não entreis em tentação; o espírito na verdade é forte, mas a carne

(*) A razão por que o católico romano confessa que não pode ter a certeza da salvação justifica-se pelo seu êrro de julgar meritórias as boas obras para a salvação. Ora, num exame introspectivo e sincero de sua consciência, êle verifica que constantemente peca por pensamentos, palavras e obras, e, mesmo que não tenha êle grandes e graves pecados, ainda assim fica em dúvida sôbre que obra ou obras deve praticar para merecer a salvação. E a razão psicológica e moral da dúvida ressalta evidente: é que em tôdas as suas chamadas boas obras, êle sempre percebe e sente imperfeições. E esta é uma das razões por que elas não podem possuir mérito algum para salvar. A outra razão fundamental é que, mesmo que êle pratique as melhores obras, o mérito não é dêle (pecador), e sim da Graça de Cristo. Daí, uma terceira razão por que não se deve reconhecer mérito salvador nas boas obras: tal doutrina despreza o valor infinito e suficiente da graça e do sangue do Redentor.

é fraca." "Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida", disse Jesus ao Vidente de Pátimos.

Em síntese: *fé* e *obediência*, eis tudo que a Palavra de Deus requer dos que se dizem salvos.

Vamos crer e obedecer, Navarro?

Vamos, meu nobre colega e amigo, pois, assim, teremos a certeza de encontrar-nos sãos e salvos, com Jesus.

Até lá, colega!

Niterói, 18-2-59.

Jorge Lyra

FIM

BIBLIOGRAFIA

1 — "O Papa e o Concílio" — Rui Barbosa.
2 — "Roma, a Igreja e o Anticristo" — Ernesto Luís de Oliveira.
3 — "Bíblia Sagrada" — Pe. Matos Soares e Pe. Vicente Zioni.
4 — "O Problema Religioso da América Latina" — Rev. Eduardo Carlos Pereira.
5 — "Compêndio de Controvérsia entre a Palavra de Deus e a Teologia Romana", dos ex-padres Profs. L. de Sanctis e G. Moreno.
6 — "Comentário de S. João" — Rev. J. C. Ryle.
7 — "Noite com os Romanistas" — M. H. Seymour.
8 — "Cinqüenta Anos na Igreja Católica Romana" — ex-padre Chiniquy.
9 — "The Typology of Scripture" — Patrick Fairbairn, DD. (2 vols.).
10 — "O Catolicismo Romano ou a Velha e Fatal Ilusão da Sociedade" — F. R. dos Santos Saraiva.
11 — "Exposição do Ev. de Marcos" — J. C. Ryle.
12 — "Dicionário Bíblico Universal" — A. R. Buckland, M. A.
13 — Comentário de S. Mateus — João Beatty Howell.
14 — "Comentário da Bíblia" — Matthew Henry (6 vols.).
15 — "Pulpit Comentary" —
16 — "História Universal" — Guilherme Öncken.
17 — "História Universal" — César Cantu.
18 — "A História dos Judeus" — Flávio Josefo (9 vols.), ed. Das Américas.
19 — "O Pontifical Romano".
20 — "O Syllabus" romanista.
21 — "Segundo Catecismo da Doutrina Cristã" (romanista).
22 — "Protestantismo e Romanismo" (2 vols. — Rev. Lisânias de Cerqueira Leite.
23 — "O Catolicismo Romano" — ex-padre Hipólito de O. Campos.
24 — "A Eucaristia" — ex-padre Huberto Hohden.
25 — "Chave Bíblica", em 2 volumes.
26 — "A Vulgata".
27 — "O Catolicismo Romano e o Cristianismo de Jesus" — Paulo Timóteo.
28 — "The New Testament in Greek" — Westcott & Hott.
29 — "A Missa Através da História" — Ricardo Mayorga.
30 — "O Romanismo à Barra do Evangelho" — do Autor da presente obra.

ÍNDICE

Plano da obra 5
Prefácio 7
Introdução 13

Capítulo I

Considerações sôbre
o título 23
o autor 25
a obra 25

Capítulo II

Imagens sagradas 27
Opinião de autoridades da Igreja 30
Desculpas dos romanistas 31
Pareceres de vários concílios 32
Conclusão 33

Capítulo III

A transubstanciação 35
I — Cientìficamente 35
II — Bìblicamente 40
O texto básico dos adversários 42
"Isto é o meu corpo" — seu real significado .. 47
Desfazendo outro argumento 51
Mais um argumento 52
III — Històricamente 54
A verdadeira significação da Eucaristia 57
A misericórdia de Cristo 61
A presença material ou espiritual do Mestre .. 63
Indispensabilidade do sacerdote na missa 64
Para que a verdadeira doutrina do Cristo? 66
Comemoração e união espiritual com Cristo 67

Capítulo IV

A comunhão sob uma só espécie 71

Capítulo V

O unigênito de Maria 75
A virgindade perpétua de Maria 78

Capítulo VI

Oração pelos mortos. Purgatório 89
Suas origens 90
Lendas grosseiras: seu fim interesseiro 92
Textos básicos dos romanistas 95
Testemunho de padres e doutôres da Igreja 99
Razões e testemunhos bíblicos contra o purgatório 100
O Purgatório: um poema 104

Capítulo VII

Onde está isso na Bíblia? 107
A suficiência da Bíblia em matéria de fé 109
A leitura da Bíblia. A teoria do livre exame 112
Interrogações sibilinas 113
Uso de armas 114
O culto público 115
Guarda do domingo 116
Batismo das crianças 117
Inspiração e suficiência da Bíblia 120
O título "Filho de Deus" 125

Capítulo VIII

O grande poder outorgado aos homens 129
I — Deus não deu a ninguém o poder de perdoar pecados 134
II — O poder de perdoar é meramente declarativo 143
III — Poder declarativo também aos discípulos 147
A tarefa santificadora de Cristo 151
Autoridade exclusiva da Igreja 154
O padre não é um homem como outro qualquer 163
Os padres não têm o poder de perdoar pecados 167

Capítulo IX

Confissão auricular e absolvição sacerdotal 171
A confissão auricular ao sacerdote 171
O "confiteor" é sacrílego 174
Efeitos danosos da confissão auricular 176
A confissão obrigatória limita o poder de Deus 181

A Bíblia nega a confissão auricular 183
A confissão sacerdotal e outras confissões 188
Do I ao IV século 192
Um disparate de João Crisóstomo 195
Mais uma de João Crisóstomo 199
Infantilidades do Eurípides 202
Confessionário. Inconvenientes psicológicos e morais 206
Lassidão de consciência. Libelo de Rui 214
Confissão dos mais piedosos 220
Inexistência do sacerdócio na nova aliança 224
Nulidade da confissão sacerdotal 224

Capítulo X

Costumes bíblicos 229
Abstinência 229
Jejuns 233
Adoração de santos e anjos 239
Culto de relíquias: fonte de superstição lucrativa 241
Lugares sagrados. Romarias e peregrinações 243
Água benta 245
Licenças. Dispensas. Batizados. Casamentos. Indulgências. Bênçãos 247
Relíquias mais veneráveis 247
Cristo e a Igreja através dos séculos 249
Paramentos, luzes, incenso, cinzas, cilício 254
A extrema-unção 259

Capítulo XI

"Um só mediador" 263
Por que é Cristo o único mediador? 264
Desnecessidade de medianeiros subalternos 267
A "teia de aranha" do Vaticano 270
Mais futilidades e sofismas euripidinos 273

Capítulo XII

O primado de Pedro 295
Leonel Franca e Eduardo Carlos Pereira 295
O "texto capital": "Pedro é a pedra" 301
Quem é a pedra? 303
Argumentação de Eduardo Carlos Pereira 319
Evidência da tropologia profética e hebraica 322
O "texto capital" à luz da gramática e da linguagem 324
Repto a Eurípides 326
O testemunho das autoridades 327

A metáfora das "chaves" 328
Quem tem o poder do reino dos céus 332
Parecer do Concílio de Trento 334
O "ligar" e "desligar" das chaves 340
Pedro: nem vigário de Cristo, nem chefe dos apóstolos .. 344
Suposto episcopado de Pedro em Roma 366
A hierarquia da Igreja Católica 373
Fantasia do episcopado de Pedro 374
O testamento de S. Pedro 381
Credenciais dos apóstolos 382
Outros sinais ou marcas divinas do verdadeiro apostolado 386
Resposta a outras sandices euripidinas 388
Pretensa ação benfeitora do Papado 395
A infalibilidade do Papa: libelo do bispo Strassmayer no Concílio do Vaticano 411
Conclusão 422

Capítulo XIII

A salvação pela fé 425
Princípios da Reforma 426
Salvação pela fé segundo Lutero, S. Paulo e outros 430
Fé 438
Fé e obras 441
As boas obras do salvo pela fé 442
A "certeza da salvação" 445

Bibliografia 449

A SAIR: *AS VIGAS MESTRAS DA MAÇONARIA*

DE POESIA E ROMANCE:

1 — O ROMANISMO À BARRA DO EVANGELHO — Broch., cart. e luxo
2 — QUANDO A MUSA CANTA — Broch., cart. e luxo
3 — O REDENTOR DA HUMANIDADE — Broch., cart. e luxo
4 — AS JÓIAS DE CORNÉLIA — Broch., cart. e luxo
5 — ANTOLOGIA DE POETAS — Cart. e luxo
6 — A CIGARRA DO NORTE — Broch., cart. e luxo
7 — SERENATA AOS PRÍNCIPES (de interêsse político-nacional) — Broch. e luxo
8 — CANÇÃO DA SERRA (Romance) — Cart. e luxo

DE INTERÊSSE DIDÁTICO:

1 — LATIM GINASIAL PELOS TEXTOS — 1.ª série Ginasial (esgotado) — Cart. e luxo
2 — LATIM GINASIAL PELOS TEXTOS — 2.ª série Ginasial — Cart. e luxo
3 — LATIM GINASIAL PELOS TEXTOS — 3.ª série — Cart. e luxo
4 — LATIM GINASIAL PELOS TEXTOS — 4.ª séria — Cart. e luxo
5 — LATÍNITAS — (esgotado)
6 — O LATIM SEM MESTRE (Principiantes) (esgotado)
7 — HISTÓRIAS QUE ENSINAM A LER — só em brochura
8 — INFLAÇÃO MONETÁRIA — Cart. e luxo
9 — PEQUENOS REPAROS FILOLÓGICOS — Cart. e luxo

LITERATURA EM GERAL:

1 — HORRORES DA GUERRA E ESPLENDORES DA PAZ — Broch., cart. e luxo
2 — DISCURSOS ACADÊMICOS — Tomo II e III (2 volumes) — Broch. e luxo
3 — POLEPASTE (A Mulher do Pastor e a Maç:. e a Política) — Cart. e luxo
4 — A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E O ULTRAMONTISMO (esgotado)
5 — A TRÍPLICE MARAVILHA DO HOMEM E O TRÍPLICE MINISTÉRIO DA MULHER (esgotado)
6 — A DIVINA COMÉDIA — Ed. popular e edição de luxo ilustrada
7 — PROTESTO (crítica e defesa) — só em brochura. Êste não se vende
8 — UMA OBRA PRIMOROSA (fascículo I e II) — só em brochura
9 — CONSELHOS DE MESTRE — Broch., cart. e luxo
10 — O SEGRÊDO DE FAZER AMIGOS — Cart. e luxo
11 — DIVÓRCIO — REMÉDIO DIVINO — Broch., cart. e luxo

A SAIR:

A SALVAÇÃO PELA FÉ — Breve resposta a Lucio Navarro
O MAIOR PROBLEMA DO BRASIL: O "SAÜVÃO"
A MÔSCA NO LEITE (Obra filosófica)
AS VIGAS MESTRAS DA MACONARIA
O CRISTIANISMO À LUZ DA HISTÓRIA
A BÍBLIA E A CIÊNCIA MODERNA
A PENA DE MORTE: Um crime oficializado
NOVOS SERMÕES (Comentários amplos da Lei de Deus. Exegéticos. Doutrinários. Apologéticos. Doutrinas escatológicas. Mensagens de real Vida Eterna.)

Pedidos ao Prof. JORGE LYRA
R. Gen. Andrade Neves, 51 — Fone 2-7637
NITERÓI — E. RIO

PARECERES VALIOSOS DE EMINENTES PERSONALIDADES SÔBRE AS OBRAS DO ESCRITOR JORGE LYRA

DE GALDINO MOREIRA: *"O livro do Prof. Jorge Lyra é uma doce e serena madrugada de esplendores* (1). *Porque põe luzes nos montes e luzes nas furnas, luzes nas planícies e luzes por tôda a parte. Sua argumentação não foge ao golpe do acusador, não recua do guerreiro adverso, não corre, nem faz retiradas. Êle fica na trincheira. Apara os punhais terríveis que lhe atiram, quebra lanças traidoras, arrasa soldados, derruba obstáculos e sai vencendo e vencendo..."* (a) GALDINO MOREIRA.

DE AGRIPINO GRIECO: *"Prezado Prof. Jorge Lyra: Li os seus belos livros. E esteja certo de que admiro cada vez mais a sua erudição, a sua produtividade, o seu ardor combativo. Dá-me prazer contá-lo entre os meus patrícios, entre os meus contemporâneos. Continue... sempre para a frente, para o alto! E muitas felicitações sinceras do* (a) AGRIPINO GRIECO".

DO PROF. DR. JOSUÉ CARDOSO D'AFONSECA: *"O Jorge Lyra é uma das mais brilhantes inteligências que conheço, e sua palavra tem a autoridade de um mestre."* (a) JOSUÉ CARDOSO D'AFONSECA (Granbery — Juiz de Fora.)

DE J. RODRIGUES VALLE: *"Ao lado de brilhante na cultura, o é ainda na oratória, tanto religiosa como cívica. Sua pena tem o faiscar dos relâmpagos e o ribombar dos trovões; onde cai o raio de sua cólera santa, deixa o inimigo em ruinarias, como aconteceu com o lançamento de sua "bomba atômica anti-clerical: "O Romanismo à Barra do Evangelho". Não ficou pedra sôbre pedra..."* (a) J. RODRIGUES VALLE.

DO BISPO CESAR DACORSO FILHO: *"Jorge Lyra é um escritor de um filosofismo seguro, de norte bem definido, que sobe por degraus medidos com precisão. Depois, é a fraseologia caprichosa, adornada, que não deixa de encantar até os mais intolerantes. Por fim, é a sentimentalidade nobre que um dia extravasará do coração para inundar, como um dilúvio, o mundo das letras — formando uma nova escola — de um novo humanitarismo"* (a) CESAR DACORSO FILHO.

DE JERÔNIMO GUEIROS: *(o festejado "Leão do Norte"): "Além de profunda e vasta a sua bagagem literária, em prosa e versos, distingue-se como polemista e poeta de raros dotes. Orador fecundo e facundo, malabarista do verbo como conheço bem poucos. Sua vida de Ministro do Evangelho tem sido agitada por ventos adversos, junto aos Concílios, mas isto não lhe tira o brilho e o mérito de grande intelectual e de operoso cristão"* (a) JERÔNIMO GUEIROS.

DE PEDRO CALMON: *"Exmo. Sr. Prof. Jorge Lyra: Cordialmente agradeço a gentil oferta de seus livros, que li com muito agrado, e não menos proveito. Aceite parabéns por suas brilhantes publicações. Cordialmente* (a) PEDRO CALMON (Da Academia Brasileira de Letras e Reitor da Universidade do Brasil).

---

(1) Ref. ao livro — "A Maçonaria e o Cristianismo".

EDITOR BORSOI
Rua Prof.ª Ester de Melo, 110 — Rio de Janeiro

Princeton Theological Seminary Libraries
1 1012 01164 7395